

*Histórias de vida do Ministério
Público do Rio Grande do Sul*

Vol. 1

Rememorações para o futuro

PROJETO MEMÓRIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE MEMÓRIA ORAL



Ministério Público do
Rio Grande do Sul

Loiva Otero Féliz

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROJETO MEMÓRIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROGRAMA DE MEMÓRIA ORAL

Vol. 1

Loiva Otero Félix

*Histórias de vida do Ministério
Público do Rio Grande do Sul –
Rememorações para o futuro*

PORTO ALEGRE, 2001

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Procurador-Geral de Justiça
Cláudio Barros Silva

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos
Antônio Carlos de Avelar Bastos

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Roberto Bandeira Pereira

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais
Mauro Henrique Renner

Corregedora-Geral do Ministério Público
Jacqueline Fagundes Rosenfeld

Subcorregedor-Geral do Ministério Público
Miguel Bandeira Pereira

Coordenador do Projeto Memória do Ministério Público
Ricardo Vaz Seelig

Concepção, entrevistas e texto: Loiva Otero Félix
Organização: Loiva Otero Félix e Daniela Oliveira Silveira
Seleção de imagens: Marcelo Vianna e Vinicius Pereira de Oliveira
Concepção Capa: Ricardo Vaz Seelig
Editoração: Niura Fernanda
Revisor: Sandro Waldez Andretta
Produção gráfica e Impressão: Nova Prova Soluções Impressas
Supervisão Editorial: Andréa Cogan

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Procuradoria-Geral de Justiça
1ª Edição - 1.500 exemplares - comercialização proibida.

Félix, Loiva Otero
Histórias de vida do Ministério Público do Rio Grande do Sul:
Rememorações para o futuro / Loiva Otero Félix – Porto Alegre:
Procuradoria-Geral de Justiça, Projeto Memória , 2001.
416 p.

1. Ministério Público – Rio Grande do Sul – História biográfica.
I. Rio Grande do Sul. Ministério Público. II. Título

CDU 347.963(816.5)(092)

“... quando eu falo no Ministério Público, tenho emoção e por isto que eu lembro dessas coisas. É como se eu estivesse vivendo outra vez (...) eu fico emocionado e me orgulho de ter sido um grão de areia dessa construção do Ministério Público.”

(Alfredo do Nascimento Barbosa, Procurador de Justiça aposentado)

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Projeto Memória do Ministério Público

Programa de Memória Oral: Loiva Otero Félix

Programa de Pesquisa e Publicações: Gunter Axt

Programa de Exposições e Eventos: Andréa Cogan

Secretaria: Denise Cabral, Maria Alice Dutra Miltzarek e Roger Oliveira Vieira

Chefia de Gabinete: Júlia Ilenir Martins

Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público

Luiz Inácio Vigil Neto

Centro de Apoio Operacional Criminal

Gilberto Thums

Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude

Simone Mariano da Rocha

Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor

Paulo Valério Dal Pai Moraes

Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente

Sílvia Cappelli

Centro de Apoio Operacional de Defesa da Cidadania

João Carlos Pacheco

Direção Geral: Jorge Antônio Gonçalves Machado

Divisão de Documentação

Carmem Célia dos Santos Caetano

Eliane de Mello Miranda

Luciana Baggio Bortolotto

Marcelo Bernardes

Norma Helena Farias Kunrath

Consultoria em Arquitetura

Ediolanda Liedke

Apoio

Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul

Presidente: Ivory Coelho Neto

Vice-Presidente Administrativo e Financeiro: Ricardo Moreira Lins Pastl

Vice-Presidente de Núcleos: Angela Salton Rotunno

Vice-Presidente Social: Isabel Guarise Barrios

Vice-Presidente de Aposentados: Paulo Fernando S. Neves da Fontoura

Fundação Escola Superior do Ministério Público

Diretor: Afonso Armando Konzen

Supervisor: Alécio Adão Lovatto

Secretária: Miriam Villamil Balestro Floriano

Representante do Corpo Docente: Alceu Schoeller de Moraes

Sumário

Prefácio.....	009
Introdução.....	011

Parte I - O historiador diante de Memórias

Cap. 1. Preparando o instrumental - O Projeto Memória prepara-se para ouvir e registrar memórias.....	018
-------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

- 1.1. A historiografia, a História e a Memória.....018
- 1.2. Memórias orais como documentação histórica.....029
- 1.3. *Histórias de vida*: a opção teórico-metodológica do Projeto Memória do Ministério Público.....032

Cap. 2. Ouvindo memórias, costurando estórias, tecendo a história do Ministério Público do Rio Grande do Sul.....	038
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

2.1. O Ministério Público entre o Executivo e o Judiciário: de promotor público a promotor de justiça.....	038
------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

- a. Reconstituindo os fios dos inícios das histórias de vida.....039
- b. ...e a carreira se viabiliza.....040

Atividades na comunidade:

- no cotidiano.....045
- no júri.....047
- na atividade político-partidária.....048
- c. ...e a conjuntura histórica se torna tensa também para o promotores da década de 60049
- d. ...em pleno fechamento político a caminhada em direção à abertura e autonomia. Estamos nas décadas de 70 e 80.....051

2.2. Espaços de construção e atuação institucional: a Associação, os Congressos e a Escola do Ministério Público	053
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Considerações finais	056
Referências bibliográficas	058

Parte II - As *Memórias* diante do historiador e para a História - As histórias de vida de:

1. Cláudio Barros Silva.....	061
2. Alfredo do Nascimento Barbosa.....	081
3. Arlindo de Oliveira Brito.....	156
4. Gibran Bahís.....	171
5. João Lyra de Faria.....	177
6. Ladislau Fernando Röhneft.....	199
7. Luiz Carlos Gomes.....	223
8. Paulo Cláudio Tovo.....	246
9. Paulo Pinto de Carvalho.....	277
10. Raul José de Campos.....	303
11. Sophia Galanternick.....	339
12. Syfo Soares.....	374
13. Walter Marcilijú Coelho.....	389

Prefácio

Dando seqüência às atividades desenvolvidas pelo Projeto Memória do Ministério Público, é com satisfação que apresentamos a presente obra, resultado primeiro das atividades do Programa de Memória Oral de nosso Projeto, a cargo da Historiadora Professora Loiva Otero Félix.

Loiva Otero Félix é doutora em História Social pela Universidade de São Paulo desde 1987, tendo publicado diversos livros e artigos em revistas acadêmicas, além de haver coordenado as atividades historiográficas do Centro de Memória do Poder Judiciário gaúcho.

Este trabalho, desenvolvido com a utilização de rigorosa metodologia científica na área da História Oral, como veremos, não se deteve apenas na coleta das histórias de vida de membros do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Contendo depoimentos e entrevistas de ilustres colegas, cujas trajetórias confundem-se com a própria história de nossa Instituição, este trabalho constitui-se no passo inicial de resgate de nossa história e daqueles responsáveis pela construção de nossa Instituição tal como ela hoje se apresenta perante a sociedade.

A partir dos preciosos dados que lhe foram ofertados nos depoimentos, bem como através da criteriosa pesquisa documental a que se dedicou, logrou a autora delinear os sucessivos passos do Ministério Público na trilha de sua evolução, desde a sua condição de mero apêndice dos Poderes formalmente constituídos até a sua atual configuração como parcela da soberania do Estado, guindados seus membros, a exemplo dos órgãos dos demais Poderes, à condição de agentes políticos, indispensáveis à existência do Estado Moderno.

Concluído o trabalho, constatamos, como não poderia deixar de ser, e até como já afirmáramos quando do lançamento deste Projeto, que a atividade do Ministério Público nunca se caracterizou por qualquer obra física, mas, sim, pela atuação de seus integrantes, cada um e todos, os únicos e verdadeiros responsáveis pelo papel que hoje protagonizamos no cenário político e social de nossa nação.

O que podemos vislumbrar nesta tarefa foi o fato inarredável de que, com o nosso mister, todos e cada um construímos o que podemos chamar de edifício institucional, à custa de muito idealismo, sacrifício e não poucos sofrimentos, construção esta que somente adquire o seu devido valor na medida em que podemos enriquecê-la de significado.

Este é o propósito deste livro, o primeiro de dois volumes nesta primeira etapa. Através dos depoimentos daqueles que nos antecederam, alvitraremos coletar cada registro desta história, de modo que, assenhorados de cada fração, cada história de vida, possamos, à semelhança de um rico mosaico, reconstruir a história de nosso Ministério Público, revelando, no seu conjunto, o quadro completo de nosso passado e, assim, a nossa identidade – nosso maior patrimônio.

Se é certo tratar-se de obra alentada – o conjunto revelará quase, ou

mais, oitocentas páginas –, não o é menos o fato de que logramos apenas coletar ínfima parcela das histórias de vida de nossos colegas, faltando ainda muitos outros importantes depoimentos para completarmos o grande quadro de nossa existência. Mas o trabalho certamente está apenas no início, razão pela qual, mais uma vez, conclamamos os colegas à participação nesta empresa para que em seu desenvolvimento possamos cobrir as eventuais defecções na série que esperamos estar apenas inaugurando com este exemplar.

Ricardo Vaz Seelig
Coordenador do Projeto Memória

Introdução

Este é mais que um livro de memórias. É um livro de histórias de vida. Histórias de garra, de lutas e de paixão, de vidas que construíram e que ainda constroem uma instituição: o Ministério Público do Rio Grande do Sul. Suas páginas trazem o registro de histórias voltadas aos interesses do cidadão, relatadas através da memória viva de personalidades que construíram a trajetória do Ministério Público. Os fatos e situações relatados nesses depoimentos de vida já escreveram páginas da história da justiça no Rio Grande do Sul pela ação de Promotores e de Procuradores de Justiça, imbuídos de ideais e convicções que se materializaram em tomadas de decisões e ações no cotidiano dos agentes sociais.

O que hoje temos a honra e o prazer de trazer a público é um trabalho de pesquisa e de busca incessante pelo relato oral, pela memória viva. Aqui, é possível encontrar um material rico em informações, fruto de estudo em acervos de fotos e de época, mas, principalmente, é possível encontrar aquilo que não está em livros de história do Rio Grande do Sul ou nas faculdades de Direito, mas que a partir de hoje está registrado: são entrevistas de procuradores e promotores de justiça, transcritas praticamente na íntegra, a fim de que o leitor possa visualizar no tempo um pouco da história de quase um século.

Ao verificar o conjunto dessas entrevistas, é possível perceber que algumas se apresentam em estilo mais formal, enquanto outras são mais informais. Mantivemos sem maiores alterações, visando assim preservar a forma e o estilo original e manter clara as peculiaridades de cada entrevistado.

Os relatos, resultantes da experiência de realizar uma evocação, ou seja, de lembrar o vivido, são um exercício carregado de afetividade, que ultrapassa a dimensão individual e que se insere no horizonte da coletividade e da memória coletiva e, quando, como é o caso aqui apresentado, a seleção se dá por pertencimento a um determinado quadro profissional e funcional, transcende o nível das memórias individuais e funde-se com as memórias institucionais, pois a continuidade do grupo enquanto tal se dá pela consciência do pertencimento, marcada por simbologias que unem o indivíduo a uma totalidade ao associar nomes, princípios e tradições.

Por suas cargas de vivências e percepções individuais, os relatos expressam também o universo dos sonhos, dos conflitos, das tensões, de anseios realizados ou não, e, algumas vezes, são contraditórios entre si e, em alguns casos, em relação ao mesmo acontecimento ou às mesmas pessoas referidas, o que foi mantido sem nenhuma censura ou tentativa de uniformização, porque eles efetivamente testemunham as diferentes formas de percepção, representação e valoração que passam pelo viés da conscientização e da postura ideológica (que nada tem a ver necessariamente com postura político-partidária) em diferentes momentos das histórias de vida individuais e institucionais e que permitem que haja a identificação dos sujeitos sociais que se reconhecem como construtores do edifício institucional.

Nesse sentido, um autor clássico no estudo de memórias, Maurice Halbwachs, aponta para a dimensão coletiva da memória nas quais o narrador –aquele que lembra –, ao reconstituir a sua história, está também, e ao mesmo tempo, reconstruindo a memória do seu tempo e do seu grupo. Portanto, o ato de trabalhar com memórias sociais, sejam elas institucionais, coletivas ou nacionais, pressupõe que se tenha claro o processo de reatualização da memória através do permanente contato com a percepção. Segundo Henri Bergson, todo ato de perceber é indissociável da memória que temos acumulada, assim como todo ato de rememorar compreende a forma como nossa percepção encontra-se condicionada ao presente. Assumir esta postura teórica significa abandonar completamente a perspectiva de Locke, de sermos uma tábula rasa a receber passivamente as impressões do mundo ao nosso redor, pois, ao apreendermos as marcas exteriores, reagimos e as reelaboramos. No entanto, como o presente está sempre em movimento, coloca-se o desafio de construir outras trilhas de visitação às marcas da memória (Montenegro, Fernandes, 2001:9).

Walter Benjamin, filósofo bastante conhecido entre os estudiosos da memória, em um texto cuja tradução seria “Escavar e Recordar” utiliza a imagem da construção reconhecendo na memória “não um instrumento para a exploração do passado, e, sim, seu palco. A memória é o meio daquilo que vivemos, assim como a terra é o meio dentro do qual jazem, soterradas, as cidades mortas. Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado tem de proceder como um homem que cava” (Benjamin, *apud* Montenegro, Fernandes:10).

12 A opção pelo registro de memórias através da história oral segue uma prática científica e acadêmica que hoje já está consolidada, e que tem se expandido em quantidade e qualidade de manejo de seu instrumental, não só no ambiente acadêmico, mas também junto a setores governamentais e empresariais, não apenas para desenvolvimento de seu *marketing*, mas também para resgatar valores esquecidos ou que precisam ser retomados. Desempenha, assim, um papel que vai além do registro da história do tempo presente para ser “passado do futuro” e que, ao ter “um forte caráter antecipatório, ressalva valores singulares da história na construção de um coletivo plural” (Ramos, *apud* Montenegro; Fernandes, 2001:6).

Nas ciências humanas e sociais, a antropologia foi uma das primeiras a usar cientificamente os estudos de oralidade e os métodos de histórias de vida, abordando-as sob diferentes posturas teóricas. Por ser um referencial para a compreensão do papel desempenhado pelas histórias de vida junto ao Ministério Público, trazemos aqui a perspectiva do interacionismo simbólico conforme proposta por H. Becker que, ao analisar a importância do estudo de biografias para a apreensão da realidade social, desenvolve “duas metáforas: a do muro e a do mosaico, sendo a segunda a mais representativa da inserção das biografias no plano social, na medida em que mostra os ‘casos negativos’, as diferenças e particularidades” (Rapchan, 2001:49). A preocupação central não são os dados, como nas autobiografias clássicas e nos romances, mas “o

movimento e a constituição do social a partir de narrativas particulares e distintas que, ao mesmo tempo, integram-se na homogeneidade descontínua do tecido social desenhado como um mosaico” (*idem, ibidem*). É sob esta perspectiva que nos colocamos e à qual retomaremos adiante.

Sem dúvida alguma, é a busca do sentido, da construção da identidade e do reconhecimento da mesma que impele os homens a se debruçarem sobre o seu passado em busca de referenciais, de marcos que permitam também “reacender utopias de um tempo anterior; reconstruir ou reconstituir a atmosfera de um outro tempo; representar diferentes correntes de pensamento; reativar emoções políticas, individuais, coletivas; rememorar convivências e conflitos ocorridos na dinâmica da história” (Neves, 2000:112-3).

Com estes pressupostos e perspectivas é que produzimos este livro, composto de duas partes, denominadas “O historiador diante de Memórias” e “As memórias diante do historiador e para a História”. A primeira parte está apresentada em dois capítulos. O primeiro, que tem como título “Preparando o instrumental – o Projeto Memória prepara-se para ouvir e registrar memórias”, se destina a fazer a inserção teórica e explicar as opções metodológicas referentes ao trabalho de preparação, realizado no Projeto Memória, para a execução das entrevistas. Para tanto, dividimos a exposição em três itens: (1.1.) a historiografia, a história e a memória, cujo objetivo é situar a atual escritura da história no quadro da crise de paradigmas da pós-modernidade para entender as novas abordagens da ciência histórica em relação às novas demandas da sociedade: realidades e problemas novos que se descortinam inclusive no campo jurídico e que trazem consigo, também, a emergência dos estudos sobre a memória social e a criação de “Lugares de memória”, na expressão do historiador francês Pierre Nora, os quais têm como compromisso central resgatar a memória social e de grupos em busca do conhecimento de um passado social ou institucional num processo de (re)encontro e de identidades.

Essa preocupação aqui não é de viés acadêmico, no relato e análise das questões historiográficas, mas, com sentido eminentemente prático e instrumental, de buscar nas mesmas os elementos que nos permitem explicar o porquê de instituições do campo jurídico – em paralelo às transformações que ocorrem no âmbito constitucional da ampliação dos poderes e de modificação do que sejam as prerrogativas de poderes na compreensão moderna de Estado – também se voltarem para a própria memória institucional, criando Centros de Memória, Projetos Memória e Memoriais, não só entre nós no Rio Grande do Sul, mas em vários países do mundo ocidental.

Situadas tais questões, no item seguinte (1.2) apresentamos uma caracterização do porquê pesquisar/trabalhar com Memórias: a possibilidade do uso de memórias orais como documentação e os novos estatutos de cientificidade quanto à palavra escrita e a palavra falada. Mostramos, também, o desenvolvimento dos trabalhos com memória oral como uma prática que

já tem uma tradição de 50 anos nos Estados Unidos da América e na Europa, introduzida no Brasil há 25 anos e hoje já consolidada.

No item 1.3, explicamos a opção do Projeto Memória do Ministério Público em realizar e trabalhar as entrevistas sob a forma de “histórias de vida”. Mostramos também os passos de preparação e realização, indicando as etapas, desde a definição de nomes para serem entrevistados, vindo até o presente momento, sob a forma de livro.

Após situar os instrumentais para a coleta dos dados da memória institucional (entrevista e pesquisa correlata), passamos ao segundo capítulo, denominado de “Ouvindo memórias, costurando estórias, tecendo a história do Ministério Público do Rio Grande do Sul”, no qual sistematizamos algumas questões que, a partir das falas dos entrevistados, nos permitem reconstituir elementos de um processo comum de construção do edifício institucional, razão da escolha do título deste segundo capítulo. Ao ouvir as memórias, estamos recolhendo material enquanto “estórias”, isto é, relatos de situações históricas que iremos unir umas às outras (costurar) de forma que, após passar pelo trabalho profissional do historiador, fiquem “tecidas” e registradas como conhecimento histórico.

Este capítulo divide-se em dois subitens, nos quais, no primeiro, (2.1.), recompomos trajetórias e nomes da vida do Ministério Público no contexto do processo histórico gaúcho, tomando como referenciais o período de atuação profissional dos entrevistados mais antigos, que iniciaram como promotores públicos na década de 30, estendendo-se até hoje. Este intervalo de tempo profissional de mais ou menos 70 anos, coberto pelas entrevistas, assistiu a importantes transformações na vida política e na vida institucional do Estado do Rio Grande do Sul, razão pela qual tomamos como sinalizador a inserção do Ministério Público, enquanto vinculado ao Poder Executivo e atuando próximo aos membros do Poder Judiciário (época em que o promotor era definido como “um homem só” na sua comarca) até o desenrolar da autonomia institucional com novas atribuições, forma e aparelhamento para o exercício de seu trabalho.

Denominamos esta inserção temática de “*O Ministério Público entre o Executivo e o Judiciário: de promotor público a promotor de justiça*”, uma vez que não foi apenas uma pequena mudança de nomes, mas parte de uma trajetória de modificação e de consolidação de perfil da função ministerial e de espaços de reconhecimento no campo público e na sociedade.

Estas colocações nos conduzem diretamente a nos referir, ainda a partir dos relatos, à localização e identificação de “*Espaços de construção e atuação institucional*”, recortando, como parte significativa no que chamamos de “*A construção*”, o ato de fundação da AMPRGS (Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul) e da EMP (Escola do Ministério Público do Rio Grande do Sul); e na que denominamos de “*Atuação*”, o momento em que foi desencadeado o leque de ampliação de áreas e setores de atuação do Ministério Público em face do compromisso jurídico com as novas demandas sociais.

Finalmente, pretendemos apontar para a percepção de que aqui cabem totalmente as “metáforas do muro e do mosaico”, referidas anteriormente, e que serviram de inspiração para a capa deste livro.

Ao ouvir os entrevistados, pudemos perceber de maneira muito nítida – e certamente o leitor também irá verificar ao acompanhar as transcrições – a imagem mental (verbalizada pelo Procurador de Justiça Alfredo do Nascimento Barbosa e que retiramos para a abertura deste livro) de que todos se sentiam partes fundamentais de uma construção (...areia sem a qual o cimento não seguraria o muro...) que foi trabalhada, construída com vigor. A esta imagem que nos foi oferecida pelos entrevistados, nós, do *Projeto Memória*, retiramos a imagem final: as diferentes histórias de vida construíram um acabamento que nos lembra o mosaico – arte na qual todas as tecelas, todas as suas partes, são fundamentais, imprescindíveis, mesmo que possam ser de cores e formatos diferentes, pois compõem uma unidade. O mosaico só existe enquanto conjunto. De nada valem as tecelas individuais se não forem para compô-lo e, o contrário também, a falta de uma ou mais tecelas, por menor que seja, deixa à vista um vazio, um espaço que compromete a beleza e a integridade da obra final.

É esta imagem que esperamos que este livro possa começar a desencadear: a de histórias de vidas que, como vidas nutridas dentro da Instituição, ao crescerem, se desenvolveram, se tornaram material insubstituível para a construção do Ministério Público; que mostram, no individual e no coletivo, a existência de uma identidade que nasce não da homogeneidade, da uniformização e padronização de idéias frente à justiça e à sociedade, mas da unidade de aspirações construídas na (e respeitando a) diversidade.

O Projeto Memória do Ministério Público, ao convidar seus membros a remexer em suas memórias, a “escavar lembranças” a partir de sugestões que propusemos e provocamos, desencadeou um processo de rememoração que, pelos resultados que fluíram livre, individual e independentemente uns dos outros entrevistados, nos permite perceber elementos fortes de identidade institucional que nos levou a propor o subtítulo (aparentemente paradoxal, mas só aparentemente!) de “Rememorações para o futuro”, que esperamos possa ser assim compreendido após a leitura da segunda parte deste livro, denominada de “As memórias diante do historiador e para a História”, onde estão transcritas as entrevistas sob forma de histórias de vida.

Porém, antes de passar ao texto, não posso deixar de registrar meu agradecimento pessoal às pessoas que foram (e são) fundamentais para a realização e conclusão deste trabalho. Refiro-me ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Cláudio Barros Silva; ao Subprocurador Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Roberto Bandeira Pereira; ao Diretor Geral, Jorge Antônio Gonçalves Machado – representantes da alta administração do Ministério Público do Rio Grande do Sul, pela amplitude de visão político-administrativo-institucional de perceberem a relevância de o Ministério Público registrar e preservar suas

memórias, e o apoio constante e decisivo ao trabalho realizado; ao Coordenador do Projeto Memória do Ministério Público, Procurador de Justiça Ricardo Vaz Seelig, que, de forma inteligente, dinâmica e criativa, permitiu que realizássemos tanto em tão pouco tempo, providenciando sempre, e de forma ágil, a obtenção dos meios necessários ao desempenho do trabalho profissional; ao bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e doutorando em Ciência Política, Professor Mestre Fabiano Engelmann, da UFRGS, pela colaboração gentil e valiosa na leitura e revisão dos originais da segunda parte; à equipe do Programa de Memória Oral do Ministério Público, que já me acompanha há alguns anos e que comigo atuava no Projeto Memória do Judiciário, no Tribunal de Justiça, Professora Daniela Oliveira Silveira, Professor Marcelo Vianna e formando em História Vinicius Pereira de Oliveira, cujas colaborações têm sido de imensa valia pelo trabalho, pela amizade e pelo respeito mútuos; e à taquígrafa Mara Alapont que, além de sua atividade de transcrição taquigráfica fundamental a um trabalho com memórias orais, muito auxiliou também no demorado trabalho de revisão. A todos o meu agradecimento.

Loiva Otero Félix. Agosto de 2001.

“A memória é o melhor porto de partida para navegantes com desejo de vento e de profundidade.”

(Eduardo Galeano, escritor)

PARTE 1

O historiador diante de Memórias

Capítulo 1. Preparando o instrumental - O Projeto Memória prepara-se para ouvir e registrar memórias

Por que nos envolvermos com a temática da memória? Por que uma instituição buscar a memória individual de seus integrantes? E o que estas têm a ver com a possibilidade de uma memória institucional?

Estas questões, que parecem tão localizadas e dirigidas, são, no entanto, tão problemáticas que emergiram, e emergem, no bojo de situações mais amplas, não se restringindo a um âmbito local ou nacional. Parece-nos ser fundamental trazermos, de início, esta observação preliminar: preparar-se para ouvir memórias não é um ato apenas de deleite, ou lazer, ou ainda apenas de uma “escuta de causos” interessantes (ou não) com um gravador na mão. É muito mais do que isto. É ter consciência clara de que o movimento em direção à retomada da memória é um processo comum no mundo ocidental e torna-se hoje, mais do que nunca, neste início de século e milênio, um exercício fundamental para restabelecer laços com o passado e reconstituir fios para a percepção de uma identidade institucional.

O processo histórico mundial vivenciou nas últimas décadas uma aceleração do tempo histórico com rupturas de universos consolidados durante os últimos séculos. Tais rupturas atingiram praticamente todos os setores da atividade humana e nem sempre são percebidas, de imediato, como uma unidade, fruto de um encadeamento em cascata. Transformações radicais em curso, por exemplo, na área jurídica, quanto à compreensão das relações do Estado e da sociedade e a mediação de seus órgãos provocando mobilizações e reordenamentos de teoria e prática, também ocorreram em vários outros campos do conhecimento, inclusive na escrita da história (na historiografia), incorporando diferentes tipos de memórias como fontes para a compreensão do passado das sociedades humanas. Diante destas novas realidades é importante situarmos as questões que envolvem trabalhar com memórias no quadro produzido nas últimas décadas do século XX.

18

1.1. A historiografia, a História e a Memória

Por que esta explosão do tema da memória nos últimos anos, a ponto de ter se constituído em verdadeira moda?

A resposta parece-nos que está localizada nas condições do fato de que a questão da memória está associada a uma nova percepção frente à possibilidade de compreensão do (e ao redor do) mundo cotidiano que faz com que indivíduos e grupos sintam a necessidade de *entender significados*, tanto em objetos materiais (concretos e palpáveis), quanto em objetos imateriais (perceptíveis, sensíveis e identificáveis). Esta mudança não é apenas comportamental de indivíduos, grupos, instituições, mas também epistemológica. Há uma nova *episteme*, um novo paradigma do conhecimento e do mecanismo de obtenção do conhecimento, do saber científico.

Portanto, não temos como dissociar a questão da emergência das temáticas da memória, especialmente no âmbito das chamadas ciências sociais

e humanas, da ruptura do mundo intelectualmente harmônico que caracterizou a modernidade (concepção de mundo estruturada no âmbito do Iluminismo, da ilustração dos séculos XVII e XVIII), fazendo aflorar as angústias e incertezas do universo entendido como pós-modernidade.

Nesta transição de séculos e milênio, estamos vivendo com intensidade um encontro, uma coincidência de três níveis de ação e percepção entre: (1) os impasses da história, enquanto processo e desenrolar da mesma; (2) a historicidade, isto é, a vivência destes sujeitos no processo; e (3) a historiografia, isto é, a escrita da história destes processos.

A dimensão da pós-modernidade, com a fragmentação de todas as unidades e utopias forjadas no bojo da racionalidade e da euforia do progresso científico que a acompanhou, trouxe consigo o prefixo *des*. Assistimos aos “desvalores” de tudo que a “civilização ocidental cristã” (conceito, e como tal globalizador e anulador de diferenças e especificidades) apregou como valor e, conseqüentemente, como norma de conduta social e de parâmetro explicativo do científico.

Esta crise entre os modelos de compreensão e explicação de mundo balizados pela razão (como elemento central da explicação de mundo em contraposição ao universo religioso e escatológico) e aqueles de negação da razão (*des*-razão, e não irrazão, irracionalismo: são categorias distintas), ao explodir, fez entrar em choque dois mundos – que ainda estão coexistindo, são antagônicos mas ainda não excludentes – e criou não só percepções novas mas também necessidades novas, e nestas se localiza a emergência da memória, razão pela qual é fundamental entendermos a contextualização em que se desencadeiam e onde se localiza a temática de memória e as relações com os outros temas que compõem o mesmo universo de rupturas.

Na pós-modernidade (“um rótulo”, que possui mais o sentido de uma denominação genérica do que um conceito, uma vez que não representa nenhuma proposta, programa ou plataforma de idéias ou comportamentos), substituem-se as grandes unidades nacionais criadas ao longo dos últimos séculos pela pulverização separatista das identidades individuais (exemplos claros são a desagregação da antiga URSS, a emancipação dos antigos estados coloniais africanos, especialmente nas décadas de 60 e 70, os movimentos separatistas internos aos países do leste europeu, etc.); apela-se às micro em lugar das macro-estruturas; ao individual em substituição ao social e ao nacional. As totalizações, que eram produto da “ideologia do progresso” (que acompanhou a criação e expansão do mundo industrial e do capitalismo), fundamentadas na premissa da universalidade da razão, cedem lugar ao fragmentário e ao efêmero.

O sujeito do discurso científico deixa de ser o ente genérico, abstrato e globalizante da “Humanidade”: ente/conceito nascido da relação da ciência apresentada com critérios de verdade absolutos e que dava legitimidade ao saber narrativo baseado em indicadores como competência, preparo e experiência, e da relação com a macroestrutura do Estado como responsável pela formação do Povo e da Nação. Estas três categorias – Estado, Povo,

Nação –, enquanto modos de pensar a coisa pública e o gerenciamento da sociedade, compunham meta- relatos sobre Igualdade e Liberdade, mas pensados, definidos e praticados pela lógica da unidade racional das grandes estruturas, grandes Estados, grandes processos, grandes impérios, construídos por um sujeito ou um estado ou personalidade do “grande estadista”, do “construtor da unidade”, da síntese das aspirações (os exemplos na história são inúmeros, embora o nome de Bismarck seja um dos emblemas).

Este modelo de “sujeito do discurso histórico”, nas últimas décadas do século XX, deixa de ser o dominante e passa voltar-se para o “homem-indivíduo”. A pós-modernidade descrê dos grandes relatos e metarrelatos, como os de “liberdade” e “igualdade”, que estavam presentes no todo de um discurso que envolvia Estado, Povo e Nação dentro de um espírito de política emancipatória.

A crise provocada por duas guerras mundiais deixou a nu o fim da ideologia do progresso, mostrando que ele não levou o homem para a salvação e a perfeição sonhadas, mas para a destruição. Esta percepção acentuou o fim da ideologia da racionalidade humana construída discursivamente, cedendo espaço aos discursos acompanhados do prefixo “des” – significando a falta, a ausência –, o des-valor, produzindo, junto com o desencanto, uma mudança de atitude cultural frente ao mundo do qual fazia parte.

Com a pós-modernidade, os relatos totalizantes que serviam de explicação de mundo, como o cristianismo e o marxismo, entram em crise. A ciência deixa de oferecer as certezas e as verdades absolutas. Hoje só temos indicadores, possibilidades, não uma, mas várias verdades coexistindo. Convivemos com as indefinições, com a perda dos limites definidos que eram dados pela razão objetiva e os conceitos prontos. Convivemos com a fluidez das situações, com a pluralidade de estilos e a multiplicidade de papéis. A fragmentação do cotidiano explica as atitudes e o sentimento de desordem e a perplexidade que a acompanham; explica também a percepção da descontinuidade histórica e da contestação ao conceito como chave intelectual do real (por exemplo, o conceito de luta de classes no marxismo, de redenção no cristianismo e de emancipação no liberalismo enquanto chaves para a compreensão do universo propostas por estes sistemas), permitindo, assim, a incorporação do lúdico, do fantasioso e do imaginário, entendidos e percebidos como dimensões constituintes do real.

Com a pós-modernidade, entraram em erosão e se fragmentaram o mito, a ideologia, a racionalidade histórica, os sistemas, as sínteses, o sujeito histórico e tudo aquilo que conduziu à formação de modelos, de arquétipos, paradigmas, sem entrar em consideração, neste momento, se se tratava do fim da modernidade, da antimodernidade ou de uma forma diferente da que temos conhecido desde o Renascimento até nossos dias (Caldera, 1994: 187-8).

Hoje, estamos todos imersos num processo de globalização acelerada e, em decorrência, também de busca das identidades perdidas.

Neste conjunto de circunstâncias existenciais e intelectuais, postula-se

a necessidade de se criarem outras falas, outras *práxis* (ações), outras discursividades.

Introduz-se a diferença – o outro como contraste, ao contrário do afã de unidade que caracterizara o universo da modernidade. Descobre-se a alteridade e a diversidade:

“O mundo industrial se descobre não apenas poluidor e masculino, mas também branco e ocidental. Povos e raças vão se insurgir como o outro oprimido em busca da libertação (...). Gênero, raça, natureza, enquanto dimensões de um mundo plural, rasgam, pelas práticas e denúncias, os horizontes estreitos das análises político-econômicas e apontam outras dominações que tinham ficado à margem” (Souza, 1994:21)¹

Neste quadro, o sujeito na história deixa de ser o que referimos como um ente abstrato, como “Humanidade”, e passa a ser os diferentes atores sociais. Com isto rediscute-se também a questão do humanismo e das subjetividades e de sua imersão em um novo tipo de poder. Poder este que estava associado a um conceito de desenvolvimento que significou, e significa, a exclusão de imensas camadas da população dos indicadores mínimos de cidadania com uma falsa aparência de modernidade. O ideário da modernidade se fundamenta, teoricamente, nos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade pensados em contextos sociais capitalistas de trabalho livre, de existência de relações simétricas, delineadas entre governantes e governados, bem como entre cidadãos urbanos e rurais.

Logo, o ideário da modernidade, ao ser pensado em termos de classes sociais, deixou fora, por exemplo, questões de gênero e cor, transformando uma ampla maioria numérica de negros e mulheres em minorias étnicas e sociais. Entende-se, assim, que a pós-modernidade passe a discutir temáticas voltadas para os excluídos do sistema (negros, mulheres, minorias étnicas, minorias sexuais, etc.). Da discussão do direito à libertação das dominações tradicionais (homens *versus* mulheres; brancos *versus* negros), passa-se à reivindicação do *direito à diferença*, a uma forma própria de ser, conviver e produzir (Souza, 1994: 16-21).

Apresentam-se novas concepções ético-políticas num quadro no qual coexistem ainda os mundos da modernidade e da pós-modernidade, rediscutindo-se conceitos fundamentais e passando-se dos conceitos de Estado, Povo e Nação para a prioridade na redefinição dos conceitos de poder e cidadania, trazendo embutidos a substituição do discurso da competência técnica pelo da participação e decisão ampliadas.

É interessante observarmos, neste sentido, as discussões frente ao conceito do que seja a esfera do político, retomando-se cada vez mais o seu

¹ FÉLIX, Loiva Otero. *História e Memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Ediupf, 1998: 13-16.

entendimento próximo ao significado que nos é oferecido com as pistas etimológicas da palavra política em sua matriz grega vinculada à *polis*, isto é, política (*politike*) como decisões tomadas no espaço da *polis*, do corpo cívico, da comunidade de cidadãos (*politikós*), implicando em processo de tomada de decisões. Portanto, o âmbito do político situa-se no espaço público por excelência e que, como tal, se contrapõe ao privado. Estas discussões ocorrem em paralelo com a revisão dos conceitos do que seja o Estado, suas dimensões, divisão e alcance de poderes, bem como a separação entre público e privado. Não é por acaso que nesta crise de paradigmas nas ciências sociais e humanas (História, Filosofia, Direito, Sociologia e Política) se vê a contestação do conceito clássico da divisão tripartite do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário) proposto por Montesquieu n' *O Espírito das Leis* e representante clássico do pensamento iluminista e da modernidade, cujo modelo liberal-burguês priorizava os interesses do indivíduo sobre os da coletividade e estabelecia relações simétricas entre mando e obediência num modelo de poder vertical e delegado. O pensamento da pós-modernidade, ao priorizar o atendimento dos indivíduos enquanto portadores de diferenciações e com capacidade de gerir seus próprios interesses, acentua a dimensão do conceito de cidadania sobre o conceito anterior de Povo. Esta diferença não é pequena e acarreta consigo também a revisão de atuação e esfera da coisa pública.

22

É neste contexto mais amplo que se inserem renovações de pensamento e de proposições práticas em áreas correlatas e responsáveis por dimensões da vida coletiva, como é o caso, por exemplo, na área jurídica, dos papéis desempenhados pelo Ministério Público.

É desnecessário explicar que a modificação do âmbito da magistratura ministerial em curso em vários países do mundo ocidental (e importante objeto de estudo de intelectuais franceses na última década, especialmente sobre o caráter da composição das elites e das elites jurídicas das duas magistraturas: a judicante e a ministerial)² e de grande relevância no Brasil, especialmente dentro do Ministério Público, sobretudo através de suas associações estaduais e da associação nacional, ocorreu pela consciência da necessidade de responder às novas demandas sociais, de desempenhar seu papel na sociedade. As lutas pela autonomia ministerial (cujas memórias já estão registradas em muitas das entrevistas deste livro e em praticamente todas as que comporão o segundo volume) se inserem como uma contingência

² Exemplos são os seguintes autores e textos: CHARLE, C. Etat et Magistrat: les origines d'une crise prolonguée. In: *Actes du la recherche en sciences sociales*, n. 96-97, mar/93, p. 39-48; BOURDIEU, P. L'illusion biographique. In: *Actes du la recherche en sciences sociales*. n. 62/63; DEZALAY, Y. SARAT, A., e SIBEY, S. D'une démarche contestataire a um savoir méritocratique: éléments pour une histoire sociale de la sociologie juridique américaine. In: *Actes du la recherche en sciences*. N. 78, juin/1985; BOIGEOL, A. La formation des magistrats: de l'apprentissage sur le tas a l'école professionnelle. In: *Actes du la recherche en sciences sociales*. n. 70-77, mars/1989; BANCAUD, A. Une "constance mobile" la haute magistrature. In: *Actes du la recherche en sciences sociales*. n. 76-77, mars/1989.

histórica, como realização da dimensão da historicidade – mesmo que seus agentes não tivessem no momento a exata dimensão (pela ausência do distanciamento temporal) de serem sujeitos e protagonistas de um processo de questionamento globalizado. Tinham, isto sim, a consciência clara da importância e da urgência da desvinculação dos laços com o Poder Executivo. Não cabe aqui a questão de se perguntar se o Ministério Público é ou não um quarto poder, e sim de reconhecer que ele desempenha uma função absolutamente central na medida em que integra a essência do estado e é o responsável pela defesa da ordem jurídica e do regime democrático.

Dentro desta postura teórica frente à compreensão do Estado e de reconhecimento do campo publicístico se insere a exposição do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Cláudio Barros Silva, ao estabelecer as diferenças no mecanismo de representação jurídica no direito privado e no direito público. Argumenta que no campo do direito público

“a regra é a defesa de interesses objetivos, não a representação subjetiva de vontades.

Em lugar de instruções manifestadas pelo mandante, devemos, no direito público, ter, diante de nossos olhos, as regras impessoais da constituição e da lei. Os interesses defendidos são, sempre, coletivos, nunca individuais, pois, na esfera pública, a iniciativa de defesa dos interesses coletivos constitui um poder-dever, não uma faculdade, como no direito privado.

É neste quadro publicístico que se insere o Ministério Público. Assim deve ser compreendida a Instituição quanto à sua atuação, mas, também, como órgão do Estado.” (Silva apud Axt, 2001:11)

No âmbito das problematizações e reformulações de conceitos também se insere o questionamento da legitimidade do discurso científico do saber especializado, apelando-se cada vez mais para o multi e o interdisciplinar e para a percepção de que as ações humanas são marcadas pela disfuncionalidade, não desempenhando mais uma função única e localizada, gerando a experiência concreta da descontinuidade da história, em que as questões podem ser pontuais, com a ausência de nexos obrigatórios e de encadeamentos causais determinados.

Explica-se assim, através de um processo vitalmente articulado, a explosão de temáticas sobre os excluídos do sistema tradicional, o que implicou também em modificação metodológica gerando a incorporação de novas fontes e o uso da história oral. Passa a ser fundamental para a produção historiográfica ouvir a “voz dos excluídos” do sistema e não apenas as vozes da “elite vencedora” da história e, passo seguinte, ouvir a voz dos outros vencedores antes englobados em categorias únicas do poder ou como classe. Neste último caso inserem-se as buscas de escuta e registro, por exemplo, de membros de profissões de alta qualificação técnica e com compromissos

sociais no espaço público, como os membros da magistratura, tanto da judicante quanto da ministerial.

É neste contexto de rupturas valorativas e de descoberta de outras dimensões que foram deixadas à margem que as concepções de tempo e de convívio social se alteram e se insere a retomada da questão da memória.

Na velocidade do próprio cotidiano – na descontinuidade e na fragmentação do tempo –, na “aceleração do tempo presente” o homem toma consciência da perda de suas referências mais imediatas, da destruição do passado, e volta-se para a necessidade de questionar a sua inserção social, de identificar laços comuns e de criar, na expressão de Pierre Nora, “Lugares de memória” para suprir estes vazios. Neste sentido, acentua-se o significado da atuação dos historiadores e outros cientistas sociais responsáveis pela(s) memória(s), como muito bem situa o historiador inglês Eric Hobsbawm no livro *A era dos extremos*, ao afirmar;

“a destruição do passado, ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas, é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio. Por esse motivo, eles têm que ser mais simples que simples cronistas, memorialistas e compiladores” (grifos nossos)

24

Nunes e Magalhães, analisando “Linguagem e fala como memória e história”, retomam o pensamento de Walter Benjamin mostrando como

“Na perspectiva benjaminiana, a lembrança é a figura-chave da desmitificação da modernidade, cuja tragédia é o seqüestro da experiência da memória, a perda da aura, da tradição (Benjamin, 1987; Matos, 1989). A lembrança ou rememoração desempenha papel fundamental na reconstrução libertadora de tudo que poderia ter acontecido. É preciso reconstruir tudo: não só o que foi dito e feito, mas também o que foi sonhado, o que foi desejado e ficou reprimido.

Datas, nomes e fórmulas não são o principal esteio dessa rememoração, dessa reconstrução, porque as referências que constituem o indivíduo como agente social representam correntes de pensamento, experiências e sentimentos, que atravessam presente e passado. Durante tal processo, misturam-se nas recordações aspectos sociais e pessoais. O que aflora nesta articulação, o que importa não é a chamada parte “objetiva”, mas a dimensão social

da memória. E aí, entra a questão fundamental da linguagem como elemento socializador da memória” (Nunes; Magalhães, 2001,81)¹

Portanto, a “moda” da memória não o é no seu sentido de supérfluo descartável tão logo perca o atrativo. Não é também mais uma “moda intelectual” de análise, mas sim parte de uma conjuntura (se não mundial, pelo menos ocidental) necessária e resultante de todo um processo nos três níveis que apontamos anteriormente.

Em termos de historiografia da memória, o marco desta consciência se dá às vésperas da comemoração do bicentenário da Revolução Francesa, quando um conjunto de historiadores saiu à procura dos lugares onde se alojavam os elementos mais significativos da memória republicana francesa.

“analisaram os símbolos republicanos, como a bandeira tricolor, o calendário revolucionário, o hino francês, ‘La Marsellaise’, os monumentos erigidos após a revolução, como o Panthéon e o monumento aos mortos, a pedagogia aplicada nas escolas e fora delas (...) as grandes comemorações, como o 14 de Julho, o 1º centenário da revolução, os funerais de Victor Hugo, os centenários de Voltaire e Rousseau e as exposições coloniais de 1931.” (De Decca, 1992:1)

25

O historiador paulista Edgar De Decca chama atenção para o fato de que a leitura pouco atenta da obra produzida e coordenada por Pierre Nora (*Le lieux de la mémoire*)

“poderia confundi-la com aqueles compêndios ufanistas que sempre são produzidos para glorificar a memória oficial. Contudo, não é disso que se trata. Na própria apresentação dos trabalhos, o historiador Pierre

¹ É interessante observar que as datas comemorativas são sempre importantes ocasiões de retomadas da memória e de reatualizações de identidade desde que consigam fazer a transposição entre o objetivo e o subjetivo, fazendo aflorar a relação entre as lembranças pessoais e as sociais (ou grupais e institucionais), e é isto que os autores acima referem: o importante é desencadear a parte subjetiva das lembranças individuais articuladas com as dimensões sociais da memória nas quais uma linguagem rememorativa comum desempenhará o papel de elo da identidade do grupo. Neste sentido é interessante lembrar as datas comemorativas dos dias 8 e 14 de dezembro de 1981. A primeira data, consagrada como Dia da Justiça, sempre foi comemorada por todos os operadores jurídicos. No entanto, após um fato considerado como “símbolo fundador”, colocou-se para um conjunto de operadores jurídicos, os membros do Ministério Público, a Lei nº 40, aprovada em 14 de dezembro como identificador de um marco de autonomia. Esta data passa, então, a ser comemorada como Dia Nacional do Ministério Público. A data comemorativa desempenha, assim, o seu duplo papel: ao comemorar, reatualiza a lembrança, acentuando significados de luta e conquista comum, construindo, assim, pela palavra e pela evocação, o consolidar de laços de identidade institucional.

Nora sugere que os estudos sobre a memória coletiva (...) indicam muito mais um mal-estar geral de nossos tempos do que qualquer espírito de nacionalismo” (De Decca, 1992:1)

Esta percepção do “mal-estar” do tempo acelerado, juntamente com as perguntas sobre o passado histórico e sua memória, também repercutiu no Brasil, especialmente no bojo das comemorações do centenário da Proclamação da República (1889-1989). Em especial, as pesquisas desencadeadas para eventos realizados no ano de 1989 e também as que, ao longo da década de 90, frutificaram na esteira daquelas. A década de 1990-2000 assistiu em nosso país não só ao aumento significativo de estudos sobre a memória nas suas mais variadas dimensões e de renovações metodológicas no seu tratamento, mas, também, à criação de diferentes espaços e lugares de memória.

A finalidade dos “Lugares de memória” é reconstituir os fios da unidade para que, através da memória social preservada, mantenham-se os laços de identidade dos grupos sociais. A memória acaba quando se rompem os laços afetivos e sociais da identidade que tem como suporte o grupo social. É este que permite a reconstrução de memórias, pois quem desaparece é o indivíduo e não o grupo social. Esta dimensão social da memória e da identidade explica também por que não podemos considerar a identidade como um dado pronto, um produto social acabado; ao contrário, a identidade tem que ser percebida, captada e construída como em permanente transformação, isto é, enquanto processo. Logo, a identidade pressupõe um elo com a história passada e com a memória do grupo.

É nesta perspectiva e com a percepção desta “angústia vital do tempo” que se observa o considerável aumento da preocupação com os registros, com os “espaços de memória institucionais”, a exemplo do que ocorre muito próximo de nós (para não buscar nos vários exemplos do país) quando, em menos de cinco anos, assistimos à instalação do Memorial da Assembléia Legislativa (a partir do Projeto Memória do Parlamento), do Memorial do Rio Grande (com a restauração do antigo prédio dos Correios e Telégrafos e abrigando o Arquivo Histórico do Estado), do Memorial da Câmara Municipal, do Memorial do Mercado Público, do Centro de Memória do Judiciário (a partir do Projeto Memória do Judiciário) e, agora, do Memorial do Ministério Público (com o Projeto Memória do Ministério Público e a restauração do “Forte Apache”, que sediará de forma nobre o Memorial), isto apenas citando os espaços institucionais vinculados a órgãos do Estado e todos estes com pessoal técnico e com qualificação específica de bacharéis, mestres e doutores em História.

A consciência de que cada vez mais somos “testemunhas oculares da História” de forma tão intensa e global pela rapidez e eficiência tecnológica com que os meios de comunicação cobrem as notícias do mundo, faz também com que as informações se tornem fluidas com os riscos da “banalização do cotidiano”. Aqui entra duplamente o papel do historiador que trabalha com memórias institucionais. Ele precisa, ao mesmo tempo, preservar estes dados para que não se percam e precisa também estar atento e preparado para desenvolver programas de história oral porque as mudanças ocorrem ainda dentro da mesma geração. As memórias dos homens e mulheres que atuam numa instituição como o Ministério Público precisam continuar a serem ouvidas e registradas, salvaguardando-se assim todo um patrimônio político-cultural e institucional que, embora muito próximo de nós às vezes com poucas décadas de distância no tempo, está, na lembrança e na modalidade de vida, muitíssimo mais recuado no tempo – e as entrevistas deste livro com os membros mais antigos do Ministério Público nos permitem acompanhar o quanto as transformações foram rápidas e o quanto as gerações de novos promotores estão distanciadas do conhecimento destas situações.

Desde o ano 2000, com a implantação do Projeto Memória do Ministério Público, começaram a ser registradas e pesquisadas suas memórias, visando suprir a aparente ausência de ligação com o passado institucional e recuperando a percepção de que o Ministério Público de hoje é a soma de todo um trajeto histórico de construção que permitiu a configuração institucional como um mosaico de arte única.

27

Pretendemos com estes dados reiterar o quanto é absolutamente necessária para a manutenção dos laços sociais e de identidade coletiva a existência de centros institucionais (“Lugares de memória” institucionais) voltados especificamente para a preservação e a reatualização de suas memórias.

Portanto, feita esta associação entre: (1) a explosão da temática da memória com o universo de rupturas valorativas e com a nova percepção do tempo no âmbito daquilo que se convencionou chamar de pós-modernidade; (2) a aceleração do fenômeno da globalização e a perda das referências mais imediatas e primárias e a conseqüente necessidade de busca de referências identitárias, passemos a nos perguntar, então, pelo **significado da memória** enquanto ato de lembrar.

A palavra memória tem a sua origem etimológica no latim *memoria* e no grego *mnemosyne*. Esta era a deusa identificada com a “mãe das musas”, divindades responsáveis pela memória-lembrança e inspiradoras da *imaginação criativa* dos artistas e poetas.

Mas, o que é memória, e o que o seu significado hoje tem a ver com a sua origem etimológica?

Memória é essencialmente um ato de evocação, isto é, o ato de “recuperar mentalmente a imagem”. Portanto, é um ato de representação do

real que se dá por meio de imagens mentais, processo que se desencadeia através de diferentes suportes de memória.

Na evocação, que constitui a memória com a qual também se faz a história, reconstituem-se laços de subjetividade e emoção. Aqui a importância da história oral para recuperar também a memória dos sentidos, a reconstrução dos ruídos, cheiros e sensibilidades que interferem na construção de imaginários sociais e de memórias individuais e coletivas – que também fazem a história – e que nos documentos tradicionais não são oferecidos ao pesquisador social e ao historiador com a mesma nitidez.

As memórias sociais, nas quais se incluem também as memórias institucionais, enquanto parte do universo simbólico, são sempre resultantes de atos seletivos. Lembrar pressupõe um mecanismo mental de representação e de seleção: do fato, do tempo e do espaço, onde se unem a fantasia e o real concreto. A memória cria um imaginário que é individual e social, que é compartilhado. Insere-se numa dimensão fora do tempo real, porque a evocação – ou ato de lembrar – precisa ocorrer para garantir a sobrevivência do grupo e dos homens em sociedade, mas é ato fora do tempo porque ocorre no presente sobre o passado e faz uma transposição e uma interpenetração presente/passado e cimenta laços para o futuro.

A memória social, por envolver um conteúdo simbólico, define os pertencimentos e identidades, assim como dialeticamente define os seus opostos, suas alteridades e fronteiras, construindo imaginários sociais.

Há uma relação dialética entre o ato de lembrar e o de esquecer, na qual o lembrar pressupõe, como condição necessária, o esquecer.

Para Pierre Nora, “a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento (...) imortalizar a morte...” (1993;22). Nessa dimensão, retornamos aqui ao sentido etimológico de memória na sua matriz grega, ao significado de *Mnemosyne*, bem como à forma alegórica em que se apresenta em Platão: “beber da água fresca do lago *Mnemosyne*” é recuperar a memória, a lembrança. A associação entre *Mnemosyne* e *alétheia*, enquanto verdade e vida (e como tal significando louvor, exaltação e permanência), e a sua ausência associada com *léthe*, a morte, com (e pelo) esquecimento, é muito significativa para compreendermos os sentidos sociais e políticos da memória não só como oportunizadora da vida perpetuada através da lembrança, mas também do seu contrário, a morte, que é configurada pelo esquecimento. A função da memória, enquanto lembrança, é exatamente evitar a morte e, desta maneira, realizar e consolidar pertencimentos.

Ecléa Bosi, em *Memória e sociedade*, pergunta-se:

“Qual a função da memória? Não constrói o tempo, não o anula tampouco. Ao fazer cair a barreira que separa o presente do passado, lança uma ponte entre o mundo dos vivos e o do além, ao qual retorna tudo o que deixou à luz do sol. Realiza uma evocação.” (1994:59)

Estudar memória é falar não apenas de vida e de perpetuação da vida através da história; é falar, também, de seu reverso, do esquecimento, dos silêncios, dos não-ditos, e, ainda, de uma forma intermediária, que é a permanência de *memórias subterrâneas* entre o esquecimento e a memória social.

Registrar e analisar os mecanismos de elaboração e manutenção de memórias sociais significa examinar os sujeitos na história sobre os seus ângulos de construção de identidades e de alteridades, o que implica em desvendar imaginários sociais e suas inserções nas redes de poder e nos espaços de dominação, campo cada vez mais aberto à interdisciplinaridade e à atuação de historiadores da cultura política dentro da chamada “história política renovada”. Examinar memórias sob este ângulo é seguir na esteira do que já foi teorizado por Bronislaw Baczko em *Imaginação Social*, na medida em que a memória, enquanto um bem simbólico, constrói imaginários sociais e é construída por eles, pois para os imaginários, conforme o autor citado, “os acontecimentos contam muitas vezes menos do que as representações a que dão origem e que os enquadram”.

A consciência historiográfica da associação entre memória e lugares de memória, que evitem o esquecimento, gera o

“pressuposto de que o direito à memória constitui dimensão fundamental da cidadania na medida em que a preservação dos registros da história e do seu livre acesso aos diversos sujeitos sociais depende da possibilidade de maior participação da sociedade civil nas decisões que lhe dizem respeito.” (Gonçalves, 1995:10)

29

A partir das premissas desenvolvidas pela exposição até aqui, passaremos então a caracterizar o trabalho com memórias orais.

1.2. Memórias orais como documentação histórica

Até bem pouco tempo atrás a possibilidade de trabalhar cientificamente com memórias orais, utilizando-as como fontes históricas, submetendo-as a controles de rigor metodológico e dando-lhes estatuto de cientificidade, era algo fora das cogitações de profissionais de História, realidade que foi se modificando em paralelo ao desenvolvimento de algumas situações encadeadas, tais como: uma redefinição de objetos e possibilidades do conhecimento dentro das ciências sociais e humanas; o desenrolar do processo histórico brasileiro em direção à redemocratização, pondo fim ao regime militar que, a partir de 1964, durara vinte anos, o que oportunizou a perda do temor de falar (especialmente entre indivíduos e grupos opositores ao regime); e a aquisição de um instrumental teórico e técnico que possibilitou a capacitação de profissionais, os historiadores oralistas, habilitados para desenvolver o registro de memórias e a produção de fontes orais.

A história oral como técnica e como metodologia acadêmica, sob uma forma inter e pluridisciplinar, começou a desenvolver-se no pós-Segunda Guerra motivada por interesses, sobretudo de ordem política, através de grupos interessados em produzir documentação que garantisse a sobrevivência dos registros de atuação de grupos clandestinos de resistência. Portanto, nasceu sob a marca de uma situação conjuntural e de ordem prática sem foros de legitimidade acadêmica ou científica.

Desenvolveu-se especialmente a partir da década de 50 do século XX na Europa e nos Estados Unidos da América. A antropologia e a etnografia americana já haviam iniciado a utilização dos métodos de pesquisa oral desde a década de 30, mas a história ficou por largo tempo à margem de sua aceitação. Exemplo claro das concentrações espaciais do uso é a participação em congressos internacionais de História Oral nos quais os trabalhos apresentados como resultados de pesquisa eram sobretudo de norte-americanos e de representantes de países da Europa ocidental. Havia pequena participação de países da Ásia, África e América Latina e, ainda assim, originados mais em movimentos sociais do que em instituições acadêmicas e científicas.

Fatores de ordem epistemológica (como referimos em 1.1.), com a quebra da validade inquestionável da razão instrumental e dos métodos estruturalistas (que sustentavam serem as estruturas que comandavam a história sem valorizar nas mesmas as percepções e intenções dos indivíduos) que desqualificavam o uso de relatos orais, de biografias e de histórias de vida, aliados a fatores de ordem política interna, precipitaram a penetração dos métodos no Brasil na década de 80. Estes foram antecedidos pela experiência pioneira da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro. Naquela instituição, a partir de 1975, se desencadearam atividades sistemáticas através de cursos ministrados por especialistas norte-americanos, visando preparar profissionais – professores e pesquisadores – para atuarem no campo de História Oral. Iniciava-se assim, o primeiro e mais importante Programa de História Oral do país – o CPDHOC (Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea da FGV) – com a proposta de registrar depoimentos da elite política nacional.

Mesmo com a ampliação do número de instituições a realizarem Programas de Memória Oral na década de 80, isto não significou uma atividade regular e sistemática. Esta situação se alterou apenas na década de 90, que assistiu a um grande incremento da utilização da História Oral acompanhando os processos de revalorização da memória e de criação de centros dedicados ao registro e preservação das mesmas.⁴

As dificuldades e os questionamentos foram sendo superados. Marieta de Moraes Ferreira nos responde porque:

⁴ Sobre a temática da história do desenvolvimento da História Oral, veja-se o artigo de Marieta de Moraes Ferreira – “Desafios e dilemas da História Oral nos anos 90: o caso do Brasil”. *Revista História Oral*, 1, 1998.

“Em linhas gerais valorizou-se a análise qualitativa, resgatou-se a importância das experiências individuais, ou seja, deslocou-se o interesse das estruturas para as redes, dos sistemas de posições para as situações vividas, de normas coletivas para as situações singulares. Paralelamente, a história cultural ganhou novo impulso, o estudo do político experimentou um renascimento, e finalmente foi aceito o estudo do contemporâneo” (Ferreira, 1998:22)

As críticas tradicionais à História Oral de que a subjetividade ocasionava distorções e de que faltava veracidade à mesma se volatizaram com as mudanças na forma de ver e compreender a realidade. A partir desta se descortinaram novas possibilidades de recuperar o conhecimento do passado pela produção de um novo tipo de documento aceito: o documento oral.

A compreensão de que a história não reconstitui os fatos, mas apenas reconstitui as representações do real, permitiu a abertura de potencialidades para a incorporação das memórias orais por seu contingente intrínseco de apresentar as pluralidades de visões/percepções da vida coletiva, mexendo com *arquivos vivos*, com indivíduos precisos e escolhidos a partir de critérios previamente estabelecidos. Esta é uma outra característica desta documentação: ela é produzida numa relação direta entre o pesquisador e o pesquisado a partir de programas definidos pela pesquisa ou pela instituição responsável pelo Programa de História Oral,⁵ conscientes de que as entrevistas são reconstituições de experiências de vida nas quais se estabelecem relações e interações entre presente/passado e futuro, oportunizando a obtenção de dados e perspectivas de análise que estariam fora das possibilidades dos documentos escritos e dos materiais tradicionalmente utilizados como documentos históricos.

O anterior descrédito à História Oral, enquanto documento histórico, estava em larga escala associado também ao entendimento do significado da palavra construído ao longo dos séculos. Os estudos de Paul Ricoeur e de Michel Foucault⁶ trazem uma importante contribuição ao apontar as distinções entre a palavra falada e a palavra escrita e os sentidos conotativos atribuídos às mesmas ao longo dos séculos.

Foucault aponta para a predominância, a partir do século XVI e da utilização da imprensa, da palavra escrita sobre a palavra falada, bem como dos elementos valorativos associados às mesmas na medida em que a *fala* era considerada o lado feminino da palavra, enquanto a *escrita* era o lado masculino e, conseqüentemente, a portadora da verdade e resultante da associação do ver-perceber.

⁵ No item seguinte apresentamos os critérios específicos do Programa de Memória Oral do Projeto Memória do Ministério Público.

⁶ De Paul Ricoeur – *História e verdade*. Rio de Janeiro: Forense, 1968, e também *Tempo e narrativa*. Tomo I, Campinas: Papyrus, 1983; e, de Michel Foucault – *As palavras e as coisas - a arqueologia do saber*. SP, Martins Fontes, 1995.

Sobre a primazia da escrita sobre a fala, Foucault registra:

“Esta primazia da escrita explica a presença gêmea de duas formas que são indissociáveis no saber do século XVI, apesar de sua oposição aparente. Trata-se, em primeiro lugar, da não distinção entre o que se lê e o que se vê, entre o observado e o relatado, da constituição, pois, de uma superfície única e lisa, onde o olhar e a linguagem se entrecruzam ao infinito; e trata-se, também, inversamente, da dissociação imediata de toda a linguagem que desdobra, sem um termo jamais assinalável, a repetição do comentário” (Foucault, 1995:55)

Esta associação valorativa implícita masculino/feminino, verdade/mentira (erro) quanto à palavra escrita e à palavra falada estava também na raiz da não aceitação de memórias orais como documentos históricos, ao contrário de toda uma tradição que começou com os historiadores gregos clássicos, para os quais os relatos orais eram testemunhos também usados aos lados dos escritos (que se disseminara no mundo mediterrâneo no século VIII a.C.). Portanto, estamos querendo trazer aqui uma nova compreensão da ciência histórica para a qual os documentos orais são, ao lado de vários de outros tipos, também documentos e, como tal, passíveis de “contar algo” que permita a elucidação. Nesse sentido, memórias orais não são “causos” de livre criação imaginativa, mas lembranças construídas numa relação direta entre interlocutores: o narrador de suas memórias e o ouvinte/pesquisador e, em geral, a partir de uma proposta temática estabelecida de comum acordo.

32

1.3. *Histórias de vida*: a opção teórico-metodológica do Projeto Memória do Ministro Público

A decisão de implantar um Programa de Memória Oral implicou também na definição de questões práticas como finalidade, participantes, modalidade de realização, registro e apropriação das entrevistas. Decidiu-se também que, sempre que possível, seriam transcritas e impressas, o que envolve a definição de critérios.

O Projeto Memória do Ministério Público, desde seus inícios, tem sido conceituado como um Programa de Coleta de Entrevistas e Depoimentos, objetivando o resgate da memória institucional do Ministério Público através das lembranças e vivências de seus membros com vista à elaboração da história do Ministério Público no Rio Grande do Sul. Desta forma, propõe-se a criar um conjunto de fontes históricas, constituídas em acervo de Memória Oral, para o estudo da história do Ministério Público no seu contexto estadual e nacional. Tal acervo compõe-se de um banco de dados com entrevistas e depoimentos de nomes expressivos do meio jurídico rio-grandense que atuaram no Ministério Público do Rio Grande do Sul. Esta é

uma atividade de fluxo contínuo em que estão sendo permanentemente acrescentados novos nomes e temas.

Pela proximidade do tipo de documentação, em face das semelhanças de formação profissional, embora de carreiras autônomas, entre a magistratura judicial e a magistratura ministerial, tomamos como modelo, em linhas gerais, aquele escolhido por nós quando da implantação do banco de dados do Arquivo de Imagem e Som do Projeto Memória do Judiciário Gaúcho, especialmente porque se mostrou útil na apropriação dos dados e na possibilidade de aproveitamento dos mesmos para consultas futuras. Neste sentido, repetimos aqui algumas das informações registradas naquele trabalho⁷.

No período de agosto de 2000 a julho de 2001 foram realizadas 35 entrevistas (de 33 entrevistados), das quais 14 entrevistas, de 13 entrevistados, compõem o primeiro volume e 21 entrevistas, de 19 entrevistados, estão previstas para o segundo volume, a ser lançado em 14 de dezembro do corrente ano, na comemoração da Data Nacional do Ministério Público.

Compõem o primeiro volume os seguintes nomes: Cláudio Barros Silva, Alfredo do Nascimento Barbosa, Arlindo de Oliveira Brito, Gibran Bahlis, João Lyra de Faria, Ladislau Fernando Röhnelt, Luiz Carlos Gomes, Paulo Cláudio Tovo, Paulo Pinto de Carvalho, Raul José de Campos, Sophia Galanternick, Sylo Soares e Walter Marciligil Coelho.

Para o segundo volume estão previstas as seguintes entrevistas já concedidas: Augusto Borges Berthier, Clóvis Goulart Ponzi, Delmar Pacheco da Luz, Enrique Lair Athaydes, Euzébio Cardoso da Rocha Vieira, Francisco de Assis Cardoso Luçardo, Henrique Dias de Freitas Lima, Ibsen Valls Pinheiro, João Carlos Bona Garcia, José Barroco de Vasconcellos, Lauro Pereira Guimarães, Luiz Felipe de Azevedo Gomes, Marco Aurélio Costa Moreira de Oliveira, Mondercil Paulo de Moraes, Paulo Olímpio Gomes de Souza, Sérgio da Costa Franco, Sérgio Gilberto Porto, Tupinambá Pinto de Azevedo e Voltaire de Lima Moraes.

A publicação, neste volume, de parte dos dados obtidos exige algumas explicações iniciais com a finalidade de facilitar a compreensão dos textos, bem como aquilatar a importância documental dos mesmos. A transcrição das 14 entrevistas aqui registradas é fruto de um percurso metodológico envolvendo cinco etapas (escolha do formato, preparação, realização, transcrição e apropriação dos dados), realizadas ao longo de 19 passos sequenciais.

A escolha do formato resultou na opção de trabalhar com o método de “histórias de vida”, método de entrevistas já consolidado nas ciências sociais e, nos últimos anos, também na ciência histórica. Consideramos que o mesmo pode ser um frutífero caminho intermediário entre o modelo tradicional de

⁷ Vide *Histórias de Vida - entrevistas e depoimentos de magistrados gaúchos*, de autoria de Loiva Otero Félix e Luiz Alberto Grijó, Porto Alegre, Tribunal de Justiça do RS, 1999, p.21-26.

“entrevista fechada”, em que o entrevistado responde a um conjunto de questões elaboradas de igual forma para vários entrevistados, e o de “entrevista aberta”, em que as perguntas nascem ao sabor das questões narradas. Os dois formatos têm suas vantagens: o primeiro nos permitiria caracterizar matematicamente incidências e diferenciações com mais precisão; o segundo poderia trazer um número de informações não previstas pelo pesquisador, multifacetando as possibilidades analíticas. Possuíam, porém, alguns riscos. No primeiro caso, limitaria, em muito, a riqueza dos dados, especialmente levando-se em consideração que nosso objetivo era a “produção de fonte primária”, e a qualificação individual de cada um dos nossos entrevistados como partes significativas de representação do Ministério Público. No segundo caso, corríamos o risco de sermos vencidos pelo tempo, dispensando um número muito grande de horas do entrevistado e do entrevistador, restringindo-se, assim, o leque documental que pode ser abrangido pela exposição oral de diferentes atores do processo ministerial gaúcho das últimas décadas.

O método de “histórias de vida” permite que se mantenha um pouco da flexibilidade das “entrevistas abertas” com a objetividade das “entrevistas fechadas”, na medida em que é elaborado um roteiro com questões mais amplas apresentadas como sugestão que, por um lado, permite a cada entrevistado construir, a partir das lembranças de sua vida como Promotor e Procurador de Justiça, a seleção do que abordar e, por outro lado, permite ao historiador ter alguns parâmetros de aproximação no conjunto de dados obtidos.

Definido o formato, passamos à preparação através dos seguintes procedimentos, desenvolvidos segundo metodologia específica do trabalho com memória oral:

1. Levantamento de informações bibliográficas sobre a história do Ministério Público e de seus operadores jurídicos;
2. Delimitação do campo de investigação para a Memória Oral com a explicitação de blocos temáticos;
3. Definição do formato técnico e metodológico como de “histórias de vida” para a composição de estudos de “trajetórias sociais”;
4. Pré-seleção, por seu potencial informativo, de nomes representativos para a compreensão da história do Ministério Público, segundo as etapas dos blocos temáticos;
5. Levantamento, pela equipe de Memória Oral, de cadastro de informações curriculares e funcionais dos personagens a serem entrevistados, visando subsidiar e fundamentar o desenvolvimento da entrevista;
6. Encaminhamento ao entrevistado de roteiro de sugestões de abordagens temáticas a ser desenvolvido, segundo sua história de vida, em entrevista pré-agendada;
7. Coleta do depoimento oral com anotações de “diário de campo” e gravação da entrevista em som e imagem;
8. Decupagem da gravação com transcrição técnica por taquígrafa;

9. Preenchimento, pela equipe de Memória Oral, de ficha técnica da entrevista;
10. Revisão técnica do texto transcrito;
11. Remessa do texto ao entrevistado ;
12. Revisão, pelo entrevistado, do texto resultante da transcrição;
13. Incorporação de dados decorrentes da revisão realizada pelo autor;
14. Revisão final do texto da entrevista pela historiadora do Programa de Memória Oral;
15. Seleção, pela equipe do Programa de Memória Oral, de outros documentos, de diferentes suportes (fotos, textos jornalísticos, documentos pessoais e documentos oficiais, *et all*) referentes ao entrevistado e aos temas abordados pelo mesmo;
16. Revisão final, pela historiadora, do acervo decorrente da entrevista;
17. Realização, pela equipe, de sumário do exposto na entrevista transcrita;
18. Incorporação do acervo individual em pastas suspensas, arquivo magnético e estantes (conforme for o caso dos suportes arquivísticos pertinentes) integrantes do acervo do Projeto Memória;
19. Publicação.

O roteiro de sugestões referido no item 6 pretende dar conta de questões importantes para o conhecimento da trajetória profissional dos membros do Ministério Público no quadro de sua vida particular, vindo a se constituir em material fundamental para diversas modalidades de análise.

O roteiro sugerido foi o seguinte:

1. A escolha da carreira: a opção pela Faculdade de Direito e pelo Ministério Público. Os passos iniciais, a forma de ingresso, as etapas e os estágios finais da carreira;
2. Atividades correlatas à desenvolvida no Ministério Público (acadêmico-docente, atividade associativa, etc.).
3. Reflexões sobre:
 - o relacionamento, nos diferentes níveis e épocas de exercício profissional nas comarcas em que atuou, entre os poderes de Estado e entre Magistratura e Ministério Público;
 - a carreira no Ministério Público;
 - o funcionamento do Ministério Público no Rio Grande do Sul em seus diferentes momentos;
 - o Ministério Público e sua função diante dos poderes de Estado e da Sociedade;
 - o órgão associativo de classe (AMPRGS), a Sociedade e o Estado.
4. Depoimento sobre as figuras/colegas/personalidades que considera marcantes como membros do Ministério Público (pela cultura, formação jurídica, personalidade, ações, etc.).

É preciso ter bem claro que os textos transcritos na parte II deste livro foram produzidos como memória oral, não tendo, portanto, a estrutura de um texto escrito. Procuramos mantê-los praticamente na íntegra. Eles foram submetidos a um pequeno processo de edição, no qual foram cortadas

repetições desnecessárias, interjeições e alguns vícios característicos de uma linguagem oral de cunho mais coloquial; em tais casos as supressões foram indicadas pelo sinal (...). Procurou-se também, quando se fez necessário, agrupar os textos para não ficarem tão cortados pelo diálogo entre entrevistadora e entrevistado, priorizando-se a fala do entrevistado. O trabalho final de edição foi revisado e autorizado pelo próprio narrador das memórias, mas procurou-se manter, no máximo possível, o espírito da oralidade, razão pela qual ainda permaneceram algumas repetições como reforços de ênfase, reticências significando os silêncios (que são reveladores – que “falam” porque prenes de significado). Em alguns casos, interviemos no texto com algumas palavras entre parêntesis, visando facilitar o entendimento e, em outros casos, colocamos palavras entre colchetes quando a intervenção foi do revisor, por motivos estilísticos ou de concordância.

O critério escolhido para a composição dos nomes no primeiro e no segundo volume foi a data de ingresso na carreira do Ministério Público, visando com isto dar uma certa sistematização temática em decorrência das situações conjunturais vivenciadas.

Para este volume apresentamos o seguinte quadro informativo quanto às inserções de trajetórias de vida de nossos entrevistados.

Estamos convictos da importância deste acervo documental – que o Projeto Memória do Ministério Público começa a tornar público – como uma fonte significativa não só para o próprio autoconhecimento da Instituição mas, também, para pesquisadores das ciências sociais, jurídicas e humanas na busca da compreensão do papel desempenhado historicamente pelo Ministério Público e pelas elites jurídicas do e no Rio Grande do Sul. Este acervo, guardado em três tipos diferentes de suportes: fitas de vídeo, de áudio e texto impresso, permitirá o acesso não só ao que foi dito, mas, através da imagem e da voz, poderão ser percebidas também a entonação e a emoção como partes constitutivas do relato.

Estes três tipos de registros deverão estar em breve disponibilizados ao público quando da inauguração do espaço (nobre) do Memorial do Ministério Público, permitindo ao cidadão comum o acesso ao conhecimento dos homens que fizeram a instituição que é responsável pela vigilância e salvaguarda de seus direitos de cidadania.

Histórias de vida do Ministério Público do Rio Grande do Sul - Rememorações para o futuro

Nome	Data de Nascimento	Ano de Conclusão Faculdade	Ingresso Ministério Público		Ano de Aposentadoria	Data da Entrevista
			Indicação	Concurso		
Alfredo do Nascimento Barbosa	05.10.1921	1951 Fac. Direito Pelotas		1952	1991	18.06.2001
Arlindo de Oliveira Brito	03.06.1909	1936 Fac. Direito Pelotas		1941	1965	30.08.2000
Cláudio Barros Silva	08.03.1952	1977 PUC/RS		1982	Na ativa	09.08.2000
Gibran Bahlis	05.10.1925	1949 URGS		1953	1979	13.09.2000
João Lyra de Faria	07.03.1916	1939 URGS	Nomeado p/ Inter-ventor em 01.1940	03.1941	1977	12.03.2001
Ladislau Fernando Röhnehl	03.08.1919	1943 Fac. Direito Pelotas	Nomeado interinamente em 1945	1948	1974	04.04.2001
Luiz Carlos Gomes	28.01.1931	1953 URGS		1954	1978	24.04.2001
Paulo Cláudio Tovo	09.08.1924	1951 URGS		1952	1976	31.08.2000
Paulo Pinto de Carvalho	21.07.1915	1939 URGS	Nomeado p/ Inter-ventor Federal	03.1941	1966	16.11.2000
Raul José de Campos	02.11.1920	1943 URGS	Nomeado p/ Governador em 06.1945	11.1947	1986	07.05.2001
Sophia Galanternick	29.07.1914	1936 Fac. Direito Pelotas	Nomeada em 1938	03.1941	1941 avulsão	18.10.2000
Sylo Soares	17.03.1925	1950 URGS		1955	1980 - a pedido 1987 - relatado até 1991	23.08.2000
Walter Marçiligi Coelho	18.05.1929	1953 URGS		1954	1975	19.03.2001

Capítulo 2. Ouvindo memórias, costurando estórias, tecendo a história do Ministério Público do Rio Grande do Sul

A proposta deste capítulo é introduzir à leitura de histórias de vida apresentadas na parte II deste livro. Para tanto, buscamos nas mesmas os elementos que nos permitem a localização de aspectos comuns das vivências individuais enquanto resultados de dimensões da vida institucional. Neste sentido, nossa escuta procurou, além de valorizar as circunstâncias de cada um, transcendê-las, buscando, assim, a reconstituição dos fios que identificam um tecido único que, como tal, nos dá a imagem da instituição no contexto da história do Estado tanto na inserção do edifício institucional enquanto diretamente vinculado ao Poder Executivo, quanto em sua trajetória de autonomização frente ao mesmo.

2.1. O Ministério Público entre o Executivo e o Judiciário: de promotor público a promotor de justiça

Ao longo da maior parte da história brasileira, o Ministério Público esteve constitucionalmente vinculado ao Poder Executivo, sendo este o responsável pelo provimento de cargos e pela definição de linhas de ação. Mesmo aspirando – e muitas vezes conseguindo – à independência funcional e combatividade para exercer e realizar a Justiça, não deixava de ser, sob diferentes formas e circunstâncias, muito mais sujeito às oscilações e interesses do poder estabelecido, em especial dos poderes locais de cunho coronelista, o que se fazia sentir em especial quando não havia uma carreira funcional e, muito menos ainda, a salvaguarda pelo princípio da inamovibilidade.

38

O recorte temático de “promotor público” a “promotor de justiça” pretende apontar para esta dimensão de um tempo de construção profissional em que, mesmo se mantendo a essência da atividade no campo jurídico dos interesses coletivos (apenas redimensionados estes em face até do próprio processo histórico que criou novas realidades e, conseqüentemente, necessidades sociais), constrói-se toda uma trajetória de modificação dos vínculos funcionais frente ao Estado.

Situações de ingresso de promotores por indicação política; nomeação do Procurador-Geral do Estado por escolha direta do governante; transferências de comarca independentemente de solicitação do interessado ou de promoções, mas atendendo a injunções da e na política institucional, na local e na estadual; ausência de espaços físicos e de suportes materiais e humanos para a atividade na comarca (o tão propalado, e verdadeiro, refrão de que o “promotor era um homem só”); os arroubos de afirmação de espaço de promotores diante de juízes e outros que, erroneamente, entendiam-nos como hierarquicamente inferiores, são elementos que estão a nos mostrar a transição de realidades entre um tipo de atuação profissional e suas amarras e a busca de afirmação legal de espaços profissionais. Numa fração de tempo aparentemente tão curta – de uma vida – das vidas que ouvimos, percebemos situações de uma grande transformação que faz com

que tenhamos às vezes a sensação de que tudo está num tempo muito distante, tal a aceleração do processo histórico (o que torna urgente pararmos para pensar e recompormos os fios...). Neste sentido, o caminho trilhado até a década de 80, que foi o grande período de definição de perfil da luta institucional, nos mostra, junto com a mudança de denominação* – algo aparentemente pequeno e sutil –, uma radical transformação só ocorrida pela vivência diária, pelas ações de promotores que resistiram, que discutiram, que se articularam e conseguiram transformações nos textos legais (como, por exemplo, a Lei Complementar nº 40, de 1981, a Constituição de 1988 e o Estatuto do Ministério Público).

Do que ouvimos, sistematizamos aqui, como apontamentos para a leitura, alguns dados de rememorações dos inícios da carreira nas comarcas, atividades nos júris e atuações nas comunidades que agrupamos em quatro momentos (indicados como *a*, *b*, *c* e *d*) das trajetórias profissionais de 13 membros do Ministério Público. Destes, 12 ingressaram entre 1938 e 1955. Apenas Cláudio Barros Silva iniciou na década de 80 (1982), e que, como Procurador-Geral de Justiça e responsável pela implantação do Projeto Memória do Ministério Público, abre o conjunto de entrevistas, reconstituindo sua participação intensa no processo de modificação institucional. Acreditamos que sua entrevista, colocada como abertura (portanto não se enquadrando no critério de data de ingresso como expusemos no capítulo anterior), cumpre, com consistência e qualidade, o objetivo de situar a instituição. Sua leitura torna-se referência fundamental para a compreensão da trajetória mais recente do Ministério Público.

39

a) Reconstituindo os fios dos inícios das histórias de vida...

Entre os promotores que entrevistamos, os que tiveram seu exercício profissional mais recuado no tempo concluíram a faculdade na década de 30. Foram eles Arlindo de Oliveira Brito e Sophia Galanternick, bacharelados em 1936, e João Lyra de Faria e Paulo Pinto de Carvalho, bacharelados em 1939.

Iniciaram suas atividades profissionais já na década de 30: Sophia Galanternick, como promotora pública nomeada em 1939, e Arlindo de Oliveira Brito, como juiz municipal nomeado (naquele tempo ainda era assegurada a liberdade profissional independentemente da exigência do diploma e Arlindo Brito foi nomeado juiz municipal estando no segundo ano da faculdade). No ano de 1940 ingressaram João Lyra de Faria e Paulo Pinto de Carvalho, nomeados promotores públicos em 1940 e efetivados pelo primeiro concurso, realizado em 1941.

Na década de 40 iniciaram formalmente a carreira no Ministério Público Arlindo de Oliveira Brito, João Lyra de Faria, Paulo Pinto de Carvalho e Sophia Galanternick (1941); Raul José de Campos (nomeado em 1945 e

* A mudança de denominação de promotor público para promotor de justiça foi estabelecida através da Lei nº 7.670 de 17/06/1982 no seu artigo 1º.

efetivado em 1947) e Ladislau Fernando Röhnelt (1945).

Na década de 50 ingressaram Alfredo do Nascimento Barbosa e Paulo Cláudio Tovo (1952), Gibran Bahlis (1953), Luiz Carlos Gomes e Walter Marcilgil Coelho (1954) e Sylo Soares (1955).

Na época em que cursaram a faculdade só existiam no Rio Grande do Sul dois cursos de Direito: na Faculdade de Pelotas e na Universidade de Porto Alegre (Universidade do Rio Grande do Sul, depois federalizada como Universidade Federal do Rio Grande do Sul na década de 60), razão pela qual são todos eles provenientes destas duas instituições. Registre-se que a de Pelotas ainda mantinha a possibilidade legal da frequência livre, o que não era mais permitido em outros locais do país, como em Porto Alegre. A ambiência acadêmica, colegas e professores são referidos nas entrevistas, bem como as motivações que os levaram a seguir esta opção profissional.

Nas décadas de 30 e 40, o Ministério Público integrava o Poder Executivo, portanto o ingresso se dava pelo aval de seus governantes.

Pergunta-se então: como se dava o recrutamento de quadros para ingresso se ainda não havia concurso público? Por indicação, e esta basicamente por dois caminhos: ou por intercessão junto ao governo, ou intermediados por alguém de notório saber na área jurídica, como é o caso do Desembargador Solon Macedônio Soares que, reconhecendo os méritos intelectuais e a capacitação da ex-aluna Sophia Galanternick, pessoalmente a recomendou para o Secretário de Governo Miguel Tostes, bem como foi também o responsável pela indicação de Ladislau Fernando Röhnelt, que veio a ser um dos maiores nomes do Ministério Público do Rio Grande do Sul, citado, respeitado e admirado como um jurista e magistrado eminente; ou por vínculos familiares ou de amizades com membros da política dominante que intermediavam a indicação, como, por exemplo, os vínculos de Paulo Pinto de Carvalho com próceres políticos como Protásio Vargas (irmão mais velho do Presidente Getúlio Vargas, chefe do Estado Novo), que da Fazenda Santos Reis, dos Vargas, em São Borja, telefonou na mesma hora para o Secretário do Interior e Justiça, Dr. Miguel Tostes, que prontamente o atendeu.

40

b) ...e a carreira se viabiliza...

Os inícios formais da carreira ocorreram com um marco histórico que foi a realização, em 1941, do primeiro concurso público para ingresso no Ministério Público, quando então foi viabilizado o que fora estipulado na Constituição de 1935, que criara a carreira do Ministério Público. Nesse sentido é interessante observar que havíamos percebido hoje existir uma ambigüidade de informações quanto a quem fora o procurador-geral que realizara o primeiro concurso, sendo este atribuído, por muitos, ao Procurador-Geral do Estado Abdon de Mello. No entanto, esperamos que com este livro se desfaça completamente a dúvida e o mal-entendido alimentado ao longo dos anos. Não foi Abdon de Mello e sim Anor Buttler Maciel, conforme os relatos dos que realizaram o concurso, a foto do jantar

comemorativo (vide Figura 46), os termos de posse e as reportagens de jornais de época que consultamos e que aqui estão (Figura 63A).”

No entanto, no ambiente histórico dominado por diferentes tipos de relações pessoais de caráter clientelístico e coronelista, o concurso ainda não era, na prática, uma garantia de ingresso. Vejamos, neste sentido, o que nos relata Arlindo de Oliveira Brito:

“As nomeações para o Ministério Público, até então, não se verificavam por concurso, mas por decisões políticas. De sorte que o primeiro concurso teve mais a eficácia de uma homologação das investiduras do Órgão do que o ingresso na carreira. Em sendo aprovado o titular do cargo em qualquer entrância, era ali efetivado. Como eu não era promotor, embora aprovado, não fui nomeado por falta de vaga. Fiquei aguardando vacância dentro do prazo de validade do concurso. E efetivamente elas surgiram. Todavia, o vício da política não estava erradicado. As duas primeiras que ocorreram foram preenchidas, interinamente, por dois bacharéis sem concurso. Eu, então, recorri administrativamente ao governador (...) Esta foi a minha contribuição para que o concurso fosse a única via para o ingresso no Ministério Público. E tenho a impressão de que sou o divisor de águas. Antes de mim o ingresso era por decisão política. Depois de mim, por concurso”

41

Sobre este primeiro concurso e sobre a forma de ingresso, é importante ouvir o relato daqueles que o vivenciaram. João Lyra de Faria situa detalhadamente as figuras públicas daquele contexto (Miguel Tostes, Anor Buttler Maciel, Abdon de Mello e Alberto Pasqualini). Explica que Abdon de Mello era contra o concurso e que, a despeito de toda sua luta em prol do Ministério Público, não conseguia libertar-se das injunções da política coronelista tradicional. As dificuldades de adequação imediata ao proposto com o concurso são comprovadas pelas alterações ocorridas já nas nomeações deste primeiro de 1941. Vejam-se, neste sentido, os depoimentos de três dos quatro participantes cujo conteúdo do relato é coincidente entre si: Arlindo de Oliveira Brito, João Lyra de Faria e Sophia Galanternick.

Referindo-se ao fato de que o concurso não estava significando ainda o fim de um sistema de indicações e injunções pessoais, há o relato de João Lyra de Faria:

“...depois houve esse concurso, mas concurso em que entravam aqueles que estavam em exercício e os que pretendiam ingressar no Ministério Público. O Dr. Moltke

“Anor Buttler Maciel foi Procurador-Geral do Estado de 05/08/1939 até 27/05/1941. O concurso foi realizado em Março de 1941 e a publicação no jornal é de 04/04/1941. Abdon de Mello foi Procurador-Geral do Estado de 28/05/1941 até 31/03/1947. Observamos também que talvez as confusões se originem do fato de Abdon de Mello ter exercido várias vezes a chefia do órgão interinamente no período de Anor Buttler Maciel.

Germany, que fez o concurso, não havia sido nomeado e foi reclamar. Ele vinha de uma vida difícil, foi soldado da Brigada, do Exército, ele fez o concurso e passou. Foi à procuradoria e disse: Bem, eu vou entrar com um mandado de segurança. Aí o Dr. Abdon disse: Não faça isso que eu vou arrumar a sua nomeação. Deu certo”¹⁰.

A realização de concurso, oportunizando o início de uma carreira, não implicou de imediato melhorias na questão da estabilidade, direito que os promotores só conseguiram ver melhorado após dois anos do concurso.

Ladislau Fernando Röhnel explica que o Desembargador Solon Macedônio Soares conseguiu que ele

“ingressasse no Ministério Público que, naquela época, podia fazê-lo sem concurso, porque havia os chamados cargos interinos. A gente ingressava nestes cargos com a obrigação de prestar o primeiro concurso que se abrisse. Então, estive um ano, dois anos mais ou menos como interino”

Na década de 50, os concursos tornaram-se mais regulares: “havendo vaga, havia concurso” e estes tinham validade por dois anos.

42

Raul José de Campos explica o caso das nomeações interinas que existiam na época (também referidas por Ladislau Röhnel) e que, quando ele prestou concurso, outros 42 também se submeteram à avaliação de provas e títulos (eram 43 interinos no ano de 1949). Ingressara quatro anos antes, em 1945, com apoio de Getúlio Vargas (que fora colega de faculdade de seu pai, que exercia a magistratura como Juiz de Direito em Santa Catarina) e indicação de Abdon de Mello, que, segundo ele, “encampou a minha nomeação, me chamou e me nomeou”, como um dos últimos interinos.

A implantação da carreira também trouxe algumas influências para a escolha do nome do procurador-geral. Até então predominava a escolha de nomes de desembargadores, “com certeza para acentuar as semelhanças de finalidades” (Arlindo de Oliveira Brito). Após, praticamente todos saíram da carreira, tendo sido exceções Ajadil de Lemos e José Sanfelice Neto.

O momento de realização deste primeiro concurso era ainda sob o manto do regime discricionário do Estado Novo e da ditadura getuliana (1937-1945) que tentava interferir (vejam-se os depoimentos de João Lyra de Faria e de Sophia Galanterick sobre a circular recebida pelos promotores nas comarcas com instruções de como proceder em casos envolvendo autoridades civis e militares – que os dois promotores, briosamente, não atenderam), além da utilização de métodos de força para os quais “não

¹⁰ Este relato é confirmado pelo próprio Desembargador Moltke Germany em entrevista que nos concedeu e que está publicada no livro *Histórias de vida - entrevistas e depoimentos com magistrados gaúchos*. FÉLIX, Loiva Otero; GRIJÓ, Luiz Alberto. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, POA, 1999.

adiantava *habeas corpus*, o indivíduo sumia”, conforme relatado por João Lyra de Faria.

Após o ingresso da primeira promotora em 1938, e sua avulsão em 1941, o ingresso de novas promotoras só ocorreu em meados da década de 70. Em seu depoimento, Walter Coelho registra este fato e explica:

“O Conselho Superior do Ministério Público – do qual fui secretário quando o procurador-geral era o Dr. Peri Condessa –, ao homologar, em sessões secretas, a admissão de candidatos ao concurso de ingresso no Ministério Público, jamais admitiu candidato do sexo feminino, situação essa que se prolongou por muitos e muitos anos. Hoje já não existem sessões secretas e, aos poucos, tanto o Ministério Público quanto a magistratura vêm ensejando, cada vez em maior número, mulheres em suas carreiras, tendo elas destacadas atuações funcionais.”

Mas, tendo ingressado na carreira, que tipo de situações de trabalho encontravam para o exercício nas promotorias? Neste sentido, duas situações emergem com ênfase da leitura dos diferentes relatos: as condições do exercício profissional nas décadas de 40 e 50 e o predomínio de uma intensa atividade na vida dos municípios em que atuavam, nos mostrando o quanto o papel social do promotor público era relevante também nesta dimensão. A quantidade de homenagens, solicitações, discursos proferidos, recebimentos de comendas, placas, títulos honoríficos, convites para ingressarem na vida político-partidária, atuação em associações pró-ensino (são muitos os relatos de atividades para a abertura de escolas e fundação de faculdades e o exercício de magistério em diferentes níveis como atitude efetiva de contribuição social e comunitária), etc.

Da vida nas comarcas nestas décadas de meados do século XX ressalta sempre, sob diferentes formas, a verbalização do sentimento do “promotor como um homem só” no seu exercício profissional.

Neste sentido, alguns depoimentos são contundentes. Gibran Bahlis relembra como algo marcante:

“O isolamento do promotor de justiça no interior. A única coisa que eu recebi da procuradoria-geral foi uma carteira do Ministério Público para me identificar. Não se recebia máquina, não tinha gabinete, não tinha datilógrafo, não tinha ninguém para auxiliar e o contato com a chefia era difícil. Bom Jesus, por exemplo, não tinha telefone, e para chegar de Bom Jesus a Porto Alegre levava-se dois dias. As designações para officiar em outras comarcas eram feitas sem consultas, diárias eram pagas posteriormente, de modo que se tinha de dispor do próprio bolso para enfrentar as despesas de estadia.”

Luiz Carlos Gomes também se refere às duras condições de trabalho no interior: “naquele tempo, eram maiores as distâncias e as dificuldades de transporte . Tudo era difícil. Quando eu fui de Porto Alegre a Alegrete, era um dia inteiro de viagem, de automóvel. De trem, varava a noite, pegava o noturno em Santa Maria. Era uma loucura. Hoje Alegrete é logo ali, só asfalto”.

Paulo Cláudio Tovo relembra a ida para sua primeira comarca, a Torres de 1952, que não era a da *free-way* de hoje,

“era estrada de chão batido e, ou a gente ia a Torres pelo mar, ou ia pela estrada de chão batido. E muitas vezes a gente ficava no caminho, trancado, porque o mar não dava passagem, e às vezes a própria estrada não dava passagem porque um morro daqueles desbarrancava e vinham bananeiras por cima da estrada (...) eu tinha que passar três balsas para chegar em Torres, três balsas e era um viajão. Muitas vezes eu saía de Torres – e naquela época a gente trabalhava até nos sábados, fazia expediente até nos sábados (...) de ônibus da empresa Jäeguer, uma empresa que já estava quase falindo, com os pneus furados e cheios de remendos, e seguidamente a gente parava no meio do caminho, porque estourava um pneu, tinha um desarranjo no carro... E muitas vezes eu ficava em Osório, não podia seguir para Porto Alegre, ficava no sábado, ficava no domingo, só pelo telefone com manivela a comunicação com minha mulher e filhas.”

44

É interessante também o relato de Paulo Pinto de Carvalho sobre a comarca de Palmeira quando lá chegou em 1940 e como se sentia: “um soldado da Legião Estrangeira”, pois “Palmeira era o exílio em todos os sentidos (...) eu não podia voltar ao mundo civilizado”.

Raul José de Campos descreve a ida para a comarca de Lagoa Vermelha entremeando no relato distância, ônibus quebrado, frio, lama, hotel precário e cidade deserta.

Ladislau F. Röhnelt explica as enormes deficiências enfrentadas pelo Ministério Público na época, pois não tinham “nem a máquina de escrever” que precisava ser comprada do próprio bolso. Além disso, os vencimentos também não eram estimulantes, pois o que ganhavam “não dava nem para casar, tanto que eu era noivo e tive de esperar uns cinco ou seis anos porque não dava nem para pagar hotel. Mas era uma atividade gostosa”.

Walter Coelho relata que foi “um choque. Só tinha uma quadra de rua calçada. (...) Os hotéis eram todos de madeira, sem banheiros e sanitários. A chamada ‘casinha’ era lá fora, no pátio dos fundos”.

Atividades na comunidade:***no cotidiano***

São várias as referências a uma intensa participação em benefício das comunidades, extrapolando a atividade da promotoria, demonstrando assim o papel social do promotor público enquanto figura de relevo nas comunidades em que atuava. Veja-se o exemplo na liderança para a fundação de faculdades como no caso de Bagé, da URCAMP, onde João Lyra de Faria foi seu primeiro diretor, ou em Pinheiro Machado, onde também lecionou e dirigiu o Círculo de Pais e Mestres; Paulo Tovo, em Uruguaiana, lecionou no Colégio e na Faculdade; Raul José de Campos descreve a luta encetada por ele e pelo promotor Clóvis Ponzi contra a Ordem dos Capuchinhos (detentores da escola particular) e em prol da fundação de um Ginásio Estadual; Walter Coelho relata que lecionou na Faculdade de Direito da UPF em Passo Fundo; Arlindo de Oliveira Brito lecionou na Faculdade de Direito da UNICRUZ em Cruz Alta.

As homenagens eram formas públicas de reconhecimento e indicadores de prestígio, especialmente nos banquetes realizados em clubes do interior, como há vários casos relatados nas entrevistas.

Algumas comarcas eram conhecidas pelas dificuldades de trabalho e pela violência que existia nas mesmas. Soledade e Palmeira eram as mais citadas nestas condições. Luiz Carlos Gomes diz que:

“Fiz mais júris em Soledade do que em toda a minha vida profissional, do resto de toda a minha vida profissional. Homicídios, era uma frequência incrível. Fazia jus a fama que tinha, Soledade. Naquele tempo, Soledade, Palmeira e Santiago eram as comarcas mais famosas pela incidência de homicídios. (...) Violência no interior, na cidade não. A cidade era igual às outras, o interior é que era violento, muita gente armada. O famoso crime atrás do toco ocorria em Soledade, no interior. A pessoa esperava o seu desafeto atrás de um muro, de uma árvore, de um obstáculo e matava assim de tocaia. Era muito comum o crime atrás do toco em Soledade.”

45

Diz este mesmo promotor que os júris em Soledade eram tantos que “transformaram-se em rotina”.

Por outro lado, Gibran Bahlis considera que:

“A violência em Soledade não era maior que em outras comarcas. Soledade era muito grande territorialmente, tanto que dela saíram e se formaram vários municípios. A justiça era lenta também por dificuldade de comunicação entre os distritos e a sede. Notificar uma testemunha, às vezes, era quase impossível, e as próprias testemunhas, para chegar ao foro, se fossem do interior, perdiam mais de um dia. Além disso, havia apenas dois juízes”

A Promotora Sophia Galanternick também expõe o ambiente violento da comarca de Palmeira, as tentativas de interferência do Cel. Vazulmiro Dutra, a pichação à casa do promotor que ocasionou declarar-se suspeito e ela como promotora de Carazinho ser designada para fazer o júri. Mas, mesmo sabendo da violência reinante na comarca na época e do uso freqüente de armas, não precisou recorrer a elas. Diz: “Eu nunca usei arma e nem sei usar”.

Diante de ambiências como as relatadas para um Rio Grande bem mais bravio (e violento) nas décadas de 30 até (ainda!) 60, é comum ouvirmos referências de que magistrados – juízes e promotores –, para se defenderem, andavam armados, o que para muitos hoje é visto como “folclore”. Mas não era: era realidade. Basta escutarmos os relatos de seus protagonistas para entendermos a dimensão do cotidiano destas comarcas mais afastadas. Veja-se o depoimento, por exemplo, de Luiz Carlos Gomes:

“A princípio eu, como promotor, ia fazer o júri sempre armado. Depois larguei de mão, cheguei à conclusão de que não precisava. Mas a princípio eu andava de arma sim, botava na gaveta, não botava na cintura, não, mas ia armado ao júri, mas nunca precisei usar, nunca houve nada”

46

No mesmo sentido, há o depoimento de Paulo Pinto de Carvalho sobre Palmeira: “Todo mundo andava armado, parecia até aqueles filmes americanos, os faroestes”. O mesmo promotor, ao relatar um episódio que protagonizou, relata: “Quando eu cheguei no meio da praça, levei o cotovelo para ver se o revólver estava na cintura (...)”.

Aspecto importante a ser destacado no cotidiano dos membros do Ministério Público do Rio Grande do Sul nas comarcas em que atuavam é o envolvimento permanente com a dimensão social sob as mais diferentes formas.

Registre-se o depoimento de Ladislau Fernando Röhnelt que, neste sentido, nos conta:

“Eu, que tinha uma certa concepção social do Ministério Público, senti gosto quando o Presidente Vargas editou um decreto estabelecendo que os Promotores de Justiça seriam os defensores dos trabalhadores naquelas comarcas em que não houvesse Juntas de Conciliação e Julgamento. E eu gostei daquilo, gostei porque eu senti o doloroso problema trabalhista em Rosário, na luta dos trabalhadores contra a poderosa organização que era a companhia Swift”

Sylo Soares relata suas preocupações e atuações em prol dos operários e dos menores. Alfredo do Nascimento Barbosa expõe a luta em defesa dos trabalhadores das minas de carvão.

no júri

A realização de júris era o grande momento dos promotores nas comarcas. O Rio Grande do Sul não fugia à regra dominante na época: o júri era a grande vitrine da atuação do promotor. “O júri naquela época já era uma sensação (...) o promotor valia na medida das vitórias do júri” (Paulo Pinto de Carvalho).

As tensões, as apreensões e as expectativas da realização do primeiro júri são relatadas por muitos entrevistados.

Os júris povoavam também o imaginário de jovens que mais tarde seguiriam a carreira da promotoria e os realizariam. Alfredo do Nascimento Barbosa nos conta das imagens dos promotores públicos nos filmes que via na infância e na adolescência. João Lyra de Faria relembra que nos idos de 1934 e 1935, quando cursava os últimos anos do Ginásio em Bagé, ele e seu colega Floriano Maya D’Avila no final das aulas, quando se reunia o Tribunal do Júri da comarca, “saíam pressurosos para assistir aos debates e julgamentos”. E lá na adolescência despertava já a vocação destes três grandes nomes que viriam a marcar os júris e o Ministério Público gaúcho.

Temos aqui também o relato da primeira promotora a fazer júri no Estado, e, provavelmente, pelo que conseguimos saber, também no país. Seus primeiros júris, ainda no 5º ano da faculdade em Pelotas, lotaram o salão do Tribunal do Júri e foram amplamente noticiados na imprensa local e de Porto Alegre (vide Figura 61). Relata também que foi a primeira a pedir a absolvição do réu quando estava convicta da inocência do mesmo.¹¹ “Eu achava que estava representando a sociedade, e assim, pelo simples fato de ele estar sendo processado, e eu ter chegado à conclusão de que era inocente, eu não poderia pedir a condenação dele”.

Alguns júris provocavam grande mobilização local e atraíam manchetes nos jornais e público nas salas. Ficaram famosos o “Caso Creso”, ocorrido em Passo Fundo e relatado por Sophia Galanternick (Figuras 60 e 61); o “Crime do Padre” (Jacques), também ocorrido em Passo Fundo, 30 anos depois daquele, e que pela intensa repercussão na cidade foi desafortado para Cruz Alta e aqui é referido por Luiz Carlos Gomes; o julgamento do Juiz de Direito Carlos Oliveira Silveira, ocorrido em Cruz Alta e que teve a atuação de Paulo Pinto de Carvalho (Figura 47); o famoso “Caso das Mãos Amarradas”, com a atuação elogiadíssima pelo relatório do Promotor Paulo Cláudio Tovo e acompanhamento das investigações, embora não tenha atuado na fase final; o famoso “Caso Nina Gualdi”, com atuação no júri do mesmo promotor (Figuras 39 a 41, 43 e 44); Gibran Bahlis no “Caso Kliemann” (Figura 15) e no “Caso dos Narico” (Figura 17).

¹¹ Temos com segurança a confirmação de que foi a primeira promotora a fazer júri. No entanto, não foi possível ainda verificar a questão do pedido de absolvição, tendo em vista que existem outras referências, como, por exemplo, de que Gerúlio Vargas, enquanto promotor, portanto, anterior, também teria pedido a absolvição do réu.

na atividade político-partidária

Outro aspecto que merece ser referido porque acompanha quase todas as entrevistas é a questão da participação político-partidária (ou não) dos membros do Ministério Público.

Aos juízes era vedada a possibilidade de participação partidária, ao contrário dos membros do Ministério Público. Os promotores podiam não só ter filiação político-partidária como também podiam concorrer a cargos eletivos e fazer política, o que explica por que muitos dos entrevistados tenham exercido mandatos eletivos.

Existia na época o chamado Quadro Complementar, que possibilitava aos promotores advogar e exercer atividades políticas.

Especialmente no período do governo Leonel Brizola (1959-62), a interferência da vida partidária entre membros de destacada atuação dentro do Ministério Público se fez sentir, entre elas a do próprio Procurador-Geral Floriano Maya D'Ávila, filiado ao PTB e que atuou na comissão de estatização da companhia telefônica, o que também contribuiu em 1964 para a sua cassação, conforme registramos nas Figuras 22, 23 e 24.

Ladislau Röhnelt caracteriza muito bem a ambientação da época (também referida em depoimentos de outros entrevistados). Diz ele:

“Existia nesse período uma exaltação nacionalista forte, mas muito forte, e essa exaltação refletiu-se no Rio Grande do Sul através dessa medida do Governador Brizola de encampação de uma companhia estrangeira, transformando-a em bem público gaúcho e, infelizmente, agora perdemos outra vez.”

48

É interessante observarmos estas participações político-partidárias de membros do Ministério Público com os valores de época e não com os de hoje dentro da Instituição. Não podemos perder de vista que a percepção do perfil desejado de alguém formado em Ciências Jurídicas e Sociais (pelo menos até finais da década de 70) era exatamente a de uma intensa participação na vida política. Este era o espaço, por excelência, para a atuação social – não só permitido, mas desejável – que se colocava como aspiração.¹² A História não pode nunca ser vista e criticada com os olhos e os valores de outra época, mas sim deve ser entendida e compreendida pelo significado no seu momento. Deve ser analisada no contexto em que foi gerada. Por outro lado, foi exatamente por ações de intensa participação que foi possível a Instituição seguir sua trajetória, refletir sobre seus caminhos e lutar por modificações internas que ocorriam em paralelo à sociedade, inclusive porque

¹² Veja-se sobre este assunto a dissertação de mestrado em Ciência Política *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “Geração de 1907”*, de Luiz Alberto Grijó, defendida na UFRGS em 1999, e o artigo de Fabiano Engelman “O poder das escolas de poder”. In: SANTOS, João Pedro dos. *A Faculdade de Direito de Porto Alegre. Subsídios para sua história*. Porto Alegre: Síntese. 2000. p. 11-18.

a própria sociedade criou outros mecanismos de participação e de defesa, redimensionou conceitos de cidadania e de gerenciamento dos órgãos públicos.

Seguiu-se na história brasileira um período de lutas políticas acirradas, primeiro na conjuntura pluripartidária de 1958 a 1961, e depois no conturbado ambiente político que se desenrolou entre duas crises institucionais: a da chamada Legalidade e a da chamada Revolução de 31 de Março de 64.

Há notícias de que diversos promotores estiveram presos no período militar e, provavelmente, o que permaneceu mais tempo preso foi o Promotor Luiz Carlos Gomes. Em sua entrevista, refere-se à sua postura nacionalista, às suas posições públicas contra a ruptura da Legalidade numa comarca com forte polarização partidária entre o PTB e o PSD. Segundo seu próprio depoimento, sua prisão deve ter sido motivada pelas posições que defendera. Relata todas as circunstâncias em que se deu a prisão e como eram todos rotulados de “subversivos” (diz ele: “Subversivos eram eles que romperam a Legalidade e nós que ganhamos o rótulo de subversivos”), bem como as poucas visitas que recebiam e a posterior tentativa de um coronel de “estabelecer uma ponte” caso ele quisesse mudar de lado, levando em conta, é claro, o significado de seu prestígio de promotor em Cruz Alta. Relata também que “prenderam uma quantidade de gente por causa da guerrilha” e que recebeu um inquérito por subversão indiciando vários cruzaltenses. Deu-se por impedido, tendo em vista que fora preso pela Revolução. O inquérito foi designado para o promotor Mondercil Paulo de Moraes, que atuou no mesmo quando era da competência da Justiça Civil antes de passar para a Justiça Militar. A atividade político-partidária de membros do Ministério Público foi proibida pela Lei Estadual 6.536/73 no seu art. n. 117 inciso 6º (redação dada pela Lei n. 11.355/99), sendo precursora em nível nacional¹³

c) ...e a conjuntura histórica se torna tensa também para os promotores da década de 60...

Sobre as prerrogativas do trabalho do promotor na complicada conjuntura de 1961 a 1964, Gibran Bahlis explica: “Naquela época a competência para processar e julgar os crimes políticos ainda era da justiça estadual. Os poucos inquéritos policiais-militares referiam-se tão-somente aos chamados ‘grupos de onze’”.

As reações diante dos governos militares no regime autoritário foram bastante diferentes entre si, mas, ao que parece, predominou “um respeito conveniente entre todos” (Gibran Bahlis).

O número de membros do Ministério Público que esteve preso, segundo a fala de seus membros, foi bem maior do que o referido na época,

¹³ O tema está também na Constituição Federal de 1988 no art. n. 128, inciso II, letra E; na Constituição Estadual no art. n. 113, inciso I, letra E; e na Lei Federal nº 8.625/93, art. n. 44, inciso 5º.

especialmente porque muitos estiveram efetivamente presos e constava nos registros apenas que “estiveram prestando depoimento”.

Os depoimentos relatam alguns casos mais conhecidos de prisões de promotores, como de Ajadil de Lemos, Clóvis Ponzi, Floriano Maya D’Ávila, Heitor Vittelo de Oliveira (que terminou recorrendo ao suicídio), Luiz Carlos Gomes, Raul José de Campos e Sérgio da Costa Franco. Relatam também as condições em que se deram as mesmas sem culpas formadas, apenas considerados como “inimigos da nova ordem”. “Eles prendiam, ficavam por lá e depois mandavam soltar”.

A entrevista de Raul José de Campos detalha a conjuntura de interpenetração da política, dos militares e da justiça nos inícios da revolução e do governo militar, sobretudo na região norte do estado, e o impacto das arbitrariedades na mesma.

Sobre esta conjuntura, Ladislau Röhnelt explica que:

“Embora eu não tenha sentido diretamente a pressão, a coação da ditadura, acontece que aquilo nos restringiu muito a atividade, tanto que alguns colegas meus, um deles parece que está atualmente em Cruz Alta, foram muito perseguidos pelas autoridades militares.¹⁴ O Dr. Floriano Maya D’Ávila, a quem eu assessorava na procuradoria geral, foi preso e eu o visitava na prisão. Então vivi aquele ambiente de terror, ameaçado de ser cassado também, tanto que amigos meus, promotores mais ou menos aderentes da Revolução Militar, vieram me aconselhar que eu moderasse minha conduta para evitar de ser preso. Foi esse ambiente que eu vivi naquele período.”

Especialmente o final da década de 60, de 1968 a 1972, foi um período tenso também para alguns membros da instituição do Ministério Público.

Momentos de grande tensão eram os que envolviam a concessão ou não de *habeas corpus* em favor de presos políticos, pois:

“O Tribunal covardemente negava os habeas corpus contra o meu parecer, alegando que era competência da Justiça Militar e o tribunal não tinha por que... e continuavam as prisões. Um amigo meu, Dr. Anselmo Amaral, chegou a me dizer na época que os tribunais que faziam mais justiça aqui no Rio Grande do Sul eram os militares porque os civis estavam acovardados.” (Ladislau Röhnelt)

¹⁴ Refere-se ao Promotor de Justiça Luiz Carlos Gomes, que também tem sua entrevista transcrita neste livro.

Sobre este período, é riquíssimo o depoimento de Paulo Cláudio Tovo, figura que engrandece não só o Ministério Público, mas a história gaúcha.

d) ...em pleno fechamento político a caminhada em direção à abertura e autonomia. Estamos nas décadas de 70 e 80...

A década de 70 começou sob o peso da continuidade do fechamento político do regime que se iniciara mais fortemente em 1968 com o AI-5.

Ladislau Fernando Röhnelt refere-se ao ano de 1974 como de “pressão política”. Ele explica que “O ambiente que se formou com a ditadura era muito pesado e causava temores especialmente para aqueles que dependiam daqueles cargos para sobreviverem. Então esses a gente tinha de chamar a atenção, moderá-los”.

A defesa do Estado competia ao Ministério Público e a composição do órgão dirigente era diminuta: apenas quatro procuradores dirigidos pelo procurador-geral. No Governo Amaral de Souza (1979-1982), foi criado um órgão específico para esta atividade, ou seja, a Procuradoria do Estado, embora os avanços nesse sentido já tivessem se iniciado antes, no Governo Walter Peracchi Barcellos (1967-1970). Esta redução de atividades foi bem vista pela classe e, segundo Arlindo Oliveira Brito, “o Ministério Público acolheu com simpatia essa poda nas suas atribuições”.

Na década de 70 constatamos um aumento significativo no desenvolvimento interno da Instituição, sobretudo graças à atuação de Procuradores-Gerais de Justiça como Lauro Pereira Guimarães, que conseguiu um grande avanço no aparelhamento material e na respeitabilidade da mesma diante dos outros Poderes de Estado. Além disso, as atividades da AMPRGS (Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul) e a organização de congressos estaduais, e a participação em outros fora do estado, permitiram também a elaboração de teses, suas discussões e a definição de objetivos comuns para a luta institucional a favor do crescimento de seus espaços de atuação na sociedade. Estes temas aqui estão sendo tocados de forma pontual e sem que nos detenhamos nos mesmos. Eles serão objeto de reflexões no segundo volume desta série, pois este primeiro volume concentra, pelo critério temporal adotado, principalmente os promotores mais antigos e que, como tal, foram fundamentais na etapa que alicerçou um determinado tipo de ação, possibilitadora de outras por novos membros que, nas décadas de 70 e 80, assumiram a liderança nos trabalhos junto às constituintes nacional e estadual, entre outras atividades também relevantes.

Na época, a composição total do Ministério Público também não apresentava ainda grande complexidade: além dos quatro procuradores que atuavam na defesa do Estado, um procurador em cada câmara, um ou dois atuando na corregedoria e o procurador-geral. Em cada comarca normalmente havia apenas um promotor e algumas delas eram integradas por vários municípios.

A estrutura de funcionamento lutava com dificuldades dos poucos recursos a ela destinados. “Faltavam funcionários, os prédios eram antigos e

inadequados, a biblioteca era reduzida. No interior, então, não havia nenhuma estrutura. O promotor era um homem só” (Gibran Bahlis).

É comum nos relatos a lembrança das dificuldades materiais e que a máquina de escrever era comprada pelo próprio promotor, arcando com os custos. Esta situação só se modificou na década de 70, na gestão de Lauro Pereira Guimarães (cuja foto histórica das primeiras máquinas entregues e o empenho de uma delas constará no livro do segundo volume de *Histórias de Vida*).

É deste período também a importante alteração no quadro de possibilidade de acumular funções e atuação na vida político-partidária, proibindo-a, ao contrário do que mostráramos para as décadas de 50 e 60, bem como vedando de acumular a atividade privada de exercício da advocacia com a atividade de membro do Ministério Público. Sobre este último aspecto, o Estatuto do Ministério Público, aprovado pela Lei nº 6.536, de 31/01/1973, no seu artigo 4º, estipula o seguinte:

*“É vedado ao membro do Ministério Público:
I – Exercer a advocacia, inclusive procuratória
perante qualquer repartição pública, salvo se em defesa da
União, do Estado, dos municípios, das respectivas autarquias
e empresas públicas.”*

52

No entanto, mesmo sem ter sido ainda delegada constitucionalmente – o que veio a ocorrer em 1988 – a prerrogativa da vigilância e fiscalização da probidade administrativa dos governantes, seus membros já se manifestavam sobre a mesma, e, inclusive em alguns casos, gerando forte reação e repercussão, como foi o de Caio Brandão de Mello durante o governo Meneghetti (1963-1966) e relatado por vários entrevistados (especialmente Alfredo do Nascimento Barbosa, Gibran Bahlis e Arlindo Brito) pela relevância do episódio, que culminou com a punição daquele conceituado magistrado ministerial.

Na década de 80, os novos ares da abertura política repercutiam também no desempenho da Justiça. Ladislau Fernando Röhnelt refere esta situação nos trabalhos junto ao Tribunal de Justiça. Diz ele que se percebia: “inclusive até na maneira de a gente votar nas Câmaras, não sentia aquele clima de terror que ficava fora, atrás da gente. Então a gente se sentia mais livre, os votos eram mais bonitos, mais abertos. Eu até diria que a justiça entrou numa fase de alegria depois daquele período de tristeza”.

O crescimento institucional nesta década também teve um grande avanço, materializado primeiro na Lei complementar nº 40, de 14 de dezembro de 1981, e depois na “Carta de Curitiba” (1986), até a consolidação de autonomia e ampliação de áreas de atuação salvaguardadas no texto constitucional de 1988. Veja-se sobre estes temas a entrevista de Cláudio Barros Silva. Estas questões serão referidas a seguir (2.2) e, principalmente,

constituirão tema das entrevistas que compõem o segundo volume da série. Relembro aqui, como associadas ao crescimento institucional e à definição de perfil do Ministério Público, e como elementos de forte caráter simbólico, o que referimos no capítulo anterior sobre as datas comemorativas de 8 de dezembro e de 14 de dezembro.

2.2. Espaços de construção e atuação institucional: a Associação, os Congressos e a Escola do Ministério Público

Não só a carreira teve um impulso na década de 40, como referimos no item anterior, mas, fundamentalmente, o conjunto da Instituição como resultado de um tipo de prática que o tempo mostrou ser frutífera e acertada. Refiro-me à modalidade associativa. No caso do Ministério Público do Rio Grande do Sul, a existência de uma associação transcendeu o usual de ser um espaço de conagração e defesa de interesses dos seus membros, e, em geral, voltado para atividades de lazer e convívio. A Associação do Ministério Público foi (e é) tudo isto e muito mais.

Ela desempenhou historicamente um papel fundamental no desenvolvimento institucional. Sua relevância pode ser medida por vários indicadores, mas, com certeza, um deles é o fato de que suas diretorias contaram com tantos nomes de relevo que, em sua maioria, vieram a assumir o cargo máximo dentro da instituição, o de Procurador-Geral de Justiça, e a participarem dos altos escalões administrativos do Ministério Público no Rio Grande do Sul e no país, como pode ser percebido pelos exemplos na tabela ao final do capítulo.

Em 08 de Outubro de 1941, o então Procurador-Geral do Estado, Abdon de Mello, fundou a Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul e a *Revista do Ministério Público*.

A AMPRGS passou a se constituir no espaço legítimo de conagração e de troca de idéias, mentor da elaboração de um pensamento e de uma ideologia que definiu os anseios de um novo perfil da Instituição adequado ao momento e antevendo, pelo planejamento, os seus desdobramentos institucionais do campo de ação. Este dado passa a ser um elemento incontestado quando percebemos que desde os momentos mais difíceis da vida nacional, nas décadas de 60 e 70, a associação teve na sua presidência os nomes que logo a seguir galgariam a direção institucional pela liderança efetiva que passaram a representar. Este argumento torna-se irrefutável – e mostra a novidade e a importância da AMPRGS – quando constatamos a seqüência dos presidentes que se incluíram neste caso: 1964-66 (Antônio Ricardo de Medeiros); 1968-70 (Ivânio da Silva Pacheco); 1970-72 (Lauro Pereira Guimarães); 1976-78 (Augusto Borges Berthier); 1978-82 (Paulo Olímpio Gomes de Souza); 1988-90 (Voltaire de Lima Moraes); e 1994-96 (Cláudio Barros Silva).

Praticamente todos os entrevistados tiveram atuação junto à entidade associativa, conforme pode ser acompanhado nos depoimentos.

Sylo Soares, como membro atuante da diretoria, relata de forma

detalhada o trabalho de obtenção de fundos e a aquisição da sede campestre na gestão de Lauro Pereira Guimarães.

Outro espaço importante para o exercício de atuação no sentido da construção de um perfil institucional comprometido com as novas demandas sociais foi a realização e a participação em congressos. As entrevistas de Cláudio Barros Silva, Paulo Pinto de Carvalho (com intensa, destacada e meritória participação em congressos nacionais e internacionais, cujos princípios foram adotados no documento “Carta de São Paulo” como manifestação oficial do Congresso Mundial do Ministério Público no ano de 2000), Raul José de Campos e Walter Coelho situam estes momentos importantes de avanços, que foram também referidos por outros entrevistados.

Raul José de Campos explica que

“O Rio Grande do Sul é um Estado pioneiro nesses congressos do Ministério Público e os outros lá fizeram, demoraram, porque os nossos presidentes da Associação foram muito eficazes, entraram em contato. Então, começaram a surgir congressos dos Ministérios Públicos estaduais.”

Em paralelo às atividades da AMPRGS e dos congressos, um terceiro espaço significativo de qualificação foi a fundação da Escola do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

54

Ladislau Fernando Rönhelt, em seu depoimento, caracteriza muito bem os inícios como curso de preparação de candidatos, do qual foi diretor, e a evolução até tornar-se a escola de qualidade que se impõe hoje diante de congêneres como a Escola Superior da Magistratura.

A fundação oficial da Escola do Ministério Público data de 30/11/1983, instituída em 1982 pela Associação do Ministério Público e tendo como diretor Luiz Felipe de Azevedo Gomes.¹⁵

Já referimos a importância que teve na década de 80 o processo de acompanhamento das discussões frente à abertura política e à redefinição do formato do Estado. Nesse sentido, não pode deixar de ser registrado o papel fundamental que foi desempenhado pela AMPRGS, através de suas diretorias, em toda a atividade de acompanhamento da elaboração e da tramitação na Constituinte de 1988, enviando seus representantes para apresentar as teses defendidas pelos Promotores e Procuradores de Justiça do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, o depoimento de Cláudio Barros Silva é riquíssimo de informações sobre sua atuação e de toda a classe.

Finalmente, este conjunto de situações foi responsável pela construção histórica – fruto da ação de todos os membros do Ministério Público através de suas lideranças – que permitiu a construção de uma nova entidade

¹⁵ O histórico da Escola do Ministério Público do Rio Grande do Sul encontra-se publicado em *PARQUET – Relatório Anual da Escola Superior do Ministério Público*. Porto Alegre - Rio Grande do Sul - Brasil - 1990.

governamental comprometida essencialmente com a salvaguarda da sociedade e do Estado Democrático de Direito. Este novo perfil e o amplo leque de atuações que tem sob sua responsabilidade pública são referidos em praticamente todas as entrevistas, mas especialmente na de Cláudio Barros Silva, e a contraposição ao longo do tempo na de Alfredo do Nascimento Barbosa.

NOME	AMPRGS		MINISTÉRIO PÚBLICO	
	CARGO	MANDATO	CARGO	MANDATO
Abdon de Mello	Em 05.08.1944 recebeu o título de presidente de honra da Associação		Procurador-Geral do Estado	04.1941 a 03.1947
Antonio Ricardo de Medeiros	Presidente	1964 a 1966	Procurador-Geral do Estado	04.1975 a 04.1979
Ivânio da Silva Pacheco	Presidente	1968 a 1970	Procurador-Geral do Estado	07.1958 a 01.1959
Lauro Pereira Guimarães ¹⁶	Presidente	1970 a 1972	Procurador-Geral do Estado ¹⁷	03.1971 a 05.1974
Augusto Borges Berthier	Presidente	1976 a 1978	Procurador-Geral da Justiça	03.1983 a 03.1984
Paulo Olímpio Gomes de Souza	Presidente	1978 a 1982	Procurador-Geral de Justiça	03.1986 a 03.1987
Voltaire de Lima Moraes	Presidente	1988 a 1990	Procurador-Geral de Justiça	04.1993 a 04.1995
Cláudio Barros Silva	Presidente	1994 a 1996	Procurador-Geral de Justiça	03.1999 a 04.2001; e 04.2001 a 04.2003

Fonte: Quadro elaborado a partir dos dados fornecidos por Alessandra Gasparotto.

¹⁶ Observamos que chegou a ocupar os dois cargos no mesmo período.

¹⁷ Durante seu mandato houve alteração, através da Lei 6536, de 31 de janeiro de 1973, da denominação do cargo, que passou de Procurador-Geral do Estado para Procurador-Geral da Justiça e, a partir de 17/06/1982, pela Lei 7670, o título passou a ser de Procurador-Geral de Justiça.

Considerações finais

Acreditamos que com este texto introdutório tenhamos conseguido apontar, mesmo que muito sinteticamente, para a riqueza dos depoimentos que compõem este livro. Sabemos também que eles certamente provocarão novas interpretações e reações diante de fatos do passado institucional (o que certamente será muito frutífero).

No entanto, não podemos deixar de registrar a certeza que temos de que este livro começa a revelar uma outra face da vida institucional que estava à espera de registro. Refiro-me, sobretudo, à convicção – expressa já pelo Procurador-Geral de Justiça Cláudio Barros Silva, que tomou a si a decisão histórica de “vasculhar” a vida da Instituição implantando oficialmente o Projeto Memória e dando-lhe liberdade profissional plena, e pelo Procurador de Justiça Ricardo Vaz Seelig, escolhido para coordenar tão importante atividade – de que esta é uma Instituição que tem como maior riqueza os seus membros e que o edifício institucional de hoje é o resultado de uma soma muito fortemente articulada.

Os nomes que compõem este livro como entrevistados tinham a consciência de que foram partes constituintes desta construção (“grãos de areia” imprescindíveis!) e lembraram outros nomes que cada um considerava parte essencial. Àqueles que aqui deixaram registradas suas presenças, através de suas histórias de vida, tenho que agregar (puramente como sistematização para a leitura) o registro de alguns nomes que são recorrentes em quase todas elas. Alguns deles são pronunciados quase que com reverência (usando as palavras de Ladislau Fernando Röhnelt).

Portanto, fica aqui consignado: o Ministério Público registra neste primeiro volume muitos nomes que são importantíssimos na memória de seus membros enquanto referências na construção histórica da Instituição (muitos deles são citados também no segundo volume e outros aqui citados foram ouvidos e integrarão o segundo volume). São eles:

Abdon de Mello, Ajadil de Lemos, Alfredo do Nascimento Barbosa, Caio Brandão de Mello, João Bonumá, José Barros Vasconcellos, Floriano Maya D’Ávila, Henrique Fonseca de Araújo, Ladislau Fernando Röhnelt, Lauro Pereira Guimarães, Paulo Cláudio Tovo, Paulo Pinto de Carvalho e Peri Condessa.

E, para concluir, nada melhor do que as palavras de um dos seus membros mais ilustres e respeitados e que tivemos a honra de ouvir: Ladislau Fernando Röhnelt, que traça o perfil de nomes do ontem e do hoje da instituição. Diz ele:

“Eu quero ressaltar, eu guardo na memória, quase até religiosa, esses que engrandeceram o Ministério Público – o Abdon de Mello, o Henrique Fonseca de Araújo, o João Bonumá, o Ajadil de Lemos, o Peri Condessa e o José Barros

de Vasconcelos, entre outros, mas eu os conservo bem na minha memória porque trabalhei junto deles e sei como é que eles trabalhavam e como eles sonhavam fazer o Ministério Público (...)

O papel cível do Ministério Público era muito escasso, muito pequeno (...) inexpressivo. Hoje não. O Ministério Público tem um papel na atividade cível muito grande na defesa do consumidor, no meio ambiente, na parte das ações populares, até mesmo nos movimentos contra a corrupção. Embora seja hoje uma outra instituição que nem é igual à do meu tempo. No meu tempo não tinha nada de Direito Ambiental, Direito do Consumidor, não tinha nada disso. Nós éramos mais acusadores, preocupados em combater a criminalidade sem considerar os aspectos sociais do crime.”

Referências Bibliográficas

- BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984.
- BECKER, H. Biographie et mosaïque scientifique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, v. 62/63, juin, 1986.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- BRUÑEL, Luis. *Memória*. Porto Alegre: Adverso/UFRGS, 2000.
- CALDERA, Alejandro Serrano. *El doble rostro de la post-modernidad*. San José: El Amanecer, 1994.
- DE DECCA, Edgard. Memória e cidadania. In: —. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: SMC, 1992, p.303-339.
- FÉLIX, Loiva Otero. *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- 58 FÉLIX, Loiva Otero. *O campo do político na história*. Porto Alegre: Anpuh/UFRGS, 2000.
- FÉLIX, Loiva Otero. Política, memória e esquecimento. In: TEDESCO, J. C. (Org.). *Memória* (no prelo).
- FÉLIX, Loiva Otero. *Proposta de implantação do Memorial do Judiciário Gaúcho: Centro de Memória do Judiciário Gaúcho*. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, 2000.
- FÉLIX, Loiva Otero; GRIJÓ, Luiz Alberto. *Histórias de vida: entrevistas e depoimentos de magistrados gaúchos*. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, 1999.
- FERREIRA, M. M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. (Org.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- FERREIRA, Marieta Moraes. *Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil*. *História Oral*, São Paulo, n° 1, p. 19-30, 1998.
- GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. Porto Alegre: LPM, 1991.

GONÇALVES, Midred. *Estudos de história*. Franca: [s.n.º], 1995.

GUARINELLO, Norberto Luis. Breve arqueologia da história oral. *História Oral*, São Paulo, n.º 1, p.61-65, 1998.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984. p. 1-50.

MEIHY, José Carlos Sebe. *Manual de história oral*. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2000.

MONTENEGRO, A. F.; FERNANDES, Tânia M. (Org.). *História oral: um espaço plural*. Recife: Universitária, 2001.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v.10, p.7-28, dez. 1993.

NUNES, José Walter; MAGALHÃES, Nancy Alessio. Imagens e fala como memória e história: notas metodológicas. In: MONTENEGRO, A. T.; FERNANDES, T. M. (org). *História oral: um espaço plural*. Recife: Universitária; 2001. p. 79-89.

NEVES, Lucilia de Almeida. *Memória, história e sujeito: substratos da identidade*. *História Oral*, São Paulo, n.º 3, p.109-116, 2000.

PEREIRA, Ligia Maria Leite. *Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias*. *História Oral*, n.º 3, São Paulo, 2000. p.117-127.

RAPCHAN, Eliane S. O uso da narrativa nas ciências sociais: algumas notas e reflexões acerca de suas possibilidades. In: MONTENEGRO, A. F.; FERNANDES, T. M. (Org.). *História oral: um espaço plural*. Recife: Universitária; 2001.

SOUSA, Luis. Reaprender a pensar um mundo plural e diferente. *Revista Tempo e Presença*, ano 16, n.º 276, p.19-22, jul/ago. 1994.

VILANOVA, Mercedes. *La historia sin adjetivos com fuentes orales y la historia del presente*. *História Oral*, São Paulo, n.º 1, p. 31-42, 1998.

“Uma vida sem memória não seria vida, como uma inteligência sem possibilidade de se expressar não seria inteligência. Nossa memória é nossa coerência, nossa razão, nossa ação, nosso sentimento. Sem ela, não seríamos nada.”
(Luiz Bruñel, cineasta).

PARTE 2

As Memórias diante do historiador e para a História - As histórias de vida de:

CLÁUDIO BARROS SILVA

Cláudio Barros Silva: Eu quero registrar a satisfação de poder estar iniciando este trabalho de resgate histórico da Instituição do Ministério Público. Entendo o Ministério Público como uma das Instituições de vanguarda do Estado brasileiro, principalmente neste final de século e início do terceiro milênio. Se nós observarmos o perfil do Estado moderno, nós veremos que o Estado, há três séculos, se divide em três Poderes: o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário. Este é um conceito muito antigo. Por sua vez, o Ministério Público é uma Instituição nova, que surgiu, no Brasil, exatamente neste século, pela necessidade de haver controle, por parte da sociedade, com relação aos próprios Poderes do Estado. É uma Instituição que começou a ser estruturada na metade do século, no Brasil, embora tivéssemos sementes postas desde a Idade Média, no tempo de Felipe, o Belo, e depois na Revolução Francesa, já formalmente. No Brasil, a referência formal (se deu) a partir da Constituição de 1934. Pela evolução constitucional a partir de 1934, quando se pensou na estruturação do Ministério Público, passou-se a ver a necessidade do fortalecimento da Instituição, que tem buscado o caminho de seu crescimento. Cada

O Ministério Público não é um Poder do Estado, mas está ao lado dos Poderes do Estado.

vez mais se tem como correta a frase de Haroldo Valadão: "Se Montesquieu tivesse escrito *O Espírito das Leis* hoje, não seria tripla, mas quádrupla, a divisão dos Poderes do Estado". Isto, hoje, é real para efeitos de estrutura estatal. O Ministério Público não é um Poder do Estado, mas está ao lado dos Poderes do Estado. Não é subordinado aos Poderes do Estado, tendo perfil, autonomias e independência próprios. A Instituição não está subordinada a nenhum Poder e fiscaliza os próprios Poderes do Estado. Este é o perfil atual da Instituição. Muitos colegas nossos, de [diversas] formas, no seu dia-a-dia, nas Promotorias, atendendo pessoas e agindo em sua defesa, construíram a Instituição. Não só aqui no Estado, mas em todo o País. Acho, assim, que este é o momento de resgatar exatamente isso, buscando as pessoas que, durante a sua vida, de alguma forma, construíram a Instituição que temos hoje. Digo isto porque entendo que a importância do Procurador-Geral, neste Projeto, é poder oportunizar as reflexões a respeito da história do Ministério Público. Então, o meu depoimento seria exatamente para justificar a importância deste Projeto, que busca resgatar a história do Ministério Público.

Projeto Memória: E a sua história?

¹ Entrevista concedida ao Programa de Memória Oral do Projeto Memória do Ministério Público do RS em 9 de agosto de 2000.

² Procurador-Geral de Justiça. 1999-2001 e 2001-2003.

Cláudio Barros Silva: A minha formação de família é de lidadores do Direito. Meu avô era advogado, meu pai é advogado e, ao me formar, tive a oportunidade de trabalhar no seu escritório. É um advogado que tem mais de cinquenta anos de profissão. Hoje, já com 83 anos de idade, meu pai, Zolá Emílio Silva, continua advogando. O escritório começou com o Dr. Voltaire Bittencourt Pires e, depois, com a sua morte, trabalhou com Oswaldo de Lya Pires, com Célio de Lya Pires e com Érico Barone Pires. Estes advogados fizeram e ainda fazem a história deste Estado como advogados. Estive seis anos trabalhando no escritório: primeiramente, como estagiário e, após, como advogado. Depois, fiz concurso para a magistratura, trabalhando por um ano e meio. Em 1982, ingressei no Ministério Público justamente por ver na Instituição a sua vinculação à defesa da sociedade, à defesa do interesse público, à defesa das pessoas menos favorecidas, segmentos que precisam, de forma clara, da proteção e da mão do Estado. Isto foi o que motivou o meu ingresso na Instituição. E essa vinculação inicial me levou a assumir, com outros colegas, a luta pela estruturação da Instituição neste final de século.

Projeto Memória: Como foi esse trabalho?

Cláudio Barros Silva: Como disse, entrei em 1982 no Ministério Público. Já havia feito o concurso em 1978

(...) ingressei no Ministério Público justamente por ver na Instituição a sua vinculação à defesa da sociedade, à defesa do interesse público, à defesa das pessoas menos favorecidas (...)

e fui até a fase final, a prova de Tribuna. Logo que ingressei, tive um referencial. Foi publicada uma lei federal que passou a ser de extrema importância na formatação da Instituição, a Lei Complementar nº 40, de 14 de dezembro de 1981. Essa lei traçou o perfil institucional e deu à Instituição as autonomias que estão, hoje, no texto da Constituição. Deu ao Ministério Público a legitimidade de ser uma Instituição do

Estado e não do governo. Tínhamos, de fato, uma ideologia institucional, e o resultado desse pensamento ideológico dos nossos colegas foi colocado formalmente no texto da Lei Complementar nº 40. Eu entrei em abril de 1982, quatro ou cinco meses depois de promulgada a Lei. Iniciei o meu trabalho em um Ministério Público diferente. Toda a minha turma, que era grande, 57 colegas, ingressou na Instituição com esse novo perfil. A partir da Lei Complementar nº 40, o Ministério Público deu um salto efetivo, mormente com relação a direitos fundamentais e direitos de cidadania. A Instituição teve um outro marco histórico, neste final de século, a chamada Lei da Ação Civil Pública, [na qual] o Ministério Público assumiu o seu papel de tutor e motivador da defesa dos interesses massificados da sociedade. Então, matérias como a do meio ambiente, a do consumidor, do patrimônio público, do patrimônio histórico, estético, turístico, paisagístico, enfim, uma série de

novos direitos formais, que são da sociedade, passaram a ser também tutelados a partir de 1985. E isto levou aqueles colegas que começaram a experimentar a mudança do perfil do Ministério Público, a partir da década de 80, a passarem a pensar numa Instituição cada vez mais forte, com a necessidade da presença formal no texto da Constituição, [o que] ocorreu [em] 1988. A década de 80 foi a da efervescência institucional. Houve um salto. Deixamos de ser uma Instituição vinculada ao Poder Executivo para sermos uma Instituição ao lado dos Poderes do Estado, com garantias fundamentais para fiscalizar os próprios Poderes do Estado. De todas as instituições públicas deste País, a que mais cresceu foi a do Ministério Público. Formalmente, o Ministério Público assumiu uma posição constitucional invejável, que, até aquele momento histórico, sequer os colegas, que sonharam em determinado momento, pensavam que pudesse ser realizada como sonho. Em 1988, nós tivemos um trabalho extremamente efetivo com relação à consolidação da posição institucional. Lembro, assim - já que estamos trabalhando no resgate da história mais recente da Instituição -, o trabalho de pessoas que tiveram um papel essencial naquela época. Exemplo: o colega José Antônio Paganella Boschi, hoje desembargador. Ele era o presidente da As-

Houve um salto. Deixamos de ser uma Instituição vinculada ao Poder Executivo para sermos uma Instituição ao lado dos Poderes do Estado, com garantias fundamentais para fiscalizar os próprios Poderes do Estado.

sociação do Ministério Público naquele momento. Também tínhamos o colega Tupinambá Pinto de Azevedo, que era o diretor da Escola Superior do Ministério Público. Esses colegas, juntamente com o Procurador-Geral de Justiça da época, o colega Paulo Olímpio Gomes de Souza, tiveram um papel fundamental na consolidação da Instituição. Liderando no Estado e trabalhando em conjunto com colegas de outros Estados brasileiros, conseguiram que o legislador colocasse no texto da Constituição exatamente aquilo que nós, durante muito tempo, sonhamos como sendo o ideal para nossa Instituição. Reconheço esse trabalho, porque vivenciei o momento, como relator de grupos de estudos que a Escola Superior do Ministério Público instituiu. Tupinambá era o diretor da Escola, Adalberto Pasqualotto era o supervisor e eu trabalhava como relator de grupos presididos pelo colega Agenor Casaril, que elaboravam propostas para o aperfeiçoamento institucional. Lembro das discussões que tivemos em 1987 a respeito, por exemplo, do princípio do promotor natural e do princípio da independência funcional, que foram muito bem colocadas dentro do âmbito da Escola. Isto serviu para que os colegas pudessem sugerir ao legislador constituinte o princípio da independência funcional, que hoje

tem foro constitucional, e o princípio do promotor natural, que está vinculado à garantia de inamovibilidade. Estes princípios são, hoje, garantias, não do promotor, mas da sociedade, que quer ter um promotor intocável, isento e que possa trabalhar para a realização dos seus interesses. Isso é história e está, inclusive, dentro da história da própria Escola Superior do Ministério Público.

Projeto Memória: Há documentos sobre esses fatos?

Cláudio Barros Silva: Esses documentos talvez tenhamos condições de resgatar na Escola, com as propostas que foram feitas. Após 1988, com o texto da Constituição, que permitiu um avanço muito grande da Instituição, vieram,

por exemplo, o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que foram legislações que buscaram regulamentar aquilo que o legislador constituinte pensou

sobre a postura que deveria ter a Instituição do Ministério Público, assumindo, de forma clara, a defesa dos direitos dos consumidores, que são direitos massificados, bem como os direitos da infância e da juventude, que são direitos de cidadania e de uma sociedade que necessita avançar. Priorizando a educação e resgatando a criança, teremos, com certeza, um futuro muito melhor. Então, esses novos direitos passaram a ser a motivação da ação da Instituição. Passamos a nos organizar para

enfrentarmos essas questões no momento pós-Constituição. Logo após, em 1993, tivemos a regulamentação da Instituição, através de duas leis: a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, a Lei nº 8.625, e também a Lei Complementar nº 75, que é a Lei do Ministério Público da União, e que se aplica, também, aos Estados, de forma subsidiária. Lembro que, nessa época, já estava militando efetivamente na Associação do Ministério Público, como diretor, no Departamento de Interior. O presidente era o colega Voltaire de Lima Moraes, hoje desembargador. Nós estávamos acompanhando, por exemplo, a elaboração da Lei nº 8.625, a Lei Orgânica Nacional, e tivemos embates em Brasília com re-

lação à regulamentação do controle externo, que está previsto na norma constitucional e que deveria estar regulamentado na nossa lei nacional. Nós nos deparamos, em determinado dia, na véspe-

ra da votação, em Brasília, onde éramos cerca de vinte ou trinta colegas, com a resistência dos delegados de polícia, que estavam em número bem maior no Congresso Nacional. Havia um impasse que travou a votação de nossa Lei Orgânica. Tivemos, durante um dia, graves discussões, até que, [por intermédio] do colega Voltaire, encaminhamos as soluções - pois ele era presidente da Confederação Nacional do Ministério Público na época. Falava pelos delegados de polícia o Deputado Wilson Müller

Estes princípios são, hoje, garantias, não do promotor, mas da sociedade, que quer ter um promotor intocável, isento e que possa trabalhar para a realização dos seus interesses.

Rodrigues, e, vencido o impasse, a Lei Orgânica foi votada e aprovada. A Lei Orgânica do Ministério Público é das poucas legislações previstas na Constituição que foram aprovadas pelo Congresso Nacional. A Constituição brasileira determinou que o Congresso Nacional regulamentasse a organização do Ministério Público. Houve a regulamentação exatamente pelo trabalho de colegas, que foi feito em nível nacional. Depois, passamos por alguns processos que foram também difíceis. Do final de 1993 até o final de 1994, tão logo passados os cinco anos de promulgação da Constituição, iniciamos o processo de revisão da [mesma]. No processo revisional, o relator no Congresso Nacional era o atual Ministro do Supremo Tribunal Federal Nélson Jobim, então deputado federal pelo Rio Grande do Sul. Havia três sub-re relatores que passaram a trabalhar na matéria. Nós nos organizamos aqui no Estado. Eu era vice-presidente da Associação do Ministério Público.

Projeto Memória: Quem era o presidente?

Cláudio Barros Silva: O presidente era o colega Paulo Ricardo Tonet Camargo. Nós trabalhávamos da seguinte forma: organizamos um grupo de estudos em Porto Alegre, coordenado por mim, e fazíamos as sugestões para a revisão constitucional aos colegas em Brasília. Nós recebíamos os textos de Brasília e trabalhávamos no aperfeiçoamento, mandando sugestões, como propostas de emenda

ao texto sugerido pelo relator. Trabalhamos assim por quase um ano. Com certeza, encaminhamos para o relator mais de trezentas propostas de aperfeiçoamento do texto da Constituição. Não só com relação ao Ministério Público, mas com relação a todas as matérias da Constituição. Esse foi um processo forte naquele momento, que acabou sendo concluído um ano após, pois o processo revisional demorou exatamente um ano. O Congresso Nacional teve, naquele momento, a oportunidade de modificar e aperfeiçoar o texto da Constituição, porque era unicameral e precisaria apenas de cinquenta por cento mais um dos votos, ou seja, a maioria absoluta do Congresso, e não a maioria da Câmara dos Deputados e do Senado, em duas votações, como determina o artigo 60 da Constituição. O Congresso Nacional teve a oportunidade de mudar o que quisesse, num processo extremamente fácil. Todavia, consegui fazer somente seis emendas constitucionais.

Esse trabalho foi feito pela Associação do Ministério Público e envolveu muitos colegas no nosso Estado. As propostas daqui eram encaminhadas para Brasília pela Associação para

os colegas que atuavam na Confederação Nacional e trabalhavam diretamente no Congresso Nacional.

Projeto Memória: E após a revisão?

Cláudio Barros Silva: Vencido o momento da revisão, passamos a ter outros problemas, não relacionados à Instituição, mas ao nosso País, com relação ao respeito das normas cons-

titucionais, pois este fato sempre foi da atenção do Ministério Público. O atual Presidente da República, que depois foi reeleito, tão logo assumiu, resolveu modificar a Constituição. Nós passamos a receber *kits* de reforma constitucional. Como não aparecia o efetivo trabalho político e administrativo, (começaram a surgir) reclamações da sociedade. Ao invés de enfrentá-las, o governo mandava propostas de reforma ao Congresso Nacional e dizia, por exemplo, que pretendia reformar o Poder Judiciário. Colocava, então, na pauta de discussão, durante anos, a reforma do Poder Judiciário. Aí, resolvia reformar a Previdência. Durante anos se discutiu a proposta de reforma da Previdência no Congresso Nacional. Decidiu, então, reformar a Administração Pública. Discutiu-se isso durante anos. Com isso, passou discutindo, por quatro ou cinco anos, reformas constitucionais. De fato, a sociedade não soube o resultado das políticas de governo, pois teve a sua atenção desviada para reformas. O que foi feito como realização em benefício da sociedade em quase oito anos? Praticamente nada. É assim que penso. Estamos terminando, agora, o pacote de reforma do Poder Judiciário e do Ministério Público. Estaremos, logo em seguida, entrando no *kit* de reforma da Segurança Pública, com as reformas das Políticas Civil e Militar. Depois vem o *kit* de reforma tributária. E, assim, nós vamos até terminar os oito anos de administração do atual governo. Só que, para as pessoas que têm senso crítico, que têm a responsabilidade de pensar sobre essas coisas, isso tudo significa a necessidade de es-

tarmos sempre prontos e prevenidos para o enfrentamento de todas as dificuldades que possam ser colocadas. Nós tivemos, de fato, *kits* de reformas: primeiramente, a administrativa; depois, a previdenciária; e, por fim, a do Poder Judiciário e do Ministério Público. Enfrentamos, diversas vezes, embates muito fortes, até porque a proposta de reforma do Poder Judiciário e do Ministério Público não teve início agora.

Projeto Memória: Quando iniciou?
Cláudio Barros Silva: Há exatamente cinco anos, de forma flagrantemente inconstitucional. Houve um trabalho efetivo da Confederação Nacional do Ministério Público de acompanhamento, com apoio fundamental de deputados, dentre os quais destaque o eminente colega Jarbas Lima. Depois de ser eleito presidente da Associação do Ministério Público e vice-presidente da Confederação Nacional do Ministério Público, passei a trabalhar não mais aqui em Porto Alegre, ajudando os colegas de Brasília, mas sim mais em Brasília, com ajuda de colegas que ficaram em Porto Alegre, apoiando o trabalho que estava sendo feito pelo Ministério Público brasileiro na Capital Federal. Acho que este tem sido o perfil histórico-moderno da Instituição. Nestas modificações mais recentes, por exemplo, na proposta de reforma do Judiciário, o trabalho feito pelo Ministério Público e pela sociedade no Congresso, até pelo respeito que a Instituição tem hoje, foi reconhecido, de forma clara, inclusive no aperfeiçoamento do texto da Constituição. De fato, a intenção do governo é fazer com que a Instituição volte a ser subordinada ao Poder

Executivo. Ou seja, que perca suas autonomias. Como já disse, o Ministério Público é instituição do Estado e não de governo. O governo pretende segurar a Instituição, porque é uma Instituição que acaba sendo perigosa para quem exerce o poder sem ter limites, por vezes. Nós incomodamos. Passamos, de fato, a incomodar mais desde 1988, e temos realmente preocupado as elites políticas. E cada vez vamos incomodar mais. Passamos a ter, ao contrário do que pretendia o Poder Executivo, pela respeitabilidade do Ministério Público brasileiro, o aperfeiçoamento institucional. Já na revisão constitucional, saímos melhor do que entramos. Nas reformas, nós passamos a aperfeiçoar a Instituição, tanto na reforma administrativa, onde melhoramos o texto do Ministério Público, como agora, na reforma do Poder Judiciário e do Ministério Público, onde estamos aperfeiçoando o texto do Ministério Público.

Projeto Memória: E sobre o controle externo?

Cláudio Barros Silva: Sou francamente favorável - sempre sustentei isso - ao controle externo do Ministério Público. Eu acho que não existe órgão público, com responsabilidade pública, que não tenha que sofrer

Nós incomodamos. Passamos, de fato, a incomodar mais desde 1988, e temos realmente preocupado as elites políticas.

Sou francamente favorável - sempre sustentei isso - ao controle externo do Ministério Público. Eu acho que não existe órgão público, com responsabilidade pública, que não tenha que sofrer controle externo. Ninguém consegue superar essa necessidade social.

controle externo. Ninguém consegue superar essa necessidade social. Sou francamente favorável ao controle do

Poder Judiciário, da Polícia, do Ministério Público, enfim, de todas as organizações públicas. Defendo um controle que seja social, não apenas interno. Estamos avançando, pois o controle já

está estabelecido. Necessita, apenas, a votação no Senado. Depois disso, vamos ver se conseguimos aperfeiçoar ainda mais a Instituição. Essa é a história recente da Instituição, a curta história constitucional e a sua evolução. Nós - e eu digo isso extremamente motivado, porque [estou tendo] a oportunidade de dirigir a Instituição - estamos vivendo, aqui no Estado, um momento singular, um momento especial. A Instituição, (hoje), não é administrada por uma pessoa. Quem a torna efetiva são os membros e os servidores do Ministério Público. A Instituição conseguiu angariar respeitabilidade muito grande e, pela responsabilidade que tem, passou a, efetivamente, exercer suas funções na realização dos direitos da sociedade.

Projeto Memória: E o perfil atual do Ministério Público?

co?

Cláudio Barros Silva: Estamos tendo a oportunidade de modificar o

perfil da Instituição, e, como consequência, estamos avançando muito. Há pouco tempo pregávamos, em congressos estaduais e nacionais, modificações estruturais com teses aprovadas. Digo isso porque sempre fui participante efetivo de congressos, fazendo, discutindo e aprovando teses. Aquilo que vínhamos sustentando, com teses, há muito tempo, estamos procurando concretizar. Estamos invertendo o perfil administrativo da Instituição. Nossa Instituição, por incrível que pareça, sempre teve mais membros do que servidores. Estamos invertendo a pirâmide. Tem que ser uma Instituição de ponta, com mais servidores do que membros. Passamos a trabalhar as Procuradorias e as Promotorias de Justiça, desvinculando as nossas atribuições dos juízes e das Varas Judiciais. Para nós, isso é de extrema importância. Temos cargos de promotores de justiça, na Capital e no interior, que sequer têm vinculação a Varas Judiciais para que possam estar atuando diretamente na defesa da sociedade. Por exemplo, temos Promotores de Justiça de defesa comunitária. Esses cargos foram criados em 1991. Naquela época, eu era promotor-corregedor e trabalhei intensamente com outros colegas para a criação desses cargos. Na época, foram 46 cargos novos de Promotores de Justiça, que não tinham vinculação a juízes. Todos no interi-

A Instituição, (hoje), não é administrada por uma pessoa. Quem a torna efetiva são os membros e os servidores do Ministério Público. A Instituição conseguiu angariar respeitabilidade muito grande e, pela responsabilidade que tem, passou a, efetivamente, exercer suas funções na realização dos direitos da sociedade.

or, para atenderem as comunidades, resolverem as questões locais, trabalhando as matérias mais diversas,

como, por exemplo, a improbidade administrativa. No interior, não temos o Juiz de Direito do consumidor, mas temos o Promotor de Justiça do consumidor. Não temos juiz do meio ambiente, mas temos o promotor do meio ambiente. Não temos o juiz da improbidade

administrativa, mas temos o promotor da improbidade administrativa. Este trabalho passou a ser feito a partir de 1997, quando procuramos exatamente a concretização do que a Constituição determinou como atribuição do Ministério Público. Hoje, estamos, cada vez mais, atuando nestas áreas. O caminho do Ministério Público é exatamente este, o de efetivação da cidadania plena, para que as pessoas saibam que têm direitos e que devem realizar os seus direitos. É por esta razão que eu digo que este é um momento especial, pois, de fato, estamos conscientes disso. Este é, para mim, o caminho da Instituição, ou seja, o futuro da Instituição está exatamente em assumir e realizar aquilo que o constituinte determinou. Deixar de lado praxes burocráticas de processo, coisas que não interessam, que não têm a mínima repercussão social, para trabalhar naquilo que tem repercussão social, que tem significado social e que tem retorno direto para a sociedade.

Este tem sido o caminho que a Instituição assumiu de forma muito clara.

Projeto Memória: Dr. Cláudio, junto a todo esse espírito de reforma que chegou até este momento e nes-



Figura 01 - Cláudio Barros Silva durante debate para eleição do Presidente da AMPRGS. *Réplica, Porto Alegre, Out/Nov 1994, p. 4. Acervo de José Barrôco Vasconcellos.*

se contexto de reforma, também veio a discussão da Lei da Mordada. Como se coloca isso? A quem se destinava? Como é que apareceram essas discussões?

Cláudio Barros Silva: A questão da Lei da Mordada tem, neste momento, alguns significados. De fato, o que se pretendeu com a proposta de Lei da Mordada foi fazer com que nós [ficcássemos] com receio de atuar e de falar. Quiseram impor regras para que tivéssemos o receio de manifestarmos nossas opiniões e falar sobre algumas questões. Se falássemos, estaríamos sujeitos à possibilidade de sofrermos responsabilidade civil ou criminal. Eu, com todo respeito, nunca me preocupei muito com o problema da mordada. No Projeto de Lei que o Poder Executivo colocou no Congresso Nacional, para

efeitos de calar a Instituição, a questão da mordada era muito menos importante do que outras matérias que estavam no Projeto. O que o Projeto pretendeu dizer foi o seguinte: "Aquele que se exceder deverá ser

responsabilizado". Não tenho dúvida alguma (de) que este deve ser o compromisso de todos nós que temos responsabilidade pública. Se eu me excedo na minha função pública, serei responsabilizado por isso, cível e criminalmente. Se eu ferir di-

reitos de determinada pessoa, deverei ser responsabilizado por dano moral, se for o caso. E, se também entrei na área do ilícito penal, deverei ser responsabilizado criminalmente. A responsabilização já existe, independentemente de Projeto de Lei da Mordada. Qualquer membro do Ministério Público, qualquer magistrado, qualquer delegado, qualquer conselheiro, ou seja, qualquer servidor público que ofenda uma determinada pessoa e viole regras de direito poderá ser responsabilizado, cível e criminalmente. Também quem disser coisas que não são verdadeiras, será responsabilizado. Já há previsão legal para reparação e não precisa estar escrito em lei, como a da mordada. Nós sabemos que há excessos, tanto no Ministério Público, como na magistratura e na Seguran-

ça Pública. Os excessos, que são a exceção, passam a ser objeto da retaliação do Poder Executivo. No nosso Estado, estamos muito cômicos com relação a isso, não se vêem excessos. Não vejo um Promotor de Justiça ir para o jornal dizendo que determinada pessoa praticou um fato. Só fará isso depois de ter o resultado efetivo de uma ação. Mas temos problemas em nível nacional. Alguns colegas nossos, que são os que

aparecem na grande mídia, por vezes, fazem acusações, sem ter, ainda, uma prova substancial. Isso tem preocupado a todos nós. Somos doze mil em todo o Brasil, e alguns vão um pouco além do que nós entendemos como sendo o normal. Entram na esfera da intimidade, na esfera da restrição de direitos e nas limitações constitucionais. O direito de um vai até onde começa o direito do outro. Isso tem que ficar muito claro. No nosso Estado, não temos problemas, pois o Ministério Público tem superado muito bem essa questão. Todavia, o Projeto da Lei da Mordada tinha outras questões que eram extremamente graves.

Projeto Memória: Quais questões?

(...) o futuro da Instituição está exatamente em assumir e realizar aquilo que o constituinte determinou. Deixar de lado praxes burocráticas de processo, coisas que não interessam, que não têm a mínima repercussão social, para trabalhar naquilo que tem repercussão social e que tem retorno direto para a sociedade. Este tem sido o caminho que a Instituição assumiu de forma muito clara.

(...) o que se pretendeu com a proposta de Lei da Mordada foi fazer com que nós [ficcássemos] com receio de atuar e de falar. Quiseram impor regras para que tivéssemos o receio de manifestarmos nossas opiniões e falar sobre algumas questões.

Cláudio Barros Silva: Uma das questões preocupantes que o Projeto colocava era com relação à matéria da improbidade administrativa. Por exemplo, os administradores públicos

municipais, se praticarem crime, serão denunciados perante o Tribunal de Justiça, pelo Procurador-Geral de Justiça, e a ação penal no nosso Estado tramita em Porto Alegre, na 4ª Câmara Criminal. Nós, há oito anos atrás,

delegamos essas atribuições para um Procurador de Justiça, que trabalha com mais quatro promotores, e temos obtido resultados efetivos. Nós temos hoje prefeitos municipais que estão foragidos, alguns fugiram de presídios. Nós temos prefeitos municipais que estão

presos. Nós temos prefeitos municipais condenados, que estão cumprindo penas alternativas. Este é um trabalho feito com muita seriedade e responsabilidade por aqueles colegas, os quais denomino como "Elliot Ness e

os intocáveis". Todavia, o Projeto previa o seguinte: além da matéria criminal, a matéria cível, que não é da competência do Tribunal de Justiça ou da atribuição do procurador-geral, mas que tem juiz e promotor

natural, deveria ser também da competência do Tribunal de Justiça. Vamos supor que na cidade de Mostardas haja irregularidades. Tomando conhecimento da improbidade, mandamos o material para o Promotor de Justiça de Mostardas, para que ele entre com a ação civil. O Projeto de Lei propunha que a matéria também fosse da atribuição do Procurador-Geral de Justiça, ou seja, que ele passasse a ter, também, esta função. Aqui no Estado, não teríamos maiores problemas. Nós nos organizaríamos e criaríamos outro grupo de Procuradores e Promotores de Justiça que atuariam, por delegação, na matéria da improbidade administrativa. Poderia ser que em outros estados brasileiros, talvez, não alcançássemos os mesmos resultados. O Projeto tinha esse diferencial e trazia, assim, um recuo social, pois a sociedade quer, hoje, administradores probos. Eu sempre me posicionei contra isso, até porque [há] propostas constitucionais que querem mudar, inclusive, a forma de escolha do Procurador-Geral de Justiça. Hoje ele é eleito pela classe. Os colegas todos são chamados a votar para elaborar a lista tríplice, ao contrário de qualquer outra Instituição do Estado. Essa lista tríplice é levada ao governador do Estado, que tem dez dias para escolher um dos três. Se não escolher um dos três, o mais votado passará a ser o procurador-geral. Mas se quiser escolher, só poderá fazê-lo restrito à lista. O Procurador-Geral de Justiça tem mandato de dois anos, e o governador sequer pode demitilo. Mas existem propostas de recuo no Congresso Nacional, que querem que o Procurador-Geral de Justiça

seja indicado pelo governador do Estado, sem passar por processo eletivo. Seria pessoa da sua confiança, passando a ser um cargo eminentemente político. O que é que está atrás de uma Lei como essa? Uma proposta de recuo da Instituição. Como a Instituição alçou vôo, pensam eles: "Vamos segurar, porque está voando demais". Para o Poder Executivo é muito melhor ter um Procurador-Geral de Justiça que não entre com as ações, que engavete, que se omita, que prevarique, do que ter um procurador-geral que possa incomodar, eventualmente, o próprio governante. Este é o espírito do Projeto. Há outras questões também. Procuraram fixar prazos, por exemplo, de seis meses, para uma investigação por improbidade administrativa. Todos sabem das carências estruturais da Instituição e do próprio Estado. Não há como se pensar que se possa fazer uma investigação grande a respeito, vamos supor, do resultado de uma CPI. Tivemos, no Estado, a CPI da propina. O relatório e os documentos chegaram ao Ministério Público em um caminhão. Abrir documento por documento e encontrar os caminhos que devem ser seguidos para efeito de ação civil é, por vezes, impossível em seis meses. Isto é um retrocesso. Muitas vezes, identificamos a improbidade e precisamos de técnicos e auditores para fazer o levantamento a respeito. Seis meses é muito pouco tempo. Esta situação colocada no projeto, de forma clara, quer evitar que se possa punir. Por exemplo, temos hoje a grande discussão nacional com relação à construção do prédio do Tribunal Regional do Trabalho de

São Paulo, em que o ex-presidente teria praticado, em tese, improbidade há cinco ou seis anos atrás. Este fato foi identificado pelo Ministério Público naquela época. Esta questão estaria "embaixo do tapete", porque não tínhamos condições de fazer qualquer investigação em seis meses, porque cada vez aparecem mais problemas com relação à própria improbidade. A proposta da Lei da Mordada, muito mais do que silenciar os membros do Ministério Público, nos leva ao retrocesso com relação aos controles necessários exigidos pela sociedade.

Projeto Memória: Dr. Cláudio, o senhor teve uma intensa participação, em todas essas lutas, para que na Constituição fosse colocado um espaço para o Ministério Público, como ele hoje tem. Seria interessante que o senhor pudesse nos relatar um pouco que tipo de luta, no Congresso, os bastidores, as pressões, as dificuldades até. E também essas diferenciações regionais, porque se percebe pela sua fala, no exemplo ficou muito claro isso, que no Rio Grande do Sul há toda uma tradição de autonomia jurídica. E em outros Estados, sobretudo no Nordeste, sabe-se que existem pressões políticas muito fortes. Seria possível nos relatar um pouco do que foi esse um ano de discussões, de emendas?

Cláudio Barros Silva: Primeiramente, as pressões políticas existem em todos os locais, Estados e regiões. O que importa hoje é a autonomia do Ministério Público. O meu envolvimento não foi de um ano. Durante um ano, trabalhamos aqui propostas à revisão constitucional. Eu praticamente morei em Brasília, ia to-

das as terças-feiras, voltava todas as quintas-feiras, por cerca de quatro anos. Isso fez parte do nosso trabalho...

Projeto Memória: Eu me referi a um ano, pelo período em que foram encaminhadas aquelas trezentas emendas. Era um momento de luta aqui.

Cláudio Barros Silva: Aqui, mas a luta lá era maior. Naquela época, eu estava aqui. O presidente da Associação do Ministério Público era o colega Paulo Ricardo Tonet Camargo; eu era (o) vice-presidente. O Procurador-Geral de Justiça era o hoje Desembargador Voltaire de Lima Moraes. Eu ia a Brasília, mas viajava muito menos. Os colegas que estavam trabalhando no Congresso Nacional é que recebiam as propostas. Nós trabalhávamos mais através do fax e de malotes. Este trabalho - tenho a impressão - está todo registrado na Associação do Ministério Público. Na época da Constituição, em 1988, eu era Promotor de Justiça no interior, embora fosse relator de um grupo de apoio que a Escola montou. Vinha do interior, todas as semanas, para as reuniões. Era Promotor de Justiça em Santa Cruz do Sul, onde atuei na entrância intermediária. Quando fui para Santa Cruz do Sul, ainda era terceira entrância, mas depois foi transformada em intermediária. [Lá] participávamos do 9º Núcleo da Associação e desenvolvíamos um trabalho muito grande. Éramos diversos colegas: Agenor Casaril, Tibiriçá Brum Pires, Octávio Augusto de Souza, Miguel Bandeira Pereira, Joarez Carvalho, César Ferreira, entre outros. Havia dois deputados federais que

tinham sua base eleitoral em Santa Cruz. Um era, também, colega nosso, Ivo Mainardi, que já faleceu e prestou um serviço muito grande à Instituição do Ministério Público e a este Estado. E o outro, que ainda é hoje deputado federal e já foi Secretário de Estado, o Deputado Telmo Kirst, com quem nós sempre tivemos, também, uma ótima relação, pois sempre teve o maior respeito pela Instituição do Ministério Público, acolhendo de forma muito clara as propostas da Instituição. Nós, pela Associação do Ministério Público, tínhamos assim um trabalho montado em todo o Estado, onde os colegas, em cada região, falavam e tinham contato direto com os deputados federais, nas suas bases. Normalmente, os deputados federais assumiam compromissos com o aperfeiçoamento da Instituição do Ministério Público. Naquela época, quando do processo constituinte em 1988, tínhamos um colega, que foi colega de turma, o Deputado Ibsen Pinheiro, e que, após, foi o presidente da Câmara dos Deputados. Ele, como deputado federal e presidente da Câmara dos Deputados, trabalhou intensamente também as questões referentes ao Ministério Público. Como deputado federal na época, foi o mentor político do texto constitucional do Ministério Público. Após, foi o presidente da Câmara dos Deputados na época da Lei Orgânica Nacional, a Lei nº 8.625. O colega Ibsen Pinheiro tem, com relação à Instituição, responsabilidade pelo seu perfil institucional moderno. Isso é extremamente importante, até para que se possa resgatar esta história. Mas o meu trabalho, no Congresso

Nacional, se deu de forma muito clara durante quase quatro anos de acompanhamento de todas as modificações e transformações constitucionais que foram propostas neste País, na segunda metade da década de 90.

Projeto Memória: Como era feito esse trabalho?

Cláudio Barros Silva: Trabalhando em Brasília, conversando com os deputados federais, nas Comissões, trocando idéias e prestando esclarecimentos. Lembro oportunidade em que nós, da CONAMP, através do colega Cláudio Brito, também jornalista, levamos Barbosa Lima Sobrinho, certa vez, a um grande painel na revisão constitucional na Câmara dos Deputados, pois havia a possibilidade de um recuo institucional, em razão de proposta do Governo Federal. Barbosa Lima Sobrinho, que fora Promotor Público em Pernambuco, governador do Estado e um lutador pela democracia - [constituindo-se num] referencial sobre a ética política neste País -, sustentava, de forma veemente, a necessidade de a Instituição ser independente na construção do Estado Democrático de Direito. Nós estávamos dentro do Congresso Nacional, organizados na defesa do Ministério Público. Esse contato com os nossos senadores e com os nossos deputados federais passou a ser efetivo e permanente, exatamente para efeitos de poder aperfeiçoar os nossos textos. São inesquecíveis os momentos decisivos de votação no plenário, com relação às reformas. Na reforma administrativa, por exemplo, na Câmara dos Deputados, o Governo foi discutir a quebra da

integralidade das aposentadorias dos servidores públicos e perdeu no voto. Melhor, perdeu por um voto do Deputado Federal Antônio Kandir, de São Paulo, que fora Ministro de Estado e que teria errado ao votar. O que isto significava para nós, naquele momento dentro do Congresso, é inenarrável. Passamos meses conversando com deputados federais, dentro e fora do Congresso Nacional. Apesar de toda a força do Governo Federal, obtivemos uma grande vitória. Estávamos presentes, entrávamos no Plenário e conversávamos com os deputados daqui do Estado e com outros deputados federais. Tivemos sempre o respaldo de alguns deputados, para alcançarmos o resultado pretendido. A Confederação Nacional do Ministério Público comprou um imóvel em Brasília, na nossa administração - eu era vice-presidente. Hoje, está cada vez mais presente dentro do Congresso Nacional. E não só no Congresso. No Supremo Tribunal Federal, em permanente contato com os Ministros. Por exemplo, o Ministro Eliseu Padilha, quando era líder do Governo, sempre apoiou nossas causas. Nós conversávamos muito. Sempre foi muito franco para dizer: "Isso aqui não dá, aquilo é possível". Esses eram os nossos contatos. Cada colega falava com os deputados com quem tinha relação de amizade. Para alguns, eu era o contato. Víamos onde poderíamos avançar, bem como onde não teríamos condições de avançar. Havia outro colega nosso, que agora se exonerou do Ministério Público e está morando em Brasília, o Paulo Tonet Camargo, que foi presidente da Associação e Subprocurador-Ge-

ral de Justiça, e que sempre teve um trabalho também efetivo nessa época. Tonet Camargo continua auxiliando muito a Instituição. Nós estávamos em Brasília, em todas as semanas, com colegas de outros Estados, e alcançávamos resultados efetivos neste trabalho difícil e desgastante.

Projeto Memória: Como [vê] agora, enquanto Procurador-Geral de Justiça, e com toda essa bagagem de ter percebido a fase de afirmação do Ministério Público, o relacionamento com aqueles membros mais antigos, que vinham de uma outra fase, uma outra visão do Ministério Público? Como é que eles sentiram isso? Porque é uma mudança grande...

Cláudio Barros Silva: Com certeza. Mas uma coisa tem que ficar muito clara. A Instituição não está pronta. Ela tem muito caminho ainda para trilhar. Acho, assim, que os colegas que estarão administrando a Instituição, num futuro muito próximo, terão a responsabilidade de buscar o aperfeiçoamento e consolidar a Instituição. Nós estamos vivenciando um momento de avanço institucional muito intenso e de reconhecimento social. Há, no entanto, a possibilidade de reações. Vivemos no sistema de freios e contrafreios, de pesos e contrapesos. Amanhã, poderemos estar sendo alvo de um mau propósito para tentar diminuir a Instituição, na medida em que ela está crescendo hoje mais do que as elites políticas poderiam esperar. A Instituição do Ministério Público deve muito aos colegas que lutaram pela sua grandeza. Não há um novo Ministério Público, pois

nós sempre tivemos apenas um Ministério Público. O Ministério Público dos nossos dias é um pouco diferente do Ministério Público de ontem. Hoje, vê-se que o Ministério Público foi construído pelos colegas no seu trabalho diário. Todo colega tem algo a dizer sobre o trabalho de consolidação institucional. A história do Ministério Público é riquíssima. Eu sou um apaixonado pela história da Instituição, e tenho tido a oportunidade de conhecer alguns fatos históricos que demonstram o que estou dizendo. Recebi um livro do presidente do Instituto dos Advogados, um alagoano que milita na advocacia em nosso Estado, em que ele delineia a importância da influência da Escola de Recife na magistratura do Estado do Rio Grande do Sul. O livro traz o perfil dos magistrados na primeira metade do século¹⁸, só que a grande maioria daqueles magistrados foram promotores públicos antes de serem juízes. Tiveram eles, também, um período institucional definido naquele momento histórico. Naquela época, eram designados pelo Poder Executivo para exercerem suas funções. Podiam ser demitidos também pelo Chefe do Poder Executivo. Vivíamos, no início do século, neste Estado, com intensidade, o sistema castilista, com influência muito clara, depois, em Borges de Medeiros, em que a forma de administrar era

Nós estamos vivenciando um momento de avanço institucional muito intenso e de reconhecimento social. Há, no entanto, a possibilidade de reações.

impositiva, de cunho eminentemente positivista. O positivismo fez com que nós tivéssemos uma história de pessoas vinculadas a uma administração e servis, por conseguinte, a ela. Nossa Instituição começou com esse perfil. No entanto, temos muitos momentos de luzes institucionais. Para mim, o momento mais importante da Instituição foi ainda na época do Estado Novo, em que tínhamos Cordeiro de Farias como Interventor no Estado, e o procurador-geral chamava-se Abdon de Mello. Ele teve um período, [no] final da década de 30, como procurador-geral, depois se afastou, foi Secretário de Estado, e voltou a ser procurador-geral. Na época, chamava-se Procurador-Geral do Estado. Em 1942, foi promulgado o Decreto nº 564, de 24 de junho, que regulamentou o Ministério Público. Ali, traçou-se, pela primeira vez, o perfil institucional. Se olharmos o conteúdo da norma de 1942 e pensarmos, veremos que, hoje, há uma fotografia de uma Instituição praticamente idêntica. Foi lá que nós começamos a formar o nosso perfil. Regulamentou-se o concurso público para ingresso na carreira. Tivemos avanços [em] relação às garantias, à integralidade e à aposentadoria. Tivemos, naquela época, o 1º Congresso Nacional do Ministério Público, em São Paulo, em que o nosso Ministério Público foi representado [pelos] colegas Dámaso Ro-

¹⁸ Refere-se à obra *A Escola de Recife no Rio Grande do Sul: influência dos nordestinos na magistratura e nas letras jurídicas no Rio Grande do Sul*, de José Francelino Araújo. Ed. Sagra-Luzzato/Ritter dos Reis/IARGS, Porto Alegre, 1996.

76

cha e Luiz Lopes Palmeiro. Eles foram a São Paulo com o propósito de expor para o Ministério Público brasileiro exatamente aquilo que estava sendo feito aqui por Abdon de Mello, que não foi, pois, no mês de junho, estava regulamentando o Ministério Público através do Decreto que acabou sendo promulgado naquele período. No dia 8 de outubro de 1941, foi fundada a Associação do Ministério Público. O motivador da criação da Associação do Ministério Público foi, também, Abdon de Mello. Ainda naquele período de 1941, foi criada a Revista do Ministério Público. Inclusive, na nova etapa da revista, em 1973, se não me engano, o Procurador-Geral de Justiça era o colega Lauro Pereira Guimarães, que lançou o número um de novo. Tem a reprodução da capa e de algumas questões da revista número um, de 1941. Este é um referencial histórico para nós. Nós estávamos no Estado Novo, sob um regime fechado, com problemas sérios, mas a Instituição fermentava com (o) calor de seus membros para o seu crescimento. Este homem tem, para efeitos do Ministério Público de hoje, um significado muito grande. Se pegarmos aqueles textos da revista, os livros que Abdon de Mello escreveu, dois livros sobre o Ministério Público, vamos ver que ele trabalhava com outros grandes colegas que formaram o nosso perfil histórico. Por exemplo, Henrique Fonseca de Araújo foi Promotor Público neste Estado, naquele período, e acabou sendo Procurador-Geral da República. Tivemos grandes promotores e grandes magistrados, pois muitos saíram do Ministério Público para a magistratura. Tivemos um

Procurador-Geral, Floriano Maya D'Ávila, também com o referencial institucional, na década de 50. Tivemos, em 1964, a Revolução. Em consequência, o Ministério Público mudou o seu perfil constitucional. Na Constituição de 1934, até 1937, o Ministério Público tinha forte presença. Foi a primeira vez que apareceu no texto da Constituição Federal. Em 1937, com o Estado Novo, [acabou sendo retirado]. Em 1946, voltou a estar presente, fortalecido pelo trabalho dos colegas. Em 1967, foi reproduzido exatamente o texto constitucional de 1946. Mas em 1969, com o Ato Institucional nº 1, tivemos um novo retrocesso, e o Ministério Público passou a estar dentro do capítulo do Poder Executivo, sendo um órgão da lei e da sua execução. Mas, nas décadas de 60 e 70, nós tivemos procuradores-gerais muito bons. Desenvolvemos a Instituição, mas sofremos restrições na atuação funcional. Aqueles colegas que experimentaram o avanço institucional nesse período passaram a construir a ideologia da Instituição. Foi fundada, então, a Confederação Nacional do Ministério Público, na época, CAEMP, em 1971. Realizamos um Congresso aqui no Estado, em 1981, onde foi criado o Conselho Nacional dos Procuradores-Generais de Justiça. As consequências desse trabalho resultaram nos Congressos em Minas Gerais, São Paulo e Paraná, na "Carta de Curitiba", [depois] na Lei Complementar 40/81 e na Constituição de 1988, ou seja, o resultado da afirmação ideológica da Instituição.

Projeto Memória: Esse período pós-Ato Institucional nº 1, em que ocorreram duas situações: a presença do

Executivo de um lado e de uma luta ideológica do outro lado, que trouxe esses frutos, como é que, na prática institucional, se colocava isso? Havia impasses muito fortes? Dá para avançar um pouco nesse relato?

Cláudio Barros Silva: Esta é outra parte da história. Vou lhe dizer, com toda sinceridade, que temos pessoas que são história viva, mas a Instituição não tem, ainda, esses registros.

Projeto Memória:

Não tem registros?

Cláudio Barros Silva:

Os registros que temos são das relações de amizade, depoimentos informais, troca de informações. Todavia, este trabalho histórico deve ressaltar esse período. Digo mais: a partir de 1981, a partir da Lei Complementar nº 40, tudo está registrado.

No entanto, a década de 60 é a mais obscura, bem como parte da década de 70, [quando] tivemos colegas com extremo destaque, como, por exemplo, Lauro Pereira Guimarães, que sempre colocaram a Instituição acima de interesses ideológicos. Esses colegas, de fato, consolidaram a Instituição. Deste período, temos alguns promotores, procuradores e Procuradores-Gerais de Justiça que poderiam esclarecer fatos. Acho que eles teriam a oportunidade de conversar e esclarecer alguns episódios desse período. Nós sabemos que, nesses quase vinte anos, a Instituição começou a se abrir exatamente no início da década de 80, pois há muitos fatos obscuros. Nós tínhamos dois gru-

pos fortes dentro da Instituição: um que dava sustentação à própria estrutura de governo e outro que sustentava a posição de oposição à estrutura governamental. Isto era muito claro. Perdemos, recentemente, do grupo que era oposição, o Dr. Nuno Carpena de Menezes, que sempre foi uma pessoa de posicionamentos contrários ao governo, com os colegas que o apoiavam dentro da Instituição, embora minoritários.

Acho que o resgate dessa época é muito importante para nós, para que possamos ter, amanhã, a visão clara do período de ditadura e o reflexo desta fase na atuação e nas posições do Ministério Público. Tivemos colegas que sofreram muito após 1964, mais no final da década de 60, entre os anos de 1968 até 1972,

quando houve mesmo o fechamento do regime, com a publicação dos Atos Institucionais e conseqüentes cassações. Certa feita, conversando com um colega que trabalha hoje em uma comissão de resgate das vítimas do processo revolucionário, ele nos noticiou sobre a relação daqueles que sofreram, na carne, os problemas daquela época. Ele nos disse que teve um colega que acabou se suicidando, exatamente em conseqüência de toda a situação. Nós tivemos colegas que foram cassados no exercício da sua atividade de Promotor de Justiça. Diversos colegas foram totalmente independentes. Outros foram servís ao regime. Agora, esta é a história que eu gostaria de conhecer

Nós tínhamos dois grupos fortes dentro da Instituição: um que dava sustentação à própria estrutura de governo e outro que sustentava a posição de oposição à estrutura governamental. Isto era muito claro.

com profundidade, como cidadão, principalmente, pois sempre sonhei com o Estado Democrático e de Direito. Acho que estes fatos não podem servir de inibição a certos colegas. Manifestar sua ideologia e os seus posicionamentos faz parte do caráter das pessoas que têm responsabilidade e estrutura moral. Ter servido ao regime autoritário ou ter resistido ideologicamente não modifica em nada o caráter das pessoas. Acho que esses momentos devem ser recons-

tituídos. Nós temos documentos vivos dessa época. A maioria dessas pessoas estão vivas e devem ser ouvidas. Poderemos fazer um trabalho muito bom neste Projeto.

Projeto Memória: Dr. Cláudio, agora, um assunto mais ameno, pós-81. Essa exposição e visibilidade, principalmente nesta última década, exposição com a imagem positiva que o Ministério Público tem diante da comunidade, em termos de ingresso, não tem significado um atrativo maior também na carreira? Isso tem influenciado ou não? Isso tem implicado numa melhora de qualidade em termos da seleção?

Cláudio Barros Silva: Eu considero que o Ministério Público tem sido uma Instituição que tem avançado. As pessoas sabem o que faz um Promotor de Justiça. Mesmo assim, nós estamos mudando. Nós estamos saindo dos Fóruns. A finalidade é que

Eu considero que o Ministério Público tem sido uma Instituição que tem avançado. As pessoas sabem o que faz um Promotor de Justiça. Mesmo assim, nós estamos mudando. Nós estamos saindo dos Fóruns. A finalidade é que as pessoas saibam, cada vez mais, onde é a casa do promotor, onde ele trabalha, bem como onde é a casa do juiz. Se quer falar com o promotor, vai à promotoria; se quer falar com o juiz, vai ao Fórum.

as pessoas saibam, cada vez mais, onde é a casa do promotor, onde ele trabalha, bem como onde é a casa do juiz. Se quer falar com o promotor, vai à promotoria; se quer falar

com o juiz, vai ao Fórum. Hoje, as pessoas vão ao Fórum, falam com o promotor e pensam que o promotor é apenas um "quase-juiz", que amanhã será um juiz. Nós estamos tentando mudar essa história, melhorando o perfil institucional, mostrando que, nas comunida-

des, [há] uma casa onde [há] promotores que defendem os seus interesses. As pessoas podem ir a essa casa, que serão atendidas. Como também o serão pelos promotores nos Fóruns, mas que serão atendidas com mais estrutura e condições, certamente, pelos Promotores de Justiça nas promotorias. Esta é uma forma clara de mostrar a identidade do Ministério Público. Ao assumirmos, efetuamos o planejamento institucional até o ano 2010. Temos certeza de que o Ministério Público estará, pela seriedade e responsabilidade, fazendo escola. Antes ou depois de 1981, o Ministério Público sempre foi uma Instituição com atrativos no Estado, tanto que os nossos concursos sempre tiveram muito mais candidatos do que os concursos para ingresso na magistratura. Normalmente dobramos o número de candidatos inscritos. Até poucos anos atrás, para fa-

zer concurso para ingresso na magistratura, tinha que ter dois anos de exercício de advocacia. Para o Ministério Público, não. Bastava ser bacharel em Direito, não precisava ser advogado. Com isso, os melhores alunos das faculdades eram selecionados por concurso, vinham direto para a Instituição e logo passavam a exercer uma função pública importante e efetiva e se apaixonavam pela Instituição. Então, nós acabávamos buscando os melhores alunos das faculdades. O judiciário percebeu esse fato e modificou as regras para ingresso na magistratura. Hoje, nós temos, no judiciário, pessoas que saem da faculdade, cursam a Escola e passam a ter direito a fazer o concurso para ingresso na magistratura, sem ter os dois anos de exercício da advocacia. Este fato pode levar à juvenização. Muita gente diz que a magistratura e o Ministério Público têm ótimos profissionais, mas (que estes) não têm a (devida) experiência para julgar ou para sustentar uma acusação em defesa da sociedade. É uma das contradições que nós vivemos hoje. Muita gente diz que é extremamente importante que todos os que entram no Ministério Público ou na magistratura [tenham] que exercer um determinado período de advocacia ou que tenham a prática do processo, vivenciando as dificuldades, para depois saber o quanto é espinhosa a função de ser juiz, bem como o quanto é difícil ser Promotor de Justiça. Não tenho restrição alguma à forma atual. Foi proposta,

Ao assumirmos, efetuamos o planejamento institucional até o ano 2010. Temos certeza de que o Ministério Público estará, pela seriedade e responsabilidade, fazendo escola.

pela Deputada Federal Zulaiê Cobra, a limitação da idade, com exercício de três anos de advocacia, na reforma do Ministério Público e do Poder Judiciário, mas não foi aprovada. Acho que hoje, ao contrário do meu tempo de formado, as pessoas que saem de uma faculdade têm uma visão de vida totalmente diferente. Isto acontece em razão da forma massificada de informações que todos recebemos atualmente. Esses jovens, com 22 ou 23 anos de idade, estão muito mais informados e maduros do que éramos na década de 70, quando me formei. Talvez não

tenham conhecimento pleno da vida, mas este conhecimento adquirimos com o passar do tempo. Conheço pessoas que, mesmo com idade, às vezes,

não têm a maturidade e a responsabilidade de um jovem de 22 anos. Assim, a questão da idade, para mim, não é fundamental. Por certo, o crescimento da Instituição e a forma que assumiu na Constituição é resultado da visão e do empenho de colegas que entraram muito antes de 1988, bem como após a promulgação da norma constitucional. Estes colegas têm uma responsabilidade muito grande na afirmação do atual molde institucional. Sempre agiram para que o Ministério Público estivesse vinculado aos interesses da sociedade, pois lutaram muito para que a Instituição fosse forte e autônoma. Há colegas que ingressaram na Instituição já formalmente estruturada, com servidores, com equipamentos de informática, com estrutura mate-

rial, com Promotorias de Justiça, com estrutura de pessoal técnico. Há, hoje, uma Instituição que se qualifica para exercer suas funções. Todavia, alguns, uma minoria, desconhecem a história institucional. O Projeto irá permitir que se saiba que a nossa história não é da administração do momento, pois ela foi construída por muitos colegas no dia-a-dia, na Promotoria e na Procuradoria de Justiça,



Figura 02 - Cláudio Barros Silva assinando termo de posse para o cargo de Procurador-Geral de Justiça. *Ministério Público do Estado do RS. Informativo nº 7, Abril 2001, cart. Arquivo Procuradoria-Geral de Justiça.*

80

ça, atendendo partes, falando com a sociedade, defendendo seus interesses. Os colegas que hoje entram sabem que receberão vencimentos compatíveis, em dia. Sabem que não é um grande salário, mas dá segurança e tranquilidade para uma pessoa de 22 ou 23 anos de idade. Vencimento diferenciado em termos (de

mercado de trabalho, muito restrito neste País de Terceiro Mundo, onde as pessoas, quando têm um emprego, ganham um salário muito baixo. Temos que fazer reflexão interna sobre esta realidade, para vermos a im-

portância de nossas funções. Acabamos de fazer um concurso, com 3.700 candidatos. Na segunda fase, 13 candidatos foram aprovados. Com os recursos, ficaram habilitados cerca de 70. No final,

foram aprovados 46. O que mostra a dificuldade para a aprovação. Mesmo assim, sabemos que os que entram terão que ter consciência das dificuldades para o ingresso e o quanto devem ser responsáveis com relação a todos os compromissos que assumem no exercício de uma função como a do Ministério Público.

ALFREDO DO NASCIMENTO BARBOSA*



Figura 03 - Alfredo do Nascimento Barbosa. Acervo pessoal de Alfredo do Nascimento Barbosa.

Alfredo do Nascimento Barbosa: Meu pai foi com a minha mãe, por ordem do governo, numa missão a Paris, receber do governo francês uma condecoração (...) A minha mãe saiu daqui, eu não sei se eu fui feito no mar ou lá. Nasci lá e fui batizado em Lourdes, na gruta milagrosa. Veja bem, a minha mãe era muito católica. E fui registrado no consulado brasileiro, que é território brasileiro. Por isso eu sou até reservista. Quando eu entrei no Ministério Público, eu levei certidão de identidade, diploma, carteira de reservista, identidade e a carteira da Ordem. Sabe qual era o meu número na carteira da Ordem? 1777. Veja bem, quando

eu me registrei havia só 1.776 advogados. Hoje há mais de cem, duzentos, não sei quantos mil.

Projeto Memória: Quanto tempo o seu pai esteve em Paris? Teve toda a gestação, o senhor nasceu lá e voltou em quanto tempo?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Um ano e sete meses. O meu pai tirou o curso da Sorbonne mais uma especialização na Alemanha, depois voltamos. Eu tinha oito anos quando perdi a minha mãe. Naquela perda foi-se o colorido da minha infância. Estava alfabetizado por ela quando fui para o Colégio dos Anjos. Aos dez anos, estava no (Colégio) Rosário e era o primeiro da aula. Tirando o primeiro primário, eram meus colegas Davi Gusmão, Pedro Pereira, os irmãos Caleia, Edi Silveira, que está aí, é um engenheiro brilhante, e outros tantos.

Mas o meu pai foi eleito deputado federal em 1932. Fui-me embora com ele para o Rio.

Projeto Memória: Em 1932, foi eleito por qual partido?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Ele era, foi feita aquela constituinte...

Projeto Memória: Partido Republicano Liberal?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Eu acho que era isso.

Projeto Memória: PRL foi o partido que surgiu em 1932.

Alfredo do Nascimento Barbosa: É, foi, pela bancada do Rio Grande do Sul. Era uma bancada só.

Projeto Memória: O nome de seu pai?

* Entrevista concedida ao Programa de Memória Oral do Projeto Memória do Ministério Público do RS em 18 de junho de 2001.

Alfredo do Nascimento Barbosa: Renato Barbosa, médico. E onde foram Ascânio Tubino, Simões Lopes, Annes Dias, Adalberto Corrêa, Raul Bittencourt e outros. O Mozart Vítor Russomano era importante. Esse homem era médico e advogado, pai do Mozart Vítor, esse que foi até Ministro do Trabalho. Bom, chegando no Rio, meu pai descuidou-se do tempo da matrícula, da minha matrícula, então eu fiquei parado um ano. E ia com ele para o Congresso porque eu era muito pequeno, não ficava sozinho no apartamento. Dez, onze anos, estava já eu no Congresso, me dando com todos eles porque nós tínhamos feito uma viagem de navio daqui de Porto Alegre até lá. Então havia uma relação deles, deputados, comigo. E assim passou aquele período em que nunca dei-

xei de estranhar porque, naquela época, discutia-se se era língua brasileira ou língua portuguesa no Congresso. A língua brasileira tinha três mil mais vocábulos do que a língua portuguesa, visto haver, na fauna e na flora, um desconhecimento total de Portugal. Veja bem. Bom, passado aquele ano, o pai botou um professor particular e eu me preparei. Então o terceiro primário estava morto, ia para o quarto e admissão. Fui preparado por um professor particular para fazer o (exame de) admissão, veja bem, no internato em Petrópolis, porque sozinho era muito difícil cuidar de mim. Então a minha adolescência foi num internato.

Projeto Memória: O senhor era o único filho?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Não, nós éramos mais. Mas dois já tinham outras vidas porque eram

muito mais velhos. Um era oito anos mais velho do que eu, outro era seis anos mais velho do que eu. Então não tínhamos ligações.

Passa o tempo no internato e eu não me sentia bem. Então a minha adolescência também foi sem sonho e sem aquela vida do adolescente, cheia. Eu era internado e, quando saía nas férias, ia para um apartamento, com a empregada, também não gostava. Preferia até voltar para o internato. Bom, aí começou a surgir dentro de mim, porque eu via filmes e lia livros, e eu gostava do quê? Do júri, do julgamento. Mas o promotor era um ignorante, era um sujeito que acusava inocentes, porque era o tema que despertava. Tudo que é prova, o cara era inocente e o

(...) eu via filmes e lia livros, e eu gostava do quê? Do júri, do julgamento.

advogado era brilhante. E eu comecei a achar que aquele homem tinha que ser diferente, o tal do promotor.

Então eu subia numa cadeira e fazia discursos. Meu avô gostava e me dava dinheiro. E o pior é que eu fazia discursos contra o Borges de Medeiros, e ele era muito borgista. Meu pai era contra, meu pai era assistente e do Gaspar da Silveira Martins.

Projeto Memória: Seu avô era quem?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Meu avô era borgista, Alfredo Soares do Nascimento.

Projeto Memória: E o nome?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Alfredo Soares do Nascimento. Ele está como oficial-engenheiro do Exército no livro *Euclides da Cunha*, como tenente-engenheiro. Pelos dois lados eu tenho história, porque meu avô paterno era irmão do Carlos Bar-

bosa, que foi Governador do Estado. Barbosa, de Jaguarão...

Projeto Memória: Carlos Barbosa era seu tio?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Era meu tio-avô. Era irmão do meu avô.

Projeto Memória: Pelo lado do avô eram todos borgistas, porque o Carlos Barbosa...

Alfredo do Nascimento Barbosa: Pelo lado do avô eram todos borgistas.

Projeto Memória: E o pai era assistista.

Alfredo do Nascimento Barbosa: Era assistista.

Projeto Memória: E como se dava a relação entre eles?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Olha, não eram... Porque, na época, a política não era o que é hoje, apesar de não ser a mazela que é hoje. Ela era uma política de homens mais sérios, porém piores relacionados, mais fanáticos politicamente. Eram os positivistas, que eram os borgistas da Escola de Comte, e eram os outros, que eram mais evoluídos. Houve uma luta para criar o posto de higiene aqui em Porto Alegre porque os positivistas não acreditavam em transmissão de doenças, em micróbios e vacinas, não acreditavam nisso. Porque o que tinha que ser, era. Bom, eu atacava isso como guri, guri de 12 anos, eu falava muito.

Projeto Memória: Então seu avô lhe dava dinheiro para os discursos contra o Borges?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Contra ele.

Projeto Memória: Como ficava seu pai nisso?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Ele tinha paixão por mim. Eu era o

neto mais velho. Mas eu fui-me embora para o internato lá em Petrópolis. O pai, deputado, eu fiquei isolado, muito isolado lá, e assim eu fui crescendo. E aquela idéia de promotor. "Eu quero ser promotor", eu dizia para o meu pai. Meu pai: "Vai-te embora". Dizia para o meu avô, eu dizia para todo mundo: "O que eu quero ser é promotor". Bom, mas eu tinha uma carência na vida, de ter uma família. Esse era o meu problema maior. Eu via os colegas com Natal, com Ano Bom, com aniversário, e o meu pai era um sujeito tão ocupado e viajava, era presidente do Corpo de Diplomacia e Tratados do Brasil, que não tinha tempo para mim. Essa era a verdade. E fazia uma pressão louca, não podia tirar menos de sete. Como eu começara tirando o primeiro lugar, e depois eu dei aquela parada e aquele salto para o primeiro ginásial, então eu já não era o primeiro lugar. Mas eu nunca fui mau aluno, mas não era o primeiro, era lá o sexto, sétimo, oitavo. Não tirava, aquele negócio de tirar dez, dez, não era mais. Bom, assim foram passando os anos e eu... Em (19)37, criou-se, no Rio de Janeiro, a candidatura Armando Sales e Zé Américo. Armando Sales, da direita, e Zé Américo, da esquerda. Mas estava se formando uma força política fantástica. Era o integralismo, com Plínio Salgado, que era um sujeito muito culto. Então se criou aquele - Deus, Pátria e Família. Era o lema do Plínio Salgado. Camisas verdes com a suástica, um pouquinho diferente da alemã, mas era uma suástica. E surgia, também, com força, Júlio Prestes com o comunismo. Tinha havido a Intentona de (19)35, tinham meio

que serenado os ânimos, surgem as eleições: o Partido Comunista botou um candidato, que não lembro qual era deles, o Armando Sales e o Zé Américo. Zé Américo era um nordesta, muito inteligente, e era apoiado pelo Júlio Prestes, porque o Partido Comunista era pequeno. E o integralismo crescendo. Isso nós estávamos em (19)35. Aí o Exército, (a) Marinha, (a) Aeronáutica e (a) Aviação se uniram. Eles não eram unidos, mas se uniram. Havia uma quizila entre a Aviação (e) a Aeronáutica, porque a Aeronáutica tinha os aviões de guerra, o porta-aviões Minas Gerais, e alguns outros aviões. O Exército achava que os aviões eram todos deles. Mas, nesse 1937, se uniram as três Armas e foram ao Getúlio e disseram, isso é uma parte da história que pouca gente sabe: "Ou o senhor fica, ou nós tomaremos conta". O Getúlio ficou e houve então o golpe, (o) primeiro golpe, 1937, (e) fechou o Congresso. Bom, meu pai voltou ao Rio Grande do Sul e eu, nessa altura, estava no quarto ano ginásial. Meu irmão, por influência familiar, já tinha entrado na Faculdade de Medicina e não estava gostando. E eu dizia: "Eu não vou nesta aí". Porque era médico... Papai era médico, os colegas dele eram médicos, o Annes Dias era médico, o Ygartua era médico, e todos da relação do meu pai eram médicos. Eu digo: "Não, negócio de tratar com doentes, pessoas mal e ver morrer, para mim não é, não é isso. Eu quero vida". Desde mocinho, aí eu já era taludinho, tinha o quê? 1937, para (19)20, 16 anos: "Eu vou fazer o vestibular de Direito". Mas havia aquela... Em casa não queriam. E aquela força

negativa e a minha ânsia, porque eu fui tumultuado na infância, tumultuado na adolescência, porque sempre estava contrariado com a vida que me era imposta... E a pressão? Porque meu pai tinha sido laureado da Faculdade de Medicina, então ele não admitia que tirasse sete, seis. Ah, era um problemão comigo. Eu sofria com o estudo, mas estudava. (Em) 1938, eu estava no quinto ano do Rosário e numa pensão. Já tinha ido de uma pensão alemã para uma pensão Carvalho, na Dr. Flores, sozinho num quarto. Sempre na minha vida era assim. Então, naquela solidão, fiquei doente, com febre, gripado, e não tinha nem uma aspirina para tomar. Não tinha campainha no quarto para chamar alguém lá. Eu comecei a me sentir um homem abatido, porque, naquela altura, eu já era homem, já tinha 17 anos. Aí escrevi para minha vó que morava em Rio Grande, velhinha. Meu avô havia falecido em 1935. Em (19)30, tinha sido eleito até deputado estadual, mas não pôde assumir por causa da Revolução de 30. Veja bem. Nesse passo histórico, a minha vida se modificou, porque eu fui para (a) casa da minha avó e a minha vó me recebeu com carinho, e ela tinha idade, mas ela era uma mãe para mim. E eu tive aquele lar ali, feito por ela, porque minha tia não era muito carinhosa e o marido dela tinha ciúmes da minha posição. Veja bem. Eu sempre fui um homem que tinha aquela coisa na minha vida que me perturbava. Aí, nessa fase, eu entro no quinto ano de ginásio Lemos Júnior, lá em Rio Grande, e havia duas moças, uma feia e uma bonita. Todo mundo na aula queria namorar a bonita. Eu olhei, mas eu trazia

uma tática comigo - mulher não se corre atrás, se deixa ela vir. Ah! 1938, eu tinha esse feito. Então fiquei quieto. Não deu outra. Ela me tocou telefone, anônima, e começou aquela conversa de telefone, e eu alimentei. Mas eu não sabia. Um belo dia, eu ia pelo corredor do ginásio, ouvi uma conversa. Era ela com uma amiga num canto assim, porque tinha outro corredor para o pátio. Estavam falando da conversa comigo no telefone. Eu digo: "Ah! Então espera". Aí, era meio-dia, e ela saiu do ginásio, ela ia a pé, eu saí atrás. Encostei, falei e dali nasceu o namoro. 1938. Tiramos o ginásio. Não tinha mais nada em Rio Grande, além do ginásio, e eu tinha que estudar. Voltei ao Rio de Janeiro porque a minha avó ia para o Rio de Janeiro. Sabe aonde? Para onde voltei? Para uma pensão. Então, outra vez, a pensão. Mas, dessa vez, era carta para Rio Grande, Rio Grande para lá, carta para cá, carta da minha avó, carta da namorada, e aquele negócio teve um seguimento. Veja bem, 1938. Bom, a vó foi para o Rio de Janeiro, eu andava meio amolado, e aí ela disse: "Não, vamos chamar o teu pai para ver direito o que é isto". O meu pai veio. O meu quarto era embaixo, uma espécie de um porãozinho, mas era bom, tinha ventilação, tudo. Mas meu pai não gostou. Pegou, me trouxe de volta. Lá voltei eu para Porto Alegre. Bom, em Porto Alegre, eu comecei a achar ruim aquela coisa, aquela pressão. Então o meu pai disse assim: "Quer saber de uma coisa, estás quase com 19 anos, tu vais dar um rumo na tua vida. Aos 21, tu tomas conta de parte da herança que tocou da tua mãe e tu vais te virar". Eu digo: "Ah, não

tem outra, estamos acertados". Mas aí eu digo: "Agora, vais fazer uma coisa para mim. Vamos a Rio Grande, nós temos que ir porque tem uma parte da herança lá, vamos estar todos lá e eu vou contigo e tu vais pedir a mão da guria em casamento". E ele fez. Nós fomos a Rio Grande. Enquanto tratava do inventário, da casa lá, que era grande, de uma chácara, um campo que tinha lá, fico noivo, (aos) 19 anos. E aí se estreitou aquilo, aos 21 anos estava casado. E estou há 58 anos casado, está aí ela. Veja bem, e eu com aquela idéia: "Não, tenho que voltar a estudar agora". Eu tomei conta do que era meu e empreguei um dinheiro, vivia do rendimento e disse assim: "Mas eu tenho que estudar". Mas Direito eram dois anos que eu tinha que tirar ainda e mais cinco da faculdade, sete anos. Olha, eu tinha, nessa altura, 22 anos e já era pai porque (em) nove meses e dez dias nasceu a primeira filha. Aí eu fiquei contente porque era minha aspiração ter uma família. Eu já me agarrei naquela guriazinha, botei o nome da minha mãe. Não, discutiu-se entre o nome da minha mãe ou o nome da mãe dela, e eu cedi. "Bom, há de vir outra." Botei o nome da mãe dela, ficou Ceci. A minha filha mais velha, Ceci. Bom, eu tenho seis netos. E, casado, vim morar numa chácara. Naquele tempo era fora, hoje não, já é mais dentro da cidade, Vila Nova, para lá da Vila Nova, Belém Velho. E pensava: "Tenho que estudar. Mas cadê força agora?". Passam mais dois anos, 23 anos, eu não tive dúvidas, me matriculei no científico, porque eram dois do científico e três de Odontologia e em cinco anos estava formado. Fui para o Julinho.

O Julinho era duríssimo, mas quem saía do Julinho passava no vestibular. Então tudo isso eu raciocinava. E foi um carro de fogo porque eu tinha muita matéria e eu estudava, estudava. Isso eu nunca deixei de fazer. Isso foi a minha força. Eu gostava e não gostava, eu não sei se vão compreender. Porque eu gostava de estudar e tinha um temor da nota. Aí eu sofria muito no exame, porque havia professores que davam notas



Figura 04 - Família de Alfredo do Nascimento Barbosa em Montevidéu, 1945 (à esquerda, em pé, seu pai, Renato Barbosa). Acervo pessoal de Alfredo do Nascimento Barbosa.

86

baixas. Seguiu-se e eu arrumei, nos negócios, um bom negócio em Pelotas, que era uma revenda de automóveis e caminhões, com uma oficina própria grande e uma seção de peças, então três. Fizemos uma firma. Fomos para lá. Mas eu não tinha casa em Pelotas. Começou a luta da casa. Então fui para a casa do meu sogro em Rio Grande. Em Rio Grande tinha umas parentes da Geni que tinham muito prestígio. Chamavam-se as tias Martins. Conseguiram uma casa boa para mim. Então eu fui para Pelotas, as gurias para o colégio e eu terminei o científico, mas não consegui. Quando chegou naquela hora, eu disse: "Bom, eu não quero nem saber, eu vou fazer Direito". Então, veja bem, dei a volta. As matérias eram diferentes. Eu fui fazer o vestibular. Consegui passar no vestibular de Direito e a Faculdade de Pelotas

era muito boa. Lá tinham-se formado Simões Lopes, Pedro Vergara, Basileu Garcia; tinham nomes no Direito. Eram os professores, era o Mozart Vítor Russomano, era o Bruno de Mendonça Lima, o civilista, foi candidato até ao governo do Es-

tado, era o filho Alcides Mendonça Lima, era o Tancredo Neves, não o candidato, um outro Tancredo, de Pelotas. Muito bom. Aí, com aquele corpo docente, qual

foi a informação que eu tive? "Não, pessoal que sai daqui passa no concurso de promotor e juiz." E eu comecei a ver o Veiguinha, o Magalhães e outros. Eu digo: "Não, é aqui que eu quero". E entrei na Faculdade de Direito. O que aconteceu comigo? Tomei gosto.

Projeto Memória: Em que ano o senhor entrou para o Direito lá em Pelotas?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Entrei na Faculdade de Direito de Pelotas em 1947. Veja que eu casei em (19)43, tinha que vencer dois anos e entrei em (19)47. Bom, lá dentro da faculdade, eu voltei a ser dos primeiros da aula porque o gosto e a matéria se coordenavam comigo. Eu não gostava de Matemática, eu não gostava de Física, eu não gostava de Química. Eram matérias que eu estudava para tirar nota, para

passar, mas eu não gostava. Chego ali, peguei Introdução à Ciência do Direito. Bah, que maravilha! Ato jurídico, ato de fato, e eu comecei, então, na matéria que me despertava o saber. E eu comecei a ser bom estudante, estudava bastante e a nota já eu esperava, a não ser com os percalços naturais de um ou outro professor. Aliás, teve um que eu briguei com ele e me fez um bem, que até hoje eu sou grato. Foi o melhor professor que eu tive na minha vida, Pereira Lima, pai, não, avô, eu acho, desses médicos que ainda andam aí.

Projeto Memória: Os gastroenterologistas.

Alfredo do Nascimento Barbosa: É, o filho foi para Medicina, e depois os sobrinhos e os netos. E eles são bons.

Mas aquele homem, ele tinha tirado curso todo da Sorbonne, todo, e da Alemanha. Ele era uma luz, mas ele era de uma exigência! E ele implicou comigo na aula porque achou que eu era um aluno bom, então ele quis provocar. Depois ele me disse: "Quis provocar". Então chegava na aula e dizia: "Barbosa, o que é isso?". Eu dizia: "Isso é reflexo...". Ele dizia: "O que é reflexo? Para falar tem que saber falar". E olha, a gente definir, de repente, uma palavra não é fácil. Então eu me lembrava do re-

Conseguí passar no vestibular de Direito e a Faculdade de Pelotas era muito boa. Lá tinham-se formado Simões Lopes, Pedro Vergara, Basileu Garcia; tinham nomes no Direito. Eram os professores, era o Mozart Vítor Russomano, era o Bruno de Mendonça Lima (...)

Mas há uma particularidade. Desde o segundo ano: "Eu vou ser promotor". E toda a aula, e todos os colegas e de outras aulas: "O Barbosa vai ser promotor", "O Barbosa vai ser promotor".

flexo do espelho e queria explicação. Ele não queria explicação, ele queria definição. Então, foi assim que eu desenvolvi dialética. Foi esse

professor que me fez desenvolver, pela briga, me desenvolveu a dialética. Ele perguntava para mim: "O senhor é favorável ao aborto?". Dizia: "Em princípio, não. Sou pelo abortamento legal, para salvar vida da gestante e para não ter o horror através do estupro". Bom, isso me caiu no exame de tribuna. Aí vem

essa situação - quarto ano ginásial. Mas há uma particularidade. Desde o segundo ano: "Eu vou ser promotor". E toda a aula, e todos os colegas e de outras aulas: "O Barbosa vai ser promotor", "O Barbosa vai ser promotor". E o professor faz um júri simulado: juiz do quinto ano, promotor do quinto ano, advogado de defesa do quinto ano, jurados do quarto ano. Vinte e um, lá fui eu. Sete, lá estava eu. Eu digo: "Mas que azar!". E o pessoal dizia, todos, todos diziam assim: "O promotor já tem um voto lá", porque todos diziam: "Barbosa é condenador". Porque eu chegava de um júri, que eu ia assistir a todos os júris no Foro de Pelotas, chegava lá com as mãos na cabeça. "Mas que jurados! Como é que podem absolver? Mas o promotor parado, o

advogado bate e havia uns rúbulas oradores." Então batiam no promotor, a oratória. Eu digo: "Ah, é! Eu vou ter que me especializar nisso, vou ter que me especializar". E aí eu saí para o quinto ano e, nessa altura, eu era orador do Jóquei Clube de Pelotas, era orador do Centro de Palestras Bevilácqua, da faculdade, e era orador no Rotary. Então eu já granjeava facilidade para falar. Fui para o quinto ano, me formei orador da turma e escrevi a primeira tese, que até hoje eu acho que ninguém parou para pensar um pouco. Estão querendo, mas ainda não fizeram. A tese era "O Sentimento da Lei". Então, essa tese era uma maneira... Porque eu dizia: "A lei fria não tem e é estática. É preciso que aconteça aquela lei, dê vida àquela lei e faça socialmente aquela lei viver." Isso eu dizia. Eu começava o meu discurso assim: "Bate o relógio, assinalam-se as horas, passam os dias, ferem-se os meses, marcam-se os anos, permanecem os séculos. É o tempo. Tudo se conhece pelo tempo e tudo se adquire pelo tempo. Isto é a vida no tempo porque, se considerarmos o tempo, não tem começo nem fim. Ele é eterno, identifica-se com Deus". Era assim que começava a minha tese. No argumento principal, eu dizia: "Mas como? O homem tem uma idéia maravilhosa, fraternidade, humanidade e liberdade, trilogia da Revolução Francesa. Camillo Desmoulins, jornalista, teve a idéia. Essa idéia fecundou a sociedade do mundo inteiro - liberdade, fraternidade e humanidade. E o que fez o francês - Danton, Marat, Robespierre? Implantou o horror. Fez uma assembléia de povo ignorante. Dali

vêm as assembléias que até hoje nós temos. Só que mandavam as assembléias, mas mandavam eles, pela oratória, e implantaram o horror decapitando, degolando, decapitando na guilhotina, todo mundo, todo mundo, bastava apontar. A nobreza..." Por que matar aquele rei que já era fantoche nas mãos do povo? Aquela rainha que, com todos os seus pecados, era uma boneca de pano? Para quê? Não, era o sangue que rolava na França. E aquilo se desenvolveu que o Marat mandou matar, porque aquela idéia era uma luz irradiada ao mundo e Camillo Desmoulins era seu autor, então Marat mandou matar Camillo Desmoulins para ele não ter prestígio. Vejam bem. Aí a noiva do Camillo Desmoulins, Carlota, matou o Marat. E mais tarde, no meio daquele horror, a guilhotina funcionava todos os dias, Robespierre manda matar Danton, que estava crescendo na força política. Vejam bem, vejam bem como a política deturpa o homem, e eu nunca fiz política. Sou politizado porque é um dever de cada um. Nunca tive partido. Fui convidado por todos, não quis, porque partido é partido, e eu era de todos. Fui convidado como estudante, fui convidado como promotor. Nunca. Todos os partidos quiseram me fazer candidato para ser representante do lugar onde eu estava. "Nessa eu não entro."

Projeto Memória: Em (19)47, o senhor entrou para a faculdade, se identificou bem, gostou, era aquela que queria mesmo. Mas o país já estava em processo de reconstitucionalização, estruturação de novos partidos. Como é que o senhor observava o momento político, ainda mais

sendo de uma família que tinha tradição política?
 Alfredo do Nascimento Barbosa:



Figura 05 - Banquete do Jóquei Clube de Pelotas realizado no Clube Comercial Pelotas, 1951. Em pé, Alfredo do Nascimento Barbosa. Acervo pessoal de Alfredo do Nascimento Barbosa.

Todos, meu avô e meu pai. Eu observava da seguinte forma: "Eu quero ser promotor e promotor não tem que ter política". Era a minha posição. Via com tristeza. Veja bem. Aquilo primeiro, a entrada do Brasil na guerra, que já foi uma coisa forçada. E aqui eu vou contar um fato para vocês que vocês também não têm conhecimento, que ninguém tem conhecimento. Mas o meu pai teve e me passou, dois fatos. O primeiro contrato do Brasil com a Inglaterra, o embaixador brasileiro queria dois por cento, embaixador brasileiro lá na Inglaterra. O inglês disse assim para ele: "Eu lhe dou os dois por cento, mas vai constar aqui no contrato e o senhor vai assinar". E consta no Itamaraty!

Então, esse país é roubado desde que o português pisou aqui. E aquele negócio do portuguesinho lá nas margens do Ipiranga [a]

dizer: "Independência ou morte!" custou milhões que a Inglaterra emprestou para Portugal e o Brasil ficou devendo! A história é diferente do que é contada. O Getúlio era honesto, mas a família... Deus nos acuda e me perdoe! Aquela frase dele, jamais eu vou esquecer: "Eu não sabia que sob os meus pés corria um mar de lama". E era

muita lama, porque ele era um homem honesto. E na guerra, nos fomos... eu quase fui. Eu não fui na guerra como expedicionário porque eu acho a guerra um absurdo. A guerra é uma coisa de louco, não tem

Eu observava da seguinte forma: "Eu quero ser promotor e promotor não tem que ter política". Era a minha posição.

explicação. A explicação de guerra é porque nós não podemos superar a lei natural, e a lei natural é do mais forte. E é irrevogável. Mas, então, dada essa explicação desse contrato famigerado lá... esse contrato era comercial, esse que o embaixador assinou. O da guerra foi diferente. O da guerra, o Presidente Roosevelt veio aqui ao Brasil, em Natal, e o Getúlio foi a Natal. O Presidente Roosevelt precisava de Natal porque o avião não tinha curso de vôo. Naquela época,

foi (19)42, não tinha curso de vôo para atingir a África lá dos Estados Unidos. Mas de Natal ele atravessava o Atlântico e chegava na África. E a África era fundamental. Não se podia perder a África. No norte da África, ali morreu muita, muita gente. Então o americano abastecia, através do avião, as forças que lutavam, primeiro com o alemão que quase tomou, aqui, e foi tomar, lá do outro lado, o Suez, e tomou Suez. Então ficava com o Mediterrâneo e saía para Ásia, pelo outro lado, com absoluto controle. Não se podia entregar a África. Mas aí o alemão cometeu um erro. Tirou Rommel de lá e botou para (a) guerra da Rússia que já estava, nessa altura, quase perdida. Porque o americano, pelo Estreito de Behring, levou todo o armamento, e o parque industrial do americano era fantástico, e não caiu uma bomba lá. O americano mandou armamento para (a) Inglaterra e para (a) Rússia. Mas mandava os foguetes que pegavam os alemães na neve e destruíram. Os tanques alemães não podiam andar na neve. Então Stalingrado fez essa barreira, e ali o alemão ficou. Mas o russo, por isso é que eu dizia sempre, dizia no Café, dizia em qualquer lugar: "Eu sou antivermelho, porque sou contra o Partido Libertador, sou contra o Internacional", vejam bem, "e sou anticomunista", porque já eu tinha assistido em (19)37, (19)35 e (19)37, o que eles fizeram no Rio de Janeiro, e tinha assistido também quando eles, no governo... Bom, isso é posterior. Eu não contei ainda do concurso. Então, estamos na guerra. Eu era casado, com filho. O Roosevelt tinha combinado com (o) Getúlio e tinha pressionado o Getúlio, mas o

Getúlio, outro fato que vocês não conhecem, tinha mandado vir três técnicos alemães (...) O alemão tinha uma esperança, e o Getúlio namorava o alemão, de vir aqui para o Brasil. Primeiro país que o alemão viria, na América, seria o Brasil. Mas o Getúlio faz aquilo lá, recebe 500 milhões, agora a cifra eu não posso dizer, com a qual ele fez a Siderúrgica Nacional. Foi dado pelo americano, foi dado, o Brasil não ficou devendo. E assim como os postos de Dakar, foi assinado contrato. Os únicos postos de guerra devolvidos pelos americanos, porque não devolveram no Japão, não devolveram na Austrália, não devolveram em lugar nenhum, mas os do Brasil eles devolveram. Terminou a guerra, acabou, foram embora, porque havia contrato assinado. Veja bem. Então o Brasil se preparava para ser um Brasil melhor. Vem a guerra. Então aquela situação se projetou. O Brasil mandou a flor da mocidade, escolhida, todos homens de um metro e tanto, e o segundo escalão, já menor, (em) que eu quase fui, para a Itália. Chegaram lá, o general americano que estava lá disse para o Zenóbio da Costa, isso é outro fato histórico que vocês desconhecem: "O senhor, com esse armamento, não toma Monte Castelo". O Zenóbio disse: "Tomo". Então o expedicionário subiu e o alemão se entocou atrás das fortalezas que havia feito. Quando o brasileiro chegou lá em cima, começou a escassear o bombardeio por dois motivos: um que o brasileiro estava chegando, outro que estava faltando já bombardeio pesado. O alemão saiu de lá (e) matou todos. Primeira expedição, matou todos. E (para) os que ficaram aqui, a

segunda expedição, (o general americano) disse: "Eu falei". Eu conhecia o Barlem, eu conhecia o Ari Corrêa, todos conseguiram voltar - eram mais amigos, estavam junto comigo, eu não fui porque era casado. Eles me contaram, ele ficou apelidado de general assassino pela força brasileira. Depois o americano forneceu um armamento fantástico, eles arrasaram o alemão em Monte Castelo e não fizeram nenhum prisioneiro, mataram todos, todos. Isso é que me contaram, os dois expediçãoários que estiveram lá. "Nós não podíamos fazer prisioneiros, matamos todos, já era hora." Bom, por isso é que a guerra é estúpida. Ah, e outra coisa, o dólar. Rothchild já havia comprado com libra-ouro Crouchi, general do Napoleão, para ganhar Waterloo, e ganhou, porque o Crouchi foi com a maior parte das forças francesas, saiu em busca de um outro que estaria não sei onde. Tudo conversa porque, quando acabou a guerra, perdeu Napoleão, exilado e tal, Crouchi foi feito marechal da França. Quantos marechais havia na França? Um, um marechal. Então, aquele banqueiro, judeu inglês, ganhou a guerra de Napoleão. Na África, o americano comprou o italiano. O italiano tinha que levar gasolina para os tanques alemães, não levou. Veja bem o que é. Em tudo há sujeira.

Bom, agora vamos amenizar. Em (19)47 eu já estava... Aí entrei na faculdade, fui orador da turma, fiz a tese. Saliente-se que nessa tese tinha uma comparação histórica, porque [o] professor dizia que a América, do pólo Norte ao pólo Sul, era zero. Que toda a história, cultura, ciência, estava na Europa. Eu dizia para

ele: "Mas, professor, e o refrigerador? Senão o senhor teria carne podre na sua casa. O guarda-chuva? Senão cai chuva na sua cabeça. E o pára-raios também? Senão cai raio lá também". O pessoal ria, e ele ficava brabo. "E o telefone com o qual o senhor comunica quando não vem à aula?" E eu picava e ele me dava bordoadas. Mas eu era um homem casado, pai de filho. Eu fazia aquilo, e aquilo me desenvolveu. Então no discurso eu dizia: "Dizem que o Brasil é terra de ignorantes e incapazes", ele dizia, "mas nós fomos os únicos vencedores de uma guerra que não exigimos nada do vencido e ajudamos, emprestamos dinheiro para o Paraguai. Únicos no mundo. Nós fomos os únicos que, numa seqüência lógica de leis, com o Ventre Livre, Sexagenário", não me lembro a outra, "chegamos à Lei Áurea. E aqui não se instalou o ódio racial, frutificou a árvore do amor, dando origem ao mulato. Se isto é ignorância, se isso é incapacidade, bendita ignorância, bendita incapacidade". Ele, na mesa, vermelho, e eu no microfone, na oratória. Eu era assim. Passa a faculdade, dezembro de 1951, eu tiro o diploma. Em outubro de (19)52, eu era promotor. Vejam bem. Na minha época não havia cursinho, não havia estágio. Aí, deixa eu contar para vocês. Eu fiz o concurso. No concurso, eu tirei uma nota alta no escrito. Fui para o exame de tribuna e era Abdon de Mello, procurador-geral, Caio Brandão de Mello, Armando Azevedo, da Faculdade de Direito, mais um nomeado pela Ordem, eram sete examinadores, que agora não me lembro todos. Exame de tribuna, me caiu o abortamento. Então, seis da banca me deram dez

e um me deu nove. Por quê? Eu não sei. Nem depois eu quis saber. Eu fiquei com 9,7 ou 8. Falaram, eu soube depois, que a banca falou com ele: "Não, a minha nota é 9". Então ali eu perdi um ponto, perdi alguma coisa, não é? Eram só cinco vagas, cinco vagas, para um monte de candidatos. Mas eu, com aquela inspição e vontade, consegui. Não tirei o primeiro lugar, mas a distância do primeiro lugar para mim foram seis ou sete décimos. Foi isso aí. Aí tocava para eu escolher Torres, Osório, Antônio Prado e Nova Prata. O primeiro já tinha ido, ficaram

Eu fiz o concurso. No concurso, eu tirei uma nota alta no escrito. Fui para o exame de tribuna e era Abdon de Mello, procurador-geral, Caio Brandão de Mello, Armando Azevedo, da Faculdade de Direito, mais um nomeado pela Ordem, eram sete examinadores, que agora não me lembro todos. Exame de tribuna, me caiu o abortamento.

para mim essas. Eu tinha quatro a escolher. Aí chega o Abdon de Mello, procurador-geral, e diz para mim assim: "Tu vais para Santa Vitória porque tu tens competência, já vais começar em segunda entrância". "Eu não vou, doutor, porque eu tenho duas filhas pequenas, estão no colégio, e eu sei o que é Santa Vitória; minhas filhas no colégio e a minha mulher na Faculdade de Odontologia, Santa Vitória seria a separação, não posso ir." Bom, não gostou porque tinha sido pedido, depois eu soube, pelo presidente do Tribunal de Justiça, que conhecia meu avô; Celso Affonso, que era um nortista, presidente do Tribunal de Justiça, [ele] que havia indicado. Meu avô tinha a fazenda em Santa Vitória. Eu conhecia Santa Vitória, passava uma

semana sem jornal porque o caminho de Santa Vitória era a praia, crescia a maré, não havia comunicação. "Não posso ir para Santa Vitória, eu não vou." Vim para o guia telefônico, [que], naquela época, dizia dos municípios. Aí eu peguei a coluna vertebral demográfica do progresso do Estado e saí assim - Porto Alegre, São Leopoldo, Novo Hamburgo,

Dois Irmãos, Baixa Feliz, Alta Feliz, Farroupilha, Bento Gonçalves, Veranópolis, Nova Prata. Nova Prata ficava a 20 km de Guaporé, a 22 de Veranópolis, a 70 de Bento e a 90 de Lagoa Verme-

lha. E me chamou a atenção. Depois chegou o secretário para mim e disse: "Não" - era o Ricardo Medeiros - "Eu fui promotor em Antônio Prado. Tu vais para lá". Olhei o mapa e vi Antônio Prado, a leste dessa coluna, mais isolado. "Não." Eu tinha 30 anos e já tinha viajado bastante. "Não." "Mas como, Barbosa?" "Não." Mas eu disse para ele: "Não. Eu vou ter calma, mesmo porque o Tesouro não resolveu os meus papéis, que eu tenho que levar, senão não me pagam lá no fim do mês". Isso já era outubro. E a burocracia aqui no Brasil foi desde que se chamou Brasil até hoje, incrível, é bom nem falar, porque é "burocracia". E está fazendo tão mal. Manda dinheiro para um parente do Norte, não chega, porque a burocracia também virou...

com o ladrão no meio. Então o meu pai, há 70 anos atrás, dizia assim, isso é bom prestar atenção: "A padroeira do Brasil, meu filho, é Nossa Senhora Aparecida, mas de vergonha ela já fugiu há muito tempo. Hoje a padroeira é Nossa Senhora dos Ladrões". E hoje, aqui, doente, inválido, eu digo: Continua sendo Nossa Senhora dos Ladrões. Que país bárbaro! Mas eu... Voltando à carreira, fiquei escolhendo. Fui para o guia, lá dizia assim: "três hotéis", já gostei, "fábrica de cerveja de baixa pressão, fábrica de móveis". Agora, eu pensei: "Mas esse lugar aí, perto de Veranópolis, esse lugar está me agradando. Então peguei, sem antes brigar, porque cheguei a ir na Fazenda, era uma seção grande assim, um salão, balcão aqui. Digo: "Eu quero saber...", aí eu gritei, porque o sujeito já tinha mandado ir três vezes lá. "O senhor vem amanhã." "O senhor vem depois." "O senhor vem para a semana." Eu estava queimado já. Eu era assim. Eu não conseguia nunca me adaptar ao que eu achava que estava errado. Aí: "Mas quem é o chefe desta seção?" - eu disse em voz alta. Aí um cara lá na mesa do fundo: "Deixa ele entrar". Levantaram o balcão, abriram a cancela e eu fui direto a ele. Cheguei lá, tinha uma cadeira, sentei. Disse: "Olha, eu estou concursado, tenho 15 dias para tomar posse, e estou só com cinco dias. Não posso... Eu tenho que levar os meus papéis". Ele mandou um camarada ali, pegou os papéis, assinou, me deu em mãos. É triste isso, é triste. Eu peguei os papéis, saí dali. A família estava em Pelotas e eu peguei o carro, às seis horas da manhã, pé na estrada, eu

não conhecia... A gente ia em faixa até Caí, depois acabava a faixa, não era mais faixa, era terra. E eu me fui: Caí, Baixa Feliz, Alta Feliz, Farroupilha, Bento Gonçalves. Cheguei em Bento Gonçalves, levava-se um tempo por aquela estrada, não era brinquedo. Encostei num restaurantezinho que tinha lá, próximo à estrada, eu não conhecia nada, encostei o carro, desci, almocei. Aí levava na mala, no estofamento de trás, eu levava, veja bem, porque eu já sabia... Então eu pedi para um camarada, que era quase sábio aqui, que me desse uma lista dos livros que eu precisava. E ele me deu: Nelson Hungria, que até hoje não tem igual, foi o papa do Direito Penal; Pontes de Miranda, que até hoje não tem igual; Gabriel Rezende, no Cível, que até hoje não tem igual. Pontes de Miranda, Gabriel Rezende... Mittermayer, Prova Criminal, até hoje não tem igual. Eu vejo essa gurizada, tenho dois netos na faculdade, mas por que não reeditam esses livros para dar chance aos novos? Os novos não fazem um terço da sabedoria desses. É triste! (E também) Flaminio Fávero, cinco volumes de Medicina Legal. Então, eu fui armado para lá.

Projeto Memória: Isso para Nova Prata?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Para Nova Prata. Cheguei lá, não conhecia nada, entrei e perguntei para o primeiro que estava ali: "Onde é que fica o hotel?". "Fica lá em cima." Eu subi, cheguei lá. Já tinha um cara e mais outro com um telegrama na mão. Grande Hotel. "Doutor, infelizmente nós não podemos lhe alugar. O senhor não vai encontrar em

nenhum dos outros dois porque o posto de higiene, o médico Dr. Lupi Duarte, que é uma figura importante, mandou fechar. Foram fechados pelo posto de higiene." Digo: "Mas, que barbaridade!". Bom (...) fui ao Foro. "Onde é o Foro?" Tinha que subir uma escada lá em cima, primeiro andar; cheguei lá, não estava o juiz. Estava o Escrivão Emílio Luzzato, italiano, vermelho, careca, com cabelo passado de um lado para o outro. Eu digo: "Olha...", me apresentei. "Ah, que bom! Estamos precisando de promotor. O juiz vai ficar contente." Eu assinei uns termos lá, e aí veio a primeira dica do escrivão. Eu assinei Alfredo do Nascimento Barbosa. Ele diz assim para mim: "Doutor, o senhor não vai poder assinar cem processos

(...) fui ao Foro. "Onde é o Foro?" Tinha que subir uma escada lá em cima, primeiro andar; cheguei lá, não estava o juiz. Estava o Escrivão Emílio Luzzato, italiano, vermelho, careca, com cabelo passado de um lado para o outro. Eu digo: "Olha...", me apresentei. "Ah, que bom! Estamos precisando de promotor. O juiz vai ficar contente."

com este nome todo. O senhor tem que fazer uma rubrica". Eu nunca havia feito rubrica. Eu digo: "Está (bem)". Diz ele para mim: "Mas não precisa ser já, deixe o processo aí, amanhã o senhor pensa numa rubrica, faz num papel". Eu dizia assim: "Eu devo tudo a minha mãe, não vou tirar o nome da minha mãe, Nascimento tem que ficar". Levava esse problema psicológico comigo. Tinha que encurtar, fazer rubrica, e não podia tirar o nome da minha mãe. E Nascimento é longo. Bom, desci dali, [perguntei] onde era a telefônica, fui lá e passei um fonograma: "To-

mei posse, não tenho lugar para ficar. Ficarei Hotel Zanqueta, Veranópolis. Saudações. Fulano de Tal". O Zanqueta ficava a 20 km; Guaporé, a 22 km. 20 km dali era perto. Aí eu passei o fonograma, voltei para o Foro e o juiz já estava lá. Tinha sido avisado. Melhor, mais competente, mais culto, mais inteligente, enfim, fora de série, mas ele tinha um estigma, uma infelicidade que o pai dele botou nele, (o nome:) Lenine Nequete. Em 40 anos eu não conheci juiz melhor que aquele, não conheci. E, como todo homem culto, ele era simples. Ele era comunicativo, ele era dado, porque o poder nas mãos do ignorante é fogo. Porque o ignorante tem medo de perder a autoridade, então, pisa. Isso é histórico. Mas o Lenine Nequete

me recebeu de braços abertos e surgiu, então, essa vai para a história de vocês, (o) primeiro caso. Só lá podia acontecer. O padre de Parati, que era um distrito do interior, havia negado sepultura para um camarada que pagara dois anos a sepultura. Por quê? Porque o cara era amancebado. Então o Lenine pediu ao padre que viesse falar com ele. O oficial de justiça foi lá e o padre veio. Esse convite foi tido como prisão pelo advogado, que sempre se mete nas coisas. O advogado entendeu que havia prisão porque o oficial de justiça é que trouxe o padre, e o Lenine

Nequete, que estava no estágio probatório, quase foi para rua, quase. E não foi porque eu disse, vim no Tribunal, porque eu ia a Pelotas, passei por aqui, fui no Tribunal: "Eu vou denunciar esse padre se os senhores castigarem o Lenine porque o fato é assim, assim, assim". Então, por dois a um, o Lenine permaneceu. Eram três desembargadores, um votou para sair fora. Veja bem, quem era Lenine Nequete.

Projeto Memória:

E essas alturas, na época (19)52, já era um período em que aquele clima do anticomunismo estava retornando no país. Daí o estigma do nome dele, Lenine.

Alfredo do Nascimento Barbosa:

Que infelicidade. O homem não fazia política, não fazia, não se metia, não falava em comunismo. Ele era muito culto, e acho que isso fazia inveja, e não era da direita, como eu também não era. Porque eu equilibrava, eu sou da filosofia grega *in medio virtus*, nada de exagero. Um jornalista dizia, escrevia no *Jornal do Brasil*: "O mal do capitalismo é a falta de liberdade". Não, o mal do capitalismo é a desigualdade. E é, e é. E o mal do socialismo é a falta de liberdade. E é. Você veja que todo socialista que assume o governo vai mandar matar.

Governo não dá, Primeiro Ministro vá lá, porque tempera.

Bom, então, (o) primeiro incidente da carreira, o Ministério Público entra no meio e soluciona. Isso eu trazia comigo, eu era um homem talhado para solucionar problemas, o destino me reservava isso. Então solucionei o Lenine, mas aí se criou um problema comigo. O delegado de polícia de Nova Prata cobrava conta e percentagem. E

o Lenine disse para mim: "Olha, Barbosa, eu não posso, como juiz, interferir nisso, porque eu vou ter que julgar, mas o que o Fulano diz, o Beltrano diz e o esquivão diz e outro diz. É verdade". "Ah, aí então, espera aí." Aí eu tomei dois ou três depoimentos, mandei chamar, ele veio e disse: "Não, mas eu não faço nada de mais. Eu faço por bem, eu não faço por mal. Eu vou me defender". Qual é a minha surpresa [quando] aparece lá



Figura 06 - Promotor de Justiça da Comarca de Nova Prata, Alfredo do Nascimento Barbosa. Parainfo (civil) da primeira turma de Contabilistas de 1953. Escola Técnica de Comércio - Imaculado Coração de Maria - Nova Prata. *Acervo pessoal de Alfredo do Nascimento Barbosa.*

na Comarca, na minha frente, o irmão do procurador-geral, já então Ajadil de Lemos, acho que ele está aí ainda, era o Altair de Lemos.

Projeto Memória: O irmão do Procurador Ajadil é que foi o advogado para defender o delegado que fazia essa ilegalidade? Está certo?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Isso. Mas por que foi o irmão do procurador-geral? Vê bem. Era o

meu chefe e eu estava em estágio probatório. Ele atirou para mim: "O senhor não vai continuar na carreira se teimar nisso". "O senhor pode me tirar daqui, mas no jornal, no rádio, tudo, vai dar." Ele voltou para Porto Alegre. E eu fazia porque eu era de luta, a vida me ensinou que eu tinha que lutar, eu sempre fui sozinho. E o Lenine disse: "Olha, Barbosa, agora tu estás na berlinda e eu não sei o que fazer. Eu só posso dar o depoimento, mas aí quem é que vai julgar?". E ficou assim. Aí ele voltou uma semana depois e disse assim para mim: "Vamos solucionar isso. O Dr. Ajadil quer solução". Eu disse: "Muito bem. A solução é destituir". "Mas isso nós não podemos fazer, o homem tem filho, o homem é filiado ao partido". "Ah é, então, não tem solução." "Não, espera aí um pouco, espera aí."

"Bom, esse homem tem que sair daqui e não pode ser delegado em outro lugar. Nesse ponto eu não arredo o pé ou tem denúncia." Então eles aposentaram o cara com exame psiquiátrico. Repara bem. Aposentaram e transferiram.

Projeto Memória: Uma forma de impunidade sem dar na vista.

Alfredo do Nascimento Barbosa: Mas eu, naquela altura, recém-empossado, não ia sair atrás do homem. Eu tinha livrado Nova Prata do delegado. Essa era a minha meta, foi atingida. E já começava o povo a gostar de mim.

Projeto Memória: Deixa eu aproveitar porque isso o que o senhor está colocando é muito importante. Em

O Abdon de Mello era um sujeito muito correto e eu não vi ele fazer política. O Ajadil de Lemos esse era político.

relação à vinculação dos procuradores-gerais com o poder, foram citados já dois nomes importantes neste sentido. Um o caso do Abdon e outro do Ajadil de Lemos. E o Ajadil de Lemos tinha vinculação com o governo, não é?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Tinha.

Projeto Memória: Daria para situar o comportamento dos dois e dos procuradores?

Alfredo do Nascimento Barbosa: O Abdon de Mello era um sujeito muito correto e eu não vi ele fazer política. O Ajadil de Lemos esse era político.

Projeto Memória: Isso é que eu quero que o senhor explique, a relação com o governo.

Alfredo do Nascimento Barbosa: O Abdon de Mello tinha relações com o governo, que eu não me

lembro quem era na época, mas ele tinha mais com o Tribunal de Justiça. O Dia da Justiça está errado, (o) do Ministério Público está errado. O Dia do Ministério Público, pode tomar nota para verificar, porque deve estar lá na procuradoria-geral. Na Associação está errado. O primeiro Procurador-Geral do Estado, porque não havia, não era da Justiça, como é hoje. Era Procurador-Geral do Estado - Ministério Público. O primeiro foi um desembargador da ativa, está lá o retrato dele na procuradoria-geral. O primeiro procurador-geral, o segundo, o terceiro, o quarto e não sei se o quinto, todos desembargadores. E eles tinham um acréscimo no vencimento

que equivalia ao presidente do Tribunal. Bom, (foi) o Lauro Guimarães, muito depois, que veio mudar essa data, criar uma data para o Ministério Público. Mas isso é outra história.

Projeto Memória: Qual era a data que comemoravam?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Era o Dia da Justiça.

Projeto Memória: O dia 8 de dezembro, então?

Alfredo do Nascimento Barbosa: O Dia da Justiça era do Ministério Público e dos juízes. Bom, testemunha disso que eu estou falando, que eu não sei se está aí, deve estar, acho que vocês deveriam ir lá porque é uma pessoa dada também, Ladislau Röhnelt. Ele sabe disso.

Bom, aí eu estou lá, o caso do delegado solucionado, mas criava-se um novo caso. A delegacia acéfala, com um inspetor, Araré, não me lembro se nome ou sobrenome dele, que batia à máquina com dois dedos e os inquéritos eram horrorosos. Mas eu lhe dizia: "Manda, manda tudo que vier, manda de qualquer jeito". Eu fazia a denúncia e o Lenine compreendia tudo, recebia. Mas eu me dava com o prefeito, que havia sido colega do meu irmão no Ginásio Rosário. Era o Alcides Tarrasconi, prefeito de Nova Prata. Eu fui a ele, disse: "Dá uma ajuda porque é para o teu município, não é para mim...". E combinei com ele e disse assim: "...me acompanha, vamos ao procurador-geral e depois ao chefe de polícia, mas vou pedir que o procurador-geral fale com o chefe de polícia. Então o Tarrasconi disse: "Eu tenho um telegrama do prefeito de Veranópolis, Resque, que está pedin-

do um lugar para um datilógrafo que tem a família lá em Veranópolis, que ele não consegue botar lá. Quem sabe a gente consegue para cá?". Eu disse: "Olha, Alcides, nós botamos uma cama na delegacia, pegamos os comerciantes, (eles) botam colchão e roupa e (a gente) faz o homem dormir lá. A bóia a prefeitura coopera, o cara baixa o preço, vamos dar um jeito". Disse ele: "Então vamos". Eu pedi, porque tinha ordem expressa (...) "O promotor não pode afastar-se da comarca sem licença prévia". E agora. Eu pedi. Dois, três dias, quatro, não veio resposta. Peguei meu carro, botei o prefeito, vim embora direto para a procuradoria, que era na Praça da Matriz ainda, ali do lado do Tribunal, um sobrado que havia ali, não sei se (ainda) existe. Acho que é edifício. Por incrível que pareça, havia lugar na Praça da Matriz. Deixei o meu carro ali na Praça da Matriz. É 1953 já nessa época. Deixei meu carro e entrei com o prefeito, pedi audiência e deram, mandaram passar. Então eu pedi ao Ajadil que falasse com o chefe de polícia para nos receber e que desse uma mãozinha: "Olha, a situação da delegacia é essa, vê se me arruma alguém. E parece que o Barbosa já tem alguém e tal". Então fomos direto ao chefe de polícia. Chegamos lá, paramos num lugar que era lá na chefia, nos identificamos, falamos que era pouco tempo, deixaram, subimos e eu explanei para o chefe de polícia. Disse ele assim: "Mas vocês são de sorte. Eu tenho datilógrafo encostado aqui pedindo, pedindo Veranópolis, me incomodando todos os dias. Eu vou falar com ele. Chama o homem". Cha-

maram e o cara disse: "Ah, Nova Prata eu vou, fica (a) 20 km e ali posso ir no fim de semana, um dia?". Eu disse: "Pode". Eu ia dizer que não pode? "Pode". Pegamos o cara. Eu disse: "Eu quero mais um guarda". Ele telefonou para a Brigada, para o 9º Batalhão, porque conhecia o comandante, e o comandante tinha um cara de Guaporé.

Eu digo: "Não tenho dúvida". Bom, esperamos uma hora que os caras comparecessem com as malas, botaram as malas no carro, os dois, tocamos para Nova Prata. Chegamos lá contentes, porque eu tinha um inspetor, Araré, que morava lá num quarto não sei de quem, e tinha o datilógrafo e outro guarda, porque já tinha um guarda do Foro que tinha família lá. Ficava com dois guardas e o datilógrafo para bater os inquéritos. E um colono daqueles chegou lá e disse: "Doutor, a cama eu arrumo para o senhor". Chegou com uma cama de caça, não sei do que, ele tinha arrumado lá, para ver outra cama melhor depois. E dormiram lá na delegacia. Olha, no outro dia, no café, o Amantino Estela dizia assim: "Este promotor é tudo que nós queríamos". E o Ministério Público cresceu naquele ponto da colônia. Eu cresci como Ministério Público. Então, a minha vida começava a ter uma razão de ser fan-

Eu cresci como Ministério Público. Então, a minha vida começava a ter uma razão de ser fantástica. E [uma vez] que eu saí tarde da noite, todos dormiam, eu fiz uma volta naquela praça. Olhei para o céu e era um céu que eu nunca tinha visto, com muito mais estrelas, crivado, como se fosse um tapete de veludo preto cheio de brilhantes. E eu senti perto de mim aquele céu. Eu levantei os olhos e agradei a Deus: "Obrigado, meu Deus, eu sou um promotor público". E aquilo era tudo o que eu queria.

tástica. E [uma vez] que eu saí tarde da noite, todos dormiam, eu fiz uma volta naquela praça. Olhei para o céu e era um céu que eu nunca tinha visto, com muito mais estrelas, crivado, como se fosse um tapete de veludo preto cheio de brilhantes. E eu senti perto de mim aquele céu. Eu levantei os olhos e agradei a Deus:

"Obrigado, meu Deus, eu sou um promotor público". E aquilo era tudo o que eu queria.

E comecei... continuei no trabalho. Ah, e havia trazido para o escrivão, era assim - um "a", da perna do "a" era perna do "n", da perna do "n" saía um "b". A, N, Barbosa.

Projeto Memória:
A rubrica.

Alfredo do Nascimento Barbosa: O escrivão olhou, olhou e disse para mim assim, com

uma risadinha de italiano: "Gostei". E eu também gostei.

Fiz num ano o melhor relatório do Estado porque eu dava população, dava as fábricas, dava os distritos, dava os municípios, dava o número e (a) espécie de crimes no cível, (a) situação econômica e de vida. Havia uma coisa que eu nunca tinha visto antes. Colono de Nova Prata não tinha empregada doméstica, não tinha nenhum pobre. Todos estavam no colégio. Havia um colégio primário, até com infantil dentro do pró-

prio colégio primário, havia o ginásio, que eram professores os advogados, o engenheiro agrônomo e o pessoal melhor. O que fez o Ministério Público através de mim? Instituí um prêmio em nome do Ministério Público para o melhor aluno do ginásio, instituí um prêmio para o colégio primário, para o melhor aluno. Em nome do Ministério Público, não meu. E aquilo projetava, saía do promotor antipático para uma pessoa da sociedade, que ajudava eles. E que eu via lá, estranho para mim, toda família, todas as casas de madeira, tudo madeira. Tinha um pátio, mas a terra da rua, que no verão era um pó terrível, que eles botavam óleo queimado para não entrar nas casas. E no verão todo mundo usava botas de borracha por causa da lama. No pátio não, eles adubavam, faziam canteiros. E adubavam como? Com esterco misturado com outras terras de outros lugares melhores, e faziam os canteiros. O que eles plantavam lá? No verão, tomate, cenoura, melancia, as coisas de verão. No inverno, bergamota, laranja. E plantavam de tudo. Dali eles tiravam o sustento. Mas, outra coisa que nunca vi. Os canteiros de um eram diferentes do outro. Então, o que um tinha a mais, trocava com o outro. Não vendiam nem compravam. "Fulano, vou te mandar um saco de batatas, tu me manda um saco de cenouras." E assim eles faziam. Atravessavam a rua, iam trocar com o outro lá. Era muito interessante. E, de manhã, os gurizinhos de dois anos, três anos, sabem como é que era a comida de manhã? Porque era assim: ou ia para o colégio, ou estava com a enxada lá na mão, a pá.

Havia até pá de cabo curto para os pequenos. Todo mundo trabalhava. Mas trabalhava não era um para o outro, era cada um para si. Era a família que trabalhava. E o lugar de estar era a cozinha, era maior. A sala era pequena, para fazer negócios. A cozinha era grande. Isto posto, eu vi uma vida diferente, uma vida mais barata. Os gurizinhos de quatro, cinco anos, um dedo de vinho de manhã. Eu digo: "Ué, mas o leite?". "Nós não temos leite. Aqui não tem vaca." Então era um dedo de vinho. Mas era um vinho que era puro suco de uva e a polenta, que a mulher fazia na hora, esquentavam. E eu, um deles me convidou, sete horas da manhã estava lá, e isso eles gostavam. Então eu tomei aquele dedo de vinho. Eu digo: "Não, mas de manhã eu não vou tomar". "Não, mas tome aí." E o italiano é insistente. Eu tomei um gole. Mas aquela polenta, se der para uma caveira, ela levanta. Era uma fortaleza. Que polenta! Eu comi aquela polenta e me senti bem. Fui trabalhar. A massa eles faziam em casa e o ovo eles compravam em quantidade em Bento Gonçalves, porque lá é que eu vi... "Olha, doutor, aqui, nos meses que tem 'r' galinha não bota ovo. Então, tem muita dificuldade aqui." Porque Fulano tinha duas galinhas, o outro tinha três, eles quase que não tinham galinha, mas galetto na churrascaria eles tinham sempre, mandavam vir. Vinha de Bento, o caminhão cheio, e eles abasteciam. Mas o ovo eles botavam em barrica de cal. Então ficava janeiro, fevereiro, março, abril, sem ovo; depois tinha maio, junho, julho, agosto, com ovo; setembro, outubro, já não tinha mais

ovo. Mas eles faziam doces, botavam em compota. Eles caçavam pato, marreco, saíam para caçar perdiz. Chegava na casa de (um) colono, tinha uma prateleira assim cheia de vidros de conserva. Era uma coisa. E eles tinham um clube, que era o dodói deles. Então eu não entrava no clube, só em dia de festa, e tinha que ser com sapato. Se era chuva, até transferiam a festa. Era um zelo porque eles tinham gasto muito dinheiro naquele clube. O italiano poupava e o italiano ficava rico. Esse é o segredo da colônia. Ele fazia sua comida, ele gastava pouco e juntava bastante. Havia dois bancos em Nova Prata, o Banco do Rio Grande do Sul e o Banco do Brasil.

Projeto Memória: Que tipo de atividades que havia para o promotor além dessa atividade comunitária? O que era mais forte?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Absorvia o trabalho, era o trabalho que absorvia.

E agora vem uma passagem interessante do Ministério Público lá. O Lenine, em (19)54, pediu Canoas porque estava enjoado. A mulher não gostava de lá, não se dava (...), aquela era uma sociedade grossa. Eles falavam dialeto. Bah, eu tinha aprendido alguma coisa em italiano, não conseguia nada lá, não entendia nada. O da farmácia, o Rossi, que era farmacêutico formado, tinha um filho se formando, tinha uma moça e um outro rapaz que trabalhava, e que falava o italiano de Roma, que era muito diferente, era pausado, era clássico, e eu até entendia alguma coisa. Bom, mas era assim. Blasfemavam, o que o italiano blasfema não tem no mapa. Era por tudo. Com

aquele tempo, sai o Lenine para Canoas. Ele é o autor daquela Ritter dos Reis, e foi diretor, foi professor e foi quem fez aquela faculdade. O Foro de Canoas, que era uma baderna, ele endireitou. E eu fiquei lá. Como fiquei? Sozinho, porque o juiz que substituía Nova Prata, Ernani Vaz Guimarães, ia lá (a) cada dois meses. Não queria ir lá. O Estado não pagava, custava a pagar, o cara tinha que pagar condução. Às vezes tinha muito serviço. Então eu já pedia até para alguém levar processos mais importantes para ele lá, tinha que levar, tinha que o oficial de justiça levar em Guaporé. E eu lá, o que eu fiz? Vocês não vão acreditar. Aquela sociedade, por isso que ficaram comigo daquele jeito, eu fui para o café e disse: "Tudo que precisarem, eu vou buscar solução". Então, brigava o empregado com patrão, vinham de lá os dois. Eu ouvia o empregado, ouvia o patrão, buscava uma solução. Ou o patrão aumentava um pouquinho ou, se era discussão boba, eu pacificava e solucionava. Greve por dinheiro, cadê Juiz de Trabalho? Cadê juiz para fazer audiência? Cadê? Não tinha ninguém. Eu fazia, tomava por termo, fazia os empregados todos assinarem, levava para o dono da fábrica ou donos e buscava solução. Falava com o dono: "Aumenta um pouquinho, essa gente ganha pouco, sabes que ganha pouco, tu tens lucro bastante", aquela conversa para lá e para cá. "Tu estás rico, eles estão pobres", aquilo ia indo, "porque senão o que vai dar, tu vais ter prejuízo e eu vou pedir para ir-me embora, vamos embora porque eu não posso solucionar, não tem juiz, não tem ninguém aqui".

"Está." Fazia o acordo por escrito, no cartório. Primeiro a reivindicação, depois a posição, depois a solução. Assinava todo mundo. Iam trabalhar. Vinha o juiz lá dormente de Guaporé, mas ele não queria outra coisa, só homologava e estava solucionado. Então isso que estão fazendo hoje, de juiz arbitral, de juiz de pequenas causas, eu, como promotor de primeira entrância, isso eu gostaria que a senhora botasse aí, eu fazia sozinho, eu e a sociedade de Nova Prata. Eu fazia e aquele povo gostava. Por que, o que ele queria? Solução. E o Ministério Público solucionava. Aí, chega um juiz que é daqueles que eu tive, alguns na vida que não têm... não sei, passou no concurso, passou. Eu fui recebê-lo com toda gentileza, porque estava acostumado com o Lenine. Ajudei ele a carregar as malas. Ele tinha alugado uma casa por 1.500. A minha era melhor e era mil. Por 1.500 ele conseguiu uma casa, o colono foi embora e deu a casa para ele. Ele chegou, tinha mulher e quatro filhos, Eurico Votto, vamos dar nomes aos bois, e chegou assim como superior: "Quero saber tudo que se passa aqui. Quero tomar eu as determinações". E achou, como eu havia sido gentil, ajudado ele na mudança dele, que eu era um subordinado, nem sei o que deu na idéia dele, que eu era abaixo dele. Mas enganou-se, ligeiro, ligeiro. E o escrivão vendo tudo, sabendo tudo, por ele, qual era a do escrivão? Uma intriguinha não era ruim. Então, era um leva-e-traz: "O senhor já viu a portaria do juiz?". "Ora, não vi nem quero ver, porque não é para mim". Aí, levava para o juiz. Um dia, o Votto botou uma

portaria, porque ele botava lá no Foro. E o escrivão: "Agora o senhor está na portaria". "Eu?" "É." Fui lá e um dos itens (era): "Proibido falar de política no Foro, até o promotor". Bom, eu disse: "Ele passou das medidas". Eu tinha, pela organização judiciária, direito a uma sala no Foro, fui a ele: "Olha, eu tenho direito a uma sala. Como não tenho sala, eu não perturbando a audiência, estando fora da audiência, interregno não sei o quê, eu vou falar em política e o senhor faça o que quiser", na cara dele. Quebraram-se os pratos. "Porque eu não admito portaria comigo, para mim não. Meu chefe está lá, Procurador-Geral." Aí ele, para picar, para dizer que mandava... A gente fazia porque não tinha espaço, fazia audiência no salão do júri. O cartório atendia as partes todas lá. Ele agarrou, passou a audiência para dentro do cartório. Eu disse: "Eu não faço audiência no cartório". Então, parece mentira, parece coisa, mas é coisa de burro mesmo. Aí eu ficava na porta do cartório. Ele mandava nomear promotor *ad hoc*. Bah! Eu tinha horror, outra coisa que nem me falasse, se não quisesse se incomodar comigo, era promotor *ad hoc*. Então nomeava promotor *ad hoc*. Eu dizia para o escrivão: "Eu estou aqui. Se o senhor disser que eu não estou aí, eu vou lhe processar. Eu só não faço audiência porque perturba o cartório". Ele resolveu: "Então, eu vou lhe representar para o procurador-geral". Respondi: "E eu vou lhe representar para a corregedoria". E fiz a representação, com a lei, que o serviço do cartório não podia ser interrompido, não podia, estava na organização judiciária. Mande para o

delegado, mandei para o prefeito. Pô, ele ficou uma bala. Disseram para ele, alguém soprou, acho que foi o escrivão: "Doutor, o senhor vai perder essa". Então arrumaram um jeito na cervejaria, quando não tinha ninguém lá, fizeram um churrasco para que nós fizéssemos as pazes e desistíssemos da representação. Bom, eu só disse para ele assim: "E a audiência volta para onde era?". "Volta." "Então está, acabou, acabou tudo." Apertamos as mãos.

Projeto Memória: Isso tudo porque ele queria considerar a figura do promotor como subalterno ao juiz?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Foi. Essa era a coisa, essa era a coisa.

Projeto Memória: E não como dois postos independentes?

Alfredo do Nascimento Barbosa: É, mas ele não conseguiu. Aí eu fiquei bem e disse: "Bom, agora eu vou fazer outra". "Eu

quero saber." "Não se envolve porque o senhor é juiz. O Lenine Nequete não se envolvia. Porque o senhor vai ter que julgar qualquer coisa que aconteça comigo. Mas eu vou fazer." Saí de Nova Prata. Vim ao chefe de polícia, que já conhecia daquela vez, e pedi um delegado de polícia. Mas não é que eu tinha sorte? O homem me manda um nortista muito bom, que queria ir para (a) colônia. Bussons era o nome dele, não sei se origem holandesa, porque ele era pernambucano e era bom. Era um sujeito quieto, trabalhador e do Direito. [Chegando] lá, o que aconteceu? Se uniu comigo, [passou]

para (a) minha associação. Que nunca fizeram coisas importantíssimas, que eu sinto no coração, se era por rivalidade, se era por competição, eu não sei, nem quero saber o motivo. O promotor ligado ao delegado tem dez vezes mais força que o juiz. Então o júri, veja bem, eu descobri, oficial de justiça é muito ligado a advogado por quê? Porque ele mora (na comarca) e o advogado mora na comarca. As causas cíveis é que dão dinheiro para o oficial de justiça. Então, naquela distribuição ali há vínculo, churrasquinho para lá, churrasquinho na casa do fazendeiro que era parte brigando por limites de terra, etc., etc., etc. O que acontecia?

Como acontece até hoje aqui, em Porto Alegre, também. Intimado, sai a lista dos jurados, 21, intimados 21, comparecem 15. Porque sai o júri, ora 15, podendo rejeitar três, são 12. Cantar sete não é muito difícil. Veja

a numerologia. Sai a lista dos jurados, eu ia ao delegado de polícia, dizia para ele: "Está aqui a lista dos jurados, faz essa gente chegar". Então o oficial de justiça intimava 15 e compareciam os 21. O oficial de justiça: "Mas eu não intimei essa gente". Eu dizia para o juiz: "Mas eles estavam na lista. Mas pode algum amigo ter dito que estavam na lista. Estava na coluna do Foro". Comigo eram 21, tinha júri transferido e tinha réu condenado. Era diferente o baile comigo. E eu passava para os colegas e os colegas não faziam.

Projeto Memória: Pois é. Isso eu ia lhe perguntar, porque isso que o se-

nhor está colocando é extremamente importante.

Alfredo do Nascimento Barbosa: É muito importante.

Projeto Memória: É muito importante. A gente vê, na história do Rio Grande do Sul, essa relação do delegado, do promotor, do juiz e o governo, os poderes locais, a interferência até na composição...

Alfredo do Nascimento Barbosa: Está tudo errado.

Projeto Memória: E isso que eu gostaria que o senhor colocasse, como identificava quem tinha esse poder? Como é que funcionava isso?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Está tudo errado.

Projeto Memória: Porque as relações coronelistas nessas regiões se fortaleciam justamente se valendo da...

Alfredo do Nascimento Barbosa: Da união.

Projeto Memória: ... união desses grupos.

Alfredo do Nascimento Barbosa: E sempre união foi melhor. E por isso eu não gosto de partido. O nome está dizendo, é partido. E o Congresso Nacional não anda para frente por causa dos partidos, quando deveria ser o Brasil lá dentro (...). Eu fui a um fórum de tóxico, para ilustrar, aqui na Assembleia Legislativa. Havia médicos de São Paulo, do Rio de Janeiro, convidados ilustres, e havia membros, havia delegado especialista [em] tóxico, que era aquele delegado, depois entrou na carreira de juiz,

A promotoria não pode prescindir do inquérito, porque a base da prova, da verdade, está na perícia, está na prova que não fala, como eu dizia ao plenário do júri, que a testemunha honesta é falha.

Ruschel... E a assembléia assim, "ó" (fazendo o gesto identificador de sala cheia), principalmente mocidade. E eu no plenário, tinha sido convidado.

Projeto Memória: Foi mais ou menos quando, em que ano?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Já era promotor em Porto Alegre. Isso aí foi...

Projeto Memória: Década de 70?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Quando foi isso aí, Alfredo? Não, eu não era promotor em Porto Alegre. Eu estava trabalhando na judicial. Foi lá por volta de (19)50 e tantos, não posso precisar agora. Mas eu quero dizer só dessa coisa que a senhora chamou a atenção e para ilustrar. Então aí trouxeram um guri todo deformado pelo tóxico. Foi um

horror. Os médicos brigaram com o juiz e com a polícia. E eu, lá do plenário, interferei: "Vossas Excelências brigando não vão objetivar o fórum. Não vão chegar a resultado nenhum. O doente tem que ir

para o médico. O traficante tem que ir para a polícia. O juiz vê quem condena, quem manda para o hospital. É a união dos três, por favor". Olha, foi uma consagração no plenário daquela assembléia, e de tal forma foi que eles me chamaram para a mesa. Eu estava lá embaixo e terminei lá em cima. Vejam, a minha vida se coaduna. Aí veio isto aí da promotoria. A promotoria não pode prescindir do inquérito, porque a base da prova, da verdade, está na

perícia, está na prova que não fala, como eu dizia ao plenário do júri, que a testemunha honesta é falha. Eu estou aqui com outra, eu vejo uma briga, eu conto de um jeito, ela conta de outro; a honesta, sem falar a conversada. Então, nesse ponto, eu me bati muito, muito, mas não adiantou nada. Eu era dos 21 jurados, eu era de passar a casa, eu, em São Jerônimo, a minha casa passei para o colega porque não tinha casa. Eu levei isso para a Associação. Fizeram? Não fizeram. Por que não fizeram? Não tem explicação até hoje. Era uma coisa comigo. Eles achavam que eu andava, que eu me passava, que eu estava fora do *curriculum vitae* do promotor. "Se eu estou fora, eu acho que eu estou certo. Que ninguém é mais Ministério Público aqui dentro do que eu." Interessante era o seguinte: havia uma votação, eles me botavam.

Então, seguindo a história, para não estar entrecortada. Eu botei o delegado, criei força e o juiz ficou louco. Chegava para o delegado: "Eu quero saber o que está se passando". "Ah, isso é segredo do inquérito." "Mas como o promotor sabe?" "Está na lei que o promotor pode acompanhar." E está na lei até hoje. E os inquéritos mais difíceis, quase sempre eu acompanhava.

Mas eu comecei a saturar porque a colônia era grande, mas as famílias eram poucas, quem não era parente era contraparente. Eu denunciei um Querubini muito rico que, na cancha reta, que era uma coisa muito séria lá, o italiano ficava brabo, bebia, e ele chamou, veja bem, chamou o outro de fresco. E era uma ofensa. Quiseram apartar, não deixar brigar.

Mas o outro processou e eu pedi a condenação dele, que é detenção com *sursis*. "Tu aprendes e não fazes mais." "Deus me livre, não chamo mais ninguém de fresco, só de arejado." Aquilo ficou. Mas era assim porque eu dizia: "Punindo as pequenas coisas se evitam as grandes". E até hoje eu tenho esse posicionamento. Bom, mas eu tinha denunciado todo mundo, tinha denunciado os Querubinis, tinha denunciado os Galhardos, tinha denunciado os Possebons, tinha denunciado os Luzzatos, o escrivão. O escrivão se meteu a passar cédulas no interior do Estado e foi pego uma célula, e eu denunciei o escrivão, e ele foi suspenso. Bom, e havia uma certa saturação, sabem? Porque eu estava em tudo. Aí eu digo: "Eu vou-me embora". Como eu não era promovido, eu tinha chegado lá em (19)52, 53, 54, 55, quatro anos. Naquele tempo a carreira era mesmo apertada. Quando eu entrei eram cinco procuradores, hoje são mais de 200, lá sei eu. Bom, cinco, entre eles uma figura que merece referência - Caio Brandão de Mello. Eu tinha feito recurso lá de Nova Prata e ele, na Câmara do Tribunal, já tinha elogiado: "Brilhantes razões do promotor". Puxa, eu cheguei lá, mostrei para um amigo: "Olha, faz bem isso! Era o meu alimento espiritual". Mas me dizem daqui, e eu acho que foi ele, passaram um telegrama, com um nome que eu nunca soube quem era, para lá: "Pede Novo Hamburgo que está vaga e será elevada para segunda". Se a gente estivesse numa comarca e ela era elevada, a gente era elevado. Olha, era bom. Eu estava saturado, mas eu disse:

"Vou fazer uma coisa aqui ainda. Vai ser minha despedida". Eu já tinha, por viagens neste Brasil, observado o seguinte: cadeia pequena recupera, cadeia grande não recupera. Só isso. Então me deu na idéia, mas eu precisava do terreno. Era assim num alto, uma plataforma. Fui ao prefeito e o prefeito disse: "Eu, por mim, dou o terreno, precisa da aprovação da Câmara dos Vereadores". Eu fui à Câmara de Vereadores numa sessão, interromperam a sessão, me receberam e me ouviram. Eu naquele plenário e eles em volta. Era uma figura interessante, aquele desenho. Só eu para fazer aquilo, porque ninguém faz. No meio dos vereadores, falar para vereadores. Onde tu vês isso aqui ou em qualquer lugar, só eu fazia. Fui para lá. Cheguei lá, argumentei e eles resolveram, por unanimidade, concordaram e me deram voto de louvor. Porque eu havia lido no *Correio do Povo*, no edital, que o município estava com a verba tal à disposição para fazer a cadeia e não queria, o prefeito não queria, os vereadores não queriam. Eu vim a Porto Alegre, fui ao Secretário da Fazenda, mostrei a decisão do prefeito, dos vereadores, do terreno, trazia o mapa e disse: "Eu quero esse dinheiro". Ele foi comigo ao gabinete dele, à tesouraria, e mandou, na hora, desviar aquela verba para o banco de Nova Prata. Sabes lá o que é isso? Que destino que me favoreceu fantásticamente! Eu não sei, era Deus lá em cima. Eu cheguei lá, [falei com] eles. Dois ou três dias depois a verba estava lá e eles estavam aplainando com as máquinas o terreno para começar a obra. E quando eu saí de lá, eu não vi a cadeia, não conheço, mas

é um terreno grande, e fizeram. Aí nesse exato momento eles davam uma baita festa, com padre, com tudo lá, e se despediram de mim, e eu disse: "Olha, [mesmo com] despedida, eu vou ter que voltar, porque a família vai ficar aí". E eu tive a surpresa. O promotor de Gravataí, que era antigo, já tinha dez anos, não aceitava promoção, mas para Novo Hamburgo ele pediu. Vagou Gravataí. Eu já estava louco para vir embora, pedi Gravataí. Mas eu tinha 15 dias de trânsito e aconteceu o seguinte. Eu não gozei o trânsito, já tinha me despedido. Peguei os cadernos na exatoria, entrei em Gravataí no mesmo dia e assumi Gravataí. Mas aí o erro foi meu. Como eu não estava morando em Gravataí, eu não passei o fonograma para (a) procuradoria. Assumi Gravataí e vim morar na casa de uma irmã que tinha aqui em Porto Alegre. Aí atendia Gravataí, no sábado toquei para Nova Prata e já disse para (a) mulher: "Olha, não tem casa, ainda mais levar o teu gabinete, não tem casa em Gravataí". Aí despertou a idéia: "Mas o outro promotor não morava em Porto Alegre?". "Morava." "Então, vamos procurar um apartamento em Porto Alegre." Então estava em Gravataí, ela vinha, e nós saíamos de tarde para procurar apartamento. Procura, procura, procura. Deixei dois procuradores-corretores procurando. Eles me apresentavam dois, três, não dava, o que dava no gosto, não estava no preço, estava difícil. Até que eu encontrei, sabes o quê? Aqui, aqui onde vocês estão. Comprei aqui, (em 1956). Aí tinha que trazer a mudança. A mudança era grande, Porto Alegre já era dife-

rente. Meu fogão à lenha, (por exemplo), era grande, era Wallig, era um fogão muito bom, eu vendi; a eletrola, eu vendi, e não sei mais o quê. E trouxe a mudança e botei tudo aqui, que está aqui até hoje. Aí eu ia todos os dias, às oito horas da manhã, para Gravataí. Chegava lá às oito e meia, não tinha nem aberto o Foro, abria às nove. E o Nelson Púperi, agora vem o outro lado, outra vez, excelente juiz, era até casado com uma filha de um desembargador, comprou uma casa em Gravataí, que a carreira não era fácil.

O Nelson Púperi me levava todos os dias para almoçar na casa dele. Foi uma amizade assim que surgiu. Eu já tinha uma tarimba de quatro anos e ele estava entrando. Então foi muito bom para ele um pouco da minha experiência. E ele era um sujeito muito culto, ele era estudioso, e tinha o Tribunal pertinho, onde ele ia conversar. Bom esse tempo foi muito bom para mim. Eu me movimentava muito, por quê? Porque o pessoal não me deixou em Gravataí não. "Vai fazer júri. Moleza não." "Vocês pensam que Gravataí é moleza?" Eu cheguei lá, fiz três júris, três absolvições. Botei a mão na cabeça. Eu, que tinha feito júri por toda aquela zona e tinha condenado, como é que era isso? Aí o escrivão me deu o mote. "Não, eles são todos do interior. Eles vêm aí, vão falar com o tabelião e o tabelião é muito ligado ao advogado, que dá o ganho dele, não é?". Digo: "Ah, é. Tem isso aqui?". "Tem." Passei a ir de manhã cedo no tabelião tomar mate com ele. Fui, tomava mate. Lá pela terceira, quarta vez, eu ia com o pro-

cesso debaixo do braço. Chegava lá, mostrava para ele. "Olha, estou com esse pepino, olha aqui." Mostrava a denúncia, mostrava as testemunhas, mostrava a prova técnica e tal. Então, daqueles três que eu tinha apanhado, apanhado mesmo, assim ton-to, voltaram para novo júri. Dois eu condenei.

Projeto Memória: Voltaram porque teve recurso e, aí, outro júri?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Dois eu condenei, a defesa não esperava. Dois foram condenados e um foi absolvido, quatro a três, na lenha! Roda mais um deles. Um desses júris me proporcionou uma tese, que nunca mais eu ouvi falar, e era a segunda tese que eu levantava: o escore do julgamento. O crime era qualificado, mas eles negaram a qualificativa por quatro votos a três. Então, a minha tese era a seguinte: Se sete votos botam o camarada em liberdade para o outro júri, se seis a um o réu fica preso, quatro a três tem que pesar na pena. A pena do homicídio vai de seis a 20. Por que o mínimo? Seis mais um de medida de segurança, sete. Eu dizia: "Não posso concordar com isso". Eu quero dez anos mais dois de medida de segurança, 12, que é do crime qualificado. O Tribunal não deu os 12, mas deu dez. Quer dizer, deu a minha tese, mas nunca mais ouvi falar. A minha tese foi vencedora no recurso do Tribunal e a tese se prendia ao escore que negava por quatro a três a qualificativa. Sim, porque, se tivesse sido quatro a três, a qualificativa seria de 12 a 30. Então foi uma coisa nova que eles acataram, mas não foi propalada. Mas, bom, eu tive o que queria. Não foi a 12, mas foi

a dez.

Projeto Memória: Essa não foi aquela mesma tese? Porque teve um outro momento, em (19)72, que o senhor recebeu um voto de congratulação referente a uma tese? É a mesma?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Não.

Projeto Memória: Ah, porque o senhor recebeu também cumprimentos do presidente da Corte de Apelação por uma tese. É outra então?

Alfredo do Nascimento Barbosa: É outra tese.

Projeto Memória: Que o senhor certamente vai nos relatar também. Essa tese que o senhor elaborou sobre o escore do júri, foi mais ou menos em que ano?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Essa (foi) em 1957, por aí. Bom, aí eu fazia júri para o Petry, que vinha trazer os processos aqui em casa, para o Ricardo Medeiros, que nunca fez júri na vida, foi até procurador, e até procurador-geral. Fiz júri para o Arlindo Brito, que está aí vivo ainda, que me pediu, e tinha uma dupla feroz aqui em Porto Alegre, que não perdia júri, Salomão e Dorf, dois. Então o Arlindo Brito havia perdido um júri, que até o cavalo de Dom Quixote, esqualido e desvalido, que estão usando até hoje, o Rocinante... É a legítima defesa. Então essa legítima defesa, eu fui para lá e surgiu outra tese, e daí na minha principal tese, que essa aí depois eu vou dar para você, eu dizia: "O Código está mal e o livro de Vossas Excelências rasguem porque está prejudicando. A legítima defesa tem só dois elementos, dois, quem disse isso é americano, que escreveu

uma monografia de legítima defesa - a agressão e a reação. A injustiça é qualificativa da agressão. Se não houver injustiça na agressão, não é elemento da legítima defesa. Cai a legítima defesa. Então essa injustiça é elemento da agressão à vida. E a moderação é elemento da reação, não é autônoma como disse o Código, é elemento qualificativo da reação. Se o réu não reage moderadamente, cai a legítima defesa, e essa imoderação, agora vem a tese, é (crime) doloso. A imoderação é sempre dolosa, não tem que questionar excesso culposo, porque excesso culposo não existe no crime culposo. Teimaram, eu fui derrotado, mas minha tese foi vencedora no congresso. Depois, eu vou dar para vocês porque o congresso já é mais tarde. Eu venci por 19 votos a três. Tinha 21 Estados aqui no congresso, no Leopoldina Juvenil, mas Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro vieram com votos unidos e foram autores do enxerto do excesso no Código Penal de (19)40. Isso por volta (de) (19)58, [quando] houve o congresso aqui. E o Ladislau Röhnelt estava na comissão técnica e aprovou a minha tese; e não passou a tese do excesso deles, do excesso culposo, não teve, não foi nem a plenário do Congresso, porque não passou na comissão técnica. Era (o) Damásio de Jesus que trazia a tese e eu perguntava no debate assim para [ele]: "Muito bem, então, o colega diz que a culpabilidade não existe e que tem que juntar, o que prevalece é a tipicidade e o excesso culposo", eu dizia. "Então o senhor vai aplicar a sua tese, que é a finalista alemã, que nem a Alemanha aplica mais...", dizia no congresso, "...para aplicar

para nós aqui, ignorando que na denúncia o promotor é obrigado a (fazer) denúncia com indícios de autoria". Como é que eu posso ter o excesso doloso na denúncia de indício de autoria e fechar tudo? Não, eu tenho que ter a antijuridicidade, quer dizer, o crime definido em lei, porque se não está definido na lei, não posso denunciar; tenho que ter a tipicidade, que é o dolo; e tenho que ter também a responsabilidade penal, porque pode haver a antijuridicidade, pode haver dolo e pode o cara ter 16 anos e não tem denúncia. A minha tese foi vencedora no congresso!

Projeto Memória: Aproveitando o tema que o senhor está falando do congresso. Como é que se organizavam, nesse momento, os promotores, os procuradores, no Rio Grande do Sul, para essa troca intelectual de idéias frente à atuação?

Alfredo do Nascimento Barbosa: A Associação, junto ao Governo do Estado [e a outros], (como a) Ordem dos Advogados, [o] Judiciário, todos apoiavam o congresso. O dinheiro, o Governo do Estado dava. E as outras Associações de todo o Brasil apoiavam o congresso e mandavam os seus representantes com as teses para serem aprovadas. Então vinham de todos os lugares. Nós tivemos gente do Amazonas, (da) Paraíba, (de) Pernambuco, (da) Bahia, [de todos os lugares].

Projeto Memória: E foi nesse congresso, aqui em Porto Alegre, que o senhor apresentou essa primeira tese importante?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Foi, porque em São Paulo, [onde] eu tinha ido a um congresso, eles esta-

vam com interesse de botar o excesso, transformar o excesso doloso no culposo, no júri, e botar o excesso culposo no crime. E a minha tese invertia a tese deles. Eles não deixaram apresentar lá com medo que passasse, porque eles tinham lido a tese. Quando chegaram aqui, quiseram barrar, mas a comissão do concurso votou que fosse apresentada a tese e eu fui. [Eu] fui, e foi, no congresso, um sucesso. Foi aprovada a tese, e [nela] eu dizia assim, arrematava assim: "Pode fazer mais um parágrafo no artigo 121", que tem um parágrafo só até hoje, "fazer mais um parágrafo e botar que, havendo excesso no cometimento do crime, a pena poderia ser baixada de 2/3". Estava o que eles queriam, mas estava numa tese inserida de que era doloso, que a minha tese se resumiu já no seguinte: "Que o culposo era uma exceção do Código, na lei", e está até hoje, modificaram o Código [várias] vezes, está lá: "O crime é doloso; item 1 - dolo específico, dolo eventual, excepcionalmente vem o culposo". O que eles fizeram, o uso do cachimbo deixa a boca torta, deixaram excepcionalmente o dolo eventual e botaram, e cresceram o culposo porque dizia assim: "Atravessou a sina-leira, com vermelho, matou, é dolo eventual". Não queria matar mas assumiu o risco. Então eles iam lá naquela barafunda da escola clássica, a escola de Ferri, positivista, (a) escola positivista e a eclética, e se embaralhavam. Se embaralham tanto que até hoje o Código não define o crime culposo e o Código Militar define. Vejam bem. Até hoje, por mais mudança que façam, o Código Penal não define o crime culposos,

conceitua prudência, imperícia e negligência, não sei o que lá, e eu não admitia isso. Eu era um homem que gostava dos pingos nos "is". Não botou o pingo, não é "i".

Projeto Memória: E quando dessa tese, com toda essa força que o senhor fez, estava ainda na comarca em Gravataí ou já estava em São Jerônimo?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Já estava.

Projeto Memória: Já tinha saído de Gravataí. E a observação que gerou essa tese foi de situações que tinham ocorrido então em Gravataí? A reflexão que o senhor teve para elaborar essa postura?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Foi uma tese... Era uma tese virgem. Porque primeiro eles separavam, não sei se até hoje fazem. Então passaram ao absurdo, não é legítima defesa. Eles questionavam primeiro lá no corpo da autoria, depois questionavam a legítima defesa. Se havia o réu agido em defesa própria, se havia... a autoria, a defesa própria, se havia... Agora me escapa, porque são muitos anos. Eu, como promotor, porque eu fiquei 15 anos não fazendo júri. Ah, os meios necessários e moderadamente. Taí os quatro. Quando caía a moderação, caía a legítima defesa. E aí eu dizia: "E agora querem desclassificar depois do júri condenar?" "Se não tem legítima defesa, está condenado." "Não, mas aí nós temos que ver se classifica por causa da pena." Digo: "Mas depois de condenado no doloso, se classificar no culposo, então anula a decisão do júri e, aqui no culposo, o juiz pode absolver". Como se faz no ilícito culposo, questiona primeiro,

antes dos jurados, se respondido que é culposo, dissolve o júri e o juiz absolve ou condena. É esse o correto.

Projeto Memória: Dr. Alfredo, retomando a sua atividade prática em relação à mudança de comarcas, toda a atuação intensa que o senhor teve em Nova Prata, depois um tempo menor em Gravataí...

Alfredo do Nascimento Barbosa: Em Gravataí eu fiquei um ano e meio.

Projeto Memória: ...e depois o senhor foi para São Jerônimo, que era uma comarca bem diferente...

Alfredo do Nascimento Barbosa: Bah!

Projeto Memória: Pode nos relatar um pouco como é que foi essa vivência como promotor?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Essa vivência foi assim. Colocaram-me na lista de merecimento e aí a promoção.

Projeto Memória: Em (19)57, (19)58, mais ou menos, não é?

Alfredo do Nascimento Barbosa: É. Aí a promoção era Itaqui. Ora, eu que tinha vindo de Nova Prata, tinha apartamento montado aqui, Itaqui! Naquele tempo, a gente pagava a mudança e depois é que ia para o Estado pagar, quando o Estado tivesse verba. Eu digo: "Não vou. É muito prejuízo para a família, as crianças no colégio, as crianças no Santa Inês, aqui. Que colégio eu vou.... Não, essa não". Cheguei lá disse para ele: "Não aceito a promoção". "Por quê? Como é que vai estragar a carreira?" Digo: "Olha, houve nove lugares que eu aceitava. Vocês me colocaram na lista? Não me colocaram. Nove!" Porque eu

sabia também do interesse. Sabes por quê? Eu fazia júri para os "cancãs" aqui de Porto Alegre. Esse foi o meu mal. Eu queria fazer merecimento e eu estava me prendendo. O Petry não fazia júri, o Ricardo Medeiros não fazia júri, o Arlindo Brito, que está vivo aí, eu fiz júri para ele. Para muita gente aqui de Porto Alegre.

Projeto Memória: Como é que funcionava isso? Era feito um pedido de substituição ou o senhor elaborava..

Alfredo do Nascimento Barbosa:

Designava.

Projeto Memória: Designavam.

Alfredo do Nascimento Barbosa: O

Petry entrou aqui, na véspera de um júri, com dois volumes. Eu digo: "Olha, Petry, assim não vou aceitar".

Designava, o procurador

sabia, sabia que eu era bom no júri porque eu era do júri. Ficava todo mundo satisfeito, menos eu. Eu ia lá. Então teve júri que... tudo perdido, não queriam fazer o segundo. O Arlindo Brito perdeu por cinco a dois para aquela dupla que estava relatando, Salomão e Dorf, não perdiam um júri. Terminou o júri, eles me convidaram para o escritório deles: "O que estás fazendo na primeira entrância com esse potencial de júri?". Eu digo: "Não, a minha carreira é Ministério Público". E não queria. Fui convidado para entrar lá para juiz, não quis. Eu era promotor e, naquela época, eu gostava mais,

público, depois viraram Promotores de Justiça. Fizeram a Procuradoria-Geral do Estado, já nós não éramos mais Procuradoria-Geral do Estado, éramos Procuradores de Justiça, já eu nem sei. Para mim desvalorizaram. Agora cresceu o Ministério Público, o Ministério Público geral, mas o federal ainda está decapitado. É uma conquista que nós tivemos. Procurador-geral ser nomeado pelo presidente, ah! não, não. Pode escolher numa lista tríplice, mas nomeado pelo presidente é um vínculo terrível.

Demissível *ad nutum*, não quero mais esse, vem outro. Ah, não. Lutamos muito por isso e conseguimos. Então era assim.

Projeto Memória: Aí lhe propuseram Itaqui, que era longe, e o senhor não aceitou Itaqui?

Alfredo do Nascimento Barbosa:

Não aceitei Itaqui. E aí mais uma vez o Caio: "Barbosa, não vais te prejudicar. Eu sei teu valor". Tirou-me da sala, que estava o Conselho dos Procuradores reunido comigo, e me levou para a sala do lado: "Barbosa, aceita e eu te convoco para a judicial". A judicial só tinha em Estrela. Era só promotor de quarta entrância. Eu era de primeira. Chegou lá na sala e disse: "Eu vou convocar o Barbosa para trabalhar na judicial comigo". "Mas isso pode?" "Pode." E o Caio, era o Caio Brandão de Mello. Para dizer não para o Caio, era difícil, duas vezes não dizia. Então eu fui para a judicial, promotor, aí já

era segunda. Fui promovido e fui para a Judicial, trabalhar na procuradoria. Isso era 1957.

Projeto Memória: Então aquela designação para São Jerônimo não ficou valendo porque na prática...

Alfredo do Nascimento Barbosa: É depois da judicial. Aí eu fiquei na judicial, promovido para Itaqui, e dizendo a eles que Itaqui eu não assumia. Era muito sacrifício para mim, para a família, para o colégio das gurias. Não dava. Daqui saí para a judicial, mas eles não me largaram do júri. Continuei no júri, porque eu queria estar bem com eles lá. Mas de repente vinha assim: "Foste designado para botar Santa Cruz em dia". Puxa, não era mole! Santa Cruz não era ali, Santa Cruz a gente pegava o carro-motor, ia até Santa Maria e depois ia a Santa Cruz. Um erro, mas era assim. Então pegava o carro-motor aqui, porque não queria meter o meu carro na estrada, já estava muito sacrificado de estrada, pegava o carro-motor ali atrás do mercado e me ia embora. Chegava lá, descia, ia para o hotel. Veja bem, ficava no hotel sozinho. Ia para o Foro, trabalhava o dia inteiro porque Santa Cruz tinha movimento e eu estava sozinho. E eu lá; um povo totalmente diferente. As lavadeiras de cor falando alemão. Digo: "Mas, Nossa Senhora!". Em 1958, as lavadeiras falando alemão, pretas. [Como] eu não sabia alemão, ficava quieto. Mas algum garçom do hotel e no Foro falavam português, e o juiz não queria que ninguém falasse alemão. "Ah, isso é uma besteira, pois se é a língua deles..." Mas eu logo me acamaradei com eles. Aquele relacionamento foi indo, eles falavam por-

tuês comigo, eu entendia, me diziam frases em alemão, eu comecei a aprender. Assim eu fui indo, porque eu fiquei lá três meses, a família aqui. Eu tinha que botar aquela comarca em dia. Como é que eu ia fazer? O serviço estava atrasado. Aí vêm três júris. Eu fiz o primeiro, eu me lembro como se fosse hoje. O melhor advogado de Santa Cruz, (o) Fett, era alemão. Ele era brasileiro, mas filho de alemão, falava alemão (...). Mas ele era tão bom e era um sujeito tão honesto, um crime horrendo. Era um tal de Marcheonetti que pediu uma carona e ele tinha uma cara de moço, de anjo, sabes? Eu estudei aquele júri e aquele bandido americano célebre, "Angel Face", e me preparei para [o] júri. E o Fett era tão honesto, e ele sabia, e os jurados davam o que ele pedia. Então tinha um laudo do Marcheonetti que vinha: exame laboratorial, não tinha nada; exame psicossomático, não tinha nada; conversação, aí dizia que o cara era meio isso, meio aquilo; e, depois, conclusão, o médico, os dois médicos: "Entendemos que o réu acha-se enquadrado no parágrafo segundo do artigo 22". O que era o artigo 22? Era a irresponsabilidade pelo louco ou a parcial responsabilidade, que tinha diminuída a pena de um a dois terços por não entender o caráter criminoso e determinar-se de acordo com esse entendimento. Era isso. Então o Fett...

Projeto Memória: O laudo médico já podia fazer o enquadramento legal? Não tinha que dar apenas...

Alfredo do Nascimento Barbosa: Agora, tu vais ver. Eles davam assim, os médicos davam o

enquadramento.

Projeto Memória: Uma inversão.

Alfredo do Nascimento Barbosa: Foi aí que [peguei] o cara. O Fett disse assim: "Eu me limito...", porque o crime foi realmente horróroso. O cara pediu carona e, lá no meio da viagem, pediu para parar porque queria urinar, lá sei o quê, o cara parou o carro, ele pah, pah, pah, matou o cara, roubou... Eu até queria botar no latrocínio, mas não ficou bem provado que ele matara por isso. Mas roubou o cara e foi embora. Esse era o fato. Então o Fett agarrou-se no laudo e dizia mesmo: "Esse camarada não ia cometer esse crime dessa maneira se não fosse perturbado. Então eu o defendo neste parágrafo do artigo 22". E historiava lá o Marcheonetti. Eu comecei, eu entrava pela primeira vez, ninguém me conhecia naquele plenário, e disse assim, antes da saudação, antes de tudo: "Santa Cruz, teu nome, além de bonito, é-sagrado". Aquilo foi um impacto, e eu queria (era) provocar. O Conselho de Sentença de Santa Cruz, como eu nunca vi em todos os 40 anos da minha vida dentro do Ministério Público: engenheiro, médico, odontólogo, arquiteto, era rudo com diploma, todos, todos os sete que estavam lá. Bom, aí eu fiz uma saudação muito bonita para o Fett, elogiando, porque ele tinha um conceito social elevado e era de uma família tradicional e, além disso, era um bom advogado, e era tão honesto que admitia a responsabilidade penal do réu, prendia-se no laudo. Agora nós tínhamos uma divergência no exame desse laudo. Então o exame laboratorial, eu e ele concordamos; ao exame psicossomático, eu

e ele concordamos; na conclusão, na conversa o médico dizia que ele apresentou... E aí eu dizia: "Mas quem comete um crime daqueles e está lá preso no xadrez, numa cela com três paredes e uma grade, não fica nervoso? Quem? Qualquer um de nós". E aí eu dizia: "No júri eu fico nervoso, eu estou nervoso". E dizia: "Quem perde um parente, uma pessoa, naquela hora, está nervoso, está fora de si. Mas esse enquadramento do Código Penal é meu, é meu, é do promotor, não é do médico. E aqui há discordância. Então, vamos examinar e quem diz não sou eu, é Basileu Garcia, o poder interativo e evolutivo desse rapaz no fato não é agora, não é depois do fato, é no fato. Ele fez, se vestiu, se penteou, se preparou para apresentar-se bem apessoado, ele premeditou o assalto. Pediu a carona e o homem, que era um homem trabalhador, honesto", e aí era a minha vantagem, "ali de Santa Cruz, deu a carona. E ele matou um irmão, nosso irmão, que trabalhava, que era honesto, que era bom. Foi desse homem que foi ceifada a vida, que deixa os filhos aí. Agora vamos ao ponto crucial. Esse homem, passo a passo, ele não pretendeu fazer o que estava fazendo? Ele não conversou bem com o motorista, ele não pediu que o cara parasse para que ele fosse urinar e, quando o carro parou, puxou a arma e o matou? Tudo premeditado. Até que o cara parasse para ele poder descer, ele não sabia guiar. Então, vejam bem, minuto a minuto, esse homem sabia o que estava fazendo, premeditou, fez e ainda tentou apagar qualquer marca digital, qualquer coisa. Ele se determinou no tempo e

no espaço, com poder interativo e evolutivo, como diz aqui Basileu Garcia". E o júri atento. Bom, o réu foi condenado e negado o laudo por sete a zero. Bom, outra coisa não se falava em Santa Cruz. "Esse promotor...". E o Fett disse assim: "Esse homem não é fácil, esse homem é muito difícil. Vai dar muito trabalho". Veio o segundo júri. Aí encheu aquilo. Eu fiz, o réu foi condenado, cinco a dois. Veio o terceiro júri, o réu foi condenado, quatro a três. Agora não quero mais, e não tinha mais mesmo, mas agora não quero mais. Bom, o jornal de Santa Cruz estampou manchete. Foi porque eles estavam absolvendo, também tinha isso, eles viviam de absolvição. Os advogados eram bons e os promotores não eram aqueles promotores que iam para o júri sabendo que é aquilo, porque tem que ter convicção. Eu tinha muita convicção. Quando eu falava para o jurado, o jurado sabia que eu estava convicto daquilo e era isso que me dava força. Eu atingia a psique do jurado. Essa era a minha força. Bom, aquilo foi um sucesso. Eu vim de lá com toda força. Cheguei em Porto Alegre, me disseram assim: "Nós vamos arrumar uma comarca para ti". Tu não podes ficar assim, caixeiro-viajante, não sei o que lá". E me arrumaram...

Projeto Memória: São Jerônimo.

Alfredo do Nascimento Barbosa: São Jerônimo, que eu dizia lá: "Puxa, São Jerônimo, não está completo esse nome. É São Jerônimo Santa Bárbara", eu dizia para eles.

Projeto Memória: Pelos raios e trovões.

Alfredo do Nascimento Barbosa: Puxa! Fui para lá. E lá foi o negócio

da casa, que não sei se contei.

Projeto Memória: Não.

Alfredo do Nascimento Barbosa: Havia muita dificuldade da casa e tinha um turquinho que estava fazendo uma para casar. Ele era noivo e trabalhava na Justiça do Trabalho. Lá tinha Junta. E eu disse para ele assim: "Eu te pago 700 cruzeiros pelo aluguel da casa". O turquinho não teve dúvida, alugou a casa. A noiva estava por desmarcar o casamento porque ia lá, arrumava toda casa. A casa era novinha, estavam terminando. Aí ele chegou para mim. Mas eu, quando aluguei a casa, já fiz o contrato. Foi na hora. Bate o contrato, vamos assinar. Aí ele queria desmanchar o contrato. Eu digo: "Não. Como é que vou desmanchar? Vou trazer a família. Estava tudo pronto para sair daqui para lá. Meus móveis não davam, mas eu me acomodava na casa de qualquer jeito, porque São Jerônimo era outro lugar difícilimo. Mas acontece que o turco se relacionava, morador lá. Ficou a mãe viúva do que trabalhava na exatoria, o Nona, era dos Ferreiras, família Ferreira. Ela ficou sozinha na casa grande, defronte à praça. E aí o turquinho falou com o Nona. Falou não sei o quê, que estava desesperado, e o Nona disse assim: "Eu vou levar a minha mãe para minha casa, eu alugo a casa para esse promotor. 700 cruzeiros?" "É, 700." "Eu alugo a casa para ele. Se a minha mãe ficar com uma renda..." E foi. Quando eu vi a casa, que era uma casa que dava o meu gabinete, que dava o meu quarto, que dava a sala de jantar, que dava o quarto das gurias, que tinha um sótão em cima em que a empregada podia dormir,

que tinha cozinha e três pátios, a duas quadras e meia do Foro, eu [disei]: "Estou aqui, não se discute mais". Aluguei a casa e tratei da mudança. Outro problema - transporte. Sabia que a gente tinha que pagar do bolso da gente? Então eu conversei com um camarada que tinha caminhão lá, disse: "Olha, faz um transporte, não vou trazer toda a mobília, assim, assim. Tu levas a coisa para lá, trazes de lá?". "Faço." Então, foi dito e feito. O Nona desocupou a casa e eu entrei lá para dentro com os meus móveis, na mesma hora. Instalei-me em São Jerônimo. São Jerônimo Santa Bárbara. Bah!

Aí São Jerônimo tinha questões inéditas, nunca vi. Porque tinha o CADEN, os mineiros, sílicas, era problemático. Tudo aquilo, (um) monte de processos, e eu entrei. Tinha saído o juiz e entrado o Picolli, Humberto Prates Picolli, que era uma ótima pessoa, me abraçou e me levou para a casa dele. Era um homem culto, mas (tinha) medo da própria sombra, e [foi cair logo] naquela São Jerônimo. Aquela São Jerônimo tinha três tigres - o Dr. Leiria, o Dr. Galvão e o Dr. Alcindo. Então, era assim: Dr. Alcindo ficava com os pobres, Dr. Galvão com o CADEN, Dr. Leiria com os ricos. Tudo dividido. Na soma o Alcindo levava (a melhor), porque eram cinco daqui, dez dali, três dali - levava a melhor. O Dr. Galvão, o fino, o intocável, ele usava uma, era quase que uma farda, mas sem galão, sem nada, era amarela, cor de caqui, com cinto amarrado aqui. E, no inverno, era todo mundo de sobretudo e capote. Bom, os setores divididos e o

promotor no meio daquele fogo porque eles se davam, faziam as deles. Olha, na Justiça do Trabalho era, então, dividido mesmo. (O) Leiria lá não ia; era o Galvão e o Alcindo, porque aquela Justiça do Trabalho dava dinheiro. Era o Alcindo dos pobres, dos mineiros, e o Galvão do CADEN, e quem entrasse lá estava morto.

Projeto Memória: O que era exatamente o CADEN?

Alfredo do Nascimento Barbosa: O CADEN era uma companhia de mineração de carvão, que eu não sei de onde era, dominava o estado todo.

Projeto Memória: Representava os interesses dessas companhias de carvão?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Isso, era o CADEN. Então, no meio desse emaranhado, os mais espertos não queriam São Jerônimo, por isso é que sobrou para mim. O promotor era massacrado. Estava lá o Dario Laronde, mas não ganhava um júri, não ganhava nada. E o Humberto Prates Picolli fez o balanço do cartório, faltavam três processos e ele me [chamou]: "Vamos embora daqui. Tu não queres ir comigo? Vamos arrumar uma comarca para nós. Não dá para agüentar isso aqui. Isso aqui vai explodir". "Calma, eu estou com a vida muito complicada. Fiquei já um ano e meio ou mais em Porto Alegre, mais, quase dois, porque fiquei um ano e meio em Gravataí, mais seis meses [em] Porto Alegre, não posso estar saindo." "Mas tu vais ficar nesta loucura aqui?" "Calma, Picolli. Humberto, vamos ver o que a gente pode fazer." Então eu fui ao

advogado, que era muito falastrão e muito dado, mas [também] um danado. Era o Alcindo Flores, era o Galvão e era o Leiria. Bom, o Alcindo Flores me disse logo: "Para estar bem aqui, tens que estar bem com três mulheres". Era a mulher lá que dirigia o clube praticamente, era a mulher que era dona do comerciante mais poderoso e era a mulher da Justiça do Trabalho, bah, que costurava a Secretária, que era família de lá e costurava tudo lá. Tudo bem. Eu digo: "Essa coisa eu vou seguir porque com mulher eu quero me dar bem sempre". Posso brigar com homem, com mulher eu não quero porque a gente perde sempre. Brigou com mulher, perde. Eu tive isso na minha vida, brigou com mulher, perde. Desde a minha experiência em Nova Prata, as mulheres gostavam de mim e os maridos não apitavam. Eu, em São Jerônimo, ali comecei, devagarinho, o Picolli veio logo. E eu fui... O Alcindo disse para mim: "Olha, eu sei, mas eu não posso contar porque é de juramento". "Bom, tu sabes, tu estás envolvido. Se há juramento, vamos dar um jeito. Vamos contornar". "Não, não tem jeito porque há um interesse mútuo." Ele tinha um processo, o Galvão e o Leiria [também]. Os três de combinação, com palavra de honra, ninguém dizia nada. Bom, tanto eu fiz junto a

No outro dia, ele me procurou: "Se tu me deres a palavra de honra que esses três processos vão aparecer e tu não vais falar nada, vais só pedir para o juiz fazer uma recontagem dos processos", eram muitos, "eles vão estar lá". Eu digo: "Dou". Era benefício.

esse Alcindo, que era muito falastrão, e queria fazer amizade comigo, morava defronte à minha casa, que disse assim: "Eu vou falar com os outros dois. Vamos acertar isso. Senão sou obrigado a ir embora, o Picolli vai embora. Vocês querem ficar sem juiz?". Uma comarca sem juiz era horrível. Ele foi. No outro dia, ele me procurou: "Se tu me deres a palavra de honra que esses três

processos vão aparecer e tu não vais falar nada, vais só pedir para o juiz fazer uma recontagem dos processos", eram muitos, "eles vão estar lá". Eu digo: "Dou". Era benefício. "Dou minha palavra, podes contar com minha

palavra". E eu nunca contei isso para ninguém. Estou contando isso para vocês porque já morreram todos. Então foi o Alcindo: "Estão lá os processos". Eu chamei o Humberto Prates Picolli e disse para ele: "Vamos fazer a recontagem dos processos". "Já recontei três vezes." "Vamos fazer, eu quero estar junto." Eu sabia até a pilha onde estava, mas não disse. Então, mexe, mexe, mexe, e eu deixei que o juiz chegasse naquela pilha. Eu disse: "Vai dando para mim esses processos, eu vou conferindo aqui no livro." Lá no fim da pilha um, depois o outro, depois o outro. Então os três processos apareceram. Bah! O Picolli ficou contentíssimo e ficou tudo por conta de não terem achado nas primei-

ras contagens. Bom, e eu fiquei... eu cumpri a minha palavra. Mas fiquei de olho. Fui, comecei a trabalhar.

Projeto Memória: O senhor sabia o teor desses três processos? Eles tinham lhe contado?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Eram cíveis. Eram todos cíveis. Negócio de briga de terra. Um ia levar a melhor para outro, então resolveram: um tira um, outro tira outro, cada um na sua conveniência. O Picolli ficou lá. Então o Picolli ficou muito meu amigo e eles, advogados, também. Até que um deles chegou para mim e disse assim: "Olha, naquele processo tal, tu opinas desse jeito". "Eu não posso fazer uma coisa dessas, mas eu vou ver, se for possível, eu opino." Nós tínhamos grande camaradagem. Fui lá e peguei o processo e não dava, não dava. Era contra (a) minha interpretação da lei. Então eu mandei contra e ele ficou brabo. (Foi o) primeiro que rompeu comigo. O segundo já foi por causa de um outro processo. Ele tinha uma mulher que ele defendia e a mulher tinha feito sexo com o homem, roubou o homem, depois matou o homem e enterrou o cadáver. Era muita coisa, mas ele tinha conseguido que o laudo da causa mortis não fosse preciso. Como é que ele conseguiu aquilo? Não sei. Não sabia se o homem tinha morrido antes de ser sepultado, depois de ser sepultado, uma confusão. Mas eu, no auto de necropsia, dizia... hoje é igual, tanto faz dizer em Português, não é? Auto de necropsia como necropsia. Mas, naquela época, porque eu tive muita luta, eu fui um massacrado pelo Português. Por quê?

Quando eu entrei no ginásio, Física se escrevia com "ph", fósforo com "ph", eu aprendi assim e depois mudou tudo. E depois veio uma época que mudou... Até um tio que eu tinha brincava: "Mas um açúcar cecedilhado não adoça o café". Da maneira que mudava eu tinha que mudar. Bahia sem "h", e o baiano gritou tanto lá que deixaram o "h" e passaram para uma lei específica que em nome próprio não trocava. Mas eu tive tudo isso na minha vida escolar e depois funcional. Muda também acentuação, virgem! Ficava louco. Então, eu estou em São Jerônimo e o painel era esse.

Projeto Memória: A necropsia, a necropsia.

Alfredo do Nascimento Barbosa: O correto em Português era necropsia. Eu ia para o júri, o advogado dizia necropsia, eu dizia: "No meu entendimento é necropsia". Aquilo batia. Porque (eu) sempre batia. Antes de levar, eu dava, para fazer a defesa respeitar. Deixar-se mandar, acabava-se o promotor, o promotor podia perder num júri, num debate. Tratava bem o réu. Ah, isso, nunca destratei um réu e criticava a defesa, porque a defesa montava na vítima que não estava ali, está lá na lousa fria, não podia se defender. E eu batia nele, advogado, isso eu batia. Essa é a minha maneira de levar a coisa. Bom, em São Jerônimo, eu tive aquele monte de coisas novas e o município era enorme. Basta dizer que Mina do Rato, Mina do Leão, Butiá, era tudo distrito de São Jerônimo. Triunfo e General Câmara eram termos. Era um dos maiores municípios do Es-

tado, Charqueadas. Foi tudo fracionado, interesse político e, se não sai uma lei que está no Congresso, vão retaliar mais, porque bota vereador, bota.... É uma soma. Então isso era São Jerônimo, era enorme. Tinha as minas de carvão, que eram do CADEN; tinha a estrada de ferro, que era [do] CADEN; tinha a barca que passava ali, levava eu e o juiz até General Câmara e depois, na volta, a gente voltava numa barquinha de motor de popa. E voltava de lá às três horas da manhã, naquele rio, sem lua, escuro. Ah! Só aquele barqueiro. E o Picolli vinha rezando. Eu dizia para ele: "Picolli, fica firme. Eu sei nadar, eu te salvo". Eu sabia nadar e nadava bem. "Fica quieto." Às vezes, nós íamos fazer júri, vinha brigado, eu vinha brigado com o advogado de defesa, todos no mesmo barco, e vinha. E isso era a minha vida em São Jerônimo. Mas o que chamava a atenção mais uma vez, a minha porta não tinha duas, três, quatro, cinco, seis horas da manhã, qualquer um do povo batia lá, dizia: "Doutor, meu filho foi preso, eles vão bater nele". Eu me vestia e ia para a delegacia. Isso conquistava o povo. Eu ia lá, chamava um vizinho e o guarda, dizia: "Traz o preso". "Tira a roupa." Não tinha nenhum sinal. "Estão vendo? Se amanhã esse homem aparecer com algum machucado, eu processo vocês." Porque tinha dois inspetores lá que eram umas feras. Bom, o homem era recolhido à cadeia e eles não bati- am. A delegacia de polícia era como sempre em tudo que é lugar que eu fui. O delegado era vereador, tinha deixado a delegacia, era um inspe-

tor que estava lá, e aquilo era muito mal atendido. Toca eu a batalhar por um delegado para São Jerônimo, e lutei, e lutei. Aí eu conhecia, de Gravataí, um delegado muito bom, Cócáro, era o nome dele, (o) sobrenome dele. Consegui. O Cócáro foi para São Jerônimo, promovido. Conseguiu a promoção (...). Então havia conseguido um delegado, e um bom delegado. Aí o negócio dos 15 no plenário do júri: "Não, traz os 21". Mas eu me envolvia demais porque eu vinha de um lugar onde se eu não me envolvesse, eu era mal visto. Então eu tinha pegado aquele cacoete lá da colônia, eu entrava em tudo. E eu fui para o clube, disputei uma eleição, ganhei, e eles ficaram brabos porque eu não era do local. Eu fui para um clube de futebol, ganhei a eleição, ficaram brabos porque eu não era de lá. Porque o negócio é assim: é de lá, é de lá, não é, não é, não tem que fazer parte daqui. Eu transformei. Mas eu consegui botar o delegado lá. Todo mundo gostou, menos os advogados que tinham o poder na mão de manusear com as testemunhas. E entrava um delegado competente, o Cócáro era bacharel, e a coisa mudou. Porque eu estava cansado. Um dizia, estava em casa, batia na porta: "Apareceu um cadáver no Rio Taquari lá em cima, doutor". Puxa, e agora? Agora eu telefonava para o hospital, para a ambulância ir buscar, eu que tinha que tomar as providências e depois o inspetor ia ver. Com o delegado de polícia, aquilo melhorou muito, mas muito (mesmo). Os advogados já não manobravam como manobravam. Começou a ficar diferente São

Jerônimo. E eu batalhando. Quando estou já cogitando de ser promovido, vem a eleição. Eu já tinha medo de eleição. Vem a eleição. E aí estou no café, onde eu almoçava com as filhas, até então não tinha arrumado uma cozinheira, a mulher tinha um gabinete bem montado na própria casa...

Projeto Memória: Ela era dentista? **Alfredo do Nascimento Barbosa:** Cirurgiã-dentista. Trabalhavam os dois muito bem. Eu tinha gabinete de um lado, na peça da frente, e ela do outro lado. Na peça da frente, o gabinete dela com sala de espera e tudo. Entrava por um lado e pelo outro.

Aí chega o delegado, começa a se modificar a situação. Os advogados não gostaram. Engraçado, eles já queriam que eu fosse promovido. Mas deu-se uma coisa comigo, o exator federal era presidente do PTB local. Eu me dava com ele, me dava com todo mundo. Mas o candidato à prefeitura era um sujeito pernóstico, mas andava por lá e o PTB ganhava longe. E ele chegou para mim, no café, e disse assim, assim mesmo, cheio de gente: "Tu vais ser assessor do Governador...", que era o Brizola, "...tua mulher vai ser cirurgiã-dentista do posto de higiene, que não tem ninguém aí para tratar de colegiais e gestantes, e tua filha...", minha guria tinha tirado o ginásio, tinha acabado de tirar o ginásio, "...vai ser professora no grupo escolar lá, mas tu vais nos apoiar na campanha aqui". Era Porciúncula

o candidato. "Olha, falando alto, aqui no café, o senhor não me conhece, o senhor aparece... Por que não foi na minha casa? Por que não conversou?" "Não, tem que ser de público." "De público? Então o senhor fique sabendo que eu não estou à venda. E daqui para frente, o meu candidato é outro." Bah, aquilo bateu. Ali eu não sabia a briga que eu estava comprando. O diretório do PTB reuniu-se e representou contra

E o Procurador-Geral de Justiça era Floriano Maya D'Ávila, que era pré-candidato a deputado federal (...)

mim para o Procurador-Geral da República aqui, que ficava ali do lado do Banco do Rio Grande do Sul novo, que não existia naquela

época, ali naquela pracinha, era ali, Geraldo Brochado da Rocha. E o Procurador-Geral de Justiça era Floriano Maya D'Ávila, que era pré-candidato a deputado federal, olha bem, pelo PTB. Então eu me vi numa enrascada porque o diretório do PTB de São Jerônimo representou contra mim, dizendo que eu não podia ser fiscal da eleição visto que tinha apoiado um candidato publicamente. Não era bem assim. Mas foi o que estava escrito. Eu saí de lá e vim à procuradoria-geral falar com o Floriano. E disse para o Floriano: "Floriano, eu vou sair. Agora não quero ser mais o fiscal da eleição. Tu pedes, dás um telefonema para o procurador-geral...", que era o Procurador-Geral da República que designava. Era eleitoral, era federal "...e pedes para ele uma maneira honrosa de eu sair". Aí (o) Floriano me disse: "Eu não me meto nisso, eu já estou com a cópia da sua represen-

tação aqui que está me incomodando". Assim, para mim. Puxa, eu desci dali da Riachuelo pela Caldas Júnior e o sangue me ferveu. Porque eu queria sair fora, mas não daquela forma. Fui ao gabinete do Procurador-Geral da República aqui, subi a escadaria, fui ao gabinete. Tinha umas 20 pessoas, de 15 a 20, para falar com ele. Aí entrei, fiquei esperando. Numa dessa, mandou entrar todo mundo, entramos todos e ele perguntou assim: "Quem é o promotor aí?". Digo: "Sou eu". "Vem cá." Eu fui, cheguei lá, os outros ficaram na entrada da porta, pelo lado de dentro. Disse ele para mim: "O que o senhor deseja?" Eu disse: "Olha, vim do gabinete do procurador, passa-se isso, eu pedi que ele telefonasse ao senhor porque eu queria uma maneira honrosa pelo menos, porque eu fui fiscal de duas ou três eleições e sempre fui honesto". Disse ele: "Eu sei, fui eu que designei todas elas". Bom, e eu continuei, disse: "Mas eu fiquei tão desgostoso com o que o procurador me disse que agora eu quero uma sindicância. A lei me faculta". "Mas uma sindicância em cima da eleição?" "Não posso fazer isso, não posso." Eu disse: "Mas, então, como é?". Ele disse: "O senhor vai ser fiscal da eleição e eu acredito na sua isenção. A portaria está feita, não vou modificar, e tem mais, o senhor vai saber que eu não aceitei". E botou em cima da representação - arquivado, Fulano de Tal, Geraldo Brochado da Rocha. Puxa, aí eu saí engrandecido. Cheguei em São Jerônimo, todo mundo queria saber e eu disse: "Esperem que eu vou receber uma coi-

sa e depois eu mostro". No outro dia estava o telegrama do Brochado da Rocha lá arquivando a representação e me convidando como fiscal da eleição. Puxa, foi uma vitória espetacular. Aí eu mostrei no café, não tinham me pedido sigilo. O presidente do PTB montou numa cobra e foi ao procurador-geral, Floriano Maya D'Ávila. O Floriano Maya D'Ávila pegou a cópia da representação, isso parece mentira, só acontecia comigo, da representação arquivada pelo procurador-geral, fez um inquérito, uma sindicância, abriu a sindicância e deu 24 horas para eu falar lá. Repare bem. Eu recebi aquilo "24 horas para falar". Fui ao presidente do Clube do Comércio, ele me deu um ofício; fui ao presidente da Associação Rural, me deu outro ofício muito melhor; o presidente do Sindicato, que era membro do PTB, assinou como vice-presidente do diretório, e como presidente do Sindicato, um ofício me elogiando [por tê-lo] ajudado nas questões trabalhistas; e fui ao juiz eleitoral, Bráulio de Oliveira Neto. Esse, então, fez três páginas, que eu não merecia, mas ele fez. Juntei os quatro ofícios, mais o xerox do telegrama embaixo, o original eu tenho, e botei assim: "Em vista da documentação anexada, nego-me a falar". Bom, foi uma bomba. Mas o pessoal... o Caio ria, ria. "Não mexam com o homem", dizia o Caio. Aquilo estourou lá no Conselho e o procurador-geral não teve outro caminho. Reuniu o Conselho e arquivaram. Mas ele, para dar uma satisfação lá, baixa uma portaria pelo *Correio do Povo* em que o primeiro considerando era nesses ter-

mos: "Considerando haver dois promotores se comportado mal durante o período pré-eleitoral...", segundo considerando não sei mais lá o quê e depois vinham todos os considerandos legais. Eu agarrei aquilo, li. "Eu não vou engolir isso." O pessoal dizia: "Isso aqui é para ti". Claro que era para mim. Um daqueles dois era meu, o outro eu nunca fiquei sabendo quem era. Agarrei, escrevi uma carta para o procurador-geral. Essa carta não sei se chegou ou não, isso eu não sei. Eu só sei que o *Correio do Povo* me pediu para publicar e eu publiquei a carta, dei para publicar. Então, o *Correio do Povo*, em manchete, dizia assim: "Promotor rebelou-se contra...", não era assim, "... contra portaria do procurador-geral". Virgem, choveu pedra. O Paulo Medeiros, que era procurador, telefonou para São Jerônimo: "Barbosa, que coisa de louco, que barbaridade!". Eu disse: "Olha, eu tenho a consciência tranqüila. Lê como eu começo a carta. Porque eu não poderia admitir que o procurador-geral, meu chefe, suspeitasse do Ministério Público do interior do Estado todo, porque um dos promotores que estaria se comportando mal era eu. Eu vinha me denunciar publicamente, porém essa representação não tinha fundamento porque havia

sido arquivada pelo procurador-geral". Contava a história. Mas ele não engoliu, reuniu o Conselho.

Projeto Memória: Mas o Dr. Floriano Maya D'Ávila tinha uma atuação política definida pelo PTB?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Completamente. Ele era pré-candidato a deputado federal. Ia se licenciar. Graças a Deus que se licenciou. Mas enquanto não vinha o período

da licença, ele estava lá. Rompeu comigo. E o Conselho, a pedido dele, em caráter reservado, vejam bem, essa história tem começo, meio e fim, em caráter reservado, me puniu. Mandou me chamar, me puniu. Eu fiz um baita recurso daquela punição e o

Caio, mais uma vez o Caio, a estrela do Ministério Público, me iluminava. Caio Brandão de Mello me chamou e me disse: "Barbosa, tira essas razões de recurso aqui, deixa...". Porque as minhas razões eram uma bomba. Então eu tirei e só assinei, ficando... esperando a censura. Bom, ele, o procurador-geral, publicou no *Diário de Notícias*, no *Correio do Povo*, naquela época tinha (o) *Diário*, (o) *Correio do Povo*, (o) *Repórter Esso*, (e), por incrível que pareça, deu no rádio, e eu brincava assim: "Ouçam a BBC de Londres, provavelmente vai dar". Eu não me tor-

Eu só sei que o Correio do Povo me pediu para publicar e eu publiquei a carta, dei para publicar. Então, o Correio do Povo, em manchete, dizia assim: "Promotor rebelou-se contra...", não era assim, "... contra portaria do procurador-geral". Virgem, choveu pedra. O Paulo Medeiros, que era procurador, telefonou para São Jerônimo: "Barbosa, que coisa de louco, que barbaridade!". Eu disse: "Olha, eu tenho a consciência tranqüila.

PROCURADORIA ADVERTE OS PROMOTORES PÚBLICOS SOBRE POLÍTICA PARTIDÁRIA

Rossalvo, contudo, a portaria do dr. Floriano Maya d'Ávila o exercício do direito da opinião

Em face de reclamações que foram feitas ao seu conhecimento, o procurador geral do Estado, dr. Floriano Maya d'Ávila, baixou na última quarta-feira, dirigida a todos os promotores do Estado, recomendando-lhes que se abstenham de uma conduta político-partidária inconvenciente, isto é, que possa prejudicar a isenção e a superioridade com que devem cumprir seus deveres regulamentares. A recomendação dispõe, ressaltando, contudo, o direito de opinião, inclusive a filiação partidária, de que gozam os membros do Ministério Público.

É o seguinte o texto da Portaria n.º 534 da Procuradoria Geral do Estado, documento em que se contém esta recomendação:

— Considerando que aos Promotores de Justiça deve ser assegurado o direito de opinião político-partidária, mas de tal modo que o exercício dos direitos políticos, neste caso, não prejudique a confiança coletiva que deve inspirar o agente da instituição para o fiel desempenho dos altos encargos que no Ministério Público compete a Constituição. Estadual, em seu art. 125.

— Considerando que o órgão do Ministério Público tem atribuições estatuídas pelo Código Eleitoral que não poderão ser superpostas a nenhuma das funções de caráter político e com fundamento

emento público inerte e condutório Público que incompatibiliza a atuação dos agentes do Ministério para o exercício do cargo não instituído disciplinarmente sancionado pelo art. 532, II e VI, letra a do Cód. de Org. Jud. do Estado; e Resol. do Conselho, restando a todos os Promotores de Justiça do Estado que exercam livremente o direito de opinião, mas resguardando sempre a superioridade da Justiça Pública na sua Comarca, a fim de que os deveres regulamentares a serem cumpridos com isenção e superioridade, em hipótese alguma sejam prejudicados por inconvenciente conduta político-partidária, sob pena de serem revocados no órgão disciplinar da classe, o Conselho Su-

Figura 08 - Resposta do Promotor de Justiça Alfredo do Nascimento Barbosa referente à advertência do Procurador-Geral. *Correio do Povo, Porto Alegre, 01.11.1959, p. 18. Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Foto: Vinicius Oliveira.*

Punido o promotor de São Jerônimo

Decisão unânime do Conselho do Ministério Público.

Recebemos, em fim, o seguinte ofício:

“Senhor Diretor,
Tomando conhecimento da publicação feita pelo *Correio do Povo* de 31.10.59 do ofício que a mim dirigiu o Bel. Alfredo Nascimento Barbosa, Promotor de Justiça de São Jerônimo, — cabe-me uma manifestação a respeito, visto que aquele agente do Ministério Público investiu contra ato desta Procuradoria Geral que foi fundamentado em lei. E assim o fazendo, devo simplesmente informar que, por iniciativa minha,

o Excmo. Conselho Superior do Ministério Público em sessão ordinária hoje realizada aprovou a conduta assumida publicamente por aquele Promotor com relação à Portaria n.º 534/59.

A propósito do assunto devo esclarecer simplesmente que o Órgão disciplinar considerou inatencível a mencionada portaria quer quanto à sua legalidade quer quanto à sua oportunidade mesmo porque constitui tradição da chefia do Ministério Público a proceder a

(Continua na pag. 7 Letra — J)

Figura 07 - Advertência da Procuradoria-Geral sobre o envolvimento de promotores públicos em atividades político-partidárias. *Correio do Povo, Porto Alegre, 30.10.1959, p. 16. Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Foto: Vinicius Oliveira.*

Promotor de Justiça responde a advertência do Procurador Geral

A propósito da portaria n.º 534 publicada pelo *Correio do Povo* na última sexta-feira, na qual o chefe do Ministério Público advertiu os Promotores de Justiça para que não tenham a participação em forma inconvenciente, na campanha eleitoral em curso, resalta, contudo, o direito de livre opinião, em dia, promotor do Rio Grande do Sul, o dr. Alfredo N. Barbosa, dirigiu ontem a seguinte ao dr. Floriano Maya d'Ávila, cujo texto publicamos a seguir. O promotor geral do Estado mencionava, em sua portaria, duas queixas que recebeu a respeito da participação de promotores na política militar. O Promotor de São Jerônimo, dr. Alfredo N. Barbosa, acreditando-se alvo de uma das duas queixas referidas, escreveu ao procurador geral, em resposta, o seguinte texto:

Não admito, portanto, que o meu chefe lance dúvidas na publicação pública, a qual não conheço, as duas queixas contra o M. P. no atual pleito eleitoral, nem suas provas e, mais, menos, a veracidade das mesmas. Não houve inquérito e nem sanção.

A opinião pública toma conhecimento das mencionadas queixas do Conselho Superior do Ministério Público e o que e por que estas queixas, duas somente, entre cento e tantas Promotores, motivaram a publicação da referida Portaria, é porque elas tinham fundamento e possuíam provas. V. Excma. sabe perfeitamente que, no meu caso, não havia e nem há nada disso.

Aceto a Portaria na sua consecução, mas o motivo que lhe deu origem foi mal fundamentado e leva a erro a profetação. Não tendo o geral identificado a queixa lançada a meu respeito pelo Parlamento do Ministério Público na campanha eleitoral, não posso identificar a queixa e a conduta dos meus colegas e assumindo a maior responsabilidade de todas as queixas, como sempre o faz o Sr. dr. Alfredo N. Barbosa, Promotor de Justiça de São Jerônimo.”

Figura 09 - Divulgação da punição do Promotor Público Alfredo do Nascimento Barbosa pelo Conselho Superior do Ministério Público. *Diário de Notícias, Porto Alegre, 04.11.1962, p. 8. Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Foto: Vinicius Oliveira.*

cia, eu era pelo 9^o19 mandamento do decálogo do Ministério Público, o 9^o que me entregaram quando tomei posse: "Não te curves a nenhum poder, somente o da lei". Eu era assim, eu era um promotor que me curvava pela lei. Sem a lei, ninguém me curvava. Bom, qual foi o resultado? O Conselho, que havia me punido em caráter reservado, diante daquela publicidade, reúne-se e me bota na lista de promoção por merecimento. Foi uma coisa de louco, porque o Floriano era um voto e eles, naquela altura, (eram) oito ou nove já. E eu entrei na lista de promoção de merecimento, de segunda para terceira, depois do temporal, logo no temporal ainda. Qual foi o resultado? Porque eu fui uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete vezes e não era escolhido nunca. As listas se renovavam, eu era incluído na lista tríplice, mas não era escolhido. Eram escolhidos outros. Até que surge a bendita palestra da sexta-feira do Brizola no Rio de Janeiro. Quem assumia o governo do Estado? O PRP²⁰, que já andava às turras com o Brizola. Mas assumia, era dele o lugar, ia para lá. Ora, o secretário do Brizola, Nei Brito, que tinha vindo do PSD, da eleição do Getúlio, me conhecia pessoalmente do Tribunal de Contas, [pois] ele era do Tribunal de Contas e sabia todo o meu lado político, sem partido. O que faz o Nei Brito? Dá para o... era um nome conhecido na época, já falecido, do PRP, que assumia o governo, e o

cara, numa sexta-feira, me escolheu. **Projeto Memória: PRP?** Não era o Edgar Schneider, do PRP, que assumiu naquele momento?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Não. Era um nome, Schneider... acho que também alemão, mas era um outro nome. Schneider era... Bom, ele era de Santa Cruz, eleito por Santa Cruz, e era o que substituíva, saía da Assembléia e substituíva o Brizola. Bom, me escolhe, eu sou chamado em palácio, aqui da minha casa. Não, eu estava em São Jerônimo. E sou chamado pelo telefone e fui em palácio. E até pensei que era o Brizola que ia falar comigo, mas não. Era o Nei, que deu para mim a promoção, assinada pelo outro, e disse: "Vai lá na Secretaria do Interior e Justiça, entrega esses registros e diz que eu estou esperando de volta. E eu cheguei lá com os papéis na mão, entreguei. "Não, mas agora quem vai é o Alceu Loureiro Ortiz", que era do PTB (e) tinha sido companheiro do Brizola (na) campanha eleitoral. Eu disse assim: "Não, está aí, assinado pelo governador. O senhor tenha paciência! Então telefona para o governador". Aí o cara lá dentro gritou: "Deixa eu ver aqui". Assinou. Eu trouxe. Aí o Ney Britto tinha me dito: "No que assinar lá na Secretaria, e eu vou telefonar para lá para assinarem porque eu quero isso, em vez de trazer para mim, tu levas ao procurador". Pô, foi uma surpresa para o Floriano quando recebeu aquela papelada. "Doutor, o senhor me desculpe, mas

¹⁹ Refere-se ao art. 10.^o do decálogo: "Sê independente. Não te curves a nenhum poder, nem aceites outra soberania, senão a da Lei". J. A. César Salgado. Presidente da Associação Interamericana do Ministério Público. II Congresso Interamericano do Ministério Público, Havana, 1957.

²⁰ Partido da Representação Popular.

eu vim lhe trazer a minha promoção. Está aqui." Disse: "Mas como!". "Recebi da Secretaria do Interior, assinado pelo secretário, o governador assinou também". "Mas que governador?" Aí ele leu. "Bom, não posso fazer mais nada. Está assinado."

Projeto Memória: Foi o governador substituto que assinou?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Foi, mas tinha validade.

Projeto Memória: Claro, claro, tinha validade.

Alfredo do Nascimento Barbosa: Ele não era bem um governador substituto. Ele substituíra, assumia na vaga do Brizola, que era só sexta-feira, ele já vinha no sábado. Puxa, aquilo para mim foi fantástico. Sete vezes, eu não contava mais. Aí, saiu. Aí o Floriano me chamou e disse: "Olha, eu sei que tu és um bom promotor, só que nós não rezamos na mesma cartilha. Agora, o que está feito, está feito. Estou recebendo aqui...", porque, naquela altura, começou a Associação Rural, tudo do meu sogro lá, Associação Comercial, Associação do Clube do Comércio, não sei o quê, tudo pedindo a minha designação para Rio Grande. Eu fui. Mas em Rio Grande, (mal) cheguei lá, já senti que a coisa era feia, mais feia (do) que (em) São Jerônimo.

Projeto Memória: E esse foi um período conturbado na história do Rio Grande do Sul. Esse período aí, (19)58 a (19)64.

Alfredo do Nascimento Barbosa: Muito, muito conturbado para tudo, para a Justiça, para o Ministério

Público, para tudo. Então, vi que o cartório não andava direito, vi que os processos não andavam direito, vi... Foi uma coisa! Aí me chamam: "O senhor está com... Tem um recado que o senhor não toque na falência do Reingantz, e tem um apartamento esperando o senhor e para a

sua família lá na fábrica, quase um andar, todinho, com tudo, de graça". Mais uma vez o meu ego (disse) "Não".

Projeto Memória: Tentativa clara [de]

cooptação, escancarada.

Alfredo do Nascimento Barbosa: Clara. "Eu não. Eu fico aqui na casa do meu sogro, que é no meio da quadra, defronte ao Foro, é mais fácil para mim, vou ficar [aqui]. As gurias estão no colégio, têm que terminar o colégio. Para depois cogitar bem onde é que vão ficar." Bom, tomo conta, e o que havia lá? Havia uma fila, eu pegava era Vara de Família, Falência, não me lembro o que era mais, Registro. Registro, Falência e Família. Não me deram júri e eu até queria, vou descansar um pouco. Mas na Vara de Família havia um monte daquele negócio de fechar a Swift. Então era marido separando da mulher, deixando com filhos, pensão, era marido desmanchando casamento, era tudo, tudo, tudo lá. E eu, o que eu fiz? "Eu vou fazer o que eu fiz em Nova Prata." Peguei o datilógrafo, disse para ele: "Tu me marcas quantos a gente pode atender até às oito horas, hora que fecha o Foro, até às sete e meia, de uma a sete e meia". "Ah, conforme, se tem mui-

tos casos para bater, casos muito compridos para bater, dá mais ou menos 30 pessoas." "Então, vamos fazer o seguinte: distribuí 30 fichas para hoje, para amanhã, e 30 para depois de amanhã, e 30 e 30, e 30, vamos atender." Eu era o último que saía do Foro e fazia... Vinha a mu-

lher e vinha o homem. Então, estipulava a pensão, estipulava o quantum, estipulava condições, estipulava visitas aos filhos, estipulava tudo, procurava o denominador comum entre eles. E o cara está na máquina. Aí eu ditava, eles assinavam e iam embora. Vinham outros, iam em-

124
 embora, vinham outros, iam embora e assim nós fazíamos. Atendia o que dava para atender. Uns eram simples, uns a gente falava e se reconciliavam. Não ficava nada ali, nada escrito, iam para casa e tudo bem. Era o que eu mais procurava fazer. Então assim eu agia, assim o Ministério Público se portava em Rio Grande. O juiz chegava... o Juiz Aluísio Azevedo, parece, chegava e só tinha o trabalho de homologar. Homologava e ficava louco de contente comigo porque eu tirava o serviço dele. Ele homologava e ia embora, e eu também ficava satisfeito. O cara não era de muita luz também, era bom que ficasse lá. Aí surgiu um caso interessante para história. Vieram me dizer, o representante dessas entidades comerciais,

"O senhor não pode, de jeito nenhum, senão recebo a denúncia contra o senhor". "Ah, não faça isso, fechar o jogo". Fechei. Assim como esse havia outros como o Esporte Clube de Rio Grande. Fechei, e eles começaram a sentir o quê? Era uma cidade grande, mas estava sentindo a força do Ministério Público naquela época, por quê? Porque eu arrumava força, eu não deixava levar. Veja bem. Eu fui feito promotor, eu nasci promotor, essa é que é a verdade.

Clube do Comércio, Rural, que de noite funcionava uma roleta com menores. Eu tinha [muito] trabalho, saía cansado do Foro, não ia para o centro. "O senhor vem aqui de noite, o senhor vai ver. Começa às dez horas, dez e meia, onze horas, com menor lá dentro." "Vocês me dão isso

por escrito?" "Damos." Fui para casa, botei na máquina e me deram. O juiz era fraco, agora não me vem o nome, acabou se aposentando aqui mal com o Tribunal. Tinha o delegado de polícia, isso parece que existiu... O Brasil é um mundo diferente. E o delegado de polícia tra-

zia um cartão do Jango autorizando, era proibido por ele, autorizando o jogo. Acreditam nisso? Era isso que ele trouxe na mão assinado pelo Jango, que era, na época, vice-presidente da República. Eu disse: "Olha, [eu falei com] o Juiz Aristides, Aristeu", uma coisa assim: "Eu vou denunciar ao delegado e ao senhor para a procuradoria-geral, que leva para o Tribunal de Justiça, se não tomar uma providência. Aí o juiz disse: "Não, espera aí, calma". Perguntei para o delegado: "O senhor não pode, de jeito nenhum, senão recebo a denúncia contra o senhor". "Ah, não faça isso, fechar o jogo". Fechei. Assim como esse havia outros como o Esporte Clube de Rio Grande. Fechei, e eles começaram a sentir o

quê? Era uma cidade grande, mas estava sentindo a força do Ministério Público naquela época, por quê? Porque eu arrumava força, eu não deixava levar. Veja bem. Eu fui feito promotor, eu nasci promotor, essa é que é a verdade. A minha alma, noutra geração, lá sei eu o quê, eu era promotor. Então, salientava-se promotor conforme começava a falar. Mas tinha mais, processo de falência. Tinha mais o processo de falência da Reingantz. Eu vi que havia crime, por quê? Porque era crime falimentar. Porque na sociedade anônima o mesmo diretor não pode fazer parte das diretorias que são renovadas de dois em dois anos. Há dez anos que ele era sempre, mudava três e ele, três e ele, três e ele. E ele, a sociedade anônima, não podia dispor dos bens da fábrica. Era só o síndico com o juiz. O que acontece? Ele tinha vendido a casa dos operários, repara bem. Eu denunciei e pedi a prisão preventiva. Aí disseram que o Brizola, era o governador, caminhava de um lado para outro no palácio, no salão. "Que homem é esse que me arrumaram?" E o Floriano ficou louco, mandou me chamar e me perguntou assim: "O juiz recebeu a denúncia?". Disse: "Recebeu". "Então eu não estou aqui para defender ladrão." E saiu. Na sala, ficou o secretário, que era o Stumft, que era do PTB, e o Nuno Carpena, que também era naquela época do PTB, depois ficou do PDT, Nuno Carpena. [Ambos já morreram]. E o Nuno disse para o Stumft assim: "Ele não sabe o que ele está dizendo. Amanhã ele não senta mais nessa cadeira aí", o procurador-geral. Eu voltei para Rio Grande contente, o procurador-geral, que era

político, tinha me dado força. Cheguei lá no outro dia, entro no Foro, vem a secretária toda sorridente, porque ela era do PTB, ela não queria, aquela era uma engrenagem e eu... "O senhor viu o fonograma que chegou para o senhor?" Estava fechado, colado, mas ela já sabia, tinham aberto aquele fonograma. Abri o fonograma, tinha sido cassada a minha designação pelo procurador-geral. Eu estava em Rio Grande no ar. **Projeto Memória:** Isso em (19)58? **Alfredo do Nascimento Barbosa:** (19)58.

Projeto Memória: E o que o senhor fez?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Mais, mais, isso era (19)60. Então eu fiquei no ar.

Projeto Memória: Então realmente o PTB já estava no governo há mais tempo. A engrenagem já estava consolidada? Em (19)60 já eram dois anos então.

Alfredo do Nascimento Barbosa: É. E eu agora o que faço? Tinha duas amigas na procuradoria, a Florinda Braga Gastal e a Célia Ribeiro. Uma vinha a ser até prima da minha irmã mais velha, do outro casamento, e a Florinda Gastal, irmã do Braga Gastal. Aí elas me disseram, me telefonaram, mandaram um telegrama: "Peça férias". Eu não tinha tirado férias, pedi, dois meses. Naqueles dois meses, eu fiquei lutando, porque qual é a comarca que sobrava? Uruguaiana. Mas a minha viagem para Uruguaiana era difícil, era muito difícil. Então o que eles fizeram? Como havia uma vaga em Rio Grande - o Carpena tinha sido promovido -, eu pedi a vaga do Carpena. Aí eles fizeram o outro, que era da

comarca que tinha preferência, pedir aquela vaga. Aí a outra vaga, eu pedi a outra. Aí o procurador... não tinha quem quisesse ir para aquela outra, e eles não me queriam em Rio Grande. Como é que eles iam fazer? Então estudaram lá, o procurador-geral e o secretário, e havia um projeto de lei, que eu não sabia, que a substituta de Pelotas ia ser extinta. Então disseram para o Viterbo: "Viterbo, vai ser extinta esta tua promotória, pedes Rio Grande, que é pertinho, 50 km, faz tua mudança aí. Vai para Rio Grande". E me aparece o Viterbo com uma permuta assinada, já assinada pelo procurador-geral, tudo, só faltava eu. Eu assinei o papelote. Eu já tinha morado lá.

Projeto Memória: Assinou sem saber que depois ia ser extinta?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Não sabia. Fui para lá. Bom, aluguei casa, uma casa muito boa, grande, instalei o gabinete da mulher. Nós já tínhamos morado em Pelotas, eu, sete anos, a mulher, oito. Aí ficamos lá, eu conhecia todo mundo. Fui para o Foro. Começou aquela ondinha, comecei a sentir, de juiz com promotor. Mas a coisa andava mais ou menos. E eu entrei, me tocou Vara de Família, repara bem, Vara do Júri e Crime. E o Crime era dividido em dois. O outro pegava a metade do Crime, uma outra barbada, e o outro ficava com Curadoria de Menores. Eles empurraram o pesado para mim. Eu não reclamei. Vamos lá, eu já vinha do mau tempo, resolvi topar a parada outra vez e comecei a trabalhar. Num instante, aquilo foi rápido, era convidado para isso, para aquilo, para aquele outro. Fui logo membro do Conselho Superior de

Ensino, fui membro da Justiça Desportiva e começaram aquelas coisas. Fui convidado para presidente do Jôquei Clube, não quis. Não tinha tempo. É mas eu tinha um nome ali já como estudante, como orador, etc., etc., particularidades que eu levava comigo. No Foro de Pelotas eu encontrei uma situação muito desagradável. Um juiz, o Hugolino Uflacker, não se dava com o Emílio Maya Gischkow, eram inimigos. Então o Foro era partido: os que estavam com o Emílio, os que estavam com o Hugolino. Eu não entro nessa.

Projeto Memória: Como é o nome deste outro? Os que estavam com o Emílio?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Emílio Maya Gischkow, que era primo-irmão do Floriano Maya D'Ávila. Bom, fiquei lá naquele Foro, com aquela situação, buscando não me envolver, nem num lado, nem no outro. Eu trabalhei... às vezes trabalhava com o Gischkow, ah, e eu substituí, quase sempre tinha um, eram dois, cada um tinha dois meses de férias. Eram quatro meses que eu substituí Pelotas, Foro de Pelotas. Depois eu substituí Canguçu, repara bem, Arroio Grande, Herval, São Lourenço. Isso ocupava os dez meses, tinha os meus de férias. Andava sempre, trabalhava sempre e, naquela vida, eu ia levando. Aí passa (19)61, (19)62, em (19)63 extinguem, não, foi antes, (19)61, foi (19)62, extinguem a promotória substituta. E eu fiquei sem promotória. Aí vaga uma promotória de Pelotas. [Eu] pedi, mas um outro de Rio Grande mais antigo, que morava em Pelotas, não morava em Rio Grande, pede tam-

bém, [e era] mais antigo do que eu. E eu aí fui para o princípio, aquele que eu era promotor em Pelotas, portanto tinha preferência. O outro era de Rio Grande. A preferência era minha, morava em Pelotas. O Conselho nega porque eu não era mais promotor de Pelotas. Mas eu substituí e estava substituindo quem estava em férias. Aí eu disse: "É engraçado, é como se fosse um automóvel, fura um pneu, não bota o pneu que está no estepe porque pneu do estepe não é do carro". Escrevi isso. "Aí eu recebo na Mesa de Rendas em Pelotas, eu sou obrigado a morar em Pelotas, eu sou de terceira entrância, só substituo terceira entrância em Pelotas, o resto que eu substituo são de segunda, como é que eu não sou promotor de Pelotas? Está vaga, é minha." Aí o procurador-geral foi honesto porque disse assim: "Olha, esse recurso os senhores podem não dar", que eles já tinham criado uma jurisprudência quando extinguíram as outras, que promotor tinha que sair da comarca, extinta comarca, mas não na minha situação. É diferente. "Ele vai recorrer e vai ganhar", o procurador-geral disse para o Conselho. Então eles desfizeram a jurisprudência deles, repara que luta que eu tinha, desfizeram a jurisprudência, me botaram em Pelotas na vaga, eu fiquei efetivo, e não se falou mais na vaga de Pelotas. Fiquei e aí eu comecei no meu sistema. Tinham ido lá inspecionar o presídio de Pelotas o presidente do Tribunal, o corregedor, o procurador-geral, o promotor-fiscal. Acharam tudo ótimo, tudo ótimo. Bom, eu estava substituindo o colega que era o fiscal, fui lá. Cheguei lá, tinha

uma oficina completa, trabalhavam, até reformavam motor de automóvel, caminhão; tinha uma olaria; tinha uma... não sei o que lá. E eu disse assim para o chefe da penitenciária: "O senhor tem escrita disso?". "Não." "Mas como? E quanto é que o senhor paga para eles?" "Ah, eu dou uma gorjeta." Eu vi aquilo. E a olaria, a mesma coisa, e a serraria, a mesma coisa. Eu escrevi para a procuradoria, para a Secretaria do Interior, dizendo que tinha feito um levantamento e eu ia denunciar aquele chefe de penitenciária que era elogiado. Foi uma bomba. Voltaram lá e viram que eu tinha razão. Denunciei o cara e foi demitido. Ele roubava até da comida dos presos. Já tinha comprado duas casas. Ah, espera aí, isso é inspeção que se faça? Então eu tinha um feitiço diferente. Eu gostava de ver o preto no branco. Eles olhavam. Não pode dizer nada olhando. E eu comecei a criar nome aqui, começaram a falar de mim, e o Caio só dizia assim: "Com aquele eu nunca me enganei. Vocês se enganaram porque quiseram. Aquele é bom. Não, é muito bom", dizia o Caio. Aí eu que já tinha feito uma marola. Ah, meus amigos eram uma porção de gente da esquerda e, na Legalidade, eu tinha feito um discurso violento. Rebenta a Revolução de 64. Eu estou lá. Ah, foi o temor. Cheguei em casa, disse para a mulher: "Olha, eu não duvido que me cassem."

Projeto Memória: O senhor estava em Pelotas?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Estava em Pelotas. "Eu não duvido que me cassem." Porque aqui nin-

guém sabia nada de ninguém. O Martins foi preso, o Appio foi demitido da faculdade, estava um processo em andamento, o Oliose deu no pé, o outro, não sei o que lá. Foi uma coisa! Basta dizer que o governador fugiu, o Meneghetti. Pegou o carro, arrombou o posto de gasolina, fez o motorista dele arrombar, botou gasolina e se foi embora para Passo

Fundo, foi lá, foi embora, porque ninguém... Ele não sabia, ele estava por fora do esquema da Revolução. O Sereno Chaise sobe para tomar o Palácio e a Brigada atacou porque o Frota já estava lá. (O) Coronel Frota não deixou. O Frota estava no esquema da Revolução. Então o Comandante do Terceiro Exército meio que titubeou, mas resolveu aderir à Revolução.

Projeto Memória: Por que o Meneghetti foi para Passo Fundo? Havia alguma articulação lá, alguma base de apoio?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Só fuga. Não havia nada. Só para se esconder. Só para não ser preso.

Projeto Memória: Mas, por que lá? Nunca se ficou sabendo? Por que exatamente o município mais distante e que não era fronteira?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Não sei. Algum amigo. Disso aí eu não posso dizer porque não sei.

Projeto Memória: Porque sempre tem essa referência que ele foi para

Passo Fundo e nunca...

Alfredo do Nascimento Barbosa:

Não sei nada. Só sei que o Frota tomou conta do governo. O Terceiro Exército veio, mandaram chamar e ele veio. A Revolução era do lado dele. Então ele veio, foi posto no governo outra vez.

E tinha se dado a célebre sessão de júri, (em) março de (19)64. Começo de março, ca-

lor, eu fiz 12 júris. Um foi absolvido, quatro a três, um eu pedi absolvição. Foram dez condenações numa sessão de júri. Aquilo ninguém tinha visto. Não se falava em Revolução. Começo de (19)64, ninguém sabia nada e um deles, um desses júris, só tinha havido um outro caso no Estado, que eu nem sei qual foi o resultado, mandei pesquisar, não me deram certo - indução ao suicídio. Eu condenei no júri, nunca mais fizeram júri disso.

Projeto Memória: O senhor lembra o que foi esse caso de indução ao suicídio?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Como é que foi?

Projeto Memória: O que aconteceu? Porque não é situação normal.

Alfredo do Nascimento Barbosa: A pessoa induz na outra a idéia que tem que se matar, que tem que se matar, e o marido telefonava, e o marido deixava droga do lado da cama ...

Projeto Memória: O marido que induzia a mulher ao suicídio?

Não se falava em Revolução. Começo de (19)64, ninguém sabia nada e um deles, um desses júris, só tinha havido um outro caso no Estado, que eu nem sei qual foi o resultado, mandei pesquisar, não me deram certo - indução ao suicídio. Eu condenei no júri, nunca mais fizeram júri disso.

Alfredo do Nascimento Barbosa: Telefonava, e pedia, e dizia, e mandava. E aquilo levou um ano e meio até que ela passou a mão no telefone e disse: "Estou me matando", largou o telefone... "Estás satisfeito? Estou morrendo", palavras dela.

Projeto Memória: Em março o senhor estava com um clima intenso de júris, com outras coisas. Não se cogitava a Revolução, muito menos publicamente?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Publicamente não. Aquilo foi feito tudo nos bastidores, lá em cima, pois o Governador fugiu. Não estava sabendo, pensou que fosse de esquerda.

Projeto Memória: Então o senhor disse a sua esposa que achava que ia ser cassado?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Disse: "Olha, acho, tenho medo, vamos ver". Aí veio a surpresa. O procurador-geral esteve em Pelotas, ele era professor na Faculdade, era o Henrique Fonseca de Araújo. Veio ao café, foi ao escritório do

Dr. Bolivar, que era muito amigo dele. Só se falava nisso, na minha atuação no júri que estava assombrando a cidade inteira, todo mundo. Então eu dizia para eles: "Vocês têm que saber que o júri é um palco da vida. A vida é um palco, mas o júri é um palco particular". Então fazia júri como eu tinha visto no cine-

ma, como eu tinha lido nos livros. Em Lagoa Vermelha com um pente, um pente... Não tens um pente aí? Eu provei que o terceiro tiro é que tinha morto a vítima porque tinha entrado no pulmão, estraçalhado o coração, o cara deu uma golfada de sangue, caiu morto a 40, 30 e tantos metros do moinho, que era um lugar alto com escada e a rampa de terra até lá embaixo, onde entrava a planície. Ele chegou perto lá do fim da rampa, caiu para frente, golfada de sangue, não falou nada. E eu provei que o primeiro tiro não era porque ele não podia, com aquele tiro no coração, sair pela porta, descer a escada, pegar a rampa e correr rampa abaixo. Que o segundo não era porque tinha pego num moirão de madeira do parreiral e não tinha furado o moinho, porque o cara cor-

reu na porta atrás da vítima e o primeiro tiro saiu enviesado, pegou o moirão. Aí ele parado na porta, fez a mira e matou, terceiro tiro. Por que era a mesma altura de entrada nas costas e saída

na frente? Porque pela lei da gravidade alguém que corre descendo uma rampa inclina o corpo para frente. Então com um pente, com um pente, eu inclinava o pente e fazia a entrada da bala assim e a saída aqui, eu endireitava o pente, estava na mesma altura. Provei! Com um pente, provei. O Juiz, o Gischkow, [disse]:

Só se falava nisso, na minha atuação no júri que estava assombrando a cidade inteira, todo mundo. Então eu dizia para eles: "Vocês têm que saber que o júri é um palco da vida. A vida é um palco, mas o júri é um palco particular". Então fazia júri como eu tinha lido nos livros.

"Nunca vi isso, é fantástico!". E no Tribunal do Júri em Pelotas, fazia um calor, março, enorme, eu fechei a minha gola de linho toda, desde cima até embaixo, tapei tudo. Diziam: "O romotor está doente". Já era o quinto ou sexto júri e eu quieto. E a defesa dizendo que havia uma testemunha ocular e que a defesa, perguntando da roupa, das calças, da cor das calças, a defesa tinha dito que ora era uma cor, ora era outra, se perdia, não sei o que lá. Então, eu disse, depois de três horas de falar ali, fechei a gola, quando a defesa estava no meio do tempo dela, eu disse assim: "Peço um

aparte. Se Vossa Excelência disser porque está (há) três horas aqui comigo, como estão os jurados, mais, quatro horas, e esteve antes comigo lá no cartório, as cores da minha gravata, vocês têm razão. Agora, se não disser, não têm razão e o réu tem que ser condenado". Foi assim o júri. E eu tinha colocado de propósito, porque isso foi premeditado. Porque um professor de psicologia no Rio de Janeiro me ensinou que a memória visual tem uma construção e que nesta construção se modificam as coisas, porque é mais também do desejo que o sujeito quer. E tendo estudado aquilo profundamente, e mais os meus livros, eu disse: "Agora eu pergunto a cada um dos senhores jurados. Eu estive aí junto à mesa dos senhores, não podem falar, mas conscientemente que cada um diga quais são as cores da minha gravata? Se não disserem, se não souberem, ou se tiverem surpresa, não podem acatar esse argumento da defesa, que o réu... a

Entre na lista e rebentou a Revolução.

cor era marrom, era o cinza, ou era o verde".

Projeto Memória: Daí ficou explicado por que o senhor entrou fechando bem a roupa antes, não era frio.

Alfredo do Nascimento Barbosa: Aí ficou explicado por que eu fechara. Mas depois de falar três horas, eu aí, então, depois de ter feito toda essa... A minha gravata era verde, branca, uma listinha, e bege, porque a roupa era bege. Era assentada no meu linho. Eu vestia bem porque (em) Pelotas a gente vestia bem. Mas repara. Quem é que ia se lembrar? Todo mundo pensava em vermelho,

azul, mas era... e combinava com a roupa. Abri e foi aquele "oh!" na assistência. Foi um impacto. Condenado sete a zero esse réu, sete a zero. Esse foi um se-

gundo júri do Alfredo do Nascimento Barbosa que eu não vejo mais, que não tem mais, mas era assim.

Aí, com medo de ser cassado, mas estava na lista de promoção por merecimento, havia um quiproquó aí. Entrei na lista e rebentou a Revolução. Bom, o Caio Brandão de Mello, que é meu facho de luz, disse: "Esse homem tem que vir para cá". E mandaram me chamar. Eu era amigo do prefeito, que era o **Fetter**, tinha muitos amigos, mas o Hugolino Uflacker foi cassado. Repara bem. Ele era... foi buscar o Che Guevara, me convidou, graças a Deus que eu não fui. "Olha, Uflacker, eu não me meto em política, tu sabes que eu não me meto em política, eu não quero saber. Che Guevara não, não me meta nessa que eu não vou." E sempre aquela coisa, sou antivermelho. Eu sou antivermelho, até hoje sou

antivermelho, sou antibarrete frígido e antiinternacional, que meu pai quis me obrigar a ser, aí fui para outro lado. No taco, ninguém nunca me levou no taco.

Projeto Memória: É antibarrete frígido e também anti-republicano?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Barrete frígido era o da Revolução Francesa...

Projeto Memória: Sim, sim.

Alfredo do Nascimento Barbosa: ...que botaram no rei. Não, eu era da idéia, eu cultivo muito e falei muito - fé, esperança e caridade. Não existe fé sem esperança; não existe caridade sem fraternidade; e não existe somente fé, esperança e caridade...

Projeto Memória: A humanidade.

Alfredo do Nascimento Barbosa: A humanidade. Não existe, podem ver, é hipocrisia. Então eu levava isso comigo, com minha maneira de ser. Quando eu ia lá num dormitório daqueles, ninguém sabia quem eu era. Eu levava pão, eu levava isso, eu levava aquilo, ia quieto e voltava porque eu achava que eu devia separar as coisas. O promotor tinha que beneficiar a sociedade, mas certas atitudes pessoais eu tinha que fazer minhas e não dos outros, para os outros. Essa era a minha conduta e eles gostavam disso, todo mundo gostava e assim eu ia. Vim para Porto Alegre promovido, merecimento. Agora vem um dos últimos tópicos que vocês botaram na Revolução.

Projeto Memória: É isso, exatamente. O período dos anos de...

Alfredo do Nascimento Barbosa: Chumbo. Chego aqui na procuradoria, dizia assim para mim, assim com uma cara como se fosse uma coisa

muito simples: "Tu estás designado para promotoria militar". "O quê?" "É." O que eu podia dizer? Eu fui.

Projeto Memória: Quem estava lhe designando na hora?

Alfredo do Nascimento Barbosa: O procurador-geral.

Projeto Memória: Quem era ele? Ainda era o Henrique ou não mais? O Henrique Fonseca de Araújo?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Era o Henrique... mas quem sucedeu o Peracchi Barcelos, já foi com o Vasconcelos.

Projeto Memória: Ah, o José Barros Vasconcelos. Aí ele lhe designou para uma promotoria militar?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Para uma não, a única. E eu fui para lá. Menina do céu! Eu que fugia da Revolução, eu que fugia dos confrontos, eu que fugia... tinha que ir para o olho do furacão. Repara bem. Eu fui. Cheguei lá, o Antônio Cezar Alves era um grande... como pessoa, culto, tinha se afastado e eles tinham nomeado para substituto, só que eles não se deram conta, mas a Brigada gostou porque eles queriam amenizar e não arrebentar. Mas eu não sabia disso. Eles tinham nomeado Júlio André, irmão do Alberto André, da imprensa aí, para auditor substituto. Então os processos de subversão estavam todos com Júlio André. Queria absolver todo mundo. "Para aí, não é assim. Nunca te coloques numa estrela porque não vai dar certo. Vamos devagar." "Não, mas a Brigada, a Brigada...". Digo eu: "... eu tenho o maior apreço pela Brigada. A história já diz o que é a Brigada. Vamos devagar". E o Antônio: "Não quero nem saber, não é comigo". Botei dois processos daqueles no

braço, fui no automóvel e voltei para Pelotas. Estudei, estudei, estudei. Trouxe. Trazia uma idéia já, mas eu tinha que tomar pé porque eu estava nadando não sei se a 200 ou 1 km de profundidade, eu não sabia. Então volto à auditoria, estava lá o auditor da Justiça Militar Federal. Ah, esse fato é importante. O auditor da Justiça Militar Federal queria a competência de tudo, de tudo, todos os processos de subversão que estavam lá. "Vem cá, mas há mais de 200 processos aqui. O que tu vais fazer com isso?" "Vou mandar tudo para a Justiça comum." "Não, não, eu não vou sem luta. Não te dou isto. Tu vais ter que vir buscar isso aqui, com a lei." E agarrei o artigo sexto do Código de Processo Penal onde dizia que a competência da Justiça Militar Estadual, assim como o funcionamento das auditorias, etc. e tal, era do Governo do Estado e da organização judiciária estadual, que aplicava aquela lei, aquela lei do Código de Processo Penal Militar, que era federal. Eu me segurei ali e lutei, e eles queriam o absurdo. "Ah, porque a polícia militar não é militar." Primeira discussão que surgiu da reunião com o auditor federal. Eu dizia a ele: "Mas vem cá, leia bem, leia isso". "Não, isso porque..." não sei o que lá, "... porque o DOPS não vai permitir isso." "Espera aí, espera aí, que antes do DOPS está o Terceiro Exército e o Comandante da Intendência que já entrou em contato com a Brigada, que sempre está aplicando o regulamento militar aqui." Então dizia assim: "Polícia militar não é militar? Mas ele veste farda e traz revólver na cintura, ele tem cinturão e tem quepe, ele tem o bastão. Qual

a definição no dicionário militar? É o que traz a indumentária e o armamento e tal." Foi tal a luta e com os advogados que o Supremo deu a competência para a Justiça Militar Estadual (...). Dizia que o PM podia estar até à paisana, com a arma militar, ele estava em serviço, porque o serviço do PM era diurno. Se ele visse uma baderna ele tinha a obrigação de ir lá prender o cara. O Frota ficou contentíssimo. Mandou me chamar. Eu fui lá. "Quero lhe felicitar porque estou recebendo também os acórdãos do Supremo Tribunal dando a competência para a nossa Justiça." Eu disse: "É, um deles foi provocado por mim". Eu entrava bem outra vez. Aí o Frota disse para mim: "Nós precisamos conversar mais". Eu digo: "Eu também estou louco para conversar com o senhor porque eu tenho uma idéia desses processos". "Traz os processos aqui." Eu peguei os processos, dois que eu já tinha estudado, levei para ele, disse: "Olha, os denunciados". Era uma lista. "Eu tenho que botar na denúncia, o que não foi feito aqui, o que cada um fez. Este, este aqui tem uns 20 que foram na ordem." (O) capitão diz para ele: "Réu, vamos embora". Eles iam. Iam para onde? Foram lá ver se iam pegar as armas no arsenal, mas de fato já tinha feito uma fila com metralhadora e atacou, prendendo todos eles, botando nos quartéis. Então vieram as denúncias. Digo: "Mas tem que separar essa gente". Diz o Frota: "Concordo". Desse aqui tinha uma que tinha 35 caras denunciados e sobraram só cinco.

Projeto Memória: Todos os outros não eram procedentes, nem por subversão?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Não eram. Eles cumpriam porque lá se cumpria a hierarquia e a disciplina. Então 20, num daqueles processos, 20 podia-se tirar fora, voltar para a tropa se quisessem, trabalhar e tudo. E aquilo começou a ser rápido, a depuração. E aí vai a júri o chefão, Coronel Daison, mas era um cara preparado. Ele tinha curso com primeiro lugar no Canadá, curso com primeiro lugar nos Estados Unidos. Era assim o Coronel Daison, e era muito respeitado na tropa. Era uma cultura, e era [também] poliglota. E ele chefiou para ver se tomava as armas da Brigada. Esse quis derramar sangue, quis, foi impedido, tem que ser condenado. Aí combinei com o Frota. "Tem, mas tem uma coisa, eu estou vendo outra coisa aí, eu venho falar com o senhor." Faz o júri, o primeiro júri, Coronel Daison. Os oficiais do Conselho foram todos dispostos a absolver. Repara bem. Porque me disse o presidente, foram dispostos a absolver. Quem na tribuna era a defesa? Adivinha. Altair de Lemos, irmão do Ajadil. Estava lá o homem outra vez e desta vez ele veio a ferro e me atacou. E eu disse para ele: "Aos ataques pessoais de Vossa Excelência eu dou tanta importância quanto às folhas secas que rolam pelas sarjetas". E acabei com o homem. Ficou furioso, bufou, estrebuchou, e eu acabei com ele com esse negócio porque ele me atacou pessoalmente. Ele já vinha com raiua lá, lá do começo. Então, terminado o julgamento, o presidente do Conselho...

Projeto Memória: Isso foi mais ou menos em que ano, (19)64 ainda ou mais adiante?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Mais adiante. Isso aí levou um ano. Esse processo foi em (19)65 ou (19)66 para se julgar aquilo tudo. Mas o Coronel Daison acho que foi [no] começo de (19)65, porque foi depressa. Aí tinha a pena a ser cumprida. Perdia os galões, passamanes, tudo, perdia tudo, patente, posto, tudo. Não era sequer aposentado. Era chumbo mesmo, era um troço. Depois se sucederam os fatos. Aí ainda era o Governo Castelo Branco, que não entrou a ferro, entrou deixando se acomodarem, foi um presidente... Eu acho que por isso é que ele foi morto, porque, para mim, ele foi morto. Outra história que não contam. Ele estava num avião, passaram dois aviões a jato da Aeronáutica, fizeram vácuo, o avião dele caiu. O que é isso?

Mas voltando. É condenado o Coronel Daison a quatro anos ou três anos de reclusão. Eu desci a escada e fui ao gabinete do Frota. Bati, entrei, estava ele. "Está sozinho?" "Estou." [Ele]: "Já sei". Ele já sabia porque alguém lá de cima tinha tocado o telefone para ele. "Meus cumprimentos. Tinha que ser feito." Digo: "Mas tem uma coisa, esse homem não pode ir para cadeia civil". "Mas como, se ele perdeu tudo, não tem mais nada conosco. Ele é um civil [agora]." "Eu vim lhe pedir, não vim lhe pedir, vim lhe suplicar. Esse homem tem uma história dentro da Brigada, tem muita gente, o próprio Conselho que, pela história dele, eles iam absolver, arrostando todas as consequências." "Mas, Barbosa...", já tinha intimidade comigo nessa altura, "Barbosa, não posso fazer isso". "Pode. O senhor é o comandante. O

senhor se dá bem com o DOPS e se dá bem com o Chefe da Intendência lá em cima. O senhor pode fazer. Eu sei que pode." Bom o Daison, naquele ano e pouco depois, ou nem um ano, já estava doente porque é um homem que já tinha uma posição assim... Eu me aposentei, fiquei doente, não podia me aposentar com 70 anos. Eu não me

aposentei, me aposentaram. Bom, isso é outra história. Aí o Coronel Frota disse para mim: "Como é teu pedido, tu já és daqui de dentro da minha sala. Eu acho que vou atender". Eu saí daquela sala um homem feliz, outra vez feliz, e subi aquela escada olhando

134

para os degraus para pisar certo porque eu estava contentíssimo, não queria errar o degrau. Subi e disse mais uma vez: "Eu venci". E fui para minha auditoria, eu tinha que trabalhar, eu tinha muito trabalho (...). Pouco tempo depois, mais um ano ou dois, veio o Costa e Silva. Começou a endurecer a barra. Já saiu o Ato Institucional número três ou quatro, e até acho que foi com ele mesmo o cinco. E aí acabou de arrasar, acabou [mesmo]. Bom, mas nós na Brigada já tínhamos solucionado lá o problema. Estavam presos... Ninguém da Brigada foi para prisão comum, ou foram absolvidos, ou foram para.... voltaram para o quartel. Aí o Frota sai do comando e vai para o Tribunal Militar, escolhido pelo governo. Bah, eu fiquei eufórico. Pronto, agora é um ponto de apoio que eu tenho aqui, mais um

Pouco tempo depois, mais um ano ou dois, veio o Costa e Silva. Começou a endurecer a barra. Já saiu o Ato Institucional número três ou quatro, e até acho que foi com ele mesmo o cinco. E aí acabou de arrasar, acabou [mesmo].

no Tribunal. Mas estavam por acontecer ainda coisas. O Clio Fiori Druck era o auditor de segundo grau. É juiz da Corte, é juiz civil da Corte. E o Coronel Assis, que é um coronel (de quem eu) também não gostava, não gostava e não gosto, porque era muita marmelada. Como é? Vai para cá, vai para lá. E eu tinha

uma posição fixa, mas eu não me chegava a ele, nem ele a mim e pronto. Tudo bem. Começou de briga com o Clio, mas o Clio desancava nas sessões. Chamava-o de ignorante, de burro, de analfabeto, ali, na frente de todo mundo, com platéia. Era horrível. Ele, o

que ele faz? Ele arma um dossiê com duas advocacias do Clio, com os atritos que o Clio tivera como síndico no edifício dele. Fez umas testemunhas lá dos apartamentos dizerem da vida do Clio. E o Clio, a pessoa pensa que é dona do mundo, e não é, o Clio, na época da Revolução, depois da grande guerra, na Revolução, vai à Rússia, com muro de Berlim e tudo. Foi a Moscou e (de) lá até trouxe uma notícia muito interessante. Que os russos ficaram malucos, isso eu não vou esquecer, pela esferográfica dele porque não existia esferográfica na Rússia. Aquilo foi um *show* porque não tinha tinta, não manchava, não precisa mata-borrão. Aquilo era fantástico em Moscou, no hotel em Moscou. E trouxe isso para nós lá. Que o povo... Tinha as três camadas sociais, o operário, pobre, que o filho de sapateiro tinha que

ser sapateiro, que o filho de alfaiate era alfaiate, tudo assim. Um não podia passar para a classe do outro. Os oficiais, tinha uma camada que eram os da classe média, os generais que eram com os médicos e os senhores do Kremlin, que era a cúpula. Tinha mais do que três classes lá. Bom, trouxe aquilo para nós. Foi interessante. Eu aprendi como era aquele negócio. E o Clio foi... E o Assis tomando nota, tomando nota. Fez um dossiê deste tamanho e disse para o Clio: "Tu pedes tua aposentadoria ou vou te levar para o DOPS".

E o Clio, chorando, fez o discurso de despedida, ele não queria se aposentar. Fez o discurso de despedida e aposentou-se. Veja bem o que era aquela Revolução.

Projeto Memória: E quantas aposentadorias compulsórias...

Alfredo do Nascimento Barbosa: Um denunciado, um. Bom, eu continuo a minha carreira e fui... De repente, eu estou lá... Ah, eu estava em visita ao Tribunal de Contas, mas eu tinha estado como promotor, eu tinha estado no Alçada, eu tinha estado no Tribunal de Justiça, até tem uma passagem muito interessante. Eu chego ao Tribunal de Justiça e estava... Agora é um item, a incompatibilidade da magistratura com o Ministério Público. Por quê? Eu vou dar um fato que poucos sabem e nenhum que a senhora entrevistou aí até ago-

ra deu, mas eu estava lá, sabia. O José Barros Vasconcelos, procurador-geral, ia às sessões secretas do Tribunal e estava tudo bem. Nós estávamos bem, a magistratura tratava bem o Ministério Público e o Ministério Público tratava bem a magistratura. Por quê? Quem levava as reivindicações da magistratura era o

procurador-geral. Saía da sessão secreta, ia ao palácio e dizia: "Os juízes estão pretendendo isso e isso". Servia de intermediário. Então era uma pessoa de dentro do Tribunal e estava na lista para ser um deles. Agora vem o fato. Um belo dia, na sessão secreta, os juízes querem que o Vasconcelos

E o Assis tomando nota, tomando nota. Fez um dossiê deste tamanho e disse para o Clio: "Tu pedes tua aposentadoria ou vou te levar para o DOPS".

E o Clio, chorando, fez o discurso de despedida, ele não queria se aposentar. Fez o discurso de despedida e aposentou-se. Veja bem o que era aquela Revolução.

leve a lista de aumento de vencimentos para o governador. (O) Vasconcelos [diz]: "Isso eu não levo porque o governo não vai dar, não quer dar. Eu não vou levar". "Mas o senhor leve e ele diga que não." "Não, não vou levar." Aquela foi a última sessão secreta que o procurador-geral teve, [porque] na outra segunda, eram às segundas-feiras, quando o procurador-geral chegou lá, o porteiro barrou ele: "Nós temos ordem de não deixar entrar. Hoje a sessão é só dos juízes, dos desembargadores". Foi assim, dali que nasceu e aí os juízes passaram a tratar com o Secretário do Interior e Justiça e, depois, diretamente. Hoje é diretamente. Bom, mas foi ali que começou a hostilidade de classe. Porque antes havia uma

rivalidade, disputa de maior prestígio, menor prestígio, maior cultura, menor cultura, mas [alguns] juízes e promotores se davam bem e passavam por cima. Mas ali não. Então, quando eu recebi a designação para funcionar na Câmara Especial do Tribunal, mesmo estando lá na Militar, eu entrei e senti. Era presidente da Câmara um desembargador muito bom, Balthazar Barbosa. Até tinha meu sobrenome, não era meu parente, tem muito Barbosa aí no Ministério Público. Bom, então eu cheguei, cumprimentei, sentei no meu lugar. Veio o bedel com os Códigos, porque eu já tinha ido lá, não tinha Código, botavam o Código para mim. Botou na frente desse juiz, do presidente, dos outros dois juízes, pulou o procurador que ficava ao lado do presidente. Era uma hostilidade assim franca. Bom, eu vi a frieza, mas eu tinha que cumprir o meu dever, fui para lá trabalhar. Aí chegou um processo. Quem estava lá nesta Câmara Especial? Quem? O destino, esse mundo é muito pequeno, o Edson Souza, o advogado que me combateu em Nova Prata, porque ele tinha feito concurso de promotor, não tinha passado. Aquele. Tinha feito concurso para juiz, tinha passado. Ele era brilhante. E não deu sorte no concurso para promotor, porque esse concurso também não é só saber, tem que saber, tem que saber falar, tem que saber raciocinar rápido, tem muita coisa. O concurso é difícil. Então

Aquela foi a última sessão secreta que o procurador-geral teve, [porque] na outra segunda, eram às segundas-feiras, quando o procurador-geral chegou lá, o porteiro barrou ele: "Nós temos ordem de não deixar entrar. Hoje a sessão é só dos juízes, dos desembargadores".

eu fui e fiquei quieto. Era o Edson, era o Barison e era o Balthazar Barbosa. Aí um belo dia, o Edson chega lá e diz assim: "Eu não dei vista para o Ministério Público porque eu disse aqui (que) o Ministério Público será ouvido, já foi ouvido em primeira entrância. Então não tem necessidade de dar para o procurador". Eu disse: "Sr. Presidente, se me dá licença, eu tenho uma responsabilidade a cumprir. Eu não sou aqui Alfredo do Nascimento Barbosa, talvez o Dr. Edson conheça e não tem

afinidade, mas eu sou o Ministério Público aqui, responsabilidade não é pessoal, é funcional. Eu quero que conste em ata porque eu vou recorrer, algum recurso eu vou fazer". Diz o Balthazar Barbosa para o Edson: "Dá esse processo aqui", pegou o processo,

tirou de pauta. Bom, foram os outros processos encaminhados. Terminou a sessão, o Balthazar foi para casa e eu também. Na outra sessão, porque lá se fazia uma vez por semana a sessão, cada Câmara, eu cheguei, o Baltazar chegou, cumprimentou a todos, me disse, me dando o processo: "Enquanto eu for presidente desta Câmara, o procurador vai falar". Ficou tudo quieto. "Portanto, leve para casa e dê o parecer." Foi assim. Tinha que acontecer comigo. Eu fiquei quieto. Fui para casa, eu tinha que voltar. Na outra sessão, apresentou-se um caso que eu tinha estudado em casa e feito o parecer, mas eu, no parecer, não botei tudo

porque sabia que o Sr. Edson Souza pegava os negócios e tirava para ele. Então, já se conheciam desde lá da comarca. Não botei o cerne da questão. Cheguei lá (e) me foi dada a palavra. Eu disse simplesmente o seguinte: "Esse processo me chamou a atenção porque dois ou três recursos feitos pela Procuradoria-Geral do Estado, uns deferidos, outros indeferidos aqui, foram todos indeferidos no Supremo, mas eu entendo que estão mal postas as razões da procuradoria", que eu dava por escrito, mas eu tinha aqui no bolso porque era uma questão de exegese da lei. Quer dizer, Rui Barbosa dizia que a lei não pode usar sinônimo, não pode usar antônimo, não pode usar semelhança. É aquela palavra que está na lei. Rui Barbosa ensinou isso e eu estudei. Então, devolver só pode fazê-lo quem recebeu, porque o fato era muito interessante. A mercadoria vinha de Santa Catarina, pagava o ICM lá, chegava aqui no posto do Rio Grande, era exportada e a Fazenda do Estado tinha que devolver o ICM. A senhora compreendeu? Porque tinha pago lá, então não podia cobrar aqui e tinha que devolver porque tinha pago já. Mas como é que eu ia reaver aquilo que estava lá na Fazenda de Santa Catarina? Então eu dizia isso: "Só pode devolver", que era a palavra da lei, "quem recebeu". O Rio Grande do Sul não recebeu, não pode devolver. É Santa Catarina.

E o outro caso eu relatei também (...) cheio de testemunhas, tinham vindo de viagem de Erechim, longe, gente pobre, e era um bem que não podia ser dividido pelo Estatuto da Terra, mas havia um testamento. Eu, en-

tão, disse que entre o testamento e o Código, apesar do Estatuto se ligar ao Código, no conflito, prevalecia o Código como argumento, a vontade do testamentário. E o Barison tirou do bolsinho do colete o acórdão. Ninguém acreditava que eu não tinha visto, mas isso é fato posterior. Mas eu acertei na mosca. Pela intuição e pela colocação que eu fazia, como fiz da mulher casada, que depois deu um atrito, não sei se já contei. Designaram-me para as Câmaras Cíveis Reunidas, não contei? E estava o Muñoz, que era o relator, e 15 desembargadores. Eram todas as Câmaras Cíveis Reunidas e eu no lugar do procurador. Tinha opinado no processo um procurador que era uma luz e é fora de série, mas cada um, cada um, Ladislau Röhnelt. Tinha opinado que o bem da mulher casada, a meeira, a metade era impenhorável pelo estatuto da mulher casada. E eu tinha para mim que, quando a mulher casada era sócia do marido num negócio, um armazinho, como era o tal caso esse, em que ela trabalha de manhã, ele trabalha de tarde, porque ele fazia compras de manhã, e que o dinheiro, o caixa, era um só e que dividiam, e que a dívida era do armazinho, o bem dela respondia também. Levei um baile, o Muñoz saiu de lá me batendo, mas me batendo (mesmo). "Isso não pode. Que um procurador vem a essa Câmara dizer um negócio desse. Quer inovar." Quer inovar, esse foi o termo. E de lá todos votando com o relator, chegou no Desembargador Lessa, nunca me esqueço, *Data venia*, o parecer do procurador é brilhante e eu voto com ele". E o que estava depois do

138

Lessa, votou com o Lessa. Eu fiquei com dois votos e 13 contra. Passado um tempo, veio o acórdão do Supremo: "Quando a mulher participa do lucro, participa do negócio, [etc.], responde o bem". Era o que eu dizia. Eu disse: "Mas que sorte que eu tenho". Peguei o acórdão, levei para o Muñoz, que era presidente do Tribunal, brigou comigo. "Tá, Barbosa, tu também és inoportuno." "Até logo, muito obrigado." Saí, fui-me embora. "Mas eu ganhei", eu dizia fora, não dizia para ele. Eu tinha ganho mais uma. E assim foi. Aí que saio, aquela marosca de atrito com o Tribunal, saio de lá, eu não fazia mais júri porque era procurador, fui para o Tribunal de Contas. Lá estavam reservadas outras coisas para mim. Eu, então, dizia para eles: "Vocês são muito engraçados. Querem a lei, querem a lei, mas quando vem o ato jurídico perfeito aqui, vocês ignoram, porque uma aposentaria que é publicada no Diário Oficial só por processo pode ser desmanchada". Até hoje está torto lá, por quê? Porque eles não querem examinar. A Secretaria da Educação, as secretarias todas deviam mandar para o Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas examina o fato e manda para o governador como tendo parecer favorável ou contra aquela aposentadoria. Não, depois do governador aposentar, é que eles vinham com o negócio de anular a aposentadoria. E até hoje eu não consegui, nem no Supremo, estou esperando. Quando se diz Pedro Paulo, é uma pessoa. O camarada se chama Pedro Paulo, uma. Mas quando se diz Pedro e Paulo, são duas. Quando diz na Constituição Federal,

quando se diz direitos individuais e ato jurídico, eu estou defendendo no preceito constitucional os direitos individuais e o ato jurídico. Não é junto com os direitos, não é. E eu não sei por que é que está essa interpretação do cachimbo da boca torta aí e está prejudicando. Porque comigo a Lei Camata não pega. Porque está nas disposições transitórias e aquela não pega o ato jurídico perfeito. Compreendeu? Mas eles ficam balançando, não fazem o Supremo se pronunciar sobre isso. Porque eu aprendi que o ato jurídico perfeito e depois eu, por exemplo, fui nomeado, saiu no Diário Oficial, eu tenho o ato jurídico perfeito com estágio probatório. Depois que eu passo o estágio probatório, eu tenho o ato jurídico perfeito, só com processo me tiram.

Projeto Memória: O senhor ficou quanto tempo no Tribunal de Justiça como procurador, atuando dessa forma?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Eu atuei na Câmara Especial. Bom, primeiro entrei na Câmara Especial, depois fizeram o Alçada. Eu atuei no Alçada, que foi uma barbaridade de trabalho, depois eu atuei no Tribunal de Justiça, nas Câmaras Reunidas, Cíveis Reunidas, Criminais Reunidas. Tocava tudo para mim. Segunda Criminal, quanto tempo...

Projeto Memória: Quantos anos?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Quantos anos? Deixa eu lhe dizer. (19)64, eu fiquei mais ou menos de 70, de 1970, mas eu nunca largava lá. Era junto.

Projeto Memória: Sim, junto com a Militar.

Alfredo do Nascimento Barbosa:

Eu fiquei mais ou menos de (19)70, dois, três, quatro, cinco, uns quatro ou cinco anos. E depois eu fui para o Tribunal de Contas. Ficou a Militar e o Tribunal de Contas. E lá fiquei mais quatro e aí me pegou os 70 anos. Isso foi 1992.

Projeto Memória: Daí foi a aposentadoria?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Compulsória.

Projeto Memória: Compulsória, porque senão o senhor estaria até hoje trabalhando.

Alfredo do Nascimento Barbosa: Estaria. E acho que tinha cabeça e não estava assim.

Projeto Memória: Cabeça, estamos notando, com toda a certeza estaria muito boa ainda.

Alfredo do Nascimento Barbosa: Sabe, essa foi a minha vida e, para não cansar, acho que terminei. Aí me ofereceram uma medalha. A senhora quer individual? Qual é o último tópico?

Projeto Memória: São as distinções recebidas, prêmios e, por último, também as pessoas que quer citar.

Alfredo do Nascimento Barbosa: Eu já recebi, na primeira entrância, voto de louvor da Câmara de Vereadores. Na segunda entrância, da Câmara de Vereadores de São Jerônimo. Na terceira, Pelotas, eu recebi cartão de prata e presente dos funcionários do Foro e da sociedade, assim, em geral. E, na Brigada, eu recebi, tenho aí medalha Cruz de Ferro, medalha e a respectiva certi-

ção de serviços distintos da Academia. E recebi votos de louvor da Justiça Militar e uma que eles têm muito zelo para dar (...) que poucos tiveram, a medalha do Mérito da Justiça Militar. É muito bonita. Eu recebi. Então, quando chegava numa festa deles, que os coronéis iam com uma cruzeta ou duas, eu ia com três. A festa de gala deles, era até obrigado botar, eles pediam que botassem. Eu botava aqui na lapela do casaco três cruzetas. Eu recebi.

Projeto Memória: No total, então, foram o quê? 30 anos se dedicando à justiça?

Alfredo do Nascimento Barbosa: 40 anos.

Projeto Memória: 40 anos, de (19)52 a (19)92, 40 anos atuando na defesa da justiça.

Alfredo do Nascimento Barbosa: Mas atuando, atuando.

Projeto Memória: E o que o senhor gostaria de deixar registrado de sua trajetória no Ministério Público? Porque já nos passou muito de seu entusiasmo, dessa paixão, desse cumprir o mandamento de não se dobrar nunca.

Alfredo do Nascimento Barbosa: Eu continuo um apaixonado, acompanho e lamento que o Ministério Público, que hoje tem todas as direções, que eu não tinha, (...) eu lamento que o Ministério Público deixe naufragar a perícia do Estado, que era fantástica, deixe naufragar o propósito de cada município ter seu prédio, porque recupera, o grande não

Eu continuo um apaixonado, acompanho e lamento que o Ministério Público, que hoje tem todas as direções, que eu não tinha, (...) eu lamento que o Ministério Público deixe naufragar a perícia do Estado, (...)

recupera, (...) deixe que o auto de necropsia (seja realizado) por peritos e capazes (de) desenvolver e exigir do Estado que o recomponha, porque isso vai ser o calcanhar-de-aquiles do Ministério Público. O Ministério Público vai ser um gigante com o calcanhar-de-aquiles, que é a base, o sapato, a bota do Ministério Público. É a prova que não fala, a perícia. E isso o Ministério Público não está fazendo porque ele não tem elementos. Ele chama lá na procuradoria, ouve as partes, ouve, isso é pouco. Ele precisa da perícia, ele precisa da polícia, ele precisa da contabilidade, ele precisa dos cientistas do meio ambiente. A união dará o resultado. Essas divisões,

querer que a polícia fique sujeita ao Ministério Público, isso é poesia. O inquérito tem que ser secreto, senão não apura nada. Bota advogado no inquérito, acabou-se o inquérito. Está torcido. Isso que eu aprendi. A polícia secreta existe nos Estados Unidos, existe na Argentina, existe no Uruguai, existe no Paraguai, existe na França, existe na Inglaterra, existe em Portugal, existe na Itália, em todo (o) mundo. DOPS, é o horror, isso não é polícia secreta. A polícia secreta da Brigada que desmancharam porque o governo cortou a verba, acabou-se. Eu estava no Tribunal de Contas, eles queriam entrar lá. Disse assim para eles: "Vocês não vão achar nada, porque lá não tem nada". O dinheiro entra do Estado e

O Ministério Público vai ser um gigante com o calcanhar-de-aquiles, que é a base, o sapato, a bota do Ministério Público. É a prova que não fala, a perícia. E isso o Ministério Público não está fazendo porque ele não tem elementos. Ele chama lá na procuradoria, ouve as partes, ouve, isso é pouco.

não chega nem para pagar o sapato do soldado. A Brigada tinha fábrica de sapato, tinha fábrica de fardamento, tinha armamento em estoque, até pesado, tinha colete fabricado, tinha tudo a Brigada. Como? A verba secreta e as doações. Como é que pensa que foi feito aquele hospital maravilhoso da Brigada? Foi com doações. A Brigada comprava dez sacos de cimento, lhe davam cinquenta, cem. Onde é que ia anotar aquilo? O pedreiro era da Brigada, o carpinteiro era da Brigada, o electricista era da Brigada. Todos trabalhavam, e não podiam usar a farda trabalhando lá. Desmancharam tudo. As casas dos oficiais foram feitas com o dinheiro secreto. Não

foi com dinheiro do Estado nenhum para o quartel, a academia. Querem destruir tudo. O Estado tomar conta para fazer o quê? E a segurança? No tempo (em) que eu estava lá, saía, ficava um automóvel com quatro brigadianos e um fotógrafo. Três homens bem armados no quartel do 9º, outro lá na Antônio Soares de Carvalho, e uma moto saía da Praia de Belas e outra saía de lá. E o motoqueiro vinha com colete de aço, armado com metralhadora e rádio. Rádio, não era o 190, comunica e dá trote. Se comunicavam por rádio próprio e era imediatamente. Ele vinha na Avenida Ipiranga, um saía de lá e outro saía de cá, se cruzavam e vinha um dizendo assim: "Diminui a marcha, olha a distância" e policia-

va. Fazia na Sertório, fazia na ponte, fazia na Castelo Branco, fazia na Rua da Praia, fazia no Mercado. Bota um PM com rádio no meio da Praça da Matriz e outro ali, eu quero ver se tem vadiagem, se vão quebrar monumento, com rádio. O PM hoje é um alvo, ele anda sozinho. Antigamente era só Pedro Paulo e com rapidez de atendimento. Bota na zona bancária um veículo perto e um motoqueiro passando de lá para cá, para lá e para cá. Quanto leva isso? Dois mil, três mil homens, Porto Alegre sobra ladrão para tudo quanto é lado menos aqui, se quarteando, cada um dava seis horas de trabalho e tomava nota no caderninho. Não precisa essa parafernália de eletrônica (em) que gastaram muito mais. Tem recurso, não recebe, recorre. Porcaria, porcaria. No meu tempo se policiava.

Projeto Memória: Mas o importante é que, em todo o seu tempo de atuação, realmente o Ministério Público saiu ganhando com sua dedicação.

Alfredo do Nascimento Barbosa: Bom, eu acho que eu somei.

Projeto Memória: Com certeza.

Alfredo do Nascimento Barbosa: Eu acho que eu tive uma luz que, quando apertava o cinto, ele me guiava, era Caio Brandão de Mello. Esse foi o paradigma do Ministério Público.

Projeto Memória: É um homem que realmente está sendo muito citado pela força, pela importância que teve.

Alfredo do Nascimento Barbosa: Em todos os tempos e em todos os

lados foi uma luz. Esse homem para mim é inesquecível. Foi o maior de todos. E teve gente culta, inteligente, o Henrique Fonseca de Araújo, ele saiu daqui, foi ser Procurador-Geral da República lá, foi professor da universidade lá, ele era um homem culto, mas era homem diplomata. Ele, por exemplo, fazia o promotor sentir a responsabilidade para trabalhar. O Ajadil era o feroz, mas ainda bem que o Ajadil não foi o da Revolução. Não, tinha muita gente. E o Caio foi a luz que iluminou o caminho. Eu disse para ele. "Eu confio...", eu já estava aqui em Porto Alegre, "Eu confio no senhor muito, porque o senhor me deu nota alta no

escrito, nota dez no exame de tribuna, nota alta no oral. E foi o meu guia", eu disse para ele. Ele disse: "Se eu dei é porque tu mere-

ceste, porque eu não dou nota para ninguém de graça".

E essa foi a minha vida e, para terminar, na soma de tudo, eu quero contar uma história para vocês duas. Para terminar. Havia um homem que todas as noites rezava, mas rezava muito: "Meu Deus, eu quero ver o inferno, eu quero saber como é. Eu quero ver o céu, para ver como é". Rezava, rezava, rezava e nunca acontecia. Um belo dia ele dorme e vem um anjo: "Vem comigo". Ele foi com o anjo. E havia uma grande porta. Essa porta o anjo bateu. Abriram e eles entraram. Ele entrou, o anjo ficou, e ele viu mesas transversais e verticais cheias de gente, de um lado e do outro. As melhores iguarias possíveis de serem imaginadas e todos gemendo porque, com grandes co-

lheres de pau amarradas fortemente no antebraço, eles pegavam a comida e não conseguiam trazer à boca. Então gemiam, sofriam de fome, sofriam e morriam uns ali mesmo. Aí saiu, o anjo disse: "Agora, tu vens cá". Era uma porta semelhante, o anjo meteu a chave e abriu, ele entrou. Era a mesma disposição das mesas e das pessoas, só que era todo mundo contente, tudo mundo feliz porque o de cá agarrava a comida (e) dava na boca do outro, o de lá agarrava a comida e dava na boca do de cá. O que isso ensina para o mundo? Que a fraternidade é a solução do bem viver. Hoje chamam solidariedade, eu chamava

fraternidade. Não, guerra, revolução, partido, barrete frígio, não, é uma história triste. A paz é celestial, a guerra é na terra. Esse

é o meu modo de ver. Então, em vez de brigar Governo, Judiciário, Ministério Público, Assembléia Legislativa, pára, pára, vamos somar! Vamos somar! Governo, seja ele de que partido for, Assembléia Legislativa, Judiciário, Ministério Público, tudo, somem, porque o Rio Grande vai crescer. Agora briga um com outro, é político, é partido, tem oposição e tem governo. Ah! Não, meu Deus, eu nunca fui oposição e nunca fui governo. Eu fui, eu fui, e tenho orgulho de ser, Ministério Público. Enquanto eu estive lá a coisa foi bem foi porque não entrou política. Enquanto [na] Brigada era proibido o sujeito ter partido, associação ou qualquer coisa lá dentro, era só [na] Brigada, ela foi bem. Agora eu tenho certeza de uma coisa, eu

(...) eu nunca fui oposição e nunca fui governo. Eu fui, eu fui, e tenho orgulho de ser, Ministério Público.

fiz o meu nome porque hoje, chegar lá na procuradoria e dizer Alfredo do Nascimento Barbosa, muitos me conhecem, mas meu pai, meu avô não conhecem mais. Eu deixei de ser o neto do Fulano e o filho do Sicrano e, graças a Deus, eu consegui, eu consegui! Agora estou próximo, estou no fim, estou chegando. Deixo uma semente, Deus queira que frutifique, que é o meu neto que vai fazer esse concurso de setembro para o Ministério Público. Eu sei que ele é bom, eu estou a par do que ele sabe, do que ele não sabe. Esse vai ser bom. Talvez por ele ser mais quieto do que eu, ele seja melhor no

cível do que no crime, e até gosto. Porque eu trabalhei nos dois, eu gosto. O cível é limpo, o processo é limpo, os advogados são mais limpos, e o crime é a

sujeira. O processo, se apertar, sai sangue. Então é bom que ele vá, porque ele é uma criatura muito boa. Bah, esse rapaz tem uma bondade. Mas eu disse para ele: "Eu sei o que é chegar numa comarca de colônia, no interior, sozinho. Eu era casado. Eu tive que me chamar à razão para ser honesto porque o mulherio está aceso. Tu não vais...", porque ele tem 23 anos, ele é um rapaz bonito, não é por ser meu neto, e eu acho que se ele cai aí, quem sabe lá caça ele, porque lá ninguém... lá tem volta. Nesta colonada aí tem muita gente boa e tem muita gente da pá virada. É preciso ter cuidado, muito cuidado. "Eu te digo, se tu passares no concurso, compromisso comigo, casa e assume. Vai casado." Bah, Ministério Público... Ministério Público foi

a vida da minha vida. Eu só fui ser eu e só fui ser feliz quando entrei no Ministério Público. Era um sonho que eu realizei [e] não queria acordar, [mas] me acordaram.

Esse rapaz (referindo-se ao neto), eu vou insistir, se tiverem algum relacionamento, gostaria que vocês tivessem o nome dele - Eduardo Barbosa Hirt. Ele é descendente de alemão.

Projeto Memória: Hirt?

Alfredo do Nascimento Barbosa: É h, i, r, t. Esse é o nome.

Projeto Memória: Vamos acompanhar outra carreira.

Alfredo do Nascimento Barbosa: Esse é o meu neto.

E quero que vocês me dêem um abraço, se for possível, na Dona Reni²¹, que é uma pessoa fora de série. Tanto é fora de série que, quando ela entrou, não sei se (em) (19)74 ou (19)84, de lá para cá já mudaram mais de dez ou de vinte presidentes da Associação, nunca nenhum tirou Dona Reni. Podem ter outras, mas a Dona Reni ficou, porque ela sabe tudo e ela sabe todos os caminhos do Ministério Público. Dizem Reni, eu digo errado, mas eu aprendi assim. É Dona Reni, mas eu digo Reni, não sei, por carinho até.

Projeto Memória: Transmitiremos o seu abraço.

Alfredo do Nascimento Barbosa: Digam a ela que passaram comigo aqui das nove até... Que horas são? Eu nem sei.

Projeto Memória 2: Três e meia.

Projeto Memória: Três e meia. O senhor está inteiríssimo, um pique desse, seis horas e meia falando.

Alfredo do Nascimento Barbosa: Mas eu fico dez se for para o Ministério Público. Vou lhe dizer. É a história da minha vida, é a história do Ministério Público. Nisso, eu encontro muita coisa. Ah, eu nem falei do julgamento do Caio.

Projeto Memória: Isso eu gostaria de ouvir. O senhor agüentaria nos contar?

Alfredo do Nascimento Barbosa: O julgamento do Caio. O Caio era procurador... E o Meneghetti era o governador e o Caio, porque era o Caio, atacou três secretários. Um era o Plínio Brasil, que trabalhava no Palácio, o outro era não sei quem da

Agricultura, e outro não sei [de] onde. E o governador não gostou e atacou o Caio pelo jornal. Bom, o Caio Brandão de Mello retorquiu o ataque do governador. Aí formou-se a celeuma. O governador quis que processasse o Caio por ofensa.

Eu dizia o seguinte: "Mas como processar o homem? Se há troca de ofensa, não há processo. O ofendido foi o Caio, o Caio depois devolveu". Não, não adiantou. Então, fato histórico, tiveram que arrumar um denunciante. Lá vem a sombra negra do Mauro Cunha, se meteu no meio e arrumou um Gibran Bahlis da vida que fez a denúncia. Denunciado o Caio, foi para o Tribunal de Justiça. Isso é histórico e isso eu quero que grave. Foi para o Tribunal de Justi-

O julgamento do Caio. O Caio era procurador... E o Meneghetti era o governador e o Caio, atacou três secretários.

²¹ Sr.^a Reni Brod, da AMPRGS.

ça. No Tribunal de Justiça eram 23 desembargadores, 16 se deram por suspeito, ficaram sete. E agora? Como é que vai julgar? Começaram a requisitar juizes de Porto Alegre. Repara bem. Não tinha Tribunal de Alçada, juizes foram para lá. Bom, por um voto, um, um voto! o Caio foi condenado. Eu dizia para ele: "Eu também fui, Caio. Não te exaltes". "Não, esses bobalhões", dizia o Caio. Por um voto foi condenado, um voto! Bom, seis meses depois, não mais do que isso, era demitido o Plínio Brasil do Palácio porque apareceu a prova, era demitido o Secretário da Agricultura e o Secretário outro. Repara quem era o Caio. É que negaram as provas para ele na hora que ele precisou. Então o Caio é de tirar todos os chapéus que existam por aí, porque era uma figura superior. Esse era o Caio. Reparar bem nesse fato histórico, mais da metade do Tribunal, dois terços, se dar por suspeito, quem é que ia conseguir isso numa época como a de hoje? E aquilo foi antes da Revolução, antes, antes. Esse é o Caio Brandão Mello e eu sou testemunha disso porque eu vivi esse processo aí. Eu até meio que briguei com o José Barros de Vasconcelos e disse, ele ouviu, disseram para ele: "Porque isso aí...", eu disse assim, "...esse José Barros de Vasconcelos é de barro". E contaram para ele, já ficou de mal comigo. Mas eu era... eu enfrentava qualquer parada, qualquer barra. Eu não sei por que eu fui sair assim, por que eu era assim. Como

Quando me deram aquilo, aquele decálogo do Ministério Público, ele foi impresso na minha alma e o artigo 9º, esse foi a árvore da minha vida: "Não te curves a nenhum poder a não ser o da lei".

estudante não fui, em casa não fui, adolescente não fui, como... não fui, eu não era assim.

Projeto Memória: Foi com a identificação profissional.

Alfredo do Nascimento Barbosa: Foi. Quando me deram aquilo, aquele decálogo do Ministério Público, ele foi impresso na minha alma e o artigo 9º, esse foi a árvore da minha vida: "Não te curves a nenhum poder a não ser o da lei". E eu sempre agi assim, sempre. E tive os que me entenderam, os meus amigos, e os que não me entenderam, os que me apoiaram, os que...

não sei por que motivo, acho que era uma competição. Eu passava... Uma vez eu passei na frente de 32 colegas e isso aí não pode tê-los deixado satisfeitos. Eu era o 33º e fui promovido por me-

recimento.

Projeto Memória: O senhor como homem tão forte, tão inteligente e que levava até as últimas consequências o seu trabalho como promotor, como é que percebia, como é que observava, como é que avaliava o momento em que no Rio Grande do Sul a Justiça enfrentou algumas situações sérias em termos de direitos humanos, inclusive...

Alfredo do Nascimento Barbosa: Sempre...

Projeto Memória: O que o senhor podia nos relatar daquele momento histórico? O que via, o que acontecia?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Da Revolução?

Projeto Memória: Dali em diante. Casos como o da Lilian Celiberti, que mobilizou muito, o dos uruguaios.

Alfredo do Nascimento Barbosa: Aquilo foi horrível. Aquilo foi horrível.

Projeto Memória: Daria para o senhor registrar um pouco?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Arrombaram a porta da casa, pegaram os homens, levaram para a fronteira e entregaram para outra polícia. Isso é uma coisa, veja bem.

Projeto Memória: E o Ministério Público, no momento, como é que se posicionou? Os promotores viram isso, o que podiam fazer, o que não podiam?

Alfredo do Nascimento Barbosa: O Ministério Público, naquela época, não tinha força.

Projeto Memória: Nenhuma?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Não tinha força, não tinha força nenhuma. Quem andou defendendo, e até gosto dele, está vivo, (foi o) Omar Ferri. Foi o advogado da Celiberti. E eu acompanhei aquele caso, não podia fazer nada, de longe. Eu vou te dizer mais. Aquele processo, eu nem sei como foi feito, muitos anos depois, depois que ela voltou. Aquilo é uma história... Foi tudo secreto, tudo secreto, como foi o Caso das Mãos Amarradas, que o colega Tovo estragou a carreira por causa daquele cara. Eu sei, eu conheço, mas a distância... Eu não ia lá no DOPS comprar briga. Então eu ficava lá. O que era possível fazer, eu fiz. O que era da minha área, eu fiz. Quando eu fui para o Tribunal de Contas faltavam quatro anos para me aposentar, não que eu quisesse, eu faria

70 anos. Nesses quatro anos que faltavam eu comprei um livro caríssimo. "Barbosa, comprar esse livro!" Mas eu comprei um livro que eu cheguei lá e eu abri o livro, sabia mais que eles. Cretella Júnior, cinco volumes, hoje tem, porque é fantástico, mas custa 200 reais cada volume! É fantástico porque tem a legislação daqui, da França, da Inglaterra, da Itália, legislação comparada. Era como tinha o Cavalcanti, que eu não vejo mais aí, como tinha o Nelson Hungria.

Projeto Memória: É que são vendidos como obras raras hoje.

Alfredo do Nascimento Barbosa: Hoje tem o quê? Um volume. Um volume, porcaria. Uma lei errada, porque a lei deve ser feita por técnicos. O costume dita a norma e a norma é examinada por lei. Então o Supremo dá origem à lei, com a norma e com estudo. Agora botar numa assembleia onde entra o alfaiate, o banqueiro, onde entra o empresário? Olha, eu fui para um júri, eram só banqueiros, condenavam. Não sei se eu disse isso. Fui para outro júri, eram só comerciantes, absolviam. É psicose. O comerciante quer vender para o vivo, (para o) morto não vai vender mais. Mas eu estudava isso, eu me preocupava com isso. Hoje ninguém dá nada para ninguém. Hoje o camarada quer em cima da mesa documentação, prova. Eu ia buscar a prova. Quantas vezes eu fui ao local do fato? Eu não ia pelo que diziam, eu ia lá. Qual o promotor que fazia? Quem é que fez isso? Eu não deixei exemplo nenhum nem coisa nenhuma. Só isso que eu senti. Falam no meu nome. Eu sei que o Tribunal disse numa ocasião que

eu era o melhor promotor de júri do Estado. Eu sei que também outros advogados disseram. Isso eu sei por ouvir dizer. Mas fizeram o que eu fiz? Fizeram o que eu faço? Seguiram pelo menos alguma coisa?

Projeto Memória: Dr. Barbosa, este é um dos nossos papéis como historiadoras, é registrar tudo isto para que todos possam refletir com esses exemplos. E por isso nós estamos gravando, para ficar no livro e não se apagar da memória do Ministério Público.

Alfredo do Nascimento Barbosa: Isso é bom, isso é muito bom. Essa coisa do promotor junto com o delegado quando o delegado é honesto. O dia que o promotor acordar, ele vai ver o que é. Quanto menor o lugar, mais força ele tem, ele expande dentro da delegacia. Não é mandar no delegado, está errado, está errado isso. Eu tinha o delegado como amigo, como cooperador. O delegado cooperava comigo e eu o atendia em muitas coisas que ele precisava. Então essa soma, não dividirem, o que prejudica.

Projeto Memória: Exato.

Alfredo do Nascimento Barbosa: Não dividam, somem. Uma Brigada bem estruturada. Eu fiz um trabalho uma vez que o governador mandou pedir para o comandante da Brigada e o comandante da Brigada pediu para mim. Porto Alegre tinha 600/

700 habitantes e eu dizia, e o Estado eram quatro milhões, coisa assim, eu dizia: "Botem cem mil homens, não é caro. Hoje a polícia, por exemplo, tu vais botar um inspetor, um delegado num lugar, tens que arrumar casa para ele. Mas tu montas um rancho, uma barraca, tu botas

dez, vinte brigadianos lá, com cama de campanha. Então o Estado, eu policiava, era possível. Olha, se botar cem mil homens vai dar bandido para Santa Catarina, Paraná e o resto do Brasil, aqui não fica ninguém. O que adianta tu botares aqui um quebra-

mo-las, foto lá sei eu o quê, pega o carro, não pega, ah, não pega o ladrão nunca. Porteiro eletrônico, conversa fiada. Tem que botar polícia, polícia com rádio. Porque o rádio, botava, em três, quatro minutos a polícia prendia o ladrão. Veja como é diferente.

2ª ENTREVISTA*

Alfredo do Nascimento Barbosa: ...consideravam o Dr. Caio Brandão de Mello um expoente do Ministério Público em toda a história, desde que começou. Porque, quando o Ministério Público começou mesmo, eram promotores nomeados. Getúlio Vargas foi promotor. Dizem até que foi ele que pediu a primeira absolvição como promotor. É, Getúlio

(...) quando o Ministério Público começou mesmo, eram promotores nomeados. Getúlio Vargas foi promotor. Dizem até que foi ele que pediu a primeira absolvição como promotor.

* Entrevista concedida ao Programa de Memória Oral do Projeto Memória do Ministério Público do RS em 08 de agosto de 2001.

Vargas. O Caio descobriu que três secretários andaram se comportando mal e bah! falou. Bom, aquilo foi uma bomba naquela época política, três secretários, e ele nomeou. Um era o Plínio Brasil não sei o quê, que trabalhava no palácio na época, e outros dois, agora os nomes não me recordo. (O) Meneghetti sentiu-se atacado, tomou as dores. Eram secretários dele. Então rebate aquela notícia e dá uma chamada no Caio Brandão de Mello. O Caio responde. Criou-se o atrito. O Meneghetti se sentiu ofendido com a resposta do Caio, pediu processo. Esse processo, totalmente, a meu juízo, precipitado, porque primeiro manda-se investigar para depois processar. Mas ele se sentiu ofendido e moveu um processo desses no tocante à honra, calúnia, difamação e injúria. E o Caio pediu as provas que tinham ficado de lhe fornecer e não deram. Bom, o Caio é denunciado, recebida a denúncia, metade dos desembargadores deram-se por impedidos. E aí? Como é que iam fazer o processo que era da competência do Pleno do Tribunal? O Caio era procurador. O que ocorreu? Toca a requisitar juízes de Porto Alegre inteiro. Foram juízes substituir os desembargadores impedidos! E lá, isso eu me lembro muito bem, por um voto, um voto! o Caio foi condenado. Três ou qua-

tro meses depois, os três secretários foram demitidos! Isso é história que tem que constar e pode ser verificada. O nome marca porque foi quase tudo ao mesmo tempo, primeiro foi o Plínio Brasil, depois foi

o outro e o outro. Isso está em jornal da época. **Projeto Memória:** Como era o comportamento, o perfil do Dr. Caio que o senhor considerou um dos expoentes do Ministério Público?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Para mim foi o maior, pode ter tido até melhor, mas, a meu juízo, foi o maior, porque ele era trabalhador, inteligente, corretíssimo. Ele era a lei personificada, era um homem

sério, mas era um homem que se fazia querer bem por pessoas assim... Então esse caráter, hoje, é muito difícil de ser encontrado, diga-se de passagem, porque o homem está se movimentando num interesse pessoal muito grande e se afastando do coletivo. Por isso que eu amo, amo é o termo, o Ministério Público. Porque o

Ministério Público está se difundindo no interesse público. É uma instituição inigualável. Eu não quero chocar ninguém, mas, entre os outros e o Ministério Público, eu diria que o Ministério Público é uma jóia preciosa encravada na gravação da sociedade humana. Surge um Ministério Público para o apoio ao

(...) isso eu me lembro muito bem, por um voto, um voto! o Caio foi condenado

(...) eu diria que o Ministério Público é uma jóia preciosa encravada na gravação da sociedade humana. Surge um Ministério Público para o apoio ao desamparado, para o apoio à criança fora da escola, para o apoio à juventude, contra as drogas, para o apoio às famílias carentes, para o apoio ao bem-estar coletivo.

desamparado, para o apoio à criança fora da escola, para o apoio à juventude, contra as drogas, para o apoio às famílias carentes, para o apoio ao bem-estar coletivo. É hoje um elo entre a necessidade de bem viver e que deveria ser e o que é e não deveria ser. Por isso há uma apreciação... Notem que aquilo que eu falei inicialmente, que o promotor era uma figura antipática, era um acusador, era um homem tido assim,

como um homem mau, vamos dizer. Na juventude, eu captei isso. Os filmes diziam isso, os livros diziam isso. Era interessante, fazer o promotor o mau e o defensor o bom. Hoje, mudou. O povo está começando a confiar, a apoiar-se e a reconhecer o Ministério Público. Vejam bem, há uma transformação histórica de uma Instituição que [tinha] reservas no bem-querer para hoje, na atualidade, da estima, da consideração e do respeito. Quem fala mal do Ministério Público hoje? E nós vivemos uma época

que falar mal e difundir o mal é rotina. Até a televisão, de 200 notícias más há uma boa. Parece que há uma conceituação de que o mal dá muito maior atração pública, vende mais. Aí está o general do mundo. Vende mais e o que vende mais é mais propalado. Então, nós temos um desenvolvimento do tráfico de drogas,

O povo está começando a confiar, a apoiar-se e a reconhecer o Ministério Público. Vejam bem, há uma transformação histórica de uma Instituição que [tinha] reservas no bem-querer para hoje, na atualidade, da estima, da consideração e do respeito. Quem fala mal do Ministério Público hoje? E nós vivemos uma época que falar mal e difundir o mal é rotina.

O Ministério Público tem uma missão social hoje, aqui no Brasil, que é de encantar os outros povos,(...)

da pornografia, de uma liberação moral incrível. Olha, eu posso até ser e gosto de ser... Vou dizer uma

coisa para vocês, vocês não vão compreender. Dizem que quando o homem, a não ser o chinês, que venera o antigo, o velho, e preserva a sabedoria e a experiência do velho, e agora um pouco está se despertando dentro desta globalização algum bem-querer pela terceira idade, a família começa a

sentir diferentemente de antigamente. Que o velho era o velho, o velho só dava trabalho, e o velho só dava cuidado, e o velho era ruim. Acontece que a evolução tecnológica fez com que o velho, como eu, por exemplo, que estou todo inutilizado, eu sou inválido, eu tenho uma doença que vai acabar comigo, e aos pouquinhos, que é a *antraco silicose*. Eu vou morrer aos poucos. Mas dizem os sábios que a emoção reaviva a memória e eu, quando eu falo no Ministério Público, tenho emoção, e por

isso que eu me lembro dessas coisas. É como se eu estivesse vivendo outra vez. O Ministério Público tem uma missão social hoje, aqui no Brasil, que é de encantar os outros povos, porque o brasileiro, essa miscigenação deu uma coisa, deu origem a um homem que não é fácil de encontrar no mundo. Porque o brasi-

leiro é muito sentimental e é inteligente. Falta educação, falta saúde, o que prejudica. E nesta complexidade de formação racial, vocês podem acreditar, os brasileiros estão enxergando que a CPI era pizza, com o Ministério Público não é mais. Então cai o seu poderoso Antônio Carlos, cai o líder do governo na Câmara. E agora vai, eu acho que vai, será surpresa para mim se o Jader Barbalho não for embora também. Por quê? Ninguém tinha provas. O rico, o poderoso fazia as provas sumirem. Quem é que está descobrindo esta corrente de força poderosa, monetária, financeira? Quem? O Ministério Público. A senhora não sabe, eu fico emocionado e me orgulho de ter sido um grão de areia dessa construção do Ministério Público. Porque, no passado, a luta foi muito grande. Nós não tínhamos força. A senhora veja bem. Na Revolução, o Ministério Público não pôde fazer nada. Então, na Constituição de (19)88, conseguiu-se botar lá uma força para o Ministério Público. (O ano de) 1988 é a porta aberta para o Ministério Público ser o que é hoje. Pois bem, o presidente fez o projeto, levamos o projeto. Ele fez, mandou para o Congresso, foi uma luta, porque aqueles deputados, eles podem ser tudo, menos burros, não tem nenhum burro lá. Aliás, brasileiro burro é difícil, pode ser ignorante, não saber das coisas, mas burro não é da nossa raça. Muitos sentiram que estavam dando poder ao Ministério Público que ia refletir sobre as mazelas, as igrejinhas lá dentro. Então, com muita dificuldade, se aprovou.

1988 é a porta aberta para o Ministério Público ser o que é hoje.

Volta para o Médici. Leitão de Abreu, que tinha recém-entrado para ser secretário do Médici, faz o veto. Isso tudo na época do Dr. Mondercil, que era o procurador-geral. Por isso eu não posso esquecer o Mondercil.

Ele conseguiu. O Congresso aprovou, veio para cá eufórico. Então foram festejar, não sei se em Santa Catarina ou Paraná. Os promotores fizeram um banquete lá para festejar a aprovação. O Sr. Leitão de Abreu já havia quebrado uma conquista aqui do Estado, do Dr. Henrique Fonseca de Araújo com o Meneghetti, de botar na Constituição Estadual que o procurador-geral teria seus vencimentos vinculados aos do desembargador, ganharia a mesma coisa. Rebenta a Revolução, convocam uma comissão para examinar a Constituição, a datação. Castelo Branco foi um bom presidente, foi, mas estavam adaptando. E nessa comissão vai daqui o Leitão de Abreu, e foi uma comissão do Ministério Público pedir, foi levar no aeroporto, que ele mantivesse aquilo, porque aquilo era uma garantia para nós.

Projeto Memória: O Leitão de Abreu é que pediu o veto?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Cortaram, cortaram... E ele foi o autor porque depois ele provou isso quando fez o veto. Ele que fez o veto para o Médici assinar. E o que eu sei, teve uma frase histórica aí. Diz o Médici para o Leitão de Abreu: "Mas fui eu que mandei a lei. Como é que eu vou vetar?". "Se o senhor não vetar, os ministros vão ficar contra o senhor, se o senhor não assinar. Senão..." Olha, o Mondercil

teve um distúrbio cardíaco e hoje é safenado. É outro que deve merecer uma consideração especial, porque ele fez o que podia ser feito. Conseguiu e derrubaram. Isso é uma coisa triste. Aí ficou parado. Vejo, na atualidade, uma luz no Ministério Público. Este rapaz que está lá, eu o conheço pessoalmente, o Cláudio Barros Silva, este rapaz, ele programou, ele planejou uma coisa. Porque veio o poder, e agora? Como executar? Este rapaz, ele planejou. Depois começou a receber auxílio de outros tantos, mas a idéia partiu dele. Ele fez este quadro de posicionamento para execução que é fantástico. O Ministério Público, hoje, também dá, na gestão do atual procurador-geral, um passo gigantesco. Cláudio Barros Silva, eu o conheço ligeiramente, porque quando eu ocupei, em substituição, o cargo de procurador-geral, que eu substituí o Luçardo, que era o procurador-geral, eram meus assessores, assessores do Luçardo, procurador-geral, o Cláudio, que é hoje o procurador-geral, e o Lesler, que é um rapaz muito culto, muito preparado, mas joga na ponta esquerda. E eu disse sempre: "Olha, nem nos países mais adiantados hoje tem ponta. Não existe mais ponta. O futebol hoje não se joga com ponta". Mas o Cláudio era o ponderado. A senhora veja uma coisa. O governador atual é radical, a meu juízo. Então fica difícil para o Ministério Público atuar numa área radical. Mas ele não é mau sujeito, o Olívio, acho que ele até quer o bem do Estado. É porque ele... os

O Ministério Público, hoje, também dá, na gestão do atual procurador-geral, um passo gigantesco.

assessores... essa coisa é muito complicada. Mas o Cláudio se dá bem com o Executivo, se dá bem com o Legislativo, se dá bem com o Brasil inteiro. Foi eleito presidente da Associação do Ministério Público brasileiro. Pronto, chegou. Eleito como? Por unanimidade. Então o Rio Grande do Sul hoje está lá em cima, no cargo maior das Associações do Ministério Público do Brasil. Veja a posição deste rapaz. E o que ele levou para lá? Levou o Rio Grande do Sul. Ah, eu estou gostando muito, muito, porque só homens ponderados, inteligentes, cultos podem atingir uma posição destas. Eu, por exemplo, tenho um temperamento muito forte. O pessoal dizia muito assim... quem dizia era um juiz: "Barbosa", que era eu, "O

Alfredo do Nascimento Barbosa, tem os que gostam dele e gostam, e tem os que não gostam e não gostam, meio-termo, não". E era, e era... Agora eu não estava me incomodando (...), não levava em conta essa coisa de gostar ou não gostar. Eu talvez tenha tido um defeito, mas é que até hoje me causa uma dúvida. Eu queria solução porque eu achava que a carga de serviço não podia ficar, eu lutava contra isso, porque houve uma época (em) que a Justiça Comum queria tudo para ela. Não pode, não dá conta do que tem, como é que vai... Porque a justiça especializada pode... ninguém é perfeito. Justiça do Trabalho, por exemplo, um empregado que tem muito a receber, recebe a metade para fazer o acordo e receber o dinheiro. O que

não tem nada a receber, recebe alguma coisa porque o outro quer se livrar. Então isso, olhado assim objetivamente, é a justiça da injustiça, mas, socialmente, é uma necessidade. Não sei se a senhora me entende. Já viu se eu sou juiz? Porque aqui no Rio Grande do Sul era assim, não sei como é hoje, dez anos que eu estou aposentado, município que não tinha Junta, era feito pelo juiz. As questões trabalhistas eram resolvidas pelo juiz, promotor, advogado e as partes. Não sei como é hoje. Agora, depois, foram se difundindo Juntas, se desenvolveram. Mas é necessário. Num mundo em que está se desenvolvendo, cada vez mais, empregado-empregador, uma evolução constante, como é que eu não vou ter uma justiça para eles? Justiça Militar, querem acabar com ela. E muita gente, muita gente boa. É um erro. Por que é um erro? Porque eu trabalhei lá 20 anos, não foram dois nem três, 20 ou 25 anos, sempre foi assim: a punição da pequena falta evita a grande. Hierarquia e disciplina são as colunas mestras da Justiça Militar e da organização militar. Então, como é que tu vais processar crime de desobediência, crime de insubmissão, crime de deserção? Na Justiça Comum? Onde é que tem isso? Isso é básico. Porque se não pune a desobediência, vai a ofensa e da ofensa ao desforço físico. É uma escala. O criminoso começa furtando, depois roubando, que é com a agressão à pessoa, e depois o latrocínio, matando. Essa é a escala. A miséria coopera para o crime. Mas, vejam bem. Os grandes crimes não é o pobre, o miserável. Sabe qual é a classe? É aquele que tira o

primeiro grau e não tem lugar para ele, tira o segundo grau e não tem lugar. Eu diria que está na classe média pobre o maior percentual de criminosos. Ele não sabe para concurso nem de porteiro. E há, por falta de educação em casa, e conseqüentemente na escola, o professor mal pago, não se consegue pagar bem o professor, não pode ter alegria, não pode ter... porque tem tanto professor, é um massacrado. Quem é o prejudicado? A criança. É difícil o mundo. O mundo é muito difícil. Quem é que tem dez filhos que não podia ter nem um ou dois? Por quê? Ah, vai fazer controle. Controle? Eu sou contra o controle. Planejamento. É diferente de controle. Planejamento. Mas o planejamento requer educação. O rico tem um ou dois filhos, não tem mais. Pobre tem dez. Então há um descontrole. Veja bem. Outra coisa que eu digo e choca, eu sei que choca, porque primeiro o brasileiro, como eu já disse, é muito sentimental, segundo porque não é do nosso temperamento. Sujeito que estuprou cinco vezes, matou e estuprou cinco vezes, a meu juízo, tinha que ter pena de morte, porque não tem recuperação. Não uma vez e nem por crime de homicídio. Porque, por exemplo, o crime passionai, o camarada tem uma direção do ódio, ou para a mulher ou para o amante da mulher dele, mas para os outros não. Ele mata aquele, dá uma pena alta. Não pode matar, bem supremo. Sem vida não tem liberdade, não tem regime, não tem nada, primeiro é a vida. Por isso é que eu digo, politicamente, o Brasil está errado, desde lá de cima até aqui. Segurança é preventiva. É como vacina, não deixa

ficar doente, não deixa cometer o crime. E para que isso? Tem que ter polícia na rua. Não é parquímetro, velocidade, uma parafernália de aparelhos pela cidade. Quanto gastaram? Então bota na cidade dois mil homens, não quero mais que dois mil homens, falando pelo rádio, aqueles dois, três minutos, faixa própria para não haver trote, não haver isso. Isso já foi feito uma ocasião. Bota uma moto numa perimetria lá, bota uma moto de um lado e outra no outro, duas viaturas no meio, uma vai, a outra vem, uma vai, a outra vem. Isso é segurança. Botam policial; estão matando policial todos os dias! Na minha época era Pedro Paulo, no mínimo dois, e com rádio, e armamento, e colete de aço. Não temos viaturas, diminuíram os policiais. Estamos aí... A minha neta sai para a faculdade de noite, eu fico apreensivo!

152

Projeto Memória: Dr. Alfredo, retornando um pouco às questões que o senhor estava colocando sobre o Ministério Público, eu fiquei interessada em saber do que o senhor falou quando, depois de três meses, o senhor disse que foram demitidos os secretários do caso do Caio Brandão de Mello. Foram demitidos os secretários, portanto, confirmaram-se as denúncias que ele tinha feito?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Foi.

Projeto Memória: Como é que foi, no momento, a repercussão disso, tanto a reação pessoal do Caio quanto do Ministério Público?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Em primeiro lugar, o prestígio do Caio Brandão de Mello nunca foi

abalado, nem dentro nem fora do Ministério Público. Condenação por um voto, aquilo não teve a menor repercussão. O Caio era o Caio Brandão de Mello.

Projeto Memória: Essa condenação foi especificamente equivalente a quê?

Alfredo do Nascimento Barbosa: À ofensa. Então ele foi punido, advertido. Continuou trabalhando.

Projeto Memória: Mas a comprovação das denúncias através da demissão dos secretários foi um reforço importante para ele, mesmo que ele não tenha tido o seu prestígio abalado...

Alfredo do Nascimento Barbosa: Ah, satisfação pessoal...

Projeto Memória: ... a satisfação pessoal, e também acho que de público, em termos de uma respeitabilidade maior.

Alfredo do Nascimento Barbosa: Claro. Ele só cresceu.

Projeto Memória: E a imprensa chegou a noticiar também esse...?

Alfredo do Nascimento Barbosa: Não com a mesma intensidade. Porque aqui é assim: abre uma manchete para o ruim, para o bom é notícia pequena. Isso é velho. A imprensa destaca o mal, e a reparação do bem é sempre menor. Querem ver um exemplo atualíssimo? Pode botar. Veja-se o caso do Ibsen Pinheiro, que é do Ministério Público. Foi cassado o mandato. Ele veio como se tivesse roubado um dinheiro lá. Mas ele persistiu. Faz um ano, não sei se até menos, não sei se até foi este ano, foi absolvido totalmente. Qual é a repercussão dessa absolvição? Foi manchete? Não, não foi manchete. Mas quando ele foi cassado foi man-

chete. Veja bem. Tudo por quê? Porque uma manchete de cassação vende dez vezes mais do que uma manchete que o cara foi absolvido. Interessante a psicologia da notícia?

Projeto Memória: O mercado da notícia.

Alfredo do Nascimento Barbosa: O mercado da notícia, disse bem. O mundo é assim.

Projeto Memória: Outra coisa que eu queria lhe perguntar é que, em relação à sua aposentadoria. Daria para o senhor nos contar o que aconteceu no momento da sua saída? Foi pela compulsória de idade?

Alfredo do Nascimento Barbosa: (...) Foi a única, porque ninguém queria ser posto para fora. Havia aquele zelo. Então o sujeito que ia completar 70 anos...

Projeto Memória: Fazia a solicitação antes.

Alfredo do Nascimento Barbosa: ...quando tinha 69 requeria a aposentaria. Disse: "Não, só saio daqui..." E o Luçardo, que era o procurador-geral, sabia disso. Então, no dia 5 de outubro, que era o meu aniversário, saiu no Diário Oficial a minha aposentadoria, pela compulsória. Bem, eu tive a despedida no Conselho.

Observação: (A seguir mostrou-nos medalhas e condecorações recebidas, que estão registradas em vídeo, como a "Medalha de Serviços Distintos", com o brasão e o distintivo da Brigada Militar, bem como o diploma correspondente; cartão de prata com homenagem; diploma e medalha da Cruz de Ferro e do Mérito da Brigada Militar; cartão de prata do Tribunal de Justiça Militar; cartão de prata e medalha do Tribunal de Contas;

Comenda do Mérito Judiciário Militar e medalha.)

Projeto Memória: Bom, em função dessas homenagens, o senhor estava nos contando da sua aposentadoria que foi publicada no Diário Oficial, então se aposentou e que teve essas cerimônias. Como é que foram? Teve uma solenidade...

Alfredo do Nascimento Barbosa: Primeiro do Ministério Público, Colégio de Procuradores, todos presentes, me prestaram uma homenagem muito significativa que eu guardo com muito carinho, vamos dizer assim. Depois teve lá no Tribunal de Contas. Eles também me deram uma medalha do Tribunal de Contas (...) o presidente do Tribunal de Contas era o Bolzan. O Romildo Bolzan falou e eu agradeci. Estava todo mundo, estava cheio. Também foi uma homenagem sentimental. E depois teve na Brigada, não me lembro quem falou. Eu sei que nos três eu tive assim uma homenagem, vamos dizer, salientando a minha atuação e agradecendo os meus serviços. Então eu saí satisfeito, não com aquele chavão "saio satisfeito pelo dever cumprido", não, nada disso, porque eu acho, notem bem, acho até hoje, que eu sempre poderia ter feito melhor do que eu fiz. Por certo, se eu tivesse condições físicas, eu o faria, porque a cabeça hoje tem uma experiência e uma evolução que eu não tinha. Eu era um moço destemido, só isso, e disposto a vencer. Fiz carreira. E eu nunca disse assim: "Não, este serviço eu não faço". Eu disse: "Para aquela comarca eu não vou", ah, isso eu disse. Eu tinha filhos no colégio, tinha mulher, e me mandar daqui para Itaqui ou Uruguaiana, já

154 viu? Promotor é uma carreira de sacrifícios. Porque tem uma diferença, promotor é um homem só. Hoje talvez não seja tanto porque (com) as comunicações, telefone celular, está falando com o mundo. Naquela época, não tinha isso. Eu ia à telefônica, pedia para fazer a ligação, "Hoje não". Era assim. Então era difícil. E eu passei sete meses longe da mulher e dos filhos. Mas eu ia, eu (ia no) sábado, fazia uma viagem maluca, passava o domingo, voltava segunda. A mulher pegava dois ônibus para chegar lá onde eu estava. É, foi muito difícil, difícil mesmo. Porque o juiz, vamos dizer: saio daqui de Porto Alegre, fiz o concurso e o juiz fez o concurso, saímos. Mas ele chega lá, ele tem o escrivão, ele tem o seu oficial de justiça, o porteiro, o escrivão do cível, ele tem uma equipe. E o promotor tem o quarto do hotel sozinho, sozinho! É diferente. Promotor, agora pela comunicação mudou, mas era um homem só e um homem só tem que ser determinado. Isso eu fui. Eram eu, os meus livros e a minha consciência. Como o livro é amigo do homem! Ah, esta rapaziada, se soubesse. Está melhor, estão lendo mais. Eu acho... porque eu tenho uma dúvida: se aprendi mais com professor ou com livro. O livro é uma maravilha, folheia, está lá. Estuda, pronto.

Projeto Memória: É a companhia do promotor.

Alfredo do Nascimento Barbosa: Os dois braços e as duas pernas.

Projeto Memória: O senhor tem documentos assim que o senhor tenha aguardado: fotografias, anotações dessa sua fase de atividade, assim como o senhor guardou as medalhas

e os diplomas? Agora o senhor estava falando desse período, talvez o senhor tenha algo para nos passar e documentar a sua entrevista.

Observação: (A seguir o Dr. Alfredo do Nascimento Barbosa passou a folhear álbuns de fotografias e mostrar-nos imagens que registram sua participação nas comunidades em que atuou: recebimento de homenagem como a colocação de seu nome em cancha reta em Nova Prata, o que é muito significativo porque é uma forma de lazer característica da região; discursos que proferiu em eventos locais; atividades onde foi escolhido como paraninfo em Nova Prata em 1953, da 1ª turma de contabilistas.)

Alfredo do Nascimento Barbosa: Aqui está: a minha mulher estava grávida, esta é a minha filha, esta aqui eu não sei quem é. Porque a gente não sabe.

Projeto Memória: O que nos interessa é a identificação sua e de seu pai. Então, são três fotos e mais o álbum.

Alfredo do Nascimento Barbosa: Está.

Projeto Memória: Bem, vamos então retomar. Tem mais alguma coisa que o senhor queira nos dizer, registrar?

Alfredo do Nascimento Barbosa: O que interessa é que eu fui vocacionado, fui chamado para ser promotor. E vou dizer mais para vocês. Como procurador eu atuei... 40... uns 12 anos, como procurador. Não era meu feitio. Eu fiz, trabalhei e lutei pelas minhas convicções, idéias, mas o promotor é outra coisa. O procurador, ele dá o parecer e tem que estudar muito para poder ilus-

trar, vamos dizer assim, à Câmara. Tem que acompanhar a atualidade dos acórdãos do Supremo para poder oferecer. Não é ele, vamos dizer assim, que faz a prova, ele pega o processo pronto. Agora o promotor, ele faz a denúncia do inquérito policial, ele faz a petição ao juiz, e ele instrui a prova, pergunta, faz, requer, baixa em diligência, volta. Esse é o poder. Promotor, a carreira do promotor é uma epopéia. Quando o promotor se bate com corpo e alma, e tem saúde... Bah, eu cheguei aqui em Porto Alegre, passado um tempo eu tinha que fazer uma operação. Aí começou. Fui aqui, era na Ipiranga, não sei o quê do Estado.

Projeto Memória: Biometira?

Alfredo do Nascimento Barbosa: É. Cheguei lá, a médica mandou pedir a minha ficha, porque eu já tinha 30 anos de trabalho, pegou a minha ficha, velha, não tinha nada. Disse: "Mas, doutor, o senhor nunca tirou uma licença?". "Nunca." "Mas, doutor, o senhor não tem filho?" "Tenho neto", eu disse para ela. "Mas casamento da filha, para casamento... não tirou licença?" "Não, não foi preciso." Bah! Ela me deu na hora. Aí eu fiz a primeira operação, não foi bem; a segunda... Aí começou. E, quando me aposentaram, eu cá num estado depressivo brutal; e a depressão é um campo aberto para tudo quanto é doença, porque as defesas do organismo deixam de movimentar por comando cerebral. A tristeza mata, sabia? Diminui as defesas,

começa problema circulatório, problema de pressão, problema... Ih, aí foi.

Projeto Memória: E quando estava no Ministério Público a saúde era total porque estava envolvido.

Alfredo do Nascimento Barbosa: É, é verdade. Porque eu vivia bem, não podia... E diziam assim para mim: "Barbosa, vais lecionar, tu tens condições". Outro dizia: "Barbosa, com teu gênio, não cai em aula porque vai lá, dá uma piada e tu vais disparar, vais te incomodar". Eu ficava assim. Vem cá, se eu não agüento uma aula... Porque tem sujeito que vai lá para ridicularizar o professor. Eu dei aula algumas vezes, substituindo, mas eles não foram felizes e levavam cada chamada. Então eu fui a uma aula uma vez, um camarada me disse assim: "Aí tem dois que são comunistas terríveis. E tu sabes que eles fazem de propósito, querem desmoralizar. E eles sabem que tu és contra o comunismo". Sou contra o comunismo e sou contra a ditadura. Sou contra o Estado se meter na vida do sujeito. Assim como eu sou contra esse capital que escraviza. Não, extremo não dá, tem que equilibrar. Tem que haver socialismo com capitalismo. Isso que o mundo está custando a compreender. Os Estados Unidos estão custando a compreender que ele faz tudo, mas ele precisa (de) comprador. Ele mata o comprador lá, na miséria, quem é que vai comprar dele. Não entra.

Arlindo de Oliveira Brito: Eu sou filho de Eloy de Oliveira Brito e de Maria Schmidt de Oliveira Brito. Nasci em Santa Cruz do Sul, no dia 3 de junho de 1909. Fiz meu curso de Direito em Pelotas. Naquele tempo, quando me decidira pelo Direito, um pouco antes, uma lei federal, na época em que era Ministro da Educação Gustavo Capanema, tornou obrigatória a freqüência às aulas. Ora, como eu dependia do meu trabalho para custear os meus estudos, tornou-se difícil fazer o curso. Então optei pela Faculdade de Direito de Pelotas, que ainda era livre. E, quando ela foi reconhecida pelo Governo Federal, a falta de freqüência foi tolerada. Aliás, aqui, ela também foi admitida. Talvez essa tolerância tenha sido a inspiração para criar os cursos noturnos: para atender aos alunos que necessitavam trabalhar para custear os estudos. Quando fiz o vestibular, eu trabalhava, com meu pai, num cartório em Sobradinho.

Projeto Memória: Muito provavelmente, escolheu o Direito pela experiência do seu pai, no cartório.

Arlindo de Oliveira Brito: Sem dúvida. Principalmente depois que Sobradinho se emancipou e passou a ser termo da Comarca de Soledade. Então conheci Juizes de Direito e Promotores de Justiça, e conheci o trabalho deles. Mas minha decisão de ir para o Ministério Público foi posterior. Naquele tempo, havia liberdade profissional no Estado, influ-

ência da Constituição de Júlio de Castilhos, inspirada no positivismo de Augusto Comte. De sorte que fui nomeado Juiz Municipal no segundo ano de Direito. Não havia o requisito do diploma. Aliás, nem para promotor, ou Juiz de Direito. É verdade, pelo menos no meu conhecimento, houve só um Juiz de Direito que não era diplomado, mas inclusive era autor de livros jurídicos. Se não estou equivocado, era o avô do Desembargador (Antônio Augusto) Uflacker. Dessa forma, como acadêmico de Direito, fui nomeado Juiz Municipal de Candelária. Continuei, no entanto, fazendo meu curso, fazendo as sabatinas, exames semestrais e finais do ano letivo. Desse convívio com colegas, professores, aulas e a experiência como Juiz Municipal é que surgiu a deliberação de ir para o Ministério Público. E surgiu a oportunidade do concurso. A Constituição Estadual de 1935 é que instituiu, aqui, no Estado, a carreira do Ministério Público. As nomeações para o Ministério Público, até então, não se verificavam por concurso, mas por decisões políticas. De sorte que o primeiro concurso teve mais a eficácia de uma homologação das investiduras dos que já estavam no Órgão do que o ingresso na carreira. Em sendo aprovado o titular do cargo em qualquer entrância, era ali efetivado. Como eu não era promotor, embora aprovado, não fui nomeado, por falta de vaga. Fiquei aguardando vacância

* Entrevista concedida ao Programa de Memória Oral do Projeto Memória do Ministério Público do RS em 30 de agosto de 2000.

dentro do prazo de validade do concurso. E efetivamente elas surgiram. Todavia, o vício da política não estava erradicado. As duas primeiras que ocorreram foram preenchidas, interinamente, por dois bacharéis, sem concurso. Eu, então, recorri, administrativamente, ao governador, numa lei federal que disciplinava os concursos e respectivas nomeações, inclusive nos Estados, pois foi na época do Governo Provisório. Como eu tinha todos os requisitos para o cargo, inclusive o estágio probatório pelo exercício do cargo de Juiz Municipal e (a) recondução, e dentro da validade do concurso, foi acolhido o meu recurso e me ofereceram, para escolha, três comarcas de segunda entrância, por falta de vaga em primeira. Fui, então, nomeado e comissionado em segunda. Foi São Luiz Gonzaga. Essa foi a minha contribuição para que o concurso fosse a única via para o ingresso no Ministério Público. E tenho a impressão (de) que sou o divisor de águas. Antes de mim, o ingresso era por decisão política; depois de mim, por concurso. Posteriormente fui promovido, por merecimento, para a segunda entrância, tendo permanecido em São Luiz Gonzaga. Depois fui comissionado para tercei-

E tenho a impressão (de) que sou o divisor de águas. Antes de mim, o ingresso era por decisão política; depois de mim, por concurso.

ra entrância, em Cruz Alta, onde fui, outrossim, promovido por merecimento e [onde] permaneci durante dez anos. Para última entrância, Porto Alegre, (quando) fui promovido numa ocasião em que foram criadas mais dez varas nesta comarca. O critério observado foi o de promover os cinco mais antigos da terceira entrância, por antigüidade, e os cinco seguintes, por merecimento. Como eu estava entre os mais antigos, a minha promoção foi por antigüidade. Mas elas foram efetuadas no mesmo ato, se estou lembrado. Com 91 anos de idade, alguns lapsos de memória podem ocorrer. É a única promoção por antigüidade que eu possuo. Em compensação, a primeira vez que entrei numa lista tríplice, fui o escolhido para ser promovido por merecimento a Procurador do Estado, como, então, eram designados os tuais Procuradores de Justiça.



Figura 10 - Arlindo de Oliveira Brito na visita do embaixador norte-americano a Porto Alegre. *Acervo pessoal de Arlindo de Oliveira Brito.*



PROMOTOR OLIVEIRA BRITO ENCAMINHA SEU PARECER A G.^a VARA

PEDIDO O ARQUIVAMENTO DA DENUNCIA DE LOTT!

Fôlha da Tarde, publicou em primeira página o relato de um parecer do Ministério da Guerra e outro do Juiz de Direito Coelho de Souza, acusado pelo general Teixeira Lott de crime de injúria e calúnia contra o fôlego arrebatado, previsto no art. 1.802, código de Processo Criminal, Lei de Segurança Nacional.

É hoje, portanto, sem nenhuma razão, nem qualquer fundamento, a denúncia do crime de injúria e calúnia contra o fôlego arrebatado, previsto no art. 1.802, código de Processo Criminal, Lei de Segurança Nacional.

A denúncia foi encaminhada ao Juiz de Direito Coelho de Souza, acusado pelo general Teixeira Lott de crime de injúria e calúnia contra o fôlego arrebatado, previsto no art. 1.802, código de Processo Criminal, Lei de Segurança Nacional.

Em face do parecer do Ministério da Guerra e do Juiz de Direito Coelho de Souza, o Promotor Oliveira Brito encaminha seu parecer ao Juiz de Direito Coelho de Souza, acusado pelo general Teixeira Lott de crime de injúria e calúnia contra o fôlego arrebatado, previsto no art. 1.802, código de Processo Criminal, Lei de Segurança Nacional.

Figura 11 - Representação do Ministro da Guerra, Marechal Teixeira Lott, contra o Deputado Coelho de Souza, no qual atuou o Promotor Arlindo de Oliveira Brito. *Fôlha da Tarde*, Porto Alegre, 13.02.1957, capa. Acervo pessoal de Arlindo de Oliveira Brito.

158

Projeto Memória: Mas, antes da sua vinda a Porto Alegre, quando o senhor estava atuando no interior ainda na década de quarenta, como é que funcionavam essas comarcas? Qual era a atividade do promotor? Qual a interferência dos poderes locais?

Arlindo de Oliveira Brito: A Lei de Organização Judiciária do Estado era a lei que disciplinava as funções dos juizes e dos promotores, regulamentando, assim, as Constituições. Eles exerciam suas funções de acordo com a Lei sem a interferência dos poderes locais. Eram prestigiados pela sociedade e pelos governos locais. O Ministério Público, na opinião de historiadores, foi o Órgão de Poder Público que mais cresceu no Brasil. E a Constituição de 1988 praticamente o elevou a um Poder, seria o quarto. A atividade do promotor se exercia no combate ao crime, na tarefa de defender os inte-

res dos órfãos, dos ausentes, dos incapazes, dos menores, dos trabalhadores nos acidentes do trabalho, nas ações trabalhistas dos empregados e agora mais as atribuições conferidas pela Constituição Federal de 1988. No meu tempo, defendia o Estado também. Quando fui promovido a Procurador do Estado, fui destacado para esse setor. Tanto a magistratura como o Ministério Público não sofriam pressões políticas - estou falando do meu tempo. E já acentuei que meu ingresso no Órgão foi por concurso, portanto. Depois que foi instituído como uma carreira. Na magistratura, que eu saiba, houve a demissão de um Juiz, o Dr. Alcina Lemos, fundamentada no famoso art. 177 da Constituição Provisória de 1937²² do Estado Novo. Entretanto, ele voltou judicialmente ao cargo. Não sei qual foi o motivo, mas deveria ter sido por interesse político. Essa Constituição não era democrática, tanto é que nunca houve o plebiscito que deveria aprová-la ou homologá-la. Mas falando no que me diz respeito, quando fui promotor numa das Varas Criminais, tive que funcionar num caso de grande repercussão pelas pessoas envolvidas. O Marechal Lott, que

²² “Dentro do prazo de sessenta dias a contar da data desta Constituição, poderão ser aposentados ou reformados de acordo com a legislação em vigor os funcionários civis e militares cujo afastamento se impuser, a juízo exclusivo do Governo, no interesse do serviço público ou por conveniência do regime.”

na ocasião era o Ministro da Guerra, representou, ao Ministério Público, contra o Deputado Coelho de Souza. Coube-me o processo. Estudei o caso e não achei fundamento para o crime que estava sendo imputado ao representado. Então, numa petição fundamentada, pedi o arquivamento. O juiz, que era o Dr. José Silva, notável magistrado, deferiu o meu pedido. A mídia sacudiu a opinião pública. Os jornais de Porto Alegre, Rio e São Paulo publicaram na íntegra o meu pedido e o despacho do juiz. O jornalista que deu essa notícia procurou-me para uma entrevista. Recusei, explicando que estava só cumprindo com as obrigações do cargo. Fato de rotina. Não cabiam holofotes.

Projeto Memória: Quais eram os crimes mais comuns que vinham, nessa época, para o Ministério Público?

Arlindo de Oliveira Brito: Eram os contra a vida, lesões corporais, contra a propriedade, contra a honra.

Projeto Memória: O senhor atuou nas áreas de São Luiz, Santo Ângelo e Cruz Alta - uma zona de muitos fazendeiros e pecuaristas. [Isso] não repercutia, em termos tanto de crimes quanto em tentativas de influir nas atividades do promotor?

Arlindo de Oliveira Brito: Não havia essa disposição nos fazendeiros, estancieiros ou pecuaristas para o crime. Estavam adaptados para o convívio social. E nem de influir nas atividades dos órgãos do Estado. Salvo na formação do poder político: Executivo e Legislativo, elegendo seus representantes, através de partidos. Diga-

se de passagem, naquele tempo a criminalidade, a violência e (a) falta de segurança não constituíam em grave problema do Estado, como atualmente.

Projeto Memória: O senhor estava falando que veio para Porto Alegre na década de 50. Poderia precisar o ano?

Arlindo de Oliveira Brito: Não me recordo. Também pudera! Estou aposentado há 35 anos e mais os 35 de trabalho. Não há memória que re-

sista. Acredito, porém, que foi no governo Meneghetti.

Projeto Memória: E a sua promoção a procurador, em que governo se verificou?

Arlindo de Oliveira Brito: No segundo Governo Meneghetti, e o Procurador-Geral de Justiça era o hoje Desembargador Peri Condessa.

Projeto Memória: Para que setor o senhor foi designado para funcionar?

Arlindo de Oliveira Brito: Para a defesa do Estado. Naquela época, essa função competia ao Ministério Público. Éramos quatro procuradores, coordenados pelo Procurador Caio Brandão de Mello. Foi no Governo Amaral de Souza que foi criado o órgão específico - a Procuradoria do Estado. E o do Ministério Público passou a ser designado como Procuradoria de Justiça. Mas, o embrião havia sido plantado no Governo Peracchi, quando ele facultou aos funcionários públicos, professores, que fossem bacharéis em Direito, pudessem ser designados para atuar nas diversas Secretarias de Estado, como assessores jurídicos. Mas, nes-

Projeto Memória: O senhor falou que eram quatro procuradores?

Arlindo de Oliveira Brito: Que estavam lotados na defesa do Estado. Mas havia um em cada Câmara, um ou dois na Corregedoria, um procurador-geral.

Projeto Memória: E o número de promotores, a composição do Ministério Público, nessa fase?

Arlindo de Oliveira Brito: Em regra, cada comarca tinha um promotor. Umas, no entanto, tinham mais de um. Por outro lado, a comarca poderia ser integrada por mais de um município. Por exemplo, Cruz Alta, quando eu servi lá, era constituída de três municípios: Cruz Alta, Júlio de Castilhos e Tupanciretã. Mas depois todos os municípios foram elevados a comarca e eram quatro entrâncias, sendo que Porto Alegre era a única de quarta. No Tribunal, atuavam os Procuradores de Justiça. Se numa comarca houvesse mais de uma vara, poderia, era comum, se estabelecer a especialização. Uma ficaria com os processos criminais e a outra, com as curadorias. As promoções eram por entrância, antigüidade e merecimento, alternadamente, depois de dois anos na entrância.

Projeto Memória: E nesse período em que o senhor já estava em Porto Alegre, além dessa comissão importante, que outros fatos lembra como significativos?

Arlindo de Oliveira Brito: Que teve repercussão só houve esse fato político. Participei de outras comissões, também nomeado pelo governador, ou pelo procurador-geral, mas sem lembranças de cada uma delas, em particular.

Projeto Memória: O senhor falou também que atuava na questão dos órfãos. Como é que era a atuação, as preocupações frente ao menor, principalmente a questão dos órfãos por parte do Ministério Público.

Arlindo de Oliveira Brito: Nesse particular, salvo quanto ao menos, não houve mudanças extraordinárias, as funções continuam a ser as mesmas. São atendidas pelas Curadorias dos Menores, a dos órfãos, incapazes e ausentes. Por sinal, nessas Curadorias, só funcionei como substituto eventual.

Projeto Memória: E na sua primeira comarca, qual foi o primeiro fato que lhe marcou, como promotor, porque o senhor disse que escolheu o Ministério Público porque lhe agradava mais do que ser juiz? Como é que foi essa primeira vivência, essa primeira experiência?

Arlindo de Oliveira Brito: Naquele tempo e em São Luiz Gonzaga, o júri era o fato mais destacado na atuação do promotor. Todavia, não houve nenhum impacto, salvo a emoção que senti em ocupar pela primeira vez a tribuna do júri e acusar um cidadão. Já conhecia o júri, talvez, até num fato raro. Eu, como Juiz Municipal, exerci, como substituto, as funções de Juiz de Direito. Não era uma função dos Juizes Municipais, mas só daqueles que houvessem sido reconduzidos, isto é, o Juiz Municipal era nomeado para o período de quatro anos. Findo o prazo, poderia ser reconduzido por mais outro. Eu estive nessa hipótese e assim, quando Juiz Municipal de Santo Ângelo, substituí o Juiz da Comarca, que era constituída pelos municípios de Santo Ângelo e Santa Rosa. Presidi o júri

nesses dois municípios, como substituto do Juiz de Direito, Dr. Baltazar Barbosa. Contudo, tive um fato inusitado, atuando no júri como promotor. Quando eu estava em Cruz Alta, por ocasião da primeira sessão do júri num determinado ano - eram quatro por ano - fui designado para funcionar no júri de Santo Ângelo na mesma data. E em ambos havia diversos processos - num seis e, no outro, cinco, mais ou menos. Em Cruz Alta, no primeiro dia, pedi o adiamento, na pauta, do primeiro processo. E fui a Santo Ângelo fazer o júri. Pedi o adiamento, na pauta, do segundo processo e voltei a Cruz Alta para acusar no segundo da pauta originária e dessa forma funcionei, diariamente, em dias alternados, em ambas as comarcas.

162

Projeto Memória: E como foram esses júris, pois, afinal, era o grande momento da tribuna?

Arlindo de Oliveira Brito: Gratificante. Em Santo Ângelo, em todos os processos, os réus foram condenados. Em Cruz Alta, em alguns foram condenados e, em outros, absolvidos. A explicação fica para o sociólogo.

Projeto Memória: E o senhor se lembra que tipos de crime foram esses?

Arlindo de Oliveira Brito: Não me lembro de nenhum caso em particular. Mas como o julgamento era da competência do Tribunal do Júri, só poderiam ser de homicídio.

Projeto Memória: Alguma dessas cidades tinha uma incidência maior de homicídios, era mais violenta?

Arlindo de Oliveira Brito: Como cidades acho que não. Considerando, porém, como municípios, talvez.

Se bem me recordo, a primazia cabia a São Luiz Gonzaga. Município grande, fronteira com a Argentina, na costa do rio Uruguai, matas densas, diversas etnias são fatores que concorrem para uma maior criminalidade. Estou entrando na seara dos sociólogos, mas como sou bacharel em ciências jurídicas e sociais, estou dando meus palpites.

Projeto Memória: Como é que era, comparando de uma cidade com a outra, os tipos de casos, havia muitas diferenciações entre os júris ou eram uniformes?

Arlindo de Oliveira Brito: O Tribunal do Júri só julgava um tipo de crime, salvando os conexos, os contra a vida. Portanto, eram semelhantes.

Projeto Memória: Até porque era uma área de formação histórica mais ou menos semelhante.

Arlindo de Oliveira Brito: Exatamente. Salvo Porto Alegre, eu exerci minhas funções na Região Missioneira.

Projeto Memória: E, em Porto Alegre, o trabalho desenvolveu-se bastante?

Arlindo de Oliveira Brito: Aqui em Porto Alegre, no princípio, fui designado para funcionar nas Varas Criminais. Mas depois fui transferido para as Curadorias de Acidentes, de Massas Falidas e Registros Públicos. Não me lembro se foi uma depois da outra, ou concomitantemente. Não importa, dei-me muito bem. Gostei muito de qualquer uma das três. Tive uma atuação que acariciou o meu ego. Que me perdoe Erasmo de Rotterdam por esse pequeno autoelogio. Logo que assumi a Curadoria de Acidentes do Trabalho, a secretária das Curadorias - eram duas - trou-

xe processo para eu passar o "visto" no cálculo da indenização. Como esse cálculo era grego para mim, pedi que deixasse o processo e o levei para casa. Derrubei os meus livros e estudei o caso. E aprendi a fazer o cálculo das indenizações por acidente de trabalho e então o devolvi com meu "visto". Relatei esse fato para demonstrar a utilidade que isso representou para me capacitar a exercer o cargo. Pois num outro processo discordei do cálculo de indenização que havia sido feito com a diária que o acidentado percebia no dia ao acidente. Sustentei que deveria ser feito com a do dia do pagamento. O juiz, porém, indeferiu meu pedido. A jurisprudência do nosso Tribunal de Justiça não me socorria. Contudo, recorri à nossa Corte, sustentando a tese de que a indenização por acidente de trabalho era alimentar e como estávamos em regime de inflação o cálculo deveria ser atualizado. Na ocasião eu era, também, secretário da Faculdade de Direito da PUC. E um aluno, que era assessor de uma das Câmaras do Tribunal de Justiça, veio congratular-se comigo por uma determinação do presidente da Câmara, que, no ensejo, substituíra o presidente do Tribunal, de mandar um xerox do meu recurso a todos os desembargadores. A Câmara acolheu meu recurso, sendo relator o então Desembargador Pedro Muñoz, com um voto vencido. Esse recurso, em forma de artigo, está publicado na *Revista da Justiça* e o Supremo Tribunal Federal, sendo relator o Ministro José Nery da Silveira, cita-o ao lado de autores

de renome. Na Curadoria de Massas Falidas, por certo pelo trabalho que desenvolvia, recebi o convite, por indicação dos Professores Paulo Lessa e W. Faria, para lecionar Direito Comercial na PUC.

Projeto Memória: E daí começou a lecionar?

Arlindo de Oliveira Brito: Exato. Comecei a lecionar Direito Comercial, não me lembro em que ano aconteceu.

Projeto Memória: Ficou bastante tempo? Como foi a experiência?

Arlindo de Oliveira Brito: Não fiquei muito tempo por uma circunstância muito especial. Quando fui lecionar Direito Comercial foi porque o professor, que era o Dr. W. Faria, tinha preferido lecionar Direito Tributário. Posteriormente, foi criada, na Faculdade de Direito Federal, a terceira cadeira de Direito Comercial, e ele foi convidado para regê-la. E ele, por uma questão prática e de tempo, me propôs permuta, ele voltaria à cadeira de Direito Comercial e eu lecionaria Direito Tributário. Eu cedi a cadeira de Direito Comercial, porém não quis lecionar Direito Tributário, porque não tinha grandes conhecimentos, ainda, desse Direito. Iria estar na frente dos alunos uma aula. Por sinal, mais tarde, quando já Procurador, fui classificado no setor da defesa do Estado, tive que estudar Direito Tributário e consegui me distinguir nesse ramo. Pois o então Juiz da Fazenda Pública, o Desembargador Butelli, me convidou para participar do concurso de monografias "André da Rocha", promovido pela AJURIS²³. Não acedi,

²³ Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul.

no primeiro momento, alegando que não tinha tempo para escolher e escrever uma monografia. Ele, então, retrucou que não precisava, bastava escolher um trabalho já apresentado na defesa do Estado depois de um retoque. Escolhi, então, a que fizera num mandado de segurança contra uma lei de vendas à vista. Tirei o primeiro lugar, juntamente com outro concorrente. O prêmio era cem cruzeiros em livros de Direito, cem exemplares da separata do trabalho que seria publicado na revista *A Justiça*. Por esse trabalho, como havia sido apresentado num recurso ao Supremo Tribunal de Justiça, fui lá elogiado, nominalmente, sendo relator o Ministro Evandro Lins.

Projeto Memória: E como docente, deixou de lecionar?

Arlindo de Oliveira Brito: Não. Logo em seguida, fui convidado para lecionar em Santa Maria e, depois, em Cruz Alta, onde lecionei durante 18 anos.

Projeto Memória: Continuou lecionando depois de aposentado?

Arlindo de Oliveira Brito: Sim, e comecei também a advogar.

Projeto Memória: Então, atuou também como advogado?

Arlindo de Oliveira Brito: Sim, e inclusive recebi da Ordem dos Advogados a Comenda "Expoente da Advocacia", "pelas obras que marcam, exemplificaram e enalteceram a classe e a Ordem".

Projeto Memória: O senhor (se) referiu a uma importante atuação junto a questões de massas falidas. Que tipo de falências eram colocadas naquele período, que foi, mais ou menos, lá pela década de 60? Falências de que tipo de empresas?

Arlindo de Oliveira Brito: Ora, a falência, na acepção jurídica, caracteriza-se quando o comerciante, neste conceito se inclui o empresário, tem um título cambiário protestado por falta de pagamento e ocorre quando um credor a requer e o juiz decreta.

Projeto Memória: Onde ocorriam as falências? Mais no comércio do que na indústria?

Arlindo de Oliveira Brito: Em regra é o que ocorre não só porque há mais comerciantes do que industrialistas, mas também é mais fácil se estabelecer como comerciante do que como industrialista.

Projeto Memória: E sobre a Revolução de 64, como o senhor, como promotor, a avaliou? Como é que foi o Ministério Público naquele período de fechamento político, esse período de 64 a 80?

Arlindo de Oliveira Brito: Como promotor, o que eu poderia ver? Mais uma Constituição jogada no lixo? No ano seguinte, no dia 19 de maio, aposentei-me por tempo de serviço, 35 anos e alguns meses. Não foi porém por falta de garantias. O Ministério Público continuou a exercer suas funções para engrandecer mais com a Constituição de 88.

Projeto Memória: E os militares?

Arlindo de Oliveira Brito: Com a Revolução vitoriosa assumiram o poder. Escolheram o presidente mas mantiveram as instituições políticas. Agora, entre os adversários, houve perseguições, inquéritos e exílios, no dizer de Jorge Caldeira, na sua *Viajem pela História do Brasil*. Depois de 88, vejo a nossa Instituição mais atuante, cuidando de quase tudo, até da (im)probidade administrativa, que o diga a Quarta Câmara do Tri-

bunal.

Projeto Memória: E na sua atividade como docente, advogado, também, inclui a atividade na Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul?

Arlindo de Oliveira Brito: Sem dúvidas. Sempre fui de frequentar os clubes (e) associações dos quais eu era sócio. Uma vez reclamei porque não pude entrar numa sala onde costumava ler jornais, revistas, tomar cafezinho, conversar com os colegas porque a diretoria estava ali reunida. Observei que eu estava no meu clube, para o qual pagava para mantê-lo. Não poderia ser, portanto, barrado. A diretoria que se reunisse no gabinete da presidência. Entretanto, nunca disputei cargos, salvo uma vez que me incluíram à revelia numa chapa. E quando o Ministério Público integrava a AJURIS, eu participei da comissão que escolheu o terreno para sede campestre.

Projeto Memória: Como era a relação entre a magistratura e a promotoria nas comarcas? Sabe-se que a Justiça era muito respeitada, mas e sobre as relações mais diretas do trabalho entre juiz e promotor?

Arlindo de Oliveira Brito: Muito cordiais e afetuosas. Ambos eram peças obrigatórias do tripé da Justiça. Só conheço um caso, no Rio Grande, em que ambos, juiz e promotor, se desentenderam e até foram às vias de fato, mas não sei o motivo.

Projeto Memória: E o trabalho do promotor e do juiz, as pessoas na comarca sabiam definir claramente o papel do juiz e o do promotor nesse período recuado?

Arlindo de Oliveira Brito: Acho

que dependia da classe social e cultural da pessoa. O Procurador Paulo Pinto de Carvalho conta um fato que define esse conhecimento. Quando chegou em Porto Alegre, como Promotor, frequentou o Clube Internacional. E nas relações que ia fazendo, um colorado perguntou-lhe sua profissão. Esclareceu que era Promotor Público, como eram, então, chamados os atuais Promotores de Justiça. Então o colorado se dispôs a ajudá-lo a conseguir uma delegacia de polícia...

Projeto Memória: Qual foi a comarca que mais lhe marcou, a que o senhor mais se integrou? O senhor morou em Cruz Alta, Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga?

Arlindo de Oliveira Brito: Em Santo Ângelo foi como Juiz Municipal e era solteiro. Mas foi em Cruz Alta que mais me integrei. Sem falar em laços de família, pois contraí matrimônio [lá], lá nasceram os meus quatro filhos. Integrei diretorias de clubes sociais, fui presidente da Associação dos Professores da Escola Técnica de Comércio, onde também fui professor, que se transformou, posteriormente, na Fundação Universidade de Cruz Alta. Participei de partidos políticos, de movimentos pró-ensino.

Projeto Memória: Sobre a questão da inamovibilidade. Primeiro os juízes conseguiram, para evitar pressões, que tivessem garantias de que eles não fossem removidos independentemente da sua vontade e do tempo. Depois os promotores também conseguiram, para evitar que fossem deslocados para outras comarcas por interesses alheios, que não os da justiça. Havia relatos de outros juízes e

de outros promotores que foram deslocados?

Arlindo de Oliveira Brito: Não tenho conhecimento de nenhum caso de juiz transferido contra sua vontade, nem por ouvir dizer. Aliás, o ingresso por concurso, (a) inamovibilidade e (a) vitaliciedade sempre foram garantias da magistratura asseguradas na Constituição Estadual de Castilhos. E de resto, Borges de Medeiros, que fora Desembargador e, no dizer de Sandra Pesavento, "fizera ressurgir com força a figura do jurista na função do homem do Estado", governou o Rio Grande durante 25 anos. Além disso, pela Constituição de Castilhos, o governador era o legislador. Ele não iria transgredir a Constituição e as leis com que dotara nosso Estado. Essa norma acho que continuou no governo dos Interventores e do Estado Novo, pelo menos no Rio Grande, que tinha uma Constituição diferente na República Velha e uma tradição legalista. E quanto aos promotores, as nomeações eram políticas antes do concurso. Depois, já na carreira e ingresso mediante concurso, essas garantias estavam asseguradas na Constituição, se estou lembrado.

Projeto Memória: Aquelas lutas políticas que houve no Rio Grande do Sul entre Getúlio e Flores da Cunha ocorreram depois que o senhor se formou, no final da sua formatura, 36, 37 a 38. Isso repercutia na Justiça, ou não?

Arlindo de Oliveira Brito: Não repercutia. O juiz não podia fazer política nem se filiar (a) partidos políticos. O único caso que conhe-

ço foi o do Juiz Alcina Lemos, que foi aposentado, mas foi reintegrado pela Justiça.

Projeto Memória: Mas os promotores podiam...

Arlindo de Oliveira Brito: Os promotores podiam. Alguns foram deputados federais, estaduais, secretários de Estado. E eu também fiz política, fui filiado a partido político

Projeto Memória: A qual partido o senhor se filiou?

Arlindo de Oliveira Brito: [À] UDN²⁴. Eu era contra a ditadura. A liberdade de pensamento era exercida e respeitada. E foi o Governador Brizola quem me convocou para permanecer em atividade, por mais cinco anos, quando completei tempo para aposentadoria.

Projeto Memória: Então, pela capacidade como critério para o exercício da atividade, deixava-se de lado a questão de pertencer ao partido do Governo?

Arlindo de Oliveira Brito: Deixava-se e até por respeitar as garantias constitucionais: liberdade de pensamento e de convicções políticas. E o Rio Grande do Sul sempre gozou da fama de ser o Estado mais politizado.

Projeto Memória: Que outros aspectos o senhor gostaria de contar sobre sua carreira ou sua vida, (sua) atuação e sobre os colegas?

Arlindo de Oliveira Brito: Sobre minha carreira, poderia dizer que a fiz exclusivamente exercendo as funções específicas do Ministério Público. Nunca exerci cargo administrativo, muito embora tenha sido convidado, com muita honra, pelo Dr. José Barros Vasconcellos, para

²⁴ União Democrática Nacional.

ser o secretário da Procuradoria-Geral. Mas também tive meus dissabores. Quando fui promotor da Comarca de Cruz Alta, que era integrada por três municípios, representava também a União, uma função do cargo, (e) recebi um maço de certidões de dívida ativa. Promovi a execução de diversos devedores. Arrecadei uma soma apreciável. Deixei, no entanto, de executar outros ou por falta de endereço, ou porque a dívida era tão diminuta

que não pagava nem o papel da inicial, quanto mais as custas judiciais, e sem certeza de encontrar bens para penhorar. Fui, então, demitido. Recorri e fui reintegrado. Sobre os colegas, os tive brilhantes, cultos e eficientes. Por exemplo, Abdon de Mello. Já no tempo em que não existia a carreira, ele se esforçava por destacar a importância do Ministério Público.

Projeto Memória: O senhor foi colega dele?

Arlindo de Oliveira Brito: Sim, (e) ele foi, inclusive, procurador-geral. Escreveu dois livros sobre o Ministério Público. Estão esgotados. Por isso, dei os que eu possuía, com dedicatória dele, à Associação do Ministério Público, no ano passado.

Projeto Memória: Todos os procuradores-gerais saíram dos quadros do Ministério Público?

Arlindo de Oliveira Brito: Antes da carreira, era normal que isso não ocorresse. No princípio era exercido por um desembargador, se não me falha a memória, com certeza

para acentuar a semelhança de finalidades. Depois de instituída, o procurador-geral era livremente escolhido, entre juristas, pelo governador. Mas, por fim, a classe conseguiu alcançar velha reivindicação.

Projeto Memória: E as nomeações, agora, como se verificam?

Arlindo de Oliveira Brito: A classe escolhe, por eleição, três nomes que integram uma lista tríplice, entre os quais o governador escolhe.

Projeto Memória:

O senhor falou sobre a faculdade, que não tinha frequência obrigatória. E a situação das aulas, como é que era? Sabe-se que a Faculdade de Pelotas tem grandes nomes.

Arlindo de Oliveira

Brito: Depois que a Faculdade de Direito de Pelotas foi reconhecida, também teve que se adaptar à lei federal. Mas a frequência foi tolerada, inclusive aqui, na Federal. Foi mais um susto que levei. Achei que a lei seria cumprida. Não me dei conta de uma regra que mais tarde, na última guerra mundial, fiquei conhecendo. Um pastor luterano, alemão, proclamou a respeito das leis de nacionalização: "Aqui, no Brasil, a sopa não é servida tão quente como quando sai do fogo".

Projeto Memória: O estudo era por conta própria? Autodidatas?

Arlindo de Oliveira Brito: Não exagere. Aqui, como em todas as Faculdades de Direito, as cátedras têm seu programa, aprovado pelas Congregações. Por ocasião das sabinas e exames, frequentavam-se as aulas,

e havia as sebetas, e era só manusear compêndios, cursos, tratados que encontraria os pontos do programa. Eu, por exemplo, doeii, no ano passado, a minha biblioteca de Direito à Universidade de Cruz Alta, onde lecionei durante 18 anos. Os atuais alunos que a freqüentam diurna ou noturnamente vão consultar, estudar nos mesmos livros nos quais fiz os meus estudos.

outros?

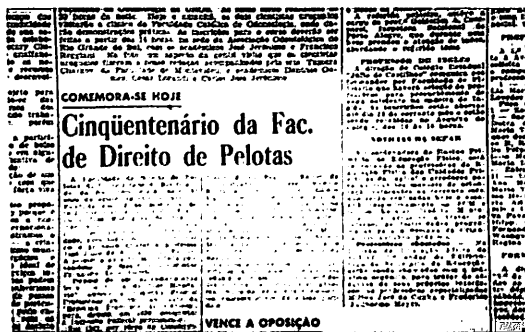
Projeto Memória: E hoje o senhor repetiria a escolha pelo Ministério Público?

Arlindo de Oliveira Brito: Por certo. Fui e sou um apaixonado pelo Ministério Público. E até quem sabe se motivei outras vocações. Eu tive um irmão, de saudosa memória, o Eluy, que foi Procurador de Justiça. E tenho dois sobrinhos, o Percy e a

Ângela, que são Procuradores de Justiça (também). Ingressaram no Ministério Público depois de mim.

Projeto Memória: O senhor tinha contato com o réu só pelo processo, ou às vezes acontecia de, além do processo, acompanhar a história do próprio réu?

Arlindo de Oliveira Brito: Aqui é diferente dos Estados Unidos, como se vê, no cinema. O promotor, aqui, recebe as investigações realizadas pela delegacia de polícia



168

Figura 13 - Comemoração do cinquentenário da Faculdade de Direito de Pelotas. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12.09.1962, p. 12. Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Foto: Vinicius Oliveira.

Projeto Memória: E (com) famílias como os Mendonça Lima, lá de Pelotas, com atuação como juristas, o senhor não chegou a ter contato?

Arlindo de Oliveira Brito: Cheguei sim a ter contato com eles: um, o Prof. Bruno, foi meu professor no primeiro ano do curso e o outro, o Prof. Alcides, foi meu contemporâneo, como aluno. O Prof. Bruno, além disso, era o diretor da faculdade.

Projeto Memória: Que outros nomes o senhor lembra? Quantas pessoas se formaram?

Arlindo de Oliveira Brito: Não me lembro de todos e seria inconveniente enumerar. Por que esquecer

Projeto Memória: Qual era a média do número de procuradores, promotores, no período em que o senhor estava atuando; quantos, mais ou menos, podiam reunir-se num chopinho?

Arlindo de Oliveira Brito: Não se reuniam todos, mas uns seis, quase todos os promotores da Capital.

Projeto Memória: Que aspecto o senhor lembra da atuação deles? O que o senhor destacaria?

Arlindo de Oliveira Brito: Bons profissionais, cultos e eficientes. Está aí a razão do progresso do Ministério Público. Foi a nossa contribuição.

Projeto Memória: O que lhe atraía mais em ser promotor?

Arlindo de Oliveira Brito: Eu entendo como uma vocação. Sinto-me mais à vontade como parte. Julgar sempre foi uma arte muito difícil, já acentuada pelos autores clássicos gregos.

Projeto Memória: E a família, como é que acompanhava esses deslocamentos? O senhor falou que teve quinze dias de júri entre um lugar e outro. Como é que era para a esposa ou membro da família de um promotor? Havia queixa, havia aceitação?

Arlindo de Oliveira Brito: Não falei em quinze dias, mas que funcionei, diariamente, em dias alternados, em Cruz Alta e Santo Ângelo. Se não me engano, eram onze processos. Portanto, a ausência era de um dia. E, de resto, naquele tempo, as ausências não eram tão acaçapantes. Não havia tanta insegurança como atualmente. E ademais a família da minha mulher morava na mesma cidade. Quanto ao deslocamento em razão de promoções, no meu caso foram só duas. A primeira, de São Luiz para Cruz Alta, foi muito festejada. E a outra, para (a) Capital, também o foi. Estava na hora de colocar os filhos em bons colégios, já visando os vestibulares.

Projeto Memória: A família nunca foi prejudicada?

Arlindo de Oliveira Brito: No meu caso nunca o foi, pelo menos, nunca houve queixas.

Projeto Memória: E a ida para Cruz Alta, o senhor escolheu, ou teve que fazer algum pedido para ir exatamente para o lugar da família?

Arlindo de Oliveira Brito: Se fossem da mesma entrância, era natural e até teria o direito de pedir minha remoção. Mas Cruz Alta era de terceira entrância. Não cabia pedido. Fui consultado se aceitaria o comissionamento. Depois é que fui promovido, por merecimento. Mas aí já me encontrava [lá].

Projeto Memória: E daí ficou; mas o senhor não era de Cruz Alta, casou-se lá.

Arlindo de Oliveira Brito: Exato.

Projeto Memória: Temos o relato de um processo administrativo, em Cruz Alta, em que o senhor participou de uma comissão junto com o Conselheiro Ernani Coelho e o Promotor Peri Condessa contra o Bacharel Ivo dos Santos Martins.

Arlindo de Oliveira Brito: Desse [eu me lembro]. Não foi em Cruz Alta, mas em Santo Ângelo. Foi um inquérito administrativo contra o promotor da comarca, Dr. Ivo Santos Martins.

Projeto Memória: Como é que foi esse processo de que estava sendo acusado e quem o denunciou?

Arlindo de Oliveira Brito: Não era uma questão grave. Se estou lembrado, era a falta de frequência às audiências. A representação só poderia ter sido do juiz. A conclusão do inquérito foi pela sua remoção para evitar constrangimentos.

Projeto Memória: Quem oferecia, quem abria processo, eram particulares, ou era o Estado contra esses promotores?

Arlindo de Oliveira Brito: Quem determinava o inquérito era o procurador-geral, provocado por representações de qualquer cidadão, ou autoridades.

Projeto Memória: Essas comissões eram designadas pelo procurador-geral. Mas o procurador-geral estava vinculado ao governador, pois, na época, o Ministério Público tinha uma vinculação maior com o Estado, ou não?

Arlindo de Oliveira Brito: Não havia esse perigo. E nem tinha uma vinculação com o Executivo. Tanto era assim que, quando foi criado o Órgão específico para defender o Estado, o Ministério Público acolheu com simpatia essa poda nas suas atribuições. Podia dizer como César: "essa autonomia deveria não só existir, mas também parecer". E os procuradores-gerais eram nomeados para chefiar o Ministério Público e não para serem títeres.

Projeto Memória: O Ajadil de Lemos era da UDN?

170

Arlindo de Oliveira Brito: Não. Era do antigo PTB²⁵, o do Getúlio.

Projeto Memória: O fato de haver tantos inquéritos contra promotores, mesmo que depois não se averiguas-

se nada, não seria um indício de que havia uma certa ingerência política?

Arlindo de Oliveira Brito: Em primeiro lugar, eu não acho que tenha havido muitos inquéritos contra os promotores. Eu sei de dois, dos quais participei. E não sei de outros. Mas em 35 anos dois inquéritos não é demais. Um deles, que eu me lembro, foi por falta de frequência às audiências e, do outro, nem me lembro, decerto por insignificante a falta. Agora, um fato que não sei explicar, só posso imaginar: por que, nos dois inquéritos contra promotores, eu fui designado? Eu não sei. Atribuo a ter participado, anteriormente, com dois funcionários das Obras Públicas, de uma comissão de inquérito contra um funcionário do DNR²⁶. Depois aquela do Meneghetti. Então, quando o procurador-geral teve que constituir uma contra um promotor, ele verificou que havia um com prática de inquéritos e assim me designou, para meu desgosto.

²⁵ Partido Trabalhista Brasileiro.

²⁶ Departamento Nacional de Rodagem.

GIBRAN BAHLLIS*



Figura 14 - Gibran Bahllis. Acervo pessoal de Gibran Bahllis.

Gibran Bahllis: Quando eu era criança, era muito conversador. Todos diziam: "Este menino tem que ser advogado". Talvez por isso, tenha decidido estudar Direito. Formado advogado, meu pai deu-me um escritório e comecei a trabalhar. Durante três anos, aproximadamente, tentei exercer a profissão. Sem muito sucesso, decidi fazer o concurso para o Ministério Público. Aprovado em janeiro de 1954, fui nomeado para Bom Jesus. Pouco depois, fui designado para Rio Pardo e Soledade,

comarcas de entrância mais elevada que a inicial. Tal fato deve ter sido pela minha boa classificação no concurso.

Projeto Memória: Como foi a sua primeira experiência no júri?

Gibran Bahllis: Embora nunca tivesse assistido a um único júri, sem nenhuma experiência, eu me saí muito bem. Todos os réus foram condenados naquela sessão. Na verdade, tinha experiência de falar em público desde os tempos estudantis, tanto em reuniões acadêmicas como em debates. Fiz alguns júris de muita repercussão, como o do assassinato do Deputado Euclides Kliemman.

Projeto Memória: O senhor poderia nos relatar um pouco sobre esse júri?

Gibran Bahllis: O Deputado Euclides Kliemman foi assassinado por um vereador, por ocasião de um programa político na Rádio Santa Cruz do Sul. O crime, por assim dizer, foi irradiado e gravado. Quando a vítima disse: "Essa não!", ouviu-se um estampido. O vereador, com um único tiro, acertara o coração do Deputado Euclides Kliemman. Pela posição política e social daquelas pessoas, a repercussão foi muito grande, não só no Estado, como em todo o País. O júri foi muito concorrido, com ampla cobertura na imprensa. O réu foi condenado por homicídio doloso.

Projeto Memória: Comentava-se,

* Entrevista concedida ao Programa de Memória Oral do Projeto Memória do Ministério Público do RS em 13 de setembro de 2000.



Figura 15 - Atuação do Promotor Gibran Bahlis no Processo-Crime do assassinato do Deputado Euclides Kliemman. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 11.12.1965, p. 8. Acervo pessoal de Gibran Bahlis

172

na época, em relação à morte do Deputado Kliemman, que talvez houvesse vinculação com a morte anterior da esposa, também assassinada?

Gibran Bahlis: Não. Em Santa Cruz do Sul, ninguém admitia tal hipótese. O casal dava-se muito bem. A morte violenta de Margit Kliemman, ocorrida em Porto Alegre, embora não solucionada até hoje, nunca fora objeto de considerações maldosas contra o deputado naquela cidade, tanto que se reelegeu para a outra legislatura, com facilidade.

Projeto Memória: Que tipo de casos vinha para a promotoria naquela época?

Gibran Bahlis: Nas comarcas do interior, os crimes que predominavam eram os de sedução, furto, lesões corporais, homicídios, etc.

Projeto Memória: E, quando es-

tourou o movimento militar, o senhor estava em qual comarca?

Gibran Bahlis: Em Santa Cruz do Sul. Não ocorreu nenhum tipo de problema entre as autoridades militares e o Ministério Público ou magistrados. Naquela época, a competência para processar e julgar os crimes políticos ainda era da Justiça Estadual. Os poucos inquéritos policiais-militares referiam-se tão-somente aos chamados "grupos de onze". Os inquéritos, todos, foram arquivados pelo magistrado a meu pedido, pois não caracterizavam a existência de crime contra a segurança nacional.

Projeto Memória: De onde partiram esses processos?

Gibran Bahlis: Do 8º Regimento de Infantaria, sediado em Santa Cruz do Sul. O relacionamento das autoridades militares e civis, inclusive Ministério Público e magistratura, era muito bom. Eu mesmo era o orador de "Paradas da Mocidade" e outras solenidades patrióticas. Não houve nenhuma interferência das autoridades militares junto ao Ministério Público e à magistratura, embora vivêssemos em um regime autoritário, imperando sempre um respeito conveniente entre todos.

Projeto Memória: Qual a sua percepção, na época, da relação entre as autoridades militares e as outras autoridades civis?

Gibran Bahlis: Em Santa Cruz do Sul, o relacionamento sempre foi ótimo tanto com as autoridades militares como com as civis. Ocorreu um fato curioso: um promotor foi levado ao quartel. Era de outra comarca, que fazia parte da circunscrição militar do 8º Regimento. Tão

logo soube do fato, dirigi-me ao comando, solicitando, por telefone, esclarecimentos. Cordialmente, fui convidado a comparecer àquela unidade e visitar o referido promotor. Informou-me o oficial de dia que o meu colega não estava preso, mas sim fora levado para prestar esclarecimentos e que, logo após o depoimento, seria dispensado, o que de fato ocorreu. Em Santa Cruz do Sul, não foi apresentada nenhuma reclamação junto ao Ministério Público por ilegalidades praticadas por militares.

Projeto Memória: Quando promotor em atividade, ou depois, o senhor exerceu alguma atividade político-partidária?

Gibran Bahlis: Quando em atividade, não. Embora fosse permitido naquela época. Depois de aposentado, sim.

Projeto Memória: Como foi a mudança de atividade de uma comarca do interior para Porto Alegre?

Gibran Bahlis: A minha atividade, em Porto Alegre, foi completamente diferente, pois sempre officiei como Assessor do Procurador-Geral de Justiça. Não trabalhei no Foro.

Projeto Memória: Nessa vinda para Porto Alegre, o senhor lecionou na Universidade?

Gibran Bahlis: Lecionei na Faculdade de Direito da PUC e da Unisinos.

Projeto Memória: Como era a atividade do Ministério Público naquela época?

Gibran Bahlis: Não era tão ampla como hoje. A Constituição de 1988 ampliou, consideravelmente, as atribuições do Ministério Público. O Ministério Público é, praticamente,

um quarto Poder.

Projeto Memória: Como era a relação entre os promotores, os magistrados e as outras autoridades?

Gibran Bahlis: Sempre me relacionei muito bem com todos os juízes, tanto os do interior quanto os da Capital, e com outras autoridades, tais como delegados de polícia e prefeitos.

Projeto Memória: Em relação ao juiz, por exemplo, não havia um perfil diferenciado?

Gibran Bahlis: Nenhum problema, mesmo quando ocorria discordância, o que não era incomum. O tratamento era sempre respeitoso e a discordância salientada em termos adequados. A interposição de recursos era comum e bem aceita pelos magistrados.

Projeto Memória: E as atividades depois da aposentadoria?

Gibran Bahlis: Dediquei-me a escrever artigos nos jornais *Zero Hora* e *Correio do Povo*. Na *Zero Hora*, colaborava voluntariamente com artigos, não era funcionário, escrevia quando queria e o jornal publicava se queria. Não havia obrigação de nenhuma das partes. No *Correio do Povo*, fazia parte do quadro profissional, estando subordinado a todas aquelas condições a que um empregado está.

Projeto Memória: O que o senhor gostaria de deixar registrado para a memória do Ministério Público? O que o senhor lembra como coisas marcantes que mereçam ser registradas?

Gibran Bahlis: O isolamento do Promotor de Justiça no interior. A única coisa que recebi da Procuradoria-Geral foi uma carteira do Mi-

nistério Público para me identificar. Não se recebia máquina, não tinha gabinete, não tinha datilógrafo, não tinha ninguém para auxiliar. E o contato com a chefia era difícil. Bom Jesus, por exemplo, não tinha telefone, e para chegar de Bom Jesus a Porto Alegre, levava-se dois dias. As designações para officiar em outras comarcas eram feitas sem consultas prévias. As diárias eram pagas posteriormente, de modo que se tinha de dispor do próprio bolso para enfrentar as despesas de estadia.

Projeto Memória: Havia uma pressão para determinados casos sobre o promotor?

Gibran Bahlis: Posso dizer que, nas comarcas em que eu trabalhei, nunca sofri nenhum tipo de pressão, nunca recebi pedido ilegal de autoridade, nenhuma interferência. Eu, pessoalmente, não sei de nenhum caso de promotor que tenha sofrido pressão política, ou qualquer outro tipo de pressão, para não agir de acordo com a sua consciência.

Projeto Memória: Na comarca de Soledade havia mais violência que em outras, quando o senhor esteve lá em 1954?

Gibran Bahlis: Quando eu fui a Soledade, advertiram-me de duas coisas: primeira, havia muita violência; segunda, havia muita mulher bonita. Casei-me lá! A violência, em Soledade, não era maior do que em outras comarcas. Soledade era muito grande territorialmente, tanto que dela saíram e formaram-se vários municípios. A justiça era lenta também por dificuldade de comunicação entre os distritos e a sede. Notificar uma testemunha, às vezes, era quase impossível, e as próprias tes-

temunhas, para chegar ao Foro, se fossem do interior, perdiam mais de um dia. Além disso, havia apenas dois juízes.

Projeto Memória: O senhor disse que na zona de colonização alemã, em Santa Cruz do Sul, as testemunhas, às vezes, precisavam de intérprete.

Gibran Bahlis: No meu tempo, já não era tanto assim. Mas até a década de 40, tal fato ocorria com grande frequência.

Projeto Memória: Nos processos referentes a menores, que tipo de conduta era predominante naquele tempo?

Gibran Bahlis: A mesma conduta de hoje, predominando sempre o interesse e o bem-estar do menor.

Projeto Memória: A família do promotor não chegou a sentir nenhum tipo de pressão, de problema, pela sua condição profissional?

Gibran Bahlis: Não, nenhum. Nós éramos socialmente muito bem recebidos. Participávamos de tudo. Não havia casamentos, festas, batizados, para os quais não fôssemos convidados.

Projeto Memória: O senhor foi procurador-assessor mais de uma vez. Em uma delas, no entanto, o senhor permaneceu pouco tempo. O que houve?

Gibran Bahlis: O Dr. Lauro Guimarães, então procurador-geral, tinha o temperamento muito forte e o mesmo ocorria comigo. Então, na primeira discordância, preferi deixar a Assessoria e manter incólume a amizade.

Projeto Memória: Que tipo de discordância poderia ser tão forte?

Gibran Bahlis: Foi uma discussão a

respeito de determinado assunto. Num ímpeto, pedi dispensa, e ele aceitou imediatamente. Tal fato, porém, não prejudicou o nosso relacionamento profissional e de amizade.

Projeto Memória: O senhor não chegou a ter atividade junto à Associação do Ministério Público?

Gibran Bahlis: Na administração, não. Fui e sou apenas um associado, mas muito assíduo.

Projeto Memória: Solicitamos ao senhor uma colaboração referente a lembranças, convívios, depoimentos sobre personalidades que marcaram o Ministério Público.

Gibran Bahlis: Só tenho lembranças boas do Ministério Público. Tantos foram os colegas ilustres que, para enumerá-los, seria necessário fazer um rol muito grande. Representando todas as figuras eminentes do Ministério Público, cito o Dr. José Barros Vasconcelos, colega, chefe e amigo, cujas qualidades nunca serão suficientemente exaltadas.

Projeto Memória: No período de faculdade, alguns nomes marcaram-no, entre colegas e professores?

Gibran Bahlis: Muitos, porém fica difícil enumerar todos. Entre eles, Athos Gusmão Carneiro, magistrado; Flávio Alcaraz Gomes, jornalista; Paulo do Couto e Silva, advogado; e Paulo Hecker Filho, escritor. Representando todos os mestres que tive na faculdade, cito o professor Ruy Cirne Lima.

Projeto Memória: Como funcionava, em seu tempo, a estrutura admi-

nistrativa, a engrenagem da procuradoria?

Gibran Bahlis: Era razoável dentro dos limitados recursos que lhe eram destinados. Faltavam funcionários, os prédios eram antigos e inadequados, a biblioteca era reduzida. No interior, então, não havia nenhuma estrutura. O promotor era um homem só.

Projeto Memória: O senhor foi designado para officiar em um processo por crime de difamação contra o bacharel Caio Brandão de Mello. O senhor poderia relatar o caso? Afinal, o Dr. Caio Brandão de Mello era uma figura extremamente conhecida nos meios jurídicos.

Gibran Bahlis: Eu ainda morava em Santa Cruz do Sul, mas já tinha sido promovido para a Capital e estava em férias. Aí, recebi um telefonema do procurador-geral, que

era o Dr. José Barros Vasconcelos, informando que minhas férias tinham sido cassadas e deveria assumir logo as minhas atividades. É que todos os promotores de Porto Alegre haviam alegado amizade íntima com o Dr. Caio Brandão de Mello e não poderiam officiar no caso.

Projeto Memória: O que era exatamente?

Gibran Bahlis: Era uma representação do Governador Ildo Meneghetti, que se sentia ofendido em sua honra por declarações do Dr. Caio Brandão de Mello. Examinando a apresentação, ofereci a denúncia e o meu trabalho foi somente esse, pois o processo, em virtude de ter sido levantada a exceção de verdade, foi

para o Tribunal de Justiça, que era o órgão competente para julgá-lo. O Ministério Público foi representado pelo Procurador Mauro Cunha, havendo, então, a condenação do Dr. Caio. Gostaria de salientar que o Dr. Caio Brandão de Mello era muito estimado no Ministério Público por suas qualidades. Oficiar neste processo não foi agradável, mas cumpri um dever de ofício. Para finalizar, ressalto que, das muitas atividades exercidas, a que eu mais apreciei foi a de ser Promotor de Justiça.

Advogado gaúcho toma posse no tribunal e corregedor defende regime de liberdade

Porto Alegre — Ao saudar o Desembargador Nei Ahrends como novo integrante do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, para o qual foi nomeado após 25 anos de advocacia, o Corregedor do Ministério Público, Gibran Bahlis, destacou que ele é um "moderno campeão dos direitos individuais, que não hesita em arrostar a ira dos poderosos e, muitas vezes, a incompreensão pública".

Também procurador-geral substituto da Justiça, Gibran Bahlis invocou o jurista Miguel Reale para afirmar que "só há um regime político compatível com a profissão do advogado: o que assegura aos indivíduos e aos grupos as liberdades civis e políticas". A posse do Sr Nei Ahrends como 163.º desembargador do Estado foi realizada no salão nobre do Tribunal de Justiça.

DIREITOS

O Sr Gibran Bahlis destacou, também, o Poder Judiciário, ao qual "incumbe a guarda dos direitos e nenhuma lesão ao direito individual pode ser excluída do seu conhecimento, conforme assegura a Constituição".

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Sr José Faria Rosa da Silva, saudou o novo Desembargador, salientando que o tribunal se honra em ter o Sr Nei Ahrends em seu meio, numa "cooperação cada vez mais ascendente da trilha do Tribunal de Justiça, nos dias incertos de hoje".

O conselho das seções regionais da OAB e do Instituto dos Advogados, Sr Eloar Guazelli, disse que os juizes e advogados "nada mais buscam do que a realização do Direito e a efetivação da Justiça, para arguir e motivar a existência do homem, para semear a esperança".

Ao agradecer, o Desembargador Nei Ahrends declarou que, no seu entender, o Julz "não se reduz a um mecanico aplicador das normas e regras escritas, elevando-se à condição de adaptador do Direito à vida, assegurando e garantindo os expressivos valores humanos, como a liberdade e os direitos humanos".

176

Figura 16 - Declarações de Gibran Bahlis na posse do Desembargador Nei Ahrends. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16.08.1977, s.p. Acervo pessoal de Gibran Bahlis.



Figura 17 - Atuação do Promotor Gibran Bahlis no Processo-Crime no caso dos Narico. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 21.06.1960, p.14. Acervo pessoal de Gibran Bahlis.

JOÃO LYRA DE FARIA*

João Lyra de Faria: Inicialmente, eu quero dizer que as minhas vivências com o Ministério Público se situam nos idos de 1932/34, quando cursava os últimos anos do Ginásio de Nossa Senhora Auxiliadora, de Bagé. Eu e Floriano Maya D'Ávila, como discípulos daquele colégio salesiano, no final das aulas e quando se reunia o Tribunal do Júri da comarca, saíamos pressurosos para assistir [aos] debates e julgamentos dos quais figurava, em primeiro plano, a figura do brilhante Promotor Dr. Crisanto de Paula Dias, portador de uma argumentação eloqüente e de uma lógica irrefutável. O Dr. Paula Dias era um promotor que honrava a cadeira que tão meritoriamente ocupava. Anos após, depois de um interregno em que exerceu várias funções administrativas, o Dr. Crisanto voltou à atividade funcional do Ministério Público e aí, logo à chegada a Porto Alegre, foi promovido a Procurador de Justiça. E depois, finalmente, mercê da sua atividade, ele era nomeado, pelo quinto constitucional, desembargador do egrégio Tribunal de Justiça do Estado. Suas decisões se singularizaram pelo brilhantismo em matéria de Direito e Processo Penal.

(...) minhas vivências com o Ministério Público se situam nos idos de 1932/34, quando cursava os últimos anos do Ginásio de Nossa Senhora Auxiliadora, de Bagé. Eu e Floriano Maya D'Ávila, como discípulos daquele colégio salesiano, no final das aulas e quando se reunia o Tribunal do Júri da comarca, saíamos pressurosos para assistir [aos] debates e julgamentos(...)



Figura 18 - João Lyra de Faria. Acervo pessoal de João Lyra de Faria.

Com estas palavras eu quero dizer que assim se iniciava, assim começava a ter o direcionamento da minha carreira do Direito. E o meu direcionamento neste sentido foi com a ação natural do tempo. Sempre tive vocação para os estudos das Letras, da Literatura e da Filosofia. Os meus pais tinham admiração muito grande pela magistratura e pela promotoria pública. O meu pai gostava de assistir (a) julgamentos. Tinha relacionamento com pessoas do Judiciário e do Ministério Público daquela época.

* Entrevista concedida ao Programa de Memória Oral do Projeto Memória do Ministério Público do RS em 12 de março de 2001.

178

Eu nasci em Candiota, então município de Pinheiro Machado, hoje emancipado. Nasci em 07/03/1916 e fiz, há poucos dias, 85 anos. O meu pai era chefe político distrital e, embora sua situação política fosse restrita, ele convivia com os políticos do Partido Republicano. Fora conselheiro municipal por duas vezes em Pinheiro Machado. Era a denominação dos vereadores daquele tempo. Exercia a chefia política distrital em Candiota, terceiro distrito do município de Pinheiro Machado. Ele recebia os jornais e eu, embora menino, já os lia a parte política, as decisões do governo, principalmente *A Federação*, que era o jornal político daquela época. Era *A Federação* que norteava a política governamental. E eu cresci nesse ambiente político, restrito mas político, ouvindo *slogans* da doutrina positivista como "viver às claras", "conservar melhorando" e outros tais da doutrina. O Promotor Público, naquela época, era nomeado pelo governo, sendo a sua escolha ato pessoal do governante. Não raro, depois de alguns anos de prática forense e de serviços prestados ao partido, era o promotor indicado para funções mais importantes como de Deputado Estadual ou de Subchefia ou Chefia de Polícia do Estado. O meu pai era político, chamava-se João Leôncio de Faria, mas era conhecido na região como o Coronel Joca Faria. O meu avô paterno tinha como ascendentes açorianos da Ilha do Fayal, vindos nas primeiras levas de imigrantes que povoaram o Rio Grande do Sul, (que) a princípio foram para o município de Piratini, no começo do século 19. Eles, os imi-

grantes, se localizaram nos municípios de Piratini, de "Cacimbinhas", Rio Grande e Pelotas, naquela época. O meu pai, assim como o meu avô, tinha sido republicano. O meu avô era republicano histórico já antes da República. O meu pai, embora fosse um adepto fervoroso do Partido Republicano, não hesitava em discordar da orientação partidária que não estivesse dentro dos princípios da honestidade e da integridade. Divergia, às vezes, dos chefetes locais e, dentre eles, especialmente, com quem teve sérias divergências, o então chefe da região, Coronel Hipólito Ribeiro Júnior, que exercia funções de Intendente, e após de Subchefia de Polícia naquela região. O Dr. Coronel Hipólito era um comensal na fazenda São João, onde morávamos, e chegava de manhã cedo, vinha um tropel de cavalos, era o Coronel que chegava com seus comandados. Quando eu nasci, o Coronel Hipólito Ribeiro, ao tomar conhecimento, mandou dizer para o meu pai que tinha nascido, então, o seu substituto.

Projeto Memória: Existia alguma represália nesse momento em que seu pai ia contra esses princípios e entrava em conflito com o Coronel Hipólito?

João Lyra de Faria: Não, não, era divergência política só. Lembro uma ocasião em que o meu pai até lançou uma espécie de manifesto, que eu tinha comigo mas, passado um tempo, não sei onde coloquei. Anos depois, quando o Coronel não tinha poder nenhum, nos visitava ainda em Bagé, onde morávamos. O Coronel tinha sido Chefe e Comandante daqueles Corpos Provisórios que atua-

ram nas Revoluções de 23, 24 e 26, no Rio Grande do Sul.

A minha avó paterna é da família Madruga, com ascendência também açoriana e portuguesa, e era sobrinha do Coronel João Pereira Madruga, chefe castilhista daquela região, a quem teria sido enviado o famoso telegrama no qual o patriarca castilhista Júlio de Castilhos de-

terminava que se devia fazer combate sem trégua aos adversários, não lhes poupando nem na vida nem no patrimônio. Esse telegrama foi julgado pelos partidários como apócrifo. Os membros da família, segundo a tradição, o que incluiria o meu pai, realmente diziam que esse telegrama nunca existiu.

Vou continuar com essas reminiscências porque elas traçaram a minha infância num ambiente que mostrou a realidade social e política da época. Ainda menino, assisti, em Bagé, aos movimentos das tropas da Brigada Militar e dos Corpos Provisórios, quando se sentiam ameaçados pelas forças revoluci-

onárias do Zeca Neto e do Honório Lemos. Tínhamos, naquela ocasião, preocupação muito grande quando era o meu pai convocado para ir também para a Intendência Municipal, como se chamava naquele tempo a Prefeitura, para juntar-se aos defensores da Legalidade. Esse era sempre motivo de preocupação, naquele tempo era um ambiente de tensão

Ainda menino, assisti, em Bagé, aos movimentos das tropas da Brigada Militar e dos Corpos Provisórios, quando se sentiam ameaçados pelas forças revolucionárias do Zeca Neto e do Honório Lemos.

Eu faço essas reminiscências porque estão muito vivas ainda na minha memória, eu acho que elas se tornam mais vivas depois com o passar dos anos.

e de apreensão. Eu tinha uma professora, em (19)26, professora particular, famosa até em Bagé, eu lembro bem que ela [uma vez] disse: "A

situação está muito difícil e vou colocar nas janelas uns colchões para que as balas não penetrem"... Era a mestra Melanie Granier.

Projeto Memória:
E era esse o clima?

João Lyra de Faria:

Era esse o clima. Numa noite tempestuosa, neste ambiente de apreensão, vimos passar um séquito de automóveis, uma comitiva. Ficamos sabendo que se tratava da pessoa do Dr. Osvaldo Aranha, que no combate do Seival fora gravemente ferido. No dia seguinte, eu soube que meu pai tinha integrado uma comissão que teria ido ao hospital visitar esse brilhante Osvaldo Aranha, levaram à senhora dele a solidariedade do Par-

tido Republicano. Eu faço essas reminiscências porque estão muito vivas ainda na minha memória, eu acho que elas se tornam mais vivas depois com o passar dos anos.

Devo falar sobre a família da minha mãe. Minha mãe descendia dos Brizolara e Rosa, eram imigrantes italianos genoveses que se estabeleceram na região de Pelotas, se tornando, alguns, comerciantes e criadores de gado naquela região. Alguns deles, em face das contínuas revoluções, se transferiram para o Uruguai e, entre esses, o meu avô materno. Cansados das revoluções,

onde tiveram muitos prejuízos, dois deles se transferiram para a República Oriental do Uruguai, onde, então, nasceu minha mãe de saudosíssima memória. Esses laços da família perduraram, e perduram quando, em ocasiões várias, temos visitado o Departamento de Taquarembó e Montevideú. A minha mãe, embora uruguaia, não falava espanhol, mas de vez em quando, ainda moça, usava provérbios hispânicos. Os meus parentes lá são médicos, advogados e estancieiros.

Eu quero dizer que ingressei na Faculdade de Direito com esses antecedentes, com essas vivências. Ingressei na Universidade de Porto Alegre em 1935 e fiz o curso jurídico. Colei grau em 28/12/39. Naquele tempo, o curso de Direito tinha outra formação. Os professores, a

Ingressei na Universidade de Porto Alegre em 1935 e fiz o curso jurídico. Colei grau em 28/12/39. Naquele tempo, o curso de Direito tinha outra formação. Os professores, a maioria desembargadores e alguns advogados, eram dotados de cultura clássica (...)

maioria desembargadores e alguns advogados, eram dotados de cultura clássica, e as aulas eram proferidas por mestres como Prof. Valentim do Monte, Oswaldo Caminha, Dr. Ney Wiedmann, que foi nosso paraninfo, Dr. Vieira Pires, Dr. Simch, Dr. Darcy Azambuja, Dr. João Bonumá, excelente professor de Processo Civil, Armando Câmara, e também o Dr. Alberto Pasqualini, que nos lecionou alguns meses Introdução ao Estudo da Ciência de Direito.

(O) Dr. João Bonumá e eu ficamos amigos, ele depois foi Procurador-Geral de Justiça, uma das primeiras

pessoas de quem recebi cumprimentos pela minha nomeação. Ele foi procurador na época do Governador Walter Jobim, em (19)48, se não me engano, após a redemocratização. Nós ingressamos naquela época, após o vestibular. O exame era feito na própria faculdade, era um exame escrito e outro oral. A banca do exame oral era composta de professores da elite intelectual daquela época. Era o Padre Werner, filósofo jesuíta; era Alberto Pasqualini, que examinava a Lógica; era o escritor Augusto Meyer, mais tarde membro da Academia Brasileira de Letras e bri-

lhante crítico literário. Tinha mais um professor de Latim, que não me recordo o nome; e, se não me engano, o professor de Geografia. O curso naquela época era diferente, não havia obrigação

de freqüência. Alguns colegas, uns 40% dos tantos que éramos, freqüentavam as aulas. Tinha gente que só aparecia na época dos exames. Era uma turma muito grande que tinha vindo do pré-jurídico e outros fizeram vestibular. A maior turma da escola daquele tempo. Eu me lembro que, durante o curso, fundamos o Grêmio Universitário Tobias Barreto. Entre outros colegas, (estava o) Desembargador Antônio Uflacker, o Valdir Borges, (que) foi o nosso orador [e] morreu cedo, e outros que se têm destacado na magistratura e no Ministério Público.

Projeto Memória: Então, desses cento e poucos que ingressaram, quarenta mais ou menos assistiram, mas uns cento e poucos se formaram.

João Lyra de Faria: Alguns ficaram no meio do caminho, por esta ou aquela circunstância, mas se formaram uns cento e poucos. Os que freqüentavam as aulas eram cerca de quarenta. Muitos tinham emprego. Dessa turma saíram muitos que ingressaram na magistratura. O Desembargador Arpini, que foi Delegado de Polícia daquela época, ingressou logo na magistratura.

O Grêmio Tobias Barreto foi um centro irradiador de cultura. Foi lá que nós fizemos os primeiros júris simulados em Porto Alegre. Certa vez, eu me lembro que atuei na defesa, eu e outro colega, eu não me lembro agora, mas parece que era o Abelardo Nacul, e, do outro lado, como promotor, era o Uflacker, e o Nicanor K. da Luz. Foi um sucesso! Porque tinha mais gente do que nos julgamentos reais. Certa vez, foi realizado um júri de um caso passional em que o Tribunal emprestava o processo já julgado. Então o Grêmio Tobias Barreto foi um manancial de cultura daquela época e continuou por algum tempo. Chegou até a editar uma revista.

Projeto Memória: E a influência política nesse meio?

João Lyra de Faria: A influência política... nós estávamos naquela época, em (19)37, o Dr. Getúlio deu o golpe e foi imposta a Constituição, a chamada "polaca". Houve alguns problemas... Houve um caso muito sério em que um colega nos-

so foi preso dentro da aula na hora do exame. Coisa inacreditável. Mas eu vou contar algumas coisas depois, porque eu saí em (19)39, quando era estudante, daí eu não ter ciência maior. Nós tínhamos um colega, que tinha um grande senso de humor, lembro com saudades dele, das suas tiradas, era o Dr. Gregório Berhegaray Filho, advogado depois em Uruguaiana. Quando era estudante ainda, nos últimos anos, o prefeito de Pinheiro Machado me convidou para passar umas férias trabalhando e eu exerci, então, a secretaria do município durante uns meses e, nesta oportunidade, eu tive ocasião de conviver com autoridades do governo. Foi aí, num momento desses, que, acompanhado do prefeito, conheci o Dr. Miguel Tostes, então Secretário de Justiça e Interior. Ele me convidou para, quando eu me formasse, se eu quisesse ser promotor, o procurasse. Quando me formei, eu me lembrei do convite. Passadas as festas de colação de grau, fui para Bagé. Após alguns dias, meu pai me perguntou: "O que tu vais fazer agora? Tu debes ficar por aqui nesta zona, tu debes arrumar uma banca de advocacia, me dou com todo mundo destes municípios aí". Eu não tinha muita tendência para isso. Me lembrei do convite e vim a Porto Alegre no dia 20, e no dia 25 de janeiro eu estava nomeado promotor e assumi no dia 30. Escolhi Pinheiro Machado porque ficava perto de Bagé. Tinha pouco trabalho mas, assim mesmo, aprendi bastante. O Dr. Tostes foi um fator de equilíbrio àquele sistema. Exerceu com sabe-

doria e distinção. Assim, a ditadura getuliana foi mais suave porque ele exerceu com muito equilíbrio e justiça. Foi um bom secretário, aplaudido por todos. Quando deixou a função, foi substituído por Pasqualini, que era um líder nato, era professor de Direito, (e) foi nomeado Secretário do

Interior e Justiça, pessoa muito simpática.

182

Eu fui nomeado Promotor Substituto. A comarca fora instalada um ano antes. Fiquei até abrir o concurso, prestei compromisso perante o Dr. Anor Buttler Maciel, que era o procurador-geral e, quando compareci, disse-me o secretário da procuradoria-geral: "O senhor vai para Pinheiro Machado. Aqui está a passagem de trem até Pedras Altas...". Assumi no dia 30 de janeiro. No mesmo dia em que cheguei, fui agradecer ao prefeito as referências que tinha feito acerca da minha pessoa. Aliás, era

um homem, uma figura de administrador inatacável, (o) Sr. José Ratto da Silveira. Era uma pessoa que eu lembro emocionado, porque era um verdadeiro servi-

O Dr. Tostes foi um fator de equilíbrio àquele sistema. Exerceu com sabedoria e distinção. Assim, a ditadura getuliana foi mais suave porque ele exerceu com muito equilíbrio e justiça. Foi um bom secretário, aplaudido por todos. Quando deixou a função, foi substituído por Pasqualini, que era um líder nato, era professor de Direito, (e) foi nomeado Secretário do Interior e Justiça, pessoa muito simpática.

A procuradoria da-quele tempo, como se disse, funcionava em duas ou três salas anexas na Secretaria do Interior e Justiça.

dor público, um homem que exercia a função com competência e honestidade.

A procuradoria daquele tempo, como se disse, funcionava em duas ou três salas anexas na Secretaria do Interior e Justiça. O Dr. Tostes deixou a função por motivo de doença. Assumiu o Dr. Pasqualini. Os promotores daquela época indicaram o Dr.

Abdon de Mello para procurador-geral, eram apenas três procuradores, se não me engano. Quando exerci a função, o Dr. Anor, atendendo aos anseios da classe, naquela época, realizou (um) concurso, o primeiro da carreira, em 7 de março de 1941, a despeito da oposição de alguns políticos.

Projeto Memória: Então o concurso era uma reivindicação da classe?

João Lyra de Faria: Era reivindicação. O Dr. Abdon de Mello, embora um entusiasmado com o Ministério Público, era contra a realização do concurso.

Projeto Memória: E qual era a argumentação dele?

João Lyra de Faria: O Dr. Abdon... é bom falar a respeito [dele]. O Dr. Abdon [era] um ho-

mem que tinha tido uma escalada difícil... que tinha subido aos poucos na sua carreira. Tinha sido diretor de colégio em Arroio Grande, estudou Direito em Pelotas e depois assumiu a promotoria em Encruzilhada do Sul. O Dr. Abdon fez o regulamento do Ministério Público, fez a história do Ministério Público, mas foi contra o concurso, [porém isso] se explicava. [Ele] era um tipo submisso, era, como se diz, fiel aos princípios da política local. Então, eu acho que esse era o motivo.

Projeto Memória: Conciliar o concurso com as nomeações.

João Lyra de Faria: Pois é... Houve esse concurso, mas entraram aqueles que estavam em exercício e os que pretendiam ingressar no Ministério Público. O Dr. Moltke Germany, que fez o concurso, não havia sido nomeado e foi reclamar. Ele vinha de uma vida difícil, foi soldado da Brigada, do Exército, ele fez o concurso e passou. Foi à procuradoria e disse: "Bom, eu vou entrar com um mandado de segurança". Aí o Dr. Abdon disse: "Não faça isso, que eu vou arrumar a sua nomeação". Deu certo.

E mesmo dos bastidores dele eu só me lembro que no dia do concurso se falou que a promotora daquela época, era única, a Dra. Sophia, tinha sido demitida através de um ofício. Mas ela reclamou, e fez muito bem. Havia um motivo, havia vários motivos, dentre os quais (o) de que o exercício da promotoria pelas mulheres seria incômodo. Veja em que época nós vivíamos! Está distante, felizmente.

Projeto Memória: Parece, então, que foi muito complicado esse primeiro concurso, foi meio conturbado.

João Lyra de Faria: Foi complicado. E mesmo dos bastidores dele eu só me lembro que no dia do concurso se falou que a promotora daquela época, era única, a Dra. Sophia, tinha sido demitida através de um ofício. Mas ela reclamou, e fez muito bem. Havia um motivo, havia vários motivos, dentre os quais (o) de que o exercício da promotoria pelas mulheres seria incômodo. Veja em que época nós vivíamos!

mos! Está distante, felizmente.

Bom, passou o exercício da minha promotoria em Pinheiro Machado. Lá tinha um Juiz, que assumiu quase na mesma época. O Dr. Sisínio Bastos era um magistrado com tirocínio. Ele fez correição geral na comarca de Pinheiro Machado, que desde 1899 não era feita. Então, ele resolveu fazer a correição da comarca, e assim passamos vários meses. Foi feito um mutirão. Naquele tempo havia Juiz Municipal. Examinando os livros e papéis daquela época, encontramos inventários da época do Brasil Imperial.



Pelotas, 2 de junho de 1951

Meu caro Dr. Lira

Andou por aqui o Prof. Tiago Uerth do Serviço Social de Menores do Estado, deixando em formação, a exemplo do que já existe em outras cidades do Rio Grande, uma Instituição para menores transviados nos moldes da "Cidade dos Meninos". A mim tocou o encargo de coordenar o movimento. Por isso faço-lhe este solicitando o obsequio de conseguir e remeter-me com brevidade um exemplar dos Estatutos da entidade de analogos caracteristicos, em Bagé existente.

- Como já deve ser do seu conhecimento, foi, a pedido do dr. Julio Ferreira, designado mais um promotor para servir em comissão, durante 8 meses na comarca de Pelotas. A despeito de existirem varios candidatos,

o contemplado pelo Procurador Geral foi o dr. Cayelo, de Cangussú, em lugar de quem ficou o dr. Juliné Siqueira.

Agora, temos, para cada juizado de direito, um promotor. O dr. Leivas ficou com o novo. Para mim tocou o dr. Julio e com o dr. Silva ficou o dr. Memê Barreto.

Antecipadamente penhorado, subscrevo-me sempre
seu devotado amigo e admirador

184

Figura 19 - Cartão. Correspondência enviada pelo Juiz de Direito da Comarca de Pelotas Sísínio Bastos ao Promotor João Lyra de Faria. *Acervo pessoal de João Lyra de Faria.*

Mas, depois da correição, o Dr. Sísínio Bastos, bom magistrado, amigo meu, fez um relatório circunstanciado do serviço judiciário e (o) remeteu à Comissão Disciplinar Judiciária daquela época, atual Conselho da Magistratura. E nesse relatório ele indicava dois serventuários da justiça como infratores, infratores comportamentais, vamos dizer, da função. Passados alguns meses, eu recebi da Comissão Disciplinar Judiciária, presidida pelo então Presidente do Tribunal, Desembargador La Hire Guerra, os papéis para que eu tomasse as providências. Um era o

tabelião e, (o) outro, uma senhora, oficial do Registro Civil. Era um caso para promotor iniciante. Examinei os papéis e denunciei os dois serventuários. O processo correu normal e o Dr. Sísínio ao final absolveu os dois por insuficiência de provas, achou que não tipificava nenhum daqueles fatos que eu havia denunciado. A prova era a mesma que ele tinha coletado. Esses dois serventuários eram pessoas ligadas a famílias

no município, onde eu conhecia todo mundo, mas eu não me dei por impedido, porque, realmente, eu não tinha motivo. O Dr. Sísínio absolveu os réus porque tinha se configurado o delito que era, naquela época, tipificado na Consolidação das Leis Penais do Piragibe. Não tinha entrado em vigor ainda o Código Penal. Recorri da decisão e o Tribunal, o mesmo desembargador que foi o relator e era Presidente do Tribunal e presidia a Primeira Câmara Criminal do Tribunal, deu provimento ao meu recurso e mandou exonerar os dois.

Achei que era o meu dever porque a

Comissão Disciplinar Judiciária mandou que eu processasse. Naquele tempo, nós todos recebemos uma circular da procuradoria-geral, não sei se já foi falado aqui, que não se devia proceder contra qualquer autoridade civil e militar sem o prévio consentimento, sem a prévia consulta à procuradoria-geral. Eu não sei se alguém se guiou por ela. Continuei denunciando.

Projeto Memória: Mas era o Dr. Abdon ou o Dr. Anor?

João Lyra de Faria: Um dos dois. Era época do Estado Novo, época da guerra. A verdade é que eu, chegando das minhas férias, logo em seguida, coincidência ou não, comecei a ser designado para outras comarcas. Nós não tínhamos estabilidade. Depois, após dois anos do concurso, houve uma melhoria com aquela prerrogativa.

Projeto Memória: Mas para substituições?

João Lyra de Faria: Sim, para substituições. Fui designado para Canguçu. Consta aí (referindo-se à ficha funcional)?

Projeto Memória: Canguçu, em (19)42.

João Lyra de Faria: Eu soube que o Promotor de Canguçu tinha entrado em licença por motivo de saúde, (o) Dr. Luiz Ferreira de Medeiros, que depois deixou a Promotoria. Me

transladei para lá e, quando cheguei, fui ao escrivão e perguntei para ele: "Como é que está o serviço?". "Olha,

doutor" - parece que era quarta ou quinta-feira - "a partir de segunda-feira nós temos 14 processos do tribunal do júri". "Mas está muito atrasado!" "Tudo bem." Tinha feito uns dois processos só naquela época, um em Pinheiro (e o) outro em Herval. Bom, agora chegou

a hora.

Projeto Memória: Não tinha muita experiência no júri ainda?

João Lyra de Faria: Não tinha muita experiência. Tinha feito dois júris. O Juiz de Direito era o Dr. João de Barros Cassal. Começou a reunião do Tribunal do Júri, era todos os dias. Em Canguçu havia só um advogado formado. O júri era constituído de pequenos fa-

zendeiros, agricultores, alguns colonos. Os réus colonos que tinham posses contratavam advogados que eram professores da Faculdade de Direito de Pelotas. A reunião levou quase um mês porque o Dr. João de Barros Cassal era um homem de saúde frágil. E ficamos quase um mês fazendo aquela reunião do júri, porque transferia, às vezes adiava e tal. Eu estudava o processo de noite e ficava até de madrugada, o hotel era muito ruim, não tinha um lugar tranquilo... as pessoas chegavam à noi-

Naquele tempo, nós todos recebemos uma circular da procuradoria-geral, não sei se já foi falado aqui, que não se devia proceder contra qualquer autoridade civil e militar sem o prévio consentimento, sem a prévia consulta à procuradoria-geral. Eu não sei se alguém se guiou por ela. Continuei denunciando.

Nós não tínhamos estabilidade. Depois, após dois anos do concurso, houve uma melhoria com aquela prerrogativa.

te, eu ficava estudando os processos, entravam falando alto, os colonos, batiam com os tamancos. No outro dia, às 14 horas, estava lá para falar de novo sobre outro processo. Resumindo, terminou o júri, eu tinha conseguido um resultado muito bom. Tinha conseguido seis condenações e seis absolvições. Dois processos não foram julgados. Eram doze processos. Aquilo subiu muito a minha auto-estima. No fim, eu estava com um prêmio que eu não esperava ter. Até os advogados, depois em Pelotas, me festejaram por estes trabalhos.

O Dr. Abdon de Mello vinha de uma época em que o Ministério Público não tinha garantia constitucional. O julgamento do processo de Pinheiro Machado desagradou o Dr.

Abdon. Quando soube dos rumos do processo, manifestou-se insatisfeito. Terminada a minha designação, passados sete meses já que eu estava em Canguçu, retornei à minha comarca de origem. Mal eu tinha terminado essa designação, voltei para Pinheiro Machado, e daí a uns poucos dias fui designado para Rosário do Sul. **Projeto Memória:** Então, ainda em 1942, o senhor foi para Rosário? **João Lyra de Faria:** Na época da guerra, (19)42 eu acho, (19)43, é. E não sei se isso ocorreu coincidentemente, eu não sei, se foi castigo ou punição, a verdade é que isso que eu pensei que fosse pena se tornou um dos melhores fatos que aconteceram na minha vida. Ter ido para Rosário, ter ido para Canguçu. Em Rosário tive uma grande alegria: co-

nhecer o Dr. Carlos Thompson Flores, que depois foi ministro do Supremo, uma admirável pessoa, ficamos amigos, passei uns tempos lá. Outra coisa, quando estava Canguçu, comecei a ir quando podia a Pelotas e foi

186



Figura 20 - Telegrama enviado pelo Secretário do Interior e Justiça Miguel Tostes designando o Promotor João Lyra de Faria para atuar em comissão na Comarca de Canguçu. Acervo do Arquivo do Ministério Público do Rio Grande do Sul

aí que conheci a minha Sueli. Aquilo que parecia castigo se tornou uma realidade sonhada. [Eu havia falado] com o secretário do Dr. Tostes: "Eu acho que eu vou largar isso. Não porque eu não goste, até estou gostando muito, mas estou como um caixeiro-viajante". O Dr. Abdon disse: "O senhor é solteiro". Ele achava que promotor solteiro tinha muito mais vantagens, toda vida foi solteirão.

"Não, absolutamente", disse-me o secretário (do) Dr. Tostes: "O senhor não vai sair do Ministério Público". "Até vou lhe dizer, acho que vou lhe designar, fazer um inquérito aí." "Ah não, doutor, não me fale em inquérito, não vou fazer, quero um inquérito em Rosário mesmo, mas eu não gosto de fazer inquérito." Nesse meio tempo, acho que houve um contato do secretário com o Dr. Abdon e o Dr. Tostes, e ele, naquela ocasião, teria dito ao procurador que eu deveria retornar à minha comarca de origem.

Projeto Memória: Voltar para Canguçu (ou) para Pinheiro Machado?

E ficamos quase um mês fazendo aquela reunião do júri, porque transferia, às vezes adia e tal. Eu estudava o processo de noite e ficava até de madrugada, o hotel era muito ruim, não tinha um lugar tranquilo... as pessoas chegavam à noite, eu ficava estudando os processos, entravam falando alto, os colonos, batiam com os tamancos. No outro dia, às 14 horas, estava lá para falar de novo sobre outro processo.

"Eu acho que eu vou largar isso. Não porque eu não goste, até estou gostando muito, mas estou como um caixeiro-viajante". O Dr. Abdon disse: "O senhor é solteiro". Ele achava que promotor solteiro tinha muito mais vantagens, toda vida foi solteirão.

João Lyra de Faria: Para Pinheiro Machado. Aí, então, as coisas mudaram. O Dr. Abdon me mandou

dizer se eu queria vir para perto de Porto Alegre, para Viamão. "Não, estou esperando uma promoção para uma comarca no sul do Estado."

As coisas mudaram. Chegando um dia na procuradoria, (disse:) "Dr. Lyra, onde o senhor vai almoçar?". "Onde o senhor

quiser."

Durante o almoço me perguntou: "Você está para casar?". "Eu vou casar." "O senhor tem me dado muita sorte. O senhor fez um bem para mim que outros não teriam feito." Eu já estava por casar. "Mas você... eu vou lhe dar... tem direito a férias?" "Não." "Mas o senhor tem direito a oito dias, eu vou lhe dar vinte dias."

"Eu vou aceitar, pretendo viajar logo que casar." E de fato viajei para Buenos Aires. As coisas mudaram. Mas eu, voltando...

Projeto Memória: Esse era o perfil do Dr.

Abdon?

João Lyra de Faria: Ele era um bom

expositor. Quando estudante mesmo eu já tinha visto ele atuar. Mas ele era cheio de coisas assim... Era um homem muito vaidoso. Tinha uma obediência ao poder fantástica... No meu caso, deixou-se levar por auditivas conversas que tinham qualidades nem sempre de muita integridade.

Projeto Memória: Subserviente.

João Lyra de

Faria: Essa palavra é muito forte... Submisso às ordens. Falta de independência, mas era a situação política que ensejava isso. Situação política que nós só conseguimos mudar a partir da Constituição de 46.

Projeto Memória: A questão da redemocratização.

João Lyra de Faria: Antes disso, quero falar da minha vida pessoal. Aí casei em Pelotas, passei, como se diz, a andar na órbita de Pelotas. Pelotas tornou-se, no começo do século,

centro da indústria do charque do país e a minha mulher era descendente dos Borges da Costa. Seu avô paterno era charqueador no município de Pelotas. Travei relações com a sociedade [pelotense]. A minha mulher foi criada pelos tios, um casal (de) tradicional família [da cidade]. Aí veio a promoção para Jaguarão, por antigüidade, e lá en-

contrei um juiz que eu conheci ainda no colégio de Bagé, Cezar Dias Filho. Eu havia antes recusado promoção para a comarca de Itaqui.

O Dr. Sisínio Bastos tinha estado lá também. Um ano e pouco eu estive

lá. Aí fui designado para Bagé. Depois, logo em seguida, fui promovido para Erechim. Lá estive um mês e pouco e vagou Bagé, e eu fui removido. Era e é

uma comunidade muito hospitaleira. Tinha um relacionamento decorrente ainda dos tempos da juventude.

Projeto Memória: E como foi o trabalho nessas comarcas de segunda e terceira entrâncias?

João Lyra de Faria: Lá em Jaguarão também atendia Arroio Grande. Era uma comarca que tinha pouco trabalho. Arroio Grande, porém, tinha granjas de arroz, agricultura e pecuária. Como não havia Junta de Trabalho,

o Ministério Público era chamado a propor os dissídios. Como procurador eleitoral, na redemocratização fizemos, eu e o Dr. Sisínio Bastos, as eleições lá. Eu e ele demos a posse dos novos governantes e também do município de Herval.

Meus pais estavam com muita idade e queriam que eu viesse para perto,

Submisso às ordens. Falta de independência, mas era a situação política que ensejava isso. Situação política que nós só conseguimos mudar a partir da Constituição de 46.

Como não havia Junta de Trabalho, o Ministério Público era chamado a propor os dissídios. Como procurador eleitoral, na redemocratização fizemos, eu e o Dr. Sisínio Bastos, as eleições lá.

16 Batalhão de Luanda - Praia de Belas,
 P. Alegre, 13/5/64

Seu meu fraternal amigo,
 muito querido desde os bons tempos
 da sua finíssima Auxiliadora e de
 nossa gloriosa Faculdade, o leal
João Lyra de Faria, a prole
 do coração a visita aqui me
 me alegra neste Quartel

nos tempos duros que vivemos.
 seu homenagem a essa casta
 parte fora de amizade, mais uma
 vez tempo de me me sinto digno,
 digo a esse meu João Lyra,
 que talvez não fute de expi-
 riência, mas sempre fui
 João Floriano Aguiar

Figura 21 - Cartão. Correspondência enviada a João Lyra de Faria pelo Procurador de Justiça Floriano Maia D'Ávila, por ocasião da prisão deste último em maio de 1964. Acervo pessoal de João Lyra de Faria.

além do mais, nós ganhávamos muito pouco naquele tempo. Ficaram muito contentes, uma alegria enorme, e aí facilitou nossa vida. O Floriano tinha trabalhado no rumoroso processo Gaffrée²⁷, de repercussão muito grande. Daí juntamo-nos os dois antigos amigos e colegas.

Eu dizia que, nas considerações que se impõem, quando eu fui designa-

do para Canguçu, município de etnias variadas, povoado principalmente por italianos e alemães, tinha cerca de 60 mil habitantes e pequenas propriedades. O juiz da comarca era o Dr. João de Barros Cassal, filho do republicano do mesmo nome, (que) fizera parte

do chamado governicho. Me parece que, quando morreu o pai, ele tinha apenas dois anos, nos primórdios da república. Esse juiz era homem muito interessante. O Dr. Barros Cassal era um homem cioso da sua posição, era um homem que exercia a judicatura de uma forma quase messiânica. Presidia o tribunal do júri com uma desenvoltura e rapidez ímpar. No entanto, o Dr.

²⁷ "O processo crime movido na cidade de Bagé contra o Dr. Cândido Gaffrée e outros, denunciados como responsáveis pela morte do Dr. Walter Aguiar, fato ocorrido em 1944, por longo tempo preocupou a consciência jurídica do País.

Não só a imprensa do Estado, mas também a da Capital da República, noticiaram amplamente o fato criminoso, alcançando, assim, o processo repercussão extraordinária.

Primeiramente, foram denunciados o Dr. Gaffrée, como autor intelectual, e Salustiano Miéres, como autor material do crime. Posteriormente, com outros elementos que surgiram, foram denunciados Peri Ungaretti e Severo Saraiva Soares, como cúmplices da morte do médico baiano, e o inspetor de polícia, João José da Nóbrega, pelo delito de corrupção passiva e, também, por co-participação no homicídio. Desta sorte, havendo conexão, fixou-se a competência do juiz singular para o julgamento do processo, em virtude de sua competência prevalente." *Crimes que comoveram o Rio Grande...* (Quatro Acusações). Publicado pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul, sob a organização do Corregedor, Dr. Ladislau Fernando Röhnel. Porto Alegre, 1962, p. 11-165.

Cassal era um homem de saúde frágil. O Dr. Cassal morreu cedo, tinha um temperamento muito forte. Era um homem muito seguro da sua função. Bom, como eu já disse, fui designado para Bagé e posteriormente fui promovido para Erechim, onde estive um mês e pouco e tive a grande alegria de conhecer o Dr. Júlio Costamilan Rosa e a Dona Vivila. Nos receberam com um carinho fraternal. (O) Dr. Júlio era um homem excepcional não só como pessoa, mas como juiz também.

Fui removido para Bagé. Meus pais ficaram muito contentes. Estive cinco anos lá. Primeiro estava com o Dr. Floriano, nós dois, e depois ele foi convocado para a Secretaria de Educação, e fiquei sozinho quase um ano. Mas dava conta do serviço e ainda atendia o serviço do termo de Lavras do Sul.

Projeto Memória: E os júris?

João Lyra de

Faria: Havia essas carreiras de cancha reta, que era e é ainda o único divertimento dos gaúchos; a despeito

disso, a criminalidade não era muito grande. Lá eu já conhecia um advogado criminalista muito competente, (o) Dr. Otávio Santos, pai do jornalista Cândido Norberto. Tínhamos um júri lá na época, que teve muita repercussão social.

O réu era acusado de ter assassinado um escrivão muito estimado, casado com uma pintora. O Escrivão Brito era da família do político que

posteriormente foi governador, e tinha um filho militar, capitão ou tenente naquela época. O Dr. Otávio, neste caso, foi assistente de acusação.

(...) além do mais, nós ganhávamos muito pouco naquele tempo.

No júri conseguimos a condenação de 21 anos, se não me engano. Era a vítima uma pessoa muito boa, e o réu era um de maus antecedentes.

Projeto Memória: O motivo do crime?

João Lyra de Faria: O motivo do crime teria sido uma desavença pessoal, não ficou bem esclarecido.

Projeto Memória: Nada relacionado à função da vítima?

João Lyra de Faria: Não. Mas teve muita repercussão esse caso. Eu me lembro. Em Bagé, Antenor Gonçalves Pereira era um comerciante que havia se formado em Direito. Um dia me procurou: "Nós precisamos fundar em Bagé uma escola superior". Eu [disse]: "Mas como? Com que meios?".

Para ele os meios não importavam, o homem era capaz, era ambicioso e, na época, era verdadeiro. Começou

com algum apoio e foi fundada a Faculdade de Economia, que foi a semente da universidade atual, a URCAMP, [cujo] primeiro diretor fui eu. [Houve] dificuldades e percalços de toda sorte. Foi difícil, mas moral e materialmente a sociedade apoiou e saiu. Na instalação convidamos o então reitor da UFRGS, o Dr. Eliseu Paglioli, [que] compareceu. Ele e o Prof. Peri Diniz, que

era pró-reitor. Brotou a semente. Por isso digo que foi exitosa a minha passagem por Bagé.

Quando fui promovido para quarta entrância, já tinham nascido os meus filhos. A Maria Lúcia e o João Luiz nasceram em Pelotas e o Álvaro Roberto, que é o primogênito, nasceu em Bagé. Quando fui removido, fui homenageado com um jantar no Clube Comercial, (ao qual compareceram) mais de 400 pessoas. Estavam lá os dois Juízes de Direito, Dr. João Didonet Neto e Dr. Alceu Silva, além de outras autoridades locais. Foi transmitido pela rádio local. O Procurador Abdon de Mello disse: "Pois é, tiveste uma festa, foi uma homenagem". Mas eu (também) queria destacar (que) nesta ocasião trabalhei com vários juízes lá.

O Dr. João Didonet Neto era um humanista na melhor acepção da palavra. Culto, extremamente religioso, prolatava decisões memoráveis, justas e sábias. Guardo até hoje dele uma lembrança viva da sua personalidade e de sua imensa bondade e cultura. Lá conheci também, trabalhou comigo e depois aqui, o Dr. Mário Boa Nova Rosa e o Dr. Jorge Fonseca Pires, ambos grandes Juízes de Direito [com quem] fiz amizade. [Com] Dr. Mário Boa Nova depois vim a trabalhar na Segunda

Câmara Criminal. Com [ambos] tive um relacionamento cordial e amigável.

Projeto Memória: Antes de chegarmos a Porto Alegre, na faculdade, o senhor lecionava?

João Lyra de Faria: Na faculdade, lá em Bagé, lecionei pouco tempo, eu fui removido. Em Pinheiro Machado havia trabalho forense, como eu falei, exercia funções junto à comunidade, fui presidente do Círculo de Pais e Mestres, dei aula de História no curso secundário e fui

venerável da maçonaria, mestre instalado em Pelotas.

Em Porto Alegre, estive em várias varas criminais. Trabalhei com o Dr. Boeira, na Segunda Vara Criminal, onde havia muito trabalho. Dr. Aristides Dutra Boeira, um juiz exemplar, um grande magistrado. Tínhamos lá

Tínhamos um júri lá na época, que teve muita repercussão social.

O réu era acusado de ter assassinado um escrivão muito estimado, casado com uma pintora. O Escrivão Brito era da família do político que posteriormente foi governador, e tinha um filho militar, capitão ou tenente naquela época. O Dr. Otávio, neste caso, foi assistente de acusação.

na vara, logo que chegamos, 1.100 processos. Em seis meses nós limpamos aquilo. Trabalhava de um lado e ele do outro. Foi muito amigável até bem pouco; quando faleceu, eu senti muito a sua morte.

Antes de 64, quando era Promotor, fui curador de família. Eram três curadores de família porque naquele tempo não havia esta Defensoria Pública, nós é que exercíamos a função. Então éramos três dividindo o atendimento ao público, cada semana um. Não me lembro

quem eram os outros companheiros. Era coisa séria. A sorte é que colocaram vários bacharéis lá chefiados pela minha colega e amiga, Dra. Odete Gomes Costa. A Dra. Odete era de São Borja, muito amiga do nosso colega, o Dr. João

Goulart, que depois foi Presidente da República. Atendíamos 50/60 casais dessas vilas por semana. Naquela época, era regime militar, eles, os militares, respeitavam o judiciário, apesar da ditadura, mas (era) muito melhor do que a getuliana, muito melhor. Eu não contei um fato (...) Estava em Pinheiro Machado, o delegado de polícia veio para mim e para Dr. Sisínio: "Não sei o que fazer, é o segundo sargento que nós mandamos lá no segundo distrito e é assassinado". "Quando não é um menor o autor e ninguém sabe exatamente quem foi, ou é." Passado um tempo, aparece lá um delegado regional. Era pleno Estado Novo. O delegado era um bacharel, até eu conhecia, rapaz novo, uns 30 anos.

Antes de 64, quando era Promotor, fui curador de família. Eram três curadores de família porque naquele tempo não havia esta Defensoria Pública, nós é que exercíamos a função. Então éramos três dividindo o atendimento ao público, cada semana um.

"Mas, com surpresa e com verdadeiro espanto, sabe o que nos disse o delegado regional daquela época, para a senhora ter idéia do que é uma ditadura?: "Ora, doutor, isso é muito simples. Onde ele está? Eu levo ele agora para Rio Grande e ele não aparece mais, fica à disposição da Ordem Política e Social." Para se aferir a gravidade que era um governo de força. Não adiantava habeas corpus, o indivíduo sumia. Me lembrei do que estava ocorrendo na Alemanha e (em) outros países, na Itália. Eu e o juiz saímos perplexos com o método usado, não sei se ele fez ou não.

"Pela segunda ou terceira vez mataram uma autoridade do distrito. A última vez", contava o delegado, "eu

botei lá um sargento, uma pessoa muito boa, eles assassinaram, lá nas carreiras. Faziam um bolo." Mas, com surpresa e com verdadeiro

espanto, sabe o que nos disse o delegado regional daquela época, para a senhora ter idéia do que é uma ditadura?: "Ora, doutor, isso é muito simples. Onde ele está? Eu levo ele agora para Rio Grande e ele não aparece mais, fica à disposição da Ordem Política e Social." Para se aferir a gravidade que era um governo de força. Não adiantava habeas corpus, o indivíduo sumia. Me lembrei do que estava ocorrendo na Alemanha e (em) outros países, na Itália. Eu e o juiz saímos perplexos com o método usado, não sei se ele fez ou não.

Projeto Memória:

E aí então se designou mais um?

João Lyra de Faria: Se designou mais um e chamamos o delegado de polícia para fazer um desarmamento geral. Mandaram um inspe-

tor de polícia de Pelotas ou de Uruguaiana. Um dia nós estávamos no Foro, eu e o Juiz Sisínio Bastos, o policial chegou com dois enormes sacos, nos olhamos, e atirou no gabinete do juiz os sacos cheios de armas. Ele tinha desarmado todo o distrito. "Agora, doutor, vai melhorar."

A ditadura se exerce, em todo e qualquer lugar, através da polícia, órgão repressor. O amigo e colega Dr. Floriano, a despeito de tomar outro rumo político, nunca desmereceu a nossa amizade... Eu várias vezes cheguei a adverti-lo, a demonstrar que estava passando dos limites.

Falando sobre a curadoria, depois fui curador de menores. A curadoria naquele tempo tinha muito serviço, mas serviço burocrático. Naquela época havia uns 800 menores abandonados, era a estimativa. Certa vez, o governador fez reunião em palácio. O procurador-geral me procurou, me pediu que eu comparecesse também. Estavam lá o governador, que era o Dr. Brizola, o Bispo (Dom Vicente) Scherer, o Deputado Carlos Santos, que se interessava muito pelo problema, e o Secretário do Interior e Justiça daquela época, (o) Dr. Francisco Brochado da Rocha. Naquela ocasião, se discutia o problema dos menores abandonados de Porto Alegre, falei: "Olha, por enquanto há 800 meno-

Um dia nós estávamos no Foro, eu e o Juiz Sisínio Bastos, o policial chegou com dois enormes sacos, nos olhamos, e atirou no gabinete do juiz os sacos cheios de armas. Ele tinha desarmado todo o distrito. "Agora, doutor, vai melhorar." A ditadura se exerce, em todo e qualquer lugar, através da polícia, órgão repressor.

res mais ou menos, mas se não se tomar as providências, não só de ordem legal mas de ordem social, principalmente, eles se multiplicarão". Foi o que aconteceu. Eu saía cedo de manhã, de madrugada às vezes, para ver como estavam funcionando

os abrigos e chegava de improviso. Encontrava uma situação muito difícil. Muito mal cuidados, os médicos não compareciam, muitas vezes tinham rapazes doentes,

muita desorganização, verdadeiro depósito de menores.

Aí, nas vésperas de 64, o Dr. José Barros Vasconcelos, grande amigo e leal colega, grande figura do Ministério Público, uma das maiores figuras daquela época, ligou para Pelotas, onde me encontrava em férias: "O Governador Ildo Meneghetti quer te dar uma função". "Aí vem bomba, o que é?" "Ele quer que tu sejas o Chefe de Polícia do Estado." Minha sogra, que estava ouvindo, disse: "Presente de grego". Foi nas vésperas de 64, imagina. Não aceitei. Fui para a Segunda Câmara Criminal, gostei muito. Aliás, estive em várias câmaras, em princípio, em substituição. Era presidida pelo Desembargador Mário Boa Nova Rosa a Segunda Câmara Criminal. Fui muito bem lá, tanto é que o Dr. Ladislau Fernando Röhnelt, que era o Corregedor-Geral do Ministério Público, na época, fez um elogio, não é? Considerou "fe-

cunda" a minha atuação naquela Câmara. Foi assim que se referiu em documento que consta no meu currículo.

[Antes de assumir] a governança, o Coronel Peracchi Barcellos encarregou o Dr. João Dêntice, leal amigo, [de me procurar para saber] se eu queria assumir a Procuradoria-Geral de Justiça. O Dr. Peri Condessa era amigo meu e aspirava à função, porque era o caminho para ser desembargador, pelo quinto constitucional. Eu dei umas razões pessoais para o Dêntice, [que as] transmitiu ao Peracchi, (dizendo) que eu não ia aceitar. Peracchi mandou chamar-me. Disse-lhe: "Coronel, o Dr. Peri Condessa está aí para ser..." "Eu sei, tu estás numa situação cômoda aí, isso vale pouco, eu já sei que tu estás indo para a estância seguido".

194

"Mas eu te prometo, se o Dr. Peri for nomeado (desembargador) [pelo] quinto constitucional, eu aceito." Mas isso não ocorreu.

Uma situação (em) que o Dr. Peri foi bem, fez uma gestão muito boa, era um homem culto, literato, e fizeram justiça a ele quando o nomearam pelo quinto constitucional. (...)

Projeto Memória: Então o senhor foi colega do ex-presidente João Goulart?

João Lyra de Faria: O Jango Goulart era nosso colega, eu o conheci mais no último ano da escola. Quando o Dr. Floriano era Procurador-Geral de Justiça e o Jango era Presidente da República... um dia, o Dr. Floriano (disse): "Lyra, sabe que o Fulano de Tal está numa situação difícil?". [Esse] nosso colega (era) uma pessoa inteligente, mas estava numa situação difícil, tinha sido até advogado em

Bagé e não sei onde mais, estava muito mal, muito mal mesmo. "Tu assinas uma carta para o Jango junto comigo?" "Assino". "Eu vou aproveitar que a Odete vai a Brasília e vou pedir para ele dar uma procuradoria dessas do INPS para o Fulano". Aí apareceu a Odete também: "Eu levo e entrego para ele". E esqueci daquilo. Daí a uns tempos, uns dias ou um mês, o Floriano me disse: "(O) Jango atendeu aquele nosso pedido. O Fulano foi nomeado Procurador do INPS". Não o via há muito tempo, encontrei um dia na Rua da Praia. "Eu queria te agradecer. Tu deste um empurrão junto com o Floriano." Disse: "O nosso colega lá entendeu o pedido". "Pois é, eu mandei um telegrama agradecendo. Eu disse para a Odete Costa que agradecesse por mim". Então o meu relacionamento era esse de colega.

(...) Quando o José Barison era presidente do Tribunal e anteriormente o Dr. Júlio Costamilan Rosa, que era historiador, que a minha mulher se dava com a Dona Vivila, que era aparentada com os Dias de Castro. Como faltava o retrato do Desembargador Bernardo Dias de Castro Sobrinho no Tribunal, comecei a pesquisar junto à "parentela" e consegui a fotografia autenticada dele para um general, seu amigo, [cujo nome] não lembro. Ela é tetrasobrinha-neta do desembargador. Consegui e levei para o Desembargador Barison. (O) Desembargador Barison fez uma sessão (de inauguração) dos retratos, no mesmo instante em que era homenageado o Dr. Púperi, ex-presidente.

Foi homenageado, colocada a fotografia do Bernardo Dias de Castro

Sobrinho na presença minha, da minha mulher e do meu neto Luciano, que era estudante naquele tempo, foi em 1993. O desembargador fez um discurso e homenageou, na ocasião, o ex-Presidente Bernardo Dias de Castro Sobrinho. Na época do Tribunal da Relação, foi demitido porque era republicano e depois, no governo de Castilhos, retornou às funções.

Projeto Memória: O senhor também fez parte, representou o Ministério Público no Conselho Penitenciário em 60/62. Como foi essa experiência?

João Lyra de Faria: Muito boa. O Conselho tinha gente muito experiente. Participavam do Conselho dois médicos psiquiatras muito cultos e foi uma experiência muito valiosa.

Projeto Memória: Qual era a função desse Conselho?

João Lyra de Faria: A função era dar parecer sobre a situação dos apenados, livramento condicional e outros benefícios dos réus já condenados. Tive a oportunidade de ter que estudar até psiquiatria para opinar. Mas antes disso eu fui da Comissão Estadual de Energia Elétrica, designado pela procuradoria. Antes a CEEE era Comissão Estadual, servia lá algum tempo e depois na Comissão de Comunicações do Estado também, ao tempo do Governador Meneghetti.

Quando terminou o governo Peracchi Barcellos, eu disse para o Peri: "Eu vou aposentar-me". "Você já tem tempo?" "Tenho." Na verda-

de, tinham falecido minha sogra e meu pai e eu teria que cuidar de outros interesses. Mas ainda assim continuei. Aí o Governador Peracchi me disse: "Antes de eu sair daqui, eu quero pedir-lhe que vá para o Tribunal Militar".

Projeto Memória: Em (19)66 o senhor foi para o Tribunal Militar?

João Lyra de Faria: Sim. Eu saí só em (19)67. Estive na Junta Comercial nesse interregno. Estive na Justiça Militar e na Junta Comercial.

Funcionava nas duas instituições.

Projeto Memória: Havia muito trabalho na Justiça Militar?

João Lyra de Faria: Na Justiça Militar não. Havia aqueles processos advindos da revolução, mas já tinham sido julgados. A Cor-

te, naquela época, somente apreciou os recursos.

Projeto Memória: E na Junta Comercial?

João Lyra de Faria: Na Junta Comercial era muito interessante. Tinha o registro do comércio e das sociedades comerciais, além das denominações das firmas. Mas tinha um que era o Assessor Chefe, Guilhermino Cezar Filho, muito inteligente, filho de um escritor. O presidente da Junta era o Sr. Raul Bastian e, por coincidência, amigo da família de minha mulher. Um homem reto, me dava muito bem com ele. Veio a falecer logo depois.

Projeto Memória: Depois a gente tem também que o senhor participou da Comissão de Juristas para julgar trabalhos apresentados no Semi-

nário de Estudos e Debates de Santo Ângelo.

João Lyra de Faria: Sim, eu presidi o Seminário lá e a Comissão que tornou, que deu o veredicto dos trabalhos. Isso foi...

Projeto Memória: Isso foi em (19)73.

João Lyra de Faria: (19)73. Um seminário muito debatido. Foi muito bom.

Projeto Memória: Isso já foi uma prévia para um repensar do Ministério Público?

João Lyra de Faria:

Isso sim, exatamente, isso a senhora agora chamou pela minha memória. Se debateu a organização do Ministério Público. Organograma... se conseguiu que, naquela época, se formassem os princípios, as proposições que seriam levadas ao Legislativo, como de fato, mais tarde, se converteram em lei.

Projeto Memória: O Dr. Lauro era o Procurador-Geral de Justiça?

João Lyra de Faria: Eu acho que

sim. O Dr. Lauro era um bom administrador, ele era impulsivo. Mas foi bom. Eu me dei bem com ele. Às vezes tínhamos divergências, mas eram superadas.

Projeto Memória: Temos o registro de sua participação no Encontro Nacional do Ministério da Indústria e Comércio em Brasília.

João Lyra de Faria: Sim, eu estive

lá também representando a Junta Comercial. O registro do comércio era feito nos moldes militares. A senhora imagina que naquela época o re-

O registro do comércio era feito nos moldes militares. A senhora imagina que naquela época o registro do comércio, para se registrar qualquer empresa, era necessário que houvesse um atestado!

gistro do comércio, para se registrar qualquer empresa, era necessário que houvesse um atestado! Acharmos [que] certas exigências na época eram obstáculo ao livre exercício do comércio. Nos painéis que sempre se faziam aqui em Porto Alegre já tinha enfrentado o que eu chamava de entu-

lhos burocráticos decorrentes do governo militar e discutia muito isso na Junta. Sempre tive o assessoramento do Dr. Guilhermino Cezar Filho, grande assistente que estava do meu lado. Ele estava bem a

(...) a gente procurou mostrar que tinha que haver uma lei mais peculiar. Ainda tinha resquícios, por exemplo, de que determinadas empresas não podiam ser localizadas na zona da fronteira, e tinham que ser exercidas por brasileiros natos.

par desta parte burocrática. Então, naquela ocasião, a delegação do Rio Grande do Sul foi vitoriosa. Fomos nós, o Guilhermino e o Dr. Melzer, que era vogal da Junta, represen-

tante da OAB. Naquela ocasião, o Ministro da Indústria e Comércio achou que estavam certas as nossas proposições, deviam ser excluídas certas exigências. Aqueles burocratas do Rio de Janeiro, de Brasília, são gente que examinavam os processos e diziam as coisas mais absurdas porque no Brasil faziam a lei para esse país inteiro. As peculiari-

dades locais são as mais diversas. Aplicar uma lei no Rio Grande do Norte, Pará ou Rio Grande do Sul é completamente diferente. Além do mais, o tipo de gente é diferente. Sociologicamente. Então, a gente procurou mostrar que tinha que haver uma lei mais peculiar. Ainda tinha resquícios, por exemplo, de que determinadas empresas não podiam ser localizadas na zona da fronteira, e tinham que ser exercidas por brasileiros natos.

E também eu dei muitos pareceres nas sociedades, na Lei das Sociedades Anônimas obsoleta, que até hoje acho que não foi aprovada a nova reforma pelo Congresso.

Projeto Memória: Reforma que esse Congresso, esse Encontro já previa?

João Lyra de Faria: É. Naquele tempo já se falava na reforma. Houve projetos, eu creio, não foram aprovados até hoje, não sei, também não estou muito a par. Eu tive aqui alguns processos de relevância, naquela ocasião, em que estavam grandes empresas envolvidas como a Varig, a Casa Masson. Fiz vários recursos para o Ministério da Indústria e Comércio que foram julgados procedentes.

Projeto Memória: E a participação nos congressos nacionais do Minis-

tério Público?

João Lyra de Faria: Estive num em Teresópolis. Eu era o chefe da delegação, éramos uns quatro ou cinco. Tivemos uma atuação muito boa lá em assuntos da relevância do Ministério Público. Eu me lembro que a delegação era composta pelo Dr. Fayet, o Dr. Saldanha, que é professor de Direito Constitucional, o hoje Desembargador Marco Aurélio de

Oliveira e o Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Dr. Ruy Rosado Jr., hoje uma das grandes figuras da magistratura nacional. Tem um relatório disso por aí.

Projeto Memória: O senhor nos relatou que, quando o senhor entrou, foi para Pinheiro Machado, e a única coisa que o senhor recebeu foi a passagem de trem. Em (19)77, quando o senhor saiu, com certeza, os

promotores, no mínimo, já tinham sua própria máquina de escrever?

João Lyra de Faria: Sim, sim. Quando fui para Pinheiro, eu levei minha máquina de escrever. Hoje tem o computador, foi uma enorme evolução... Agora quero

manifestar que tenho uma alegria imensa porque meu neto, o Dr. Luciano de Faria Brasil, é promotor de Lajeado, e vejo nele uma atração admirável em face da sua boa formação humanística. Ele fez um con-

Eu tive aqui alguns processos de relevância, naquela ocasião, em que estavam grandes empresas envolvidas como a Varig, a Casa Masson. Fiz vários recursos para o Ministério da Indústria e Comércio que foram julgados procedentes.

(...) quero salientar que foi uma grata e honrosa permanência que tive na instituição que difunde os reais interesses da comunidade.

curso muito bom, destacando-se com um bom acervo cultural. Casou com uma promotora, Dona Adalgiza Chaves, que agora é Brasil também. Tenho uma bisneta, a Luiza, grande alegria minha, neta de minha filha Maria Lúcia de Faria Brasil, casada com o Dr. Carlos Roberto M. Bra-

sil. Teremos assim na família uma estirpe no Ministério Público. Ao finalizar este relato da minha vida e de minha atuação, embora modesta, no Ministério Público, quero salientar que foi uma grata e honrosa permanência que tive na instituição que difunde os reais interesses da comunidade.

Ladislau Fernando Röhnelt: Antes de mais nada, devo dizer que sou nascido em Pelotas e lá eu frequentei o curso primário e o curso secundário e, após, eu tive que vir para Porto Alegre para fazer o chamado curso pré-jurídico que, naquela época, recém tinha sido criado, que era um curso, vamos dizer assim, de preparação ao ingresso na Universidade. Completados dois anos de pré-jurídico em Porto Alegre, regressei a Pelotas, aí completei a Faculdade de Direito, que naquela época ainda não era federal, era uma escola particular, muito elogiada porque os seus fundadores tiveram, vamos dizer assim, a intuição de que era preciso, já naquela época, interiorizar o estudo acadêmico que só estava centralizado em Porto Alegre. Então, frequentei a Faculdade de Direito em Pelotas e ali me formei.

Projeto Memória: Em que ano o senhor se formou?

Ladislau Fernando Röhnelt: 1943. Agora, se me perguntarem por que ingressei na Faculdade de Direito, eu devo dizer que em parte foi pela minha pobreza. Eu não tive como sair de lá para fazer outro curso. A minha vocação, minha vocação não, o meu plano de vida era ingressar no serviço diplomático do Brasil. Mas eu precisava fazer um curso, naquele tempo no Rio de Janeiro, no Instituto Rio Branco, e eu não tive como. Então, a única faculdade que estava ao meu alcance era a Faculda-

de de Direito, e foi por isso, em parte, não só porque eu tinha certo gosto pelo estudo das ciências sociais, não só ciências jurídicas, mas também porque a minha situação não me permitia que eu saísse da cidade; foi ali que eu me formei. Depois não tentei advocacia porque eu precisava, antes de mais nada, ganhar a vida, porque minha mãe ficara viúva e pobre.

Projeto Memória: Os seus pais, a formação deles, a atividade deles?

Ladislau Fernando Röhnelt: Meu pai era notário em Pelotas.

Projeto Memória: Já estava vinculado...

Ladislau Fernando Röhnelt: À magistratura. Agora, quando ele faleceu, eu tinha... eu era o mais velho, tinha nove anos, e, naquela época, não existiam pensões, aposentadorias, de modo que ficava uma dificuldade incrível para sobreviver, nós éramos quatro. Aí, quando eu completei a Faculdade de Direito, então eu me lembrei, tive uma promessa de um Juiz de Direito em Pelotas, (que) depois veio a ser desembargador, muito amigo da nossa família, de me levar para, naquele tempo, os Juizados Municipais. Era o Desembargador Solon Macedônia Soares, [que] chegou a ser presidente do Tribunal aqui. E ele, como pressentiu em mim que não havia muito gosto pelo Juizado Municipal, (ele) conseguiu que eu ingressasse no Ministério Público, o que, naquela

* Entrevista concedida ao Programa de Memória Oral do Projeto Memória do Ministério Público do RS em 04 de Maio de 2001.

época, podia [ser feito] sem concurso porque havia os chamados cargos interinos. A gente ingressava nesses cargos com a obrigação de prestar o primeiro concurso que abrisse. Então, estive um ano, dois anos, mais ou menos, como interino e comecei na Comarca de Rosário do Sul. Se me perguntarem qual é o fato marcante da minha vida no início da carreira de promotor, eu diria que foi o bombardeio em Nagasaki. Aquilo nos magoou muito. É o fato mais importante da minha vida naquele período. Foi arrasador para nós todos em Rosário aquele bombardeio da cidade japonesa pelos norte-americanos.

Projeto Memória: Como é que isso tocou, como é que a notícia chegou?

Ladislau Fernando Röhnel: Um estado geral de tristeza. O povo chorou. No hotel em que eu parava - naquela época eu ainda era solteiro -, engenheiros, oficiais do Exército, etc., todos choraram. E a gente sentiu por uns três ou quatro dias uma tristeza geral na cidade. E aquilo me marcou, até me deu gosto, vamos dizer assim, para desenvolver no Ministério Público um sentido social, não só de punição dos criminosos, como também de recuperação daqueles que a gente pudesse evitar de recair na criminalidade. Então o impacto daquele bombardeio a Hiroshima e Nagasaki a mim me foi sofrido, sofrido, mas sofrido mesmo. Tanto que, depois daquilo, quando eu fui convidado para fazer um estudo das lendas de Bonain na cidade de Rosário, é uma beleza aquelas lendas, as indiazinhas, eu me lembro que incluí no relato da lenda de Bonain o fato do bombardeio de

Hiroshima e Nagasaki. Eu li como se fosse assim um grito de alerta para a salvação da humanidade a partir daquela data que, aliás, não resultou em nada porque depois tivemos mais uma guerra.

Dali eu fiz a carreira, fui para Jaguarão, estive em Uruguaiana, Pinheiro Machado.

Projeto Memória: De Rosário o senhor foi para Jaguarão?

Ladislau Fernando Röhnel: Pinheiro Machado.

Projeto Memória: Pinheiro Machado. Como foi o tipo de trabalho logo de início na atividade de promotor, além desse fato marcante que foi da conjuntura internacional, a atividade, a rotina num lugar assim de quase fronteira, num período tão longínquo?

Ladislau Fernando Röhnel: É evidente que o Ministério Público naquela época não era tão exigente quanto ao volume de serviço [como] hoje, mas as deficiências (eram) enormes. Imagina a senhora que nós não tínhamos nem a máquina de escrever, nós tínhamos que comprar do nosso bolso. O que ganhávamos não dava para casar, tanto que eu era noivo, tive que passar uns cinco, seis anos até conseguir um vencimento melhor para poder casar porque não dava nem para pagar hotel. Mas era uma atividade gostosa. Eu que tinha uma certa concepção social do Ministério Público, eu senti gosto quando o Presidente Vargas editou um decreto estabelecendo que os Promotores de Justiça seriam os defensores dos trabalhadores naquelas comarcas onde não houvesse Juntas de Conciliação e Julgamento. E eu gostei daquilo, gostei porque eu senti

o doloroso problema trabalhista em Rosário, na luta dos trabalhadores contra a poderosa organização, que era a companhia Swift. E eu tive que enfrentar aquela companhia e levantaram calúnias contra mim porque eu defendia os trabalhadores contra eles, inclusive, tentaram, os diretores da Companhia, assessorados por um advogado local, que trabalhava para eles, tentaram me afastar de lá sob acusação de comunista, só porque eu estava cumprindo a lei e defendia os trabalhadores contra a Companhia Swift. Como eu tive sorte na defesa dos trabalhadores, eles acharam que eu fosse comunista e tentaram me tirar de lá. Mas o Secretário de Justiça da época respondeu a eles, isso eu soube depois, já morto o Secretário: "Não, se ele está trabalhando na defesa dos trabalhadores, então ele é irremovível". Isso eu me lembro que foi a resposta dele. E dali, de Rosário, eu fui para Pinheiro Machado, que era um lugarzinho pequeno, imagina a senho-

ra que eu tinha três processos criminais (risos), três processos criminais! E lá conheci o juiz que depois veio a falecer aqui em Porto Alegre, o Dr. Carlos, não me lembro o sobrenome dele, que se tornou um grande amigo meu e muito competente, (e) que era mais conhecido como Carlinhos, um juiz trabalhador, ativo e que muito me, vamos dizer assim, estimulou para ingressar na magistratura. E eu resisti, continuei a ser promotor até chegar a Porto Alegre, onde depois fui promovido a Procurador de Justiça. Como Procurador de Justiça, eu exerci mais de uma vez o cargo de Procurador-Geral de Justiça, porque eu era substituto constitucional, embora não fosse da confiança dos governos, eu tinha que assumir porque era substituto por ordem, por força da Constituição. Duas ou três vezes eu fui Procurador-Geral de Justiça, até que abriu uma vaga na classe no Tribunal e eu fui incluído na lista, finalmente escolhido em (maio de) 1974.



Figura 22 - Manchete jornalística referente ao processo de Estatização da Companhia Telefônica. *Ultima Hora*, Porto Alegre, 16.02.1962, capa. Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Foto: Vinicius Oliveira.

Projeto Memória: A expressão "embora não fosse da confiança dos governos" se refere a um período conturbado no qual o senhor participou ativamente na década de 50 e depois de 60. A de 50 com uma série de designações de trabalho e depois no período posterior ao movimento militar. Daria para situar essa ambiência do Rio Grande do Sul, a ambiência da promotoria e do Ministério Público nesse período?

Ladislau Fernando Röhnelt: Foi aí que nesse período, eu não me lembro em que ano foi, que o Governador Brizola cogitou de estatizar a companhia telefônica e eu fui designado para participar de uma comissão juntamente com o procurador-geral da época, Dr. Floriano Maya D'Ávila, um dos vultos mais salientes do Ministério Público, que morreu desgraçadamente, câncer violento, e cassado, politicamente cassado. Foi cassado na Revolução sobretudo por essa participação dele na encampação, na estatização da companhia telefônica que, naquela época, era dos grupos norte-americanos. Por causa disso, eu recordo bem, ele foi proibido de ingressar nos Estados Unidos. Foi declarado *persona non grata* por causa da participação que teve. E segundo me consta, eu estava também proibido de ingressar nos Estados Unidos, (mas) nunca pensei [em] ir lá (risos). Em todo caso, me proibiram também de ingressar nos Estados Unidos por causa dessa participação. E agora a companhia telefônica, embora esteja em nome, em mãos de grupos estrangeiros, está organizando a memória das telecomunicações e eu fui procurado para fornecer alguns elementos

de que dispusesse para contar a história da companhia telefônica no Rio Grande do Sul, e a respeito disso eu tinha bons elementos.

Projeto Memória: Bem, acho que também pode nos situar muitos desses elementos, até porque era período de fins da década de 50, em que havia todo um processo de busca de nacionalização.

Ladislau Fernando Röhnelt: Existia nesse período uma exaltação nacionalista forte, mas muito forte, e essa exaltação refletiu-se no Rio Grande do Sul através dessa medida do Governador Brizola de encampação de uma companhia estrangeira, transformando-a em bem público gaúcho e, infelizmente, agora perdemos outra vez. E depois veio o período militar. Embora eu não tenha sentido diretamente a pressão, a coação da ditadura, aquilo nos restringiu muito a atividade, tanto que alguns colegas meus, um deles está atualmente parece que em Cruz Alta, foram muito perseguidos pelas autoridades militares. O Dr. Floriano Maya D'Ávila, a quem eu assessorava na procuradoria-geral, foi preso e eu o visitava na prisão. Então vivi aquele ambiente de terror, ameaçado de ser cassado também, tanto que amigos meus, promotores mais ou menos aderentes da Revolução Militar, vieram me aconselhar que eu moderasse minha conduta para evitar de ser preso. Foi esse ambiente que eu vivi naquele período. Foi nesse meio tempo que eu passei para a desembargadoria, foi em 1974, não foi?

Projeto Memória: Foi em (19)74, que passou para desembargador. De (19)63 a (19)74 foi um período real-

Maia D'Ávila a UH: CTN Fazia Remessa de Lucros Ilegais!

A REMESSA de lucros ilegais da Companhia Telefônica Nacional torcia-se patente para quem examinasse suas contas, declarou a ÚLTIMA HORA, o Procurador-Geral do Estado, Floriano Maia D'Ávila. «A retomada dos serviços pelo Estado, foi uma medida de salvatagem econômica. Basta lembrar que a CTN, até o balanço de 21 de outubro de 1961, devia à «International Telephone and Telegraph Corporation» a fabulosa importância de 1 bilhão e quatro 900 milhões de cruzeiros, sendo aquela mesma empresa estrangeira dona de 98% do capital da referida empresa. Ora, este não é apenas um exemplo claro de contabilidade, de honestidade pelo «capital estrangeiro» como uma artimanha para remessa ilegal de lucros, visto que a CTN usufruiu esta valiosa dívida a título de «subsídios» (lembra-se).

«Equipamentos Obsoletos»

«A parte mais relevante do relatório elaborado pela Comissão Especial, nomeada pelo governo do Estado, é a que põe em evidência o caráter obsoleto dos equipamentos utilizados pela CTN, a

posto de serem considerados como inexistente, em grande parte.

Depreciação Contábil

TRES DOCUMENTOS ESSENCIAIS PARA ENTENDER AS RAZÕES DA ENCAMPAÇÃO DA TELEFÔNICA!

Recebendo o relatório da Comissão Especial constituída pelo Estado para analisar o tombamento físico e contábil da Companhia Telefônica Nacional, (já anteriormente realizado por peritos), e após um minucioso estudo de seus vários aspectos, o governador Leonel Brizola prolatou o seguinte despacho no expediente:

Aprova. A Procuradoria Geral para a elaboração, dos atos necessários à cassação da autorização, retomada dos serviços e desapropriação dos bens da CTN, no Rio Grande do Sul.

(ass) Eng. LEONEL BRIZOLA,
Governador do Estado. Em 14.7.1967



O DECRETO DE ENCAMPAÇÃO

As 8.30 horas de 16 de fevereiro, em seu gabinete de despacho no Palácio, o governador assinava o decreto cassando a autorização utilizada pela CTN e declarando de utilidade pública os seus bens no Rio Grande do Sul.

Figura 23 - Declarações do Procurador-Geral do Estado Floriano Maia D'Ávila sobre o processo de estatização da Companhia Telefônica. Última Hora, Porto Alegre, 17.02.1962, p. 12, Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Foto: Vinicius Oliveira.

Figura 24 - O processo de estatização da Companhia Telefônica. Última Hora, Porto Alegre, 19.02.1962, p. 15, Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Foto: Vinicius Oliveira.



Figura 25 - Lista de funcionários expurgados pelo Golpe Militar em 1964. Diário de Notícias, Porto Alegre, 19.04.1964, capa. Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Foto: Vinicius Oliveira.

mente de muito fechamento político.

Ladislau Fernando Röhnelt: Foi a pressão política. O ambiente que se formou com a ditadura era muito pesado e causava temores especialmente para aqueles que dependiam daqueles cargos para sobreviverem. Então esses a gente tinha que chamar a atenção, moderá-los. Organizamos aqui, na clandestinidade, um grupo de apoio aos nossos colegas que estavam presos na magistratura e no Ministério Público para sustentar as famílias, e nos reuníamos no *hall* de entrada do edifício onde funcionava o Tribunal de Justiça. Nós nos reuníamos ali.

Projeto Memória: Esse era um dado que nós não tínhamos. Seria interessante o senhor relatar.

Ladislau Fernando Röhnelt: Nós éramos uns 10 ou 12 que arrecadávamos fundos para sustentar as famílias dos nossos colegas e magistrados presos. Um deles é o Luiz Carlos Gomes.

Projeto Memória: Esse que estava em Cruz Alta?

Ladislau Fernando Röhnelt: Em Cruz Alta. Esse depois foi cassado, depois mais tarde se aposentou. Agora parece que tem uma banca muito boa de advocacia em Cruz Alta, o Dr. Luiz Carlos Gomes. Esse era meio afoito.

Projeto Memória: Desembargador, parece que o número de pessoas que enfrentaram problemas de prisão no momento específico do movimento militar, do golpe, não foi tão acentuado quanto aquele número não falado mas que se processou ao longo dos outros dez anos seguintes. Estou lhe perguntando isso por-

que o senhor levantou esse caso que a gente não tinha os dados, essa associação para reunir fundos, o que demonstra então que de fato existiam outras pessoas presas.

Ladislau Fernando Röhnelt: Inclusive o Dr. Luiz Carlos Gomes teve uma crise, como se chama, na prisão, embora a sala dele fosse espaçosa, ele teve uma crise, esse horror à clausura, como é...

Projeto Memória: A claustrofobia.

Ladislau Fernando Röhnelt: A claustrofobia, teve crises. Isso que eu queria dizer, vou revelar um fato que até hoje nós mantivemos assim, sem interesse nenhum, mas mantivemos fechado, clandestino. O comandante do quartel aqui, da Brigada aqui embaixo, onde estavam recolhidos os magistrados presos, políticos presos e agentes do Ministério Público, era nosso companheiro. Então, embora Comandante da Revolução, ele permitia que nós ingressássemos com livros. Ele só recomendava que nós tapássemos com frutas os livros que... nem sei se é vivo esse senhor ainda hoje. Era incansável, incansável.

Projeto Memória: Como é que ele lidava com essa dupla situação?

Ladislau Fernando Röhnelt: Engraçado, ele não pedia muito sigilo, sabe. Ele dizia: "Não, o senhor entra à vontade. Quem tem ordem, tem dias marcados... os senhores têm liberdade total".

Projeto Memória: Isso ele fazia para os magistrados, para promotores?

Ladislau Fernando Röhnelt: Promotores. Um que esteve preso lá na época, esse Dr. Ajadil Lemos, não sei se está vivo ainda.

Projeto Memória: Está.
 Ladislau Fernando Röhnelt: Foi procurador-geral. O Ajadil estava preso lá, nós entrávamos, sempre em cima tinha maçãs, frutas, mas embaixo tinha livros que eles consideravam subversivos, mas que realmente não eram. Esse homem foi incan-

sável conosco, não permitiu que aqueles mais afoitos, mais passionais, torturassem os nossos presos políticos, não deixava, esse Comandante da Brigada, não me recordo o nome dele. É um homem que merecia, hoje, depois que tudo passou, uma homenagem.

Página 205



Figura 26 - Lista de cassação e suspensão de direitos políticos pelo Governo Militar em 1964. Zero Hora, Porto Alegre, 08.05.1964, p. 1. Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Foto: Vinicius Oliveira.



Figura 27 - Lista de cassação e suspensão de direitos políticos pelo Governo Militar em 1964. Zero Hora, Porto Alegre, 08.05.1964, p. 10. Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Foto: Vinicius Oliveira



Figura 28 - Liberação de presos políticos. Zero Hora, Porto Alegre, 05.06.1964, contracapa. Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Foto: Vinicius Oliveira.

206

Projeto Memória: Quanto tempo mais ou menos ficavam nessas prisões? Como é que acontecia o processo?

Ladislau Fernando Röhnelt: Não tinha processo.

Projeto Memória: Não tinha processo jurídico e o desenrolar, era sumário?

Ladislau Fernando Röhnelt: Dois, três meses. Ao Dr. Floriano Maya D'Ávila deram um cubículo, uma coisa terrível.

Projeto Memória: Bastante tempo, dois, três meses?

Ladislau Fernando Röhnelt: Eram dois, três meses, sempre incomunicável. Aí que está o detalhe, embora o filho não pudesse, nós, compa-

nheiros do Floriano do Ministério Público, podíamos entrar lá, para quebrar aquela incomunicabilidade dele, e ali ficávamos sentados com ele na cama, conversando. Mas ele era muito forte, muito resistente. Não sei se depois, pouco depois, faleceu, não sei se em consequência desse desgosto, não é? Ele acabou falecendo.

Projeto Memória: E o que era apresentado como justificativa?

Ladislau Fernando Röhnelt: Eram inimigos da nova ordem. Não tinha processo nenhum. O Dr. Floriano Maya D'Ávila esteve preso lá meses e não houve um processo, uma acusação contra ele. Isso é o que se chama arbítrio, esse é o estado de fato, não tinha nenhum respeito pelo Direito, pelas garantias individuais. Então prendiam, ficavam por lá e depois mandavam soltar. Mas havia coisas incríveis. Nós fomos pedir para o Secretário de Segurança, que era um coronel, depois andou lá... parece que era de Uruguaiiana, nós fomos pedir para ele ver se consentia que quebrassem a incomunicabilidade do Floriano para receber o filho e a esposa. Ele disse: "Olha, eu tinha muita vontade de ajudar o Floriano, mas como ele me atirava a Constituição na cara, ele que fique lá". Que coisa terrível!

Projeto Memória: Que absurdo!

Ladislau Fernando Röhnelt: Era coisa terrível, terrível esse homem. "Ele que sempre andava com a

Histórias de vida do Ministério Público do Rio Grande do Sul - Rememorações para o futuro

Constituição dele no bolso, pois agora cite a Constituição." Era assim, e não deu licença, não deu. Era terrível a coisa, sabe? Projeto Memória: A importância de relatar esses colóquios para

as gerações que não viveram esses momentos!

Ladislau Fernando Röhnelt: Foi um período difícil. Eu particularmente não sofri. Eu tinha muita pressão quando entravam os *habeas corpus* no Tribunal, onde eu era procurador, naquela época não era desembargador, *habeas corpus* em favor dos presos políticos. O Tribunal, não sei se convém dizer isso, o Tribunal covardemente negava os *habeas corpus* contra o meu parecer alegando que era competência da Justiça Militar e o Tribunal não tinha por que... e continuavam as prisões. Um amigo meu, Dr.

Anselmo Amaral, chegou a me dizer na época que os tribunais que faziam mais justiça, aqui no Rio

Grande do Sul, eram os militares, porque os civis estavam acovardados. Projeto Memória: Transferindo as prerrogativas para o militar. Ladislau Fernando Röhnelt: Isso eu vivi. Eu dava

parecer entendendo que havia prisão abusiva, opinava pela concessão de *habeas corpus*, mas não levava, e negavam alegando que a competência era da Justiça Militar, e, como Pôncio Pilatos, lavavam as mãos. E, na Justiça Militar, alguns *habeas corpus* foram concedidos porque, como eles eram mi-

litares, eles se sentiam mais protegidos contra uma perseguição política. Então concediam *habeas corpus* livremente. E a nossa Justiça foi um tanto quanto acovardada na época.

Projeto Memória: E dentro do

Ministério Público, na atividade cotidiana, como é que se manifestavam essas pressões, de uma forma mais direta ou mais sutil?

Eram inimigos da nova ordem. Não tinha processo nenhum. O Dr. Floriano Maya D'Ávila esteve preso lá meses e não houve um processo, uma acusação contra ele. Isso é o que se chama arbítrio, esse é o estado de fato, não tinha nenhum respeito pelo Direito, pelas garantias individuais. Então prendiam, ficavam por lá e depois mandavam soltar.

Foi um período difícil. Eu particularmente não sofri. Eu tinha muita pressão quando entravam os habeas corpus no Tribunal, onde eu era procurador, naquela época não era desembargador, habeas corpus em favor dos presos políticos. O Tribunal, não sei se convém dizer isso, o Tribunal covardemente negava os habeas corpus contra o meu parecer alegando que era competência da Justiça Militar e o Tribunal não tinha por que... e continuavam as prisões. Um amigo meu, Dr. Anselmo Amaral, chegou a me dizer na época que os tribunais que faziam mais justiça, aqui no Rio Grande do Sul, eram os militares, porque os civis estavam acovardados.

Ladislau Fernando Röhnelt: Não, não.

Projeto Memória: Dentro do Ministério Público não?

Ladislau Fernando Röhnelt: O que sentia é que certos setores do Ministério Público, especialmente na cúpula, apoiavam a Revolução. Não abertamente, mas subrepticamente, discretamente. Tanto que eu fui candidato à presidência da Associação e me derrotaram na votação justamente porque alegavam que eu era anti-revolucionário e foi vencedor um aderente da Revolução. Havia esse ambiente, como na magistratura também. Houve até, não sei se a senhora sabe, um juiz que concedeu dezenas de mandados de prisão em branco. Ele só assinava (para) as autoridades militares para prender os políticos. Até isso houve aqui.

208

Projeto Memória: Daqui de Porto Alegre?

Ladislau Fernando Röhnelt: Ele estava no interior nessa época, depois acabou sendo desembargador. Claro, servia aos senhores, então foi beneficiado. Mas teve isso também, concedia em branco, ele só assinava, quanto ao nome, o Exército que prendesse quem quisesse. Isso eu me lembro.

Projeto Memória: Como a família de um promotor, que está acompanhando essas coisas, se sentia nesse momento? O senhor não tinha pressão da esposa e dos filhos, ou eles estavam também envolvidos com os mesmos valores?

Ladislau Fernando Röhnelt: Eu recordo que pressão, pressão assim dos militares, eu não cheguei a sentir. O que houve foi o seguin-

te. Nós tínhamos aqui uma vizinha, uma menina, irmã de quem é hoje secretário-geral do PT em São Paulo, homem inteligentíssimo, pois a polícia quis prendê-la e ela veio se esconder aqui em casa, e eu não deixei. Eles vieram buscá-la aqui, forçaram a porta e eu disse: "Só com mandado. Para prender essa moça, só com mandado". Depois, no dia seguinte, deram um tiro na porta, hoje já não está mais, (mas) deram um tiro e a bala pegou na moldura da porta. Eles vieram aqui, fingiram uma pesquisa e tal, fotografaram o buraco da bala. Eles estenderam uma força aqui fora para prender a mocinha, mas não levaram, eu disse que só levariam com mandado judicial de prisão. Assim, não é, só pela ordem natural de prisão, essa não, essa não atenderia, só se me trouxessem um mandado. Já que não tinham condições de me dar um mandado, a moça ficou aqui. Depois, um tio dela, que na época era coronel e da Revolução - hoje está reformado -, veio buscá-la aqui para levar para casa. Era da Revolução, [mas para esse] entreguei porque era tio dela. O irmão dessa moça hoje é o secretário-geral do PT no Brasil, é figura inteligente, Marco Aurélio Garcia.

Projeto Memória: Foi Reitor inclusive da Unicamp. Marco Aurélio Garcia é uma belíssima cabeça, um intelectual. Eles eram de Porto Alegre,

Ladislau Fernando Röhnelt: Ele foi corrido, ele esteve no Chile exilado.

Projeto Memória: Exato.

Ladislau Fernando Röhnelt: Pois essa menina é irmã dele. Ele morava aqui nesse beco. Já na época era uma cabeça fora de série, um talento.

Projeto Memória: Ele é um grande intelectual.

Ladislau Fernando Röhnelt: Se é, se é. Parece que está em São Paulo.

Projeto Memória: Em São Paulo sim, ele está agora como Secretário, acho que Secretário da Cultura da Marta Suplicy, e foi reitor da Unicamp.

Ladislau Fernando Röhnelt: Foi. É uma cabeça aquela rapaz, sabe. O pai dele era advogado da Fazenda Pública, também uma pessoa muito conceituada, morreu cedo, morreu mocinho, o pai dele.

Projeto Memória: A sua família deve ter se sentido pressionada ao ver, de repente, sua casa como refúgio.

Ladislau Fernando Röhnelt: Eles estenderam uma força aqui na frente para levar a menina, mas não levaram. Eu [disse]: "Para entrar aqui dentro de casa, levar a menina, só com mandado de prisão".

Projeto Memória: O senhor foi designado para acompanhar um inquérito policial para apurar a passeata da vitória promovida pela Frente Democrática em Livramento. O que era isso? Como é que funcionava? Porque essa era uma época de passeatas também e de confronto entre grupos.

Ladislau Fernando Röhnelt: Ali, eu não tive problema com aquilo. Foi na época, me parece, que era o Ildo Meneghetti o vencedor. Eu era promotor lá em Livramento, fui es-

calado para lá. Mas não houve problema nenhum, mataram um, isso eu me lembro.

Projeto Memória: Não teve problemas, só mataram um. (risos)

Ladislau Fernando Röhnelt: Passaram na frente, parece que provocadoramente o grupo passou na frente.

Projeto Memória: Isso eu gostaria que o senhor contasse. Na realidade essas passeatas eram formas de provocação dos grupos.

Ladislau Fernando Röhnelt: Sempre. A senhora sabe que nesses movimentos coletivos há os pacíficos, os pacifistas e os provocadores. Então, grupos de provocadores, segundo eu sei, geraram esse incidente, que resultou em uma morte. Esse grupo pegou as bandeiras de seu partido, que eu não lembro qual [era], passou na frente do outro partido, com aquelas provocações naturais.

Projeto Memória: Aí deu o confronto.

Ladislau Fernando Röhnelt: Deu o confronto e houve uma morte.

Projeto Memória: Em (19)56, em Caçapava, o que aconteceu exatamente, naquela representação do padre contra o promotor Flávio da Costa Franco.

Ladislau Fernando Röhnelt: É. Outra cabeça! Aquilo foi pura perseguição política.

Projeto Memória: Eu gostaria que o senhor colocasse...

Ladislau Fernando Röhnelt: Eu fui designado, eu não me lembro quem era o procurador-geral, mas me parece que era o Professor Henrique Fonseca de Araújo, que depois foi para Brasília, e eu fui lá

fazer a investigação, e ele até deu uma prova de independência, o Henrique, porque, sabendo que eu não era do grupo, me designou para verificar o que é que havia contra o Flávio, mas não tinha. O que havia é que ele tinha idéias extremistas e aquele grupo conservador de fazendeiros moveu uma campanha permanente contra ele para afastá-lo de lá, fazendo-lhe, inclusive, acusações que eu não consegui comprovar e terminei meu relatório pedindo, sugerindo a absolvição dele, e de fato o Conselho foi pela absolvição. Agora, esse rapaz era inteligente, ele não podia mais ficar lá.

Projeto Memória: Qual o parentesco com o Sérgio da Costa Franco?

210

Ladislau Fernando Röhnelt: É irmão. Ele não podia mais ficar muito tempo no meio daqueles fazendeiros conservadores, sem idéias, cuidam só dos interesses. Ele era um homem ideologicamente progressista, avançado, então não podia mesmo ficar lá. Tanto que eu disse para ele: "Flávio, tu vais embora daqui".

Projeto Memória: A Igreja estava junto porque foi um padre que fez...

Ladislau Fernando Röhnelt: Foi, foi.

Projeto Memória: A Igreja estava junto com os fazendeiros.

Ladislau Fernando Röhnelt: Isto. Aliás, de uns tempos para cá é que a Igreja se mostrou assim meio...

Projeto Memória: Progressista?

Ladislau Fernando Röhnelt: ...progressista. Naquele época não, naquela época acompanhava os fa-

zendeiros. E foi a Igreja, com esse grupo de fazendeiros, com a Associação dos Fazendeiros, que moveu essa campanha. Eu vou lhe dizer mais, pelo que eu pude ver lá, eles não estavam tão preocupados com a punição do Flávio, eles queriam mais que o Flávio fosse afastado, isso é que eles queriam. Era uma forma de puni-lo. Mas o Conselho aqui, com a aprovação do procurador-geral, que era um homem independente, manteve o Flávio por lá, saiu quando quis.

Projeto Memória: Aquele foi um período também...

Ladislau Fernando Röhnelt: Pesado.

Projeto Memória: ...muito pesado. Inclusive, logo em seguida, dois meses depois, o senhor também estava atuando num outro inquérito policial contra dois bacharéis, Mário Fernandes Cunha e Romagueira de Oliveira, o que mostra que os promotores estavam enfrentando conflitos com forças da sociedade.

Ladislau Fernando Röhnelt: Isto, é.

Projeto Memória: Daria para o senhor relatar um pouco desse período?

Ladislau Fernando Röhnelt: Eu não tenho boa recordação dessa fase, me escaparam alguns fatos. Mas o que eu posso dizer é o seguinte. Os promotores, de um modo geral, mostraram-se altaneiros, não se deixaram intimidar pela Revolução, salvo exceções, como é natural. Mas, de um modo geral, eles atuaram com independência nesses casos de denúncias, acusações contra supostos subversivos. O

Ministério Público mostrou-se muito independente, soberano, não se agachou diante da ambição militar, não cedeu muito. Eu acho que até outros setores ligados ao Direito cederam mais do que o Ministério Público.

Projeto Memória: A magistratura, por exemplo, ficou mais acomodada, transferindo as decisões.

Ladislau Fernando Röhnelt: Para o Tribunal Militar. E eram uns desembargadores eminentes, inteligentes, mas vinham aquelas sutilezas jurídicas, quando se quer a gente inventa, então aí a competência, o fato é militar... E, naquela mesma época, um juiz em Bagé, esse sim, esse até foi muito elogiado, está há pouco tempo em Porto Alegre, ele disse que não eram subversivos todos aqueles que defenderam a Constituição de (19)46, até que veio o Ato Institucional. Até lá eles eram defensores legítimos da Constituição e os absolvía. Ele só considerou subversivos aqueles que reagiram contra o Ato Institucional, mas até então [estavam] defendendo uma Constituição válida, legítima, popular, como era a Constituição de (19)46, aliás (19)67. Mas houve esse juiz, que teve essa coragem, e a cidade de Bagé, não lembro agora, praticamente estava ocupada pelos militares,

Os promotores, de um modo geral, mostraram-se altaneiros, não se deixaram intimidar pela Revolução, salvo exceções, como é natural. Mas, de um modo geral, eles atuaram com independência nesses casos de denúncias, acusações contra supostos subversivos. O Ministério Público mostrou-se muito independente, soberano, não se agachou diante da ambição militar, não cedeu muito. Eu acho que até outros setores ligados ao Direito cederam mais do que o Ministério Público.

principalmente porque era uma zona de fronteira e ali, na época, o partido de liderança popular era o PTB, não existia o PT.

Projeto Memória: Não, não existia. Era o PTB.

Ladislau Fernando Röhnelt: Era o PTB. Os grandes líderes viviam em Bagé. Então lá os militares criaram um cerco forte, pesado, inclusive cassaram aquele rapaz, eu gostava muito dele, que foi Secretário da Educação, acho que do Brizola, Justino, não me lembro o nome.

Não sei se esse rapaz é vivo ainda, mas era Secretário da Educação, fora Secretário, depois voltou para Bagé, tinha lá uma função pública, cassado, subversivo, aquela coisa toda. Como Bagé era um centro petebista, o cerco militar era bem maior e lá eu soube de coisas, não se comprovaram, mas eu soube de coisas lamentáveis contra supostos juristas, que cederam às pressões e fizeram coisas que jamais eles poderiam ser perdoados. Prenderam o Justino, escorraçaram outros que tiveram que fugir para o Uruguai, que está mais ou menos próximo de Bagé, para se exilar, senão seriam presos, sem ordem escrita, sem autorização judicial, sem processo, sem nada. Eles prendiam assim, prendiam assim como diz o gaúcho, no grito.

Projeto Memória: Isso era porque

havia uma concepção ideológica dentro da magistratura para esse tipo de divisão do Estado em perigo ou era porque realmente foi uma situação de momento, de não-enfrentamento.

Foi acomodação ou ideologização?

Ladislau Fernando Röhnelt: Eu acho que foi acomodação, foi acomodação sim. Eu diria mais, era temor de perder os cargos. Era isso.

Projeto Memória: Não que efetivamente se estivesse defendendo uma causa, defendendo uma ideologia.

212

Ladislau Fernando Röhnelt: Não que fosse defendendo uma ideologia, era medo de que houvesse represálias se eles tomassem, adotassem alguns atos, diríamos, liberatórios.

Projeto Memória: E, depois desse período, que foi fins de (19)60, inícios de (19)70, que foi uma fase de fechamento, por outro lado, foi também quando os membros do Ministério Público começaram a se agrupar, a formar associações, começaram a participar de congressos para redefinir a situação do Ministério Público na qual o senhor também participou. Como foi a experiência nessa área?

Ladislau Fernando Röhnelt: Inclusive eu participei aprovando, na época (em) que eu era, [se não me engano], Corregedor do Ministério Público, a iniciativa do Procurador-Geral Floriano Maya D'Ávila de cria-

ção da Corregedoria do Ministério Público. Está ela aí até hoje. E foi o Dr. Floriano muito acusado pelas oposições ali na Assembléia sob fundamento de que ele criaria um cargo

sem lei. E ele demonstrou, inclusive com a minha assessoria, que para a criação daquele cargo, que não era propriamente um cargo, era uma função, não precisava lei, bastava um decreto dele. Assim prevaleceu, daí as coisas evoluíram de tal forma que a corregedoria está estruturada

por lei.

Projeto Memória: O senhor foi o primeiro que exerceu essa função?

Ladislau Fernando Röhnelt: Não, antes de mim exerceu o Dr. Caio, não me recordo bem, faz muitos anos, antes de mim teve um primeiro corregedor, depois fui eu. E, na mesma época, por iniciativa do Dr. Floriano Maya D'Ávila, [foram organizados] os serviços de defesa, a assistência judiciária aos carentes e, como não havia lei organizando isso, ele adotou a seguinte medida, que na época foi muito elogiada. Ele trouxe para dentro da procuradoria, e ali se formou um departamento de assistência judiciária, funcionários públicos formados em Direito, deslocou de lá, tanto que diziam que eram precários, sem conhecimentos jurídicos. Mas acontece que foi uma iniciativa. Com isso hoje está aí o ser-

(...) mas eu soube de coisas lamentáveis contra supostos juristas, que cederam às pressões e fizeram coisas que jamais eles poderiam ser perdoados. Prenderam o Justino, escoraçaram outros que tiveram que fugir para o Uruguai, que está mais ou menos próximo de Bagé, para se exilar, senão seriam presos, sem ordem escrita, sem autorização judicial, sem processo, sem nada. Eles prendiam assim, prendiam assim como diz o gaúcho, no grito.

viço, está até a Defensoria Pública hoje. Foi coisa do Dr. Floriano Maya D'Ávila, eu era assessor do gabinete e participava desses movimentos todos. Então ele criou a corregedoria, o serviço de assistência judiciária, sem criar cargos e gastar com nomeações. Ele trouxe para dentro da procuradoria aqueles funcionários públicos que tinham título de bacharéis em Direito e assim começou a assistência judiciária no Rio Grande, com as deficiências naturais, porque nem todos eram bastante competentes para exercer a função. Mas foi assim que começou e hoje está aí bem desenvolvida.

Projeto Memória: Do período ainda no Ministério Público, que outras lembranças antes dessa fase de (19)74? E a ida para o Tribunal de Justiça; como é que foi? Por que o senhor se aposentou e depois reassumiu a função?

Ladislau Fernando Röhnelt: Cassaram, cassaram.

Projeto Memória: Podia nos contar um pouco. Como é que aconteceu essa aposentadoria, foi compulsória?

Ladislau Fernando Röhnelt: Não, eu achei que chegara a época, o tempo de serviço que eu tinha (para) me aposentar, descansar e me dedicar a outras atividades.

Projeto Memória: Isso em (19)69. Depois o senhor voltou?

Ladislau Fernando Röhnelt: Aí o Tribunal de Contas negou o registro da minha aposentadoria, alegando que eu contei tempo de serviço que não podia ter contado, que para os

outros contaram, uma coisa curiosa, uns acharam que era o dedo da perseguição. Então, como resposta, porque eu achei aquilo um desaforo, eu voltei para o Ministério Público, já era procurador-geral o Dr. Lauro Guimarães. Voltei, completei o tempo de serviço e, nesse meio tempo que eu estava esperando para

(...) quando ingressei no Ministério Público, nós tínhamos nomes respeitáveis, nomes que a gente pronunciava, que eles pronunciavam, e a gente quase que se curvava numa reverência.

me aposentar, reaposentar, é que me mandaram para o Tribunal. Acabei desembargador. Mas eu estive aposentado dois ou três anos, a senhora sabe. Até que demorou muito o Tribunal para se manifestar.

Projeto Memória: O senhor também teve

uma atividade em bancas de concurso para ingresso...

Ladislau Fernando Röhnelt: Várias vezes participei.

Projeto Memória: Seria também importante o senhor nos relatar como é que eram esses concursos. Que tipo de pessoal vinha? Porque hoje a procura pelo Ministério Público é muito grande e nem sempre foi assim.

Ladislau Fernando Röhnelt: Os concursos eram muito bem organizados, honestos, limpos, legítimos. As questões eram preparadas por especialistas e, inclusive, [por] professores da UFRGS, que nos ajudavam a formular as questões. Acontece que a concorrência não era tão...

Projeto Memória: Eram bem preparados mas pouco competiam.

Ladislau Fernando Röhnelt: E alguns de fora, alguns candidatos de fora. Veja bem, quando ingressei no Ministério Público, primeiro na fase

da interinidade, depois tive que fazer concurso, eu recorde que nós éramos 36 candidatos, hoje são milhares, 36 para 38 vagas, me parece que eram. Hoje, a senhora vê, dá uma média de 20, 30 candidatos por vaga. Naquela época, então, não havia essa procura, essa demanda acerca do Ministério Público. Outra coisa, ingressou uma elite que vou lhe dizer uma coisa. Tanto que eu vi ali naquela temática, se eu me lembrar de nomes que mereçam destaque eu vou lhe dar, esse Henrique Fonseca de Araújo, José Barros Vasconcelos, hoje desembargador, mas também foi Procurador-Geral do Ministério Público, é vivo ainda; Peri Rodrigues Condessa, quem mais, um outro, Guebes, não sei o quê Guebes. Eram de um talento que dava gosto. Agora me disseram que a coisa não é tão boa assim, não sei se é verdade.

Projeto Memória: Talvez porque haja uma quantidade muito grande.

Ladislau Fernando Röhnelt: Pois é, quem sabe, vamos dizer assim, a seleção não é tão poderosa, tão forte, tão bem feita como era. Porque, quando ingressei no Ministério Público, nós tínhamos nomes respeitáveis, nomes que a gente pronunciava, que eles pronunciavam, e a gente quase que se curvava numa reverência. Esse Peri Rodrigues Condessa, (por exemplo), era uma cabeça, tanto que ele comprovou isso depois quando passou para o Ministério Público. José Barros Vasconcelos, era poeta também e depois tinha uma cultura geral. Hoje eu acho o Ministério Público muito preso à formação de uma consciência jurídica. Na minha época, havia uma florescência cultural em torno dos novos aspectos

do Ministério Público que acabaram se manifestando, se confirmando e se concretizando agora, mas já eram sonhados esses aspectos no tempo que eu ingressei no Ministério Público. Veja bem, eu era Corregedor do Ministério Público e, preocupado em difundir aqueles grandes trabalhos, trabalhos de acusação dos promotores, selecionei, consegui selecionar, consultando, pesquisando os processos, inclusive indo para o interior, separei cinco grandes processos com grandes acusações. Está aí o livro: *Os Crimes que Comoveram o Rio Grande*, lançado pela Corregedoria, e ali estão entre os processos...

Projeto Memória: O livro é de sua autoria?

Ladislau Fernando Röhnelt: Não, o livro é da Corregedoria, [mas] o trabalho de pesquisa e de organização foi meu. *Os Crimes que Comoveram o Rio Grande*. Eram cinco, entre esses cinco processos criminais está lá, para quem quiser ver, o famoso processo Gaffrée, não sei se a senhora ouviu falar. Gaffrée foi acusado de matar um médico baiano, num processo que teve repercussão mundial. Os trabalhos do Ministério Público lá dentro estão todos nesse livro.

Projeto Memória: O senhor lembra quais foram os cinco?

Ladislau Fernando Röhnelt: Um é o processo Gaffrée; outro era um fazendeiro de Alegrete (que) matou a senhora: "O crime do Caminho do Meio", ficou famoso também esse, sabe? Teve um em Santa Rosa, não me recorde quem era o acusado. O Promotor acusador era o Henrique Fonseca de Araújo, isso eu me lem-

bro. O de Alegrete era o Paulo, irmão do senador que é até nome de rua, Paulo.

Projeto Memória: Paulo Pinto de Carvalho.

Ladislau Fernando Röhnelt: Está aí. Foi uma das pessoas que projetou o Ministério Público. Não tanto...

por isso que eu digo:

os que mais projetaram o Ministério Público não foram os que mais se dedicaram a exercer puramente o Ministério Público, foram aqueles que formaram uma cultura geral, eu diria até interdiciplinar, conheciam filosofia, sociologia, psicologia, esses é que projetaram e

engrandeceram o Ministério Público. Entre esses estão [os] que eu citei: o José Barros de Vasconcelos, que inclusive era poeta; o Peri, famoso por seus conhecimentos de Português, de Gramática; o Henrique Fonseca de Araújo, que acabou professor da Universidade de Brasília e faleceu há uns três, quatro anos, era muito meu amigo, eu gostava muito dele, reacionário, ele era do Partido Libertador. Pois o Henrique eu considerava um reacionário, era do Partido Libertador, mas era uma grande alma, uma grande cabeça, um sujeito democrata, veja bem, naquelas medidas que implicavam influências partidárias ele escolhia nós, eu, que éramos independentes em relação ao partido dele, mas ele escolhia esses. Os medíocres escolhem os companheiros lá para esconder os

Os medíocres escolhem os companheiros lá para esconder os fatos, ele buscava lá de fora gente até adversária política dele. Por isso eu achei o Henrique uma figura grandiosa do Ministério Público e ele precisava ter um certo destaque na memória do Ministério Público. Esse homem fez muita coisa.

fatos, ele buscava lá de fora gente até adversária política dele. Por isso eu achei o Henrique uma figura grandiosa do Ministério Público e ele precisava ter um certo destaque na memória do Ministério Público. Esse homem fez muita coisa. Agora verdade, vamos dizer assim, o gran-

de motor que gerou, que engrandeceu o Ministério Público, e ele, como é o nome dele, foi o primeiro procurador, tinha um irmão que era General...

Projeto Memória: O Abdon de Mello?

Ladislau Fernando Röhnelt: O Abdon de Mello era do meu tempo. Aquele foi... ele tinha lá uns

defeitos, era meio serviente do ponto de vista político, tentava ser desembargador e para isso agradava muito o Tribunal. Mas era um homem que deu tudo o que tinha que dar para o Ministério Público, inclusive submeteu o ingresso do Ministério Público ao concurso público, que até então não era; os promotores eram escolha de caciques políticos. Foi ele que introduziu isso.

Projeto Memória: Teve um outro procurador-geral que talvez então o senhor tenha conhecido, que era o Anor Buttler Maciel.

Ladislau Fernando Röhnelt: Não era do meu tempo, eu ouvi dizer.

Projeto Memória: Acho que na época que o senhor estava fazendo a faculdade antes de assumir...

Ladislau Fernando Röhnelt: Teve o Bonumá, João Bonumá, que foi

professor da UFRGS de Processo Civil.

Projeto Memória: Referi esse porque ele era membro da Aliança Integralista Brasileira.

Ladislau Fernando Röhnelt: Quem?

Projeto Memória: O Anor Buttler Maciel. Havia algum tipo de interferência ou isso era comentado...

Ladislau Fernando Röhnelt: Ao menos que eu sentisse não. Houve procuradores, porque eu citei até agora procuradores-gerais que saíram da car-

reira, tivemos grandes procuradores que não saíram da carreira, por exemplo, o Dr. João Bonumá, Professor João Bonumá, e esse rapaz que foi Secretário da Justiça, Ajadil de Lemos, eram homens que vieram de fora da carreira e fizeram grandes administrações no Ministério Público. O Ajadil também era uma cabeça, nem sei se ele é vivo ainda.

Projeto Memória: É.

Ladislau Fernando Röhnelt: É uma grande cabeça e muito interessado em promover o Ministério Público no conceito social do Rio Grande porque naquela época o Ministério Público andava muito por baixo, porque dependia de escolhas políticas. E ele então tratou de recuperar, vamos dizer assim, a dignidade do Ministério Público, e conseguiu. Ele deixou uma boa recordação no Ministério Público no tempo daqueles que o conheceram, era de fora do Ministério

216



Figuras 29 e 30- Capa e apresentação do livro *Crimes que comoveram o Rio Grande... (quatro acusações)*. Publicação organizada pelo Corregedor do Ministério Público, Procurador de Justiça, Ladislau Fernando Röhnelt. *Biblioteca do Ministério Público do Rio Grande do Sul.*

CORREGEDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Of. 116-62-CMP.

Pórtio Alegre, 15 de Junho de 1962.

"Louva e aprova o plano da Corregedoria, Encaminha-se à publicação. Em 15-6-62. (s) FLORIANO MAYA D'AVILA — Procurador Geral do Estado".

SENHOR PROCURADOR GERAL.

No propósito de honrar o nobre esforço do Ministério Público, sempre incansável na luta contra os violadores da ordem jurídica, a Corregedoria concebeu o plano de reunir em um livro aqueles trabalhos de acusação, elaborados na instância do Tribunal Popular, que alcançaram, em sua época, grande repercussão na opinião pública.

É óbvio a razão pela qual se preferiram as acusações feitas perante o Tribunal do Júri. Disse a Corregedoria, ao fazer a apresentação do livro, que mais se estadeia, nesses feitos, "o afã do promotor, graças à publicidade do debate, à divulgação dos jornais, à personalidade do réu e da vítima. Bem como no renome, tantas vezes, dos tribunais da defesa".

Dentre êles escolheram-se, segundo o critério da ressonância social, aliado ao da significação jurídica, quatro processos criminais de enorme importância para o Ministério Público, pelo que representaram, graças ao labor de seus agentes, de prestígio e fama para a Instituição.

Estes processos originaram-se do crime da Santa Casa (Gaffrée), do caso Coronel Creso, do crime do Caminho Novo (Papsi) e do caso de Alegrete (Carus), nos quais atuaram, pela acusação pública, V. Excia. quando promotor da comarca de Bagé, o bel. Henrique Fonseca de Araújo, o bel. Luis Lopes Palmeiro e o bel. Paulo Moraes Dutra, respectivamente.

Para a hipótese de ser aprovado este seu plano, antecipa-se a Corregedoria, encaminhando a V. Excia., para fim de impressão, as razões oferecidas nos processos Gaffrée, Creso e Carus, com um prefácio e pequeno histórico de cada caso. Logo em seguida, assim que for copiado, será enviado o trabalho do bel. Luis Lopes Palmeiro.

Esperando ver aprovada esta sugestão, a Corregedoria apresenta ao Senhor Procurador Geral seus protestos de alto apreço e distinta consideração.

(s) LADISLAU FERNANDO ROHNELT
Corregedor

Público. O Anor não era do meu tempo, mas era de fora do Ministério Público, não era? O

Ajadil, o João Bonumá, não me lembro de outro que tenha vindo, vamos dizer assim, das camadas civis da sociedade. Os demais que deixaram boa memória no Ministério Público, todos foram escolhidos dentro da carreira - Peri Condessa, José

Barros Vasconcelos e Henrique Fonseca de Araújo. E naquela época não existia ainda a Procuradoria-Geral do Estado, que hoje é chefiada pelo Dr. Torelly.

Projeto Memória: Que hoje é autônoma em relação à Procuradoria-Geral de Justiça.

Ladislau Fernando Röhnelt: Agora, naquela época, a Procuradoria-Geral do Estado, vamos dizer, os Conselheiros do Estado, todos estavam funcionando dentro do Ministério Público, que era uma espécie de departamento. Até que veio a criação da Procuradoria-Geral, cuja transição eu presidi porque era chefe da Procuradoria Judicial do Estado, encarregado da defesa do Estado, e quando

veio a criação da Procuradoria-Geral do Estado eu acompanhei o primeiro... até a passagem dos arquivos, dos processos, tudo para a procuradoria. O primeiro foi esse, se não me falha

(...) tivemos grandes procuradores que não saíram da carreira, por exemplo, o Dr. João Bonumá, Professor João Bonumá, e esse rapaz que foi Secretário da Justiça, Ajadil de Lemos, eram homens que vieram de fora da carreira e fizeram grandes administrações no Ministério Público. O Ajadil também era uma cabeça (...)

De modo que presidi a passagem, o desmembramento da Procuradoria-Geral de Justiça e da Procuradoria-Geral do Estado do Ministério Público. Acabou sendo um Procurador-Geral do Estado e, outro, Procurador-Geral de Justiça.

a memória, que hoje é Ministro do Supremo, José Néri da Silveira. De

modo que presidi a passagem, o desmembramento da Procuradoria-Geral de Justiça e da Procuradoria-Geral do Estado do Ministério Público. Acabou sendo um Procurador-Geral do Estado e, outro, Procurador-Geral de Justiça. Isso fui eu que presidi.

Projeto Memória: Que foi uma autonomia importante para o Ministério Público.

Ladislau Fernando Röhnelt: Foi sim. Inclusive, como eu fui tão solícito na passagem de um órgão para outro, [no] primeiro concurso para (a) Procuradoria-Geral do Estado eu fui convidado pelo José Néri como presidente da Comissão, em homenagem ao trabalho de realização de transferência.

Projeto Memória: O senhor teve também uma atuação importante em termos de magistério. Poderia nos falar um pouco sobre isso? Onde lecionou?

Ladislau Fernando Röhnelt: Eu lecionei Direito Civil na Faculdade de Direito de

Pelotas dois anos, depois lecionei em Caxias do Sul, na universidade, depois na Unisinos, na Ritter dos Reis, na Escola Superior do Ministério Público, também lecionei lá. E aí há um

detalhe curioso. Quando se imaginou criar uma Escola do Ministério Público, eu participei dessa iniciativa e fui uma espécie de diretor da instalação de um curso de preparação, não era escola ainda. E essa escola nós trabalhamos tanto que dela resultou a atual Escola do Ministério Público. Eu era diretor desse curso de preparação.

Projeto Memória: Quais eram as idéias? Ela deve ter nascido da necessidade direta de formação...

Ladislau Fernando

Röhnelt: De preparação de candidatos ao Ministério Público. Nós estávamos sentindo carência de elementos razoáveis, bons. Então, tratamos de criar um curso que preparasse os candidatos ao Ministério Público

e esse curso funcionou bem. Inclusive, eu consegui trazer de Caxias dois professores excelentes que se ofereceram aqui graças ao meu apelo para lecionar de graça. Um deles faleceu há uns três anos - (o) Renan Falcão de Azevedo. O presidente do Tribunal da época, Pedro Muñoz, depois Ministro do Supremo, hoje falecido, considerava o Renan Falcão o maior civilista do Rio Grande, pois ele se ofereceu para lecionar de graça, nem a passagem ele cobrava. Quando faleceu, era professor da Universidade de Caxias e chefe do Departamento Bancário, de Advocacia aliás, Advocacia do Banco do Brasil. Eu tenho um livro dele aí sobre posse que é excelente. Como ele nos prestou um serviço muito bom no início da formação do curso de preparação, ele

me pediu e eu fiz o prefácio da obra dele. Numa ocasião ele me telefonou: "O teu prefácio está melhor que a minha obra". Acabou falecendo, faleceu moço. Renan Falcão de Azevedo, ele começou comigo a lecionar naquilo que seria a preparação da Escola do Ministério Público, depois acabou evoluindo para essa atual escola, que hoje é um órgão, ao que me parece, poderoso. Nesse eu lecionei também. Depois, como eu estava muito sobrecarregado na Escola Superior

[da] Magistratura, e além disso tinha minhas funções de desembargador, parei de lecionar.

Projeto Memória: O senhor ficou lecionando mais ou menos até que ano?

Ladislau Fernando Röhnelt: Olha,

acho que até minha aposentadoria, foi por aí, sabe. Eu sei que lecionava lá mesmo depois de ter assumido o cargo de desembargador, aí tive que desistir porque havia muito serviço, uma sobrecarga poderosa, e mantive-me professor da Escola da Magistratura. Essa, deixei há dois, três anos, e sábado passado recebi lá uma homenagem que eu vou lhe dizer... foi uma coisa sensacional a homenagem que a Escola me prestou e os alunos também.

Projeto Memória: O senhor lecionou até três anos atrás?

Ladislau Fernando Röhnelt: Três, quatro anos atrás. E fui homenageado sábado agora, recebi uma placa de prata, vieram até dois desembargadores de São Paulo, que

já me conheciam, para participar da homenagem. Eu fiquei muito comovido, sabe?

Projeto Memória: Ali no Tribunal, como desembargador, ficou quanto tempo em atividade?

Ladislau Fernando Röhnelt: Dez anos. Lá no Tribunal eu cheguei a assumir a presidência do Tribunal como vice no impedimento do presidente. Ingressei lá como membro de uma Câmara Cível, a Segunda Câmara Cível, e depois, a pedido do presidente do Tribunal, eles estavam em falta de penalistas, como eu lecionava Penal, eu passei para a Câmara Crimi-

nal. Acabei presidente dessa Câmara, depois vice-presidente, depois presidente das Câmaras Criminais Reunidas, um órgão que hoje não existe mais. E ali estive e, além das

minhas funções jurisdicionais, eu tinha as funções administrativas. Eu era presidente da Comissão de Informática e Jurisprudência, era presidente da Comissão de Concursos. Exerci esta função acho que uns oito anos, como presidente da Comissão de Concursos. Na presidência dessa Comissão eu presidi vários concursos, tanto que (o que tem de) juiz aí, quase tudo passou pelas minhas mãos.

Projeto Memória: Foi uma atividade intensa mesmo depois da aposentadoria no Ministério Público e muitos anos no Tribunal.

Ladislau Fernando Röhnelt: Foi

sim.

Projeto Memória: E como é que foi ter vivenciado esse outro momento diferente? No Ministério Público o senhor assistiu à fase de fechamento político muito grande e, quando entrou no Tribunal, era o momento que estava começando a distensão política, década de 80, já começando um processo em direção à abertura política.

Ladislau Fernando Röhnelt: Não diria de d-emocratização, [mas] de liberalização.

Projeto Memória: Democratização não, eu não usei o termo por-

que eu acho que era uma... só começou uma distensão. E dava para perceber isso no Tribunal?

Ladislau Fernando Röhnelt: Dava, inclusive até na maneira de a gente votar nas Câmaras. Não sentia

aquele clima de terror que ficava aqui fora atrás da gente. Então a gente se sentia mais livre, os votos eram mais bonitos, mais abertos. Eu até diria que a Justiça entrou numa fase de alegria depois daquele período de tristeza. Tanto que, segundo eu verifiquei, e até outras pessoas me confirmaram, nesse período a jurisprudência desse Tribunal foi uma das melhores no Brasil. Porque houve um despertar, e aqueles que de certo modo tinham se comprometido com medo da ditadura, aqueles já tinham saído, aposentados, então ficou uma geração nova muito boa. Agora parece que a coisa não está tão boa as-

(...) inclusive até na maneira de a gente votar nas Câmaras. Não sentia aquele clima de terror que ficava aqui fora atrás da gente. Então a gente se sentia mais livre, os votos eram mais bonitos, mais abertos. Eu até diria que a Justiça entrou numa fase de alegria depois daquele período de tristeza.

sim, segundo me consta, parece que não está não. Essa fusão do (Tribunal de) Alçada com o (Tribunal de) Justiça acho que não deu ponto. E houve um prejuízo na qualidade. Não quero dizer que os nobres juizes não tiveram competência, têm, mas havia, sempre houve, uma opinião que restringia, que combatia essa fusão do (Tribunal de) Al-

çada e (do Tribunal de) Justiça, tanto é verdade que essa mesma opinião está prevalecendo em São Paulo, que até hoje não aceitou.

Projeto Memória: Não extinguiu o Tribunal de Alçada.

Ladislau Fernando Röhnelt: Não extinguiu, manteve os dois.

Projeto Memória: Aqui também foi difícil porque houve aprovação, não aprovação, quer dizer, teve mais de uma decisão, só no final.

Ladislau Fernando Röhnelt: Veja bem, de 25 que nós éramos, passaram para 150 desembargadores. Ficou uma assembléia, isso não é Tribunal. O Supremo tem 11 contra 150 aqui. Então o que se sabe, no meu tempo, a reação que se fazia à idéia de ampliar o número de desembargadores é que as votações ficavam demoradíssimas. Então, em qualquer ponto, um aspecto jurídico aí não essencial ao processo, mas que merece um debate, tinha que passar por 150 votos.

Projeto Memória: Isso complica a atividade.

Ladislau Fernando Röhnelt: Complica. Torna a justiça mais demorada e nem tanto melhorada, isso que é o problema, porque tem muito voto

(...) de 25 que nós éramos, passaram para 150 desembargadores. Ficou uma assembléia, isso não é Tribunal. O Supremo tem 11 contra 150 aqui.

superficial, acompanha o relator, aquela coisa, vota o relator e assim vai. No meu tempo nós éramos 15, parece que era, eram 15, depois pas-

sou para 25, não passou disso. Hoje tem 150, não é? Eu quero ressaltar, eu guardo na memória, quase até religiosa, esses que engrandeceram o Ministério Público - o Abdon de Mello, o Henrique

Fonseca de Araújo, o João Bonumá, o Ajadil de Lemos, o Peri Rodrigues Condessa e o José Barros Vasconcelos, entre outros - esses eu conservo bem na minha memória porque trabalhei junto deles e sei como é que eles trabalhavam e como eles sonhavam fazer o Ministério Público. E realmente está aí, tanto que esse Ministério Público se impôs a ponto de merecer um destaque especial na (sua) regulamentação na Constituição de 1988, onde foi praticamente consagrado como órgão importante, quando é verdade que alguns, por causa dessa espécie de decadência que o Ministério Público vinha sofrendo, chegaram a pretender a extinção do Ministério Público. Mas ele subiu tanto graças a esses procuradores que se impôs na Constituinte de (19)88. Lá tem um capítulo inteiro que regulamenta muito bem a Instituição. E ela está florescendo hoje aí, tanto que a procura pelo órgão é muito grande nos concursos, mas houve uma época [em que pretendiam] acabar com ele.

Projeto Memória: Acho que até porque houve uma tentativa de con-

seguir garantias constitucionais. **Ladislau Fernando Röhnelt:** Pois é, para ver se ele resistia a essa onda de extinção, porque havia e ainda há: "Isso é inútil, só consome dinheiro do Estado, não faz nada". Contra essa opinião reagiram alguns procuradores-gerais, fortaleceram o Ministério Público e ele se impôs na Constituinte de (19)88. E o do Rio Grande está muito conceituado, inclusive porque sua Escola Superior está muito aceita. Esta Escola que, inclusive, tem uma equipe de professores muito boa e está se impondo. Inclusive, está rivalizando com a Escola Superior da Magistratura. Eu vivi lá dentro e vi como era difícil manter o Ministério Público conceituado. Houve um grande jurista brasileiro que julgou o Ministério Público um órgão desnecessário (risos). É, mas quanto a isso se reagiu no Rio Grande do Sul. Graças a alguns procuradores-gerais, o Ministério Público levantou-se de sua decadência para essa fase de florescimento. Por exemplo, o novo direito ambiental, o Ministério Público está vivendo isso. A ação chamada popular, o Ministério Público está vivendo essa realidade nova e isto está chamando a atenção da sociedade para a importância do papel do Ministério Público. Hoje já não se fala tanto como se falava em extinguir

Graças a alguns procuradores-gerais, o Ministério Público levantou-se de sua decadência para essa fase de florescimento. Por exemplo, o novo direito ambiental, o Ministério Público está vivendo isso. A ação chamada popular, o Ministério Público está vivendo essa realidade nova e isto está chamando a atenção da sociedade para a importância do papel do Ministério Público.

o Ministério Público.

Projeto Memória: A não ser quem fica com medo do poder da Instituição.

Ladislau Fernando Röhnelt: Pois é. Mas houve aí, eu cheguei a ouvir de um eminente jurista aqui em Porto Alegre: "Vamos acabar com isso, isso é um órgão desnecessário", chamava de órgão de desperdício.

Projeto Memória: Mas parece que mudou isso.

Ladislau Fernando Röhnelt: Agora mudou, esse pensamento mudou. Hoje olham, encaram o Ministério Público como uma renascença até política, não é? Ele está

na defesa do consumidor, desempenhando um bom papel na defesa do consumidor, na defesa das instituições políticas, coisas que não lhe cabia na época, vivia acusando e tal.

O papel cível do Ministério Público era muito escasso, muito pequeno, vamos dizer assim, inexpressivo. Hoje não, o Ministério Público tem um papel na atividade cível muito grande, como eu disse, na defesa do consumidor, no meio ambiente, na parte das ações populares, até mesmo nos movimentos contra corrupção. Embora hoje [seja] uma outra Instituição que nem é igual à do meu tempo. No meu tempo não tinha nada de direito ambiental, direito do consu-

midor, não tinha nada disso. Nós éramos mais acusadores, preocupados em combater a criminalidade sem considerar os aspectos sociais do crime. Quem viola a lei é porque quer violar, tem que merecer punição. Hoje não, espera aí um pouquinho, nem todos são criminosos porque querem ser criminosos, são vítimas da má organização. Eu mesmo costume dizer que o criminoso é vítima da má sociedade. Onde a sociedade agir com mais justiça, a criminalidade é muito menor. Ve-

O papel cível do Ministério Público era muito escasso, muito pequeno, vamos dizer assim, inexpressivo. Hoje não, o Ministério Público tem um papel na atividade cível muito grande, como eu disse, na defesa do consumidor, no meio ambiente, na parte das ações populares, até mesmo nos movimentos contra corrupção. Embora hoje [seja] uma outra Instituição que nem é igual à do meu tempo.

jam os países da Europa. Não é porque o homem europeu é melhor do que nós. É que lá as causas sociais perversas não têm a atuação que têm na América do Sul, subdesenvolvida. Então eu passei a olhar o crime muito mais como fruto da má organização social do que fruto da má vontade do indivíduo, da maldade humana. Tanto que eu recorde sempre uma observação do filósofo Rousseau: "O homem é bom por natureza, a sociedade que o perverte".

LUIZ CARLOS GOMES*



Figura 31 - Luiz Carlos Gomes. Acervo pessoal de Luiz Carlos Gomes

Luiz Carlos Gomes: Eu era bancário aqui em Porto Alegre, entrei na Faculdade de Direito por vocação, estudei Direito por vocação e, quando me formei, as circunstâncias me desagradavam para exercer advocacia aqui em Porto Alegre, então eu fiz concurso para o Ministério Público, mesmo porque eu gostava muito do júri. Então, por isso entrei, fiz concurso para o Ministério Público e ingressei nesta carreira. Depois, cogitei de ingressar na magistratura, mas a magistratura exigia a idade de 25 anos e eu tinha só 23.

Então, isso me atrasou. Quando eu me inscrevi, cheguei à conclusão de que não valia a pena entrar na magistratura porque eu iria sentir falta do júri. Aí, fiquei no Ministério Público por isso.

Projeto Memória: Como é que eram os júris nesse momento, pois

eles eram mobilizadores, não é?

Luiz Carlos Gomes: Sim, eram uma vitrine da sociedade, o júri na verdade servia de vitrine para os promotores do interior. Por isso eu procurava me integrar na comunidade para ganhar a simpatia e a amizade dos jurados. Eu sempre fui um promotor integrado na sociedade.

Projeto Memória: Qual foi o seu primeiro júri?

Luiz Carlos Gomes: Jaguarí. Sim, me lembro. Eu acusei uns soldados da Brigada Militar e o defensor era o Vasco de Melo Leiria, agora recentemente falecido, meu colega de turma. Foi o primeiro júri que eu fiz, não foi um júri sensacional, foi o primeiro. (...) Eu estudava o processo com afinco. Em toda a minha vida

(...) eu fiz concurso para o Ministério Público, mesmo porque eu gostava muito do júri.

profissional, nunca fiz um júri em que a defesa conhecesse o processo melhor do que eu, podia conhecer tanto quanto eu, mas melhor que eu jamais, porque eu conhecia tudo. Sempre estudei, meu segredo, minha eficiência no júri resultava da minha aplicação, do

meu estudo. Eu estudava o processo, sabia tudo, sempre. Jaguarí foi a primeira comarca. (Em) 54, (durante) ano e meio, mais ou menos. (Depois) fui para Estrela.

Estrela era uma cidade bem mais evoluída do que Jaguarí na época. Estrela era uma cidade que já oferecia certo conforto, bons hotéis, bons

* Entrevista concedida ao Programa de Memória Oral do Projeto Memória do Ministério Público do RS em 24 de abril de 2001.

restaurantes, enquanto em Jaguari o hotel era precário, a comida era boa mas o hotel era precário. Jaguari era uma cidade muito rústica naquele tempo, isso já faz 46 anos... Estrela era uma comarca, digamos que... não era trabalhosa. Estrela era uma cidade muito tranqüila do ponto de vista criminal. O que havia naquele tempo eram delitos sexuais, que hoje não tem mais, e lesões corporais, era isso que povoava, digamos, o universo do crime de Estrela.

Aí fui designado para Santa Vitória do Palmar, por designação, não fui titular. Fiquei também em Santa Vitória do Palmar alguns meses. Era muito longe de Porto Alegre, era um fim de mundo. Lá também fiquei pouco tempo. Deixa até eu inverter. Antes de ir para Estrela eu fui para Santa Vitória, depois eu fui para Estrela. Eu fui designado para ir para Santa Vitória do Palmar quando era titular de Estrela, depois é que eu fui para Estrela.

Projeto Memória: Depois o senhor foi também para Soledade?

Luiz Carlos Gomes: Essa sim era uma comarca pesada. Era pesada.

Projeto Memória: Daria para o se-

nhor nos reconstituir um pouco a promotoria lá?

(...) eram uma vitrine da sociedade, o júri na verdade servia de vitrine para os promotores do interior. Por isso eu procurava me integrar na comunidade para ganhar a simpatia e a amizade dos jurados. Eu sempre fui um promotor integrado na sociedade.

Naquele tempo, Soledade, Palmeira e Santiago eram as comarcas mais famosas pela incidência de homicídios.

Projeto Memória: E que tipo de ambiência da cidade naquele momento, inclusive era época, fins da década de 50, 57, 58, em que começam tensões políticas também. Isso interferia no Ministério Público ou não?

Luiz Carlos Gomes: Não.

Projeto Memória: As lutas partidárias?

Luiz Carlos Go-

mes: Não.

Projeto Memória: Então realmente era o problema da violência, do comportamento social?

Luiz Carlos Gomes: É, mas violência no interior, na cidade não. A ci-

dade era igual às outras, o interior é que era violento, muita gente armada. O famoso crime atrás do toco ocorria em Soledade, no interior. A pessoa esperava o seu desafeto atrás de um muro, de uma árvore, de um obstáculo e matava assim de tocaia. Era muito comum o crime atrás do toco em Soledade.

Projeto Memória: Realmente, Palmeira também tinha esse mesmo...

Luiz Carlos Gomes: Não conheço Palmeira, sei por ouvir dizer, a fama...

Projeto Memória: A fama das tocaias. Dizem que o Cel. Vazulmiro Dutra nunca sentava de costas para (a) porta porque tinha medo de uma tocaia. Mas, em Soledade, que tipo de atividades assim mais próximas, além dessas questões fortes do júri? Lá o senhor ficou pouco tempo?

Luiz Carlos Gomes: Lá em Soledade nem tanto, fiquei três anos, mais de três anos em Soledade. Dai fui para Montenegro. Montenegro era um céu aberto, não só pela proximidade da Capital, que isso me interessava, mas também pela leveza do panorama criminal.

Projeto Memória: O senhor disse que tinha uma integração imensa com a comunidade. Isso incluía também

outras atividades como, por exemplo, o exercício da advocacia, que era permitido por lei?

Luiz Carlos Gomes: Sim, eu passei a exercer a advocacia depois que eu quase fui cassado em 64. Foi aí que eu comecei. Foi aí que eu comecei a advogar como, digamos, forma de sobrevivência: estava correndo o risco de ser degolado. Então comecei a advogar por isso, [ad-

voguei] sem parar até me aposentar. **Projeto Memória:** Então, o envolvimento era o envolvimento social e decorrente da condição de promotor?

Luiz Carlos Gomes: Funcional, só. Depois, em Cruz Alta, eu tinha envolvimento profissional como advogado, mas isso é um episódio posterior.

Projeto Memória: E teve atividade político-partidária também?

Luiz Carlos Gomes: Cheguei a ter. Nessa época não tinha.

Projeto Memória: Ainda em Montenegro não, depois. Daí em Montenegro o senhor ficou pouco tempo,

menos de um ano, não é?

Luiz Carlos Gomes: Um ano, mais de um ano, pouco mais de um ano. (Montenegro era) uma comarca tipo Estrela, padrão Estrela, uma comarca leve, sem maiores problemas, não te-

nho maiores reminiscências de Montenegro. Depois vem Cruz Alta, Alegrete, [onde] fiquei poucos meses, e depois fui a Cruz Alta. (Em) Cruz Alta eu fiquei um tempão enorme, mais de 15 anos em Cruz Alta (como) promotor. Ali que eu tenho as minhas maiores lembranças.

Projeto Memória: Seria possível o senhor ir relatando quais?

Luiz Carlos Gomes: Bom, em 64, tomei posição contra a ruptura da Legalidade, isto é, contra a Revolução, eu era nacionalista. E tomava essas posições publicamente contra a ruptura da Legalidade, que eu,

como promotor, achava que tinha uma obrigação, e também pela pregação nacionalista. Isso eu fazia publicamente nos cafés, e por isso eu fui preso. No meu entendimento, foi por isso que eu fui preso. Nunca me explicaram por que me prenderam. (O clima em Cruz Alta nesse momento pré-64) era conturbado. O PTB do Brizola era forte lá. Era o partido mais forte que havia. A Arena²⁸, que era o PSD²⁹, também era forte. (...) era polarizado. E tinham...

Projeto Memória: O senhor lembra quais eram as lideranças mais fortes desses dois grupos?

Luiz Carlos Gomes: Bom, do PSD, o atual Prefeito José Westphalen

Corrêa. E do PTB, o Pedro Gomes Nunes, que foi deputado cassado depois. A senhora é de Santa Bárbara,

deve ter ouvido falar do Pedro Gomes Nunes.

Projeto Memória: Sim, é o irmão do desembargador.

Luiz Carlos Gomes: Do Desembargador Oscar, que foi presidente do Tribunal.

Projeto Memória: Então, essas eram as duas lideranças mais fortes?

Luiz Carlos Gomes: É, na minha opinião, no meu ponto de vista. O José Westphalen Corrêa era médico e o Pedro, advoga-

do.

Projeto Memória: E essas discussões avançavam pelos bares...

Luiz Carlos Gomes: Ah, sem dúvida nenhuma. E eu participei de muita discussão política em café, porque não fui um militante partidário, nunca fui, eu era simpatizante do PTB então, mas não era filiado. Depois eu fui me filiar ao MDB. Depois da Revolução de 64.

Projeto Memória: Como é que foi a situação e o momento da sua prisão?

Luiz Carlos Gomes: Ah, horrível. Eu fui preso, fiquei 50 dias preso, não prestei um único depoimento. Fui prestar depoimento depois de sol-

(...) em 64, tomei posição contra a ruptura da Legalidade, isto é, contra a Revolução, eu era nacionalista. E tomava essas posições publicamente contra a ruptura da Legalidade, que eu, como promotor, achava que tinha uma obrigação, e também pela pregação nacionalista. Isso eu fazia publicamente nos cafés, e por isso eu fui preso. No meu entendimento, foi por isso que eu fui preso. Nunca me explicaram por que me prenderam.

²⁸ Aliança Renovadora Nacional.

²⁹ Partido Social Democrata.

sido de uma angústia absolutamente atroz.

Luiz Carlos Gomes: Ah, sim, sim, claro que sim. Minha vida ficou desmanchada, desarticulada. Eu tinha um filho pequeno e a mulher estava grávida.

Projeto Memória: E as visitas que o senhor recebia?

Luiz Carlos Gomes: Recebia visita de familiares.

Projeto Memória: Que também não tinham condições de lhe colocar nada dos porquês, ou tinham?

Luiz Carlos Gomes: Não, não tinham. Se tivessem, não colocavam porque não sabiam. Claro que eu sei que eu era tido pelo Exército como esquerdista. Isso eu sei, é só o que eu sei. Mas, na verdade, eu era nacionalista, isso que eu era,

nacionalista convicto e, conseqüentemente, brizolista na época.

Projeto Memória: E parece que não havia uma identificação muito nítida dessas variâncias.

Luiz Carlos Gomes: Não, não havia.

Projeto Memória: Todas recebiam um rótulo só.

Luiz Carlos Gomes: De subversivos. Subversivos eram eles que romperam a Legalidade, e nós que ganhamos o rótulo de subversivos.

Projeto Memória: Daí o senhor ficou 50 dias...

Luiz Carlos Gomes: 50 dias preso.

Projeto Memória: E como é que foi a sua soltura?

Luiz Carlos Gomes: A soltura foi normal. Não fui torturado, vamos ser honestos, nunca. Tinha boa ali-

mentação? Sim, senhora, tinha. Visitas, eu as recebia só de familiares, que tinham que obter permissão. Era complicado o direito de acesso aos presos.

Projeto Memória: E do Ministério Público, além desse promotor, Dr. Carlos Augusto Chaves, mais alguém lhe visitava, do Ministério Público ou da magistratura?

Luiz Carlos Gomes: Ah, diversos. Do Ministério Público, diversos. Da magistratura, o Oscar Gomes Nunes.

Projeto Memória: Que também certamente estava envolvido com a situação do irmão?

Luiz Carlos Gomes: Não, a situação do irmão foi posterior. Foi um ano depois. O irmão dele chegou a se eleger deputado estadual e depois

foi cassado. Foi preso, depois foi cassado. Quando ele foi preso ainda não era deputado, depois que ele foi candida-

to a deputado, se elegeu e depois foi cassado.

Projeto Memória: Então, da ma-

Me trouxeram de Kombi para cá. Aqui eu fiquei na Polícia Civil dois dias, depois me levaram para um quartel da Brigada Militar, onde fiquei 48 dias, estive incomunicável. Quem rompeu minha incomunicabilidade foi o Promotor Carlos Augusto Soares Vasconcelos Chaves. Foi ele que me conseguiu um rádio. Aí eu tinha contato com o mundo através do rádio que ele me emprestou. Rádio que eu devolvi quando fui solto. Era a janela que eu tinha para o mundo. Era a única janela.

Subversivos eram eles que romperam a Legalidade, e nós que ganhamos o rótulo de subversivos.

gistratura...

Luiz Carlos Gomes: Foi o Oscar Gomes Nunes. Foi o único que me visitava regularmente, me levava coisas, inclusive alimentos, levava regalias.

Projeto Memória: E do Ministério Público?

Luiz Carlos Gomes: Diversos, diversos me visitaram.

Projeto Memória: E como ficava a figura do Procurador-Geral de Justiça?

Luiz Carlos Gomes: Ora, foi de omissão. Mas isso é perfeitamente compreensível, não estou censurando, estou apenas referindo, mas nem podia ser diferente.

Projeto Memória: Tal era o sistema.

Luiz Carlos Gomes: Senão ia dar cadeia. Quem tentou fazer alguma coisa e conseguiu foi o Dante Gabriel Guimarães, já falecido.

Projeto Memória: Que tipo de coisas?

Luiz Carlos Gomes: Ah, interferindo junto às autoridades militares e tal, isso aí, para amenizar a situação. Ele não conseguiu grande coisa, mas pelo menos tentou.

Projeto Memória: E no momento que lhe soltaram, simplesmente disseram: "Está livre" e também não teve nenhuma justificativa?

Luiz Carlos Gomes: Não. Mais tarde eu tive que prestar depoimento lá em Cruz Alta. E como realmente prestei depoimento, foi aí que eu mais ou menos deduzi as causas da minha (prisão).

Projeto Memória: Como é que foi esse depoimento? Daria para o senhor nos dizer assim quem chamou, como é que foi?

Luiz Carlos Gomes: Foi um depoimento normal, sem coação, sem constrangimento, sem arbitrariedade nenhuma.

Projeto Memória: Mas quem lhe convocou para esse depoimento?

Luiz Carlos Gomes: O general.

Projeto Memória: O general lá em Cruz Alta?

Luiz Carlos Gomes: Lá de Cruz Alta.

Projeto Memória: Lembra o nome?

Luiz Carlos Gomes: Não. Depus perante um coronel.

Projeto Memória: E os tipos de pergunta? Certamente sobre o seu envolvimento...

Luiz Carlos Gomes: Político. Sobre Legalidade, não se falou nada. Eles é que tinham rompido a Legalidade. Sobre o envolvimento partidário, político-partidário, isso eles perguntaram muito.

Projeto Memória: Depois desse depoimento, o senhor voltou às atividades?

Luiz Carlos Gomes: Voltei normalmente. Entrei em licença-prêmio para esfriar a cabeça, para depois retomar as atividades.

Projeto Memória: Daí o senhor retornou a Cruz Alta mesmo?

Luiz Carlos Gomes: E lá eu fiquei.

Projeto Memória: Como o senhor sentiu a comunidade diante do fato do promotor ter ficado 50 dias afastado?

Luiz Carlos Gomes: Bem, não teve problema nenhum. A comunidade me aceitou sem restrições. Isso eu posso atestar.

Projeto Memória: E aqueles grupos que eram vinculados à Revolução?

Luiz Carlos Gomes: Continuaram com as suas posições.

Projeto Memória: Sem interferir?

Luiz Carlos Gomes: E eu fiquei na minha, não é?

Projeto Memória: Os jornais na época eram muito fortes em termos de trazer essas discussões todas. Lá, inclusive, tinha o *Diário Serrano*...

Luiz Carlos Gomes: Tinha. Os jornais de Cruz Alta, quando eu estive preso, não tive acesso a eles. Depois a minha vida voltou ao normal. Não tive problema nenhum de readaptação. Um coronel, quando eu fui preso, até me fez a seguinte colocação, que eu não pude esquecer. Disse ele para mim: "A sua opinião é muito importante perante a comunidade". O que não deixava de ser verdade. Eles queriam que eu... estabeleceram a ponte para eu passar para o lado deles. Eu disse que eu só apoiaria a Revolução no dia que eu estivesse convencido dos acertos da Revolução, o que até então não tinha acontecido. Foi essa a ponte que tentaram estabelecer para mim, para eu me bandear para o lado de lá.

Projeto Memória: Na realidade seria uma forma de cooptação.

Luiz Carlos Gomes: Exatamente.

Projeto Memória: Isso era mais ou

menos comum na época em face até das pressões, dos denunciamentos, da insegurança de, de repente, ser preso e não saber o porquê.

Luiz Carlos Gomes: Depois eu fui preso de novo.

Projeto Memória: Porque alguns nomes de fato mudaram de lado.

Luiz Carlos Gomes: Depois eu fui preso de novo

quando houve aquela guerrilha lá na fronteira, que tu deves ter ouvido falar, não me lembro o nome, um militar qualquer fez uma guerrilha. Ali prenderam um bandão de gente de Cruz Alta, inclusive eu. Mas ali fiquei preso só 24 horas.

Projeto Memória: Em função

talvez do fato de Cruz Alta ter esse centro militar então?

Luiz Carlos Gomes: Claro, claro. Mas prenderam uma quantidade de gente por causa da guerrilha. Eu não

me lembro mais o nome do militar que tinha liderado essa guerrilha na fronteira. Cruz Alta não tinha nada a ver com isso, mas eles acharam que tinha, desconfiaram, suspeitaram, sei lá.

Projeto Memória: O período de 61 a 66/7, que é um período de preparação ao clima que levou à Revolução e posterior que levou ao fechamento político em 68, teve naquela

Um coronel, quando eu fui preso, até me fez a seguinte colocação, que eu não pude esquecer. Disse ele para mim: "A sua opinião é muito importante perante a comunidade". O que não deixava de ser verdade. Eles queriam que eu... estabeleceram a ponte para eu passar para o lado deles. Eu disse que eu só apoiaria a Revolução no dia que eu estivesse convencido dos acertos da Revolução, o que até então não tinha acontecido.

Mas prenderam uma quantidade de gente por causa da guerrilha.

região algumas antigas lideranças que retomaram com força, por exemplo, o Coronel Dumoncel, sobre o qual temos alguns outros relatos que o identificam como um dos que articularam também a Revolução de 64.

Luiz Carlos Gomes: Sim, sim, eu sei disso.

Projeto Memória: O depoimento do Dr. Bráulio Oliveira, que era favorável, e de outros, ao contrário, como o hoje Desembargador Uflacker, que tinham outra postura em relação ao movimento. Como é que foi sentido especificamente esse momento quando o senhor estava como promotor em Cruz Alta? Dava para perceber essa articulação dele?

Luiz Carlos Gomes: Do Dumoncel não.

Projeto Memória: Porque ele fazia um contato direto com os militares.

Luiz Carlos Gomes: Sim, mas não repercutia em Cruz Alta. A ação do Victor Dumoncel não repercutiu em Cruz Alta.

Projeto Memória: Ela repercutia só nos comandos.

Luiz Carlos Gomes: Só nos comandos e na própria Blau Nunes³⁰, claro.

Projeto Memória: Santa Bárbara. Blau Nunes era o nome de Santa Bárbara do Sul. Bem, e daí esse período seguinte em Cruz Alta, no período de fechamento político, as coisas se acalmaram e o senhor pôde levar uma vida profissional regular dentro do Ministério Público?

Luiz Carlos Gomes: Eu recebi um

inquérito de subversão, indiciando diversos cruz-altenses sei eu lá por que, mas aí me dei por impedido por ter sido preso pela Revolução. Não funcionei. Quem foi oficial nesse inquérito foi o promotor que foi procurador, o Mondercil. Foi o Mondercil que funcionou nesses inquéritos que eram da competência da Justiça Civil e depois passaram para a Militar. Depois foi tudo para a Justiça Militar. Mas eu me dei por impedido e não funcionei.

Projeto Memória: Em nenhum desses outros inquéritos ou apenas nesse?

Luiz Carlos Gomes: Eu me lembro que eu recebi um, volumoso.

Projeto Memória: Pelo relato nos jornais, teve várias denúncias lá na região do planalto.

Luiz Carlos Gomes: Fizeram um processo só. Isso eu não posso garantir. Eu operei, eu funcionei num só, onde eu me dei por impedido por ter sido preso sem culpa formada, qualquer coisa do gênero. E a procuradoria aceitou meu impedimento, como não poderia deixar de ser.

Projeto Memória: Claro. Depois o senhor teve também outros envolvimento com outras comarcas? Estou lembrando que exatamente nesse período conturbado teve situações em Soledade, Lagoa Vermelha, envolvendo outros promotores.

Luiz Carlos Gomes: Sim, eu sei até os nomes deles.

Projeto Memória: Daria para o senhor nos reconstituir um pouco

³⁰ Denominação do atual município de Santa Bárbara do Sul e local de residência do Cel. Victor Dumoncel.

essa ambiência?

Luiz Carlos Gomes: Fazendo um esforço de memória, sim. Em Soledade era promotor o Sérgio da Costa Franco, foi preso. Em Soledade não acredito que estivesse acontecendo alguma coisa. Nada em Soledade, nada, nunca foi pólo de nada. Prenderam também o Clóvis Goulart Ponzi.

Projeto Memória: Com esses o senhor tinha na época um convívio?

Luiz Carlos Gomes: Um convívio bem próximo. E teve outros presos, mas vamos

232

ficar por aí porque eu teria que fazer um esforço de memória muito grande. Foram diversos promotores presos. Mas nenhum esteve preso tanto tempo quanto eu. Esse orgulho eu tenho: aconteceu comigo.

Projeto Memória: O mais incrível é não ter sido dada nenhuma explicação mais forte.

Luiz Carlos Gomes: Não respondi a processo nenhum, é bom que se diga. Fui ameaçado de cassação, mas não fui cassado. Outro que foi preso foi o Reginald

Felker, Reginald Hintz Felker. Era promotor em Santa Rosa. De Santo Ângelo, nenhum.

Projeto Memória: Então o núme-

ro de promotores presos não foi pequeno não.

Luiz Carlos Gomes: Não. Foi grande. Foi expressivo.

Projeto Memória: Foi maior do que na magistratura.

Luiz Carlos Gomes: Sem dúvida nenhuma. Na magistratura foi só o Uflacker, o Hugolino Uflacker, que eu saiba foi o único juiz que foi preso.

Outro que quase foi preso, mas não chegou a ser, foi o Bisol.

Projeto Memória: Ele estava em qual comarca?

Luiz Carlos Gomes: Ele estava na

fronteira, não sei bem qual é a comarca.

Projeto Memória: E provavelmente em função das denúncias da quebra da Legalidade, não obrigatoriamente de vinculações

partidárias?

Luiz Carlos Gomes: Possivelmente. Não posso garantir nada porque eu não tenho, não tinha, digamos, relações mais estreitas com o Bisol, apenas chegou ao meu conhecimento que ele quase foi preso, escapou por um detalhe da prisão.

Projeto Memória: E depois de Cruz Alta, o senhor esteve também em Santo Ângelo?

Eu recebi um inquérito de subversão, indiciando diversos cruz-altenses sei eu lá por que, mas aí me dei por impedido por ter sido preso pela Revolução. Não funcionei. Quem foi oficial nesse inquérito foi o promotor que foi procurador, o Mondercil. Foi o Mondercil que funcionou nesses inquéritos que eram da competência da Justiça Civil e depois passaram para a Militar. Depois foi tudo para a Justiça Militar.

Em Soledade era promotor o Sérgio da Costa Franco, foi preso. Em Soledade não acredito que estivesse acontecendo alguma coisa. Nada em Soledade, nada, nunca foi pólo de nada. Prenderam também o Clóvis Goulart Ponzi.

talhe da prisão.

Luiz Carlos Gomes: Só como designado. Eu participei de um inquérito administrativo [instaurado contra] um promotor de lá, chamado Carlos Fernando Soares, se não me engano, o sobrenome é Soares, na época que o procurador era o Lauro Guimarães. Mas era um inquérito que não tem nada a ver com política em 64. Era acúmulo de serviço nas gavetas desse promotor. E eu tomei posição favorável ao meu colega porque ele era realmente um líder comunitário, uma pessoa que engrandecia o Ministério Público de Santo Ângelo, por isso é que eu tomei posição a favor dele no inquérito. E, afinal, ele não perdeu o cargo.

Projeto Memória: Que outros aspectos o senhor gostaria de reforçar desse período de atuação que o senhor teve em Cruz Alta e que foi longo?

Luiz Carlos Gomes: Bem, eu fui presidente da Subseção da OAB de Cruz Alta durante muitos anos, quase uma década. E fui conselheiro da OAB dois anos, conselheiro aqui em Porto Alegre. Outra coisa, eu também sou Comendador da Ordem, recebi a comenda Osvaldo Vergara da Ordem, e sou advogado jubilado pela Ordem. Tudo isso. Eu tinha atuação intensa (...) no sentido associativo, muito intensa e, é claro, nós fizemos da OAB uma tribuna contra a exceção, contra a ditadura, é evidente. Só que ali fizemos um trabalho inteligente, que não re-

Foram diversos promotores presos. Mas nenhum esteve preso tanto tempo quanto eu.

Não respondi a processo nenhum, é bom que se diga. Fui ameaçado de cassação, mas não fui cassado. Outro que foi preso foi o Reginald Felker, Reginald Hintz Felker. Era promotor em Santa Rosa.

sultou em cassação e nem (em) prisão de ninguém, na luta pela constituinte, pelo Estado de Direito, foi

isso. Luta [de] diversos advogados, liderados pelo Justino Vasconcelos, que era então o presidente da Ordem. Ele que liderou, liderança eficaz, na época dessa

luta. E do Ministério Público eu quero destacar a figura de Ladislau Fernando Röhnelt, que foi, para mim, o melhor promotor que eu conheci do ponto de vista cultural, de conhecimentos jurídicos. Ladislau Fernando Röhnelt. Depois foi desembargador, mas ele foi promotor, procurador, desembargador e se aposentou. Não sei se está vivo ainda.

Projeto Memória: Está. Lúcido e inteligente.

Luiz Carlos Gomes: Uma figura inigualável a do Ladislau. Tenho por ele um grande carinho e um grande afeto. Infelizmente, há anos que eu não o vejo.

Projeto Memória: Nós o vimos há um mês atrás e acho que continua fazendo jus a tudo o que o senhor está dizendo.

Luiz Carlos Gomes: Uma figura singular, excepcional. É o nome que eu destaco no Ministério Público, disparado.

Eu cheguei a trabalhar aqui em Porto Alegre como procurador judicial na época em que nós exercíamos também a Defesa Judicial do Estado e quando era procurador o Floriano Maya D'Ávila, que também foi preso. Esqueci de mencionar. O

Floriano era a figura mais graduada que depois se filiou ao MDB¹¹ na

do Ministério Público e foi preso. Esteve preso junto comigo, na mesma prisão lá na Brigada Militar. Nós estivemos presos no quartel da Brigada Militar. Não sei do que era acusado o Floriano. Como eu, era nacionalista, isso é que eu sei. E depois foi candidato a deputado federal, antes de 64, ficou como suplente. Ele militava no PTB, foi candidato a deputado federal, foi cassado, talvez por isso.

Projeto Memória: E, no período de prisão, o senhor também não tinha contato com ele, ou tinha?

Luiz Carlos Gomes: Com o Floriano sim, estávamos no mesmo quartel, tínhamos contato, diário até.

Projeto Memória: E ele também nunca manifestou saber os motivos?

Luiz Carlos Gomes: Não, tanto que ele chegou a fazer uma cartinha para o governador, cartinha desafortada, que eu o impedi de mandar. "Isso aí vai te

custar muito caro, não faz isso." Consegui freá-lo e ele não mandou a cartinha, uma cartinha indignada, vamos dizer assim. Que realmente...

Projeto Memória: Morreu ali a carta.

Luiz Carlos Gomes: A carta não foi, até onde eu sei, não foi.

Projeto Memória: E a sua vida político-partidária, o senhor disse

Na magistratura foi só o Uflacker, o Hugolino Uflacker, que eu saiba foi o único juiz que foi preso. Outro que quase foi preso, mas não chegou a ser, foi o Bisol.

O Floriano era a figura mais graduada do Ministério Público e foi preso. Esteve preso junto comigo, na mesma prisão lá na Brigada Militar.

co-partidária foi zero. Eu atuava noutra faixa, na Ordem. Eu nunca fui candidato a nada, eu nunca me interessei por ser candidato a coisa nenhuma.

Projeto Memória: A sua vocação realmente era o Ministério Público.

Luiz Carlos Gomes: Era o Ministério Público. Isso aí.

Projeto Memória: E depois de Cruz Alta, o senhor veio direto para Porto Alegre?

Luiz Carlos Gomes: Aceitei promoção depois de muito tempo.

Projeto Memória: A promoção também não saiu porque o senhor não quis sair de Cruz

Alta ou pela situação política de cartas marcadas?

Luiz Carlos Gomes: Não, eu recusava a promoção.

Projeto Memória: Podia nos contar um pouco como é que funcionava, tanto a sua promoção quanto as suas recusas?

Luiz Carlos Gomes: Eu recusava por telegrama. Não aceitava por-

¹¹ Movimento Democrático Brasileiro.

que eu tinha banca. Meus interesses estavam em Cruz Alta, tinha banca de advocacia, eu era um guri novo. A princípio eu não aceitava pela incerteza do futuro, quando ainda havia o estado de exceção e eu podia ser cassado a qualquer momento. Depois que eu consolidei a minha atividade profissional

em Cruz Alta, aí já não tinha mais interesse de vir para Porto Alegre. Só vim para Porto Alegre para me aposentar. Quando estava com tempo de aposentadoria, eu vim para cá porque aqui, 15 dias trabalhando, me aposentei, foi isso. Me aposentei em 78.

Projeto Memória: E aí aposentadoria foi total ou o senhor continua a ter alguma vinculação com a Associação, com a OAB?

Luiz Carlos Gomes: Com a OAB sim, fui conselheiro depois disso. Com a Associação eu não tinha mais vínculo nenhum.
Projeto Memória: E



Figura 33 - Chegada do Presidente João Goulart a Porto Alegre em meio à crise política, consequência do Golpe Militar em curso. Entre as autoridades presentes estava o Procurador de Justiça Floriano Maia D'Ávila. *Última Hora, Porto Alegre, 02.04.1964, p. 8, Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Foto: Vinicius Oliveira.*



Figura 34 - Detalhe da reportagem. Entre os que recepcionaram Jango estava Floriano Maia D'Ávila. *Última Hora, Porto Alegre, 02.04.1964, p. 8, Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Foto: Vinicius Oliveira.*

depois (de) passado esse período, já então aposentado, o país entrando na década de 80, numa outra fase, como é que o senhor conseguia lembrar e avaliar a sua trajetória? Daria para fazer esse exercício?

Luiz Carlos Gomes: Olha, depois,

com o advento da Legalidade, a minha trajetória zerou. Tinha até um general lá em Cruz Alta, que foi meu cliente, que então passou a me conhecer como advogado que fui dele, da família dele, que até estranhou, comentou isso: "Que engraçado o Luiz Carlos, na época da Legalidade,

na época da ditadura militar, politicamente, tomava posições e lutava e agora não está fazendo mais nada". E é verdade. Eu não senti mais necessidade de lutar por nada. Já tínhamos a Constituinte, tínhamos o Estado de Direito e eu então parei.

Projeto Memória: A fase em que o senhor esteve como conselheiro na Ordem dos Advogados foi essa fase de luta pela abertura política mesmo?

Luiz Carlos Gomes: Sim, sim, sim.

Projeto Memória: O senhor lembra alguns momentos que seriam considerados mais marcantes, alguns episódios que mobilizaram a

(...) nós tivemos congressos memoráveis, inclusive contra a ruptura do monopólio da Petrobrás. Na ocasião, alguém quis romper, através de um trabalho, o monopólio da Petrobrás. A nossa reação foi imediata e eficaz. Matamos o inimigo na casca. Foi durante um congresso dos advogados, aqui em Porto Alegre.

(...) a luta do Ministério Público para se equiparar à magistratura é uma luta antiga e intensa e terminou sendo vitoriosa.

Ordem dos Advogados no Rio Grande do Sul?

Luiz Carlos Gomes: Vou fazer um esforço de memória. Bem, nós tivemos congressos memoráveis, inclusive contra a ruptura do monopólio da Petrobrás. Na ocasião, alguém quis romper, através de um trabalho,

o monopólio da Petrobrás. A nossa reação foi imediata e eficaz. Matamos o inimigo na casca. Foi durante um congresso dos advogados, aqui em Porto Alegre. Me lembro dessa tese pela ruptura do monopólio da Petrobrás (em) que a maioria da classe se posicionou contra isso, a maioria se posicionou sem praticamente oposição, foi uma quase unanimidade, vamos dizer assim.

Projeto Memória: Esse período de 78 a 88, quer dizer, da sua aposentadoria até a nova Constituição, quando

o senhor já não estava mais no Ministério Público, mas ainda estava intelectualmente ativo e vinculado à Ordem dos Advogados, o senhor lembra como é que foram as discussões internas para a figura do Ministério Público ter esse aumento de poder que ele teve depois?

Eram esses congressos, ou eram reuniões, ou eram contatos diretos?

Luiz Carlos Gomes: Bem, a luta do Ministério Público para se equiparar à magistratura é uma luta antiga e intensa e terminou sendo vitorio-

sa. O que eu me lembro é o seguinte. Quando havia o estado de exceção, nos deram o poder de fazer correição na polícia. Nessa época, eu comentei: "Mas aí nós vamos ser presos". Não adianta, quer dizer, nos deram poder quando não podíamos exercê-lo. Isso eu me lembro, fiquei indignado até. O que adianta nós termos acesso à polícia se a polícia pode nos prender? Tinham poder para isso, tinham costas quentes, então aí não dava. Então, foi teórica e enganosa essa abertura. Aliás, sempre fui contra esse acesso do Ministério Público à polícia, pois só teria uma finalidade - comprometer e manchar a reputação do Ministério Público, é o que eu acho. (O) Ministério Público (tem) de manter-se afastado da polícia, nada de ser fiscal ou ajudar, ou ter função correicional junto à polícia, não, isso aí é prejudicar a Instituição, (é) prejudicial à própria correição. Eu acho, é a minha opinião, embora haja opiniões respeitáveis em contrário. Porque a polícia, todos nós sabemos, sempre teve uma imagem de... isso até não é bom... A imagem da polícia nunca foi boa. Se o Ministério Público vai trabalhar na correição dos serviços policiais, vai terminar comprometendo a sua própria imagem, que hoje é ímpolita. É o que eu penso.

Projeto Memória: Falando em questões de imagem do Ministério Público e áreas de atuação, voltando um pouquinho ao local de maior tempo de atuação que foi Cruz Alta...

Luiz Carlos Gomes: Deixa eu contar um episódio do júri que vale a pena. Eu era muito prestigiado, estava em Cruz Alta há muito tempo, eu era um promotor querido pela co-

munidade. Isso eu tenho certeza, não é falta de modéstia, não. E houve um júri, que eu não vou dizer o nome do advogado, o júri de um padre em que o advogado de fora, para fazer prestígio junto aos jurados, me chamou de "Príncipe dos Promotores". Aí, o jornal publicou a notícia que eu fui elogiado por vestir um terno Príncipe de Gales (risos). Isso é absolutamente verdade. Claro que ele disse que eu era o "Príncipe dos Promotores" para fazer média junto aos jurados, é evidente. E a imprensa disse que eu fui elogiado por estar vestindo um terno Príncipe de Gales, que eu nem sei se estava realmente vestindo. Era o que saiu no jornal, o jornal também não importa. Os jornais fizeram cobertura, um júri de repercussão, era um crime acontecido em Passo Fundo que foi desafortado para Cruz Alta.

Projeto Memória: Era comum isso, de crimes fortes serem desafortados?

Luiz Carlos Gomes: Não, foi o único caso. Em toda a minha vida profissional foi o único caso que eu tive.

Projeto Memória: Então, eram situações de exceção.

Luiz Carlos Gomes: Exceção, visivelmente de exceção, manifestamente...

Projeto Memória: O senhor referiu como parte um padre e estou me lembrando agora, pois referiu que ocorreu em Passo Fundo, onde há uma situação de tensão histórica entre a maçonaria, que já tem uma tradição, e a Igreja Católica.

Luiz Carlos Gomes: O réu era homossexual e o padre se serviu do réu, tinha-lhe amizade, e o homossexual terminou matando o padre, foi isso.

Projeto Memória: Então realmente

este não era assunto para ser discutido com isenção em Passo Fundo.

Luiz Carlos Gomes: Alegaram suspeição, conseguiram e veio para Cruz Alta. Não adiantou, porque o réu foi condenado.

Projeto Memória: Eu acho que até o alegar suspeição é justificado num lugar onde tinha oposição forte contra a Igreja, que é Passo Fundo, ao contrário de Cruz Alta.

Luiz Carlos Gomes: [Foi] um júri de casa cheia. Fizemos esse júri no

Clube Internacional, não tinha lugar, todo mundo queria assistir por causa do conteúdo do crime. Foi o júri mais famoso que eu fiz, foi esse o de maior repercussão perante a opinião pública. Era

famoso, era chamado de "O Crime do Padre".

Projeto Memória: Sim, sim, o padre que foi assassinado. Mas eu ia lhe perguntar também em relação à imagem e à área de atuação do Ministério Público, se Cruz Alta não era uma área que tinha uma violência no número de homicídios?

Luiz Carlos Gomes: Tinha alguma frequência.

Projeto Memória: Daria para o senhor relatar que tipo de casos, que tipo de situações, que tipo de envolvimento, do papel que o promotor tinha na comunidade, já que mudou tanto, daquela época para hoje, o âmbito de atuação do Ministério Público?

Foi o júri mais famoso que eu fiz, foi esse o de maior repercussão perante a opinião pública. Era famoso, era chamado de "O Crime do Padre".

O Ministério Público em 64 não fez nada, nem poderia ser diferente, porque ninguém fez nada, só poderia fazer com a força das armas. Não tinha arma, não podia fazer nada.

Luiz Carlos Gomes: O âmbito se ampliou bastante.

Projeto Memória: Quais eram os seus envoltimentos mais cotidianos de trabalho?

Luiz Carlos Gomes: Era criminal. Não havia ação civil pública. O meu trabalho fundamental era criminal. Foi, até determinado momento, na área trabalhista também, eu trabalhava muito. Depois instalaram a Junta lá e o promotor perdeu a sua competência dentro da área trabalhista.

Depois foi envolvimento com Direito Penal. Agora, fui professor na Faculdade de Direito, em Direito Civil, [e] eu quis justamente lecionar uma matéria com a qual eu não lidava tanto, para

aprender, como realmente aprendi, lecionando. Direito Penal era corriqueiro para mim, então eu procurei lecionar, eu tinha que estudar para poder dar aula, foi o que aconteceu. Fui professor na Faculdade de Direito uns quatro anos mais ou menos, ou cinco, por aí.

Projeto Memória: Na Unicruz?

Luiz Carlos Gomes: Na Unicruz, onde fui professor de muito alunos de Santa Bárbara.

Projeto Memória: Cruz Alta era o pólo de atração.

Luiz Carlos Gomes: Era o pólo (...) O Ministério Público em 64 não fez nada, nem poderia ser diferente, porque ninguém fez nada, só poderia fazer com a força das armas. Não

tinha arma, não podia fazer nada.

Projeto Memória: Tal foi a força com que aconteceu toda a ruptura?

Luiz Carlos Gomes: Exatamente. Só havia a vontade do rei, que era a vontade dos militares, quem se opunha a essa vontade era punido e sofria as conseqüências. Então o Ministério Público não fez nada, como a magistratura não fez, como ninguém fez. O Poder Legislativo foi dissolvido, então eles ficaram de donos da situação.

Projeto Memória: O senhor falou que esteve 45 anos no interior, é uma dimensão de tempo significativa.

Luiz Carlos Gomes: Eu fui para o interior esperando ficar lá oito anos, no máximo. Fiquei 45 anos no interior graças à Revolução. Claro que a Revolução influenciou nisso. Mudou a trajetória da minha vida. Eu sou porto-alegrense, não compreendia a vida fora de Porto Alegre. Eu fui para Estrela e fui para Montenegro só pela proximidade de Porto Alegre, só por isso. Claro que, naquele tempo, as distâncias e as dificuldades de transporte eram maiores. Tudo era difícil. Quando eu fui de Porto Alegre a Alegrete, era um dia inteiro de viagem, de automóvel. De trem, varava a noite, pegava o noturno em Santa Maria. Era uma lou-

cura. Hoje Alegrete é logo ali, só asfalto.

Projeto Memória: O senhor nos falou que em Cruz Alta lecionou na universidade quatro anos...

Luiz Carlos Gomes: Fui professor de Direito Civil na faculdade.

Projeto Memória: Depois que veio para Porto Alegre, não quis lecionar na universidade?

Luiz Carlos Gomes: Eu tive derrame em 1995.

Projeto Memória: Com 64 anos.

Luiz Carlos Gomes: Com 64 anos, em

1995. A partir daí tive que viajar todos os meses a Porto Alegre para fazer avaliação médica. Antes disso, eu tinha meu filho morando aqui, eu viajava regularmente. Nunca perdi contato com Porto Alegre, porque eu tinha meu filho e meus netos, e lecionar na faculdade me atrapalhava. Então eu larguei a faculdade.

Projeto Memória: Que ano o senhor voltou definitivamente para Porto Alegre. Faz poucos anos?

Luiz Carlos Gomes: O ano passado. Voltando às minhas origens, às mi-

nhas raízes.

Projeto Memória: E se sentiu integrado depois de tanto tempo?

Luiz Carlos Gomes: Sim, sem problema nenhum, porque eu nunca perdi contato com Porto Alegre. Claro

Só havia a vontade do rei, que era a vontade dos militares, quem se opunha a essa vontade era punido e sofria as conseqüências. Então o Ministério Público não fez nada, como a magistratura não fez, como ninguém fez. O Poder Legislativo foi dissolvido, então eles ficaram de donos da situação.

Eu fui para o interior esperando ficar lá oito anos, no máximo. Fiquei 45 anos no interior graças à Revolução. Claro que a Revolução influenciou nisso. Mudou a trajetória da minha vida.

que (a) Porto Alegre de hoje é diferente do meu tempo de criança. É evidente.

Projeto Memória: Como é que foi o seu acompanhamento, mesmo que pela televisão e pelo jornal, da situação do Ministério Público no pós-Constituição, depois de o Ministério Público ter recebido todo poder pelo qual ele tinha lutado, pela equiparação antes. Como o senhor per-

cebeu isso com a experiência de promotor, mas observando de fora?

Luiz Carlos Gomes: Digamos que isso me causou estranheza, quer dizer: (o) promotor fica muito exposto diante dessa soma de poderes que ele ganhou, ele fica muito exposto à crítica social.

Mas é o preço da ampliação das funções, é o preço normal. De vez em quando, algum promotor comete um destemperado, tem mais oportunidade de ser destemperado, mas na maioria das vezes acerta. Promotor destemperado hoje é um horror - no meu tempo não era -, porque ele pode aprontar muito. O promotor tem que ter equilíbrio, sem o que ele compromete até a pró-

pria Instituição. Então eu recebo com muita reserva essa ampliação de atribuições, mesmo porque não é do meu tempo, eu não cheguei a trabalhar nessa situação.

Digamos que eu não tenho autoridade para emitir um conceito sobre isso, porque não cheguei a trabalhar nessa nova fase.

Projeto Memória: O seu ingresso no Ministério Público foi por concurso e fazia apenas uma

década em que o Ministério Público estava tendo uma ascensão de carreira profissional. Como é que eram esses concursos de ingresso, a forma de recrutamento desses promotores em início de carreira?

Luiz Carlos Gomes: Era concurso sério. Se fazia prova escrita, prova oral e prova de tribuna. Três tipos de prova. Eu achei um concurso sério.

Projeto Memória: Eram todos centralizados em Porto Alegre?

Luiz Carlos Gomes: Sim, os concursos eram feitos aqui em Porto Alegre. Eu

fiz concurso com pouquíssimos candidatos. Tirei o primeiro lugar no concurso, mas não é vantagem por-

(...) naquele tempo, as distâncias e as dificuldades de transporte eram maiores. Tudo era difícil. Quando eu fui de Porto Alegre a Alegrete, era um dia inteiro de viagem, de automóvel. De trem, varava a noite, pegava o noturno em Santa Maria. Era uma loucura. Hoje Alegrete é logo ali, só asfalto.

(...) isso me causou estranheza, quer dizer: (o) promotor fica muito exposto diante dessa soma de poderes que ele ganhou, ele fica muito exposto à crítica social. Mas é o preço da ampliação das funções, é o preço normal. De vez em quando, algum promotor comete um destemperado, tem mais oportunidade de ser destemperado, mas na maioria das vezes acerta. Promotor destemperado hoje é um horror - no meu tempo não era -, porque ele pode aprontar muito. O promotor tem que ter equilíbrio, sem o que ele compromete até a própria Instituição.

que eram poucos candidatos, muito poucos. Eu fui bom aluno, então não tive dificuldade. (Fiz) aqui em Porto Alegre, na federal. Não era federal na época. Me formei em 53. Fiz concurso para o Ministério Público em 54, logo em seguida. Eu era bancário, fui bancário aqui em Porto Alegre, trabalhei no Banco do Rio Grande. Durante o tempo que eu fui estudante de Direito, eu fui bancário também. Isso ajudou o meu amadurecimento, claro. Quando assumi a função de promotor, eu já tinha experiência profissional, de bancário, mas tinha.

Projeto Memória: E a sua opção pelo Direito, que o senhor disse que foi por vocação.

Luiz Carlos Gomes: Vocação. Veja o seguinte. Eu me preparei... eu tirei o científico. Eu me preparei para fazer vestibular para Química no Júlio de Castilhos, que então era o melhor colégio que havia aqui em Porto Alegre. Na véspera do fim do ano de 1948, no dia que o Papa esteve aqui, o Papa veio a Porto Alegre, eu associei, eu me defini por estudar Direito. Eu estava indeciso, o que eu quero com a Química e tal, eu mudei em cima da hora, me preparei mal para o vestibular.

Projeto Memória: Mas tinha alguma vinculação com o Papa ou porque foi o dia da decisão? Guardou o dia como associação de memória?

Luiz Carlos Gomes: Não, não tem vinculação nenhuma. Foi coincidência. O Papa estava aqui em Porto Alegre quando eu... Eu estava no Café Central em Porto Alegre, não posso me esquecer disso, e disse para um colega: "Eu vou fazer vestibular para Direito", faltavam dois meses

para o vestibular. Claro que a minha preparação era Física, Química e Matemática, e tive que preparar Português, Latim e Inglês para o vestibular. Passei, passei mal, mas passei.

Projeto Memória: E daí, já na faculdade, de fato era aquilo mesmo o desejado?

Luiz Carlos Gomes: Claro, claro. Porque, digamos assim, eu sentia que tinha muita facilidade para argumentar nas discussões. Então foi isso que despertou a minha vocação para estudar Direito. Mas foi uma opção, digamos, em cima da hora, deu certo, não perdi nenhum ano, não perdi nada.

Projeto Memória: Sua família é daqui de Porto Alegre?

Luiz Carlos Gomes: Minha família é. Eu me formei com 22 anos e com 23 eu era promotor, em seguidinha.

Projeto Memória: Esses concursos eram freqüentes ou foi casualidade? Havia poucas vagas?

Luiz Carlos Gomes: Não, não, eram freqüentes. Havendo vagas, havia concurso.

Projeto Memória: Não eram aproveitados de um concurso para outro?

Luiz Carlos Gomes: O concurso valia por dois anos. O que era aprovado era aproveitado em seguida, não havia esse excedente. O quadro mudou completamente, agora eu sei que tem mais de mil candidatos de um concurso para outro. Naquele tempo era bem diferente. Em Cruz Alta há atualmente 600 advogados. A senhora pode fazer uma idéia do que seja isso? Quando eu fui para Cruz Alta tinha meia dúzia. (O problema do mercado de trabalho). Terrível. Não tem mercado de trabalho para

600 advogados, não tem, não adianta que não tem. Quando eu fui para Cruz Alta tinha o quê? Seis advogados, oito ou dez? Só contando, não passava disso.

Projeto Memória: E de seus colegas de faculdade, havia pessoas que estavam fazendo com a consciência do que iriam fazer, como, por exemplo, o senhor sabia, gostava de argumentar, que o júri seria o seu espaço?

Luiz Carlos Gomes: Digamos que eu pressentia isso.

Projeto Memória: Pressentia isso. E sobre seus colegas de turma na faculdade a que se direcionaram: advocacia, magistratura, promotoria?

Luiz Carlos Gomes: Deixa eu pensar. Bem, houve alguns

juizes e alguns promotores. Eu fui orador da minha turma, apesar de não ter experiência de tribuna nenhuma. Eu fui escolhido orador pela amizade que tinha com a turma, porque eu sempre tive muita facilidade de fazer amizade. O meu mérito de ser orador não foi por ser isso ou aquilo, foi por ser...

Projeto Memória: O senhor lembra de alguns colegas?

Luiz Carlos Gomes: O Nathaniel Marques Guimarães foi Juiz de Direito, José Jatir Dall Agnol foi Juiz de Direito.

Projeto Memória: Chegou a ser desembargador.

Luiz Carlos Gomes: Esse é o primo dele, o Antônio Jamir, com quem eu

trabalhei em Cruz Alta. Eu fui colega do José Jatir, que já está aposentado, e mais alguns. Promotor foi... O Antônio Dorneles foi promotor, até não sei que fim levou, meu colega

de turma; o Walter Coelho, velho promotor; Walter Marcilgilil Coelho, foi meu colega de turma; o Krüger, Reginaldo Krüger, também era meu colega de turma e foi promotor. Que eu me lembro era isso aí, diversos

promotores e alguns juizes na minha turma. Eu fui o primeiro da turma a ser promotor, eu fui o desbravador e gostei. Eu tinha a possibilidade, aqui em Porto Alegre, de ser advogado do Banco do Rio Grande com 22 anos. Joguei tudo isso para o alto e fui ser promotor no interior, ganhando me-

nos do que eu ganhava em Porto Alegre. Esse mérito eu também reivindicava. Não me agradavam as circunstâncias da minha advocacia aqui em Porto Alegre, apesar de ter um futuro promissor como advogado do Banco do Rio Grande naquele tempo, advogado de quadro de carreira.

Abandonei tudo e fui para o interior.

Projeto Memória: Pelo tipo de trabalho, do desafio que o Ministério Público ensinava?

Luiz Carlos Gomes: Exatamente isso. E eu tive sorte de estar no Ministério Público só dois ou três dias, quando fiz o primeiro júri. Então nem aquela ansiedade da espera do primeiro júri eu tive. [Logo] que eu assumi, já fiz júri.

Eu fui o primeiro da turma a ser promotor, eu fui o desbravador e gostei.

E eu tive sorte de estar no Ministério Público só dois ou três dias, quando fiz o primeiro júri. Então nem aquela ansiedade da espera do primeiro júri eu tive. [Logo] que eu assumi, já fiz júri.

Projeto Memória: Por isso eu tinha lhe perguntado como é que foi o primeiro, porque normalmente não é tão rápido assim quanto foi o seu.

Luiz Carlos Gomes: O meu foi bem rápido.

Projeto Memória: Era um processo que já estava tudo acertado.

Luiz Carlos Gomes: Tudo pronto. Quem ia fazer o júri era o Silvio Scalzilli. Como eu assumi em Jaguari, eu é que fiz. O Silvio Scalzilli era o promotor designado para atender Jaguari, ele até estava preparado para fazer o júri. Eu assumi, não permiti, nem podia permitir, seria ilegal ele atuar. Jaguari passou a ter promotor, não estava mais acéfala, eu que era o responsável.

Projeto Memória: Preparou intensivamente.

Luiz Carlos Gomes: Como sempre fiz. Esse mérito eu tenho. Nunca uma defesa sabia mais do processo do que eu, podia saber tanto quanto eu, mais do que eu nunca, ao longo de toda a minha vida profissional. Isso eu afirmo com absoluta certeza.

Projeto Memória: Como é que era o ambiente dos Foros, a relação de trabalho, não só do promotor, do juiz, mas em relação aos outros serventuários...

Luiz Carlos Gomes: Era bom. Bem, eu sempre que chegava à comarca, tomava como princípio: "O primeiro tipo de relação que eu tenho que fazer é com os advogados", por serem meus colegas. Então, quando cheguei em Cruz Alta ou Soledade, procurei fazer amizade com os advogados, coisa que os promotores não costumam fazer, eu fazia e não me arrependo. Então, eu sempre fui

muito bem relacionado com a classe dos advogados, por isso eu fui presidente da Ordem. O ambiente no Foro era um ambiente sadio e bom, sem problema nenhum.

Projeto Memória: O período que o senhor começou a atuar já era um período em que as pressões e as interferências políticas já estavam diminuindo?

Luiz Carlos Gomes: Não havia.

Projeto Memória: Em relação a questões que às vezes se ouve, que serventuários às vezes atrasavam ou mexiam em seqüências de processos para atender interesses. Nunca percebeu isso?

Luiz Carlos Gomes: Nunca vivenciei esse tipo de experiência.

Projeto Memória: Nem soube de relatos?

Luiz Carlos Gomes: Não, nem soube de nada. O ambiente forense onde eu trabalhei era sadio, posso garantir porque era verdade.

Projeto Memória: Talvez até pelo tipo de encaminhamento feito pelo promotor e pelo juiz que dava...

Luiz Carlos Gomes: Talvez, acho que a mentalidade deles também, a mentalidade do servidor naquela época era outra. O ambiente... Posso garantir que o ambiente forense era sadio, era positivo, era agradável onde eu trabalhei.

Projeto Memória: O senhor constituiu família lá em Cruz Alta?

Luiz Carlos Gomes: Não, casei com uma moça de Estrela, onde tinha atuado como promotor. Lá eu conheci minha atual esposa e depois casamos. Ela era professora.

Projeto Memória: Como ela sentia o fato de, de repente, enfrentar situações como [o] seu momento de pri-

são, ou então momentos de algum júri mais tenso?

Luiz Carlos Gomes: Com júri ela não se envolvia, nunca se envolveu. Agora, na ocasião da minha prisão, ela teve um comportamento muito digno.

Projeto Memória: Porque é uma ocasião de um sofrimento familiar intenso.

Luiz Carlos Gomes: Claro que é, mas ela enfrentou com dignidade esse período. Esse mérito ela teve, não posso negar. Mas com relação ao júri, ela nunca assistiu a um júri meu, nunca, não queria saber de júri. Disse que não gostava, não gostava de me ver acusando. Eram tantos os júris em Soledade, transformando-se em rotina de nossas vidas.

Projeto Memória: A situação da família do juiz e do promotor público normalmente fica muito tensa, mesmo o não querer se envolver é uma demonstração de tensão. Então também havia esse ingrediente.

Luiz Carlos Gomes: Que não chegou a influir na nossa vida conjugal.

Projeto Memória: Foi separado o familiar do profissional.

Luiz Carlos Gomes: Ela nunca assistiu a um júri meu, se assistiu foi a algum fragmento, isso ela pode ter assistido e se sentiu mal e foi embora.

Projeto Memória: E também, pelo visto, o senhor nunca enfrentou problemas assim, de ter alguns casos de tensão na comunidade, o máximo foi

uma mobilização dentro do crime envolvendo o padre, em que era mais uma curiosidade da comunidade e não uma tensão.

Eram tantos os júris em Soledade, transformando-se em rotina de nossas vidas.

Luiz Carlos Gomes: Mas agora eu me lembro que em Espumoso eu fiz um júri. Era um crime feio, marido e mulher mataram a amante do marido, eu acusei primeiro o marido.

O julgamento foi cindido não me lembro mais por quem. O réu foi condenado. Aí eu fiz o júri para acusar a mulher, mesmo crime. Essa mulher foi absolvida. No fim do júri, o irmão dela estava com arma na cintura e me mostrava a arma. Em Espumoso. Imagina se a mulher fosse condenada, eu teria sido fuzilado, não tenho a menor dúvida. Aí, eu peguei o carro e fui embora para Soledade, o júri era em Espumoso, e acabou o problema.

Projeto Memória: São coisas desse tipo que, às vezes, a gente percebe que vão montando um quadro, esse é um gesto acintoso, que é mais ou menos comum.

Luiz Carlos Gomes: Uma provocação.

Projeto Memória: Uma provocação.

Luiz Carlos Gomes: A princípio eu, como promotor, ia fazer o júri sempre armado.

Depois larguei de mão, cheguei à conclusão de que não precisava. Mas a princípio eu andava de arma, sim, botava na gaveta, não botava na cintura, não, mas ia armado no júri, mas nunca precisei usar, nunca houve nada.

Projeto Memória: Mas com isso o senhor está nos dizendo que realmente havia um clima de tensão, quer dizer, ultrapassava as discussões puramente daquilo que seria o espaço jurídico para uma mobilização da própria violência da comunidade.

Luiz Carlos Gomes: É, familiares, não é? Familiares é que não compreendiam a razão do pai, da mãe, do filho, da esposa serem acusados e se voltavam contra o promotor, o que é natural, o que é da natureza

humana. O promotor passa a ser o carrasco.

Projeto Memória: Mas me parece, eu posso estar errada, que isso, até (a) década de 70, era muito mais freqüente.

Luiz Carlos Gomes: Sim, claro, a senhora está certa.

Projeto Memória: Uma pressão forte sobre os operadores jurídicos, não é, os magistrados e os membros do Ministério Público?

Luiz Carlos Gomes: Perfeito.

Paulo Cláudio Tovo: Eu tenho origem humilde, mas namorei a minha senhora, já fizemos bodas de ouro, e a paixão continua com a mesma intensidade. Eu acho que foi influência da minha senhora, que é filha de um advogado falecido, Dr. Abelardo Marques, e então eu tenho impressão que ela influenciou no sentido de eu seguir a carreira do Direito. Então eu fiz, no Colégio Anchieta, o curso clássico, com o grande mestre Padre Milton Luís Valente, S. J., latinista notável, e ali me apaixonei por Cícero, [pelos] grandes oradores. E o Padre Milton Luís Valente era um exemplo de vitória sobre as próprias deficiências, porque ele era gago, mas fazia discursos e não revelava nada da sua gagueira, discursos maravilhosos. E ele nos ensinou a falar latim, no Colégio Anchieta, assim como se falava no seminário, os padres conversavam em latim. E depois, com isso, nós tivemos facilidade de ingressar na faculdade, quer dizer, tivemos menos dificuldade em ingressar na faculdade, porque sabíamos muito bem latim, e latim era uma barreira quase intransponível. O professor examinador era chamado, por apelido, de Tio Pidoca, e era um grande mestre de Direito Romano, Dr. Elpídio Paes, depois a gente verificou isso no curso de Direito. Bom, a musa inspiradora foi a minha mulher, minha mulher que me levou, eu não tinha tradição jurídica na família, e ingressei na faculdade depois de me formar no colégio clás-

sico, o Anchieta; fiz um bom vestibular, graças a Deus, com o meu cunhado inseparável, Sílvio Paulo Duarte Marques - que é irmão da Therezinha de Jesus, que é a minha senhora. Companheiro de aula desde o primário, também ele influenciou em mim, talvez, na escolha da profissão.

Projeto Memória: Qual faculdade, Dr. Paulo?

Paulo Cláudio Tovo: Da UFRGS, turma de 1951. E eu me lembro bem que em dezembro, perto da formatura, eu disse aos meus colegas do quinto ano - naquela época não era semestre, era do primeiro ao quinto ano: "Olha, eu não quero saber nada com o crime". Evidentemente que eu queria dizer: "Eu não quero nada com o Direito Criminal, com as Ciências Criminais". Isso em dezembro de (19)51, perto da formatura. Em 14/07/52 eu estava assumindo a promotoria de Torres. Tu vês que a vida leva a gente por caminhos que a gente não pensou antes, não é? Então foi uma surpresa para mim a minha própria trajetória. E eu me apaixonei pelo (Direito Criminal), já vinha gostando imensamente, através dos professores, dos grandes mestres que tive na Faculdade de Direito da UFRGS, Armando Câmara, grande orador, filósofo, Ruy Cirne Lima, sabedor notável do Direito Administrativo, e o professor Simch Jr., que foi meu professor de Processo Penal, esse também me encantou muito pela matéria, então eu já ti-

* Entrevista concedida ao Programa de Memória Oral do Projeto Memória do Ministério Público do RS em 31 de agosto de 2000.

nha certas tendências, embora subjacentes, eu não percebia, tanto que eu disse que não queria nada com o crime, mas fui parar na promotoria de Torres. Bom, 14/07/52 foi quando eu assumi a promotoria de Torres, dia da queda da Bastilha, me lembro bem, porque é dia da queda da Bastilha. E é interessante dizer que, naquela época, a comarca de Torres não era como hoje, não tinha *Freeway*, era uma estrada de chão batido, e, ou a gente ia a Torres pelo mar, ou ia pela estrada de chão batido. E muitas vezes a gente ficava no caminho, trancado, porque o mar não dava passagem, e às vezes a própria estrada não dava passagem, porque um morro daqueles desbarrancava e vinham bananeiras por cima da estrada. Então, assim, foi muito interessante para mim, eu tinha que passar três balsas para chegar em Torres, três balsas, e era um viajão. Muitas vezes eu saía de Torres - e naquela época a gente trabalhava até aos sábados, fazia expediente até no sábado, na promotoria de Torres - e a minha filha do meio não se deu com o clima da Comarca de Torres, e [teve] que ficar com (a) patroa aqui em Porto Alegre, na casa da minha mãe, e eu ficar sozinho lá, trabalhando, até que consegui remoção para Taquari. Então, muitas vezes eu partia de Torres, de ônibus, da empresa Jäger, uma empresa que já estava quase falindo, com os pneus furados e cheios de remendos, e seguidamente a gente parava no meio do caminho, porque estourava um pneu, tinha um desarranjo no carro... E muitas vezes eu ficava em Osório, não podia seguir para Porto Alegre, ficava no sábado, ficava no

domingo, só pelo telefone com manivela a comunicação com minha mulher e filhas.

Projeto Memória: Um início difícil.

Paulo Cláudio Tovo: No início foi difícil. Poderia parecer assim, a primeira comarca minha foi Torres. Não era a Torres de hoje, era a Torres do passado.

Projeto Memória: E por que essa opção, já que Torres foi a primeira promotoria, por que essa opção pelo Ministério Público? Por que foi feito o concurso? Por que escolheu o Ministério Público, além da influência já inconsciente dos professores que colocou?

Paulo Cláudio Tovo: O primeiro concurso que me surgiu, foi assim, logo que eu saí da faculdade.

Projeto Memória: Já tinha a intenção de seguir a carreira?

Paulo Cláudio Tovo: Não, não tinha intenção. Surgiu o concurso e eu era funcionário do Tribunal de Contas, e fiz o concurso para o Ministério Público. Então foi assim, em dezembro eu me formei e, em 14/07, como eu disse, assumia a promotoria de Torres.

Projeto Memória: Foi o primeiro concurso que teve...

Paulo Cláudio Tovo: Foi o primeiro concurso, e eu fui levado para lá.

Projeto Memória: E o trabalho em Torres, como é que foi essa primeira promotoria?

Paulo Cláudio Tovo: Era uma comarca de primeira entrância, não era muito volumoso o serviço, mas era bem interessante. Eu convivi com os marisqueiros, com a gente de Torres, gente muito boa, e a minha primeira experiência no júri, no Tribu-

nal do Júri, que eu tive, foi lá em Torres. O juiz, Dr. Astir Ramos Gonzales, que era juiz da comarca, como era meu amigo, mandou chamar um famoso advogado de Caxias do Sul para que eu tivesse uma boa experiência. Eu até brincava com ele: "Mas que amigo, hein?". Mas foi bom. Ele mandou chamar o Perci de Abreu Lima, que era um esplêndido causídico em Caxias do Sul, eu nem me lembro se ele já era formado, se chegou a se formar, mas no mínimo era um notável rábula, como a gente costuma dizer, um grande advogado criminal, conhecia psicologia, psicopatologia, sabia fazer uma análise crítica da prova à luz das ditas ciências, fora do Direito, de uma maneira eloqüentíssima, então foi a minha primeira experiência, meu teste inicial. Por sinal, o procurador-geral fez com que o Enio Vilanova Castilhos, um colega de quem tenho saudades, falecido já, todos nós do Ministério Público temos saudades, um grande colega, grande amigo, [assistisse] aos meus júris, à minha estréia, porque eu não tinha experiência nenhuma, naquela época não existia a Escola do Ministério Público, nem a Escola da Magistratura, a gente ia, assim, na coragem. E então o procurador-geral mandou o Enio Vilanova Castilhos assistir ao meu júri para ver como eu me desincubiria. E, graças a Deus, foi uma maravilhosa experiência que tive, um proveitoso aprendizado, e daí me apaixonei pelo júri. Bom, mas a preparação desse júri foi uma coisa, assim, interessan-

(...) apesar daquela timidez, eu venci a timidez pelo próprio esforço, pela vontade, pelo gosto, pelo amor à Ciência Criminal. Descobri em mim potencialidades que me eram desconhecidas.

te. Eu fui para o Morro do Farol, lá em Torres, não tinha ninguém, a cidade estava sem veranistas, era inverno, e eu morava no Farol Hotel, do Zanardi, e então eu levei os autos para lá, os códigos, e fiz um treinamento para..., me disseram que eu devia fazer na frente do espelho, mas eu achei melhor fazer à beira do mar. Então eu fiz o treinamento, depois de estudar bem o processo, fiz o discurso, assim, ao ar livre. E fiquei de-
veras desapontado, quando um policial militar, que estava pescando, me pegou em flagrante falando sozinho. Ele deve até hoje pensar que esse promotor da comarca que chegara era meio

doido. E eu estava fazendo treinamento, e esse treinamento foi decisivo para minha vida como tribuno do júri, porque eu era extremamente tímido, e tive que fazer tudo isso para ter a coragem de enfrentar a tribuna, e deu resultado. E hoje eu transmito aos meus alunos, na PUC, no curso de Júri Experimental, dou o meu testemunho, da minha vivência como um tímido, que eu nunca tinha tido experiência na ponta da mesa, discursando e, no entanto, apesar daquela timidez, eu venci a timidez pelo próprio esforço, pela vontade, pelo gosto, pelo amor à Ciência Criminal. Descobri em mim potencialidades que me eram desconhecidas.

Bem, e ali, depois de Torres, eu pedi remoção, fui para Taquari, por causa da saúde da filha, e de Taquari, maravilhosa cidade, gente de convicção firme na política, uma gente

muito boa, tinha lá o café da Frente Democrática, não me lembro como se chamava, uma coisa assim, e do outro lado o PTB, da época, o PTB, partido do Getúlio. Então, os que eram do PTB não freqüentavam aquele bar, e vice-versa. E o promotor e o juiz que quisessem conviver bem tinham que freqüentar um e outro bar. Era um café. A gente chamava de bar, dois bares, onde se ia tomar cafezinho, conversar com os amigos. Sim, porque era necessário, era indispensável para conviver com os taquarienses. Ali é a terra do inescquecível Adroaldo Mesquita da Costa, da Dona Sofia Costa e Silva. Dona Sofia até fez o hino de Taquari: "Taquari, Taquari, terra de luz, terra de sol, terra de amor...". E assim, é muito bonito o hino que ela fez, me lembro com saudades. Os meus filhos eram pequenos, são três filhos, e um deles, o mais novo, é Procurador de Justiça, está no exercício da Procuradoria de Justiça, fez a carreira no Ministério Público, também; a Sílvia, que é a mais velha, hoje é casada com um mineiro, mora em Belo Horizonte; a Maria da Graça, que mora aqui, nos [deu] netos; e agora o João Batista nos deu uma neta. Nós temos quatro netos. Então, eu me lembro muito bem, com saudades, as crianças brincavam na Lagoa Armênia, que eu nem sei se existe mais. Acho que a lagoa ainda existe, mas não existe mais talvez aquele aprazível parque que existia ao redor, onde a gente levava as crianças, (e elas) brincavam, pulavam por ali, e ficamos com saudade daquele tempo. Depois de parar ali, durante bastante tempo, em Taquari, eu fui promovido para Taquara, onde

fiz também júris interessantes...

Projeto Memória: Havia diferenças nesses júris, nos tipos de crimes que aconteciam, de Torres para Taquari? Como é que foi essa diferenciação de trabalho?

Paulo Cláudio Tovo: Bom, a criminalidade lá não era muito acentuada. Em Torres era raríssimo o caso de júri, porque o júri é para os crimes dolosos contra a vida, principalmente homicídio. E era muito raro isso, em Torres. Em Taquari já era menos raro. Então eu tive casos, inclusive o advogado que por vezes atuava lá era o Dr. Oswaldo de Lya Pires, freqüentemente tivemos debates bastante acalorados. E eu fiquei marcado por uma façanha em Taquari porque foi a primeira vez que um promotor conseguiu obter a condenação de um réu defendido pelo já célebre Oswaldo de Lya Pires. E nesse caso era de homicídio durante um baile, um menor que matou outro, o primo, mas o pai instigou o filho. Chegou ao baile e viu o filho de faca, apontando para o primo, disse: "Muito bem, é isso mesmo que se faz, meu filho!". E o filho cravou a faca no ventre do primo. E, então, ele que foi acusado, porque o filho dele era inimputável, não era responsável criminalmente, ele que foi acusado em co-autoria, por instigação. Isso eu me lembro bem. E tive outras acusações, no júri, e lá a criminalidade também não é muito intensa ou, ao menos, não era como hoje, não. Tanto Torres quanto Taquari eram cidades pacíficas, gente ordeira, embora a política fervesse, em Taquari até mais do que em Torres, mas a...

Projeto Memória: Isso também não

gerava alguns crimes políticos?

Paulo Cláudio Tovo: Não, não.

Projeto Memória: Passavam à margem...

Paulo Cláudio Tovo: É, mais ou menos. O índice de criminalidade era baixo, tanto de Torres quanto de Taquari. Depois dali, eu fui para Alegrete, não, fui para Taquara primeiro, comarca de segunda entrância, onde fiquei dois anos, é gente muito boa, também, gente ordeira, descendência germânica, muito rigorosos para julgar. E eu acentuo mais o júri porque naquela época o forte do promotor era o Tribunal do Júri e o Direito Criminal. Hoje, o promotor tem uma atividade bastante ampla, bastante variada, como representante, não apenas da sociedade na área criminal, mas na área extrapenal. Depois, promovido para a Comarca de Alegrete, como se diz lá, Alegrete (imitando sotaque característico da região). E lá eu fiquei pouco tempo. Em Alegrete eu fui Substituto Regional. É uma promotoria que nem existe mais, ela durou pouco tempo. Eu era sediado em Alegrete e atendia, além da 2ª Promotoria, as Comarcas de Quaraí, São Francisco de Assis, Rosário do Sul, São Gabriel, e, às vezes, ainda substituía em Uruguaiana. Era substituto, eu vivia no trem, no "Maria Fumaça", tanto que o meu filho era pequeno, esse que é procurador hoje, e um dia me deu uma lição. Foi me visitar o bispo de Uruguaiana, D. Luiz Felipe de Nadal, na visita pastoral, e eu, aliás, fiz um discurso de saudação a ele, na visita pastoral, e ele era amigo da família da minha senhora, conhecia a Therezinha desde a infância, então ele esteve lá e a Therezinha

fez um jantar para ele, um banquete, e o filho estava à mesa, e o bispo pergunta para o João Batista assim: "Meu filho, qual é a profissão que tu vais seguir? A profissão do teu pai? Qual é a profissão?". Respondeu João Batista: "Não, Excelência, eu não vou ser promotor". E diz o bispo assim: "Mas por quê?". Respondeu: "Para que os meus filhos não tenham saudades de mim". Foi uma lição muito bonita que ele me deu. Af o bispo, que vinha insistindo comigo para que eu pedisse remoção para Uruguaiana, e eu dizia que não, que não queria sair de Alegrete, que eu gostava muito de Alegrete, em face desse pronunciamento do meu filho, eu resolvi pedir remoção para Uruguaiana. E aí passei para Uruguaiana, até 1964, quase quando estourou a Revolução; quando estourou a Revolução, eu já estava removido para a Capital. Em Alegrete, como disse, eu atendia, era Substituto Regional, atendia diversas comarcas, fazia júri em diversas comarcas, já era considerável o volume de serviço. Quando eu chegava em uma comarca e tinha quarenta, sessenta inquéritos para oferecer denúncia, e isso era uma substituição de trinta dias, então... E às vezes tinha que ir numa comarca que pertencia, como Substituto Regional, a mim, havia dois promotores em férias, eu ia nas duas, e às vezes eram cem inquéritos ou mais para oferecer denúncia e chegava no fim da substituição e estava tudo em dia, tinha oferecido denúncia em todos os casos. A criminalidade era muito alta, o pessoal andava sempre armado. Na fronteira o pessoal anda sempre armado. Contrabando, homicídio, latrocínio, uma criminalidade

violenta muito grande, principalmente o homicídio. O homem da fronteira é diferente do resto do Rio Grande do Sul, é mais esquentado. Até a mulher, também. Uma vez eu encontrei - eu sou descendente de italianos - uns gringos lá em Uruguaiana, caminhoneiros, dando risada. Duas senhoras, que estavam lá de automóvel, disseram desaforos para eles. Não sei o que eles fizeram, e eu alertei os gringos: "Olha, vocês não brinquem com as senhoras daqui. Não façam isso que vocês fizeram, não pensem que são tão submissas. Elas abrem a bolsa, tiram um revólver e queimam vocês". Eu disse bem assim. Eles se assustaram. Eu, por exemplo, em Uruguaiana, quando já estava [lá], cheguei pouquinhos instantes após um homicídio no centro da cidade. Estava ali o sangue ainda, e a vítima tinha sido recolhida. Houve um tiroteio, um tiroteio entre dois desafetos, e num dos disparos o projétil ricocheteou no asfalto, transformou-se numa rodelinha, com arestas, e passou pela barriga de um viajante paulista, e cortou de fora a fora, mas de leve. O viajante em seguida foi embora para São Paulo e disse que nunca mais voltaria para a fronteira.

Projeto Memória: Isso que é 1960, e não hoje.

Paulo Cláudio Tovo: Isso aí, em 1959, 60, por aí, 1960, mais ou menos. E agora a coisa é mais violenta, não tem dúvida. [Na] Comarca de Uruguaiana, eu lecionei no Colégio Santana. Na Faculdade de Pedagogia, como colaborador leigo, estudei a fundo Psicologia, até, às vezes, mais do que o Direito, para poder aplicá-la nos processos, que eram muitos,

inclusive no júri aplicava com frequência. Enfrentei grandes advogados, o Berhegaray, o João Alberto Schenkel, e outros, ali em Uruguaiana; também em Alegrete tinha, tem grandes advogados criminalistas. Uruguaiana é uma comarca muito linda, é uma cidade previamente planejada, as ruas são longas e (as) calçadas amplas. Eu fui designado, muitas vezes, pelo procurador-geral, para substituir em outras comarcas, para fazer júri em Cacequi, em São Borja. O juiz era o José Paulo Bisol, quando eu fiz júri em São Borja, e que veio a ser meu companheiro de Câmara no Tribunal de Alçada. Ali na fronteira eu andei por todos os lados, conheço bem a fronteira, simpatizei muito com a gente de lá, achei aquela gente maravilhosa. Gostei muito de trabalhar na fronteira, a gente aprende. Cada cidade, cada comarca, é diferente, tem um povo diferente, e a gente aprende muita coisa da vida.

Projeto Memória: E na fronteira, nesse período em que o senhor esteve lá, de (19)60 a (19)64, era uma fase de mobilização, como é que essa questão política apareceu?

Paulo Cláudio Tovo: Eu me lembro que, primeiro, (houve) o movimento da Legalidade; na fronteira, foi uma coisa incrível. Até o juiz se envolveu, mas não vou dizer quem é. Agora eu, na fronteira, eu trabalhei, em Uruguaiana, com o Athos Gusmão Carneiro, hoje Ministro do Superior Tribunal de Justiça, aposentado. Deixa eu ver com quem mais... um que foi presidente do Tribunal, cujo nome agora me foge...

Projeto Memória: Adroaldo Furta-do Fabrício?

Paulo Cláudio Tovo: Não, não, não. Dr. Púperi, Desembargador Nelson Luiz Púperi. E trabalhei com outros juízes muito competentes, maravilhosos, que vieram a ser desembargadores, depois. Mas a política, lá na fronteira, era bastante caliente.

Projeto Memória: Insuflada?

Paulo Cláudio Tovo: Sem dúvida.

Fervia, fervia, não tem dúvida. E eu nunca fui político; me colocava, assim, equidistantemente. Claro que eu tinha partido político, eu era do PL, Partido Libertador, que nem existe mais. Mas nunca fui assim, ativo na política. E me resguardava, e não dizia para o pessoal, porque isso influía, no Tribunal do Júri tinha uma influência tremenda. Se o promotor era de um partido, os jurados daquele partido eram solidários com o promotor, e os adversários mandavam contra. Então a política influía nas decisões do Tribunal do Júri, e, por isso, eu me abstinha de..., hoje eu digo, mas naquela época não dizia, porque era do lenço vermelho, do Partido Libertador. Sou democrata, não tolero, nunca tolerarei qualquer tipo de regime ilegal, ditatorial, despótico, sempre achei que o Estado de Direito é que

deve preponderar. Sempre combati a ditadura da esquerda e a ditadura da direita. A minha democracia, que eu adoto, é a democracia cristã. Então, em 1964, em março de (19)64, eu estava em Uruguaiana, quando ouvi pelo rádio aquele discurso do

Presidente da República para os marinheiros, e eu disse para a minha senhora assim: "Olha, vamos embora". Eu já estava promovido para Porto Alegre, eu disse: "Vamos embora em seguida, rapidamente, porque aí vem coisa. Eu não sei como é que vai acontecer, mas que vai acontecer, vai". E aí, eu mandei de trem os móveis, tudo, fiz a mochila toda rapidamente, o pessoal quis me oferecer uma homenagem, eu apurei com a homenagem, e me toquei para Porto Alegre, peguei o último

"Minuano" que veio para Porto Alegre, o último antes de estourar, foi justamente às vésperas do dia primeiro de abril, 31 de março. Então, quando eu cheguei aqui em Porto Alegre, eu acompanhei toda a Revolução, assistindo na rua, estava em trânsito, cheguei no Palácio da Justiça, estava fechado, cheguei na procuradoria, estava fechada. Mas a gente entrava, como funcionário, como promotor. Mas estava tudo fechado,

uma situação braba, o pessoal correndo nas ruas, a cavalaria correndo, o pessoal soltando bolinhas de gude, os cavalos caindo, os soldados caindo, os tanques de guerra em cima da gente. Eu me lembro bem desses momentos porque o meu cunhado, que já faleceu, o Zé Luís Duarte Marques, incitou: "Vamos ver a Revolução!". E fomos, na Rua da Praia, em todos os lugares, e até assistimos a tiroteios, tiros, não tiroteios propriamente, tiros, a polícia dava tiros para cima para assustar o povo, o povo corria. Nós corríamos também, depois voltávamos, e assistíamos àqueles movimentos todos, que houve aí na Revolução, na chamada Revolução. Depois eu, aqui em Porto Alegre, como promotor, cheguei até a procurador, e fui Promotor do Júri, trabalhei bastante na 8ª Vara Criminal, então Vara do Júri. O que tu querias perguntar?

Projeto Memória: Eu ia lhe perguntar a respeito de (19)64, porque nós sabemos que o senhor participou de uma comissão geral para investigar atos contra a segurança nacional, uma questão administrativa na termoeletrica de Charqueadas. Poderia nos contar?

Paulo Cláudio Tovo: Sim. O procurador-geral me designou para a CGI¹² junto à Eletrobrás, então eu participei com oficiais do Exército e da Marinha na investigação, aquelas investigações do regime, e, graças a Deus, as investigações... Ah, e fui também designado pelo procurador-geral para funcionar junto aos Correios e Telégrafos, não me lembro agora o nome do alto oficial da

Aeronáutica que estava lá nos Correios e Telégrafos, e ele... Brigadeiro Azambuja, se não estou equivocado. O Brigadeiro Azambuja era o interventor nos Correios e Telégrafos, e eu fui lá a mando do procurador para assessorá-lo sobre a legalidade dos seus atos. Porque a Revolução, quando ela nasceu, se dizia que era para a defesa da democracia, que era contra o comunismo, não é isso? E, bem, não há dúvida... Os primeiros atos do governo revolucionário foram atos que pareciam que queriam manter o regime legal, os primeiros atos institucionais davam essa impressão. Eu não estava ali com a incumbência de verificar quem era subversivo, isso é algo ideológico-político que não era da nossa competência, mas sim quem era corrupto, quem teria praticado corrupção contra a Administração Pública. Isso era uma coisa que, para mim, não houve dificuldade, porque era dentro da legalidade, uma indagação dentro da legalidade. Nesse sentido, eu atendi à designação do procurador-geral, e funcionei, e graças a Deus as nossas conclusões foram todas absolutórias, as acusações eram manifestamente infundadas, acusações até temerárias. E, em todas as comissões em que eu participei, em todas as investigações, teve um até que era na Universidade, era junto à Eletrobrás, e nós chegamos à conclusão (de) que os denunciadores deveriam ser investigados, e não os investigados, uma coisa invertida. Não tinha posição nem com a Revolução, eu não tinha nada a ver com a Revolução, até estava por fora, eu

¹² Comissão Geral de Investigação.

não sabia, sabia que ia haver alguma coisa e nem sabia o que era.

Projeto Memória: Quem tinham sido os denunciante nessa comissão da Eletrobrás?

Paulo Cláudio Tovo: O denunciante foi um professor, que era até jornalista.

Projeto Memória: Que tinha um vínculo partidário?

Paulo Cláudio Tovo: Sim, o nome dele não me lembro. Sei que era professor universitário da Escola de Engenharia, era engenheiro de minas. O primeiro contato que nós tivemos com ele, eu me lembro bem que ele me convidou para ir até uma sala e me mostrou, nessa sala, um cúmulo de autos, de inquéritos admi-

254

nistrativos, e estava ali toda a acusação que ele queria fazer contra x, y, z pessoas. E eu vi que aquilo era uma coisa, assim, fora do comum, estranha, tanta acusação numa só pessoa. E então combinei com os oficiais com quem eu trabalhei, o General Brasil e o Major Bandeira, não me lembro o nome completo de ambos, (mas) eu lembro [que] disse a eles: "Olha, o problema é o seguinte: houve diversos inquéritos administrativos. Esse denunciante causou diversos inquéritos administrativos, antes de 1964 - antes da chamada Revolução. Esses inquéritos administrativos, todos, deram em nada. Nunca se chegou a uma conclusão clara e precisa - então tinha alguma coisa estranha".

Projeto Memória: Essa era uma época de denunciamentos...

Paulo Cláudio Tovo: É, ele já era

um denunciante aparentemente denunciante, vamos dizer, parecia ter um furor acusatório, ser possuído de um furor acusatório. Então, eu disse aos meus colegas militares, no caso, colegas de comissão: "Olha, eu vou sugerir que a gente faça uma reunião inicial", e aí nós ouvimos o denunciante, e pedimos que ele resumisse as acusações, as denúncias que ele tinha que fazer, que ele fixasse os pontos acusatórios. E assim foi. Aí,

E eu perguntei para o procurador-geral se era mesmo para investigar, eu disse: "Mas é para investigar, mesmo?", e era para investigar. E eu acreditei que era.

depois, no final, disse para ele: "Bom, não tem mais nada, está tudo aqui?". Ele concordou. Aí, assim fizemos porque a denúncia é a essência da acusação, é o primeiro ato acusatório. Então eu fiz essa reunião de todas as

acusações, narrei as acusações, resumei, e só investigamos aquilo ali e não aquelas considerações todas que confundiam fatos com apreciações de fatos de forma caótica. Mas três dias depois ele veio com um aditamento de trinta e tantas laudas. Nós simplesmente rejeitamos, já o tínhamos alertado, continuamos investigando aquele caso e verificamos que não tinha procedência nenhuma a acusação, ao contrário. Posteriormente, aqui em Porto Alegre, eu fui designado pelo procurador-geral para acompanhar uma investigação, um inquérito policial, pela morte do Sargento Manoel Raimundo Soares, o caso das Mãos Amarradas. O Sargento Manuel Raimundo Soares, que foi torturado até a morte. Foi encontrado o cadáver dele, boiando nas águas do Jacuí, no meio de umas taquaireiras, em (19)66. Fui designa-

do pelo procurador-geral. Projeto Memória: Era o bipartidarismo, o MDB...

Paulo Cláudio Tovo: Exatamente, MDB e Arena. Bom, então eu fui acompanhar essa investigação, que se realizava na delegacia chamada de Segurança Pessoal. Hoje, a correspondente deve ser a Delegacia de Homicídios. O delegado era o Arnóbio Falcão da Mota, excelente pessoa, os funcionários, tudo, uma maravilha, investigaram comigo, aliás, eu acompanhei a investigação, que se procedeu à luz dos mais modernos ensinamentos da ciência da prova. E foi uma investigação maravilhosa, porque nós usamos o método do Dellepiane,

(...) buscamos todos os passos do Sargento Manuel Raimundo Soares, desde a sua prisão, por sinal ilegal, até a morte. Então fizemos uma reconstrução, como diz Dellepiane, ideacional, reconstrução ideacional, desse fato, através dos vestígios por ele deixados, vestígios materiais e vestígios imateriais, principalmente materiais. O cadáver, que foi rebocado para o porto, aqui, depois foi sub-

metido ao Instituto Médico Legal, à necropsia. Fizeram a necropsia e chegaram à conclusão (de) que ele tinha sido morto, tinha sido afogado, tinha sido morto por afogamento. Conclusão técnica da polícia, que estava..., e era uma polícia técnica insuspeita, que tivesse sido morto por afogamento.

Então, foi uma investigação longa. Primeiro as pressões da Secretaria de Segurança, que a Secretaria de Segurança pediu que o procurador-geral nomeasse um promotor para acompanhar as investigações, e foi por isso que eu fui para lá, e o procurador me nomeou. E eu perguntei para o procurador-geral se era

mesmo para investigar, eu disse: "Mas é para investigar, mesmo?", e era para investigar. E eu acreditei que era. Bem...

Projeto Memória: Começaram pressões da Secretaria de Segurança...

Paulo Cláudio Tovo: Sim, pressões de todo lado. Pressões até sobre os meus filhos, eles eram pequenos e vinham chorando para casa que o pa-



Figura 35 - "Tudo sobre o crime do Jacuí" – matéria jornalística divulgando o caso "Mãos Amarradas". Zero Hora, Porto Alegre, 14.09.1966, capa, Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Foto: Vinicius Oliveira.

pai ia ser preso. Porque eu fiz um relatório. No final desse inquérito policial, eu fiz um relatório. Eu disse para o delegado:

"Olha, eu tenho mais garantias do que tu, deixa que eu faço o relatório". Ele fez um relatório simples, e eu fiz um relatório mais analítico e encaminhei ao procurador-geral. E depois, interessante foi que, quando estava pronto o inquérito, um inquérito feito com seriedade, com dignidade, os policiais foram extraordi-

nários, estava pronto o inquérito, o Secretário de Segurança mandou chamar todos os que tinham trabalhado no inquérito para se apresentarem. E aí o delegado me deu o inquérito: "Está aqui, pronto, toma o inquérito, leva a juízo". "Vou levar já." Eram diversos volumes. Eu saí da Secretaria de Segurança, imagine, saí da Secretaria de Segurança, foi, assim, um ato

meio imprudente, com os autos debaixo do braço, em uma pasta, embarquei em um táxi, toquei para o Foro e entreguei pessoalmente o inquérito. Ele fez um relatório rápido, antes que fosse recepcionado, pressionado lá na Secretaria de Segurança. E aí, então, ele foi ter com o secretário. E lá na Justiça foi recebido o inquérito policial, no Palácio da Justiça, na Praça da Matriz, e

Então eu não funcionei no processo judicial, só no procedimento preparatório, que é o inquérito policial. Essa investigação foi belíssima, como eu disse, porque seguiu os passos ensinados pelo mestre Dellepiane, em sua nova teoria da prova, (...)

Então nós conseguimos provar documentalmente, com perícia, com a prova da existência do fato, que ele sofreu tortura até morrer, provamos. Agora, quanto à autoria, nada se aclarou, foi muito difícil de investigar, uma barreira, um muro da vergonha nos impedia.

encaminhado à Vara do Júri. Mas naquela época havia uma jurisprudência, que hoje eu não aceito, acho que

eu estava errado, a jurisprudência estava errada, portanto, eu não deveria ter aceito aquela jurisprudência, dizia que o promotor que participou das investigações, que acompanhou as investigações, é expressão técnica, que acompanhou as investigações, não pode ser o acusador, não podia ser o acusador. Não podia acusar. Eu poderia ter

feito isso. Hoje a idéia que domina é diferente. E eu então entreguei e foi distribuído para outro colega oferecer a denúncia. Então eu não funcionei no processo judicial, só no procedimento preparatório, que é o inquérito policial. Essa investigação foi belíssima, como eu disse, porque seguiu os passos ensinados pelo mestre Dellepiane, em sua nova teoria

da prova, e nós fizemos um levantamento e colheita de todas as cartas, porque a vítima, nos intervalos das torturas, mandava cartas. O Sargento mandava cartas para a mulher, Elizabeth Chalup Soares, que morava no Rio de Janeiro, cartas amorosas e con-

tando toda a desdita dele, que estava sendo torturado. Até dizia que o tinham cegado de um olho e que os presos lá, na ilha do Presídio, bota-

vam água com açúcar para aliviar as dores do olho.

Projeto Memória: Quanto tempo ele esteve preso?

Paulo Cláudio Tovo: Ele esteve preso... eu não me lembro agora, do relatório, não tenho mais cópia, fui dando as cópias e fiquei sem o relatório. De memória, assim, eu não me lembro, sei que ele ficou mais de seis meses, ele ficou preso ilegalmente, diziam, por ordem de uma autoridade militar.

Projeto Memória: E nessas cartas para a esposa ele relatava as torturas.

Paulo Cláudio Tovo: Ele relatava todos os sofrimentos que teve com as torturas, e aquelas cartas todas, nós fomos ao Rio de Janeiro, fomos lá no Ministério da Guerra, e tiramos padrões escritos por ele. Porque ele foi sargento, ele era Segundo-Sargento do Exército Nacional, presidiu muitos inquéritos, IPMs, antes da Revolução, tinha uma letra belíssima, então nós tiramos aquelas cópias para fazer as perícias, perícias da grafotecnica, nos originais, é claro, e então para apurar se aqueles escritos eram dele mesmo, porque havia discussão se eram dele ou não. Então nós conseguimos provar documentalmente, com perícia, com a prova da existência do fato, que ele sofreu tortura até morrer, provamos. Agora, quanto à autoria, nada se aclarou, foi muito difícil de investigar, uma barreira, um muro da vergonha nos impedia. Aí, no relatório que eu fiz e dirigi ao procurador-geral, eu disse, no final, mais ou menos isso: "Que a bússola dos indícios apontava firmemente para o DOPS". Ou Dopinha, ou Dopinho, uma enti-

dade secreta, paralela ao DOPS, que existia, que nós chegamos à conclusão que existia. E, mais do que isso, nós só dissemos que a bússola dos indícios aponta firmemente para o DOPS, ou Dopinha, como autoria, e nomeamos, indicamos diversas pessoas que tinham tido, que tinham determinado que o sargento fosse para lá, para cá. Mas apurar a autoria do fato, do homicídio, não foi apurado, senão em termos de suspeita fundada para a perseguição penal, nunca certeza, não teríamos, porque o inquérito é um procedimento preparatório, não é a ação penal, não é o devido processo legal. É inquisitorial. Então nós concluimos assim, e essa conclusão, que não era revolucionária, mas também não era...



Figura 36 - Caso "Mãos Amarradas" – Uma das cartas do prisioneiro relatando as torturas sofridas à esposa. Zero Hora, Porto Alegre, 02.09.1966, contracapa, Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Foto: Vinicius Oliveira.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

mando a ponto de conseguir transformar o amor que é paiante nas cartas de "Manelinho" para "Betinha", na descrição fria de um cadavre alagado que encontra no aterro de ôbito. E esse cotidiano paralisante entre amor e morte que obriga a simulação deste lauto para a suposição deste caso.

As quatro cartas de Manoel Raimundo Soares, que chegaram na mão da esposa, datadas de 15 de abril de 1966, 02 de maio de 1966 e 10 de julho de 1966 (fls. 1714-1723), constam o seguinte teor, que tomo a liberdade de aqui transcrever:

"Illa Presida. P. Alegre, 15 de abr. 66

Querida Betinha,

Finalmente acabou sendo preso Cel em nome cidadão de um "deliciduro" chamado EDU e viveu por nesta ilha presida. Foi preso às 15:00hs do dia 11 de março, sexta-feira, em frente ao Auditório Araújo Viana. Foi levado para o quartel do P.E. onde foi "interrogado" durante duas horas e depois foi levado para o DOP. Estou bem. Nesta ilha me recupero do "tratamento" policial. Já a dia em que fui preso estava dormindo em Horta e pentes viradas. Não sei como vou me arrumar no dia em que eu for solto pois o LEO sempre amega que eu tenho em Recife, porém o contato com ele e eu não sei o endereço. Espero que você esteja bem e que se mantenha em calma. Isto passa. Nas duas seguintes ao que eu for solto iremos uma mesa. Eu de mal em uma cidade basta qualquer. Agora me algumas perguntas:

a) Procura o advogado Dr. Bento no Escritório do Dr. Saldad Pinco, a rua Delbert nº 39 na cidade

b) Peça a ele. Bem para entrar com um Pedido de "Habeas Corpus" no Superior Tribunal Militar em meu favor. Eu estou preso à disposição do III Exército

c) Peça a Dona Mira para se desocupar, ela já tem alguma experiência disto

d) Você NÃO deve vir aqui. Isto não ajudará NADA e você NÃO conseguirá visitar-me.

Se houver dificuldades em materia de dinheiro, fale com ai com o visado, ou com o Dona glória em Brásilia, ou ainda venda as coisas. Depois arranjamos tudo de novo.

Está é o quarto cartinha de se mandou nestas muitas. Esta carta já foi passado graças aos amigos do preso.

Se for possível, manda 30 FIDELRES, depois de algum dinheiro no Banco Nacional de Minas Gerais aqui em P. Alegre. Eu tenho uma conta lá. Na vendida estou precisando de algumas coisas como uma cama, aparelho de barba, um sapato 35, escova de dentes, roupa de frio e coisas de comer. Eu dei no greco da minha de trabalhar da "hora" mas durante o último mês sou de prisão, sou o dinheiro que eu estou. Tu não deve

(Processo 88.0009436-8 - pag. 14/67)

ALTA - FEDERAL
JUSTIÇA FEDERAL

Recebe mil beijos e um carinho de abraço do teu Manoel" (fls. 1716-1717, grifado-se)

"Illa das Pedras Brancas (Illa Presidã). Porto Alegre, 10 de julho de 1966.

Minha querida Betinha,

Ainda estou vivo. Espero de todo o coração que você tenha recebido as cartas que remeti anteriormente. Esta é a última.

Nunca pensei que o sentimento que me une a você chegasse aos limites de uma necessidade. Nestes últimos dias, tenho sido torturado pela ideia de que estou impedido de ver teu rosto ou de beijar teus lábios.

Todas as torturas físicas a que fui submetido no P.E. e na D.O.P.S não me abateam.

No entanto, como verdadeiras publicidades, tortura-me, machuca, amarga, este impedimento ilegal de receber uma carta da mulher, que hoje, mais do que nunca, é a única razão de minha vida.

Dentro de um plano de coleta de informações, algumas coisas já me foram proporcionadas pelos carcereiros. Com efeito, já tenho escovas de dentes, sabonete e até roupas e sapatos, fizeram chegar até aqui. Mas, nada disto pôde aliviar a dor que me causa, o fato de não poder receber cartas de minha Bita.

Acredito que minha situação ainda não mudou muito. Até hoje (amanhã completam-se quatro meses), não fui ouvido em I.P.M.s e desde que mandaram-me para esta ilha não mais sei.

Qual o momento de libertar-me? um pedido de "Habeas Corpus" ao Superior Tribunal Militar. A Dona Mira poderia te ajudar neste sentido.

Apesar do sofrimento espiritual a que estou submetido, ainda assim recomendo que você mantenha a calma. Nestas horas só a calma pode trazer alguma ajuda.

Acredito que agora, você já poderia tentar visitar-me aqui em Porto Alegre. O que você acha disto?

Espero que você não tenha estado em dificuldades em materia de dinheiro. Isto seria para mim pior do que a pior coisa que pudesse me acontecer.

(Processo 88.0009436-8 - pag. 16/67)

258 Figura 38 - Caso "Mãos Amarradas" – Carta de Manoel Raimundo Soares à esposa em 15.04.1966. *Decisão de indenização favorável a Elizabeth Chalupp Soares (esposa de Manoel Raimundo Soares) – Justiça Federal – 5ª Vara Federal – Seção Judiciária do Rio Grande do Sul - Processo 88.0009436-8 – p. 14/67 e 15/67.*

Figura 37 - Caso "Mãos Amarradas" – Carta de Manoel Raimundo Soares a esposa em 10.07.1966. *Decisão de indenização favorável a Elizabeth Chalupp Soares (esposa de Manoel Raimundo Soares) – Justiça Federal – 5ª Vara Federal – Seção Judiciária do Rio Grande do Sul - Processo 88.0009436-8 – p. 16/67.*

Crime das mãos atadas

PROMOTOR: NADA ME INTIMIDARÁ!

zero hora

Am. III - Porto Alegre, 3.ª feira, 03-06 - N.º 711 - Cof. 209

O Ministério Público designa o promotor Paulo Cláudio Tovo da 5ª Vara Federal para acompanhar as investigações policiais em materia de crime das mãos atadas. Fubado o JLI e promotor Tovo declara que nenhuma ameaça e intimidará, está e P. A. Costa, Cont'd

Figura 39 - Atuação do Promotor de Justiça Paulo Cláudio Tovo no caso "Mãos Amarradas". *Zero Hora, Porto Alegre, 06.09.1966, capa, Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Foto: Vinicius Oliveira*

Histórias de vida do Ministério Público do Rio Grande do Sul - Rememorações para o futuro

Eu era democrata, eu sou democrata, continuo sendo democrata, não tolero regime autoritário nem da esquerda, nem da direita. Muito bem, claramente isto. Eu era insuspeito para fazer essa, para acompanhar essa investigação. Todavia, fui considerado como suspeito, como até conivente, tanto é que os meus filhos vinham chorando para casa, do colégio, quando começou no jornal - eu dei publicidade ao meu relatório, o procurador-geral guardou o relatório, e eu dei publicidade. O repórter chegou, certo dia, eu estava fazendo o júri, durante o júri, e ele me perguntou assim: "E agora, Tovo?", porque surgiu uma..., foi feito um inquérito paralelo ao nosso, aparentemente, para demonstrar que nós não tínhamos razão em nossas conclusões. E então foi publicado, quando já estava em andamento o processo contra as pessoas envolvidas, estava o processo já em andamento, o repórter veio com o jornal, o mostrou, assim, para mim, eu não queria dar entrevista. Disse ele: "Não vais dar entrevista?".

Respondi: "Não, não vou dar entrevista, então te dou uma cópia do relatório". Dei a cópia do relatório que eu fiz ao procurador-geral para ele. E aí surgiu em todos os jornais do país, foi aquele escândalo, aquela coisa, e por isso é que veio a reação contra mim, que só depois de muito tempo que foi..., parou, amenizou, porque certamente, quando o Dr. Peri Condessa, que é hoje desembargador apo-

sentado, e professor de Processo Penal, na PUC, e de quem eu fui assistente, comecei lá com ele, o procurador-geral informou à CGI³³ geral, ou ao Ministério da Justiça, não me lembro bem, parece que ao Ministério da Justiça, queriam saber a meu respeito, estavam colhendo informações a meu respeito. Queriam investigar o investigador, talvez para passar de investigador a investigado. Um dos investigadores, é claro. E aí o procurador-geral me chamou, uma dignidade de pessoa, o Desembargador Peri Condessa, e perguntou: "Tovo, eu dei essa resposta aqui para o Ministro, ao que parece. Está certo?". Eu respondi: "Não, só tem uma coisa que tem que ser corrigida. Eu não dei entrevista". Os jornais pegaram os tópicos que queriam colocar, claro, inclusive politicamente... aquilo que interessava ao jornalismo, não reproduziram todo o meu relatório, evidentemente. "Não, eu entreguei por inteiro, não foi assim, não foi entrevista, foi uma entrega que eu fiz do relatório que já tinha sido en-

treque ao procurador-geral - já tinha mudado o procurador, nessa altura já era o Dr. Peri Condessa. Então isso deve ter amenizado porque... Eu disse: "Aí eu vou lembrar [ao] senhor o seguinte, que eu fui designado pelo procurador-geral para

funcionar junto à Eletrobrás, acompanhar a CGI junto à Eletrobrás, e aí então acho que isso modificou... Porque o pessoal achava que eu era conivente, porque tinha opinado...

(...) foi feito um inquérito paralelo ao nosso, aparentemente, para demonstrar que nós não tínhamos razão em nossas conclusões.

³³ CGI: Comissão Geral de Investigação.

Porque os que são partidários de um regime autoritário são intocáveis, em todas as ditaduras é assim, são intocáveis. Então, se alguém aponta alguma coisa contra um intocável, já imaginou o que acontece? Foi isso que aconteceu comigo. Como aconteceu com todos que... Mas aí, de certa forma, ficou claro que eu tinha feito algo que era dentro da insuspeição da Revolução, não que eu fosse revolucionário, mas eu fui designado pelo procurador-geral para acompanhar, e eu acho que foi isso que me salvou de conseqüências maiores. Porque o helicóptero "dos subversivos" - tinham helicópteros que eram para amedrontar os subversivos -, fez diversos rasantes aqui na minha casa. E eu ia para o quintal, estava dominado por um amor à verdade, amor à justiça, de tal forma que eu não tinha medo, não estava com medo. E não é que eu não tenha medo, mas eu, medo eu tinha, mas eu enfrentei. Eu ia para o quintal e abanava para o helicóptero. Podiam ter me metralhado, não é? Diversas vezes deram rasantes, aqui, aqui no fundo da casa, porque aqui a casa tem pátio, e era menor a casa antiga do meu pai, era menor a casa e o pátio era bem maior. Então eles faziam rasante aqui em casa para... As crianças no colégio eram pressionadas, di-

Porque os que são partidários de um regime autoritário são intocáveis, em todas as ditaduras é assim, são intocáveis. Então, se alguém aponta alguma coisa contra um intocável, já imaginou o que acontece? Foi isso que aconteceu comigo. Como aconteceu com todos que...

(...) estava dominado por um amor à verdade, amor à justiça, de tal forma que eu não tinha medo, não estava com medo. E não é que eu não tenha medo, mas eu, medo eu tinha, mas eu enfrentei.

ziam que iam me prender. Aí vinham chorando para casa. E o helicóptero em cima... Isso porque eu não era inimigo, não era esquerdista, Deus me livre, nem comunista, Deus me livre disso aí. Até anticomunista eu sou, eu sou anti toda forma de violência, toda forma de regime de exceção, não conte comigo.

Projeto Memória:
Como é que terminou

amenizando essa situação?

Pelo que eu me lembro, foi tudo resolvido, o processo...

Paulo Cláudio Tovo: Não, o processo chegou ali, no meu relatório...

Projeto Memória: Não, mas depois que o senhor entregou...

Paulo Cláudio Tovo:

Não, depois que eu entreguei, quanto ao andamento do processo, eu não gostaria de falar (...)

Bom, mas acontece o seguinte, que o que eu enviei para a Justiça só possibilitava aquilo que houve, a ação penal. Porque para intentar a ação penal basta a prova da

existência do fato, e prova da existência do fato existia, e suspeita fundada da autoria, ou seja, indício suficiente da autoria. Não precisa ter certeza para alguém ser perseguido penalmente. Então, para encetar a persecução foi suficiente, e houve a persecução penal, só que não era suficiente para condenar. E até chegou-se à conclusão, isso eu posso dizer,

de impronúncia, foram impronunciados, um dos co-réus, não vou falar sobre isso também, um dos co-réus foi imediatamente afastado da acusação principal, e os demais foram impronunciados mais adiante, na ocasião da pronúncia, impro-

da PUC. Em 1966, fui convidado pelo Peri Condessa para ser seu assistente na PUC, e ali comecei a minha carreira como professor, e estou já há mais de trinta anos como professor da Faculdade de Direito na PUC. Meus alunos, alguns deles, são

professores na UFRGS.

Projeto Memória: Mas na UFRGS ficou essa barreira.

Paulo Cláudio Tovo: Na UFRGS creio que ficou... Quer dizer, eu não fiz concur-

so. Nem sei ao certo se meu nome foi cogitado, correu o boato,



Figura 40 - Atuação do Promotor de Justiça Paulo Cláudio Tovo no caso "Mãos Amarradas". *Zero Hora*, Porto Alegre, 07.12.1966, p. 18, Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Foto: Vinicius Oliveira.

núncia ou absolvição sumária, que é o julgamento do Tribunal do Júri. Então foram impronunciados, o que eu calculava que ia acontecer. Mas eu dizia, no próprio relatório, que a investigação tinha que continuar, porque nós não tínhamos apurado tudo, não tínhamos certeza sobre a, vamos dizer assim, havia suspeita fundada de autoria, tanto que eu usei essa expressão, que é uma figura de linguagem, mas que deixa bem claro qual é a conclusão geral: "A bússola dos indícios aponta firmemente para o DOPS ou Dopinho". O DOPS é uma entidade abstrata, não é a pessoa x, y, z, então foi isso que aconteceu. E aí vieram as reações, reações a posteriori, eu fiquei *persona non grata*. Eu não cheguei a ser professor da minha faculdade, eu sou professor

mas aí eu fiz o relatório... E também entrei em diversas listas para desembargador, um colega, um desembargador, amigo meu, chegou a dizer para mim que eu [havia entrado] em quarenta listas. Eu respondi: "Como, quarenta listas? Entrei em quatro listas, quando eu era promotor, eu não era ainda procurador, como que eu entrei em quarenta listas?". Disse ele: "Quarenta listas, sim senhor. O quinto constitucional é promotor ou advogado, não é isto? Então tu és um décimo, não és um décimo?". "Sim, eu sou um décimo, não sou o quinto constitucional, é alternativo, não é?" "Então cada entrada tua em lista corresponde a dez entradas em lista de juizes de carreira." Eu respondi: "É verdade, entrei em quarenta listas, mesmo, vale qua-

renta vezes". E nunca fui, sempre era afastado. Mas depois a Revolução deixou de, eu acho que foi com esse relatório salvador do Dr. Peri Condessa que desmanchou um pouco aquela idéia de que eu fosse conivente, de que fosse vermelho - eu era vermelho, mas do Partido Libertador, e nem sou colorado, também, eu sou gremista - então eu não tinha nada nem de cor-de-rosa, nem de vermelho. Então era afastado e não... Mas aí, talvez depois desse relatório, acho que eles deixaram que eu chegasse a Juiz de Alçada. Eu fui Juiz de Alçada, cheguei a ser presidente

da Corte de Alçada. Me aposentei como Juiz de Alçada (...) eu pedi exoneração porque entendia que na minha aceitação de indicação para juiz, eu tinha que pedir exoneração, que eu não podia exercer os dois... - erro meu, tudo periclitava...

Projeto Memória: Para ficar assumindo como Juiz de Alçada.

Paulo Cláudio Tovo: Exatamente. Foi por isso, para assumir. Foi em (19)76, exatamente. Quando eu ingressei na magistratura, como Juiz de Alçada, em (19)76.

Projeto Memória: E na magistratura ficou de (19)76 até quando, até se aposentar?

Paulo Cláudio Tovo: De (19)76 até (19)87, parece que é. Faz doze, não, faz quantos anos?

Projeto Memória: Treze anos.

Paulo Cláudio Tovo: É, mais ou menos.

Projeto Memória: Esse relatório do Desembargador Peri Condessa, que na época era procurador-geral, (foi) mais ou menos em que ano, o senhor lembra?

Paulo Cláudio Tovo: Eu entreguei em janeiro de (19)66. Em dezembro o inquérito foi concluído e em janeiro de..., (19)67, eu acho, em janeiro de (19)67.

Projeto Memória: E esse relatório que amenizou um pouco a situação, foi logo em seguida, ou ainda levou algum tempo?

Paulo Cláudio Tovo: Quero dizer, é conclusão minha...

O "Relatório Tovo", como ficou conhecido o relatório feito pelo diligente Promotor de Justiça Paulo Cláudio Tovo, designado para acompanhar as investigações envolvendo a morte de Manoel Raimundo Soares (justado incompleto às fls. 1696-1713, e depois trazido na íntegra aos autos, às fls. 1807-1843), é prova valiosa para este processo. Esse documento constitui um relato quase contemporâneo à data dos fatos (é datado de 31 de janeiro de 1967, conforme fls. 1843). Foi realizado por respeitado, corajoso e digno agente do Ministério Público, que não sucumbiu na sua busca da verdade, mesmo diante das sombrias pressões que sofreu: "Foi chamado a seu gabinete (dele Secretário) - não lembro a data - o delegado Arróbio, a pedido de quem lá também compareci. O sr. Secretário, então, me perguntou: Qual a sua opinião sobre o andamento do inquérito? Respondi-lhe, com sinceridade: discordei, 'dista venia', da metodologia empregada na busca das verdade; a hipótese de crime montado, já

262

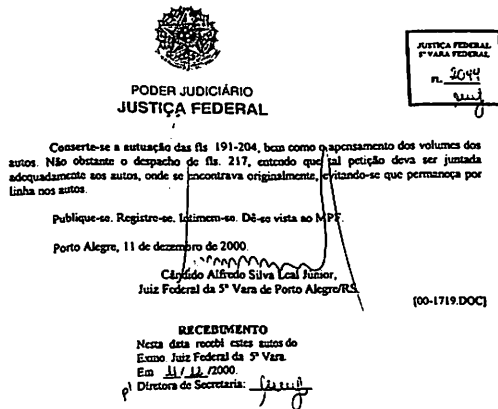


Figura 41 - Referências ao "Relatório Tovo" no caso "Mãos Amarradas". *Decisão de indenização favorável a Elizabeth Chalupp Soares (esposa de Manoel Raimundo Soares) – Justiça Federal - 5ª Vara Federal – Seção Judiciária do Rio Grande do Sul – Processo 88.0009436-8 – p. 22/67 e 67/67.*

Projeto Memória: Sim, sim, o senhor imagina que tenha sido...

Paulo Cláudio Tovo: Que tenha fluído no sentido de admitir que eu chegasse a Juiz de Alçada. Foi quando o Desembargador Peri Condessa informou que eu tinha sido membro da CGI, que eu tinha sido designado para acompanhar as investigações da Revolução junto à Eletrobrás.

Projeto Memória: E esse relatório foi também em (19)67, ou foi depois?

Paulo Cláudio Tovo: Qual relatório?

Projeto Memória: Esse do Desembargador Peri.

Paulo Cláudio Tovo: Esse do Desembargador Peri? Não, esse é um relatório secreto.

Projeto Memória: Ah, não tem

como...

Paulo Cláudio Tovo: Eu também estou dizendo coisas secretas aqui.

Projeto Memória: E o senhor assumiu como Juiz de Alçada mais ou menos quando? Como Juiz de Alçada o senhor assumiu em (19)76. Quando se desligou?

Paulo Cláudio Tovo: Juiz de Alçada, eu tenho impressão que foi em (19)87, por aí...

Projeto Memória: Sim, que se aposentou, mas [quando] assumiu, foi em (19)76?

Paulo Cláudio Tovo: Foi em (19)76. Cheguei até a presidente, como Juiz de Alçada.

Projeto Memória: E nesse período, estas situações bizarras de (19)66 até (19)76, esses dez anos entre, por exemplo, esse caso e o início da atividade da magistratura, o senhor também teve outras comissões importantes, inclusive para apresentar estudos de um anteprojeto do Código Penal, pelo Ministério Público, para presidir grupos de trabalho... Gostaria que o senhor falasse um pouco, também, desses dez anos em que a situação do país era uma situação de fechamento político e, ao mesmo tempo, o Ministério Público se colocava como um órgão central nestas situações. Como é que foram esses anos? Como é que foram essas comissões? Que tipo de propostas de reformulação...

Paulo Cláudio Tovo: Bom, eu sempre fui independente, sempre fui..., sempre amei a minha independência, a independência política e a independência ideológica. Isso eu acho importante. E isso eu projetei nas minhas intervenções, nessas comissões para as quais fui designado, evi-



Figura 42 - Atuação do Promotor de Justiça Paulo Cláudio Tovo no processo crime contra Ari Pereira da Rosa. *Folha da Tarde, Porto Alegre, 23.11.1972, p. 55. Acervo pessoal de Paulo Cláudio Tovo.*

dentemente. Escrevi livros também. Um livro sobre denúncia, o primeiro que eu escrevi. Depois escrevi, juntamente com meu filho, sobre nulidades no processo penal e, também, agora ultimamente, eu sou... na Escola Superior da Magistratura, eu tenho um grupo de estudos em que eu sou coordenador. Já publicamos dois livros de estudos de processo penal - estudos de Direito Processual Penal, melhor dizendo -, são dois volumes. Quer dizer, não é uma obra de dois volumes, são diferentes obras. O primeiro volume é uma obra, o segundo volume é outra obra desse grupo de estudos. Também agora estou nessa comissão da UFRGS que visa à reforma do Código de Processo Penal, que visa a encaminhar sugestões ao Congresso Nacional sobre a reforma do Código de Processo Penal. Como já estive em diversas comissões a esse respeito, e sempre as minhas intervenções têm sido democráticas, eu preconizo um processo penal democrático em que os direitos humanos sejam respeitados acima de tudo. Eu defino, por exemplo, livre convencimento... Ah, e realizo eventos também. Na PUC eu sou coordenador de eventos, e agora deixei a graduação, não estou mais na graduação, estou na pós-graduação lato sensu, que é cursos de especialização. Eu leciono nesse curso de Júri Experimental e também faço a..., já estou na 12ª Semana de Estudos Jurídicos, vai ser a 12ª. Onze semanas já fizemos, aqui na PUC, na UNISINOS e na UCS. Eu participei como coordenador, ora como colaborador, sempre pelo Instituto de Processo Penal, eu fundei um Instituto de Processo Penal, que está lá

264

na PUC. Eu sou professor da PUC desde (19)66, e esse Instituto de Processo Penal visa a difundir o estudo científico, ou sistemático, do Direito Processual Penal. Então eu continuo (em atividade). Até bem pouco tempo eu lecionava na Escola Superior da Magistratura, no Curso de Preparação à Magistratura, eu larguei. Eu quero agora só ficar com o meu grupo de estudos, que são juízes, que nós estudamos, debatemos, e do debate, da nossa interação, resultam livros, já vamos para o terceiro livro de processo penal, que os estudantes aproveitam.

Projeto Memória: Dr. Paulo, eu gostaria de retomar um pouquinho aquela fase anterior. O senhor falou há pouco que começou na PUC em (19)66. Esse período de (19)66 até (19)70, na PUC, por exemplo, como professor, exatamente no momento em que o senhor estava...

Paulo Cláudio Tovo: Sofrendo, também.

Projeto Memória: Pois é, como é que...

Paulo Cláudio Tovo: Acontece o seguinte. Em (19)69 eu fui paraninfo da turma. E eu era recém... era assistente do Peri Condessa. Peri Condessa me convidou para seu assistente, e eu era professor de Prática, eu dava Prática para ele, porque os alunos sempre reclamavam que queriam Prática, e não tinha na faculdade. Então eu comecei dando Prática e depois o próprio Peri Condessa, Desembargador Peri Condessa, desdobrou a cadeira em quarto e quinto ano, ele me deu o quinto ano para Teoria também, daí eu fiquei como professor e até cheguei a professor titular. O reitor me deu o título de

professor titular da faculdade. Então eu fui paraninfo, fui paraninfo de diversas turmas, mas da turma de (19)69, que me marcou mais, porque era justamente naquele momento em que eu estava sofrendo toda a pressão, em virtude do relatório, e até ameaça de ser - quer dizer, ameaça pelos boatos -, ameaça de ser incriminado, de ser acusado. Fui acusado, claro que fui acusado, mas arquivaram, o Tribunal arquivou, porque eu entreguei aquele relatório para o repórter, então eu dei, fui eu que entreguei, não tinha dúvida, eu não poderia negar, nem negaria que entreguei, então fui acusado, mas foi no Tribunal...

Projeto Memória: Uma espécie de Lei da Mordada...

Paulo Cláudio Tovo: É, exatamente. Mas o Tribunal de Justiça arquivou, porque o procurador-geral da época pediu o arquivamento, porque eu tinha dito a verdade, tinha escrito a verdade, que era para o procurador-geral, e apenas eu fiz a barba-ridade de entregar para o repórter, que eles queriam saber a verdade, não se podia saber, era segredo de Estado, era contra a segurança nacional revelar aquilo. Quer dizer, estavam me preparando um processinho contra a segurança nacional, acho que estavam, penso.

Projeto Memória: E na época outros promotores...

Paulo Cláudio Tovo: Sim, outros... Na verdade eles tiveram dificuldade, acho que [sim], porque viram que eu não era do outro lado, e eu não era nem de um lado, nem do outro, eu era imparcial, acho que eles averiguaram isso.

Projeto Memória: E sobre outros

promotores, da época, que o senhor tenha acompanhando outras situações de pessoas, colegas... O senhor poderia colocar algumas informações?

Paulo Cláudio Tovo: Eu me lembro dos grandes colegas, os melhores tribunos do júri, promotores, que depois ficaram procuradores: Caio Brandão de Mello e Floriano Maya D'Ávila. Floriano Maya D'Ávila era da esquerda; Caio Brandão de Mello, da direita. E na Revolução - é uma coisa muito bonita, isso é uma coisa que tem que ficar registrada, eu não me lembro se alguém registrou isso - o comportamento do Caio Brandão de Mello - os dois eram grandes tribunos, mas o Caio Brandão de Mello (era) mais um tribuno de júri, e o Floriano Maya D'Ávila era um jurista mais de gabinete, mas ele era também de júri, era um bom, excelente orador. Mas o Caio era assim, uma oratória mais lírica, o outro era mais argumentativa. Dois grandes nomes que eu esqueci de mencionar. Eu acho que esses nomes deveriam ser [lembrados, pela] acentuada atuação deles no Ministério Público. O Floriano Maya D'Ávila foi até procurador-geral, e o Caio Brandão de Mello era um promotor querido da classe, e os dois eram dois líderes. E [um] grande líder, também - agora, este não era de tanto destaque assim, como tribuno, não era tribuno do júri, mas era uma inteligência, uma cultura extraordinária, e um amoroso colega, um querido colega, que a gente jamais esquecer -, era o Dante Guimarães, que era o secretário. Agora eu vou dizer uma coisa interessante sobre esse re-

latório que eu fiz. Antes de entregar para o procurador-geral, eu submeti esse relatório a dois colegas cultos, inteligentes e que eram, um deles ainda é verdadeiro líder da classe, uma pessoa a que todos querem bem, esse eu não vou dar o nome, pelo fato do que eu vou dizer, o Dante Guimarães eu dou o nome porque já é falecido. Antes de entregar para o procurador-geral o relatório, que continha acusações graves e tinha, evidentemente, aspectos políticos envoltos, por um princípio de equidade, eu quis ouvir dois colegas que fossem de um lado e de outro. Consultei o Dante, que era da direita - era tanto da direita que na época da Legalidade fugiu junto com o Meneghetti lá para Passo Fundo, que era um local estratégico, para reagir..., se não me engano no tempo da Legalidade ele fugiu, foi com o Meneghetti. Então era um homem..., mas acima de tudo era uma dignidade, uma pessoa que era acatada por todos os adversários, todos os colegas queriam bem, era um líder da classe, o Dante Guimarães. E esse outro líder da classe, que já está aposentado, que eu não vou falar, porque ele ainda existe, eu perguntei para os dois, eu submeti o meu relatório aos dois colegas, aos dois ilustres colegas. E os dois me disseram fundamentalmente a mesma

Antes de entregar para o procurador-geral o relatório, que continha acusações graves e tinha, evidentemente, aspectos políticos envoltos, por um princípio de equidade, eu quis ouvir dois colegas que fossem de um lado e de outro.

E os dois me disseram fundamentalmente a mesma coisa: "Tovo, se as premissas das quais tu partes são verdadeiras, as conclusões não poderiam ser outras". Os dois me disseram fundamentalmente a mesma coisa.

coisa: "Tovo, se as premissas das quais tu partes são verdadeiras, as conclusões não poderiam ser outras". Os dois me disseram fundamentalmente a mesma coisa. Veja bem, são dois colegas brilhantes, cultos, respeitados pela classe, dois líderes, um da extrema direita, não digo que seja da extrema direita, porque não era autoritário, eles não eram autoritários, nenhum dos dois. Então um era da esquerda e outro era da direita, e os dois de uma alta dignidade. E voltando

ao Caio Brandão de Mello, o Caio Brandão de Mello, sim, era da direita, extremado; o Floriano era da esquerda. Mas o comportamento do Caio Brandão de Mello, isso deveria ficar consignado, com relação ao Floriano, numa ocasião em que o Floriano estava preso no Terceiro

Exército, foi de uma dignidade..., eu vi colegas chorando, contando o comportamento do Caio. O Caio que era um homem sentimental, um grande orador, um grande tribuno, com relação ao Floriano, que esteve durante

muito tempo preso, por causa do seu comportamento. Ele foi até, eu não sei, político junto com o Brizola. Isso é um fato importantíssimo da minha época.

Projeto Memória: Que outros colegas promotores o senhor soube, ou viu, enfrentar essas acusações, fun-

dadas ou não-fundadas, de vínculos partidários, vínculos com a esquerda, e que sofreram...

Paulo Cláudio Tovo: Olha, eu me lembro de um colega de Uruguaiana - mas ele era comunista declarado - que foi perseguido, e me lembro de colegas também, mas eu não conhecia bem, que eram acusados, agora não me lembro se eles eram envolvidos ou não, se a acusação foi... Eu vi muitas acusações injustas, mas não na área da promotoria, não me lembro de me chamar a atenção alguma acusação injusta. Mas aí tive oportunidade, nessas comissões de investigações, na Comissão Geral de Investigação eu tive oportunidade de ver acusações completamente descabidas, temerárias. Os dedos-duros, dígitos-duros, uma coisa bárbara, gente que fica em cima do muro e depois, quando está implantado o regime, desce, e aí vêm a ser os piores denunciadores.

Projeto Memória: Cada momento em que vinha um daqueles Atos Institucionais, isso de alguma forma atingia o Ministério Público em termos de tipo de trabalho, tipo de encaminhamento, ou era puramente uma questão da sociedade civil, que sentia o que a sociedade política estabelecia? Poderia nos relatar sobre essas situações que foram vividas por outros colegas nesse mesmo período de fechamento e como os AIs repercutiam no Ministério Público ou isso passava, atingindo puramente a sociedade civil, e não estes órgãos, estas instituições?

Paulo Cláudio Tovo: Atingiu tudo, todas as áreas foram atingidas.

Projeto Memória: Como isso repercutiu no Ministério Público?

Paulo Cláudio Tovo: Bom, há muita coisa aí que a gente até preferia ficar em silêncio, em todas as áreas os reflexos da... Por exemplo, podem imaginar, na Alemanha, no sub-regime nazista, a questão da imparcialidade dos juízes, a questão da imparcialidade dos acusadores, como é que fica, num regime autoritário tão assim... Claro que lá era muito diferente, muito mais sério. Então isso tem influência. Não só política, no mau sentido da palavra política, mas também no medo, temor. O medo é um fenômeno normal da humanidade, ter medo. Dizer que uma pessoa tem medo, é dizer que a pessoa é normal, a pessoa que não tem medo não é normal. O que não se aceita, o que ninguém aceita, é que a pessoa se acovarde diante de uma situação de perigo. Quer dizer, tem que vencer o medo, tem que superar o medo. Então, eu até costumava dizer, este caso, o sargento, por exemplo, é um caso em que o trabalho processual, o trabalho pré-processual e o trabalho processual, foi como uma radiografia, não do corpo e dos órgãos da pessoa, mas uma radiografia da alma de todos que nele intervieram. Então todos deixaram a imagem da sua alma. Agora não vou, evidentemente, falar sobre isso, porque acho que não me cabe, Deus sabe, é muito difícil a gente fazer essa apuração, mas a gente tem a idéia de como funcionaram e de como não funcionaram, aqui e acolá, e se faz a idéia de que, na verdade, todos deixaram gravada sua alma num processo dessa espécie, sem dúvida nenhuma.

Projeto Memória: Em termos da administração do próprio Ministério

Público, tanto promotores quanto funcionários, procuradores, nos diferentes escalões, como é que isso transparecia, em termos de, por exemplo, cumprir leis, se omitir, fazer de conta que não via, reagir? Como eram os comportamentos de cotidiano?

Paulo Cláudio Tovo: A função do Ministério Público no tocante à criminalidade, não é isso, seria a criminalidade oficial. Acontece que a gente, pelo próprio sistema, a gente só conhecia dos fatos quando vinha um inquérito na área criminal, quando vinha um inquérito da polícia judiciária. Então o inquérito já refere a influência em outros setores. Então nós não sentíamos quase, isso aí, não sentíamos muito. Mas eu posso dizer que, apesar disso, apesar de influir muito mais fortemente num outro setor, que não era independente, porque um delegado não tinha a nossa independência, tanto que eu preferi fazer o relatório ao delegado fazer o relatório, porque ele poderia ser removido para o Caximbó, lá sei eu para onde, então eu que tinha uma certa independência... Claro que também na área da Revolução não valeria muito, mas valia mais, valia mais do que... então eu preferi. Então o que vinha da..., poderíamos dizer assim, de um modo geral a gente poderia lançar uma desconfiança, de que tudo que viesse de lá..., mas não. Mas nesse caso concreto eu vi, senti, percebi, acompanhei a conduta imparcial dos policiais da Delegacia de Segurança Pessoal, admirável. Então eu não posso dizer que tal órgão ou tais pessoas foram "vaquinhas de presépio", porque eu não vi, eu só iria dizer

isso se..., ou enfrentaram com galhardia as pressões que foram feitas... Eu não me lembro, eu sei de alguns que foram perseguidos, mas tinham posição definida, agora, de injustiças, assim - não quero dizer que não fossem injustas a perseguição desses que foram perseguidos - eu estou dizendo, perseguição de quem era imparcial...

Projeto Memória: ...e terminou sendo considerado como de esquerda.

Paulo Cláudio Tovo: Exatamente. Eu me lembro, evidentemente, de pessoas que sofreram, de colegas que sofreram. O próprio Floriano Maya D'Ávila foi preso, o colega que era promotor lá em Uruguaiana, Heitor Vitello de Oliveira, era comunista declarado, esteve preso, também, foi perseguido. Ele, uma vez, quando viu que eu apresentei esse relatório, que eu estava também sofrendo pressão, ele mandou me chamar um dia. Ele, parece, foi cassado, se não me engano; ele me chamou, num hotel aí, parece que era o Grande Hotel, estava lá, e ele pediu uma coisa que não tinha nada que ver com as perseguições que estava sofrendo. Mas ele terminou se matando, terminou dando um tiro na cabeça, se não me engano.

Projeto Memória: Se ouve muito falar, em nível de boato, sobre coisas desse tipo, de pessoas que não agüentaram as pressões psicológicas, então se suicidavam.

Paulo Cláudio Tovo: Exatamente, terminavam se matando. Isso eu me lembro bem, posso dizer que ele era comunista, mas o fato de ser comunista não justifica qualquer tortura. Eu sei que ele foi, parece que foi cassado. E se foi cassado, era uma

injustiça, ninguém pode ser cassado porque é comunista, eu acho que não pode. Senão está justificado, na Rússia, a perseguição russa dos que não... Quer dizer, a liberdade de pensar. Só se ele, eu não sei, se ele foi processado por alguma..., isso eu não sei, também. Eu não sei se ele foi, eu não conheço o caso concreto, eu só sei, de concreto, que ele se matou. E, principalmente, por ser perseguido, mas eu não sei quais os motivos da perseguição, não sei se ele estava sendo realmente subversivo, se estava atentando contra a segurança nacional, isso eu não sei, não sei que processo ele sofreu. Mas eu sei que havia muitos processos infundados, temerários. Isso era aos montes aqui. É como todo regime autoritário. Tem os intocáveis, e os intocáveis acusam sem base, sem fundamento, às vezes até por vingança, por vingança. Eu sabia que acontecia com diversas pessoas, não concretamente, de cada um; para a gente nomear, mencionar, só sabendo concretamente.

te, senão estaríamos fazendo uma acusação temerária, também, não é?

Projeto Memória: Dr. Paulo, o senhor fez uma troca entre o Ministério Público e a magistratura, esses caminhos normalmente estão muito próximos, tem vários magistrados que estavam no Ministério Público, tem muitos que vão para a magistratura. Por que essa opção?

Paulo Cláudio Tovo: Eu não fiz, a minha carreira foi no Ministério Público. Tudo que eu sou devo ao Ministério Público. Foi onde eu aprendi a ser um verdadeiro profis-

sional, aprendi a ser um jurista. O que eu leciono na faculdade para os meus alunos, eu agradeço ao Ministério Público. Eu considero a minha casa, onde eu nasci como jurista, modestia à parte, onde eu nasci como estudioso do Direito. Inicialmente eu era um pragmático, fui indo, fui indo, até que eu me tornei um teórico da matéria, estudioso, estudos mais em profundidade, tudo graças ao Ministério Público, graças à experiência... Por causa do Ministério Público é que eu estudei psicologia das relações humanas, psicologia experimental, para aplicar nos estudos da criminalidade, dos casos criminais em que eu estava envolvido como acusador, ou como professor, agora, tudo isso eu devo ao Ministério Público. Claro que depois, mas aí eu já estava formado, eu tinha já, como se

tivesse, não um doutorado, mas um mestrado da vivência prática, da vida. E aí ingressei na magistratura; e eu entendi bem a minha missão na magistratura, porque eu

fui... Quando o meu cunhado me comunicou que eu estava entrando em lista para desembargador - antes de entrar em lista para Juiz de Alçada eu entrei em lista para desem-282 bargador, como promotor -, eu não acreditei, eu disse que não era verdade, que era brincadeira dele, podia ser, porque eu achava que não tinha vocação para juiz. E ainda acho que não tinha vocação para juiz, a minha vocação mesmo era a promotoria, era... poderia ser advogado, também, eu acho que não tinha vocação para juiz. Eu acho que juiz, eu

coloco tão alto o juiz, é uma posição de independência tal que eu tenho impressão que eu não consigo ser tão independente assim, eu sou meio passional, e a passionalidade é inimiga do equilíbrio, da imparcialidade. Então eu não me achava "vacionado" para isso, eu até pensei em honrosamente afastar a possibilidade de... mas como eu entrei em lista, eu digo: "Isso serve como título para mim". Mas de repente, lá adiante entrei numa lista que foi assinada pelo governador, foi aceita, e a lista para... Eu estava já para me aposentar, eu já tinha combinado com o colega Walter Coelho, que é Procurador de Justiça, de instalarmos um escritório de advocacia, quando comecei a entrar em listas. E aí ingressei na magistratura. Eu confesso que gostei... porque eu passei a vivenciar um novo ângulo daquela problemática que eu já vinha vivenciando como parte, e com certa imparcialidade, da "magistratura de pé", como se diz do Ministério Público. E me foi agradável exercer a magistratura, me foi agradável, e eu aprendi muito também. Porque a gente sempre aprende, na vida, mas eu não era mais aquele noviço, aquele inexperiente, como eu ingressei no Ministério Público. Por isso eu dou graças ao Ministério Público porque eu me tornei, de um inexperiente, de um noviço, eu me tornei um profissional dentro da carreira do Ministério Público. E isso eu não esqueço, nunca esqueci, inclusive o meu filho é procurador, e para mim é uma grande honra, isso, uma grande satisfação que eu tenho, nunca influí para que ele fosse procurador, sequer para que ele seguisse a car-

reira do Direito. Ao contrário, eu dizia para os meus filhos que cada um devia seguir a carreira do seu gosto, não a minha carreira, tanto que a filha mais velha é artista, professora de artes, a filha do meio é economista, e o João Batista, o mais novo, é que veio a ser..., aquele que me disse aquela frase linda, e ele era uma criança quando me disse isso. [Ele] veio a ser promotor. Então a ligação é tanta que ele me vendeu o automóvel, eu tenho ainda, é um Santana de 1989, modelo 90, ainda está inteirinho. Ele me disse: "Pai, eu te vendo esse carro, mas com uma condição". Eu disse: "Qual é a condição?". "Que tu não tires o distintivo do Ministério Público." Eu disse: "Meu filho, o que é isso, nunca tiraria, esse distintivo para mim é uma honra que continua, como se eu fosse promotor". Evidentemente que eu amo também a carreira de juiz, os colegas, gosto muito dos colegas da magistratura, e sempre...

Projeto Memória: E não foi um tempo tão longo na magistratura, não é?

Paulo Cláudio Tovo: Foi pequeno, foi relativamente pequeno.

Projeto Memória: De (19)76 a... Quantos anos, mais ou menos?

Paulo Cláudio Tovo: A (19)87, eu acho, dez anos, mais ou menos.

Projeto Memória: Dez anos... É um tempo significativo. Claro que no Ministério Público foi mais.

Paulo Cláudio Tovo: Exatamente. Para o classista, é um tempo considerável, é um tempo considerável, não tem dúvida.

Projeto Memória: Sinal que também foi uma atividade exitosa.

Paulo Cláudio Tovo: Não sei, eu

sou suspeito para dizer...

Projeto Memória: E depois da aposentadoria continuou se dedicando ao magistério e à pesquisa?

Paulo Cláudio Tovo: Continuo escrevendo, continuo estudando muito. Não quis advogar. Não quis advogar pelo seguinte, mas é um motivo todo particular (...) Na época em que o promotor podia advogar, eu advoguei. Mas só em causas que não incidiam nas funções do meu cargo, inventário entre maiores... E foi uma tábua de salvação para mim, nas crises em que nós passamos - porque hoje o Ministério Público e a magistratura passam indiferentes... As dificuldades que nós tínhamos, na época, eram terríveis. Eu me lembro, quando eu estava em Uruguaiana, um funcionário da Exatoria veio nos dizer, disse para nós claramente, que nós da magistratura e do Ministério Público ganhávamos menos do que a senhora que fazia faxina lá..., do que a servente da Exatoria. Veja bem, então nós passamos mal, por um período... Então a minha salvação, quando eu estava em Uruguaiana, eram dois motivos: eram os executivos fiscais, que me davam um rendimento melhor, naquela época o promotor... aí era advocacia para a União, aí era outra coisa. Mas também a advocacia particular me permitia que eu fosse veraneiar, que eu viajasse para Porto Alegre, para Torres, porque depois passou a ser o meu veraneio; agora é Capão, eu passei de Torres para Capão, porque os meus irmãos estão em Capão. Mas eu sou apaixonado por Torres, minha primeira comarca, aquela coisa, minha primeira promotoria.

Projeto Memória: O senhor fazia

uma complementação de renda...

Paulo Cláudio Tovo: Sem dúvida, havia uma... me permitia que eu viajasse, porque senão eu não poderia nem viajar com a família, porque nós vivíamos..., era um compromisso de pobreza, tanto a magistratura quanto o Ministério Público. Éramos mal remunerados. E depois houve um período, até me lembro, ao que parece, ao tempo do Brizola, nós passamos meses sem receber o vencimento; isso quando eu já estava em Taquara, parece que é. Tanto é que o meu cunhado, José Luís Marques, que era 7º Tabelião, em Porto Alegre, colocou para mim e para a minha cunhada, que era professora estadual, uma ordem de pagamento permanente no banco, para nós, porque nós estávamos sem... - eu nunca usei -, mas seria a salvação, quando eu estava em Taquara. Houve um atraso de três ou quatro meses sem receber vencimentos, sabe lá o que é isso? Nós passamos dificuldades, quando eu estava em Taquari passávamos dificuldades, era difícil. Hoje a nossa situação é bem melhor, sem dúvida nenhuma. Eu não posso fazer uma viagem para a Europa, isso não dá, daí eu teria que advogar, mas já dá para viver com dignidade, tranquilamente, não tem dúvida. Para os iniciantes talvez não seja.

Projeto Memória: Dr. Paulo, o senhor tem toda essa experiência intelectual, como professor, como jurista e, mesmo já próximo à aposentadoria, acompanhou aquele período de (19)87, (19)88, que teve a Constituição, e depois já aposentado, mas como professor, no período da revisão, aqueles cinco anos. O senhor chegou a acompanhar as questões da

nova visão do Ministério Público que a Constituição de (19)88 trouxe, chegou a se envolver, para poder comparar o perfil que hoje o Ministério Público tem?

Paulo Cláudio Tovo: Sim. Quanto ao Ministério Público, eu acompanhei. Entendo que a função do Ministério Público se tornou muito mais ampla. No meu tempo, fundamentalmente, o promotor era o acusador oficial, a função no campo do Direito Criminal era fundamental. Por exemplo, fora de tal área nossa ação era diminuta, representávamos os operários, em matéria trabalhista, onde não tinha Junta de Conciliação, nós também representávamos o Estado do Rio Grande do Sul, mas quando intentavam ação trabalhista contra o Estado, nós defendíamos o Estado. Então defendíamos os operários nas ações trabalhistas entre operário e patrão, e defendíamos o Estado nas ações contra o Estado promovidas por operários. O grande trabalho do promotor era na área criminal. Hoje em dia... já no meu tempo havia promotores que não gostavam de fazer júri, que não gostavam do campo criminal, tanto que muitas vezes eu era designado para substituir colegas que não gostavam de fazer júri. Mas atualmente tem gente preparadíssima, verdadeiros juristas em outras áreas, e que não gostam da área criminal, da área penal. Por quê? Porque se estendeu, como diz o Governador (Bacharel Olívio Dutra), se "espraiou" a função do Ministério Público por diversas áreas extrapenais, aumentou a importância do Ministério Público. Uma coisa que eu fico preocupado com esses avanços do Ministério Público,

no sentido de maiores incumbências, no sentido de competência maior, é a sua intervenção no inquérito policial. Isso me preocupa, decididamente, porque eu tive já opinião... eu mudei de opinião. A minha primeira opinião quanto a inquérito policial está bem assinalada em um artigo que eu escrevi, "A Abolição do Inquérito Policial como Imposição Lógica e Democrática", e aí discorri sobre o tema. Depois mudei, vi que não dá para mudar as estruturas, a polícia judiciária, teria que mudar todas as estruturas para acabar com o inquérito policial e adotar o juizado da instrução. E hoje eu sustento a tese que está ali, naquele livro, aliás, na última tese, ali, que eu faço, "A Democratização do Inquérito Policial", eu adoto essa idéia. Então a minha idéia, agora, atual, é diferente da idéia do Ministro da Justiça e do Secretário da Segurança. Eles são, ao que se diz, pela abolição do inquérito policial, e eu não sou mais favorável à abolição. Eu acho que nem o juiz deve se meter, nem o juiz deve ser o substituto do delegado, nem o promotor. Aí é uma questão delicada. Eu sempre fui um promotor que acompanhou os casos - os mais graves, evidentemente, homicídios, latrocínios, estupros, coisas assim, que eu podia acompanhar - desde as suas origens, desde o procedimento preparatório, eu estava sabendo o que estava acontecendo, qual o andamento do inquérito, etc. E inclusive fui designado para acompanhar aquela investigação, trabalhando em cooperação com a polícia. Eu vejo como salutar, porque, em princípio, todo inquérito policial é feito para servir de base à de-

núncia ou queixa, ou seja, para a acusação inicial. Todavia, a substituição do delegado pelo promotor eu não aprovo, eu acho que o promotor não deveria presidir inquérito, porque isso envolve demais o promotor. E, por outro lado, eu acho que tem que ser democratizado, eu acho que tem que ter contraditório, tem que se dar ao indiciado, a partir do indiciamento, a mais ampla defesa. A investigação inicial pode ser inquisitorial, ou seja, inquisitorial quer dizer que não há contraditório, nem se dá ampla defesa. É uma investigação unilateral da verdade. Com efeito, no início da investigação, se não se sabe quem é o autor, então é contra todos *inquisitio generalis* a investigação, não é uma busca contra determinada pessoa, não há um indiciado, ainda, agora, à medida que vão se reunindo os indícios, os indícios vão apontando, como uma bússola, para uma pessoa, a partir daí tem que se dar àquela pessoa o direito de se defender. Então, para que colocar o promotor junto, aliás, substituindo o delegado, isso eu acho que não se deve fazer, não é bom. É bom ficar lá com o delegado essa atribuição, mas desde que seja contraditória, aí o promotor pode chegar, interferir, e a defesa tem, obrigatoriamente, que interferir. Já interfere, quando se trata de réu preso. O réu preso, pela Constituição, já está garantido e já se

Eu sempre fui um promotor que acompanhou os casos - os mais graves, evidentemente, homicídios, latrocínios, estupro, coisas assim, que eu podia acompanhar - desde as suas origens, desde o procedimento preparatório, eu estava sabendo o que estava acontecendo, qual o andamento do inquérito, etc.

aplica, na jurisprudência, tem que estar presente o defensor, tem que ser chamado o defensor, na lavratura do flagrante. Então ele tem que acompanhar, é o devido processo legal. Isso já garante a Constituição, mas a Constituição, no art. 5º, LV, acho que estão interpretando mal, estão restringindo a força constitucional desse dispositivo. Diz assim o art. 5º: "Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo e aos acusados em geral, são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes". Então, com isso, não só no processo judicial, mas também no processo administrativo, tem que se dar a ampla defesa. E o inquérito policial é uma espécie de procedimento administrativo, e que tem conseqüências próprias. Podemos dizer: "Não, mas aí é a mesma coisa do que aquele procedimento preparatório do processo administrativo" (a sindicância), que se faz para verificar se há ou não suspeita contra a pessoa, e aquilo é em favor do funcionário, aquela investigação prévia que se faz. Mas o inquérito não é apenas essa investigação prévia feita para proteger, ele é uma investigação prévia também para condenar, pois a jurisprudência tem aceito confissões até, na polícia, como elemento pelo menos coadjuvante da convicção incriminatória do juiz. Então vamos democratizar essa prova, já que a

prova começa aí, a Justiça está aceitando como prova, ainda que prova de reforço de convicção, incriminatória, tem que garantir a ampla defesa e o contraditório. Só se o promotor se sujeita à presidência do delegado e fica lá, como parte, atuando frente a frente ao defensor, só assim eu admito.

Projeto Memória: De certa forma, essa amplitude do Ministério Público pode trazer, neste caso, uma diminuição do papel.

Paulo Cláudio Tovo: É, eu acho que é um prejuízo. Aumenta as atribuições dele e pode haver prejuízo para a imparcialidade, o que é natural.

A polícia faz aquilo, não é para fazer justiça, é para trazer elementos para a acusação, para acusar. E se o promotor vai fazer isso, como ele faz, naturalmente faz, pela Lei Orgânica do Ministério Público se admite que faça isso, então ele investiga, também, faz um inquérito paralelo à polícia, e depois, com base no que ele investigou, ele vai acusar, eu acho que isso não está certo. Isso não impede que o promotor também investigue, mas também é uma coisa, e investigar isoladamente, eu acho, é outra coisa diferente. Entendeu a diferença? Eu também investigava. Acho que deve o promotor investigar também, porque pode ser que o delegado não esteja fazendo um serviço perfeito, então eu também investigo, na busca à prova. No célebre caso, aquele da Nina Gualdi, em que eu fui acusador, os advoga-

No célebre caso, aquele da Nina Gualdi, em que eu fui acusador, os advogados de defesa me apresentaram uma prova, de capital importância, e que no primeiro julgamento foi de uma influência notável, (...)

dos de defesa me apresentaram uma prova, de capital importância, e que no primeiro julgamento foi de uma influência notável, de uma irmã de caridade, com uma letrinha maravilhosa, com uma tinta lilás, dizendo, fazendo uma acusação contra a vítima, uma acusação terrível contra a vítima, que teria dado um pontapé - isso antes do

evento, evidentemente. A vítima - era um promotor, a vítima - era o Gualdi. Ele teria dado um pontapé na irmã da acusada, que estava grávida, e ela abortou. E a irmã de caridade dá esse testemunho por uma carta, e o advogado a apresentou em juízo. Eu procurei no Estado inteiro essa

irmã, e não encontrava, não encontrava, não encontrava. Mas eu apelei - e enquanto o pau vai e vem, folgam as costas, como se diz -, então o processo foi para o Tribunal e enquanto isso eu procurava... Não é que eu fui encontrar a quinhentos metros da minha casa, a irmã, a quinhentos metros da minha casa, ela estava ali no Colégio dos Anjos. Eu estava morando na Duque de Caxias, fui lá e disse para a ela o seguinte: "Irmã, eu sou católico. Eu sou congregado mariano. Não venho lhe pedir nenhum absurdo. Venho lhe pedir que a senhora me diga a verdade". Ela disse: "Pois, não". Eu perguntei: "Como é que a senhora soube isso, esse fato grave que a senhora conta aí, que a vítima..." - para aflorar o passado da vítima, a defesa fez essa acusação, que a víti-

ma era um truculento, tanto que deu um pontapé na irmã da acusada, e ela teve um aborto. "Como é que a senhora soube desse fato?" E ela me respondeu: "Ora, eu soube pela..." - era uma outra irmã da vítima, a outra irmã da vítima que contou para ela. "Ah, foi isso, foi assim? A senhora não viu, então, a senhora não sabe?" Porque ali não dizia nada, se ela era testemunha *ex scientia* ou *ex credulitate*.

Projeto Memória: Dava a entender que ela tinha sido testemunha.

Paulo Cláudio Tovo: Não, não digo que desse a entender, mas ela dizia aquilo como verdade.

Ela disse: "Não, mas eu tenho como verdade, pelo que eu creio na palavra dessa senhora. É uma católica militante, uma pessoa que não vai mentir, não mentiu". Observei: "Eu não estou dizendo que mentiu,

irmã. Eu só quero que a senhora coloque, com a mesma tinta, com a mesma caneta, uma cartinha escrevendo para mim, dizendo exatamente isso que a senhora está me dizendo, dizendo a verdade; que a senhora soube através de uma outra irmã da acusada, isso aí". Isso era de fundamental importância para o julgamento da causa. E aí eu levei ao processo, tanto que o processo

baixou, veio a novo júri, e eu juntei ao processo – até se deu um atrito entre um dos advogados e eu representei contra ele, porque ele disse, foi para o jornal, e disse que eu tinha juntado 'solerte e inescrupulosamente provas em desfavor da acusada". E não foi verdade. Eu juntei uma contraprova, não é uma prova nova, ou melhor, aquilo não era um fato novo, era uma contraprova para desmentir a prova dele, para ver que aquela prova não tinha o significado que ele queria trazer, e que era muito falha; a prova, aquela, não convencia ninguém. E

aí foi uma batalha.

Esse é o trabalho do promotor, ele vai investigar, assim como o advogado também investiga, busca a verdade. Todos têm que buscar a verdade (...)

Esse é o trabalho do promotor, ele vai investigar, assim como o advogado também investiga, busca a verdade. Todos têm que buscar a verdade, não só o delegado, não ficar só

louvado no que o delegado diz. Mas não convém oficialmente colocá-lo na posição de delegado, de substituto, de sucedâneo ao delegado, isso eu acho que não. Nem o juiz, nem o promotor devem exercer essa função, no meu ponto de vista. É o meu ponto de vista, esse, e eu digo com o máximo respeito às opiniões em sentido contrário.

PROMOTORIA AFIRMARÁ NO JÚRI: NINA ASSASSINOU PELAS COSTAS

DEBIL MENTAL ASSASSINO VAI SER JULGADO AMANHÃ

Atirou pela esquadra e matou a vítima que assistia a uma sessão de cinema no Cine de Lino, no dia 21 de maio de 1964, na lateral da Avenida São João, perto do Cine de Lino. O crime foi cometido por Nino Gualdi, acusado de assassinato em primeira mão. O crime ocorreu no dia 21 de maio de 1964, às 21 horas, na lateral da Avenida São João, perto do Cine de Lino. O crime ocorreu no dia 21 de maio de 1964, às 21 horas, na lateral da Avenida São João, perto do Cine de Lino.

CÂMARA CRIMINAL ANULOU PROCESSO
 O Conselho de Sentença do Juri, ao julgar o acusado, não se pronunciou sobre a validade do processo. O Conselho de Sentença do Juri, ao julgar o acusado, não se pronunciou sobre a validade do processo. O Conselho de Sentença do Juri, ao julgar o acusado, não se pronunciou sobre a validade do processo.

Nina Gualdi estará depois de amanhã, pela segunda vez, respondendo perante o Conselho de Sentença pelo crime de assassinato. O Conselho de Sentença do Juri, ao julgar o acusado, não se pronunciou sobre a validade do processo. O Conselho de Sentença do Juri, ao julgar o acusado, não se pronunciou sobre a validade do processo.

REVALGEM
 O Conselho de Sentença do Juri, ao julgar o acusado, não se pronunciou sobre a validade do processo. O Conselho de Sentença do Juri, ao julgar o acusado, não se pronunciou sobre a validade do processo.



Paulo Tovo, o acusador de Nina Gualdi.

Assesino Argentino Caçado pela INTERPOL

Ladrões Capotaram

Figura 43 - Atuação do Promotor de Justiça Paulo Cláudio Tovo no caso Nina Gualdi. Zero Hora, Porto Alegre, 16.11.1965, p. 14, Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Foto: Vinicius Oliveira.

276



Figura 44 - Atuação do Promotor de Justiça Paulo Cláudio Tovo no caso Nina Gualdi. Acervo pessoal de Paulo Cláudio Tovo.

Histórias de vida do Ministério Público do Rio Grande do Sul - Rememorações para o futuro

Paulo Pinto de Carvalho: Bem, Professora Loiva, eu agradeço, evidentemente sensibilizado, não é imagem de retórica, a sua vinda aqui para colher o meu depoimento para a memória do Ministério Público e as referências que acaba de me fazer sobre o meu papel, a minha trajetória no Ministério Público, porque eu realmente me identifiquei desde a primeira hora, pelo meu temperamento, pela minha feição de combatente, pela minha orientação filosófica e sociológica, é que eu construí, no meu tempo de estudante de Direito, porque naquele período nós nos dividíamos, na Faculdade de Direito, entre os estudantes que estavam ideologicamente ligados à direita, direita que vigorava na Europa, na Itália e na Alemanha, e os elementos que ideologicamente estavam identificados com a esquerda. Então eu tinha, naquela época, e posso lhe mostrar documentação a respeito, em artigos que eu escrevi para a *Folha Universitária*, uma posição em que eu tinha as minhas fumaças socialistas. Como nós éramos da esquerda, eu me honrava de participar das idéias do socialismo, ou, então, nós estávamos comprometidos, alguns colegas, com a direita. Quando eu terminei a faculdade, Professora Loiva, e a senhora me faz uma pergunta e não me constranjo de responder, e o farei assim rapidamente, porque, em verdade, eu te-

(...) e, lhe digo mais, participei ativamente de toda a história do Ministério Público.

nho um material de valor para lhe oferecer, não porque eu tenha tido um papel saliente nesses acontecimentos, na história do meu Ministério Público, mas porque eu sou uma testemunha presente, autêntica e fidedigna e, lhe digo mais, participei ativamente de toda a história do Ministério Público. A senhora me pergunta, por exemplo, e devo responder com os dados que a senhora me encaminhou para a entrevista... Eu sou filho de um médico, Doutor

Fernando Carvalho, que clinicou ao longo de 32 anos em Santiago, em São Borja, e lá eu acompanhei como menininho a Revolução de 23, e procurei às pressas e não encontrei, mas prometo encontrar e

lhe mostrar, uma fotografia da passagem do Honório Lemes, de Santiago, cercado de todos os elementos de proa do Partido Libertador, do qual o meu pai era membro. Eu era um menino de oito anos e eu estou nessa fotografia junto com outras pessoas, em Santiago. Está lá também, de lenço vermelho como eu, menino como eu, o grande compositor do Rio Grande do Sul, Túlio Piva, lamentável e injustamente esquecido. Bem, eu lhe confesso que a gente vai armazenando ao longo do tempo imagens positivas, pequenas histórias, pequenos desenganos, compensados pela fidelidade a uma luta, a um princípio e, inequivocamente, a senhora sabe, como historiadora,

* Entrevista concedida ao Programa de Memória Oral do Projeto Memória do Ministério Público do RS em 07 de dezembro de 2000.

que há pessoas, escritores, poetas, historiadores, romancistas, pessoas mais próximas a nossa família que de certa maneira nos marcaram. Eu tive uma honra que os colegas de hoje não desfrutam. Eu fui o neto mais velho e afilhado do professor Alfredo Clemente Pinto e (...) eu quero lhe dizer, eu estaria aqui, no meu gabinete, assim na condição de um velho revolucionário de (18)93, de (19)23, que entraria noites e noites adentro contando a história das revoluções, os feitos heróicos do Rio Grande. Um Rio Grande que, a meu juízo, está morrendo, e contaria também o seu papel nesses combates, na Revolução de 23. Meu avô, professor Clemente Pinto, que eu há pouco fiz uma afirmação de que ele teve uma presença marcante no meu espírito, na minha concepção de vida, na firmeza dos meus princípios, na minha concepção de um mundo intelectualizado, para cuja contribuição não posso esquecer o nome do meu pai, de quem fui filho mais velho e acompanhei quando ele ia, pelo interior de Santiago e depois de São Borja, como médico atender nas estâncias. Então eu guardo do Rio Grande uma imagem muito viva. E se eu lhe disser, e eu estou falando para o Ministério Público, que eu tenho alguns encantos sob o ponto de vista musical? Eu ouço, com o mesmo prazer, as músicas de Beethoven e do João de Almeida Neto. Eu amo o Rio Grande, aquele Rio Grande antigo que eu conheci menino de 12, 13, 14 anos, visitando as estâncias, procurando feitos no meu Rio Grande, e, ao mesmo tempo, a presença marcante, ainda hoje, do professor Alfredo Clemente Pin-

to, que foi uma figura ímpar na história do Rio Grande do Sul. Ele saiu daqui com 10 anos. O pai dele, Clemente Pinto, era um português muito rico que veio do Porto e criou o primeiro banco do Rio Grande do Sul, o Banco da Província do Rio Grande do Sul, e o seu primeiro presidente, Clemente Pinto, que foi pai do meu avô Clemente Pinto. Em 1858, o meu bisavô Clemente Pinto (se) mandou de navio, e dessa viagem eu me lembro do curso, (para) estudar na cidade de Altona, perto de Hamburgo. (Com) problemas de saúde, os médicos aconselharam que [voltasse] para a sua pátria, no Rio Grande. Nesse momento, com a notícia da morte que se aproximava, surgiu um sentimento religioso e ele resolveu estudar para padre no Instituto Latino-Americano em Roma. E lá ele conheceu, como amigo, aquele que foi mais tarde o primeiro Cardeal do Brasil, o Cardeal Arcoverde. Aí, a doença se agravou, faltavam seis meses para ele se ordenar padre, disseram: “Olha, o senhor não se recupera no clima da Europa, o senhor deve voltar para o seu país”. Chegando aqui, ele se restabeleceu, não quero deixar detalhes, senão eu estaria contando a história do meu avô Professor Clemente Pinto. Ele se recuperou, ele se tornou o autor de livros de leitura. Ele escreveu, reuniu trabalhos na *Seleção em Prosa e Verso* que, naquela época, foi, sob o ponto de vista cultural, uma benesse do céu, porque para ir de Porto Alegre a São Borja se levava muitos dias. Não havia estradas, nem havia trem, não havia nada. Vou lhe dar um detalhe impressionante. Quando eu fiz uma pesquisa, a pe-

dido do Dr. Abdon de Mello, Procurador-Geral do Estado, sobre o Ministério Público do Rio Grande, fiquei semanas aqui no Arquivo Público e descobri coisas singulares. O juiz de Passo Fundo, que era uma comarca mais importante do que São Borja, em 1850, atendia a Comarca São Borja de seis em seis meses. Ele levava 15 dias (para) ir jurisdicionar lá. Então, eu tinha que optar por uma profissão, por um caminho, afinal, eu me propunha, depois de formado, a traçar alguns rumos, realizar algumas tarefas e chegar a um objetivo. Eu lhe falei há pouco, enquanto não era gravado, que o meu pai, Dr.

Fernando Carvalho, e eu fomos visitar... isso interessa professora? Fomos visitar o Dr. Protásio Vargas, que era o irmão mais velho do Presidente Vargas e engenheiro, que morava na fazenda Santos Reis, que ficava a duas léguas e meia da cidade de São Borja. Fomos lá. A advocacia para mim em São Borja era evidentemente inviável.

Projeto Memória: Onde o senhor cursava a faculdade?

Paulo Pinto de Carvalho: Em Porto Alegre, na Faculdade de Direito. Era praticamente inviável a advocacia, que era modesta, restrita, estava nas mãos de quatro ou cinco advogados antigos, em São Borja. Eu esperei seis meses que viesse um serviço, o tempo passou, o serviço não vinha. E eu tinha cometido um erro,

professora, cometi um erro histórico do qual eu não me arrependo. Quando eu estava em Porto Alegre, eu não fui um aluno excepcional de Direito, eu acho que esta preocupação de ser o primeiro da turma, o mais ilustre da turma, a grande figura da turma, eu acho que, eu não diria que seja uma vaidade pequena, mas os grandes alunos dos cursos secundários e da faculdade, no campo pragmático, não são os mais vitoriosos. Eu hoje estou muito voltado à filosofia pragmática. Então, eu tomei naquela época, sem conhecer a filosofia pragmatista, uma decisão: eu não podia ficar em São

Borja. Então fomos a Santos Reis, onde o Dr. Protásio nos recebeu, cavalheirescamente, ele era um fidalgo, como todo chefe político. A senhora escreveu um magnífico trabalho sobre os que mandavam no Rio Grande do Sul, os chefes políticos¹⁴, e, abrindo um parêntesis aqui, agora sou eu que lhe faço a pergunta e eu (mesmo que) respondo. Quando o Senador Jader Barbalho, de dedo em riste, no plenário do Senado, irradiado para o Brasil, aponta e chama o Antônio Carlos Magalhães de corrupto, de ladrão e o Antônio Carlos Magalhães replica, chamando Jader de iguais conceitos, cometendo os mesmos crimes, eu lhe pergunto e respondo pela senhora, se o Senador Pinheiro Machado não dava de rebenque num pobre Antônio

O juiz de Passo Fundo, que era uma comarca mais importante do que São Borja, em 1850, atendia a Comarca São Borja de seis em seis meses. Ele levava 15 dias (para) ir jurisdicionar lá.

¹⁴ Refere-se ao livro *Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política*, de Loiva Otero Félix publicado em 1987 pela Editora Mercado Aberto (1ª edição) e Editora da Universidade/ UFRGS, 2ª edição, de 1996.

Carlos Magalhães e num medíocre Jader Barbalho, a senhora concorda comigo? Bem, eu afinal... me ofereceram dois caminhos, à minha disposição. O Dr. Protásio telefonou, na minha frente, para o Secretário do Interior e Justiça à época, Dr. Miguel Tostes. Ao Dr. Miguel Tostes ele lhe disse do que se tratava. O Dr. Protásio disse que eu era neto do professor Clemente Pinto, que havia uma história dos Pintos no Rio Grande do Sul. O meu tio, Dr. José Vasconcelos Pinto, fez parte daquela comissão de três que, com o Dr. Getúlio Vargas e o terceiro deputado, eu tenho ali as *Memórias* do João Neves³⁵, teria ido levar ao então Presidente do Estado a notícia de que eles teriam sido batidos nas urnas pelo Partido Libertador. Então, o Borges de Medeiros, que a senhora sabe muito melhor do que eu e muito melhor do que a maioria dos riograndenses e dos gaúchos de hoje, ele era um seguidor da teoria do Júlio de Castilhos, ele era um positivista. O Executivo concentrava, em verdade, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário. Então, Borges de Medeiros, o presidente - na época era presidente, hoje é governador -, perguntou se era uma boa notícia, e (ao) que os três teriam voltado. O Dr. Getúlio era o líder do partido, não havia justiça eleitoral, era uma Comissão Especial para examinar as atas das eleições. Então dizem alguns maus historiadores por que o João Neves recusa, e meu tio, com quem eu convivi muito tempo, me disse: "Paulo, é um absurdo, mas então o Dr. Getúlio Vargas, líder do partido,

que em seguida foi para o Rio como Ministro da Fazenda e voltou para ser Presidente do Estado, lutou na Revolução de 30, foi Presidente da República, e eu e o Deputado Ariosto Pinto (iríamos fazer tal coisa)"...

Projeto Memória: Como o seu tio relatava o que aconteceu?

Paulo Pinto de Carvalho: Ele disse que era totalmente absurdo, totalmente absurdo, professora.

Projeto Memória: Ele não disse o que efetivamente aconteceu?

Paulo Pinto de Carvalho: Eles entregaram apenas o resultado do pleito.

Projeto Memória: Então eles entregaram para o Presidente Borges e este não teria dito nada do que costuma ser referido como tal?

Paulo Pinto de Carvalho: Não, não, entregaram para o Borges... A senhora quer que eu veja no livro ali?

Projeto Memória: O senhor nos conte. Só o senhor pode nos contar isto. Porque o que todos sabem é esse fato de terem ido lá e depois os três terem voltado e alterado os dados e o que o João Neves diz que não teria acontecido isso. E o seu tio, o que foi que ele disse?

Paulo Pinto de Carvalho: Mas é de um ridículo incomensurável. Mas então a senhora acha que o Dr. Getúlio Vargas, que era o líder do Partido Republicano, com uma força enorme, o meu tio, José Vasconcelos Pinto, e o terceiro deputado Ariosto Pinto (...) Eles, pura e simplesmente, faziam parte de uma comissão de apuração de eleições do Rio Grande do Sul. Então eles teri-

³⁵ Refere-se ao livro *Memórias*, de João Neves da Fontoura, vol. 1 e 2, POA, Editora Globo, 1969.

am voltado à Assembléia Legislativa para adulterar as atas e para voltar como meninos, como colegiais, para dizer ao então Presidente do Estado, Dr. Borges de Medeiros: "Presidente, cumprimos o seu desejo, os seus meninos adulteraram a ata?". A senhora acha admissível naquele Rio Grande? No Rio Grande de hoje, eu admito, no Brasil de hoje, eu não só admito como justifico, mas naquele Rio Grande que foi para as coxilhas, o resultado das eleições... A senhora sabe tanto melhor do que eu, eu até estou falando desnecessariamente, eu estou cometendo até uma superfetação. A senhora sabe tanto melhor do que eu. Eu estou falando a uma historiadora. A senhora acha que o Rio Grande que foi lutar irmão contra irmão na Revolução de (19)23... porque esse resultado deflagrou a Revolução de 23. Como um caso histórico, por exemplo, eu vou abrir um parêntesis, eu sou apenas um contador de história, o caso Dread Scot, nos Estados Unidos, que era um negro que a Suprema Corte americana não reconheceu seu direito de postular à Suprema Corte. Isso em 1857, e deflagrou a Guerra Civil. Então, *mutatis mutandis*, esse episódio do Rio Grande deflagrou a Revolução de 23. Então nós tivemos atos heróicos, tantos morreram. (...) Eu estou assim como cidadão que é convidado para trilhar um caminho certo que vai, digamos, numa linha reta, numa estrada segura, toda ela marcada à esquerda e à direita para chegar tran-

(...) eu nem hesitei, eu não hesitei nem um segundo, eu quero ir para Palmeira, eu quero ser promotor porque o Ministério Público... esta (era a) minha concepção do Ministério Público como um guerreiro.

qüilamente daqui (a) uma hora [ou] duas a um determinado objetivo, e eu estou perdido, eu entrei em temas estranhos...

Projeto Memória: O senhor estava colocando as pessoas que lhe influenciaram e a partir daí começou a colocar sobre o seu avô e seu tio...

Paulo Pinto de Carvalho: Que é também a história do Rio Grande. (...) Bem, então eu optei desde logo, me desfazendo de uma série de vantagens de morar numa cidade, à época, moderna.

Projeto Memória: E o senhor estava nos relatando antes a razão, conversando com Miguel Tostes, quando foram oferecidas duas possibilidades.

Paulo Pinto de Carvalho: Desde logo eu nem hesitei, eu não hesitei nem um segundo, eu quero ir para Palmeira, eu quero ser promotor porque o Ministério Público... esta (era a) minha concepção do Ministério Público como um guerreiro. Todos nós temos uma formação política, cívica, intelectual, jurídica, na medida das obras que nós selecionamos. Bem, eu como um estudante simpaticamente com as linhas

do socialismo, da esquerda daquela época, os meus autores eram Vargas Vila, que era um iconoclasta, ele era um escritor demolidor, ele era um Voltaire. E a sua pregação fazia bem à nossa mentalidade. Eu lia Montaigne, que sempre fez restrições ao idealismo humano, ele era um tolerante, um homem que não abria muitos créditos à humanidade, ao ho-

mem, e outros autores, à época. Eu lia Voltaire, todos nós líamos Voltaire, Jean-Jacques Rousseau, e eu então desde logo optei por ir para Palmeira. Eu agora uso aqui uma imagem que me parece pertinente. Quando eu fui para Palmeira e cheguei lá, chovia torrencialmente, à noite. Desci na pequenina estação ferroviária de Santa Bárbara, hoje município, inclusive terra da senhora Deputada Maria do Carmo (Bueno). Cheguei de noite ao hotel e me dei conta de que eu era apenas um soldado da Legião Estrangeira, da França, batalhando lá nos confins da Argélia. Deixei Santa Cruz, uma cidade próxima a Porto Alegre, uma cidade de tradições alemãs, com sua disciplina, sua ordem, seu progresso e, sobretudo, sua condição urbana, e de hotéis, à época, excelentes, porque já era um município grande produtor de fumo. Mas eu lhe confesso, [à] medida que o tempo foi passando e eu fui galgando degrau por degrau, eu hoje me felicito por ter sido e (por) continuar (a) ser membro do Ministério Público. Se eu lhe mostrar o material que tenho aqui, a senhora, como historiadora e com a paciência que está mostrando, vai dizer: “Eu nunca imaginei que o meu entrevistado pudesse reunir ao longo de 60 anos, desde 1940 até dois meses atrás, todo esse arquivo”. Eu es-

crevi diversas conferências, tive diversos pronunciamentos que serviriam de baliza para o Ministério Público, eu o digo sem nenhum constrangimento. Esse material que eu tenho aqui, em livros e em revistas, [vai] surpreender a se-

nhora. Não haverá nada aqui, digamos, de genial, não haverá nada de mágico, não haverá nada de heróico. Eu apenas não fui um promotor burocrata, eu fui um promotor guerreiro. Em 1986, o Doutor Vasco Della Giustina, hoje desembargador, que era o diretor da *Revista do Ministério Público*, resolveu, antecipadamente à Constituição de 88, reunir um grupo, a seu juízo, de juristas, de professores, de magistrados e de membros do Ministério Público que pudessem conceber, dois anos antes da Constituição, a posição que o Ministério Público ia ter na Constituição de 88. Eu quero lhe dizer que antes da Constituição entrar em vigor, uns 15 dias antes, eu vou lhe dar o meu artigo, eu estava de viagem para

Europa com a minha mulher, eu escrevi um artigo a pedido de um jornal de São Borja sobre o mito da lei e eu dizia, 15 dias antes de entrar em vigor, que a Constituição seria um mito e provei por a mais b a realidade que estamos vivendo hoje. Ela não contribuiu em nada para a melhoria do padrão de vida do brasileiro. Ela

(...) eu hoje me felicito por ter sido e (por) continuar (a) ser membro do Ministério Público

(...) eu dizia, 15 dias antes de entrar em vigor, que a Constituição seria um mito e provei por a mais b a realidade que estamos vivendo hoje. Ela não contribuiu em nada para a melhoria do padrão de vida do brasileiro. Ela não trouxe justiça social, ela não trouxe paz social, ela agravou, a meu juízo, a desigualdade entre os poderosos e os marginalizados e os despossuídos.

não trouxe justiça social, ela não trouxe paz social, ela agravou, a meu juízo, a desigualdade entre os poderosos e os marginalizados e os despossuídos. Até parece que eu estou falando como no tempo de estudante, nos nossos debates na Faculdade de Direito, na linha socialista, e eu lhe mostro que, por falta de espaço, quando eu fechei o meu escritório de advocacia há 10 anos, eu rasguei praticamente tudo que eu não iria usar mais tarde como advogado, como promotor, como professor e como membro do Ministério Público. Rasgando aquelas páginas que me pareciam não trazer nenhum valor novo em relação à justiça, em relação à minha Instituição, eu guardei dois pronunciamentos meus [imbuídos do] mito socialista. Mas quero dizer que o meu socialismo não coincide com o socialismo como esse que é vivido nas ruas, esse socialismo que se traduz em bandeiras agitadas num combate, a meu juízo, muito em voga, entre os diversos partidos que se degladiam. Ali, eu sustentava a necessidade de caminharmos não para o comunismo,

mas para o socialismo, que é a antecâmara do comunismo, para um regime de igualdade. A senhora tem aqui (os) nomes das figuras mais ilustres daquela época. Tem o Professor Alcides Mendonça Lima, que faleceu. Está aqui o Dr. René Ariel Doti, do Paraná. Está aqui o Dr. Voltaire de Lima Moraes, desembargador. Estão outros colegas e está aqui o meu trabalho. Neste trabalho eu fiz um estudo que me tomou meses. Eu escrevi um trabalho sobre o Ministério Público russo, o Ministério Público francês, o Ministério Público italiano, o Ministério Público alemão e o Ministério Público americano. Neste trabalho é feita referência destacada [ao] procurador da época e hoje desembargador Vasco Della Giustina, dizendo o seguinte: “O segundo (que sou eu)... incursionando no âmago do Direito Comparado, a partir de sua notável biblioteca particular...”. De lá para cá, a minha biblioteca hoje está atingindo, em Direito Comparado inglês, francês, italiano e alemão, um acervo de quase 1.600 volumes. O fecho do meu trabalho é

este “O Ministério Público é um poder à porta dos poderes e o poder nos caminhos dos poderosos”. Pois esse trabalho, professora, esse meu artigo está hoje em livros que se escreve sobre o Ministério Público. Professores que fazem concurso para o Ministério Público, que fazem concurso sobre Processo Penal, Direito Pe-

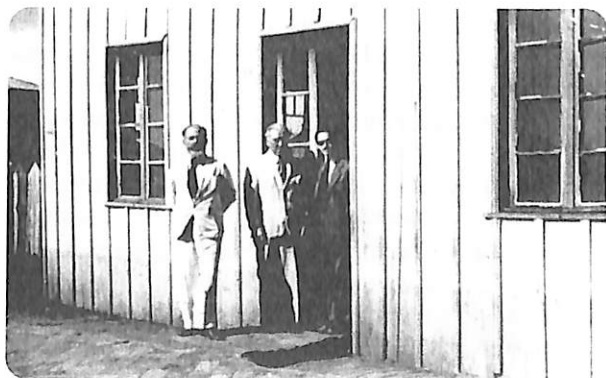


Figura 45 - Hotel de Palmeira das Missões, primeira comarca designada ao Promotor de Justiça Paulo Pinto de Carvalho. 1940. Acervo pessoal de Paulo Pinto de Carvalho

nal, fazem referências ao meu trabalho. São Paulo realizou, com todo o seu poder político, seu poder econômico, o Primeiro Congresso Mundial do Ministério Público. Para esse Congresso se filiaram mais de cem países e se fizeram presentes 42 países. Eu tive o prazer, professora, a surpresa de ouvir falar o procurador-geral da China em chinês, o procurador-geral da França, da Itália, da Espanha, da Inglaterra, dos Estados Unidos. Era tradução simultânea. Então, foi discutida só no âmbito penal, este congresso estava restrito a discutir a criminalidade internacional e transnacional, a criminalidade do mundo global. Criminalidade do mundo global que eu tive a coragem e a petulância de dizer o seguinte: "A globalização do mundo significa a globalização do poder econômico, a globalização do poder econômico significa a globalização do capitalismo, a globalização do capitalismo significa a globalização do mundo pelos Estados Unidos. E o reverso da globalização do mundo pelos Estados Unidos, com seu poder econômico, o reverso da medalha é a criminalidade internacional, transnacional e a criminalidade glo-

(...) este congresso estava restrito a discutir a criminalidade internacional e transnacional, a criminalidade do mundo global. Criminalidade do mundo global que eu tive a coragem e a petulância de dizer o seguinte: "A globalização do mundo significa a globalização do poder econômico, a globalização do poder econômico significa a globalização do capitalismo, a globalização do capitalismo significa a globalização do mundo pelos Estados Unidos. E o reverso da globalização do mundo pelos Estados Unidos, com seu poder econômico, o reverso da medalha é a criminalidade internacional, transnacional e a criminalidade global".

bal". Isso se traduz no crime organizado, na lavagem de dinheiro, no tráfico de entorpecentes e no tráfico de armas. Antes de ler o meu pensamento, que é o fecho desse congresso, eu quero dizer o seguinte. Eu estive presente no Congresso das Nações Unidas, em Cuba. Éramos 173 países e mais ou menos quase 2.000 delegados de todo (o) mundo. Os grandes temas que lá foram tratados, realizados pelas Nações Unidas, [faltando], evidentemente, os Estados Unidos - havia lá uma sessão com o nome dos Estados Unidos e não havia os seus representantes -, foram tráfico de entorpecentes, tráfico de mulheres, tráfico de escravos e tráfico de armas. A senhora sabia, professora, que o Brasil está entre os países que compõem a indústria armamentista ao lado dos Estados Unidos, da França, da Inglaterra, da Alemanha e da Suécia? A senhora pode imaginar que os negros que estão se matando lá na África estão usando os tanques brasileiros, os aviões brasileiros e as metralhadoras do Brasil? [E nós, ano passado, comemoramos a Carta das Nações Unidas...] Nesta guerra lá do Oriente

Médio estão usando as armas da indústria bélica brasileira. [Enquanto isso,] nós, ufanisticamente, e para mim miticamente, (acreditamos) que vivemos num país cristão e democrático. Três vezes não à luz do meu sentir, “Carta de São Paulo”¹⁶, que eu vou lhe dar uma cópia. Essa “Carta de São Paulo” examina todos estes crimes que não só

desafiam mas se superpõem ao poder constituído e às formas da justiça, da luta social do Ministério Público. O Poder Judiciário dos países do mundo, que não se reúnem para

a luta contra a criminalidade organizada, estão perdendo diariamente o combate... Então aqui a senhora tem os temas debatidos e a conclusão... eu vou lhe dar uma nota triste... a conclusão, reunidos os 42 países, representados pelos (seus respectivos) Ministérios

Públicos, “reafirmam a importância da atuação do combate ao crime tanto no limite da soberania dos Estados quanto no plano internacional” (...) “reconhecem a necessidade de adaptação de características das ações criminosas contemporâneas,

dos mecanismos legais, materiais de combate à criminalidade e enfatizam” (...) “surge neste fim de século uma grande esperança de realização dos ideais de igualdade, justiça social e democracia, na proteção do fraco contra o forte, da luta do bem contra o mal, na substituição da guerra pela paz, no triunfo da fraternidade sobre

o ódio, na vitória da igualdade sobre a exclusão, na predominância da legalidade sobre o arbítrio, no repúdio a todas as formas de injustiça e adotam como princípio o pensa-

(...) adotam como princípio o pensamento do Promotor de Justiça do Ministério Público do Brasil, presente a este Congresso Mundial, o Dr. Paulo Pinto de Carvalho, quando, num triunfo do espírito sobre o corpo, na elevada experiência de seus 85 anos de idade, assegura com inédita convicção que caracteriza os defensores da sociedade ‘O Ministério Público é um poder à porta dos poderes e um poder no caminho dos poderosos’”.

mento do Promotor de Justiça do Ministério Público do Brasil, presente a este Congresso Mundial, o Dr. Paulo Pinto de Carvalho, quando, num triunfo do espírito sobre o corpo, na elevada experiência de seus 85 anos de idade, assegura com

inédita convicção que caracteriza os defensores da sociedade ‘O Ministério Público é um poder à porta dos poderes e um poder no caminho dos poderosos’”. (Está nos) Anais do Congresso de São Paulo, eu vou tirar uma cópia para lhe mostrar. Serão publi-

¹⁶ Refere-se ao documento “Carta de São Paulo”, emitido no I Congresso Mundial do Ministério Público e publicado em MAZZILLI, Hugo Nigro. *Manual do Promotor de Justiça*. São Paulo: Saraiva, 1987. p. 266-273.

cados em quatro, cinco idiomas, registrará a presença de um membro do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

Projeto Memória: Eu gostaria que o senhor também nos contasse um pouco do início de sua atividade.

Como era o Rio Grande o Sul na década de 40 quando o senhor assumiu? Como era a Comarca de Palmeira? Como eram as suas relações dentro da comarca? Como foi esse concurso em 1941? Gostaria de ouvi-lo sobre sua trajetória inicial no Ministério Público. Que tipo de situações ocorriam?

Paulo Pinto de Carvalho: Quando eu falei há pouco que assim como um viajante que ao fim da viagem vai se descartando das coisas que lhe pesam, vai esvaziando a mala, vai dando coisas porque as forças lhe faltam e o horizonte está próximo e a chegada imediata, eu vou evidentemente me esquecendo de alguns fatos muito desagradáveis, muito penosos, por força do tempo, da minha vivência de promotor, já que estou falando sobre ela. Veja, professora, a senhora tem aqui o Boletim número 5. Esse Boletim número 5 foi expedido pelo procurador da época, Dr. Anor Buttler Maciel, que teria demitido a Dra. Galanternick, porque ela não podia, na sua condição de mulher, ser promotora. Eu estava em Palmeira. Palmeira era um exílio em todos os sentidos. Eu lhe disse há pouco que eu era como um soldado da Legião Estrangeira. Eu saí sem nenhuma experiência funcional

(...) que o Ministério Público [representa] a última batalha que a sociedade espera ser travada a benefício da segurança pública, da justiça social, dos direitos fundamentais da pessoa humana.

para o exercício da função de promotor público. Todos que estavam nas respectivas comarcas teriam que fazer e fizeram o concurso, sob pena de não continuarem no Ministério Público. Foi esse concurso, em 1941, que criou a Instituição do Ministério

Público. De lá para cá, jamais alguém, na condição de marciano, teria chegado e entrado na heróica, brilhante, independente carreira do Ministério Público e hoje, a meu juízo, digo com muito orgulho, embora não tenhamos as galas de um quarto Poder, que o Ministério Público [re-

presenta] a última batalha que a sociedade espera ser travada a benefício da segurança pública, da justiça social, dos direitos fundamentais da pessoa humana. Bem, eu tive colegas que se classificaram nos últimos lugares. Não houve, isso é fundamental, uma redistribuição das comarcas nas suas diversas entrâncias, a primeira, a segunda, a terceira e a quarta, que era Porto Alegre, tomando como ponto de partida a colocação no concurso, porque eu fiz concurso com colegas que já eram juízes municipais, já eram promotores há três, quatro, cinco anos, e alguns já eram promotores na Capital, como (o) mais tarde desembargador, presidente do Tribunal, João Clímaco de Melo Filho, [que fez] 83 pontos; eu fiz 82. Pois eu fui remitido assim, não vou dizer como matéria descartável, nem injustamente, eu fui devolvido para Palmeira com seu clima inóspito, com as suas nevasdas de

inverno, o minuano uivando pelas canchadas como um cão raivoso, enquanto o vento levava as folhas para o ventre dos rios e das lagoas, e colegas meus muito mal classificados... A senhora quer que eu conte a história do Ministério Público do Rio Grande, eu estou contanto... Não houve injustiça, todos foram sujeitos às mesmas regras - quem está na sua comarca, fica na sua comarca. Se eu tivesse tirado o primeiro lugar, eu teria continuado promotor em Palmeira, possivelmente... Todos já morreram. Desta lista aqui, professora, não sobrevivem mais do que dois ou três, por exemplo... De acordo com esta Ordem de Serviço, eu fiquei lá em Palmeira e colegas que saíram atrás de mim, ou que estavam em Santa Maria, ou que estavam em Pelotas, continuaram em Pelotas. Esse era um critério de ordem geral. Mas depois desse Boletim classificando cada um na comarca em que estava, então nós fomos sendo promovidos. Eu quero lhe dizer o que eu escrevi quando, com surpresa e satisfação pessoal minha e da minha família, que esteve presente, a Escola Superior do Ministério Público reorganizou seus cursos, ampliou os seus espaços materiais, aqui na Borges de Medeiros. Fiz um discurso muito sentimental, eis que deram a uma sala de leitura o nome "Sala Professor Paulo Pinto de Carvalho". Muito bem. Então, quando eu estava lá em Palmeira, olhava Porto Alegre, naquele tempo não havia promoção. A senhora sabe que hoje, em face de comarcas que não são providas, em face de concursos cujos candidatos não estão à altura do Ministério

Público, por exemplo, concorrem 3.000 candidatos, há 100 vagas, passam 12 candidatos... Bem, eu olhava a Comarca de Porto Alegre, isso interessa, conversei muito sentimentalmente, marginalizei muitos aspectos fundamentais e tangenciei muito pontos fundamentais, mas esse me parece (que) é fundamental. Procurador não era da Justiça; Procurador-Geral do Estado era cargo de confiança. E agora vou lhe dar um dado (...) O Dr. André Maciel era apenas um advogado convidado pelo General Cordeiro de Farias. O Dr. João Bonumá, depois Procurador-Geral do Estado, era amigo e colega de advocacia do Dr. Walter Jobim que, eleito governador, o convidou para Procurador-Geral do Estado. Então, conseqüentemente, não é como hoje, que é um direito constitucional. Nós temos o nosso Procurador-Geral de Justiça, eleito democraticamente pela classe. Eu tenho participado, tenho ido a essas jornadas democráticas por todo o Rio Grande. Os candidatos a Procurador-Geral de Justiça vão pelo interior do Rio Grande, nas grandes comarcas, apresentar a sua plataforma, e eu estou presente. Então, Procurador-Geral do Estado era cargo de confiança e havia dois cargos - de Subprocurador das Câmaras Criminais e Subprocurador das Câmaras Cíveis. O resto do exército era soldado miúdo, como eu era. Quando eu fui promovido para Porto Alegre e aqui cheguei em (19)52, levei, professora, por merecimento, 12 anos. Se houver concurso e as vagas não forem preenchidas, quem está no Ministério Público há poucos anos pode chegar a Porto Alegre, porque a comarca não pode ficar vazia. Muito pior do que

Histórias de vida do Ministério Público do Rio Grande do Sul - Rememorações para o futuro



Figura 46 – Jantar comemorativo da primeira turma de promotores concursados do Ministério Público do Rio Grande do Sul (nº 36 - Paulo Pinto de Carvalho). 1942. 1 – Promotor Floriano Maya D'Ávila; 2 – Promotor Errani Coelho; 4 – Oscar da Costa Cabral; 5 – Victor de Bem Sturm; 8 – Procurador-Geral da República – Alceu Barbedo; 9 – Milton Guedes da Luz; 12 – Mario Machado da Rosa; 14 – Garibaldi Almeida Weddy; 16 – Advogado representante da Secretaria do Interior e Justiça – Miguel Tostes; 17 – Favorino Bastos Merito; 18 – Henrique Fonseca de Araújo; 19 – Juiz de Direito, examinador de Direito Penal – Celso Afonso Pereira; 20 – Hermes Pereira de Souza; 21 – Ubirajara Floriano de Moura; 22 – Severino Tubino Machado; 23 – Oficial da Brigada Militar, representante do Interventor Osvaldo Cordero de Faria; 24 – Balduino D'Arrigo; 24A – Yedo Moor de Oliveira; 25 – Procurador-Geral do Estado – Amor Butler Maciel; 26 – Nicolau Rafo Adonze; 27 – Alceu Silva; 28 – Edgar de Azambuja Marangheilli; 29 – Prefeito de Porto Alegre - Loureiro da Silva; 30 – Julio Marino de Carvalho; 31 – Damaso Rocha (Promotor, não fez o concurso); 32 – Paulo de Bem Veiga; 33 – Paulo da Silva Couto; 34 – Representante OAB/RS - Alcides Flores Soares Júnior; 36 – Paulo Pinto de Carvalho; 39 – Presidente do Instituto dos Advogados/RS – Otávio Pitrez; 41 – Luiz Lopes Palmeiro; 42 – Sub-Procurador – Alvaro de Moura e Silva. Acervo pessoal de Paulo Pinto de Carvalho.

uma comarca vazia por três, quatro anos, com prejuízo dos interesses das partes, é uma comarca despida ainda de um promotor que não seja brilhante, que não seja culto, ainda que ele seja burocrata, o que eu apenas trago a título de argumento, porque desde logo rejeito (a) hipótese de um colega que seja burocrata. Então, eu dizia, no meu discurso na Escola Superior do Ministério Público, que eu era assim como um hindu que olhava distante as neves do Himalaia, a 8.880 metros de altura. Eu nunca vou chegar a Porto Alegre. Alguns colegas cansaram ao longo do caminho, deixaram o Ministério Público, porque realmente a Instituição não oferecia as garantias e as seduções de hoje.

Projeto Memória: O senhor já havia constituído família quando estava em Palmeira?

Paulo Pinto de Carvalho: Não, em São Borja. Bem, então realmente era uma luta briosa, era uma luta de paciência, era uma luta de restrições de ordem material e um detalhe, já que a senhora me falou em Ministério Público na minha época, todo mundo andava armado.

Projeto Memória: Como é que era a figura do promotor onde havia um coronel forte, como Vazulmiro Dutra, lá em Palmeira?

Paulo Pinto de Carvalho: De quem fui amigo, eu posso neste depoimento afirmar, sentimentalmente.

Projeto Memória: Pelo que sei o con-

siderava até como filho?

Paulo Pinto de Carvalho: Ele tinha apenas um apreço enorme por mim. Outro assunto, todos nós andávamos armados. Eu relato pois esse detalhe me parece um fato relevante. Eu estava no clube lá em Palmeira (com uns amigos), à noite, era inverno, ouvimos um disparo, e todos acorremos para a peça onde presumivelmente aquela arma tinha sido deflagrada. Quando nós chegamos lá, estava um funcionário policial, muito nervoso,

cercado de pessoas, trêmulo, e disse: "A arma disparou". Não fiz nenhum comentário. O delegado de polícia era Ivens Pacheco, irmão do Dr. Ivanio Pacheco, que foi Procurador de

Justiça. O Dr. Ivanio Pacheco era irmão da Dona Ione, que foi esposa do Maurício Sobrinho. Bem, fiz comentário nenhum. E ele teria dito em rodas: "Pois é, esse sujeitinho que veio de Porto Alegre, bem vestido, mania de intelectual, vai me criar problemas". O delegado de polícia tem que, por dever de ofício, de acordo com o Código de Processo Penal, encaminhar um inquérito, aliás, dentro de 30 dias. Eu me dava muito com Ivens Pacheco, encontro com ele e digo: "Escuta, Ivens, como vai o inquérito em torno [do] disparo [daquela] arma lá no clube? É uma figura contravençional, disparo de arma em lugar público". "Ah, Paulo, não vale a pena. A gente tem tanta coisa importante para tratar, mesmo porque nós não

podemos comprometer um homem [cuja arma], por infelicidade, detonou. Mas ele está a serviço maior da coletividade, a serviço da garantia da ordem pública”. Eu digo: “Não, mas o exemplo começa por cima, começa por casa. Eu fico muito mal se denunciar um cidadão que deu um tiro na zona do meretrício ou num comércio de carreira e fecho os olhos para o teu funcionário”. Bem, o tempo foi correndo. Então, eu disse lá no Foro: “Dentro de 30 dias, se o Dr. Ivens Pacheco não iniciar o inquérito, eu vou requerer ao juiz que baixe uma portaria contra o funcionário policial”. Todo mundo andava armado, parecia até aqueles filmes americanos, os faroestes. Aí, foram contar a ele que eu ia requerer ao juiz. No último dia, o delegado não tinha confeccionado o inquérito, baixado a portaria. Então, eu atravessava a praça, saía do meu hotel, virava a esquina e estava no Foro; então eu vejo o funcionário policial na porta de entrada do clube e ele veio em minha direção. Havia pessoas que estavam na porta do clube, havia pessoas que estavam no hotel, havia o proprietário Danton Lopes, e fui falando com meus botões: “Esse sujeito vai me matar”. Veja, professora, eu tinha 25 anos. “Esse sujeito vai me matar. Eu deixo as meninas, à

Quando nós chegamos lá, estava um funcionário policial, muito nervoso, cercado de pessoas, trêmulo, e disse: “A arma disparou”. Não fiz nenhum comentário. O delegado de polícia era Ivens Pacheco, irmão do Dr. Ivanio Pacheco, que foi Procurador de Justiça.

Eu digo: “Não, mas o exemplo começa por cima, começa por casa. Eu fico muito mal se denunciar um cidadão que deu um tiro na zona do meretrício ou num comércio de carreira e fecho os olhos para o teu funcionário”.

Greta Garbo na Rua da Praia, perfumadas, de longo, de casaco de peles nas tardes outonais, para morrer aqui em Palmeira?” Quando nós chegamos no meio da praça, e eu toquei o cotovelo para ver se o revólver estava na cintura, ele me disse: “Dr. Paulo, o senhor dá licença?”. E eu vi que os olhos dele não eram de hostilidade. Eu disse “Pois não”. Ele me disse: “O senhor estava levando a portaria para abrir processo contra mim? Pois é, criaram boatos

de que eu iria atacá-lo, mas isso é uma barbaridade. O senhor é um homem da lei, sou apenas um servidor da lei. O senhor é uma figura importante da justiça. Mas eu tenho um pedido para lhe fazer”. Ele estava totalmente desarmado. “Qual é o pedido?” Disse: “Eu não posso ser inquirido pelo juiz em ato público, eu não posso ser inquirido na presença de pessoas a quem eu abri inquérito e, ao mesmo tempo, fica muito triste para mim, num ato público, eu ter que ser interrogado. Eu queria uma gentileza sua. O senhor interfere junto ao juiz (para) que eu seja interrogado no gabinete dele sem a presença de quem quer que seja? E o senhor obtenha com o juiz que eu seja interrogado desta maneira?” “Então está, eu assumo o compro-

misso com o senhor.” E tal ocorreu. Eu lhe emprestei, professora, uma fotografia rara, raríssima.¹⁷ Essa fotografia é histórica...

(Rememorando o episódio, relata:) o juiz cedeu o seu automóvel para uma mulher e ela o esperava na saída da cidade, onde ele era juiz, e ele estava atendendo ainda o serviço que ele deixara pendente em outra cidade. Ele cedeu o automóvel para ela, que era inábil, imperita e imprudente. Então vinha um carro em sentido contrário e ela, ao invés de instintivamente guiar para (a) direita porque o carro vinha do outro lado, tão perturbada ela estava, tão imperita ela era, que ela jogou o carro para a esquerda e dois tripulantes foram fe-

ridos. Então, pelo princípio da prerrogativa de função, ele foi processado perante o Tribunal de Justiça. Então a senhora está vendo aqui todos os desembargadores da época, que já morreram. O julgamento ocorreu em 1960. Aqui está (o) Desembargador Pelegrini, que foi presidente do Tribunal; aqui está o Desembargador Celso Affonso Pereira, que também foi presidente do Tribunal; está aqui o Desembargador e futuro Ministro Eloy da Rocha; está aqui o Desembargador Arthur Germany; e aqui estou eu, falando. Bem, então ocorreu um outro fato raríssimo na minha vida de promotor, vou registrá-lo, já que registrei aquele de Palmeira, (então) vou registrar um



Figura 47 – Atuação do Procurador de Justiça Paulo Pinto de Carvalho no julgamento do Juiz de Direito Carlos Oliveira Silveira. 19.12.1960. 1 – Desembargador Celso Affonso, ex-Presidente do Tribunal; 2 – Paulo Pinto de Carvalho; 3 – Desembargador Presidente Décio Pellegrini; 4 – Desembargador Clímaco de Melo Filho, ex-Presidente do Tribunal; 5 – Desembargador Arthur Oscar Germany; 6 – Desembargador José Eloy da Rocha, ex-Presidente do Superior Tribunal Federal. *Acervo pessoal de Paulo Pinto de Carvalho.*

¹⁷ Refere-se à Foto 47, emprestada para a exposição alusiva aos 125 Anos do TJ-RS – realizada no Centro de Memória do Judiciário Gaúcho de novembro de 1999 a março de 2000.

outro fato de São Borja. Terminado o julgamento... Quero lhe dizer agora que se se tornar público não é problema nenhum. Bem, o Tribunal de Justiça conhecia o problema da co-autoria em crime culposo. Essa era uma teoria então vigente na Europa, que eu conhecia de livros que tinha comprado, porque eu sempre tive (livros), como a senhora é testemunha na visita que está me fazendo... Ele e ela foram condenados. O advogado dele impetra um *habeas corpus* ao Supremo Tribunal Federal e o Supremo Tribunal Federal, em 1960, concede a ordem de *habeas corpus*, isso é muito importante, e cassa a condenação dele. O acórdão do Supremo estava mal fundamen-

292

tado, os ministros desprezaram a co-autoria em matéria de crime culposo, e ele foi posto em liberdade. Cassaram a condenação, mas, proferida a condenação, que durou praticamente todo o dia, eu saio do plenário e vou ao toalete. Quando eu vinha vindo em direção ao toalete, eu vejo, eu não vou dizer o nome dele, que seria até não uma vilania, mas uma desconsideração em relação a alguém que já morreu e seria envolvido em fato tão penoso na sua vida funcional, eu vejo que ele vem em minha direção e instintivamente, de novo, levo a mão à cintura. Estou armado, se ele vier me tomar satisfações, se ele vier me censurar, se ele me disser qualquer palavra inconveniente, qualquer conceito injurioso à minha função de Ministério Público, eu tomo evidentemente-

Bem, o Tribunal de Justiça conhecia o problema da co-autoria em crime culposo. Essa era uma teoria então vigente na Europa, que eu conhecia de livros que tinha comprado(...)

te, na medida da circunstância, não sei a conduta dele, eu tomo a medida que a circunstância determinar. Quando nós chegamos perto, ele diz: “Doutor Paulo, dá licença?”. Esse “Dá licença, Dr. Paulo”, foi igual ao “dá licença” do funcionário lá de Palmeira. Eu digo: “O que há, Doutor?”. “Eu quero lhe agradecer a sua fidalguia. “Não, o senhor está brincando comigo. Eu lhe digo o seguinte: O senhor foi condenado porque eu contribuí com a minha acusação.”

“Eu não estou entendendo, Doutor.” Estava muito tranqüilo e eu preocupado, porque não sabia a reação dele. “Eu me sentei no banco dos réus...”, ele estava assistindo ao julgamento, “... e o meu grande temor [era] que eu fosse chamado de réu, porque quando eu vou qualificar, interrogar um réu, (chamo) ‘o réu Fulano de Tal’, e o senhor teve o cuidado, Dr. Paulo, de fazer referências diversas vezes à minha pessoa, numa acusação técnica, respeitosa, em que o senhor dizia ‘o nobre juiz que ora responde esse processo’. Eu lhe fico imensamente grato porque o meu constrangimento seria se o senhor me qualificasse como réu. Muito obrigado.” Eu faço um júri em São Borja num processo de crime de homicídio contra um amigo meu do tempo de estudante. Eu não guardei o nome, eu sabia o apelido dele, Curucaco. Ele morava na pensão Goidanich, aqui na Riachuelo, defronte a casa em que morava o Dr. Darcy Azambuja, que era o Secretário do Interior e Justiça. Então, está-

vamos lá, o João Belchior Marques Goulart, o Janguinho, e outros colegas. Nos éramos uma colônia, embora não tivesse nascido em São Borja, nós éramos [uns] 10, 12 estudantes daquela cidade. Eu era amigo dele (Curucaco), íamos junto a bailes e cinemas. Inaugurou-se o Cassino Farroupilha, pois se comemorava o centenário da Revolução Farroupilha. Ele matou, em circunstâncias dramáticas, um médico no distrito em que ele morava, e o pai dele era um estancieiro de recursos. Correu lá um boato. Cada ano que ele vinha de Porto Alegre, ele [trazia] uma "barata"¹⁸, moderna, último tipo, e o automóvel causava uma inveja no pequeno distrito [onde] ele morava, Distrito de São Borja. Então todas as meninas queriam namorá-lo...

Projeto Memória: Ele não era da família Vargas?

Paulo Pinto de Carvalho: Não, eu não lembro o sobrenome dele, porque nós o chamávamos Curucaco. As meninas o admiravam, queriam namorá-lo, e os rapazes tinham, evidentemente, um ressentimento, uma restrição enorme a ele. Então correu um boato de que ele teria seduzido uma menina e os pais [dela pediram] a um médico que clinicava lá que fizesse um exame, uma perícia e essa perícia afastou qualquer hipótese (de) que houvesse fato grave, de natureza sexual. Mas aí a vila se dividiu. Comentários desairosos. Chegaram aos ouvidos do médico algumas referências desprimorosas do Curucaco. Véspera de ano novo, o Curucaco estava jogando bilhar no

clube e entrou esse médico - o Curucaco era assim do meu tamanho, da minha estrutura física -, viu o Curucaco e foi tomar satisfações. Ninguém gostava dele. Mocinho, ele devia ter, naquela época, 23, 24 anos, não mais. Eu fui para São Borja com 25 anos, então ele teria a minha idade. Aí passam, não a lutar, mas o médico a golpeá-lo, brutalmente, em público. Montaram um círculo, como se fosse uma luta de boxe em torno do médico, um homem forte, tipo atlético, e o pobre do Curucaco que apanhava como um escravo. Num determinado momento, diante da agressão do médico, ele estava sangrando, ele estava de roupas rasgadas, estava reduzido a um farrapo humano. Ele conseguiu fugir, atravessou a rua e, ao tomar no auto a chave para fugir, ele encontrou ali o revólver, retornou e, da janela, ele matou o médico, pelas costas. Eu fui o seu acusador. Não era íntimo, tinha-o como conhecido, eu nunca me dei por suspeito. Em face da minha acusação, ele foi condenado. O advogado trabalhou mal, como a senhora não pode imaginar. Ele estava preso e um familiar dele me entregou, eu era solteiro, no meu apartamento, um bilhete. [Atualmente], os promotores têm casas que são os gabinetes deles. [Há] toda segurança, eu já fui à inauguração da Casa do Ministério Público em São Borja, quatro promotores, cada um com seu gabinete, com todas as instalações modernas. O promotor, para não ser perturbado, digamos, ele está lá em uma audiência, vem alguém fazer uma consulta ou ele, então, digamos,

¹⁸ Tipo de automóvel (esportivo) daquela época.

termina a audiência, está cansado e quer ir para casa, sempre alguém o interrompe no corredor, na saída do Foro ou na rua. Eu sei porque [muitas] vezes isso aconteceu comigo. Então agora estão inaugurando a Casa do Ministério Público em Montenegro, não é palácio, mas é invejável. E eu fui à Casa do Ministério Público em São Borja. Estão inaugurando

[Há] toda segurança, eu já fui à inauguração da Casa do Ministério Público em São Borja, quatro promotores, cada um com seu gabinete, com todas as instalações modernas.

a casa do promotor em Cachoeira, a casa do promotor em Iraí, onde fui promotor, também quando eu fui promotor em Palmeira. Enfim, todos estão bem providos. Bem, aí o parente dele, familiar, me entregou no meu apartamento, era solteiro, um bilhete dele que ele queria falar comigo com urgência. Eu fui ao juiz da época, e aqui

Então agora estão inaugurando a Casa do Ministério Público em Montenegro, não é palácio, mas é invejável. E eu fui à Casa do Ministério Público em São Borja. Estão inaugurando a casa do promotor em Cachoeira, a casa do promotor em Iraí, onde fui promotor, também quando eu fui promotor em Palmeira. Enfim, todos estão bem providos.

eu presto uma homenagem ao Dr. Baltazar Gama Barbosa. O Dr. Baltazar Gama Barbosa, eu cometi um pecado quando fui convocado para a memória da magistratura e não fiz um relato a respeito dessa figura

extraordinária entre tantas extraordinárias que honraram o Tribunal de Justiça. Eu nunca o chamei de tu e ele me chamava de Dr. Paulo, protocolarmente. “Dr. Baltazar, recebi este cartão aqui, o que o senhor acha?” “Vai conversar com ele.” Eu fui recebido numa sala, estava lá o

Curucaco. Ele disse: “Vou te chamar de Paulo.” “Não há problema.” “Eu quero um favor teu. Eu estou

sendo ameaçado de morte pelos demais presos. Estou numa sala comum e não consigo dormir. Há uma revolta geral contra mim, primeiro lá no meu distrito e agora aqui. Eu sou filho de estancieiro, o homem que traz ‘baratinhas’...”. Naquele tempo se chamava “baratinha”, “...sou um homem de recursos, há gente pobre, contrabandistas, e eles querem me matar e eu quero uma gentileza tua. Eu quero que tu me garantas uma sala especial e, se tu não conseguires, tu vais ter a notícia de que eu fui encontrado morto.” Eu fui ao

delegado, que era o Pedro Tazis Gonzaga, e disse: “Olha, Pedro, a situação é esta. E é tão real o temor, o risco que corre o réu, o Curucaco, que ele me pediu para protegê-lo, a mim que fiz uma acusação séria, técnica, e ele foi condenado por homicídio qualificado porque os tiros foram pelas costas”. E eu consegui que ele obtivesse não um privilégio, mas a segurança de uma sala especial, e disse ao delegado: “Olha, Pedro, se tu não conseguires uma sala especial e ele for morto, eu tenho um de-

poimento para prestar - tu és o responsável direto pela morte do Curucaco". Então, esses fatos todos vêm mostrar como no meu tempo as coisas eram diferentes e todo mundo andava armado. Num júri lá em São Borja, com o Dr. Voltaire Bittencourt Pires, grande tribuno do júri, tio do Oswaldo de Lia Pires, também ilustre advogado, o Dr. Voltaire era, eu já lhe prestei uma homenagem num artigo que escrevi para o Ministério Público, era uma figura assim de "cinema". Era um homem alto, moreno, cabelo negro, cabelo assim de árabe, sempre vestido de branco, no júri. Houve lá um crime de homicídio terrível. O constituinte dele matou Manoel Santiago, que era irmão do Júlio Santiago, secretário particular do Presidente Getúlio. Crime ocorrido em 1943. E havia lá, nessa época, ameaças. O júri, naquela época, era uma sensação. Eu digo, em um dos meus trabalhos, que nós vivíamos na passarela do júri. O promotor valia na medida das vitórias, no Tribunal Popular. Eu nunca fui chamado em São Borja para um problema de ordem familiar, problema de divórcio, de desquite, de abandono de menores, violência de marido contra mulher, que para mim não existiam. Agora, nós temos conhecimento (de) que há uma delegacia da mulher, para proteger as ofendidas por violências do marido. O Rio Grande que nós vivemos e que nós conhecemos pelas histórias, pelos livros de história que a senhora contribuiu, o seu trabalho deu a medida do meu Ministério Público, essas ocorrências eram impossíveis. Quando, por exemplo, eu me dou

conta (de) que (em) São Borja há cinco promotores e eu era sozinho naquele tempo. Eu vivia uma aposentadoria precoce. Eu não tinha serviço. Qual era o meu serviço? Júri em crimes de homicídio em zona de meretrício, em comércio de carreira ou alguma briga nos períodos de carnaval. O resto, um descanso e estudos jurídicos. Bem, aí, o Dr. Baltazar me disse: "Dr. Paulo, estou tendo conhecimento de que pode haver episódios graves por ocasião do julgamento. Há possibilidade de disparo na rua." Ele me disse: "Eu vou protegê-lo". "Como o senhor vai me proteger?" "Eu vou mudar a posição da sua tribuna de acusação para que o senhor não fique, ainda que limitadamente, exposto a algum tiro que venha da rua". Eu digo: "Olha, Dr. Baltazar, eu agradeço muito a sua consideração, mas o senhor enfraquece muito a posição do promotor", eu era solteiro, "o senhor enfraquece muito a posição do Ministério Público, do promotor, eu não aceito porque nos outros júris os processos corriam como as águas tranqüilas de um rio. Eu quero enfrentar esta situação, se o senhor quiser reforçar a guarda lá na rua... mas eu vou acusar daqui". Na outra vez, em São Borja, era tempo dos Vargas... eu quero abrir um parêntesis para dizer o seguinte - eu jamais recebi nenhum pedido, e o Dr. Protásio que indicou meu nome, não recebi nenhuma ameaça dos Vargas, não recebi nenhum constrangimento da família Vargas. Enfrentei muitos problemas de ordem funcional decorrentes de uma situação especial, que eu não imaginava que iria enfren-

tar. Meu pai era médico, tinha uma bela clínica e eu me criei lá em São Borja. Lá fui mocinho e lá, em bai-
les de carnaval, eu andava com aque-
les estudantes que depois foram mé-
dicos e advogados como eu. De uma hora para outra eu volto para lá e comecei a denunciar meio mundo. Aí denunciei, por tentativa de homicídio, o filho de um homem de prestí-
gio e recebi uma carta do advogado dele que o constituinte tinha dito que ia me dar de rebenque quando eu fosse tomar o trem em férias de São Borja, e o trem saía às seis horas da manhã. O

que é que eu faço? Vou ao Foro, já tinha me despedido, [e digo] ao Dr. Baltazar: “Olha, Dr. Baltazar, eu tenho esta carta de ameaça e eu vou ficar aqui uma semana à disposição do autor da ameaça. Se ele tiver que me dar de rebenque, ele vai me dar aqui dentro do Foro, eu vou reagir, o senhor vai ser minha testemunha”. Olha, professora, não dá para acreditar, correu na cidade a notícia do episódio. “Olha o promotor...” Se a senhora me [perguntar] se eu tinha receio, (eu) tinha (sim). Quando o Marechal Nei, na volta de Napoleão da Ilha de Elba, voltou

Quando, por exemplo, eu me dou conta (de) que (em) São Borja há cinco promotores e eu era sozinho naquele tempo. Eu vivia uma aposentadoria precoce. Eu não tinha serviço. Qual era o meu serviço? Júri em crimes de homicídio em zona de meretrício, em comércio de carreira ou alguma briga nos períodos de carnaval. O resto, um descanso e estudos jurídicos.

“Eu vou mudar a posição da sua tribuna de acusação para que o senhor não fique, ainda que limitadamente, exposto a algum tiro que venha da rua”. Eu digo: “Olha, Dr. Baltazar, eu agradeço muito a sua consideração, mas o senhor enfraquece muito a posição do promotor” (...) eu vou acusar daqui”

para o governo de cem dias, tinha prometido ao rei que ia trazê-lo numa gaiola, a senhora sabe? À medida que o Marechal Nei descia para Toulon e Napoleão subia para Paris, ele viu que os exércitos, seus soldados, seus coronéis estavam indo de braços abertos para Napoleão e ele aderiu, e mais tarde foi condenado

e no julgamento disse às suas pernas: “Se vocês soubessem para onde nós vamos, vocês iriam tremer”. Bem, eu não estava tremendo, mas eu lhe confesso que estava preocu-

pado. Aí, no clube se dizia: “Olha, o promotor ficou uma semana à disposição do réu e de seus familiares”. Meu pai, muito aflito, disse: “Paulo, tu estás correndo um grande risco, es-

tou muito preocupado. Nós temos que tomar medidas protetoras.” “Mas o que o senhor pretende?” “Eu vou conseguir, através de uma requisição do Dr. Baltazar, um soldado do Exército para te acompanhar.” “Era o que faltava, o Ministério Público tem os seus direitos, as suas obrigações, os seus encargos, os seus desafios. Eu tenho que enfrentar, não heroicamente, mas briosamente. Eu

não quero soldado do Exército, da Brigada”. Eu me tornei de uma hora para outra, não vou dizer um herói público, mas cresceu em torno de minha pessoa um certo ar de simpatia e até um juízo altamente favorável porque eu era o moço de 25 anos, solteiro, numa época de violência em que se matava por qualquer motivo.

Bem, então eu estou lhe mostrando o nosso Ministério Público daquela época. Agora todo mundo anda desarmado, não é verdade? Se um promotor ou uma promotora for ameaçado, o Ministério Público lhe dá cobertura. Quando eu fiz o concurso, quando nós terminamos a Faculdade, em (19)39, os poucos livros que nós tínhamos de Direito Penal, de Processo Penal, estavam com os dias contados. Primeiro, não se publicavam obras no Rio Grande do Sul, era uma raridade bibliográfica; agora não, a cada semana eu recebo convite de publicações de juízes, de promotores, na Associação do Ministério Público, na Escola Superior do Ministério Público e na AJURIS. Então, aqueles livros, os textos puros praticamente, foi com eles que nós fizemos o concurso e foi (com) a inspiração desses livros que nós vencemos o concurso para criação histórica do Ministério Público do Rio Grande do Sul [em] 1941. Bem, o

“Era o que faltava, o Ministério Público tem os seus direitos, as suas obrigações, os seus encargos, os seus desafios. Eu tenho que enfrentar, não heroicamente, mas briosamente. Eu não quero soldado do Exército, da Brigada”.

Bem, então eu estou lhe mostrando o nosso Ministério Público daquela época. Agora todo mundo anda desarmado, não é verdade? Se um promotor ou uma promotora for ameaçado, o Ministério Público lhe dá cobertura.

Presidente Vargas, na sua condição, não gosto de chamá-lo de ditador, mas de chefe do poder discricionário, a situação do Presidente Vargas tem que ser examinada à luz da história e das circunstâncias, não é verdade? As democracias débeis, capitalistas, lutavam contra o movimento revanchista da Alemanha que não

podia respirar em face das terríveis cláusulas do Congresso de Versalhes. Se houve aquele movimento hitlerista, Hitler quebrou todas as cláusulas do dito Tratado e

desafiou tudo. Então eu prefiro chamar o Presidente Vargas, estou homenageando o presidente, fiz discurso em São Borja em saudação ao presidente, e quando nós prestamos uma homenagem... Vou lhe dar, tenho aí uma série de *cd-roms* [que] presta uma homenagem aos homens impor-

tantes que passaram pela faculdade federal, Getúlio Vargas entre outros. Então, quando nós fizemos o concurso, isso é fundamental, essas considerações de ordem sentimental, esses pequenos epi-

sódios, pequenos agora, na perspectiva do tempo, mas de suma gravidade quando vivi, porque, como disse Ortega y Gasset: *Yo y mi circunstancia*. Quando eu vivia essa situação, naquele época em que todo mundo andava armado e em São Borja se matava gente, criminoso,

mercenário, e se passava o Rio Uruguai, a senhora sabe. Então, quando nós fizemos o concurso, nós não tínhamos ainda em vigor o Código Penal, o Código de Processo Penal, a Lei das Contravenções, que o Presidente Vargas promulgou em regime discricionário, o Congresso estava fechado, e que iria entrar em vigor no dia primeiro de janeiro de 1942, quer dizer, havia um vácuo legislativo, digamos, de leis entre o concurso e quando nós

(...) eu era um solitário, eu era um soldado da Legião Estrangeira, eu não tinha livros, eu vivia solitariamente num hotel de madeira, numa cidade em que o Ministério Público não tinha prestígio, não tinha força.

começamos a atuar. Então, professora, eu era um solitário, eu era um soldado da Legião Estrangeira, eu não tinha livros, eu vivia solitariamente num hotel de madeira, numa cidade em que o Ministério Público não tinha prestígio, não tinha força. Hoje, por exemplo, se a Daniela for promotora lá em Palmeira, se tiver qualquer dúvida sobre a aplicação de uma Lei do Consumidor, de Proteção à Infância, ela não precisa comprar livros, ela tem computador, ela telefona aqui para o órgão de auxílio do Ministério Público, do interior, e tem, em segundos, toda a legislação, toda a jurisprudência e toda a teoria pertinente ao problema [em questão]. Nós tínhamos que fazer do limão uma limonada. Solitários, só contávamos com... eu não diria amizade, eu fui amigo de alguns juízes, mas com a consideração dos magistrados. Hoje, veja, se um promotor ou se uma promotora é agravado na sua reputação funcional ou se recebe ameaças à sua integridade física, a senhora sabe que o Conselho Su-

perior do Ministério Público vai desagrává-lo, não é verdade? E há um órgão... Hoje o Ministério Público, eu acho, volto a insistir, o Ministério Público é legalmente o mais disciplinado, a meu juízo, o mais organizado, o mais brioso exército da

ordem legal. Nós estamos assistindo, por exemplo, em outros Estados da Federação, a juízes envolvidos em corrupção, nós estamos assistindo, por exemplo, a esta briga, pro-

fessora. Eu queria que a senhora fosse esposa do Embaixador da França, que a Daniela fosse filha do Embaixador da Espanha e que eu fosse Embaixador de Portugal. Eu as convidaria para jantar comigo. [Eu diria]: “Mas que triste é viver neste país brasileiro. Mas como é que um Presidente do Senado, que pode substituir o Presidente da República, chama de dedo em riste, de maneira afrontosa, o seu adversário no Senado?”. Eu nunca tripudiei sobre um réu, abro aqui um parêntesis, é muito triste, é muito humilde, é muito débil a posição do réu. Nós não podemos tripudiar, eu nunca fiz uma acusação injusta. E houve mais, diziam os irmãos Aíquel, de quem eu fui muito amigo - eles me diziam: “Olha, Paulo, tu não sabes com que tranqüilidade nós comparecemos às Câmaras Criminais quando tu estás, porque há um divisor de águas” - não é auto-elogio - “há um divisor de águas, o teu parecer...” o procurador não faz acusação, o procurador dá um parecer. O parecer pode, in-

clusive, ser favorável ao recurso do réu. “Paulo, a tua presença é um divisor de águas, tu não és um órgão de acusação sistemática.” Porque um órgão de acusação... estou elaborando a história do Ministério Público... é a primeira instância, o promotor é um guerreiro. E mais, como eu tantas vezes no meu tempo recebi ameaças de morte, às vezes o promotor acusa na medida das ameaças que ele recebe. O Ministério Público tem que reagir na medida do tempo histórico (em) que vive.

Projeto Memória:

Dr. Paulo, eu quero aproveitar o que o senhor está colocando essa questão do momento, das circunstâncias, e lhe perguntar sobre esse período de discricionário, pois nós tivemos um procurador no Rio Grande do Sul, o Dr. Anor, que era membro...

Paulo Pinto de Carvalho: Era advogado.

Projeto Memória: E, além de advogado, ele era ideologicamente membro do Partido Integralista...

Paulo Pinto de Carvalho: Da direita. Ele era da direita.

Projeto Memória: ...do grupo do integralismo.

Paulo Pinto de Carvalho: Ele era integralista.

Projeto Memória: Isso eu sei porque está colocado nos livros e em jornais da época. O que eu lhe pergunto é o seguinte: Este fato de ele ter uma posição integralista, de ser um dos dirigentes no Rio Grande do Sul, estar num cargo de confiança do governo, isso, de alguma forma,

interferia nas relações dentro do Ministério Público? Como é que era a figura política e institucional dele?

Paulo Pinto de Carvalho: Volto a insistir, essa situação faz parte da tarefa, da incumbência, da autonomia, da missão social e guerreira do Ministério Público. Então nós éramos chamados, um por um, ao gabinete do Dr. Anor Buttler Maciel.

Falávamos protocolarmente, [por uns] dez minutos. Era Dr. Paulo para lá, Procurador-Geral de Justiça para cá, e ele me disse: “Doutor, o senhor está indo para a Comarca de Palmeira, o senhor vai levar

uma vida difícil, precária, numa cidade modesta, o senhor virá a Porto Alegre com a prévia autorização minha, e quando o senhor tiver qualquer problema, qualquer dificuldade, qualquer impasse de ordem funcional, o senhor mande um telegrama para vir conversar comigo”. Eu sempre fui muito orgulhoso, professora, da minha independência pessoal, cívica e funcional. Eu disse para ele, eu tinha [uns] 25 anos: “Dr. Anor, fiz o concurso com os recursos da legislação da época. Fui um aluno estudioso e convicto do valor do meu diploma de advogado. Eu estou capacitado à luz do que eu aprendi no concurso que fiz, eu saí dos primeiros, do meu idealismo, da minha capacidade de lutar [e] resolver pessoalmente todos os problemas. Eu lhe agradeço a gentileza”. Ele me olhou... “Fica a seu critério”. Nunca fui ao gabinete do procurador, não porque eu sabia, eu tinha sido moço

Hoje o Ministério Público, eu acho, volto a insistir, o Ministério Público é legalmente o mais disciplinado, a meu juízo, o mais organizado, o mais brioso exército da ordem legal.

lá em São Borja, eu sabia das batalhas que o juiz e o promotor travam. Estou lhe contando tudo que vivi, professora, para ver... e eu estou atendendo a seu pedido, para traçar um retrato histórico distanciado no tempo e nos costumes entre um Ministério Público abandonado funcionalmente, um Ministério Público solitário, não direi inerme, mas ao revés, corajoso à luz dos seus deveres funcionais, um Ministério Público sem livros, sem 13º salário, sem dois meses de férias, sem 15% quando morar em comarcas de difícil provimento. Parece que agora há um revezamento em

(...) para traçar um retrato histórico distanciado no tempo e nos costumes entre um Ministério Público abandonado funcionalmente, um Ministério Público solitário, não direi inerme, mas ao revés, corajoso à luz dos seus deveres funcionais, um Ministério Público sem livros, sem 13º salário, sem dois meses de férias, sem 15% quando morar em comarcas de difícil provimento.

tema de gratificação eleitoral. Nós éramos, digamos frugalmente, não direi uma espécie de Gandhi, mas, frugalmente, nós vivemos e encarnamos um Ministério Público que eu rotulo de impoluto, digno e, por que não, herói, soberbo e romântico? (...) Eu visitei as penitenciárias mais importantes do mundo, (e) eu tenho aqui um ofício do Embaixador do Brasil em Moscou pedindo ao Ministro do Interior, em russo, e a cópia em português que ele me mandou, para eu visitar a penitenciária de Bolchevo, (a) 50 quilômetros de Moscou. Se eu lhe disser que fiz conferência na França, em francês, como na escola penitenciária de Obernai. Assim estou atendendo o pedido para a memória do Ministério Público referente às nossas ativi-

dades pertinentes ao exercício da própria Instituição.

Enfim, professora, o nosso tempo está findando, eu quero dizer que falei tanto e disse tão pouco. Não sou, em verdade, o melhor retrato do Ministério Público do Rio Grande. Atendi a gentileza do seu convite para figurar na galeria dos eminentes colegas que projetaram e engrandeceram a nossa Instituição, fui soldado de um exército, guardião da ordem legal, da paz jurídica, da segurança pública, dos interesses difusos e do patrimônio jurídico do cidadão. Travei a luta que me cabia e, hoje,

me revejo com orgulho no exemplo do Ministério Público dos nossos dias, a última trincheira do presente e do futuro na defesa dos direitos do cidadão.

Há um pedido para se falar “nos anos de chumbo do governo militar”, e eu já estava me aposentando naquela época.

Registro, em nome do povo brasileiro, que há, agora, uma nova batalha: a luta contra os atuais “anos dourados da corrupção”, e que o Ministério Público saberá travar e vencer. E, no fecho destas lembranças, quero prestar uma sincera e comovida homenagem ao Dr. Abdon de Mello, de quem fui amigo, o primeiro Procurador-Geral do Estado (hoje, de Justiça) saído das fileiras da carreira do Ministério Público,

que presidiu a criação da Associação do Ministério Público e a *Revista do Ministério Público*, marcos que sinalizam a criação do Ministério

Público rio-grandense, e espelho em que devem se mirar os agentes do *Parquet* que se honram de pertencer à nossa gloriosa Instituição.

международный перевод с португальского

Посольство Федеративной Республики Бразилия сообщает своему уважаемому Коллеге Министру Юстиции Дел СССР, Отделу Юстиции Латинской Америки, и имеет честь довести до сведения, в настоящее время в качестве туриста в СССР находится Профессор Пауло Пинто де Карвалу, замечательный специалист по Уголовному Праву и координатор Отдела Уголовного Права факультета Права Католического Университета в Рио Гранде до Суа, а также представляется от его имени на факультете Права Федерального Университета в Гранде до Суа.

2. > Посольство Бразилии очень надеется на то, что Министр Юстиции Дел рассмотрит возможность посещения Профессора Пауло Пинто де Карвалу соответствующими ведомствами во время его пребывания на советской территории.

Посольство Федеративной Республики Бразилии надеется также, чтобы уважаемый Министр Юстиции Дел ускорил в своем ответе решение вопроса.



Москва, 14 октября 1980 года

A Embaixada da República Federativa do Brasil cumprimenta o Ministério dos Negócios Estrangeiros da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (Departamento da América Latina), e tem a honra de levar ao seu conhecimento se encontra na URSS, em visita de turismo, o Professor Paulo Pinto de Carvalho, titular da cadeira de Direito Penal e coordenador do Departamento de Direito Penal da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e professor daquela matéria na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

2. A Embaixada do Brasil muito estimaria que o Ministério dos Negócios Estrangeiros examinasse a possibilidade de o Professor Paulo Pinto de Carvalho vir a visitar estabelecimento penitenciário durante sua permanência em território soviético.

A Embaixada da República Federativa do Brasil aproveita a oportunidade para renovar ao Ministério dos Negócios Estrangeiros os protestos de sua mais alta consideração.



Moscou, em 14 de outubro de 1980.

301

Figura 48 - Ofício da embaixada do Brasil na União Soviética solicitando permissão para a visita de Paulo Pinto de Carvalho ao estabelecimento penitenciário de Bolchevo e respectiva tradução em português. 1980 *A cervo pessoal de Paulo Pinto de Carvalho*



Figura 49 - Palestra proferida pelo Procurador de Justiça Paulo Pinto de Carvalho ao retornar de visita penitenciária à Argentina. Salão Nobre da PUC. 1958. 1 - Procurador Mauro Cunha; 2 - Procurador Paulo Pinto de Carvalho; 3 - Deputado Poty Medeiros; 4 - Secretário do Interior e Justiça; 5 - Procurador-Geral do Estado Henrique Fonseca de Araújo; 6 - Oficial da Brigada Militar do Estado; 7 - Procurador José Barros de Vasconcelos; 8 - Promotor e Deputado Estadual Milton Garcia. Acervo pessoal de Paulo Pinto de Carvalho.

Figura 50 - Primeiro Congresso Estadual de Penologia e Direito Penitenciário - 29.07 a 01.08.1971 - Porto Alegre. 1 - Presidente da OAB/RS Gustavo Vasconcelos; 2 - Professor Sebastián Soler; 4 - Procurador Paulo Pinto de Carvalho. Acervo pessoal de Paulo Pinto de Carvalho.



I CONGRESSO ESTADUAL DE PENOLOGIA E DIREITO PENITENCIÁRIO
INSTITUTO DE DIREITO PENAL E INSTITUTO DOS ADVOGADOS DE
PENITENCIÁRIO PENAL - INTERAMÉRICA DO RIO GRANDE DO SUL
Porto Alegre, de 29 de Julho a 1º de Agosto de 1971

302

.....
ECOLE DE FORMATION DU PERSONNEL DE L'ADMINISTRATION PENITENTIAIRE
 147, Route de Borech à ORSINAÏ (Bas-Rhin) Tél. 01-02-01
 ORSINAÏ, le 31 Octobre 1964

Le Directeur

à

MONSIEUR LE GARDE DES SCELUX
 MINISTRE DE LA JUSTICE
 Direction de l'Administration Penitentiaire
 Bureau d'Etudes et de Documentation
 4, Place Vendôme - PARIS 1er

n° 265/3

ORSINAÏ - Visite de Monsieur le Professeur PINTO DE CARVALHO
 BREVES - Votre note D.G. - PV/Pa - n° 431 du 22 Octobre 1964

Comme suite à la note citée en référence, j'ai l'honneur de vous remercier Monsieur le Professeur PINTO DE CARVALHO, Procureur de l'Etat du Rio Grande do Sul (Brasil), a visité l'Enf.-P.S.A.P. à ORSINAÏ le 27 Octobre 1964.

A la fin de sa visite, Monsieur le Professeur PINTO DE CARVALHO a fait une brillante conférence aux établissements sur le thème d'aujourd'hui.

Le DIRECTEUR
 signé : VERDE

Figura 51 - Ofício da Escola de Formação Penitenciária comunicando a visita e a palestra de Paulo Pinto de Carvalho. Paris, 1964. Acervo pessoal de Paulo Pinto de Carvalho.

RAUL JOSÉ DE CAMPOS*



Figura 52 - Fotografia de Raul José de Campos. Acervo pessoal de Raul José de Campos

Raul José de Campos: Para mim é muita honra ter recebido este convite e estar participando aqui desta reunião onde se procura elementos para o memorial do Ministério Público e a documentação do que ocorreu nos últimos anos desde que aqui ingressei.

Eu sou nascido em Santa Catarina, São Francisco do Sul, (...), mas estudei aqui no Rio Grande do Sul. Fiz o curso da Faculdade de Direito da Universidade do Rio Grande do Sul e me formei em 1943 meu pai era gaúcho, nascido em Santo Antônio da Patrulha, mas ele foi para Santa Catarina, fez um concurso lá e viveu como magistrado. Quando

da criação do Território Federal de Iguazu, ele já era juiz de Chapecó, antigo, já com muitos anos de serviço, mas ele foi o único juiz dos territórios federados, criados pelo então Presidente Getúlio Vargas, que ficou na área do Estado anterior e não aceitou a classificação na Justiça Federal. Mas ele casou em Santa Catarina, e eu nasci lá em São Francisco do Sul. Depois perdi minha mãe quando era moço, tinha dez anos, e vim estudar em Porto Alegre, porque meu avô residia aqui. Estudei no Ginásio do Rosário e depois fiz a Faculdade de Direito, como já disse. A partir daí, eu me inscrevi na Ordem dos Advogados em Porto Alegre, a minha inscrição é de número 1156, de 1945, mas não cheguei a advogar porque estava já mais em Santa Catarina do que aqui. Quando fui nomeado promotor público, na época havia nomeação interina, e posteriormente nós fomos submetidos a concurso de provas e títulos, nós éramos 43, se não me engano, 43 interinos, e com o tempo, depois do concurso, eu descobri que o mais antigo dos interinos era eu. No concurso, eu consegui a classificação em terceiro lugar. Como estava há mais ou menos cinco anos em exercício interino no Ministério Público, como os demais, em seguida houve promoções. Eu estava trabalhando em Lagoa Vermelha, comecei a trabalhar por Lagoa Vermelha, fiz o concurso, pleiteei a permanência em Lagoa Vermelha, ou

* Entrevista concedida ao Programa de Memória Oral do Projeto Memória do Ministério Público do RS em 07 de maio de 2001.

Bento Gonçalves, que era de primeira entrância, ou Santo Ângelo, que, na época, não sei se era de primeira ou segunda. Mas eu não consegui nenhuma das três que eu pedi, embora fosse o terceiro colocado do concurso e o procurador, na época, de grande capacidade.

Projeto Memória:

Por quê? Eram critérios políticos que interferiam? Como é que funcionava?

Raul José de Campos: Funcionava pela ordem de classificação. O que tirava o primeiro lugar tinha direito de escolher a comarca, os demais também tinham. Então, eu pleiteei a Comarca de Lagoa Vermelha, onde já estava, que já era de segunda entrância, ou a de Bento Gonçalves, que era de primeira. Só que para (a)

Comarca de Bento Gonçalves eu não fui nomeado, que era município próximo de Lagoa Vermelha, e para lá foi nomeado um outro promotor, que também era interino, meu amigo e conhecido desde o tempo do ginásio, mas, por coincidência, ele tinha sido o último colocado no concurso.

Projeto Memória: Então, os critérios...

Raul José de Campos: Os critérios... Aí já indicam quais eram os critérios. E eu fui classificado, fui nomeado, em função do concurso, novamente, para Santa Rosa, que era

de primeira entrância. O procurador-geral me disse na ocasião:

“Porque aqui foi o Fulano, lá foi o Beltrano, e você vai para Santa Rosa, mas em seguida conseguirá uma melhor. Você vai ficar temporariamente lá, leva só os Códigos”. “Como leva só os Códigos?”

“Não, porque você vai ser promovido”, disse o procurador da época, era o professor Dr. João Bonumá, se não me engano, tem até

o nome dele aqui. E eu me convenci que, por causa da classificação, preferia ser promovido por merecimento. Então, realmente, assumi em Santa Rosa, fiquei lá alguns meses e depois fui promovido para Soledade, mas fui promovido por antigüidade. E então aí foi que eu descobri

que era o mais antigo dos interinos. **Projeto Memória:** Então o senhor, em (19)46, queria Lagoa Vermelha, mas não entrou, entrou em Santa Rosa?

Raul José de Campos: Não, foi antes de (19)46, eu já estava em Lagoa Vermelha como interino há cinco anos. O concurso foi em 1949, fins de 1949, não sei se foi o segundo ou terceiro, na época nós não tínhamos a organização que hoje tem o Ministério Público.

Projeto Memória: O concurso foi em 49?

Raul José de Campos: Acredito que

Quando fui nomeado promotor público, na época havia nomeação interina, e posteriormente nós fomos submetidos a concurso de provas e títulos, nós éramos 43, se não me engano, 43 interinos(...)

O concurso foi em 1949, fins de 1949, não sei se foi o segundo ou terceiro, na época nós não tínhamos a organização que hoje tem o Ministério Público.

sim, mas tem que ser porque em 49, no fim do ano, fui nomeado lá para Santa Rosa em virtude do concurso. **Projeto Memória:** Mas o início de sua atividade não foi em Lagoa Vermelha?

Raul José de Campos: Em Lagoa Vermelha. Esse é um ponto que está aqui. Por alto vou dizer: “Nomeação interina”. Os últimos interinos... Na

época, foi indicação, não é, foi com indicação, apoio do Dr. Getúlio Vargas e indicação de Abdon de Mello. Tomei posse na Comarca de Lagoa Vermelha em 18 de junho de 1945, mas como interino.

Projeto Memória:

Como era o relacionamento que o senhor tinha com o Abdon de Mello e com o Getúlio Vargas? Como funcionava, pelo fato de ser indicado pelos dois nomes de peso político na época?

Raul José de Campos: É que meu...

A senhora pediu a filiação. É que houve a solicitação, o Dr. Getúlio...

O meu pai era Juiz de Direito, era advogado formado aqui e

vivia em Santa Catarina.

Mas eram colegas de turma do Dr. Getúlio,

João Neves da Fontoura, mas especificamente do

Dr. Getúlio. Então, através de um tio que

mandou uma carta, veio

uma indicação do Dr. Getúlio para o Dr. Abdon, com quem eu já

pleiteava a nomeação, mas estava aguardando desde formado. O tempo

passando. Andei procurando também

nomeação no Território de Iguazu, mas não consegui. Chamava-se Laranjeiras a sede do Território de Iguazu, entre Paraná, abrangia Chapecó, e Santa Catarina. Então, com essa carta do Dr. Getúlio, o Abdon encampou a minha nomeação, me chamou e me nomeou. (...)

Projeto Memória: Então o senhor entrou em início de atividade durante

o período de Abdon de Mello e só o concurso é que foi no período do Dr. João Bonumá?

Raul José de Campos: (O) Dr. João Bonumá já era o procurador-geral porque mudara o governo.

Projeto Memória: Como é que foi esse início em Lagoa Vermelha? O senhor jovem, recém-formado, iniciando como promotor?

Raul José de Campos: Isso que eu ia dizer. O Dr. Abdon me disse, porque tinha pedido acho que Júlio de Castilhos, ele disse: “O senhor vai para Lagoa Vermelha, que não tem promotor. É uma comarca boa.

Depois em seguida vou

lhe conseguir uma

melhor”. “Mas melhor por quê?” “Porque lá tem

muito serviço, é muito

longe.” Digo: “Não, pelo

serviço não é problema,

porque eu preciso bastante

serviço para aprender”.

Não tinha prática, embora meu pai fosse Juiz de Direito. “E quanto à distância, também não tem problema, porque é a metade do caminho de Porto Alegre a Chapecó,

Na época, foi indicação, não é, foi com indicação, apoio do Dr. Getúlio Vargas e indicação de Abdon de Mello. Tomei posse na Comarca de Lagoa Vermelha em 18 de junho de 1945, mas como interino.

Então, com essa carta do Dr. Getúlio, o Abdon encampou a minha nomeação, me chamou e me nomeou. (...)

onde meu pai reside, então dali é mais fácil de eu poder ir até lá.”

Cheguei em Lagoa Vermelha, também foi antes de outubro de 1945, quando houve mais um golpe militar depois da guerra, e o Dr. Getúlio, que estava na Presidência da República, estávamos no tempo do Estado Novo, (19)37 até fins de (19)45, foi deposto. Estavam-se criando novos partidos depois da derrota do nazi-fascismo e, aqui no Brasil, estava sendo formado o PSD. Naquele tempo, deve constar, talvez nem conste, o alistamento eleitoral, as qualificações eram por listas, a primeira qualificação do PSD foi por lista. Então, cheguei em Lagoa Vermelha num inverno rigorosíssimo, nesse dia 17 de junho. Cheguei em Lagoa Vermelha, não tinha nem hotel. Viajamos com chuva daqui até lá nos antigos ônibus da União Erechim, que hoje é Unesul, empurrando o ônibus a pé. As nossas dificuldades de recursos, sapatos, roupas, tudo sacrificado na estrada. Chegamos em Lagoa já de noite e não havia vagas em hotel. Então consegui por favor um quarto.

Então, cheguei em Lagoa Vermelha num inverno rigorosíssimo, nessedia 17 de junho. Cheguei em Lagoa Vermelha, não tinha nem hotel. Viajamos com chuva daqui até lá nos antigos ônibus da União Erechim, que hoje é Unesul, empurrando o ônibus a pé. As nossas dificuldades de recursos, sapatos, roupas, tudo sacrificado na estrada. Chegamos em Lagoa já de noite e não havia vagas em hotel. Então consegui por favor um quarto. Um hotel precário (...)

Com o frio, com a geada tremenda, com as janelas cobertas de gelo, não encontrei ninguém, em resumo, não havia (nada) em atividade... Naquela semana desapareceram todas as autoridades de Lagoa Vermelha, porque todas vieram a Porto Alegre para entrar na organização do novo partido – Partido Social Democrático.

Um hotel precário, havia só dois hotéis lá, estavam os dois lotados, e o hoteleiro: “Não, existe, tem um fazendeiro aí de Ibiaçá”, que pertencia a Lagoa Vermelha, “é irmão de advogado, tem uma cama lá no quarto dele. Se o senhor aceitar, eu consigo para o senhor”. “Depende dele, não de mim, aceitar.” Era irmão de um advogado. Então consegui ficar ali naquela noite. Depois, no dia 18, saí para procurar o Juiz de Direito para me apresentar em virtude da nomeação. Com o frio, com a geada tremenda, com as janelas cobertas de gelo, não encontrei ninguém, em resumo, não havia (nada) em atividade... Naquela semana desapareceram todas as autoridades de Lagoa Vermelha, porque todas vieram a Porto Alegre para entrar na organização do novo partido – Partido Social Democrático. E lá na comarca, eu e um Juiz Municipal, por sinal distinto, Dr. Avelino Paim Terra, mas ele estava em Vacaria. Então, a comarca não tinha autoridade. E o promotor novo, inexperiente, chegou, passou aqueles

dez dias sozinho resolvendo os problemas locais porque todo mundo veio para a Capital – tabelião, escrivão, os servidores da Justiça. Lá me instalei, gostei e fiquei.

Projeto Memória: Avelino Paim Terra era...

Raul José de Campos: Era Juiz Municipal.

Projeto Memória: A família era de Vacaria, não é?

Raul José de Campos:

Toda a família de Vacaria, mas ele era juiz de Lagoa Vermelha.

Projeto Memória: Filho do Coronel Avelino Paim?

Raul José de Campos: Acredito que sim. Mas ele já estava lá e era assim meio tipo fazendeiro da serra. Custou para aparecer. Depois ficamos nós dois lá. Mais uma semana e começaram a voltar as autoridades, mas não tinha Juiz de Direito. O Juiz Municipal, na época, substituía o Juiz de Direito, em determinadas ações, não em todas. Mas me dei muito bem, fui ficando, fui me ambientando. Passados esses anos, depois veio o concurso, a comarca já era de segunda entrância, mas eu era de primeira.

Projeto Memória: Como é que foi o trabalho lá em Lagoa Vermelha? Que tipo de casos que vinham na

época?

Raul José de Campos: O município tinha 14 distritos. Então, era especialmente matéria criminal, homicídios mais homicídios, predominava o júri, processo penal. As ações cíveis ainda eram poucas. As serrarias não tinham começado a dilapidar os pinhais. Os empregados... Ah, outra coisa que eu esqueci de colocar aqui, mas

depois eu falo isso com tempo, contando. Então as ações eram mais de divisões de terra porque havia aquelas fazendas para dividir entre os descendentes. Mas claro, o promotor só participava em caso de existência de menores. O que predominava mesmo era o crime. Havia sessões, com 14 distritos,

Eu gostava muito da Justiça do Trabalho, só que os escrivães, os juízes de lá não gostavam, era um atrito permanente com o promotor, acidente do trabalho e a Justiça do Trabalho, que também era atribuição do escrivão. O escrivão não gostava porque não ganhava custas. Então o promotor era uma pedra no sapato deles, mas tudo com boas intenções.

havia sessões de sete, oito julgamentos de júri. E ali eu funcionei e fui fazendo conhecimento e auxiliando. Eu gostava muito da Justiça do Trabalho, só que os escrivães, os juízes de lá não gostavam, era um atrito permanente com o promotor, acidente do trabalho e a Justiça do Trabalho, que também era atribuição do escrivão. O escrivão

não gostava porque não ganhava custas. Então o promotor era uma pedra no sapato deles, mas tudo com

boas intenções. E foi passando o tempo, lá nós ficamos até hoje.

Projeto Memória: Como é que funcionava essa engrenagem de relação com esses outros funcionários? Quais eram as vantagens, mesmo que ilícitas, que tinham e por isso o promotor terminava sendo uma pedra no sapato?

Raul José de Campos: Não, não havia vantagens ilícitas. O que eles não queriam é dar atendimento e andamento às ações que não rendiam nada ou pouco, para eles, especificamente acidentes do trabalho, que eram atribuição nossa antes da reforma da Previdência Social, e reclamação trabalhista, que com o tempo veio. Mas, a propósito de acidentes do trabalho, porque no antigo Código, Lei do Acidente de Trabalho, parece que é 7036, ela estabelecia um prazo para pagamento da indenização dos acidentados. Então, os empregadores poderiam segurar a sua empresa e se subrogavam nos direitos e obrigações, o seguro assumia os encargos do empregador. Só que o seguro não pagava no prazo também, e eu não perdoava. Chegou a um ponto que tinha um advogado ilustre, é hoje aposentado, Dr. Dariano, da Companhia Protetora, que funcionava muito em seguros. Eles seguravam as perícias um mês, dois meses, três meses, seis meses, oito meses, 12 meses, 14 meses, 20 meses e eu sustentava: devem pagar a multa legal.

Projeto Memória: Sim, mas é porque eles, na realidade, estariam tendo a vantagem do tempo.

Raul José de Campos: Na companhia de seguros. Em resumo, o fato chegou a um ponto que o Dr. Dariano,

quando respondia à minha apelação para cobrar a multa da companhia de seguros, dizia: “É o único promotor do Brasil” – a lei não tinha mudado – “que ainda cobra, ainda pretende cobrar a multa das companhias de seguro, que não têm nada a ver com isso”. Só ficar com o dinheiro do acidentado até dois anos; a prescrever em dois anos. Então, era ouvido o procurador-geral, porque era atribuição nossa, promotor, procurador e Tribunal. Esse procurador era o Dr. João Bonumá. Então, ele dizia: “Conheço a jurisprudência do Brasil. Sei que a multa pela lei é do empregador. Agora, se o empregador passa para a companhia de seguros, se sub-roga”. E depois concluía: “Mas eu também sou da opinião do promotor de Lagoa Vermelha, que as companhias de seguros têm que pagar a multa se não pagarem nos 60 dias”. Porque os empregadores pagavam, e essas seguradoras não pagavam. Mas o Tribunal, geralmente, confirmava a decisão do juiz, não mandava pagar a multa. Mas, passados uns dois ou três anos, a lei mudou, e foi incluído tal dispositivo impondo o pagamento da multa por atraso, o que as companhias passaram a pagar. Aí, eles passaram a pagar no prazo. Depois veio a Previdência Social, então é outro sistema. Mas o problema, com relação aos funcionários, não é que houvesse vantagens ilícitas, por exemplo, as reclamações trabalhistas que eram do cartório, eles não davam andamento nos acidentes de trabalho, também não havia custas para os cartorários. E havia juízes que não se interessavam pelo tipo de ação. Tanto que depois que eu vim para

cá, gostava muito disso, vim para cá depois da Revolução de primeiro de abril, e a primeira vaga que houve foi para substituir um Curador de Acidente do Trabalho. Lá, como se diz na gíria, eu me virei. Faz para cá, faz para lá. Vinha, intimava todo mundo, formulários... “Mas vocês vão intimidar só a mim? Tem o outro procurador que é o titular aí.” “Não, mas o nosso sistema é assim – o que está aqui, é intimado.” Eu pegava e recorria. Lá pelas tantas, surgiu um negro velho, também teve um problema com a companhia de seguros, e ele assinou um papel lá na seguradora e o juiz, o nome dele eu não me lembro, se lembrasse não ia dar, mas vou contar o fato, o juiz negou a indenização para o acidentado porque ele tinha assinado aquele papel; parece que era um recibo forjado, coisa assim. O advogado da companhia agora já era outro, não era o Dari-
|ano, era o Dr. Leônidas Paim Caminha, (que) foi professor da UFRGS, filho de um Desembargador Caminha também. Aí veio o meu recurso e fiz uma alegação, vou dizer qual foi, e demonstrei por A mais B que ele tinha sido logrado pela seguradora. Aí, a egrégia Câmara modificou a sentença do juiz, e mandou pagar a indenização. O advogado foi intimado, era meu colega de turma, mas ficou furioso e me procurou: “É, eu fui intimado”. “É a primeira vez que

eu ouço alguém sustentar um recurso com base no argumento da burrice.” Claro, o homem era burro e foi logo, sustentei que ele era burro, ignorante, analfabeto, bastava ler a assinatura, talvez tivesse até assinado a rogo, e ganhou a indenização. Então, a luta era essa, uma boa luta em defesa dos necessitados. Aí fui ficando muito tempo. Depois, quando houve o concurso, eu saí de Lagoa, de lá fui para Santa Rosa, fui promovido por antigüidade para Soledade.

Projeto Memória: Mas nunca tinha aparecido, era promotor teoricamente.

Raul José de Campos: Era promotor de segunda ou terceira entrância, de Pelotas. Então, eu fui informado na procuradoria: “Olha, permuta com o Gastal porque ele está em Pelotas e não quer ir para Lagoa Vermelha”. “Como não vai? O procurador me disse que todo mundo vai.” Porque

ele queria acabar com as designações, com os interinos. Então falei para o procurador, que era o Dr. João Bonumá, meu amigo, eu era muito estimado por ele: “Olha, doutor, nós vamos pedir a permuta (...). Eu sei que o Dr. Gastal não vai para Lagoa Vermelha, e eu queria voltar para Lagoa Vermelha porque estou lá há cinco anos”. Já tinha dois anos de segunda entrância, me rebaixaram para uma primeira depois de um

concurso em que eu tirei terceiro lugar. “Mas se ele não vai, ele que

(...) participei da União Social Brasileira, a USB, criada pelo Dr. Alberto Pasqualini, que defendia a assistência social, (o) amparo aos trabalhadores e tudo mais. Com a vontade de participar, entrei no PTB, me filiei ao PTB, depois concorri a vereador e passei para o quadro suplementar. Na época existia o quadro suplementar no Ministério Público.

peça demissão.” “Mas isso é problema dele, eu não sei. É a informação que tenho, de que ele não irá.” Mas aí nós requeremos a permuta, e consegui... Aliás, nem foi o governador que assinou. Mas aí foi coincidência de tempo. Houve um governador substituto que assumiu quando o governador tinha saído licenciado, não me lembro, e assinou. Voltei para Lagoa e nunca mais saí de lá.

Projeto Memória: Então, isso em Santa Rosa foi só *pro forma*, não chegou assumir?

Raul José de Campos: Não. Assumi. Eu fiquei uns quatro, cinco meses, seis meses, pouco tempo, no verão. Gostei muito de lá. De lá fui para Soledade. Soledade é uma comarca igual a Lagoa Vermelha, muito grande, era muito tumultuada e o juiz e o promotor não paravam lá.

Era um juiz e um promotor como em Lagoa Vermelha. Santa Rosa era um juiz e um promotor. Naquele tempo era mais difícil.

Projeto Memória: Em Soledade, ficou também poucos meses?

Raul José de Campos: Só até conseguir fazer a permuta, após, voltei para Lagoa.

Projeto Memória: Daí, então, retornou para Lagoa, e lá?

Raul José de Campos: Retornei para a promotoria de Lagoa Vermelha. Lá vim

a casar com Augusta Machado de Campos, [com quem] constituí família, me tornei proprietário, ingressei na

atividade política, passando para o quadro suplementar do Ministério Público, me elegi vereador por três mandatos, suplente de deputado estadual, e, por fim, Prefeito Municipal.

Eu lhe contei que o Dr. Getúlio criou o Partido Social Democrático, mas havia um movimento, e aí misturando política com administração, havia um movimento do Partido Comunista que estava em franco crescimento depois da guerra, a UDN Nacional de Carlos Lacerda. Então, o Dr. Getúlio criou o Partido Trabalhista Brasileiro, prevendo que só havia uma maneira de impedir o avanço dos comunistas, e também o predomínio do PSD; e foi criado o PTB, na época, não este que está aqui, o PTB autêntico. Então, com o tempo eu

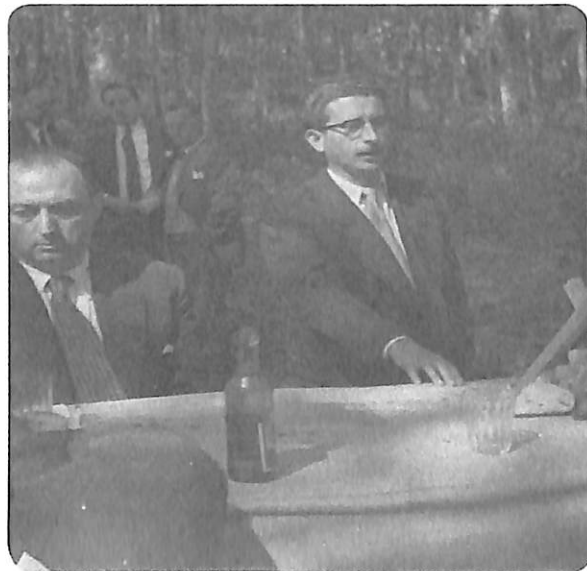


Figura 53 - Raul José de Campos, Presidente da Câmara de Vereadores, discursando na inauguração do aeroporto municipal de Lagoa Vermelha. À esquerda, Adolfo Stella, Prefeito de Lagoa Vermelha. *Acervo pessoal de Raul José de Campos*

pendia, eu era pasqualinista, fui da União Social Brasileira, da USB.

Assinei, não fui, mas participei da União Social Brasileira, a USB, criada pelo Dr. Alberto Pasqualini, que defendia a assistência social, (o) amparo aos trabalhadores e tudo mais. Com a vontade de participar, entrei no PTB, me filiei ao PTB, depois concorri a vereador e passei para o quadro suplementar. Na

época existia o quadro suplementar no Ministério Público.

Projeto Memória: Não entendi bem. O senhor se filiou ao PTB?

Raul José de Campos: PTB.

Projeto Memória: Ao PTB, e não ao PSD?

Raul José de Campos: Não, PTB. Pelo contrário, nós vivíamos em luta permanente. Porque o PSD era o partido dos grandes funcionários, dos grandes fazendeiros, e o PTB, na época, era o partido dos grandes necessitados, dos discriminados, dos excluídos, que eram os operários. Até tem um episódio. Lá pelas tantas eu consegui fundar, dependia de formalidades, assinatura de lista provisória e depois definitiva, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Exploração da Madeira. Foi fundado, foi remetido para lá, veio a carta provisória de fundação, de inscrição. Depois, teria que fazer a inscrição definitiva. Aí não consegui mais assinaturas, o assunto tinha se tornado público. Eu tinha conseguido fazer a lista. Aí, quando foi para organizar a segunda lista, que

era definitiva, para tornar oficial o Sindicato dos Trabalhadores, porque

não havia Sindicato lá, por isso os empregados não tinham apoio, nem os da Justiça do Trabalho, nem os acidentados, não consegui mais assinaturas. Anos depois eu descobri. É que os donos das grandes serriarias que moravam em Lagoa Vermelha ameaçavam: “Se vocês assinarem esta outra lista, vocês vão para rua”.

Ninguém mais quis assinar. Anos depois, com o trabalho de outras pessoas, outros cidadãos, outros militantes, o Sindicato hoje existe. Hoje existem diversos sindicatos em Lagoa Vermelha. Na minha época não existia nenhum. Eu só consegui a instalação provisória, a definitiva, mesmo os que assinaram a primeira, não quiseram assinar a segunda, mas sob a ameaça do empregador. E, com isso, fracassou o movimento na época.

Então, depois, entrei na atividade política, (com) participação, e com o tempo concorri a vereador três vezes e me elegi. Depois, foi na eleição do Dr. Brizola, fui candidato a deputado estadual por indicação do Partido, do próprio Brizola e do Dr. João Caruso, e se esperava que se ganhasse, mas houve uma enxurrada de votos e eu fiquei como suplente. Uma vez me convocaram, eu já era presidente da Câmara lá em Lagoa e atuava independente, mas colaborando com a administração, que era do PL. Mas, para assumir, tinha que deixar a presidência da Câmara, tinha que renunciar. E não podia esperar muito

do governador porque o governador, [apesar de ser] meu amigo, gostava de ser obedecido e mandar. Eu vou falar, crio um caso, ele chama o titular do mandato e me dispensa. Não assumi. Depois, fui eleito prefeito.

Projeto Memória: Era governo do Brizola?

Raul José de Campos: Sim, foi governo do Brizola, com acordo de uma parte do PSD, uma pequena facção do PSD, e com as classes produtoras, comércio e indústria, foram os que me deram apoio. Enfrentando, inclusive, na época, a resistência dos padres capuchinhos, que eram todos contra nós.

Projeto Memória: Isso é uma questão importante que eu gostaria que o senhor falasse, porque havia uma luta forte entre dirigentes.

Raul José de Campos: Entre o PTB e o PSD?

Projeto Memória: Não só. Também em relação à direção de colégio nesse momento. Parece que houve um caso de uma fundação de um colégio lá em Lagoa Vermelha que mobilizou facções diferentes.

Raul José de Campos: Houve muitos problemas lá.

Projeto Memória: Daria para o senhor nos relatar?

Raul José de Campos: O caso de Lagoa

Vermelha foi diferente. É que nós lá, Dr. Clóvis (Ponzi), o delegado e outros, fundamos o Ginásio Estadual, com apoio do governo.

Nós denunciemos a Ordem dos Padres Capuchinhos.

O prefeito era eu, o promotor e o delegado de polícia, que era o Armindo Raimundi, e outro promotor, que nem era do PTB. Mas os capuchinhos fizeram, na época, muita resistência. Nós fizemos denúncia. A denúncia veio para o governador, o governador mandou para o procurador-geral, o procurador-geral mandou para o bispo e o bispo nos sub-

meteu a uma inquirição.

Projeto Memória: O procurador-geral mandou para o bispo?

Raul José de Campos: Mandou. Nós não fomos avisados de nada. De repente, fomos convidados para uma visita na Canônica. A senhora sabe o que é a Canônica? A casa do vigário. Estava lá o bispo. Lá pelas tantas -ele puxou um papel como esse aqui, três, quatro folhas, a grande parte

redigida... Muito cordial, o bispo, hoje é bispo em Uruguaiana, Dom Petró, acho que ainda é bispo. Em poucas palavras, falou: "Existe aqui um

documento que é contra a Ordem dos Padres Capuchinhos", não era contra

Nós denunciemos a Ordem dos Padres Capuchinhos. O prefeito era eu, o promotor e o delegado de polícia, que era o Armindo Raimundi, e outro promotor, que nem era do PTB. Mas os capuchinhos fizeram, na época, muita resistência. Nós fizemos denúncia. A denúncia veio para o governador, o governador mandou para o procurador-geral, o procurador-geral mandou para o bispo e o bispo nos submeteu a uma inquirição.

Era para o procurador opinar. Lamentavelmente, o procurador mandou entregar para o bispo e não nos deu conhecimento. Nós fomos pegos de surpresa.

ele. Ele era o inquisidor ali. “Então, nós queremos saber se os senhores confirmam o que está escrito”... Bom, eu era promotor do quadro suplementar e prefeito, não estava subordinado ao Sr. Bispo (...) Não, é que nós tínhamos representação assinada contra a Ordem. Era para o procurador opinar. Lamentavelmente, o procurador mandou entregar para o bispo e não nos deu conhecimento. Nós fomos pegos de surpresa. Eu olhei: “Bom, tem dois promotores em exercício, um delegado de polícia em exercício”. Eu já estava praticamente independente, além de ser o prefeito. Aqui tem problema, eu sei o que é, eu pedi licença: “O Reverendíssimo dá licença para eu ler?” Eu sabia quase de cor o que tinha – quatro, cinco ou seis acusações de irregularidades praticadas contra nós e contra o governo, desobediência, e tudo mais, Cadeia da Legalidade. Ele me entregou o papel e comecei a ler, volta e meia olhava para os três colegas ali. Aí fui lendo linha por linha. Pensei: “Eu tenho que dar uma saída para eles”. Quando chegou no final: “Ah, Excelência, mas está assinado por mim, é claro que eu confirmo, pois eu assinei isso aí, claro que eu confirmo. Está confirmado”. E passou para os outros: “Nós também confirmamos”. Todos confirmaram. Aí começou o debate. Mas foi tudo numa boa, cordialmente. Terminou depois do terceiro dia, o entendimento. Colocamos as coisas todas no seu lugar e o Sr. Bispo aceitou as explicações e encerrou o debate.

Projeto Memória: Na realidade, o convite para os senhores era uma forma de intimidar.

Raul José de Campos: Ele tentou nos intimidar: “Os senhores confirmam ou tiram isso aqui? Se não retirarem, nós temos que tomar as nossas providências”. Com o negócio das providências, ele começou a falar, mas estava só ele do lado de lá da mesa, como a senhora está aqui, e nós quatro, os convidados, do lado de cá, e o prefeito era eu. Aí ele começou. Eu expliquei a reclamação: “Mas, Excelência, eu sou católico, apostólico, romano. Eu fui interno do Colégio Rosário, continuo com a mesma orientação religiosa e tem uma coisa – na minha presença ninguém ataca um padre sem razão que eu não o defenda. Agora eu não sei, porque assumi a prefeitura, estou procurando pagar os créditos que eles tinham, procurando endireitar tudo, e os padres capuchinhos são contra mim aqui, a começar, parece que o vigário estava ali, que ele era o superior, a começar pelo Padre Humberto, que é meu padrinho, meu amigo, me casou”. “Não, mas o senhor não pode dizer.” “Posso sim”. Acusei um: “Esse padre Fulano de Tal fez isso e isso em Ibiraiaras, no Dia de Finados trepou num túmulo, trabalhou contra nós na campanha, disse que nós íamos cortar a ‘barba dos padres capuchinhos’, e tinha um colégio lá, mas não é esse que o Promotor falou, um colégio lá que... ‘essas vagabundas que tem no colégio lá’”. Nós criamos o colégio do Estado, público (...). E os padres perderam os alunos da escola particular deles, das irmãs. “De modo que é interessante porque essas professoras que ele chamou de vagabundas eram filhas dos benfeitores das igrejas dali e nós

nunca fizemos essa ameaça.” O bispo virou-se para o vigário, que era o superior: “Chama o padre aí”, padre Elói, parece que era. Veio o padre de lá. Eu não vou contar toda a história dos padres. De repente nós estávamos com dez padres do outro lado, acusava um, vinha, chamava o padre... Os padres estavam na casa, aguardando chamada, mas não negavam nada do que eu acusava, só desviavam. Então esse disse: “Não, mas eu não trepei em sepultura de ninguém”. Com relação às moças, ele não falou.

Mas, para ver como que era, eu estava no cinema, isso eu contei para o bispo, eu estava no cinema com a mulher, de repente botaram um aviso, naquele tempo botavam na tela do cinema: “Preciso falar com urgência com o Prefeito Raul Campos”. Fui lá na frente. “O que é que houve?” “Mas a mulher do serrador, da serraria de Fulano”, que era em Lagoa Vermelha, “foi esfaqueada pelo marido”, não sei por que, “está lá na frente do hospital e o padre não quer deixar ela entrar para ser medicada” – esse padre é vivo ainda – “porque não sabia quem é que ia pagar, e o patrão dela morava lá em Ibiraiaras”. Não tinha telefone, de noite. E agora o inspetor de polícia já queria surrar o padre, esse era meu funcionário, fazia o relatório, quis surrar o padre, eu não deixei. “Não tem problema, Edeval”, (...) “se o madeireiro não pagar, a prefeitura paga, se a prefeitura não pagar, eu pago”. Então contei isso para o bispo. “O senhor veja, Excelência, a mulher estava se esvaindo em sangue, quase dá um atrito da polícia com o padre, este

não queria abrir a porta do hospital, não recolheu a mulher que estava se esvaindo em sangue porque não sabia quem é que ia pagar o tratamento. Será, Excelência, que só a prefeitura tem que fazer caridade, ninguém mais tem que fazer caridade aqui?” O bispo virou-se para o lado do padre, não me lembro o nome dele: “Não, não, prefeito, todos têm a obrigação de fazer caridade, especialmente o sacerdote”. E por aí foi. Mas terminou tudo bem.

Projeto Memória: Então, por trás desses conflitos, era jogo de interesses econômicos, financeiros, perda de alunos nas escolas, atendimento em hospital. Então, o conflito com os capuchinhos é porque eles tinham vantagens econômicas?

Raul José de Campos: Não! Motivos políticos. Era geral no Estado. É que eles eram contra o Pasqualini. Isso vem da oposição. Na eleição de Getúlio e Plínio Salgado saiu um manifesto da USB, União Social Brasileira, no *Correio do Povo*, e depois saíram manifestos do PSD. Nós não tínhamos lá em Lagoa Vermelha telefone, nem luz, nem gráfica, não tínhamos nada. Eu já estava [como] secretário geral do PTB. E eles, na antevéspera da eleição, distribuíram por todo o município um boletim apócrifo, apócrifo não, porque era assinado, do bispo de Vacaria, onde depois nós vimos, quando chegou o *Correio do Povo* lá, que fora adulterado o manifesto. Esse manifesto do PSD dizia que “Agora parece que o PTB está alinhado com o comunismo” e tal. Eu tive que ir a Tapejara no outro dia, na minha condução, mandar

fazer um boletim, porque estava assinado pelo bispo, só que nós não conhecíamos (...) ainda bem o caso, senão eu teria extrapolado mais ainda a resposta. E também mandamos arrumar condução e distribuir pelo município, de mão em mão. Só que ali onde dizia “parece”, o senhor bispo tirou o “parece” e botou: “agora o PTB está aliado ao Partido Comunista”. Só que o Partido Comunista votou no Meneghetti, não em nós. Eles não estavam alinhados conosco. Pelo contrário, como todo comunista, estavam jogando para cá e para lá.

Projeto Memória: Mas, levantando uma insinuação, uma afirmação desse tipo terminava condicionando.

Raul José de Campos: O PSD fez, levantou essa informação, suposição, o manifesto. Onde dizia: “Agora parece que o PTB se uniu com o PCB”, ou vice-versa, tirou esse “parece” e publicou: “Agora o PTB está sendo apoiado pelo Partido Comunista Brasileiro”. Era para nos prejudicar. Mas o Meneghetti ganhou a eleição com menos de 20 mil votos e o comunistas deram 22 mil e poucos votos para ele.

São histórias da política antiga. Então esse é o problema. Depois nós restabelecemos relações, depois do debate animado, que fizemos, houve um compromisso de acordo. Isso faz 40 anos. Ficou estabelecido assim: se houvesse problema com os capuchinhos, o vigário de Lagoa Vermelha resolveria. Uma vez houve. Em seguida, veio um candidato do PL: “Agora estourou em mim?”. “Como assim estourou em mim?”. “Agora o padre de São José do Ouro anda dizendo que eu sou comunista.” Aí, fui falar com o vigário: “Olha,

Vigário, aconteceu isso. O que é que eu faço? Estou lhe dando conhecimento oficial”, eu era o prefeito. “Se não forem tomadas providências, eu vou procurar o bispo em Vacaria”. “Não, filho, pode deixar.” E fez parar. Então foi proveitoso. E a paz foi feita e o compromisso de silêncio foi respeitado, nunca mais se tratou disso e esse episódio terminou. Mas era muito conturbado.

Projeto Memória: No período, então, que o senhor estava como prefeito, não estava exercendo atividade no Ministério Público como promotor?

Raul José de Campos: Não, na época existia o que se chamava quadro suplementar, porque havia promotores que advogavam e promotores (que) exerciam atividade política, inclusive o Dr. Sérgio da Costa Franco, de Erechim, concorreu a deputado ou vereador. E o Promotor Dr. Octavio Omar Cardoso, então de Rio Pardo, que foi deputado estadual, pelo PL.

Então podiam, desde que entrassem na política e assumissem cargo político eletivo tinham que passar para o quadro suplementar. Nos primeiros tempos ainda [era possível] optar pelo vencimento, depois foi cortada a opção, depois foi extinto o quadro suplementar, depois foi proibida a política, depois proibida a advocacia. Até hoje, está anotado aqui, ainda estou inscrito na Ordem dos Advogados.

Projeto Memória: Durante seu mandato em Lagoa Vermelha ocorreu o episódio da Legalidade. Qual foi a repercussão na região?

Raul José de Campos: Esse episódio militar, como se sabe, ocorreu em

1961, por reação do Governador Brizola contra a Junta Militar que pretendia impedir a posse do Vice-Presidente João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros.

Os municípios gaúchos se mobilizaram, inclusive Lagoa Vermelha, e estes dois fatos ocorreram dignos de registro: primeiro, a posição corajosa de Brizola levantando a Cadeia da Legalidade pela defesa da Constituição e pela posse do vice-presidente eleito mobilizou os municípios no Rio Grande e também no resto do país. Agora estão se passando 40 anos desse evento e dos trepidantes acontecimentos (na) capital gaúcha e no Brasil, envolvendo civis e militares. O povo e as autoridades se ergueram em defesa da Constituição, e isso a imprensa agora recorda e festeja, após 40 anos. Nós,

em Lagoa Vermelha, constituímos o Comando da Resistência Democrática, sendo escolhido seu presidente o Prefeito-Promotor Raul José de Campos, com a participação de profissionais, estudantes, autoridades, populares, homens, mulheres, etc.

Segundo, dentre outras atividades, o Comando determinou a interdição do aeroporto municipal para impedir a "Operação Mosquito", pretendida pelo Poder Central, destinada a trazer o General Cordeiro de Farias para comandar a invasão do Rio Grande do Sul por terra. A "Operação Mosquito", como as fotografias revelam, não se realizou e o General Cordeiro de Farias não veio. O Comando da Resistência Democrática de Lagoa Vermelha, (o) prefeito-promotor, (os) militares da

316



Figura 54 - Na madrugada de 27.08.1961, na estação de rádio da delegacia de polícia (a partir da esquerda), o funcionário Guilherme Lenzi, o Promotor Clóvis Ponzi, o Delegado Armindo Raimundi, o Prefeito Raul José de Campos, o Subtenente do Destacamento da Brigada Militar Lucindo César e o Promotor Octavio Omar Cardoso ouvem a conclamação do Governador Leonel Brizola. Foto (inédita) de Jacques Mongaut, cedida gentilmente pelo Procurador de Justiça Raul José de Campos. Acervo pessoal de Raul José de Campos.



Figura 55 - O Comando da Resistência reunido no Gabinete do Prefeito Municipal. Líderes e dirigentes partidários (ao centro – o Prefeito Raul José de Campos). Lagoa Vermelha, 1961. Foto (inédita) de Jacques Mongaut, cedida gentilmente pelo Procurador de Justiça Raul José de Campos. *Acervo pessoal de Raul José de Campos*

317



Figura 56 - Grupo da Guarda do aeroporto de Lagoa Vermelha: civis e brigadianos. Foto (inédita) de Jacques Mongaut, cedida gentilmente pelo Procurador de Justiça Raul José de Campos. *Acervo pessoal de Raul José de Campos*



Figura 57 - Acantonamento na zona do aeroporto de Lagoa Vermelha. Foto (inédita) de Jacques Mongaut, cedida gentilmente pelo Procurador de Justiça Raul José de Campos. *Acervo pessoal de Raul José de Campos*

318

Brigada Militar, (os) funcionários municipais, populares em geral ocuparam o aeroporto municipal para impedir o desembarque de Cordeiro de Farias, que terminou não ocorrendo.

Projeto Memória: Como é que foi o momento da eclosão do movimento militar? Como é que chegou a notícia em Lagoa Vermelha? Como é que o senhor se colocou nesse contexto até ser preso? Poderia nos relatar essa ambientação?

Raul José de Campos: A história é comprida.

Projeto Memória: É comprida, mas nós não temos pressa. Nós queremos ouvi-lo.

Raul José de Campos: Não houve problema lá em Lagoa Vermelha. O problema que houve foi que, vitoriosa a Revolução de primeiro de abril, até vou contar porque eu estou insistindo em primeiro de abril. Há questão de uns cinco anos, a Rádio Cacique me telefonou, (eu) estava no

escritório, depois que eu reassumi a promotoria, fugia das atividades político-partidárias. Ele me telefonou: “Ah, Dr. Raul”, era 30 ou 31 de março, “Dr. Raul, hoje é 30 de março (ou 31 de março)” – [ainda comemoravam] a Revolução –, “eu queria ver se o senhor passou trabalho aqui”. Sua pergunta me fez lembrar: “podia dizer alguma coisa para comemorar, não, não é comemoração, só para lembrar (a) passagem da data”. Eu digo: “Sim, eu não sei o que tem para comemorar”. Mas ele passou a palavra. “Olha, Ademar, tudo bem, só eu acho o seguinte – em primeiro lugar, não tem o que comemorar; em segundo lugar, a Revolução não é de 31 de março, a Revolução se tornou vitoriosa depois da atitude dos oficiais, dos generais, comandantes de região lá de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, foi no dia primeiro de abril, não sei, nada a ver de ligação de uma coisa com a

outra. Então não tem o que comemorar. Agora, passar trabalho aqui, sacrifício, não, não passei". Para Vacaria, eles mandaram 20, 30 ou 40 companheiros presos, depois eu vou lhe dizer como, pois em Vacaria era sede de batalhão. Mas nós aqui não sofremos violência, pelo contrário, nós fomos muito bem atendidos pela

Justiça Militar, muito bem tratados. Aqui em Lagoa Vermelha não houve problema, em outro lugar pode ter havido. E tem mais outro problema, o Exército Nacional é formado de corpos de elite, tem oficiais-generais de alto gabarito, gente de primeira linha, o que não impede que existam os golpistas. Nós sabemos desde 1945, ou desde o fim da República, que volta e meia surgem esses movimentos, não se sabe de onde. E esse aí foi um deles. Agora os oficiais nos deram todo atendimento, eu sou Oficial da Reserva do Exército, também não botei ali, sou Oficial da Reserva do Exército, Segundo Tenente da Reserva do Exército. Tem gente do mais alto gabarito e não houve violência, não houve arbitrariedades. Então, não temos o que comemorar, aqui em Lagoa Vermelha, não houve esse tipo de violência. Depois de vitoriosa a Revolução, passados uns 15 dias, o Governo do Estado nomeou um Oficial da Brigada, já reformado, já falecido, para comandar a região norte do Estado, oriundo de Chape-

(...) eles iam num município, chamavam as direções partidárias prejudicadas e perguntavam: "Quais são os comunistas que nós temos que prender?" Então, eles davam os nomes: "Ah, o Dr. Raul, o Dr. Clóvis Ponzi". Então eles vinham e prendiam, prendiam sem qualquer cerimônia.

có, onde eu já conhecia. Pensei: "vai sobrar para nós aqui". Então eles começaram a prender gente, partindo do seguinte. Eles primeiro passaram em Vacaria. Porque eles iam num município, chamavam as direções partidárias prejudicadas e perguntavam: "Quais são os comunistas que nós temos que prender?" Então,

eles davam os nomes: "Ah, o Dr. Raul, o Dr. Clóvis Ponzi". Então eles vinham e prendiam, prendiam sem qualquer cerimônia. Em Vacaria eles encontraram o Dr.

Nicanor da Luz, que era um grande advogado, foi político (do) PSD, foi Secretário da Fazenda do Governador Meneghetti, e ele, Dr. Nicanor, era o chefe político de Vacaria, Esmeralda, Bom Jesus, aquela região do nordeste. Perguntaram para ele: "Quais são os comunistas que nós temos que prender aqui?" Disse o Dr. Nicanor: "Mas aqui não tem comunista, aqui em Vacaria não tem comunista para prender". Isso que lá era sede do Batalhão. Mas, lá em Lagoa Vermelha, alguns, alguns... não sei o termo que eu vou usar... (alguns) delatores, dedos-duros, acusaram gratuitamente um cidadão, por exemplo, que foi na sala do IPM, deu um depoimento de três páginas contra todos nós, alguns miseráveis, gente que nem era militante, e depois assinou. E teve um outro que era fazendeiro, a mesma coisa, acusador e serviçal do capitão

delegado especial na época.

Projeto Memória: Fazendeiro lá de Lagoa Vermelha?

Raul José de Campos: Fazendeiro de Lagoa, delator, no termo da gíria, se grudou no delegado, delatando e mandando nome para prender, aqui e acolá. Tudo bem. Então, depois do cidadão delator, o IPM prosseguiu. Nós entramos com a defesa. Nossos advogados, nós tínhamos advogados que não eram do PTB e nem comunistas. Era o Dr. Nicanor Krammer da Luz, de Vacaria, do PSD, e o Dr. Angelito Aiquel, advogado dos mais brilhantes, do Partido Libertador,

eram os advogados voluntários que se prontificaram na defesa. E um advogado de Lagoa Vermelha, também do Partido Libertador, o Dr. Cezar Muliterno. Então, nós arrolamos essa gente toda. E esse cidadão que

acusava, me lembrei que ele morreu, ele foi ouvido em juízo, mas ele não esperava ser ouvido, porque nós o arrolamos como testemunha, e o outro, o fazendeiro, desapareceu, se escondeu em Canoas. O primeiro foi ouvido em Lagoa Vermelha perante toda a sociedade. Aí o juiz mandou ler o depoimento do Sr. Orlando Comiran. Depois perguntou: "O senhor confirma?" "Não, eu não confirmo." Então o juiz, positivo, perguntou: "Essa assinatura não é sua?" "Ah, é." "Como é que o senhor não confirma o que o senhor assinou?"

(...) não constataram nada. Eles prenderam e não consta uma prisão no IPM. Só em Lagoa prenderam 30 e poucos, em Machadinho mais uns 15, em São José do Ouro mais 12, mas não consta prisão de ninguém.

Conhecimento da prisão é de quem sofreu a prisão.

"Ah, não, mas isso eu posso explicar para o senhor." Ele era comerciante, rico. "O capitão sabia", o capitão era o chefe do IPM, presidente do IPM, "o capitão sabia que eu era muito ocupado e que sempre tinha muita gente lá na loja. Então, depois que eu terminei o depoimento, ele disse: 'Pode cuidar do teu negócio, depois eu mando um sargento colher a assinatura'. Aí o sargento veio lá, eu estava ocupado, me apresentou o papel e eu assinei, mas eu não disse nada disso que está aí", acusação nominal para cada um dos acusados que tal sargento não

conhecia, nem eles se conheciam. Essa é a história preliminar, antes do IPM prosperar. Por isso que eu disse que a história é longa. Depois disso nós fomos denunciados. O IPM concluiu assim, no relatório de dois capitães e um tenente, que era

o secretário: "Na área de jurisdição de Lagoa Vermelha, que é o que nos interessa, não houve nada. O IPM constatou que não houve atividade subversiva, que não houve subordinação da direção do partido local com a direção em Porto Alegre onde estava o Governo do Estado. Terceiro, não houve distribuição de armamento nem prática subversiva". Veio o IPM, e em conclusão: pensei com os meus botões, com uma conclusão dessa o Ministério Público Militar vai ver que não tem justa causa para

processo. Pois eles não constatarem nada. Eles prenderam e não consta uma prisão no IPM. Só em Lagoa prenderam 30 e poucos, em Machadinho mais uns 15, em São José do Ouro mais 12, mas não consta prisão de ninguém.

Projeto Memória: Ficou só no conhecimento oral disso, porque por escrito não houve mandado, ou registro de prisão?

Raul José de Campos: De prisão não. Conhecimento da prisão é de quem sofreu a prisão.

Projeto Memória: Claro, claro, só pelo depoimento daqueles que vivenciaram os fatos.

Raul José de Campos: Mas

aí o Dr. Angelito e o Dr. Nicanor se prontificaram para defender os acusados. Primeiro,

(o) Dr. Nicanor e o doutor, esse Muliterno de Lagoa, faziam a base, eram a tropa de base. (O) Dr. Nicanor defendia lá em Santa Maria, na auditoria de guerra, e o Dr. Angelito fazia a orientação técnica. Eram 19 acusados, eu era o cabeça de chapa, não sei por quê. Tinha até Deputado Federal nesses 19, tinha dois ou três advogados, tinha (o) Dr. Clóvis Ponzi.

Dr. Nicanor defendia lá em Santa Maria, na auditoria de guerra, e o Dr. Angelito fazia a orientação técnica. Eram 19 acusados, eu era o cabeça de chapa, não sei por quê. Tinha até Deputado Federal nesses 19, tinha dois ou três advogados, tinha (o) Dr. Clóvis Ponzi. Então correu o processo. Nem se falava em prisão, não podíamos falar em prisão, não constava prisão nenhuma lá. Então o que vai acontecer?

Ele denunciou os 19 indiciados pelos oficiais e mais quatro ou cinco testemunhas. Queria mostrar serviço. Denunciou todos pelo mesmo crime – prática de ato subversivo da Lei de Segurança Nacional n.º 1802. Aí, foi correndo o tempo, o IPM foi andando.

Então correu o processo. Nem se falava em prisão, não podíamos falar em prisão, não constava prisão nenhuma lá. Então o que vai acontecer? O promotor vai pegar isso aí, vai olhar que não tem crime, não tem justa causa e vai pedir arquivamento. Sabe o que aconteceu? Ele denunciou os 19 indiciados pelos oficiais e mais quatro ou cinco testemunhas. Queria mostrar serviço.

Denunciou todos pelo mesmo crime – prática de ato subversivo da Lei de Segurança Nacional n.º 1802. Aí, foi correndo o tempo, o IPM foi andando. Cada réu tinha direito a oito testemunhas, testemunhas pelo Brasil inteiro,

parece que até no estrangeiro. Lá pelas tantas, morreu um dos indiciados, era italiano, não era político, filho de comerciante, morreu em acidente de trânsito. Então a mãe dele falou com o Dr. Angelito. O Angelito: “Não, vamos pedir um *habeas corpus* para ele”. E pediu um *habeas corpus*. O Superior Tribunal Militar concedeu *habeas corpus* para o morto, que a mãe pediu. Sim, mas porque o risco era o que aconteceu

para nós depois, no final, é bem rápido. O Angelito: “Não dá para pedir *habeas corpus* porque se eles se negam fica pior para vocês”. Aí para o morto eles concederam porque na denúncia não havia justa causa para processar ninguém. A conclusão da decisão era essa. Aí o Angelito, velho advogado, diz:

322

“Agora vamos tirar o deputado federal”, que estava sendo processado, sem licença da Câmara, o que a Constituição garantia na época. Então, pediram a extensão daquele *habeas corpus*, por falta de justa causa, porque ele estava denunciado juntamente com o que tinha morrido. Pediu extensão do mesmo *habeas corpus*. Dali a quatro, cinco meses,

concederam a extensão e tiraram o Deputado Henrique Henkin do rol dos denunciados. Porque, primeiro, o promotor tirou as testemunhas que denunciara, tinha se enganado, eram só 19 réus, não eram 24. Ele queria botar mais réus na cadeia. Concedido para o Henkin, o Dr. Angelito aconselhou: “Agora vamos pedir para todos”, inclusive para mim. Pediu para os demais 17, porque dois já tinham saído, um morrido e (o) outro com *habeas corpus*. Isso foi em meados de 1968. Ele apenas pediu a extensão do *habeas corpus* concedido para o Sr. Fulano e (o) Deputado Henkin para os demais réus

porque a conclusão do IPM dizia que eles não praticaram infração, crime, subversão nenhuma. Então veio o AI-5, em novembro de 1968. Quando chegou em dezembro, eles julgaram – não podem conceder a extensão para os demais réus porque “esses subversivos moram em Porto Alegre”, esse era o fundamento, “que

Então veio o AI-5, em novembro de 1968. Quando chegou em dezembro, eles julgaram – não podem conceder a extensão para os demais réus porque “esses subversivos moram em Porto Alegre”, esse era o fundamento, “que é muito perto da praia de Maldonado, onde está exilado o chefe político, Dr. Leonel Brizola”, e negaram a extensão. E nós continuamos com o processo até prescrever.

é muito perto da praia de Maldonado, onde está exilado o chefe político, Dr. Leonel Brizola”, e negaram a extensão. E nós continuamos com o processo até prescrever. Essa é a história, eu tinha anotado, eu ia contar porque isso é importantíssimo. “Esse coitado faleceu, vamos pedir para ele. Se eles negarem, não vai sofrer efeito nenhum”.

Para os demais eles negaram, e nós seguimos no processo. Então ele foi para lá. O promotor não estava na audiência, estava só o Conselho Militar. O processo já se encontrava prescrito, e o Angelito requereu a prescrição, mas era dia de nos qualificar no IPM. É diferente do processo civil, o processo militar. Ele é ouvido, se identifica, e depois, no final, ele é qualificado como acusado. Eles fizeram questão de nos qualificar. Depois o escrivão disse: “Olha, o promotor vai voltar e ele vai concordar com o arquivamento”. **Projeto Memória:** Ainda esse assunto, deixa eu lhe fazer duas

perguntas. Uma em relação a como é que foi o ato, o momento dessa prisão do senhor e dos outros; e a segunda é sobre como é que foi esse período, todo o processo arrastado... Raul José de Campos: Quatro anos. Eu, sem dinheiro, tinha que auxiliar os que também não tinham dinheiro. É muito simples. Quando foi nomeado, esse coronel da Brigada, reformado, mal-afamado lá por Chapecó, oeste de Santa Catarina, assumiu a chefia em Erechim, onde fez as maiores (barbaridades) do mundo. Então, eu disse para minha mulher, eu tinha uns amigos em Farroupilha: "Agora, eu vou ser preso, possivelmente eu vou ser preso. Então vamos dar um passeio aí nesta semana, vamos lá a Farroupilha", (e) ela arrumou a minha malinha. E nós fomos para Farroupilha, fomos na casa dos amigos Slomp, que era em São Miguel, Farroupilha. Voltamos, ficamos lá uma semana. A senhora perguntou como é que entraram em Lagoa Vermelha. Não havia problema em Lagoa Vermelha. Esse coronel da Brigada mandou um convite para mim, mandou um grupo de combate lá, avisar o deputado, advogado Elói Lenzi, prefeito de São José do Ouro, e a mim, que o coronel, Dr. Cersi

A gente não sabe quanto tempo vai durar esse processo e essa Revolução. Nesses cidadãos que a gente sabe que não são de confiança, não dá para confiar. Eu não posso fazer nada, não tenho dinheiro, não posso nem viajar"

Cheguei em Vacaria era meia-noite, depois chegou o Dr. Clóvis Ponzi na mesma situação e ficamos presos. Começou o IPM. Nós ficamos em alojamento de oficiais, tratamento de primeira linha.

Andreani, queria que nós fôssemos vê-lo. Ele estava prendendo, recolhia os presos de caminhão. Em Machadinho, entrou na igreja, prendeu colonos, chamava pelo nome, botava no caminhão. Botava 40, 50 numa cela, eles tinham que dormir em pé. Então, depois que ele falou, estava o aspirante da Brigada e o delegado

especial, um capitão. Digo: "Olha, Capitão, tem um problema". Eu estava dentro da delegacia, tudo aberto, não estava preso, conversando com eles. Digo: "Eu recebi um convite, vim aqui, não sabia para que era. Agora, para isso, é o seguinte – eu sou um Oficial do Exército, sou Segundo Tenente da Reserva do Exército Nacional, e sou submetido ao comandante do Batalhão de Vacaria, e tem um aí fora para ver o que vai acontecer. Se acontecer alguma coisa ele vai telefonar para Vacaria". "O Coronel Gonçalves Cunha de Carvalho tem alojamentos especiais para advogados, prefeitos, é só para conversar", informou o delegado. "Mas eu não aleguei que sou prefeito, nem advogado, nem promotor. Eu aleguei que sou Oficial do Exército e estou submetido à jurisdição de Vacaria." E com isso aí eu terminei. Os outros dois que foram convidados pelo capitão foram dar um passeio em Erechim. O Sr.

Cersi Andreani, ex-prefeito de São José, e o Dr. Elói Lenzi, que era advogado em Lagoa Vermelha e São José do Ouro, foram fazer não sei o quê; e foram presos. Digo: “Eu não vou. A gente não sabe o que vai acontecer. Eu não tenho recursos, se o assunto é obter recursos. A gente não sabe quanto tempo vai durar esse processo e essa Revolução. Nesses cidadãos que a gente sabe que não são de confiança, não dá para confiar. Eu não posso fazer nada, não tenho dinheiro, não posso nem viajar”. Eles diziam: “Não, vamos passear lá”. Eles foram, eu não fui, o assunto morreu lá. Eu disse para a minha mulher: “Pode desmanchar as malas, porque o Gonçalves não vai me buscar mais”. Não levou dois ou três dias, chegou a tropa de combate do Exército Nacional, se instalou, receberam as informações da delegacia que estavam na mão desse capitão e começaram a investigar de novo. Aí surgiram as prisões, vai lá, prende o Fulano, prende o Beltrano. A mim, eles não prenderam, eles me convidaram. Sabe como foi a prisão? Isso até é ridículo. Eu estava no cinema e não sei se minha mulher estava em casa, eu acho que estava no cinema. Saiu lá: “Querem falar com o Dr. Raul”. Fui lá. Era um sargento do Exército, trouxe um recado, era coisa séria. “Olha, eu trouxe um recado do Capitão Pinho. Ele quer falar com o senhor. É para o senhor dar um pulo lá”. “Está tudo bem.” O capitão me

Chocou a cidade toda. O próprio Dr. Ponzi era muito estimado.

E o promotor, o Dr. Clóvis era promotor em exercício, a mesma coisa, estimado pela população, também trabalhava pelos operários, trabalhava pelos necessitados (...)

diz: “O senhor tem que ir para Vacaria. O senhor é Oficial do Exército, vai para o quartel do Exército em Vacaria”. “Tudo bem.” Aí fui lá em casa e avisei: “Arruma a mala de novo”. (risos) “Por quê?”

“Eu vou para Vacaria.” Aí fui para Vacaria naquela noite. Cheguei em Vacaria era meia-noite, depois chegou o Dr. Clóvis Ponzi na mesma situação e ficamos presos. Começou o IPM. Nós ficamos em alojamento de oficiais, tratamento de primeira linha.

Projeto Memória: Isso também devia ser uma coisa forte, não é? O senhor uma autoridade importante...

Raul José de Campos: Mas eu não era mais prefeito.

Projeto Memória: É, mas tinha sido prefeito, tinha sido vereador, tinha sido promotor, quer dizer, era um nome...

Raul José de Campos: Advogado.

Projeto Memória: Advogado.

Raul José de Campos: Chocou a cidade toda. O próprio Dr. Ponzi era muito estimado.

Projeto Memória: Dr. Raul, aí que está a importância deste registro da memória oral também, porque uma personalidade de prestígio, reconhecida, importante na cidade, de repente é levada presa.

Raul José de Campos: E ninguém sabe por quê.

Projeto Memória: ...ninguém sabe por quê. Veja como é importante o senhor nos relatar ...

Raul José de Campos: E o promotor, o Dr. Clóvis era promotor em exercício, a mesma coisa, estimado pela população, também trabalhava pelos operários, trabalhava pelos necessitados, a senhora dele hoje é advogada, não era na época, também tinha a mesma orientação, a minha também tinha a mesma orientação. Então nós auxiliávamos todo mundo. Já se vão quase 40 anos. Todo mundo sentiu. “O senhor foi preso por quê?”

“Não sei, o processo diz que eu não fiz nada.” E não adiantava, inclusive tinha anotado aqui, porque naquela época todas as garantias foram suspensas.

Projeto Memória: Como é que o senhor sentia isso no momento, porque era uma situação toda nova, que ainda estava se fazendo, não tinha os desdobramentos.

Raul José de Campos: Tranquilo, (na) mais absoluta tranquilidade. Porque aí estava um oficial do dia que nos recebeu. Porque ele chegou em Vacaria, não sabia que ele estava lá. Eu sabia que estava preso, eu estava esperando há um mês e meio, desde o dia primeiro de abril, quando foi nomeado o Coronel Gonçalves para Erechim. Então, fui para lá. O oficial do dia se apresentou: “Doutor, o senhor desculpe”, meia-noite, “nós não sabíamos que o senhor vinha para cá”. “Aqui é quarto de oficial em trânsito, o senhor vai ficar alojado aí, não repare porque o almoxarifado já está fechado, fecha às 7 horas e não podemos recolher os trastes de cama”, como chamam no Exército. Diz: “O

senhor não repare, amanhã de manhã nós providenciamos tudo”. Olhei. Para mim estava muito bom, uma cama limpa com um travesseiro sem fronha e um colchãozinho, porque Vacaria é frio, e um cobertor, ali, para dormir. Dormi como um anjo.

De manhã, abriram a porta, veio o comandante do Batalhão, Coronel Vinícios Notári, um grande cidadão, distintíssimo, era o comandante; ele e o oficial do dia, o que tinha me

recebido, mais a ordenança do comandante. Aí ele falou: “Doutor, vim lhe cumprimentar, sei que o senhor é de Lagoa Vermelha, vim ver como o senhor foi recebido”. “Não, está tudo bem.” Aí pegou, levantou o cobertor, viu o travesseiro sem fronha, e não tinha lençol, e virou-se para o tenente, oficial do dia: “Tenente, o que é isso aí?”. “Coronel, dá licença, o tenente já me explicou quando eu cheguei, está tudo bem.” “Um momentinho, faz favor.” Disse para o tenente: “O doutor aqui não está bem”. O tenente saiu que não enxerguei nem as botinas dele. Dali a pouco estava arrumada a cama. Isso para ver o tratamento que nós tínhamos. Refeições eram servidas no rancho dos oficiais porque eram dois quartos de oficiais, eu aqui e o Dr. Clóvis na frente. Então não houve problema maior.

Projeto Memória: O senhor ficou quanto tempo lá em Vacaria nessa prisão?

Raul José de Campos: Para falar a verdade, 15 dias.

Projeto Memória: 15 dias, mas foi bastante!

Raul José de Campos: Incomunicável. Porque embaixo do alojamento havia sentinela permanente.

Projeto Memória: Então não era tão bom assim o tratamento, quer dizer, 15 dias, incomunicável, sem saber notícias.

Raul José de Campos: Bom, não se pode confessar tudo o que se fez. Porque se falava, porque os soldados todos me conheciam, eram filhos de amigos de Lagoa Vermelha, como o Dr. Clóvis. Então, eles nos davam informações, nos traziam jornal, se ofereciam para fazer isso e fazer aquilo. O único problema foi a violência contra a liberdade de ir e vir, contra a liberdade em si que abrange tudo. Fora daí, fomos bem tratados.

Projeto Memória: E nestes 15 dias

recebiam visitas de pessoas amigas?
Raul José de Campos: Os familiares podiam vir visitar.

Projeto Memória: Sim, mas os motivos pelos quais o senhor estava lá não eram explicados? Não fazer inquérito, discutir, explicar, nada?

Raul José de Campos: Não. Passados uns 10 dias, ou 12, o presidente do IPM indagou: “Hoje à noite, o senhor dorme cedo?” “Não, não durmo cedo.” “É que nós temos que conversar com o senhor porque amanhã temos que fazer o depoimento.” O depoimento foi tomado, mas não constou que eu

estava preso. Então, no depoimento, o oficial volta e meia puxava uma gaveta e lia. Lá pelas tantas eu vi nela: libelo. “Mas, Capitão, eu estou sendo acusado de quê?” “Não, o senhor não é acusado de nada, o senhor é nosso hóspede.” “Mas eu vi aí que é libelo.” O libelo a gente faz para acusar o réu. Aí é formulado o libelo quando o juiz reconhece que ele tem que ir a júri. Mas não houve violência contra nós, foi o que eu disse na Rádio perante Lagoa Vermelha, São José do Ouro, Vacaria,

e tudo. Só a restrição da liberdade. Mas na época, para nós, era motivo de repulsa dos demais cidadãos que achavam que nós éramos leprosos. Passados os anos, a Revolução deu no que deu: em nada. Tanta coisa aconteceu em prejuízo do País,

agora está aparecendo – a transamazônica, a transcontinental, estrada de ferro, aquelas coisas que eles inventaram, não deu em nada. Agora, então, a partir daquele momento, aqueles cidadãos não foram presos porque não eram comunistas, entre aspas, e não foram denunciados. Eram do PTB, ou tinham sido da prefeitura porque, modéstia à parte, é só perguntar na região, eu endireitei o município. Peguei o município quebrado, falido, desacreditado, e endireitei. Então, esse foi o meu crime, endireitar o município. Eu abandonei o Ro-

O depoimento foi tomado, mas não constou que eu estava preso. Então, no depoimento, o oficial volta e meia puxava uma gaveta e lia. Lá pelas tantas eu vi nela: libelo. “Mas, Capitão, eu estou sendo acusado de quê?” “Não, o senhor não é acusado de nada, o senhor é nosso hóspede.” “Mas eu vi aí que é libelo.” O libelo a gente faz para acusar o réu.

tary Club por causa de um outro amigo que deixou o Rotary, porque ele queria fazer um protesto e eu não deixei. Mas é contra a filosofia do Rotary. "Não, mas você foi preso, o Cersi (também rotariano) foi preso", aquele que foi ver o Gonçalves, "ninguém fez nenhuma manifestação pelas prisões ocorridas." Digo: "Nem precisava". "Mas eu vou fazer." "Você não vai fazer porque é contra o sistema do Rotary."

"Então eu vou sair do Rotary." "Mas, por que motivo?" "Porque eu não posso ficar", e pediu demissão. Aí, passado um tempo, eu também deixei o Rotary, porque as companheiras não atenderam a minha companheira e os companheiros tiveram coragem... Quando eles vieram pedir que eu retirasse o pedido de demissão, tinha um veterinário que disse: "Olha, doutor, eu vi que o senhor craniou bem esse ofício, mas não insista, retire" por isso, por aquilo. "Olha, o que eu posso fazer? Eu não tive companheiros", "me perdoem os que estão presentes, mas a Mesa Diretora não tomou nenhuma providência, nenhuma manifestação a nosso favor. Não adiantava nada porque eles não respeitavam nem juiz, nem promotor, nem advogado, mas os rotarianos de Vacaria, que não pertenciam ao nosso Clube, me visitaram lá na cadeia por duas vezes, e uma vez o Dr. Nicanor veio junto. Então, seria um ato de solidariedade. A minha mulher ficou sozinha, não recebeu a visita de

Após ocorreu a prisão, processo mediante IPM, denúncia sem justa causa, em época em que faltaram aos promotores públicos e ao próprio judiciário as garantias legais e constitucionais até então vigentes.

ninguém. O que eu estou fazendo no Rotary aqui?" Vou me demitir. Mas isso faz 40 anos, já passou, já está no esquecimento, já desapareceu. Então, essas foram as peripécias.

Projeto Memória: Em 64, o senhor veio para Porto Alegre, não é?

Raul José de Campos: Eu deixei o quadro suplementar. Reassumi. Está aqui. Eu vou ler. Aí, bom, fica registrado. É a mesma coisa que eu

falei. Após 1963, eu terminei o mandato dia 31 de dezembro de 63, a Revolução foi em março. Em fevereiro, estive em Vacaria assistindo (à) inauguração de asfalto de Vacaria até Muitos Capões, que hoje é município, veio (até) o Presidente da

República. Não, o Presidente da República não veio, viria depois, veio o Ministro das Obras e Viação, em 64, em fevereiro. Daí a 30 dias, foi em março, princípio de abril, veio a revolução, daí a 45 dias eu estava preso. Bom, mas eu já tinha terminado a minha função no quadro suplementar. "Após 63, sobrevivendo o golpe militar de 64, retornei ao quadro ordinário do Ministério Público. Após ocorreu a prisão, processo mediante IPM, denúncia sem justa causa, em época em que faltaram aos promotores públicos e ao próprio judiciário as garantias legais e constitucionais até então vigentes. Reassumindo, já então promovido", respondendo a sua pergunta, "na Capital do Estado, por já ser de quarta entrância", e daí depois fui promovido a procurador

mais adiante. Voltei, mas eu tirei licença-prêmio, tinha direito a licença-prêmio que não tinha gozado, para poder fazer a mudança. Eu advogava, tinha clientes. É muito difícil liquidar de logo uma banca de advocacia. Então sacrifiquei, primeiro foi a prisão, depois o processo, depois sacrifiquei a licença-prêmio para poder cumprir meus compromissos com meus clientes e poder fazer a mudança para Porto Alegre. Vindo com a maior dificuldade para Porto Alegre, porque naquela época os vencimentos eram poucos, não tínhamos nem móveis, não tínhamos condições de comprar. Mas nos instalamos aqui, voltei a trabalhar para o Ministério Público, como já disse, após o concurso que fizeram, veio a nomeação para Santa Rosa. “Após o concurso fui nomeado para Santa Rosa, então de primeira entrância, de onde fui promovido, e classificado, para Soledade, retornei para Lagoa Vermelha, mediante permuta, onde entrei na atividade administrativa”. A relação das comarcas. “Atuou nas Comarcas de Lagoa Vermelha, Santa Rosa, Soledade, já então em segunda entrância, e, temporariamente, Aparados da Serra, como substituto”, hoje Bom Jesus, “Vacaria, Canoas, no Tribunal do Júri, em diversas Varas da Capital – Crime, Acidentes do Trabalho, Falências, Fazenda Pública, Menores, etc., até ser promovido a Procurador, em 20 de maio de 1969 e classificado numa Câmara Criminal”, depois passei para o Cível, e depois fui convidado pelo procurador-geral, Dr. Peri Condessa, a quem presto aqui minha homenagem, para funcionar na

Defesa Judicial do Estado.

Projeto Memória: Isso eu gostaria que o senhor nos explicasse, o funcionamento da Defesa. O senhor exerceu a chefia da Defesa Judicial do Estado...

Raul José de Campos: Mas (por) muito pouco tempo. Vou lhe relatar o intróito. Porque eu tinha advogado lá na roça. A roça que eu digo é Lagoa Vermelha e municípios vizinhos, do interior do Estado, e o Dr. Ladislau Röhnehl, que é um dos maiores promotores, procuradores e desembargadores que nós tivemos, jurista, era o chefe da Defesa Judicial. Isso é um intróito. Então, ele parece que foi escolhido para desembargador e ia deixar a Judicial. O Dr. Peri Condessa mandou me chamar lá no Tribunal. “Ah, você advogava lá e nós estamos em dificuldades porque veio a reforma administrativa, isso aqui vai mudar”, o que os promotores não queriam, não todos, a maioria, foi muito debatido, por isso demorou mais também que passasse para lá a Defesa Judicial. Mas eu disse para o Dr. Peri Condessa: “Mas, Dr. Peri, o senhor sabe que eu estou respondendo IPM, o senhor sabe que eu sou do PTB, o governador é do PSD, isso vai lhe dar dor de cabeça”. “Eu não quero saber, o promotor é independente, autônomo, digno e eu preciso de um advogado.” “Mas eu sou advogado da roça.” “Não, mas é para fazer, para ser encarregado de organizar, levar o serviço até onde der e depois transferir para a Consultoria-Geral do Estado.” Isso está historiado, por isso eu trouxe esses dois documentos. Depois eu posso até ler para dar um apanhado

geral. Disse, ainda, o Dr. Peri: “Eu não quero saber disso.” “Mas, lá no interior, o senhor sabe que eu fui preso por elementos de baixa qualidade moral. Eles podem vir fazer futrica ou fuxico junto ao Governador do Estado e vão lhe dar dor de cabeça.” “Mas eu não quero saber disso, como já disse. Eu sou o Procurador-Geral do Estado e você vai assumir.” “Mas é uma função que para mim é muito elevada, eu não advogo há muito tempo. Advocacia na Defensoria do Estado é muito grande. Só os grandes advogados trabalham contra o Estado, de um modo geral.” Aí ele pensou um pouco. “Então, vamos fazer o seguinte – eu te designo para uma das varas da Fazenda Pública. Tu ficas na vara da Fazenda Pública e dás uma assistência ao serviço.” Aí ele me convenceu e eu aceitei. Então, ele me tirou do Tribunal e me designou para a Segunda Vara da Fazenda Pública. Daí a uns dois dias, o Ladislau deixou a Chefia, e ele me designou para o cargo. Então, não pude me negar. Foi aí que aconteceu.

Projeto Memória: Como é que funcionava essa engrenagem da Defesa do Estado?

Raul José de Campos: Era o órgão da Defesa Judicial do Estado, como o nome dizia. Aqui eu fiz um ofício (manuseando documentos) para o procurador, Dr. Peri Condessa, historiando os documentos, os processos, eram poucos, nós estávamos encerrando. Eu tive, não era honra, eu tive o encargo de encerrar a Procuradoria Judicial, que era órgão afeto à Procuradoria-Geral do Ministério Público. Está escrito aqui no papel. Então eu escrevi o

seguinte e vou lhe responder. “Ao ensejo, cabe reprimir que, como sempre destaquei desde que tomei conhecimento do vulto das funções atribuídas a esse setor de nossa Instituição, que mais poderia ter sido feito se outras fossem as condições de trabalho e recursos atribuídos a esse departamento... Inobstante isso, cabe citar que tive a honra de acompanhar de perto a extraordinária dedicação ao trabalho, competência e senso de responsabilidade da equipe de Procuradores e Promotores que aqui conosco militou”, porque depois eu pedi mais auxílio, pois vi que o Estado era sacrificado; então foram designados mais alguns, no final, para a equipe de procuradores e promotores que aqui conosco militou abnegadamente, zelando pelo interesse do Estado do Rio Grande do Sul e da sua Fazenda, cabendo destacar Francisco de Paulo Azevedo Veiga, hoje procurador aposentado; Ítalo Goron, procurador, falecido; Francisco Lutzemberger, foi [levado] para o Rio de Janeiro ou Espírito Santo, hoje é procurador aposentado; Nilton Sarubbin Cunha, já falecido; e Marco Aurélio Moreira de Oliveira, muito conhecido, advogado, promotor, professor, diretor da Escola de Polícia; todos inexecutáveis no exato cumprimento do dever. Reitero a afirmativa, tantas vezes feita, que a importância, o vulto, que eu falei para ele, “o vulto e a complexidade das questões que interessam à Defesa Judicial do Estado exigiam e exigem no novo órgão”, a Consultoria-Geral, que era apenas uma órgão consultivo mais para tratar de problemas de fun-

cionários e administrativos, “a destinação de mais funcionários que pudessem atender com eficiência e presteza, como se exige na luta judicial, todas as solicitações decorrentes da necessária, ativa e pronta defesa permanente do interesse público.” No final, ainda mencionava no ofício anexo: “Como verá Vossa Excelência no demonstrativo anexo”, só que esse eu não tenho aqui, esse foi para a Consultoria, “o serviço de cobrança judicial da dívida ativa”, que nós fazíamos, “não vinha e não vem funcionando como devia, estando de há muito paralisado. Por um lado, basta considerar que a digna Exatoria Estadual apenas remeteu certidões para cobrança com regularidade nos meses de agosto, setembro e outubro próximo passado, ou seja, 69, nos demais meses não mandaram nada e dali para diante também não. Possivelmente a continuação da velha e condenável praxe da expectativa inerte do pagamento voluntário do devedor-faltoso na repartição de origem, propiciador de participação no produto da arrecadação por funcionários burocráticos, felizmente agora varrida da nossa legislação pelo saneamento revolucionário.” Com a mudança, essa participação, na época, isso eu sustentei sempre, então, se tinha devedor insolúvel, desse se tirava certidão e mandava para nós e nós entrávamos com a ação, para perder tempo e complicar o serviço judiciário. Os bons ficavam lá porque, lá pelas tantas, precisando fazer um outro negócio, aí precisavam de certidão da quitação da dívida, e então pagavam. Pagando, os funcionários da arrecadação

tinham direito, nada de ilegalidade, era direito legal de receber suas percentagens conforme o grau de sua categoria. Mas isso desapareceu. Era atividade legal, mas propiciava essa demora. Então esse é um dos motivos do modo do funcionamento. Então, passando para lá, eu [mandei] para o doutor Algeyer, famoso jurista, Sr. Consultor-Geral, uma série de relações pendentes que nós tínhamos lá, processos em andamento no interesse do Estado. (Relembrando os inícios de sua trajetória profissional.) Aí viria a guerra em curso. O atentado contra Hitler falhou. A guerra continuava, não tinha havido ainda o dia D, a invasão da Europa. Agora vem o estágio de Segundo Tenente para Primeiro Tenente, aí são seis meses. Os primeiros vencimentos que eu recebi da Administração Pública foram nesse estágio, parece que eram 900 mil-réis velhos, cruzeiros velhos, não sei que moeda era, faz tanto tempo que mudou a moeda. Quando eu fui para Lagoa Vermelha, o promotor ganhava menos lá do que o sargento do Batalhão Rodoviário, que depois mudou para Vacaria, porque eles trabalhavam em construção de estradas até a fronteira, e tinham as etapas adicionais. Depois que o Pasqualini foi Secretário de Administração, melhoraram os vencimentos do Judiciário, do Ministério Público.

Projeto Memória: Isso foi algo que não me ficou claro na sua fala inicial, os motivos da sua opção pelo Ministério Público, porque, pelo visto, em termos de situação de rendimentos, melhores não eram, porque os salários...

Raul José de Campos: Eram horríveis.

Projeto Memória: Então as motivações...

Raul José de Campos: Sim, eu pretendia seguir a carreira do Ministério Público. Vamos começar do princípio. O meu pai não quis sair de Chapecó, ele era Juiz de Direito de carreira, não quis ir para a Magistratura Federal, na ocasião da criação dos territórios, e lá em Chapecó ele era uma espécie de Padre Cícero, ele resolvia os problemas de todo mundo. Então, os amigos, os comerciantes, os proprietários, queriam um advogado lá, porque o juiz não pode advogar, então eles me convidaram, sugerindo mudança para lá - Chapecó. Eles garantiam a minha ida para lá, com remuneração, com todas as vantagens que eles deram para os outros. Eu conversei com o pai: "Não, mas eu não venho. Agora, que me formei, ir trabalhar e vir morar na sua casa aqui, não! A minha vocação é ser Promotor". Então, ele me deu uma carta de apresentação para o governador do Território de Iguazu, que era o Coronel Trota, e fui lá me apresentar e ele me prometeu nomeação que não veio. Isso foi em 1944.

Projeto Memória: O senhor realmente já queria ser promotor? Era uma decisão?

Raul José de Campos: Sim. Eu quis começar como promotor lá do Território novo porque aí poderia até ir para os outros territórios do norte, com transferência. Mas não conseguíamos. Na época a nomeação era interina, especialmente nos territórios, e não me deram. Então,

um tio meu mandou uma carta para o Dr. Getúlio, porque eu já tinha pedido para o Dr. Abdon, e estava esperando. Porque em janeiro de 45 houve um problema, a criação de Marcelino Ramos, Antônio Prado. Eu já tinha sido nomeado ali, mas sempre para Lagoa Vermelha, mas dependia dessas novas comarcas. Pois houve um erro da Administração e não valeu, então depois se renovaram as nomeações em junho de 1945.

Projeto Memória: Isso é uma outra questão que o senhor ia nos colocar, a questão dos concursos. O que o senhor fez foi o segundo ou (o) terceiro?

Raul José de Campos: Pois é, eu não me recordo se foi o segundo ou (o) terceiro. No primeiro e no segundo eu acho que não era promotor, tenho a impressão que foi no terceiro.

Projeto Memória: Por que era demorado entre um concurso e outro? Não eram feitos todos os anos?

Raul José de Campos: Não, a rigor não deviam ser demorados. Deviam ser anuais.

Projeto Memória: Mas não eram.

Raul José de Campos: Não, não eram. Tanto fazia. Veja, tinha 42, 43 promotores nomeados interinamente, que foram chamados a concurso para se habilitar já de acordo com a lei, e depois disso não houve mais nomeação interina. Os últimos foram nossos colegas que comigo participaram desse concurso, me parece que [foi] o terceiro. Foi um concurso só para os promotores que já estavam. Claro, já estando lá a dois, três, quatro, cinco anos no cargo, todos tinham prática. Acho que todos passaram, ninguém foi

reprovado porque já estavam em serviço. Depois disso, com o tempo, vieram os concursos novos, como o concurso da magistratura, que precisa ser rigoroso, mais seleção, as provas de títulos, que são necessárias para a boa organização dos quadros seja do Ministério Público, seja do Judiciário. Então agora funciona com regularidade, porque o concurso também é demorado em si.

A inscrição, as primeiras provas, provas preliminares, as provas escritas, depois as provas orais, uma série de formalidades, até os recursos.

Projeto Memória: O senhor veio para Porto Alegre e terminou atuando exatamente no momento em que estava se redefinindo o âmbito de atuação do Ministério Público, quando havia congressos, discussões. Como é que foi aquela década (de) 60, 70?

Raul José de Campos: É, aí surgiram... O exemplo parte daqui. O Rio Grande do Sul é um estado pioneiro, inclusive, nesses congressos do Ministério Público, e os outros Estados lá fizeram, demoraram, porque os nossos presidentes da Associação foram muitos eficazes, entraram em contato. Então, começaram a surgir

O Rio Grande do Sul é um estado pioneiro, inclusive, nesses congressos do Ministério Público, e os outros Estados lá fizeram, demoraram, porque os nossos presidentes da Associação foram muitos eficazes, entraram em contato. Então, começaram a surgir congressos dos Ministérios Públicos estaduais. Congressos houve muitos, mas concurso dependia sempre da administração superior, da procuradoria.

O Ministério Público cresceu muito, ampliou as suas atribuições e funções, mas também aumentou a resistência em muitos locais e de muitas pessoas.

congressos dos Ministérios Públicos estaduais. Congressos houve muitos, mas concurso dependia sempre da administração superior, da procuradoria.

Projeto Memória: Nesses congressos já estava se propondo um aumento de âmbito de atuação do Ministério Público?

Raul José de Campos: Sim, isso começou de longa data. Depois

houve a luta no Congresso, na Constituição. Até hoje há quem lute contra os progressos que a Constituição trouxe, lá nos seus artigos que tratam o Ministério Público, parece (que o) 127, (o) 129 e outros do capítulo. Até hoje estão aí, vem a Lei da Mordça,

vem a proibição da comunicação das investigações feitas. O Ministério Público cresceu muito, ampliou as suas atribuições e funções, mas também aumentou a resistência em muitos locais e de muitas pessoas. Mas os congressos contribuíram

muito para esse avanço (...) Depois foi formada a Confederação Nacional do Ministério Público, que reuniu todas as Associações estaduais e hoje é uma potência, e geralmente elas

procuram frequentar, participar de

todos. Agora está anunciado possivelmente um Congresso Nacional do Ministério Público. Parece que vai ser em Recife. E outro estadual que deverá se realizar no Rio de Janeiro. O Rio Grande fez um congresso muito bonito, depois os outros Estados se recolheram um pouco, acharam que para eles era mais difícil, porque há Estados que não têm condições. Mas surgiu daí, e também dos deputados, dos juristas, professores, até de alunos.

Projeto Memória: Entre nomes de juristas, professores, quem o senhor destacaria como figuras com as quais o senhor conviveu e que marcaram o Ministério Público?

Raul José de Campos: Dr. Abdon de Mello, foi o que me nomeou. Os mais antigos com quem trabalhei, procuradores-gerais do meu tempo: Dr. José Barros de Vasconcelos, Peri Rodrigues Condessa; (e) outros de muita nomeada, mas com [quem] não trabalhei, porque entrei para o quadro suplementar: o Ladislau Röhneht; o Dr. Lauro Guimarães; (o) Francisco de Paula Azevedo Veiga. [Há] promotores que nunca exercem funções alheias ao Ministério Público, como é o caso do doutor que eu vou citar, Dr. Francisco de Paula Azevedo Veiga. O Dr. Clóvis Goulart Ponzi, o doutor, hoje procurador do Tribunal de Contas, Dr. Roberto Cardoso Eilert, com os quais trabalhei, sempre foram só promotores. O Dr. Veiga, quando foi criado o Tribunal de Alçada, tentaram logo levá-lo para lá. Ele falou: “O lugar de promotor é como procurador no Tribunal de Justiça.” O Tribunal de Alçada meio que recuou, não se entusiasmou. Eu

também fui sondado para ir para o (Tribunal de) Alçada, mas não chegou a haver convite, não chegou a haver recusa. Mas em consequência do Dr. Veiga ter dito isso, sabe quantas vezes ele entrou em lista de merecimento? Porque ele foi promovido por merecimento... Agora eu quero aproveitar a oportunidade para dizer, como eu estive fora todo esse tempo na política, quando da primeira promoção que ia obter depois do concurso, o procurador-geral me disse: “Tu estás na minha lista”. Pensei que a lista era de merecimento, mas eu não estava na lista dele, eu estava na lista de antiguidade. E as outras três, eu estava no quadro suplementar, então vieram por antiguidade também. E procurador, acho que também foi por antiguidade, haja vista que o merecimento é mais ou menos reduzido (risos), mais ou menos discreto. Mas o Dr. Francisco de Paula Azevedo Veiga trabalhou... desses só promotores, responsável, competente, estudioso, ele entrou 11 vezes em lista de promoção por merecimento. Agora a lei estabelece um máximo. Esse Dr. Roberto Ailert, não era político, não era militante, era apenas promotor, nunca exerceu outra função, entrou três vezes. Na terceira, ele Dr. Peri: “Olha, eu vou pedir que o senhor tire o meu nome da lista já que o governador não quer me nomear”. Isso é assunto ainda relacionado com aqueles anos que passaram. Depois o Veiga foi promovido. Sempre há interferência de pessoas que querem passar na frente dos outros, como diz Lauro Guimarães: “Querem subir por cima

dos ombros dos outros”. Mas o Veiga sofreu muito. Lá na Câmara, onde eu trabalhava, volta e meia vinham os pareceres e ele nunca tirava licença, eu também nunca tive um dia de licença, a não ser no quadro suplementar, exercia função eletiva para endireitar o município que, modestia à parte, endireitei. Então, o Procurador Francisco de Paula Azevedo Veiga sempre trabalhou em Câmara Cível, chegou a funcionar parece que em Câmaras reunidas. Mas havia desembargadores que apreciavam tanto o trabalho dele

(que), quando julgavam os processos em que ele atuava, diziam: “Mas o parecer do Procurador Francisco Veiga é mesmo que um voto de um colega nosso, serve de roteiro para nós tomarmos o nosso caminho”. E isso é verdade pura, ele esmiuçava tudo,

conhecia a matéria e era dedicado.

Projeto Memória: Além desses nomes, teria mais alguma coisa que o senhor gostaria de deixar registrado para as memórias do Ministério Público?

Raul José de Campos: Com relação ao Ministério Público, coube a mim fazer a passagem da Procuradoria Judicial para a Defesa Judicial do Estado que foi entregue à Consultoria-Geral, e hoje é Procuradoria-Geral do Estado, enquanto que (a) Procuradoria de Justiça é a nossa. (...) Eu me aposentei na Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça. Fui promovido a procurador em

20 de maio de 1969 e, em seguida, fui designado para a Procuradoria Judicial. Atuei no Conselho Superior do Ministério Público, na Comissão Disciplinar e em diversas comissões de trabalho, nomeado por diversos procuradores-gerais, tendo tido a honra de figurar em uma Comissão de Concurso para o Ministério Público a convite especial do procurador-geral, Dr. Mondercil de Moraes, aplicando a prova de Direito Civil juntamente com o Desembargador Hermann de Carvalho Roenick, aplicador da

prova de Processo Civil, Procurador Nuno Carpena de Menezes, que aplicou Direito Penal, Edson Barbosa Cesere, (que) aplicou Português, representantes da Ordem dos Advogados, e (sob a) presidência do Procurador Mondercil.

Eu [cheguei a me excusar]: “Mas eu nunca lecionei”. Também fui só promotor, a não ser os cargos eletivos que eu conquistei com a confiança popular. Participei de diversos congressos nacionais (e estaduais) do Ministério Público. Agora o problema do promotor, a atuação do promotor, porque eu, assim como os outros que foram para o quadro suplementar, não deixamos o Ministério Público, eu nunca deixei o Ministério Público, tanto que lá me chamam de promotor em toda parte até hoje. Mas nós tivemos o problema da escolarização do governo. Agora eu queria destacar

Com relação ao Ministério Público, coube a mim fazer a passagem da Procuradoria Judicial para a Defesa Judicial do Estado que foi entregue à Consultoria-Geral, e hoje é Procuradoria-Geral do Estado, enquanto que (a) Procuradoria de Justiça é a nossa. (...)

que quando funcionei, antes da atuação político-eletiva e depois, eu sempre tive as melhores relações com juízes, desembargadores, colegas procuradores e promotores com os quais eu atuei. Até posso lhe contar que eu tinha prometido iluminar a cidade, não havia iluminação pública porque era hábito dos administradores anteriores não pagar a luz, a Santa Casa, não pagar a CEEE. Era, agora não sei como é que é. Eu tinha prometido. Pedi à CEEE que fizesse um levantamento das necessidades de Lagoa Vermelha. Então, era a primeira providência, fazer a extensão da iluminação pública. Era o promotor que estava fazendo isso. A vantagem do promotor, que é o meu caso, eu assumi com independência, inclusive do meu partido. Então, levei aquele rol de necessidades e coisas para comprar e vim em uma firma elétrica que tinha aqui, agora já fechou. Eu tinha trazido uma carta de apresentação de um instalador lá de Lagoa Vermelha. Aí eu vim na firma, me apresentei. Digo: “Olha, eu precisava adquirir essas coisas aqui”. Eles pegaram, começaram, fizeram levantamento, relacionaram todo material que tinha, terminaram, trouxeram. Eu digo: “Olha, só tem um problema”. “Qual é o problema?” “Isso aqui não é para mim.” Eu não tinha me identificado. “Isso aqui não é para mim, isso aqui é para (a) prefeitura de Lagoa Vermelha, sou o prefeito que assumiu agora e estou procurando regularizar as coisas que faltam.” O sujeito parou, largou (o) papel, olhou para trás: “Olha aqui ó, ele quer comprar para a prefeitura de Lagoa Vermelha”. E caiu na gargalhada. Os três funcionários que

estavam ali – quá, quá, quá, quá. Eu digo: “Mas o que é que houve? Eu não contei anedota nenhuma”. Isso é para ver o que é que vale o crédito da pessoa humana, por modesta que seja. Foram, chamaram o gerente: “Olha, ele quer comprar para a prefeitura de Lagoa Vermelha”. “Sim, eu sei que está devendo aqui, mas todo mundo está devendo para a Prefeitura de Lagoa Vermelha, e Lagoa Vermelha deve para todo mundo. Eles não cobram de quem deve.” Quando veio o gerente, informei: “Mas tem um problema, eu trouxe uma carta de apresentação”. Então, puxei uma carta desse instalador que se chamava Hemmerle e que me apresentava como novo prefeito que está pagando as dívidas da prefeitura, está procurando regularizar a situação, “e é o que vou fazer com os senhores”. Aí, consideraram, abriram crédito, venderam o material.

Projeto Memória: Em função do crédito do outro que estava lhe apresentando.

Raul José de Campos: Daquele cidadão que me deu a carta de apresentação, que era um modesto trabalhador de eletricidade. Eu paguei tudo. Depois viviam incomodando a gente lá, não havia forma. “Já comprei tudo, agora não quero mais nada”.

Projeto Memória: Aí ofereciam.

Raul José de Campos: Mas o negócio do Fórum da Liberdade! Leonel Brizola, ex-Governador do Rio Grande, no recente Fórum da Liberdade, realizado em Porto Alegre, assim se manifestou: “Neste mundo não há alguém que tenha feito tantas escolas como Leonel Brizola,

nos seus quatro anos de governador. Fiz, nos meus quatro anos de governador, 6.301 escolas. O Rio Grande do Sul teve um impulso. Na maioria esmagadora dos Estados Unidos o ensino é público, no Japão tudo é público. A educação é um direito da criança; cara é a ignorância, manter milhões nos presídios⁴⁰. Declaração dele com a fotografia que saiu na *Zero Hora*. Então, quando eu era prefeito, ele reuniu os prefeitos e lançou o plano do Sedep – Serviço de Expansão do Ensino Primário –; Sedep, após tiraram até o nome, depois que ele saiu do governo. Então consistia no seguinte: como no interior do Rio Grande não havia escolas, na maioria municípios pobres ou que não se interessavam, então o Estado forneceria o financiamento, o dinheiro para aquisição da madeira e para o pagamento do empregado e da professora municipal que, de preferência, morasse no local. Em terra de cego quem tem um olho é rei. Manda uma professora de Porto Alegre. Ela chega lá, daí a uns três dias está pedindo a volta. Porto Alegre é um exemplo, pode ser Porto Alegre, pode ser São Gabriel, pode ser Uruguaiana, é a mesma situação. Então, a professora seria selecionada, no local, eu fiz concurso para isso, tenho até fotografia do primeiro concurso de funcionário que fiz em Lagoa Vermelha, foi para essas professoras. Comecei por ele. Houve dois municípios do Estado, eu não me lembro do nome deles, e nem vou dizer, que não aceitaram. Tudo vinha do governo para ampliar as

escolas, facilitar o custo, arrumar professora, e pagar o valor do salário do município, tudo baseado no município. Então, eu digo o seguinte: “Neste rol de escolas construídas, o Promotor Raul Campos, prefeito de Lagoa Vermelha, teve sua participação – 64 escolas primárias do Sedep”, que era o plano dele, “quatro grupos escolares na sede do município”, quando eu assumi tinha só um, agora tem cinco, e tem mais esse ginásio, mas aí é um ginásio de âmbito maior, “quatro grupos escolares nas vilas, três escolas rurais construídas no município mais uma mobiliada, inaugurada”, estava pronta, fazia um ano ou mais, não funcionava. Então, aquele relacionamento que eu tinha com a Administração, com prefeitos e vereadores de outros partidos, com o Governo do Estado, servia. “Mais transformação do patronato agrícola.” Existia um patronato agrícola [para] os menores, criação nossa, da Lei Orgânica do Município, mas que não funcionava porque não tinha recurso. O município não destinava verbas e as crianças passavam dificuldades. Aquelas crianças, as que quiseram, consegui, através da Superintendência do Ensino Técnico, remover para outras escolas; já eram poucos porque não podiam agüentar lá, e transformamos numa Escola Agrícola, hoje ginásio. Logo depois da “gloriosa”, houve uma denúncia (de) que essa escola agrícola era uma brizolada que tinha participação do Prefeito Raul, Promotor Dr. Raul, e que ali todo mundo auxiliava o patronato. Professor não tinha e pessoas

⁴⁰ Jornal *Zero Hora*, 14/04/2001.

moravam lá para cuidar, e agora querem fazer uma escola agrícola. Então, fizeram uma denúncia, e, por ingenuidade, eu não pedi o relatório final. O Estado nomeou uma Comissão de Investigação dessa denúncia, foi um professor para lá, professor cunhado do Governador Amaral de Souza, agrônomo, fez uma sindicância, ouviu os denunciantes, ninguém tinha denunciado. Viu que a escola tinha alto funcionamento e que seria útil para (a) região e opinou na conclusão que ela fosse mantida. Áureo Gonçalves Dias é o nome do professor. Ele disse: “Não, não tem que fechar esta escola agrícola, tem que arrumar recursos para transformá-la em ginásio agrícola, porque serve a toda (a) região nordeste do Estado”, e o que ele vaticinou já aconteceu. Então, foi transformada em ginásio agrícola, o terreno foi dado pelo município, era da prefeitura, fui o prefeito que transferiu, oficializei, e hoje é o Ginásio Agrícola Desidério Finamor, já com amplos recursos, tem alunos de toda parte, promove congressos, promove certames. Agora mesmo estão fazendo lá um congresso. Também é trabalho que o promotor obteve, fez, em colaboração com o Governo do Estado, através da cobertura do Governo do Estado. Além disso, mencionei aqui, desde muito tempo que nós em Lagoa Vermelha temos bom relacionamento com o Governo do Estado. Amanhã mesmo vai haver uma comemoração, aniversário, mais que centenário de Lagoa Vermelha, na Assembléia Legislativa, através de relações aqui com a Secretaria, Chefia de Polícia, Administração, Dr. João Caruso, “participou como promotor público,

na época, em colaboração com o Governo do Estado, da construção do presídio de Lagoa Vermelha”. Há tempos. Inclusive, depois de pronto, para fazer funcionar, a prefeitura teve que afiançar também a compra de maquinário e instalar, fazer tudo. Tem um juiz aí, Dr. Otávio Silveira dos Santos, (que) foi quem pediu. “Mas e eu com isso?”, perguntei-lhe. “Mas é que ninguém vende fiado aqui para o Estado e disseram que pela prefeitura o senhor consegue e o Estado depois repõe.” Então consegui bomba, encanamento, patrolamento e a instalação. **Projeto Memória:** Quem era o juiz no período em que o Dr. Clóvis Ponzi era o promotor e o senhor era o prefeito na Comarca de Lagoa Vermelha?

Raul José de Campos: E o Dr. Otávio Omar Cardoso também era promotor lá.

Projeto Memória: Sim. E quem era o juiz? Porque afinal houve essas ordens de prisão.

Raul José de Campos: Não, nada teve a ver com o juiz.

Projeto Memória: Mas quem era o juiz? Como é que ele ficou?

Raul José de Campos: Ah, ele ficou na sua função.

Projeto Memória: O senhor não mencionou em nenhum momento quem era.

Raul José de Campos: Não, porque eu não participei de nenhum entendimento com ele.

Projeto Memória: Não. Então ele tinha uma posição certamente diferente.

Raul José de Campos: Ele cuidava da magistratura, do Judiciário, das partes. Quem me deu posse como prefeito foi o Dr. Alfredo Zimmer,

mas muitos anos antes.

Projeto Memória: 1964?

Raul José de Campos: Não em (19)64, e sim em 1960.

Projeto Memória: Queria que o senhor desse uma idéia de quem era o magistrado.

Raul José de Campos: Mas eu não trabalhava no Judiciário, eu estava afastado. Eu fechei a minha banca.

Projeto Memória: De qualquer forma, o juiz então não teve envolvimento, a não ser o senhor como prefeito.

Raul José de Campos: Não, o envolvimento que eu tive foi dar assistência, dar condução, favorecer a instalação e dar assistência aos juizes; quando pediam.

Projeto Memória: O juiz não teve envolvimento em relação, por exemplo, à questão de investigações?

Raul José de Campos: Não. De jeito nenhum. Nada a ver no caso.

Projeto Memória: Ficou de longe.

Raul José de Campos: Não! Não eram ouvidos. Estive numa audiência como réu em São José do Ouro; em Lagoa Vermelha eu fiz outra que já

contei; também como réu.

Projeto Memória: Não, mas tudo bem. Essa frase que o senhor disse agora já caracterizou a posição de distanciamento.

Raul José de Campos: Sim, mas sempre eles estavam, ao menos em Lagoa Vermelha, o Judiciário e o Ministério Público sempre tiveram a cooperação da prefeitura, mesmo antes de eu ser prefeito, é orientação do município. Mas não houve problemas. Houve sempre bom relacionamento. Não me ocorre no momento o nome dos dois juizes. Além da outra, o relacionamento com o Governo do Estado foi a construção da sede do destacamento policial da Brigada Militar e o projeto da construção da Estação Corpo de Bombeiros, que foi mandada fazer por outro lagoense, o Coronel Diomário Moogen, já falecido, que era o Comandante-Geral da Brigada. Então, nós temos Bombeiros, temos destacamento da Brigada e temos o presídio. O presídio, para funcionar, recebeu auxílio da prefeitura a pedido do Juiz Substituto.

Sophia Galanternick: Sempre fui, modéstia à parte, a número um em todos os cursos que eu fiz. Começamos a estudar em uma escola particular da Dona Cecília Mota, onde papai botava todo mundo, e, no último ano, eu fui para o Colégio Elementar. Eu tinha de fazer “admissão ao ginásio”, e houve aconselhamento que o currículo de lá seria mais compatível com o meu (exame de) admissão do que a gente aprendia na Dona Cecília Mota. Então, fui para o Colégio Elementar e fiz admissão ao Ginásio Pelotense, que hoje é Colégio Pelotense, de segundo grau, como chamam. Fiz cinco anos de ginásio. Éramos muito poucas moças e a maioria eram rapazes. Tirei quatro medalhas de ouro. Não tirei a quinta, porque adoeci, fiquei um mês em casa, perdi várias provas. Então, eu fiquei só com quatro medalhas. Quando foi para escolher uma profissão, papai queria que eu fosse dentista.

Projeto Memória: Qual era a profissão de seu pai?

Sophia Galanternick: Meu pai era comerciante. O meu irmão formado era médico. A minha irmã mais velha era farmacêutica. E papai queria que eu fosse dentista. Eu não gosto de ver nem uma injeção, como é que vou ser dentista? Aí, eu disse: “Olha, papai, eu gostaria, vou ser bem franca com o senhor, se o senhor deixasse, eu iria entrar na Faculdade de

Direito”. Ih, nossa, aquela coisa toda. “Mas, papai, qual é o empecilho?” Não havia nenhum, não é? Aí, ele foi conversar com o Dr. Tancredo Amaral Braga, que foi pai do Amaral Braga, que foi desembargador, presidente do Tribunal, que era compadre, foi padrinho de casamento da minha irmã mais velha. E o Tancredo disse para o papai: “Mas não há motivo nenhum para não querer. Deixa, deixa ela fazer o que ela tem vontade”.

Projeto Memória: Ele aconselhou...

Sophia Galanternick: Aconselhou que fosse, eu queria, mas o papai estava em dúvida, porque ninguém ia, de repente, aceitar que uma filha dele fosse querer ser advogada, essa coisa toda, sempre houve aquele receio. E a nossa faculdade ainda era livre. Eu terminei o ginásio em (19)31, o Pelotense, em (19)32, eu ingressei na faculdade. E, até dezembro de (19)31, ela era livre – fazia os exames lá mesmo, fazia-se o segundo grau e se entrava. Tanto que a nossa turma foi a maior turma até então. Tinha uns 60, porque toda Porto Alegre se candidatou – tinha advogados provisionados, tinha escrivães, ajudantes de escrivão. Então eu pensei: eu não vou interromper o meu colégio, porque eu estou terminando, eu vou fazer o vestibular. Então, quando foi em fevereiro, abriram o vestibular, mas

* Entrevista concedida ao Projeto Memória do Ministério Público do RS em 18 de outubro de 2000.

** Primeira Promotora do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

ai já tinha que ter o ginásio completo, eu e uma prima minha tínhamos. Nós éramos quatro moças na faculdade.

Projeto Memória: Nessa turma de 60, eram só quatro mulheres?

Sophia Galanternick: Eram quatro mulheres. Eu tinha um colega que tinha 60 anos. Eu fiquei sabendo mais tarde, porque vim morar neste edifício. Não, nunca nos encontramos para saber que ele morava aqui, mas, aí, conversando, fiquei sabendo que a senhora do médico era filha dele. Então, ela me disse assim: que toda a vida ele quis ser advogado, e a família não quis. Então ele se formou em Odontologia. Quando ele pôde, ele foi fazer a Faculdade de Direito. Nós tínhamos colegas de todas as idades, as mais moças eram as meninas.

340

Projeto Memória: Como é que foi, na faculdade, a aceitação por terem só quatro mulheres?

Sophia Galanternick: Não havia nenhuma discriminação, os professores nos tratavam igual aos homens, toda a consideração, os secretários, os colegas mesmo, nunca houve. Pelo contrário, a frequência não era obrigatória e nós tínhamos colegas que moravam em Porto Alegre, que moravam em Taquari, que moravam em tudo que era lugar, e eles não freqüentavam a faculdade. Quando chegavam para os exames, eles iam todos lá em casa, porque eu assistia às aulas e fazia os pontos do que o professor dizia, desenvolvia a matéria. Então, eu ajudava a turma toda e fiz muitas amizades com muitos colegas meus. Aliás, sempre fui colega de me dar com todos, não tinha preconceito. Nós tínhamos

uma colega, muito boa, muito querida, daquelas famílias que não iam nem para o primário, para o colégio. Elas tiraram o primário e o ginásio em casa, e ela resolveu estudar Direito – não sei como é que deixaram –, e ela entrou naquela leva que não fez o vestibular. Para mim, muito boa aluna, mas, embora morasse a duas quadras da faculdade, ela vinha de carro, e se enfiava no carro e saía correndo para ir para casa. E eu saía com os colegas, com as colegas, atravessávamos a praça, íamos conversando. Quando nós nos formamos, uma turma grande, nós fizemos uma semana inteira de festas, inclusive baile, e ninguém tirou ela para dançar, e ela ficou magoada. Só o meu irmão, que se dava muito com os primos dela, que foram colegas aqui na faculdade, que a tirou. Até elogiou: que o meu irmão parecia um dos meninos. Quer dizer, foi o maior elogio, porque os primos dela é que dançavam com ela. Mas, ela ficou magoada. Bom, quando nós nos formamos, eu, também, sempre fui a melhor da turma. Não sei quem foi, se foi o Dr. Tancredo, ou [outro], que viu que havia uma vaga na faculdade, eles queriam a vaga para mim. Mas essa minha colega tinha três tios que eram professores da faculdade e eles disseram que, se era para dar uma vaga para mim, era para dar para ela, e não para mim.

Projeto Memória: Para a outra colega?

Sophia Galanternick: Eram os três. Aí, não deram para nenhuma das duas.

Projeto Memória: Por que isto? Quer dizer, quisessem dar para ela,

se entende, na época, pelas relações de poder, porque ela era de uma família tradicional. Mas, por que, no fim, nenhuma das duas?

Sophia Galanternick: Porque aquela turma que queria a mim achou que não estava certo. Ela era boa aluna, também, não pudemos dizer nada.

Eu sempre fui a melhor da turma... Por exemplo, o nosso professor de Direito Comercial fez uma falência para nós, deu uma parte para cada aluno fazer. Eu ia para casa, me matava, mas era

a minha falência. Ele disse que eu fiz um trabalho de profissional. Eu ia todos os dias, de manhã, a um cartório cível, cujo escrivão era amigo do papai, e eu ficava a manhã inteira lendo processos. Tanto que, quando eu me formei, quando eu assumi a promotoria, eu nunca tive aquela história de estar perguntando, que não era do meu feitio, tinha que estudar, tinha que saber.

Projeto Memória: Então, quando a senhora se formou, em seguida, foi indicada para ficar na faculdade. Daí, houve essa negativa.

Sophia Galanternick: É. Houve. Depois que eu soube que eu não iria ser convidada, eu instalei o meu

escritório de advocacia. Foi meu irmão quem me deu um escritório muito bonito de jacarandá, lindíssimo, dentro da nossa casa mesmo...

Projeto Memória: Lá em Pelotas?

Sophia Galanternick: Em Pelotas. E eu comecei a advogar. Lecionei um

pouco no Ginásio Pelotense, lecionei na escola técnica de Pelotas. Tinha alunos particulares, eu sempre enchia o meu tempo. Eu tinha uma hora entre o almoço e a faculdade. A Rosah Russoma-

no foi minha aluna, eu a preparei para o ginásio. Aquela nem era, praticamente, minha aluna, a minha aluna era outra, ela vinha como ouvinte, quer dizer, nem pagava, nem

E eu comecei a advogar. Lecionei um pouco no Ginásio Pelotense, lecionei na escola técnica de Pelotas. Tinha alunos particulares, eu sempre enchia o meu tempo. Eu tinha uma hora entre o almoço e a faculdade. A Rosah Russomano foi minha aluna, eu a preparei para o ginásio.

Eu fiz dois júrís no quinto ano. Também fui a primeira mulher que fez júri dentro do Estado – não sei se fora do Estado, eu não vou lhe garantir. Os jornais encheram de notícias sobre o fato também, os jornais de Porto Alegre. Eu não contei nada em casa, pois fiquei com vergonha, de não poder me sair bem, mas papai ficou sabendo na rua, porque toda a cidade falava.

nada, a outra que pagava. E nós tínhamos a diferença de uma faculdade – quando eu entrei na faculdade, ela entrou no ginásio, onde se mostrou muito competente, pois a senhora já deve ter ouvido falar nela. Bom, aí eu terminei o curso e comecei a advogar, como disse.

Projeto Memó-

ria: A senhora terminou com pouca idade, com 22 anos, a faculdade? Foi isso mesmo?

Sophia Galanternick: Quando eu estava no quinto ano da faculdade, o nosso professor de Direito, de Processo Civil, que era Juiz de Direito, e, depois, foi Desembargador, Solon Macedônia Soares, não sei se ele gostou de mim por eu ser boa aluna, nunca perguntei, mas sei que, um dia, ele chegou perto de mim e disse: “Olhe, colega”. Ele me chamou de colega, eu estava no quinto ano, é lógico que a gente fica toda faceira. “A senhora já podia trabalhar no júri. Eu vou lhe arrumar um processo e a senhora vai fazer o júri.” Eu fiz dois júris no quinto ano. Também fui a primeira mulher que fez júri dentro do Estado – não sei se fora do Estado, eu não vou lhe garantir. Os jornais encheram de notícias sobre o fato também, os jornais de Porto Alegre. Eu não contei nada em casa, pois fiquei com vergonha, de não poder me sair bem, mas papai ficou sabendo na rua, porque toda a cidade falava. Aí, o Dr. Solon, ele mesmo, trouxe os autos do Foro, com a legítima defesa, que era a coisa mais fácil, e me orientou como era para fazer, como não era, e eu tive a felicidade de absolver o réu. Aí, ele me deu outro júri. O outro, eu fui para a defesa e, na acusação, o assistente era o meu professor de Processo Penal. Aí, quase morri de

Estava cheio aquilo lá. O primeiro júri a que eu fui, o Foro não tinha lugar de tanta gente que tinha, talvez por eu ser uma mulher.

(...) eu vim com o Dr. Solon, ele era muito amigo do Dr. Miguel Tostes, que era o Secretário do Interior, [ele] me apresentou ao Dr. Miguel, que me recebeu muito bem, e ficou, aqui, em Porto Alegre, até resolver o assunto.

susto, porque eu iria contrariar o professor ali em pleno Foro. Na aula, quando a gente conversava com os professores, pelo menos toda a vida eu sempre fui assim, com respeito – a gente respeita a todos, mas é um respeito especial. E ele era assistente da acusação, mas eu fui. Estava cheio aquilo lá. O primeiro júri a que eu fui, o Foro não tinha

lugar de tanta gente que tinha, talvez por eu ser uma mulher. Aí o papai também ficou sabendo. E pediram 30 anos para o tal do réu e eu consegui o máximo, que ele fosse condenado a seis, quer dizer que foi uma vitória. E, depois disso, o Dr. Solon me disse: “Olhe, quem sabe eu levo a senhora a Porto Alegre e a

senhora vai exercer um cargo público? Eu sugiro a Promotoria Pública”. Ele veio especialmente a Porto Alegre para me trazer.

Projeto Memória: Por indicação do Dr. Solon Macedônia?

Sophia Galanternick: Do Dr. Solon

Macedônia, só por amizade de professor, não tinha mais do que isso.

Projeto Memória: Mas a senhora já tinha mostrado competência no júri.

Sophia Galanternick: Eu acho que sim, pelo que mostrei no júri, e ele notara que eu sempre fui boa aluna. Até houve um episódio muito interessante: na Medicina Legal, o professor era um médico, o Dr. José

Pereira Lima, mas eu acho que ele era afeito à Medicina. Muito bom professor, mas não tinha aquela tarimba de professor. Nós fazíamos as provas, eram três questões, o total de pontos era dez, agora é cem. Bom, então, podia o professor dar quatro numa, podia dar zero na outra. Ele me deu quatro nas três. (Risos) E eu cheguei na faculdade, fui saber o resultado e o secretário me disse: "A senhora passou com doze". E eu pensei que ele estivesse me gozando, eu sempre fui muito tímida, nunca fui de muita conversa, se conversava, conversava, mas não era assim de estar indagando, eu fiquei vermelha que nem uma pimenta. Ele disse: "Não, o Doutor Pereira Lima lhe deu quatro em cada questão e a senhora passou com doze". Mas, eu sempre tive boas notas. Por exemplo, depois de casada, eu fui fazer inglês, aqui no Cultural Americano, e eu estudava muito. E o meu marido disse: "Ah, eu achei que você podia ir, mas para se distrair". "Mas, eu nunca fui mal em lugar

algum. Agora, que eu estou formada, e casada, e tenho um filho, eu vou ir mal? Não dá não. Eu tenho que estudar." Então, eu sempre fui a melhor aluna. As minhas colegas, também, eram muito boas alunas. A minha prima só foi até o segundo ano da faculdade, depois, se mudou para Recife, onde terminou o curso. Então, nós terminamos em três. Aí, eu vim com o Dr. Solon, ele era muito amigo do Dr. Miguel Tostes, que era o Secretário do Interior, [e ele] me apresentou ao Dr. Miguel, que me recebeu muito bem, e ficou, aqui, em Porto Alegre, até resolver o assunto. E o Dr. Miguel disse que não tinha dúvida nenhuma, que a Comarca de São Lourenço estava para ser extinta, mas que ele ia me nomear para a Comarca de São Lourenço, mas com o exercício já em Carazinho, que era termo, mas que em seguida iria ser criada a comarca na qual seria efetivada. Não cheguei a assumir São Lourenço, só fui nomeada.

NOMEADA UMA REPRESENTANTE DO BELLO SEXO PARA A PROMOTORIA PUBLICA

A nomeada é a bacharela Sophia Galaternick

Pela primeira vez, no Rio Grande do Sul, uma representante do bello sexo a exercer a promotoria publica.

Trata-se da nomeação da bacharela em direito, senhorita Sophia Galaternick formada, no anno de 1938, pela Faculdade de Direito da cidade de Pelotas.

Tendo vagado, ha dias, aquelle logar, na villa de S. Lourenço, o dr. Abdon Mello, sub-procurador geral do Estado, no exercicio do cargo de procurador geral nomeou, por acto n.º 23, de hontem datado, a referida senhorita, para exercer funções de promotora publica da comarca naquelle localidade.

Passamos a transcrever, na integra, o acto de nomeação.

El-o:

"Procuradoria geral do Estado, em Porto Alegre, aos 30 de junho de 1938. A n.º 23. De conformidade com o acto n.º 23, desta data, nomeio d. Sophia Galaternick, bacharela em direito, para exercer as funções de promotora publica da comarca de S. Lourenço, percebendo os vencimentos marcados em lei.

Assigno-lhe o prazo de vinte dias para entrar no exercicio do cargo. Abdon Mello, procurador geral do Estado".

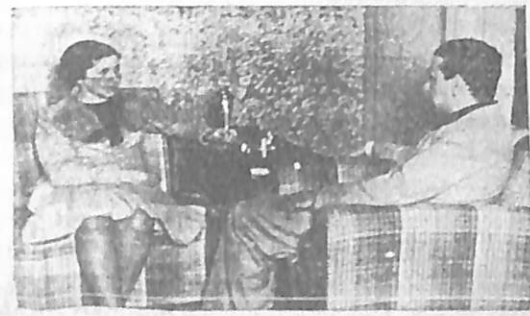
A nomeada deverá comparecer á presença do procurador geral do Estado, exercicio, dentro do prazo que lhe foi estipulado, afim de prestar o compromisso lei.

Figura 58 - Nomeação de Sophia Galaternick para o Ministério Público em 1938. *Correio do Povo*, 01.07.1938, p. 3. Acervo pessoal de Sophia Galaternick

A MULHER NO MINISTERIO PUBLICO

FALA AO "CORREIO DO POVO" A DRA. SOPHIA GALANTERNICK, PRIMEIRA PROMOTORA NO RIO GRANDE DO SUL

A função social da mulher no momento que passa - Feminismo e masculinização - O homem em face das conquistas de Eva



Um dos repórteres a quem sobreviva foi esta aqui, Dr. Sophia Galanternick, no dia da tragédia. Foi felizardo, pois sobreviveu.

— Aqui estava promulgada a lei que punha fora de circulação a mulher que não possuía grande fortuna antigamente. Assim, tinha-se a mulher em situação de inferioridade. Mas a lei tratava de manter no estado a mulher que possuía fortuna. Tratava-se de defender a propriedade. Mas não tratava de defender a mulher que possuía fortuna. Tratava-se de defender a propriedade. Mas não tratava de defender a mulher que possuía fortuna.

A Dra. Sophia Galanternick foi a primeira promotora do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

— E assim, a mulher, que antes era considerada inferior, passou a ser considerada igual ao homem. Portanto, venceu, mas não venceu. Porque a mulher não conseguiu vencer a mulher, mas conseguiu vencer a mulher.

Figura 59 - Entrevista do *Correio do Povo* com a primeira Promotora de Justiça do Rio Grande do Sul. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05.07.1938, p. 13, Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Foto: Vinicius Oliveira.

344

Projeto Memória: Daí, assumiu, então, em Carazinho?

Sophia Galanternick: Assumi em Carazinho. Depois, foi criada a comarca. A comarca, antes disso, era Passo Fundo, e Carazinho era termo de Passo Fundo.

Projeto Memória: Como é que foi essa ida para Carazinho? A senhora ainda estava solteira quando foi para Carazinho?

Sophia Galanternick: Estava solteira.

Projeto Memória: E como é que foi a reação do seu pai quando soube?

Sophia Galanternick: Papai não se opôs. Meu irmão era muito do meu lado. Ele só me estimulou e me aconselhou a usar botinha, no tempo

Assumi em Carazinho. Depois, foi criada a comarca. A comarca, antes disso, era Passo Fundo, e Carazinho era termo de Passo Fundo.

que ninguém usava, porque lá tinha muito barro. O Estado não pagava em dia, eu tive que levar dinheiro, porque o meu irmão recomendou ao papai que eu levasse dinheiro, porque podia não receber no fim do mês e precisava estar prevenida para pagar minhas despesas. Naquele tempo, era só trem: a gente viajava não sei quantos dias para chegar a Carazinho. E já tinha dado no jornal a minha nomeação, aí os meus colegas de Pelotas me ofereceram um banquete. Os jornais, todos, noticiaram, inclusive jornais de Porto Alegre... noticiaram a formatura, a nomeação, foi uma alaúza total. Mas eu era uma pessoa, por exemplo, que

não entrava no meu quarto sozinha, no escuro, porque eu tinha medo. Então, a minha irmã mais velha, porque a mamãe nós perdemos quando muito pequenos: "Como é que tu vais te ver, lá em Carazinho, sozinha?". Eu respondi: "Eu fecho os olhos antes de apagar a luz". (Risos) Num quarto de hotel onde eu morava, um hotel bem pertinho da viação férrea, que me foi

indicado pelo Dr. Solon... Ele também mandou uma série de cartas de recomendação, para Passo Fundo, onde ele fora juiz, então, ele me recomendou para todo mundo. Peguei um juiz, em Passo Fundo, maravilhoso, o Dr. Teodoro Appel, com quem fiz boa amizade. Dificilmente, a gente encontra outra (pessoa) igual - e olha que eu trabalho há anos. Sempre a gente faz algumas amizades, por-

que eu me comportava direito. Ele era o Juiz de Direito, enquanto Carazinho não foi comarca. Projeto Memória: A senhora assumiu, exatamente, em que lugar? Onde foi a posse? Foi aqui em Porto Alegre ou foi lá em Carazinho?

Sophia Galanternick: Eu fui empossada aqui em Porto Alegre.

Projeto Memória: A senhora podia nos contar um pouco disso, da cerimônia da posse, onde era? Em que prédio ocorria a posse, a senhora lembra?

Sophia Galanternick: Eu lembro. Não foi posse solene, não foi nada.

Projeto Memória: Não. Posse só com a assinatura?

Sophia Galanternick: Eu fui nomeada pelo Governo do Estado.

O Dr. Abdon de Mello⁴¹, que era o procurador naquele tempo, presidiu a minha posse. Assinei, dentro da procuradoria, o termo e fiquei empossada.... (o Interventor) era o Cordeiro de Farias. Eu assumi no tempo da ditadura, quer dizer, não tinha recurso para nada. Era o Cordeiro de Farias o Governador, e o Dr. Miguel Tostes era o Secretário do Interior, o Dr. Walter Jobim era

Eu fui nomeada pelo Governo do Estado. O Dr. Abdon de Mello⁴¹, que era o procurador naquele tempo, presidiu a minha posse. Assinei, dentro da procuradoria, o termo e fiquei empossada.... (o Interventor) era o Cordeiro de Farias. Eu assumi no tempo da ditadura, quer dizer, não tinha recurso para nada. Era o Cordeiro de Farias o Governador, e o Dr. Miguel Tostes era o Secretário do Interior, o Dr. Walter Jobim era de Obras Públicas, também era muito amigo do Dr. Solon. O Dr. Solon também me levou para visitar o Dr. Walter Jobim, ele queria que alguém fizesse alguma coisa por mim.

de Obras Públicas, também era muito amigo do Dr. Solon. O Dr. Solon também me levou para visitar o Dr. Walter Jobim, ele queria que alguém fizesse alguma coisa por mim.

Projeto Memória: E daí a senhora pegou o trem para Carazi-

nho...

Sophia Galanternick: Aí, eu voltei para Pelotas, eu não fui direto daqui para lá, eu fui para Pelotas, eu viera para Porto Alegre com a malinha de passeio. Aí, meus colegas me ofereceram um banquete em homenagem à primeira promotora... foi pelo meu cargo, não é? Eu embarquei e fui sozinha. Quando cheguei lá, estava todo o Foro, na estação, me esperando. Nós tínhamos um escrivão, daqueles que

⁴¹ Procurador-Geral do Estado no período entre 28/05/1941 e 31/03/1947.

pulam e que fazem festa para a gente, mas que, nas costas, não são sinceros. Então, ele começou a me rodear

era terrível. Eu fui fazer um júri, em Palmeira, porque o promotor se deu por suspeito.

Projeto Memória: Qual foi o seu primeiro júri como promotora? Foi em Carazinho ou Palmeira? Depois daqueles dois de Pelotas.

Sophia Galanternick: Foi em Carazinho.

Projeto Memória: E como é que foi esse primeiro?

Sophia Galanternick: Naquele tempo, todos os crimes tinham júri. Não era como agora.

Projeto Memória: Não eram só os homicídios.

Sophia Galanternick: Nós tínhamos o júri durante um mês inteiro, e o que eu não ganhava no júri, eu ganhava na apelação.

Agora, também tinha isso: quando, no final do processo, eu achava que o indiciado não era culpado, eu pedia a absolvição. Fui a primeira promotora a pedir a absolvição de um réu.

Eu achava que estava representando a sociedade, e assim, pelo simples fato de ele estar sendo processado e eu ter chegado à

conclusão de que ele era inocente, eu não poderia pedir a condenação dele, não é? Depois, eu fui designada para um júri em Palmeira. O

"Doutora, amanhã nós temos uma audiência, será que a senhora vai querer fazer?"

"Claro que eu vou fazer. Temos uma audiência, já sou a promotora do lugar, quem tem de fazer sou eu, não é? Claro que eu vou fazer." Aí, comecei a trabalhar, nunca falhei, nunca perdi um prazo.

Projeto Memória: Como é que foi? Na estação teve uma recepção muito boa?

Sophia Galanternick: Todo mundo me recebeu muito bem. O Dr. Walter

Graeff, que faleceu há pouco, veio de carro para me levar a conhecer a cidade.

E eu levava a vida de moça, quer dizer, promotora é promotora, saía da promotora, tinha as minhas amigas com quem eu ia para o café, conversava; fui até aia da rainha de Carazinho. Tudo isso aconteceu, tive que fazer o vestido apropriado.

Projeto Memória: Mas na hora de ser promotora?

Sophia Galanternick: Eu era promotora. E, de noite, eu lecionava.

Projeto Memória: E Carazinho era um lugar violento na época?

Sophia Galanternick: Não, Carazinho não era. Palmeira é que

Todo mundo me recebeu muito bem. O Dr. Walter Graeff, que faleceu há pouco, veio de carro para me levar a conhecer a cidade.

Palmeira é que era terrível. Eu fui fazer um júri, em Palmeira, porque o promotor se deu por suspeito.

promotor de lá era o Dr. Hermes de Souza, que fora meu colega de turma. Em Palmeira, o Valzumiro Dutra é quem mandava lá. Os réus iam levar em mãos os pedidos de *habeas corpus*. Os réus picharam a casa do promotor, ele teve que se dar por suspeito. Então, eu fui designada para fazer o júri em Palmeira. E o Hermes foi me receber com a mulher, parei na casa deles. E diz o Hermes: “Estás sabendo quem estava sentado atrás de ti, no ônibus?”. Eu disse que não.

“É o irmão de um dos réus.” E chegaram a dizer que mataram para ver o cidadão estrebuchar... Quer dizer, eram bandidos mesmo. Foi de noite, na prefeitura, eu acho que toda Palmeira estava lá, encheu todo o Foro, as calçadas, todo mundo. Decerto porque era mulher – só pode ser por isso.

Projeto Memória: Queriam ver como ia reagir.

Sophia Galanternick:

Graças a Deus, fui muito feliz, eles foram condenados porque mereciam.

Projeto Memória: Mas a senhora não precisou estar armada ou pedir proteção especial?

Sophia Galanternick: Não, não pedi nada. Eu fui para lá, o Hermes me esperou na estação, eu pretendia ir para um hotel...

Projeto Memória: Então o boato que corre que teria assumido com um revólver é folclórico?

Sophia Galanternick: Eu nunca usei arma e nem sei usar.

Projeto Memória: Nem nesse caso

em Palmeira. Então, de fato, conseguia se impor pelo saber e pelo cargo.

Sophia Galanternick: E eu cheguei lá, aí ele disse que eu não iria para o hotel, porque o dono do hotel tinha lepra... sei lá o que ele tinha na cara... que eu iria para a casa dele, pois lá não havia hotel onde a gente pudesse parar. Aí, parei com ele, me dava muito bem com ele, foi um colega muito querido, a senhora dele também. E fiz o júri. Terminado o júri, terminado tudo, eu voltei para Carazinho.

Eu nunca usei arma e nem sei usar.

Projeto Memória: E o Valzumiro Dutra chegou a lhe procurar como coronel que mandava em tudo?

Chegou a lhe fazer pressão?

Sophia Galanternick: Não.

Projeto Memória: Sentiu que não podia?

Sophia Galanternick: Como se eu não existisse e ele também não existisse.

Projeto Memória: Passo Fundo tinha interventor na época, não é?

Sophia Galanternick: Interventor. É, e não havia recurso para nada.

Se a senhora era nomeada e, depois, destituída, não tinha para quem reclamar. Bom, aí o caso que eu tive e que eu achei de maior relevo, apesar de todos os crimes, foi em Passo Fundo. O comandante da região de Passo Fundo era um Góes Monteiro, de uma família muito importante e de muito relevo no Norte. Constava lá, e eu cheguei à conclusão que sim, que, quando ele achava a mulher de um soldado engraadinha, fazia o soldado ceder

a mulher. Até que um não quis. Ele mandou esquartejar o rapaz, botou em um saco do Exército, daqueles verdes, e colocou nos trilhos para o trem passar em cima. Bom, aí explodiu o caso, o povo todo se revoltou, embora todo mundo tivesse medo, porque, naquele tempo, quem mandava eram eles, era ditadura. Aí, começaram os jornais a cobrar. Então, fizeram inquérito. O inquérito sumiu.

Segundo inquérito, [também] sumiu. O terceiro ou quarto, sumiu. Mas, aí, a grita foi muito grande, tanto que o Exército, aqui de Porto Alegre, mandou um major a Passo Fundo para fazer novo inquérito. E aquele inquérito não sumiu, foi remetido para o promotor de lá, o Dr. Boeira Gue-

des, que, aliás, era um excelente promotor, um homem digno que passou por um vexame, pois os jornais o acusavam de não ter iniciado o processo. Mas, ele recebera uma ordem do procurador (-geral) (para) que não fizesse nada e guardou o inquérito no cofre.

Projeto Memória: Ordem do Abdon?

Sophia Galanternick: Não, aí não era mais o Abdon, era o Anor Buttler Maciel⁴². Mandou ordem para ele e ele guardou o inquérito no cofre. E os jornais bateram. Bateram tanto que eu fui nomeada para ir a Passo Fundo acompanhar o processo⁴³.

Projeto Memória: Dois casos difíceis que a senhora terminou tendo que ir... O de Palmeira, porque o outro se deu por suspeito, e esse de Passo Fundo.

Sophia Galanternick: É. Ao chegar lá, fui à delegacia para atender pedido de um colega, para ver qualquer coisa que ele tinha lá. E eu estava com o inquérito debaixo do braço, o delegado era o Dr. Klein. Ele nem me deu bom-dia, só disse: “Se a senhora pensa que

eu vou ajudar a senhora em alguma coisa, a senhora está muito enganada”. Eu lhe respondi: “Olhe, Dr. Klein, eu não vim lhe pedir nada, mas, se eu precisar, o senhor vai me atender, porque eu estou aqui com carta branca para atender o caso e até para que eu deixasse a Comarca de Carazinho, e eu não deixei”.

⁴² Procurador-Geral de Justiça no período entre 05/08/1939 a 27/05/1941.

⁴³ Refere-se ao famoso “Caso Creso”, referido como um dos *Crimes que Comoveram o Rio Grande... (Quatro Acusações)*. Publicado pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul, sob a organização do Corregedor, Dr. Ladislau Fernando Röhnel. Porto Alegre, 1962, p. 169-205.



Figura 60 - Manchete sobre o assassinato de Valpério Cruz (crime “do quilômetro 350”) em Passo Fundo. 1937. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 27.07.1937, p. 5, Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Foto: Vinicius Oliveira.

Eu ia e vinha. Eu fui para o hotel, o Dr. Appel foi lá, me tirou do hotel e me levou para a casa dele. Aí, os jornais começaram a dizer que foi preciso vir uma mulher para atender o caso já que o promotor se omitia. Então, quando eu fui à casa do Dr. Boeira Guedes para buscar o processo, eu lhe perguntei: “Dr. Boeira Guedes, por que o senhor não iniciou o processo?”. “Porque eu recebi uma carta do procurador (-geral) mandando que eu guardasse

o Inquérito.” Digo: “Olha, eu recebi uma, não foi para isso, mas eu não obedeci”. Faziam aqueles bailes, em casas de residência... Naqueles bailantes sempre ia um brigadiano para cuidar. E sempre saía briga com o brigadiano, e ele era processado. O ofício – acima referido – dizia que eu mandasse os processos em que um militar estivesse envolvido para Porto Alegre. Eu não tinha autoridade para mandar processo, eu não era juiz. Eu mandei perguntar quem é

que responderia pelo meu prazo. Não me deram nem resposta. (Risos) “O senhor deveria ter feito a mesma coisa, Dr. Boeira. O senhor está com o nome sujo agora na Comarca” – ele era um promotor cem por cento. “E, se ele me demitisse, eu tenho profissão. Eu não morreria de fome, eu tenho família.” Ele ficou muito encabulado. E o jornal começou: “Precisou vir uma

mulher!” e aquela coisa toda. Eu fiz todo o processo, modéstia (à) parte.

Projeto Memória: Desse cri-me?

Sophia Galanternick: Desse crime.

Projeto Memória: Do familiar de Góes Monteiro?

Sophia Galanternick: É, todo mundo com medo que acontecesse alguma coisa. Nem arma, nem nada.

Fui para o Foro, ouvi testemunha, ele se sentou no banco dos réus muito bem sentadinho, e, para mim, ele era um réu como qualquer outro, até pior, porque fazer um crime desses, a senhora sabe que é uma maldade, uma coisa fora do comum, e ainda botar a vítima num saco do Exército.

Projeto Memória:

A certeza da impunidade....

Sophia Galanternick: Da impunidade. Bom, aí nós tivemos de

ouvir umas testemunhas em Sarandi. Sarandi era termo de Carazinho. E ele foi para lá. Quando eu cheguei, ele estava na mesa ao lado do juiz, onde eu ia sentar, não no lugar dos réus (...) Eu disse:

“Desculpe, Senhor Juiz, mas esse aqui não é o réu?” Ele disse: “É, sim senhora.” “Então, ele que vá sentar ali, no seu lugar. No meu lugar, ou no seu, ele não vai sentar.” Ele ficou

vermelho, mas não disse nada e se sentou no lugar dos réus. Depois, ele conseguiu um aforamento do processo para Porto Alegre, diretamente para o Tribunal julgar. E eu fui ao Tribunal assistir ao julgamento. Foi o falecido Voltaire Pires quem o estava defendendo. O Voltaire era meu colega de turma, com mais um

colega. Aí o Voltaire se dirigiu a mim: “Quem entende mesmo desse processo é a colega”. São coisas que acontecem: eu fui designada, eu tinha de fazer – medo eu não poderia ter. Tive outro caso, também, no qual me ameaçaram.

Projeto Memória: Mas, esse outro que veio para Porto Alegre, a senhora termi-

nou fazendo o julgamento aqui?

Sophia Galanternick: Não, aqui não. Aqui foi para o Tribunal de

(...) quando eu fui à casa do Dr. Boeira Guedes para buscar o processo, eu lhe perguntei: “Dr. Boeira Guedes, por que o senhor não iniciou o processo?” “Porque eu recebi uma carta do procurador(-geral) mandando que eu guardasse o Inquérito.” Digo: “Olha, eu recebi uma, não foi para isso, mas eu não obedeci”

Eu disse: “Desculpe, Senhor Juiz, mas esse aqui não é o réu?” Ele disse: “É, sim senhora.” “Então, ele que vá sentar ali, no seu lugar. No meu lugar, ou no seu, ele não vai sentar.” Ele ficou vermelho, mas não disse nada e se sentou no lugar dos réus. Depois, ele conseguiu um aforamento do processo para Porto Alegre, diretamente para o Tribunal julgar.

Justiça, onde atuava o procurador⁴⁴.
Projeto Memória: Esse outro que a senhora ia contar agora....

Sophia Galanternick: Agora o outro caso é o seguinte. Eu chego um dia no Foro...

Projeto Memória: Em Carazinho ou em Passo Fundo?

Sophia Galanternick: Em Carazinho. Eu chego um dia no Foro, quando entram dois oficiais de justiça com uma moça, bem vestida, chorando, em prantos. Eu perguntei o que estava acontecendo. A mãe dela, quando elas eram pequenas – tinha seis filhas –, abandonou as crianças e foi para a vida, e as deixou lá com o marido. O marido era um homem pobre, deu as filhas, botou-as em casas de família. Essa moça estava em uma família boa, com instrução, estava noiva, quer dizer, uma moça fina, todas elas estavam em casa de boas famílias, uma delas, em Cruz Alta, elas eram de Cruz Alta. E a mulher, uma mulher da vida, resolveu vir pedir as filhas de volta. Entendeu? Chegou lá e o Juiz Municipal determinou que os oficiais fossem buscar a moça para entregá-la à mãe. Naquele tempo, não havia curador de menores, nem nada, o promotor era tudo. Falava em casamentos, menores, júri, crime, tudo, tudo, tudo era só o promotor. Porto Alegre tinha um curador, que era o Dr. Petry, e, no mais, promotores. Mas não havia, como agora: um é curador de família, outro é curador da infância. Nada disso. E quanto a juiz também:

o interior todo só tinha um juiz. Só Porto Alegre já tinha mais de um. Aí eu cheguei perto do Juiz Municipal e perguntei-lhe: “Veio alguma precatória, veio alguma coisa de Porto Alegre obrigando a entregar a moça?”. “Não, doutora, é que veio uma carta do Dr. Petry.” Ao que eu disse ao Juiz Municipal que o Dr. Petry era promotor em Porto Alegre e não podia mandar em Carazinho e que, no caso, quem devia ser ouvida era eu, no que o Dr. Juiz Municipal não concordou. Então, eu disse: “O Juiz de Direito é que é o Juiz de Menores, não é o senhor, eu vou falar com ele”. Aí já era o Dr. Jorge Fonseca Pires, que fez concurso e foi nomeado para Carazinho, e também muito amigo... até hoje, me dou com a família dele, ele já é falecido. Cheguei lá: “Dr. Jorge, está acontecendo assim, assim e assim”. O Dr. Jorge disse: “Faça uma petição e vou examinar o caso”. E não entregou a moça, mandou de volta para a casa dela. E o Dr. Paim não gostou. Fizeram uma representação contra mim, jantar para ele, sempre tinha uma turma. Ele não era isso nem aquilo. Aí, a mãe da moça bateu no hotel onde eu residia. Uma mulher toda pintada, naquele tempo, elas se pintavam com papel vermelho, não era com ruge. Horrível, se via que era uma prostituta. “Só a senhora que foi se opor ao meu pedido. A minha filha de Cruz Alta eu vou levar.” Passei um telegrama para o Juiz de Direito de Cruz Alta perguntando quais

⁴⁴ Veja-se resumo do caso na obra referida, *Crimes que comoveram o Rio Grande... (Quatro Acusações)*, bem como a denúncia oferecida pelo Promotor Público de Porto Alegre, Henrique Fonseca de Araújo, em janeiro de 1943.

eram as referências que ele conseguira para entregar a moça. Sim, se ele tivesse, alguma serviria para mim. Mandou me agradecer, que não iria entregar a moça. Não entregou.

Projeto Memória: E as ameaças que a senhora teve?

Sophia Galanternick: Ela veio me ameaçar e disse: “Mas eu tenho muito bons conhecimentos em Porto Alegre, o Dr. Bitencourt...” – só era advogado, não era nem Procurador – “e o procurador...” Eu respondi: “Olha, minha filha, o que acontece é o seguinte: eu não vou morrer de fome, se eu deixar a Promotoria Pública, eu sou advogada, eu sou professora, eu posso até acompanhar uma pessoa, eu tenho meu pai, minha casa... De forma que, não adianta nada tu vires com a conversa (de) que o Dr. Bitencourt é teu amigo, que o outro faz isso ou aquilo”. Aí, ela foi embora. Ela queria as filhas para prostituí-las. Anos depois, eu morando em Porto Alegre, com guri pequeninho, botei anúncio no jornal pedindo uma babá e ela me apareceu. Ela não me reconheceu, mas eu a reconheci, ela morava debaixo de ponte, ainda pedi o nome para confirmar. Eu lhe disse: “Olha, eu já tenho outra que veio mais cedo”.

Projeto Memória: Claro, claro. Mas não levou a de Cruz Alta.

Sophia Galanternick: Não levou. Agora, a gente se incomodava. Esses dias que eu estava vendo, nem me lembrava mais, eu nunca faltei (a) uma audiência, o Juiz Municipal e o Juiz de Direito marcavam audiências na mesma hora, eu assistia às duas. Quando eu precisava falar,

me chamavam. E o Juiz Municipal mandou certificar que eu estava ausente, por isso que não iria fazer a audiência, e eu estava dentro do Foro.

Projeto Memória: Mas e por que marcavam as duas no mesmo horário?

Sophia Galanternick: De vez em quando marcava um e não perguntava para o outro.

Projeto Memória: Para poder não fazer...

Sophia Galanternick: Para não adiar, eu não tinha obrigação de estar em dois lugares ao mesmo tempo, mas eu aceitava. E eu estava na sala do Juiz de Direito, tinha estado na sala do Juiz Municipal, comunicado a ele que eu estava na sala do Juiz de Direito e ele certificou nos autos que deixava de realizar a audiência porque o promotor não tinha vindo. Bom, aí eu me defendi. Então ele disse que eu fiz uma representação contra ele. Eu não fiz representação contra ele, eu só fiz um requerimento dizendo que eu estava lá - dentro, que ele tinha, por obrigação, de mandar me chamar na hora em que eu tivesse que falar e, jamais, certificar que eu não estava no Foro, porque eu estava no Foro, e que eu não era duas pessoas, era uma pessoa só. De vez em quando tinha uns atritozinhos com ele. Mas ele chegava atrasado, por exemplo, e eu nunca certifiquei que ele chegava atrasado. Ele era um boa-vida, Paim Terra, de Vacaria, aquela família importante de lá, também.

Projeto Memória: Da família Paim?

Sophia Galanternick: É, Paim Terra. Ele era o Juiz Municipal e o Juiz de Direito era o Dr. Jorge Fonseca Pires,

que tem um filho, que acho que já está aposentado, Jorge Alberto, foi procurador aqui em Porto Alegre – quando eu fui ser promotora, só existia o procurador-geral, não existiam procuradores – depois de muitos anos, criaram tais cargos. Até quem deu o nome para ele fui eu. A mãe, a Dona Maria, queria um nome, queria botar Jorge Alberto, nome não comum. Havia nomes como José Maria, todos conhecidos. Então ela conversou comigo. Eu lhe disse: “Mas por que não, se todo mundo bota dois nomes? E ‘Jorge Alberto’ é tão bonito. Por que a senhora não pode botar?”. E ele é Jorge Alberto. Até quando telefonei para o aniversário da mãe dele, este ano, quem me atendeu foi ele, ela está muito surda. Aí, quando soube que era eu, ficou muito faceira. “Olha, eu estou telefonando para dar um abraço na Dona Maria.” Ele disse: “Olha, desculpe, a mamãe não veio ao telefone porque está ouvindo muito mal”. Ficamos conversando. Foi o único filho que não casou. A Dona Maria tem seis filhos, ela está com uma dúzia de netos e bisnetos, cada filho tem uns quatro – tinha dois rapazes e quatro moças. Quando foram para lá, ela só tinha dois. A senhora vê: ganhava tão pouco o Juiz de Direito

(...) quando eu fui ser promotora, só existia o procurador-geral, não existiam procuradores – depois de muitos anos, criaram tais cargos.

Eu registrei mais de cem pessoas lá em Carazinho que não tinham registro. E não havia mais nenhuma autoridade a não ser o delegado, o promotor e o juiz – o Juiz Municipal e o de Direito. Então, qualquer coisa de que uma pessoa precisava, ela não tinha para quem se dirigir e optava pelo promotor, ela batia no hotel e eu ia atender.

que foi morar dentro da cidade, mas mais fora do centro. E ele foi bem franco: “Se morar aqui no centro, a Maria tem que se vestir muito bem”.

Lugar pequeno, meu Deus do céu, todo mundo se emperiquita. “E eu não ganho o suficiente para isso.” Ela ficou grávida do Jorge Alberto e já tinha dois filhos. “E, lá, ela não tem essa necessidade, pois tudo que a gente ganha não dá para sustentar tal luxo.” Lá qualquer lista que faziam, ao invés de irem aos empresários, iam ao promotor e ao juiz. Eu registrei mais de cem pessoas lá em Carazinho que não tinham registro. E não havia

mais nenhuma autoridade a não ser o delegado, o promotor e o juiz – o Juiz Municipal e o de Direito. Então, qualquer coisa de que uma pessoa precisava, ela não tinha para quem se dirigir e optava pelo promotor, ela batia no hotel e eu ia atender. Eu representava sindicatos, me convidavam para representá-los em uma sessão cívica lá, eu ia fazer o discurso. O outro me convidava não sei para que e eu fazia o (discurso) – nunca me neguei...

Projeto Memória: E a senhora era solteira, quando morava em Carazinho?

Sophia Galanternick: Casei lá. Casei em Carazinho. Ele era de Não

Me Toque que, naquele tempo, era termo de Carazinho, mas morava em Carazinho. Ele estava estudando Direito, estava quase formado.

Projeto Memória: Ele também era advogado?

Sophia Galanternick: Já estava trabalhando.

Projeto Memória: Esse seu sobrenome é de solteira ou de casada, Galanternick?

Sophia Galanternick: É de solteira. Mas na promotoria eu continuei e na Ordem eu continuo

só como Galanternick, pelo seguinte: eu era muito conhecida em toda parte; quando eu dizia Dra. Galanternick, eu era recebida, e se acrescentasse o nome de casada, fatalmente iriam abreviar o meu nome para Sophia G. Sturn, o que atrapalharia a minha vida.

Projeto Memória: Mas isso era uma novidade, porque, na época, não era muito comum a mulher poder manter o seu nome de solteira.

Sophia Galanternick: Em primeiro lugar, acontecia o seguinte: para eu me inscrever na Ordem, era no Rio de Janeiro que a gente se inscrevia, isso levava um ano; e a gente não podia trabalhar enquanto não estivesse inscrito na Ordem. Como nós tínhamos um colega, o Dr. Xavier, que era um homem de mais idade, com filhos grandes, muito rico, família muito importante, ele era economista, [mas] resolvera estudar Direito e foi para a nossa turma, um grande amigo, que foi ao Rio (para) levar o diploma dele (e) levou o meu também, tanto que eu me formei em 36 e, no começo de

37, eu já estava inscrita na Ordem.

Projeto Memória: Porque foi em mãos.

Sophia Galanternick: Porque foi em mãos. Até ele mandou fazer um cano de folhas para botar o meu diploma. Ele foi, voltou, trouxe o dele e trouxe o meu. Então, do contrário, levaria um ano, como já disse, para a gente se inscrever. E para mudar de nome eu teria que levar outro ano. A senhora entendeu? Eu fui nomeada, eu era solteira, comecei a advogar, e todo mundo me conhecia.

(...) eu me formei em 36 e, no começo de 37, eu já estava inscrita na Ordem.

Eu chegava aqui, no Tribunal: "Eu quero falar com o desembargador, eu quero falar..." com quem fosse, Dra. Galanternick,

eu tinha entrada. Mudar de nome, eu teria que começar a me apresentar de novo. Na Ordem, já estava Galanternick... Até hoje a carteirinha da Ordem é Galanternick, e a da polícia é Galanternick Sturn, que era o nome do meu marido. E nunca tive problema.

Projeto Memória: Bem, aí a senhora ficou em Carazinho...

Sophia Galanternick: Aí, criaram o primeiro concurso para promotor público. Nós fomos chamados, nos deram licença, foram inscritos *ex officio*, os promotores.

Projeto Memória: Desculpe lhe interromper, mas, antes da senhora nos contar isso, nós temos um registro que, em Palmeira, a senhora atuou num processo-crime contra Juvenil Correia. A senhora lembra o que foi esse processo-crime?

Sophia Galanternick: Foi só um.

Projeto Memória: Foi esse Juvenil Correia?

Sophia Galanternick: Eu tenho

impressão que sim... Eu não me lembro bem do nome, mas deve ser.

Projeto Memória: E, depois...

Sophia Galanternick: Foram dois homens.

Projeto Memória: E, depois, um homicídio de Valpério Dutra Cruz, em Passo Fundo. É aquele que a senhora nos contou?

Sophia Galanternick: É. Valpério Cruz era a vítima.

Projeto Memória: Esse foi o que a senhora nos contou da vítima encontrada num saco do Exército?

Sophia Galanternick: Do comandante⁴⁵.

Esse era a vítima, Valpério, rapazinho moço.

Projeto Memória: A vítima do parente do Góes Monteiro?

Sophia Galanternick: Do Góes Monteiro.

Projeto Memória: Então,

estavam chamando para o concurso...

Sophia Galanternick: Já, aí, veio um ofício, no qual era comunicado que havia sido aberto concurso para promotor, os promotores todos estavam, *ex officio*, inscritos. Deram-me licença para vir a Porto Alegre. Mas, o concurso foi livre, muitos advogados fizeram, os promotores e os advogados que não eram

(...) veio um ofício, no qual era comunicado que havia sido aberto concurso para promotor, os promotores todos estavam, ex officio, inscritos. Deram-me licença para vir a Porto Alegre. Mas, o concurso foi livre, muitos advogados fizeram, os promotores e os advogados que não eram promotores, era uma turma muito grande – tanto que nós tivemos que fazer o concurso em vários dias. Pela letra, eram tantos num dia, tantos no outro. Na prova escrita foi todo mundo junto.

promotores, era uma turma muito grande – tanto que nós tivemos que fazer o concurso em vários dias. Pela letra, eram tantos num dia, tantos no outro. Na prova escrita foi todo mundo junto.

Projeto Memória: Mais ou menos quantos, a senhora lembra quantos se inscreveram?

Sophia Galanternick: Olhe, não era brincadeira, promotores de todo o Estado. No momento em que foi aberto o concurso, nenhum promotor

poderia ser removido ou promovido. O procurador trouxe promotor de Caxias para Porto Alegre, Caxias era primeira, Porto Alegre era muito mais. Ele trouxe promotor não sei de onde para não sei onde... Mas, não adiantava fazer nada, o regime era

aquele, a gente tinha que ficar quieta. Bom, aí eu vim para fazer o concurso, o papai recém tinha vindo morar em Porto Alegre e morava em hotel. Então, eu peguei um quarto ao lado do apartamento dele para poder estudar. Eu, toda a vida, fui assim: eu estudo até a última hora. Se é bobagem, ou não é, eu não sei. Eu nunca deixei de ser a primeira,

⁴⁵ Refere-se ao Comandante do 3º Batalhão de Infantaria. “O Ministério Público denunciou como co-autores do homicídio, em face da prova indiciária recolhida no inquérito, o Tenente-Coronel Creso de Barros Jorge Monteiro, então Comandante do 3º Batalhão do 8º Regimento de Infantaria, sediado naquela cidade (Passo Fundo), e Antunes Pereira da Costa, Ordenança do primeiro”. In: *Crimes que Comoveram o Rio Grande... (Quatro Acusações)*. p. 169.

não havia de ser ali que eu iria perder a minha compostura. Fiz a prova escrita, não havia direito a recurso nem a revisão, eles davam a nota e a gente tinha que se contentar, era o regulamento do tal do concurso. O procurador disse que eu tirei o quinto lugar, eu fiquei muito contente, com tanta gente fazendo o concurso: promotor de Santana, promotor daqui, promotor dali. E o exame oral foi de cátedra, não foi sentado à mesa: a gente falava dali, todo o mundo ouvia. Houve promotor que, ao iniciar a prova, disse: "A emoção me embarga a voz... E estou esquecido do que eu tinha para dizer..." Até isso nós tivemos. Promotor de instância maior do que a minha. Bom, aí, nós fizemos o exame escrito, e o exame oral era por letra. Como sou "s", eu estava, praticamente, na última turma ou na penúltima para fazer o exame oral. Projeto Memória: Então, todos

assistiam ao de todos? Sophia Galanternick: É. Todos assistiam ao de todos. O Dr. Teodoro Appel, que tinha sido o meu primeiro juiz e que era de Passo Fundo, estava no momento em Porto Alegre, foi lá no hotel e disse: "Colega, tenho uma notícia muito desagradável para a senhora". Eu perguntei: "O que houve?". "O jornal noticiou que a senhora foi demitida." Quer dizer, eu fiz o exame escrito, eu passei no escrito, eu fui inscrita pelo procurador. "E o que a senhora vai fazer?" Eu respondi: "Eu vou comparecer. Eu não recebi nada. O senhor não acha? O jornal não foi o *Diário Oficial*, ninguém me comunicou, eu vou comparecer". Os colegas, todos, estavam sabendo, ninguém chegava perto de mim. Estava todo mundo constrangido: não sabiam se falavam comigo ou não falavam. E eu bem parada. E eu, quando fico nervosa, bato

356

PELOS HOTÉIS
Hoteleiros se no Petrono Hotel on str. Emilio Nery e sra. de Terezo Marcondes, Getulio Moro, Olympio Barcelos e Oswaldo Wenger, de Carasinho, João Luiz Batim, de Vila Ernestina, Agostinho Du'Agnoli, de Getulio Vargas e Agostino Cesar de Cunha e Cruz Alta.



Depositaris: Max Avila & Cia.

CONTINUA a Grande liquidação
DE CALÇADOS
Casa São Paul

crime do quilometro 350 vai ser apreciado pela Justiça Publica de P.Fundo

O Procurador Geral do Estado designou a Dra. Sofia Galanternick, Promotora Publica da Comarca de Carasinho, para denunciar e acompanhar a ação penal contra os matadores de Valpério Dutra da Cruz

A 20 de julho de 1937 foi cometido, nesta cidade, um crime hediondo que abalou profundamente o espírito publico e a sociedade paulistense.
Naquelle dia, Valpério Dutra da Cruz, jovem de vinte e poucos annos de idade, filho do sr. Alzavado Dutra da Cruz, aqui residente, foi assassinado com dois tiros e degredado, nua verdadeira requie de selvagem e banditismo. O seu corpo foy encontrado junto aos lidos da Viação Férrea, na promontoria do quilometro 350, proximo a esta cidade, na linha Passo Fundo - Santa Maria.
Mais tarde, por determinação do Comendo da 3ª Região Militar, foi designado o co-

ronel Osmar Jardim dos Santos, uma das figuras mais dignas e honestas de moço gçoioso Exercicio, para vir a Passo Fundo prender a um inquerito policial militar afim de apurar a responsabilidade dos autores do vil e miseravel assassinato de Valpério Dutra da Cruz.
Fello e inquerito, isso em principios de 1938, acabou se percorrendo ascas tramites legais, tendo sido enviado, em principios de 1939, para a Promotoria Publica desta Comarca.
Agora, em face da demora, o psi da vítima há designo ao dr. Anor Butler Maciel, Interno Procurador Geral do Estado a quem sollicito providencias para que o processo

fosse restaurado contra os matadores de seu extirpado filho.
Tomando em consideração a mala justia das reclamações, o dr. Anor Butler Maciel, Grande do Sul, fazendo com que a justiça seja exercida em toda a sua plenitude contra grandes e pequenos, potentados e humildes, em justa resolução que recebeu os mais entusiasticos aplausos dos que desejam ver a nossa justiça respeitada e tratada, acaba de designar a Ilustrada Promotora Publica da Comarca de Carasinho, dra. Sofia Galanternick, para funcionar no feito que ha tanto tempo esperava pela ação da justiça.
Esta designação foi publicada na edição

de 24 do corrente do «Jornal do Estado», de onde extraímos a seguinte local, eloquento e expressiva:
DESIGNAÇÃO—O de Anor Butler Maciel, Procurador Geral do Estado, pela portaria de ordem citada, sendo em cumprimento de serviço do Ministério Publico em Passo Fundo, designa a dra. Sofia Galanternick, Promotora Publica da Comarca de Carasinho, para acompanhar e acompanhar a ação criminal contra os responsáveis pela assassinio de Valpério Dutra da Cruz, ocorrido na cidade de Passo Fundo.

ANO 3, nº 13

Chapêos para senhoras

Casa

Figura 61 - Atuação da Promotora de Justiça Sophia Galanternick no crime "do quilômetro 350" *Diário da Manhã, Passo Fundo, 27.06.1940, p. 4, Acervo pessoal de Sophia Galanternick*

uma perna na outra – eu estava num nervosismo que não sabia o que eu ia fazer mais, mas eu fingia estar quieta. Quando o procurador me viu lá, me mandou um ofício, sem envelope, dizendo o seguinte: “O Senhor Governador do Estado, não querendo mulheres casadas” – se fosse hoje, eu lhe perguntaria se ele queria mulheres de outro jeito, mas, naquele tempo, a gente não dizia – “na Promotoria, eu lhe agradeço muito o seu serviço, me subscrevo, papapá, papapá, papapá”. Guardei o ofício e fiquei sentada esperando que me chamasse para o exame oral e ele me chamou. Se eu estava demitida, ele não tinha que me chamar, a senhora não acha? E me caiu herança jacente, recém tinha aparecido essa matéria no Código Civil, havia muito pouca coisa para a gente estudar. Mas, aí, me matei e fiz o que pude, estava assim de gente. Já sabiam que eu tinha sido demitida. Estavam todos os colegas e outros tantos, estava cheio. E o procurador estava à mesa, com mais dois advogados, era a mesa examinadora. Eu fiz aquela minha tese, e ele, eu acho que ele estava nervoso, de repente, me interrompeu para me emendar uma palavra de português, um acento. As minhas pernas estavam batendo uma na outra. Aí, eu disse: “Doutor, o senhor vai me desculpar, mas até o Tribunal tem dúvida se o acento é aqui ou ali”. Ele ficou quieto. Continuei.

“Colega, tenho uma notícia muito desagradável para a senhora”. Eu perguntei: “O que houve?”. “O jornal noticiou que a senhora foi demitida.”

Os colegas, todos, estavam sabendo, ninguém chegava perto de mim. Estava todo mundo constrangido: não sabiam se falavam comigo ou não falavam.

Só para me interromper, não é? Continuei e ele me emendou, outra vez, em uma palavra. E ele não pôde me reprovar de forma alguma porque havia muita gente presenciando o meu concurso. Quando nós íamos saindo, ele me chamou: “Oh, Doutora, amanhã nós vamos visitar o governador, vamos todos os promotores, espero que a senhora não falte”. Ele enviou um ofício me demitindo. A senhora imaginou? Naquele tempo, o Tribunal não aceitava mulher, nem para juiz. Isso é um parágrafo, para explicar o caso das promotorias. O Tribu-

nal tinha, não sei se era uma norma interna, alguma coisa era. Podia indeferir uma inscrição sem dizer pelo que, coisas contra a pessoa que não podiam ser provadas por documento. Por exemplo, houve um caso em que o candidato tinha se embriagado em uma festa, ou um outro que tinha duas famílias... qualquer coisa assim. E uma senhora, uma advogada, que eu não cheguei a conhecer, se inscreveu, e eles a recusaram e a cidade inteira falou mal dela: de certo ela tinha problema... Mas, depois, se inscreveram quatro mulheres – uma delas, a filha do Dr. Santos Rocha, de Canoas, aliás, uma moça fina, educada –, recusaram as quatro. Quer dizer, eles não queriam mulher. E eu, que estava na promotoria, de repente... Bom, então, nós fomos visitar o governador. O governador nos cumprimentou,

cumprimentou todo mundo, fez salamaleque e tal – ainda era o Cordeiro de Farias. Aí eu lhe disse: “Senhor Governador, eu queria uma entrevista com Vossa Excelência”. Ele disse: “Não tem problema nenhum”. E eu tinha que voltar para a comarca. Marcou-me para eu ir lá e eu fui. Sentei na sala de espera, era o Assis Brasil o Subchefe da Casa – eu já tinha aprendido que, quando a gente quer falar com o chefe, a gente não diz para o assistente o que a gente quer, porque a gente acaba não falando com o chefe –, ele chegou perto de mim: “O que a senhora deseja?”. Respondi: “Eu tenho uma audiência marcada com o governador”. “Está bem.” De repente, me aparece o procurador-geral, me vê sentada ali, deu um negócio nele. Foi lá, falou com o Assis Brasil. Deve ter falado...

O Assis Brasil voltou e disse: “Olhe, o governador está ocupado, a senhora vai ter que demorar muito a falar com ele, pois está atendendo não sei quem...”. Eu respondi: “Não tem problema nenhum, eu tenho que voltar para a minha comarca amanhã e eu não vou sair daqui sem falar com ele”. Fiquei horas. O Peracchi Barcelos era o Chefe do Gabinete, chegou perto de mim e disse: “Venha cá. O que a senhora está fazendo aqui todo esse tempo que ninguém a atendeu?”. Ao que eu respondi o que o Dr. Assis Brasil me dissera. “Mas o governador

Naquele tempo, o Tribunal não aceitava mulher, nem para juiz.

Fiquei horas. O Peracchi Barcelos era o Chefe do Gabinete, chegou perto de mim e disse: “Venha cá. O que a senhora está fazendo aqui todo esse tempo que ninguém a atendeu?”. Ao que eu respondi o que o Dr. Assis Brasil me dissera. “Mas o governador não está atendendo ninguém. A senhora vai entrar agora.

não está atendendo ninguém. A senhora vai entrar agora.” Não, é brincadeira, não é? Bom, aí, eu entrei, conversei com ele e disse: “Olhe, Senhor Governador, enquanto a nossa lei não disser que mulher não pode ser promotora, ou que mulher casada seja empecilho, não há motivo nenhum para ser demitida. Eu fui admitida, fiz concurso, fui aprovada”. “Eu não estou sabendo de nada”, foi o que ele me respondeu. Saiu no jornal: “Advogados de primeira entrância... e nomeado para Carazinho”, o meu nome, e eu estava demitida? Botaram assim: “Primeira entrância

– concurso realizado no dia tal.... aprovados: primeira entrância, estava eu ali; segunda entrância; terceira entrância”. Aí ele disse: “Mas eu não estou lembrado disso, eu não iria fazer uma coisa

dessas, a senhora poder ficar descansada”.

Projeto Memória: Não tinha sido por ordem dele.

Sophia Galanternick: Não havia ordem dele. Aí o Anor (Buttler Maciel) mandou me oferecer um emprego, na diretoria das prefeituras municipais, que havia em Porto Alegre, que eu não sei se ainda existe – o Anor era o procurador-geral. E eu disse para ele que de forma nenhuma eu aceitava o cargo, que eu fiz era concurso para a promotoria, eu queria ser promotora. Voltei

para a minha comarca, então, já estava casada. Aí, ele me designou para Jaguari. E eu não aceitei.

Projeto Memória: Não lhe manteve lá.

Sophia Galanternick: E eu estava casada. Em primeiro lugar, eu me casei para ficar com o meu marido, não foi para ficar separada. Em segundo lugar, eu sempre tive, e continuo tendo, o seguinte pensar, se a gente casa, a gente casa para viver com o marido e não para: “Eu vou para cá e tu vais para lá”. Para ir de Carazinho para Jaguari, e de Jaguari para Carazinho, eu acho que, de ano em ano, é que daria

para vir – pois as estradas eram pura lama. Cada vez que eu fosse para um lugar, meu marido fecharia o escritório para ir atrás de mim? Também não estava certo. Então, eu pedi avulsão com direito de volta.

Projeto Memória:

Isto foi em 41? A senhora teve uma licença antes em 40, uma licença de saúde?

Sophia Galanternick: Eu estava grávida.

Projeto Memória:

Porque aqui (na ficha funcional) tinha licença de saúde para tratamento de nervos. Então, não era isso?

Sophia Galanternick: Não, nunca tive doença de nervos na minha vida.

(...) o Anor era o procurador-geral. E eu disse para ele que de forma nenhuma eu aceitava o cargo, que eu fiz era concurso para a promotoria, eu queria ser promotora. Voltei para a minha comarca, então, já estava casada. Aí, ele me designou para Jaguari. E eu não aceitei.

Avulsão, constava nos estatutos, quando quisesse voltar, desde que não houvesse nenhuma modificação de conduta ou de qualquer outra coisa, eu poderia voltar, sem remuneração nenhuma, e fiquei avulsa.

Nunca estive doente na minha vida.

Projeto Memória: Bem, daí a senhora pediu avulsão... Mas, a senhora teria o direito de permanecer na comarca, já que pelo concurso...

Sophia Galanternick: Eu passei, fui empossada, não aceitei a transferência para Jaguari... Eu disse que não aceitei, eu pedi avulsão. Avulsão, constava nos estatutos, quando quisesse voltar, desde que não

houvesse nenhuma modificação de conduta ou de qualquer outra coisa, eu poderia voltar, sem remuneração nenhuma, e fiquei avulsa. Passados alguns anos, eu já estava morando em Porto Alegre, e meu ma-

rido foi acidentado. Foi um acidente muito grave e eu não sabia se ele iria se recuperar totalmente, ou não. Então, me lembrei: como promotora, eu poderia cuidar muito mais dele do que como advogada. Promotoria

é um lugar fixo e advogado vive perambulando. Aí eu pedi para voltar. O Ajadil de Lemos, que me devia todas as obrigações do mundo, estava na procuradoria, e disse que não me aceitava porque eu era

mulher. Eu mandei um ofício dizendo que eu não tinha mudado de sexo – sim, porque, se houvesse alguma alteração... pois eu era mulher, quando pedi a avulsão, e

Ilma. sra. dra. Sofia Galanternick
 Cordeses saudações.

Tenho o Governo do Estado resolvido exonerar-vos por julgar inconveniente aos interesses da administração o desempenho do cargo de promotor por mulher e cada, venho por este meio agradecer-vos os bons serviços prestados ao Ministério Público.

Com alto apreço, subscreve-se
 atenciosamente

Anor Butler Maciel
 Anor Butler Maciel
 Procurador Geral do Estado.-

Figura 62 - Ofício do Procurador-Geral do Estado Anor Butler Maciel à Promotora de Justiça Sophia Galanternick, comunicando sua demissão. 04.03.1941. Acervo pessoal de Sophia Galanternick

Histórias de vida do Ministério Público do Rio Grande do Sul - Rememorações para o futuro

Nomeações de promotores públicos

Assignadas hontem

Por decreto do Interventor Geral, referendado pelo secretário do Interior, foram nomeados, promotores públicos, em data de hontem, por haverem sido aprovados em concurso:

De 1ª entracila, os bachareis: Favirino Bastos Mercio, Ferv Rodrigues Condessa, Ivanio da Silva Pacheco, Ney Camara, Alvaldo Silva, Julio Marinho de Carvalho, Edgar de Andrade Bastos, Claudio Mercio, Paulo de Bem Velga, Mario Mondino, Julio Ferreira, Helle Marlante da Fonseca, Balduino D'Arçigo, Paulo Pinto de Carvalho, Floriano Maia de Avila, Garibaldi Almeida Viedi, Mario Machado da Rosa, João Lyra de Faria, Olavo de Carvalho Freitas, Yedo Moor Oliveira, José Barros Vasconcelos e Sophia Galanternick de 2ª entracila, os bachareis: José Maria Barcellos Ferrreira, João José Boeira Guedes, Olavo Jardim de Oliveira Victor de Bem Stumf, Nicolau Ratto Adornetti, Floriano Ubrilajara de Moura, Severino Tubino Machado, Romeu Simões Fries e Flavio da Costa Franco; de 3ª entracila, os bachareis: Henri que Fonseca de Araujo, João Clímaco de Mello Filho, Hermes Pereira de Souza, Togo Lima Barbosa, Caio Brandão de Mello Candido Flores Pinto e Paulo da Silva Couto

360

Figura 63 - Nomeação dos primeiros Promotores de Justiça concursados em 1941. Correio do Povo, Porto Alegre, 04.04.1941, s.p. Acervo pessoal de Sophia Galanternick.

... a bem
 A primeira do juiz de Yullo de justiça...
 nomeados. Paulo e oite, para...
 o nome do Procurador Geral do Estado...
 estado, de Sofia Galanternick, bacharel em...
 direito, presta o cumprimento do bem e...
 felicitando a todos os membros da...
 publica de comarca de São Paulo, para...
 as suas funções nomeada por ato numero...
 vinte e tres, de trinta de Yullo do ano...
 corrente, de law no. do Procurador Geral do...
 Estado de Yulla, secretario, tenor...
 presente Livro x
 Cota 100... Yullo de 1938
 Sofia Galanternick

Figura 63A - Livro de compromissos - Termos de compromissos dos promotores de justiça e funcionários de 13 de março de 1895 a 7 de junho de 1954. Acervo da Procuradoria-Geral de Justiça.

continuava mulher – e que eu estava afastada da promotoria no meu interesse, mas estava advogando. Aí o meu marido ficou bom e eu não me interessei mais. Depois, meu marido faleceu de câncer, ficou seis meses hospitalizado e eu, sempre, com a esperança, também, de que ele melhorasse, eu pedi para voltar. O Governador do Estado disse que eu não precisava me preocupar que eu não iria para o interior, nem nada, que a consultoria estava precisando de advogados com prática, mas que eu entrasse pela frente e não pela porta da cozinha – foi a expressão dele. Quis dizer, eu era concursada. Aí, eu requeri para voltar. Então era o Dr. Abdon que estava, de novo, na procuradoria, e eu já estava para voltar. Não sei por que eu fiz uma radiografia de pulmão e o médico particular disse que eu tinha qualquer coisa e que eu não ia passar na biometria. Então, eu desisti. E, agora, eu fiz uma radiografia de pulmão, contei para o Dr. Zago, e ele disse que eu não tenho nada no pulmão. Desisti e fiquei advogando em Porto Alegre, e advogo até agora. Faz dois anos que eu não caminho, eu só dou consultas, mas pretendo –

O Ajadil de Lemos, que me devia todas as obrigações do mundo, estava na procuradoria, e disse que não me aceitava porque eu era mulher. Eu mandei um ofício dizendo que eu não tinha mudado de sexo – sim, porque, se houvesse alguma alteração... pois eu era mulher, quando pedi a avulsão, e continuava mulher (...)

Ele era nazista, o Anor, o meu procurador. Correu aí a notícia de que me demitira por ter casado com israelita, mas meu marido não era israelita, só eu. Eu convidei o procurador para o casamento, no qual ele se fez representar, ele sabia que eu estava casada, não escondi...

dizem que eu vou ficar boa – voltar. **Projeto Memória:** Mas, então, na promotoria, foi aquele período de atuação, não é? E, depois, então, atividade sempre como advogada?

Sophia Galanternick: Como advogada.

Projeto Memória: E nós temos um documento, eu acho que é esse (a) que a senhora se referiu, em que eles terminam dizendo que não vão aceitar o seu retorno pelo fato de ser mulher...

Sophia Galanternick: Mulher casada. É um ofício que me mandaram ao me demitirem.

Projeto Memória: E, na época, a senhora

aceitou aquilo, não fez nenhuma manifestação ou mandou algum ofício respondendo? Eles dizem que as funções não são muito apropriadas para uma pessoa do sexo feminino...

Sophia Galanternick: Não, botaram assim: “De ordem do Senhor Governador, comunico à senhora que o Governador não quer mulher casada na Promotoria. Agradeço o seu serviço e muito obrigado, e tal”. Ele era nazista,

o Anor, o meu procurador. Correu aí a notícia de que me demitira por ter casado com israelita, mas meu marido não era israelita, só eu. Eu convidei o procurador para o

casamento, no qual ele se fez representar, ele sabia que eu estava casada, não escondi...

Projeto Memória do Judiciário. Realmente, ela enfrentou muito preconceito.

Sophia Galanternick: Ela não contou?

Projeto Memória: Contou.

Sophia Galanternick: Agora, eles estão com uma porção lá.

Projeto Memória: Sim, como no Ministério Público, depois da senhora. Levou muitos anos para que as mulheres entrassem – foi só na década de 70.

Sophia Galanternick: Até, eu achei interessante, a Ordem dos Advogados, quando o Dr. Nereu Lima era o presidente, fez uma homenagem para as primeiras cem mulheres inscritas na Ordem – eu sou a primeira. Minha irmã, que já faleceu, mas se formou bem mais tarde, [chegou] a

Procuradora do Estado, também estava na lista. E, quando eu recebi a lista – nela constava também minha irmã –, veio um cartão muito bonito, para todo mundo, com todos os cem nomes das homenageadas, (e) eu estava em segundo lugar. E não abri a boca para falar. O primeiro lugar estava na mesa. Aí, a colega que estava dirigindo os trabalhos disse: “A senhora é a primeira inscrita, mas a Dra. Íris Pottoff, que faleceu faz pouco, se formou um mês antes da senhora”. Mas, a homenagem era por inscrição, não por formatura. “Por isso, nós demos para ela.” E a Dra. Berenice estava lá, houve jantar, facultativo, ao qual nós fomos, e minha irmã ficou na mesa com ela. Disse a Dra. Berenice: “Eu sou juíza e afirmo (que) quem tinha de receber



Figura 64 - Notícia da sessão solene da Ação Integralista Brasileira/RS, realizada no Theatro São Pedro, em 29.01.1936. Entre os presentes, Anor Butler Maciel, nomeado Secretário da Propaganda. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 29.01.1936, p. 5. Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Foto: Vinicius Oliveira.

...”Mas, a senhora vai ter que ir para o interior primeiro”, disse o procurador. Eu respondi: “Eu vou para interior”. “Mas, tem muita gente na sua frente, a senhora vai ter que esperar.” Mas, ele queria puxar o saco do Tribunal, era o Condessa, ele era todo metido, não queria contrariar o Tribunal, não queria mulher nenhuma, não havia nenhuma juíza. A Dra. Berenice, que é desembargadora agora, não sei se a senhora ficou sabendo, era uma excelente juíza que, por merecimento, não foi promovida porque era mulher. E, quando atingiu a antiguidade, ficaram com a vaga aberta não sei quanto tempo para ela não ir.

Projeto Memória: Nós entrevistamos a Dra. Berenice Dias no

o título era a senhora”. Eu respondi: “Eu também acho”. O número de inscrição da Dra. Íris era posterior ao meu. A Rosah Russomano (também) estava na mesa, [mas] eu não a reconheci, a Rosah envelhecera muito, ela era cheia, muito bonita, estava magra. Eu fiquei sabendo que era ela porque falaram no nome dela. Aí, fui conversar com ela. Pois a gente se dava, eu a conhecia de muitos anos.

Projeto Memória: E por quê? Porque a Íris Potoff já era mais conhecida?

Sophia Galanternick: Não, porque essa madame, essa colega que dirigia os trabalhos, estava fazendo um levantamento não sei para que, para uma revista feminina, parece. Eu sou contra: ou nós somos iguais ou não somos, delegacia de mulher, eu sou contra. Se nós somos iguais, por que tem de ter delegacia de mulher? Associação das mulheres formadas em Direito? Em São Paulo, há até uma OAB de mulheres. Mas eu recebi uns livros de lá, onde elas convidam os homens para falar, quando é para discursar. Ela queria que eu desse o meu currículo para ela, eu nunca dei. Então ela quis se vingar. E, outra coisa, ela homenageou uma promotora, fazia três anos que ela era promotora, homenagearam outra promotora que tinha cinco anos.... Nem tocaram no meu nome. Fizeram a homenagem para ela...

Projeto Memória: Porque ela era de uma família tradicional, uma pessoa conhecida, o que não justificaria...

Sophia Galanternick: Não justificaria...

Projeto Memória: A senhora

lembra em que ano foi essa homenagem?

Sophia Galanternick: A minha irmã, faz uns quatro anos que faleceu, eu acho que faz uns oito anos, quando o Dr. Nereu Lima era o presidente da OAB.

Projeto Memória: Ah, faz uns oito anos. Mas, nas listagens da OAB, a senhora constava como a primeira.

Sophia Galanternick: Eu sou a primeira. E ela ainda deu uma explicação, ela podia ter ficado quieta.

Projeto Memória: Pois é, ficou mais complicado ainda.

Sophia Galanternick: Ela disse bem claro, e foi em pé que ela falou, a platéia estava toda ali, a sala estava lotada. Ela só disse isto: “Embora a senhora seja a primeira inscrita, a Dra. Pottoff se formou um mês antes”. A Dra. Pottoff se formou um mês antes, por isso que ela constou em primeiro lugar. Mas, venha cá, se houvesse uma homenagem para as formandas, então, talvez, até tivesse gente formada antes dela...

Projeto Memória: Claro.

Sophia Galanternick: A filha do Getúlio era advogada, mas ela não era inscrita na OAB, ela não estava na relação. Quer dizer, o Nereu Lima fez na OAB do Rio Grande do Sul uma homenagem às cem primeiras inscritas no Estado. Fizeram um cartão com cem nomes. É bastante, não? Então, chamaram uma por uma, que eram cumprimentadas, foi uma festa muito bonita mesmo. E, depois, apareceu uma colega lá, que eu não sei nem quem é, e disseram: “Homenageando a Dra. Fulana, que é a promotora não sei das quantas”. E a outra, e a outra.

E eu bem quieta no meu lugar, eu não ia fazer fiasqueira. Se falasse, e se chegasse lá, e dissesse: “Não, eu fui promotora na frente dela”. E, depois, quando nós fomos jantar, a Aida, minha irmã, sentou na mesa da Dra. Berenice, e eu estava com a outra irmã, em outra mesa – mesinhas pequenas, não é?... Quando eu fui chamar a minha irmã para ir embora, a Dra. Berenice disse bem assim para mim: “Eu sabia que eu a tinha visto, eu sou juíza”. Aí que eu a conheci. Ela disse assim: “Mas quem merecia era a senhora. Não foi homenagem para as formandas, foi homenagem para as inscritas?”. E eu estou inscrita até hoje, eu sou jubilada.

Projeto Memória: E do período do Ministério Público, da promotoria, que a senhora teve aqueles dois, três anos de exercício, além da sua experiência pessoal, e a observação dos outros promotores, como é que funcionava no Rio Grande do Sul? Porque eram poucos promotores para atender lugares grandes, vários termos e havia pressões, como essa que a senhora colocou sobre aquele júri.

Sophia Galanternick: Eu me dava com todos.

Projeto Memória: Mas e os outros promotores com os quais a senhora conversava?

Sophia Galanternick: Nunca notei diferença, era sempre tratada como igual. Outra coisa. (Em) Carazinho, nomeavam delegados, boas pessoas, o Dr. Muniz Reis foi um deles, não sei se já ouviu falar nele. Ele mais tarde foi Delegado Regional, de família boa, mas completamente analfabetos, no sentido de delegacia,

eu era quem os preparava.

Projeto Memória: Seria interessante que a senhora nos contasse um pouco como funcionava, na época, a delegacia, o inquérito, o encaminhamento, depois, para o juiz e para o promotor.

Sophia Galanternick: O Dr. Paim Terra tinha aquilo que ele era, como é que eu vou dizer, acomodado, como Juiz Municipal. Ia buscar a menina, ele vai entregar – a senhora entendeu? É mais fácil entregar do que...

Projeto Memória: Do que contestar.
Sophia Galanternick: É. Aí, eu disse para ele, fui bem franca: “Doutor, aqui, o Curador de Menores sou eu, não é o Dr. Petry. Se tivesse vindo uma precatória, um processo, aí tinha que dar, não é? Essa moça não vai”. Ele disse: “É, mas eu já dei ordem”. Eu disse: “Então, eu vou falar com o Dr. Jorge”. O Juiz de Menores era o Juiz de Direito, e o Municipal – Jorge Fonseca Pires – Juiz de Direito. Primeiro foi o Dr. Teodoro Appel, que era de Passo Fundo, enquanto Carazinho foi termo. E, depois, foi o Dr. Jorge Fonseca Pires, (que) já é falecido, só tem a Dona Maria e os filhos.

Projeto Memória: E os delegados, não tinham preparo...

Sophia Galanternick: Não tinham preparo nenhum. O Dr. Muniz Reis que, aliás, é de uma família, também, de muito relevo, uma rica de uma pessoa... Todos eles eram gente boa, mas eram nulos em relação ao cargo. Então eles recorriam a mim.

Projeto Memória: E esses delegados, certamente, recebiam uma pressão maior do governo, do sistema da ditadura...

Sophia Galanternick: Olha, eu nunca notei...

Projeto Memória: Só nesses casos, como aquele lá de Palmeira e que estavam todos preparados...

Sophia Galanternick: Lá em Carazinho, não havia essa chefia política que mandasse em todo mundo, não havia. Havia o nosso Coletor Federal, que era metido à besta, como eu digo, e, qualquer coisinha, ele queria que fizesse como ele queria. O Dr. Paim, não digo que ele fosse desonesto, mas, se pudesse amaciar, ele amaciava. Agora, o Dr. Jorge, não. Trabalhava, era muito correto, aberto para conversar com todo mundo. Mas, aí, era pão-pão, queijo-queijo.

Projeto Memória: Foi mais ou menos nessa época que foi nomeado prefeito o Artur Ferreira Filho, não é?

Sophia Galanternick: Não.

Projeto Memória: Foi depois da senhora?

Sophia Galanternick: O Artur não foi prefeito de Carazinho, o Artur foi prefeito de Passo Fundo. Carazinho, quando eu fui para lá, recém tinha sido elevado a cidade. O primeiro prefeito foi o senhor Albino Hillebrand. Toda, toda a consideração que ele podia dar, ele me dava.

Projeto Memória: Mas Passo Fundo tinha o Artur Ferreira Filho, que era bem ligado ao governo.

Sophia Galanternick: Era ligado ao governo, a família dele toda era.

Projeto Memória: E com as autoridades municipais, não havia nenhum conflito?

Sophia Galanternick: O Exator Estadual, por exemplo, foi até meu

padrinho de casamento com a mulher. Tivemos um relacionamento muito bom, tanto que, quando ela me encontrava, depois de muitos anos, era “a minha filha”, não era nem afilhada dela. Me dava muito com a filha dela e o namorado da filha era muito amigo do meu, os dois tinham o mesmo nome, fomos padrinhos de casamento deles, e nunca nos afastamos. Depois, eles foram para Pelotas, eu soube que ela estava doente, eu fui a Pelotas visitá-la. E ela estava com uma afilhada lá e, quando eu entrei, ela disse: “A minha filha”. E a afilhada ficou com ciúmes. O Coletor Federal, o primeiro que eu encontrei, também, muito cem por cento. O segundo é que veio mais politiqueiro, não é? Mas, também, nunca me incomodou. Só nessa história do juiz, fez um banquete, homenagem, porque eu tinha feito não sei o quê... Eu não tinha feito nada, só me defendi.

Projeto Memória: Sim. E esses banquetes, na época, era uma forma de trazer a pessoa para o seu lado...

Sophia Galanternick: É lógico, era para isso.

Projeto Memória: E dos procuradores do período, a senhora citou dois procuradores, poderia a senhora nos falar um pouco sobre esses dois?

Sophia Galanternick: O Anor ficou quase até eu sair... O Abdon, quando eu fui nomeada, e, quando eu fui demitida, era o Anor Buttler Maciel.

Projeto Memória: Mas o Abdon voltou em outro período? Como é que... O que a senhora lembra dos dois? Como é que a senhora daria a imagem política e institucional deles?

Sophia Galanternick: O Anor era um *gentleman*, era um homem fino para conversar com a gente, nunca que eu iria supor que ele fosse me fazer o que fez.

Projeto Memória: É que, politicamente, ele tinha outros interesses?

Sophia Galanternick: Ele tinha outros interesses. O Abdon era uma jóia, era uma moça. Mas, o Anor, não. Eu o convidei para o casamento, ele se fez representar. Era tudo assim.

Tudo que era ofício que vinha, (era) de uma gentileza a toda prova.

Projeto Memória: O Anor ou o Abdon?

Sophia Galanternick: O Abdon, ao ser nomeada. Pouco tempo depois, o Anor veio e o Abdon ficou subprocurador.

Projeto Memória: Certo, mas qual o que terminou lhe atrapalhando?

Sophia Galanternick: Foi o Anor.

Projeto Memória: Foi o Anor. Não o Abdon.

Sophia Galanternick: Tanto que, nessa vez que eu quis voltar, o Abdon é que estava lá, e me disse: “Olhe, seu nome já vai sair até no jornal”.

Projeto Memória: E o Abdon, como é que a senhora...?

Sophia Galanternick: Era uma rica de uma criatura, uma simpatia.

Projeto Memória: Parece que ele foi um dos homens que marcou o Ministério Público.

Sophia Galanternick: Marcou o Ministério Público, não tinha nenhum que tivesse queixa dele. Ele foi um grande procurador, promotor primeiro. Mas uma pessoa cem por

cento. E o Anor, assim, particularmente, a senhora também dava cem por cento para ele, mas só que ele não era cem por cento. Agora, o Abdon não. O Abdon era uma pessoa aberta, a gente conversava com ele, se ele dizia que pão é pão, pão era pão. E o Anor não. Pois ele mandou uma carta, um ofício, que, quando viesse um réu, um militar, que eu não fizesse nada, que eu mandasse o processo. (Em) primeiro lugar,

promotor não manda processo, quem manda é juiz. (Em) segundo lugar, eu nunca passei do prazo. Eu tinha tantos dias para a denúncia, tantos dias eu fazia. Eu mando para lá – em primeiro lugar, eu não podia mandar, mas

suponhamos que eu pudesse – como é que eu iria justificar, perante o juiz, que o processo sumiu ou que eu não estou cumprindo com o meu dever?

Projeto Memória: Então, o próprio procurador mandando um pedido desses...

Sophia Galanternick: Respeitosamente, eu escrevi com todos os efes e erres e perguntei para Sua Excelência quem é que ia responder pelo meu prazo. E ele não me deu resposta. Morreu o pedido. Por

isso que eu disse para o Boeira Guedes: “Quando eles lhe mandaram que o senhor engarrasse – desculpe o termo – o inquérito, o senhor não devia ter aceito”.

Projeto Memória: Essa é a importância de não aceitar esse tipo de

O Anor era um gentleman, era um homem fino para conversar com a gente, nunca que eu iria supor que ele fosse me fazer o que fez.

O Abdon era uma jóia, era uma moça. Mas, o Anor, não.

interferência, porque é uma interferência. Uma das coisas que eu queria lhe perguntar, e que na conversa a gente deixou passar, é a questão de ser israelita no período da guerra. A senhora estava começando a falar esse assunto. Isto pode ter interferido: o fato de a senhora ter nome israelita, de solteira, não é isso? Então lhe prejudicou alguma coisa, alguma vez poderiam ter...

Sophia Galanternick: Não. Nunca houve nada. Isso foi conversa que eu ouvi: que o Anor era, aqui não era nazista, tinha outro nome...

Projeto Memória: Integralista.

Sophia Galanternick: ...integralista, e que ele teria dito que, se eu podia casar com um israelita, ele, também, podia me demitir. Ao contrário, meu marido não era israelita, a israelita era eu. Eu convidei ele para o casamento, ele se fez representar.

Projeto Memória: Mas, o seu casamento não foi israelita?

Sophia Galanternick: Não, eu só casei no civil. Meu pai não queria, porque não era da religião, a nossa religião não casava com pessoa de outra religião, a não ser que se convertesse. O meu irmão me deu força. O meu marido era protestante. Ele

Marcou o Ministério Público, não tinha nenhum que tivesse queixa dele. Ele foi um grande procurador, promotor primeiro. Mas uma pessoa cem por cento. E o Anor, assim, particularmente, a senhora também dava cem por cento para ele, mas só que ele não era cem por cento. Agora, o Abdon não. O Abdon era uma pessoa aberta, a gente conversava com ele, se ele dizia que pão é pão, pão era pão. E o Anor não. Pois ele mandou uma carta, um ofício, que, quando viesse um réu, um militar, que eu não fizesse nada, que eu mandasse o processo.

quis se converter, eu achei que era um absurdo – uma pessoa formada, de repente, mudar de religião... Não vai me dizer que vai acreditar? Então, eu disse que não precisava, que eu não aceitava. Na nossa casa, ninguém era protestante, ninguém era nada.

Projeto Memória: E o procurador, parece que era integralista... a senhora soube de outros casos? Como lhe contaram esse?

Sophia Galanternick: Não tinha ninguém no Ministério Público

israelita.

Projeto Memória: Mas, assim, em relação a outras atividades dele...

Sophia Galanternick: Foi o que correu, aqui, em Porto Alegre, mas, conhecimento de fatos, eu não tenho...

Projeto Memória: Outra questão. Nós temos na procuradoria um relatório enviado pela senhora, em fevereiro de 1941, dizendo o que tinha acontecido num dos julgamentos. Era comum esse tipo de relatório? Era da rotina de trabalho? Precisava mandar isso? Havia um pedido especial?

Sophia Galanternick: (Pausa) Não era comum. Geralmente, quando era absolvido, eu recorria, e eu não recorri... Não me lembro se eles me

mandaram alguma coisa, motivo pelo qual eu fiz a explicação.

Projeto Memória: Não era comum?

Sophia Galanternick: Não era comum. É como eu lhe expliquei: nós fazíamos o processo, a polícia fazia o inquérito, ia para a Justiça, fazíamos todos os trâmites legais – testemunhas, perícia, o que fosse preciso – e, no final, se eu achasse que o cidadão era inocente, eu pedia a absolvição. Ali, foi um júri, não houve recurso. Deve ter alguma coisa, que eu não me lembro, que o Anor deve ter perguntado, porque eu não recorri e eu expliquei.

368

Projeto Memória:

Era um caso em que tinha ocorrido um homicídio em 1924 e só em 1941 que fora a julgamento, muitos anos depois... Tem mais algum aspecto que a senhora gostaria de nos dizer a respeito da sua vivência no Ministério Público, a sua vivência com a justiça, porque, afinal, como advogada, passou a vida inteira ainda atuando.

Sophia Galanternick:

Trabalhei muito tempo em tudo. Depois, eu peguei a empresa de Viamão. Não foi por mês, eu fazia serviço para eles, mas era advogada exclusiva. Era tanto serviço que eu fiquei no trânsito praticamente o tempo todo, abandonei os outros ramos de tanto serviço que eu tinha, eu atuava para a firma no trânsito,

Não. Nunca houve nada. Isso foi conversa que eu ouvi: que o Anor era, aqui não era nazista, tinha outro nome integralista, e que ele teria dito que, se eu podia casar com um israelita, ele, também, podia me demitir. Ao contrário, meu marido não era israelita, a israelita era eu. Eu convidei ele para o casamento, ele se fez representar.

Não tinha ninguém no Ministério Público israelita.

causas trabalhistas e tributárias. Por exemplo, tributário eu não gosto, mas, quando o cliente já é de outra coisa, eu aceito o tributário também, quer dizer, eu não posso deixar o cliente na mão. Então, eu tive um caso em que aprendi uma coisa. Eu

estava na polícia atendendo o interrogatório de um motorista. Aí, me apareceu um outro motorista que disse assim: “Doutora, eu estou procurando a senhora, também tenho uma audiência”. Eu olhei para a cara do homem, cara de bêbado. Aí, eu disse: “Mas, o senhor tinha bebido? Tem que me contar, pois se me pegam em contradição, não

saberei como defendê-lo”. “Doutora, eu tomei dois conhaques, mas eu tomei leite e não aparece.” E não apareceu mesmo. Então, eu aprendi que quando a gente bebe e toma leite,

não aparece a bebida no exame de teor alcoólico. Mas, ele tinha cara, eu estava enxergando na cara do homem que [ele] devia beber. Eu sempre acompanhava os interrogatórios, a polícia

sempre o permitiu.

Projeto Memória: Mas, não é perigoso isso, porque, de repente, a pessoa pode, efetivamente, ser culpada, porque estava dirigindo bêbada, e um laudo dá como não constando?

Sophia Galanternick: Tive, tam-

bém, o seguinte caso. O motorista foi depor e disse que a pessoa morreu atrás do ônibus – que só depois de vinte metros de distância que ele enxergou que havia uma pessoa caída. E eu duvidei. Mas, eu fiquei atônita, achei que tinha estragado com a minha defesa, chegar aí e dizer que enxergou um embrulho, ou seja lá o que for, com vinte metros de distância – ele estaria mentindo. Eu não ia dizer para ele, eu só perguntei: “Vinte metros?”. E ele disse: “É, vinte metros, para a gente enxergar”. E eu não tive dúvida: fui na empresa, pedi um ônibus, eu não dirijo, botei o motorista dentro do ônibus, fiz ele andar, andar, andar, até que botamos a coisa para ele enxergar, e se mediu e deu os vinte metros.

Projeto Memória: A importância de acompanhar, também, a questão do processo...

Sophia Galanternick: Agora, outra coisa: a gente, às vezes, faz o serviço bem feito e não consegue ir para frente. Nós temos um muito amigo nosso, e ele foi vítima de um acidente em Caxias, havia uma senhora, que eu não sei se ela ainda existe, de uma família muito importante de Caxias, mas ela era deficiente e não podia dirigir qualquer carro, tinha que ter carro especial para dirigir. Ela corria de tal forma que todo mundo em Caxias tinha medo dela, quando o carro dela passava, porque ela podia matar alguém. E o nosso amigo, que tem um filho médico que mora em Caxias, vinha com a mulher de Bom Jesus, ele era rotariano, vinha de uma reunião de Rotary, e foi a senhora que foi por cima dele, e não ele por cima do carro dela. A minha amiga

ficou muito machucada, atingiu a vista, atingiu a mama, foi uma coisa muito forte, muito feio. Aí, ele me pediu para fazer a defesa dele. Eu fui. E apareceu, no processo, que não era ela que estava dirigindo. O irmão dela namorava uma moça muito simples, namoro que a família não aprovava, porque eram todos grã-finos, pegaram a moça para dizer que era ela a motorista. A senhora está entendendo? Eu quis provar o contrário, e o constituinte não deixou. Eu disse: “Mas, então, vai ser condenado!”. Eu sou bem franca, eu defendi, da empresa de Viamão, não sei quantos, centenas de casos, e só tive um, condenado na primeira, e eu absolvi na segunda. Não que eu garantisse que eu fosse absolver, mas a gente faz de tudo. Aí eu disse ao meu amigo: “Não adianta, eu vou fazer prova, da hora que você saiu de Bom Jesus até a hora que você chegou em São Marcos, que você não vinha correndo”. Aí, consegui duas testemunhas, em Bom Jesus, tinham que me notificar do dia da audiência, não é? Chego lá. No interior, agora não sei, mulher, quando chegava o juiz, achava que mulher não entendia. Se pudessem carregar, eles carregavam. Aí, eu cheguei lá, nós tínhamos audiência marcada, fui ver os autos, essas testemunhas de Bom Jesus foram ouvidas sem a minha presença. Eu estava examinado o processo e fiz um comentário em voz alta, chega um cidadão descascando uma laranja, era o juiz, e eu disse assim: “Só mesmo aqui que me fazem uma coisa dessas – fazer uma audiência sem comunicar para o advogado para poder cumprir com o seu dever”. Bom, aí eu quis pedir

a anulação da audiência, meu constituinte não quis: “Então, vai ser condenado!”. Eu não tinha prova nenhuma. Mas, como era primário, foi condenado e obteve o *sursis*.

Projeto Memória: Mas, ele não quis, porque era uma família...

Sophia Galanternick: Não, porque nós fomos para uma audiência, e eu [disse]: “Não vai sair essa audiência, porque nós vamos anulá-la”. Ele respondeu: “Não, a gente não vai voltar para outra audiência”. “Mas, vem cá, Saul...” – ele é acostumado a mandar, esse meu amigo, manda em casa, manda na mulher, e, de repente, ele tem que obedecer alguém, entendeu? Eu era muito amiga deles, do casal, da família toda, meu marido era rotariano também, ele é padrinho de um neto meu, quer dizer, é uma relação muito grande. E ele, com certeza, estava se sentindo constrangido, que eu estivesse mandando. Digo: “Olha, Saul, aqui tu não és meu amigo, não és Saul, não sou Sophia. Eu sou tua advogada. Ou tu obedeces, ou eu não faço o serviço. Eu vou provar que era ela e está pronto o negócio”. Nesse meio tempo, ela mandou desmontar o tal do carro. Aí, eu ouvi conversa lá que todo mundo tinha medo dela, pois ela dirigia mal. E eu, com duas testemunhas, que iam provar que ele saiu de Bom Jesus a tal hora e chegou a tal hora, ele não podia estar correndo. Então, é como eu digo... Outro caso foi com o dono da empresa de ônibus em que eu trabalhava com meu marido, mas foi antes de começarmos a trabalhar para a empresa. Ele pegou uma menina com seu carro. A polícia disse que ele não tinha culpa nenhuma, porque

a moça se atravessou na sua frente, ou qualquer coisa assim, e o meu marido é que foi fazer o processo, não fui eu. Já estava tudo prontinho para ele ser absolvido, (quando) ele inventou que tinha de ouvir não sei quem – um senhor já de idade. Este o enterrou e (ele) foi condenado. A gente ficou sentida, pois se tratava de pai de uma amiga nossa...

Bom, há promotores públicos que, quando o causante do acidente é vítima, também se machuca, eles não o consideram como culpado, não o incluem na denúncia. E o promotor de Viamão era desses – aquele é vítima, não pode ser culpado. Então, eu pedia para o juiz incluir o cidadão na denúncia. Eu tenho um caso de uma cunhada. Ela é que foi a culpada. Ela ia com o carro dela perto do cemitério, acho que para um velório, ali, na Oscar Pereira, e vinha um ônibus de turismo de São Paulo – foi ela quem abalroou o ônibus, não foi o ônibus o culpado, eis que o carro dela ficou virado a pó de mico. Aí, ela também se machucou muito, ficou hospitalizada muito tempo. O promotor denunciou o ônibus... Olha, dá graças a Deus, eu lhe disse, se pegares um promotor que, quando o culpado é vítima, ele não denuncia... O que o advogado tem de fazer pelo cliente... Quando é promotor, não; mas, quando é advogado, sim, não é? E o réu foi o motorista do ônibus. Aí, uma advogada de São Paulo mandou uma carta para ela, cobrando os danos. E eu mandei uma resposta – que eu nunca tinha ouvido falar que vítima pagasse prejuízo do réu. Pelo contrário, o carro da Fulana de Tal foi vendido como sucata, e ela ficou

no hospital não sei quanto tempo, ela teve derrame no pulmão, e quebrou o fêmur – tudo que a senhora quiser, aconteceu com ela. Mas, a culpada foi ela. Nesse caso, claro, ela era minha constituinte... Mas quando era o contrário, eu fazia outra coisa: requeria ao juiz que determinasse ao promotor que denunciasse o verdadeiro culpado. O juiz de Viamão à época não gostava que advogados de fora atuassem na sua comarca. Certa vez, ele nomeou depositário um comerciante estabelecido, que não podia atuar como tal. Eu requeri, solicitando ao juiz a substituição do mesmo. Que fez o juiz? Guardou a minha petição até o homem desfazer a firma, saindo da direção da mesma, e, então, o confirmou no cargo. Certa vez, estávamos fazendo uma audiência, e a sala onde estávamos atuando (tinha) um estrado mais baixo de um lado, onde eu estava sentada, e (outro) mais alto, (do outro lado), onde se encontrava o advogado da parte contrária. Vejo muitas vezes juízes reclamarem de advogados que os interrompem sem pedir licença. Nunca interrompi um juiz – espero que ele pare de falar, peço licença e me dirijo ao mesmo com todo o respeito. Quando o perito estava sendo questionado, sem motivo algum, pois eu não estava interferindo nos trabalhos, somente perguntando através do juiz, este disse: “A senhora, que tem por costume atrapalhar os trabalhos, está querendo interferir com a testemunha”, ao que respondi: “Vossa Excelência vai me desculpar, mas eu não formulei nenhuma pergunta, quem as formulou foi Vossa

Excelência”. Daí a pouco, vem uma testemunha, que era do colega, e o juiz deu a palavra, primeiro, para mim, motivo pelo qual eu disse: “Doutor, a testemunha é do colega”. A resposta vem de imediato: “Eu não sou vesgo”, sendo vesgo. “Doutor, que eu não sou vesga tenho certeza.” Não fui autuada por desacato, porque estavam presentes o outro advogado, a escrivã e a testemunha. Tive um outro caso, com um juiz que fazia rapapés quando me via no Foro, mostrava-se muito amigo, sempre a elogiar-me. Tivemos um caso – note-se que eu só ia ao Foro quando tinha alguma audiência marcada, quando era intimada de algum ato ou quando ia requerer alguma coisa. Ir por ir, nunca ia. Aí, eu fui lá para saber de um processo e o juiz vinha vindo e dizendo: “Doutora, como é que vai? Marretei o seu constituinte”, ao que eu respondi “só me resta recorrer”, não é? “Acontece, porém, que o Senhor julgou *extra petita*.” Aí o juiz me disse que iria reformar a sentença, porque não queria que fosse para o Tribunal assim, no que eu perguntei: “E como é que fica o meu prazo?”. “A senhora terá prazo novo”, respondeu. Eu não poderia pedir ao juiz que me desse isso por escrito, seria uma falta de respeito duvidar da palavra dele. Quando eu vi, passou o prazo, sem que eu tivesse sido intimada e prejudicada, com isso, a minha constituinte. Fui à presença do juiz e questionei o fato, no que ele me respondeu que havia terminado o meu prazo para recurso. Respondi-lhe que quando perdi o meu marido, que estava doente há muito tempo, eu estava com um processo em fim de prazo para

recurso. Chorando na máquina, eu não deixei o meu constituinte sem apelação, pois seria difícil que, naquela hora, em fim de prazo, algum colega aceitasse me substituir. “Assim, também, não iria deixar de recorrer da sua sentença.” Aí, ele chamou uma menina que trabalhava no cartório, para que ela confessasse a minha presença no cartório no período de recurso; ao que a mesma respondeu que “a Doutora só vem aqui quando intimada e isso não aconteceu”. Não contente, chamou a escritã, que disse: “Não, Doutor, a Doutora não foi intimada, ela só vem aqui quando recebe intimação”. Isso, já como advogada. Tive um caso em Rio Grande, uma ação de usucapião contra uma herança, que não mais existia, pois o acervo já tinha sido partilhado e a partilha devidamente homologada a favor meu e de vários primos e dois tios, que moravam em várias partes do Estado. Aí resolvi ir sozinha e levantar a preliminar de que a ação não poderia ter sido intentada contra uma herança inexistente e, sim, contra os donos do imóvel objeto da ação, entrando, também, no mérito da ação. Em dado momento, eu disse que iria entrar com recurso e o juiz, *a priori*, me respondeu: “Eu não ligo muito (para) advogados, eu faço o que quero”, ao que respondi: “Mas comigo, o Senhor não vai fazer o que quer, porque eu vou recorrer”. Aí, quando eu dei o meu nome, ele disse: “Ah, a senhora é a pessoa de quem o Dr. Bruno – então diretor da Faculdade de Direito de Pelotas – tanto falou”, e, aí, se desmanchou em gentilezas. Não é por ser mulher que tais fatos aconteceram.

Projeto Memória: Isso foi, realmente, uma experiência grande...

Sophia Galanternick: Já como advogada. No processo, que correu em São Marcos, já referido, onde o réu era amigo meu e de meus familiares, eu requeri certa coisa, e o juiz retrucou: “Por que a senhora não requereu na fase policial?”. Ao que eu respondi que não requerera, então, porque o fato ocorrera após a fase policial.

Projeto Memória: São as dificuldades do exercício da profissão.

Sophia Galanternick: Eu me referi ao que, não me lembro agora, mas sempre respeitosamente, pedia vênias. Em toda (a) minha vida, nunca usei uma palavra que não fosse de acordo, não é que queira me elogiar, eu acho que é obrigação. O juiz deu um despacho dizendo que eu queria interferir não sei no quê e que, se eu o fizesse de novo, ele ia me fazer não sei o quê. Eu não ia deixar passar em brancas nuvens e, aí, eu lhe respondi por escrito. Tendo o juiz reiterado as ameaças, tive de representar contra ele.

Projeto Memória: Dra. Sophia, naquele período em que a senhora esteve atuando, e saíram coisas no jornal sobre o júri, a senhora guardou algum recorte de jornal, alguma coisa dessa fase, algum documento, fotografias?

Sophia Galanternick: Olha, eu tinha uma revista em que eu dei uma entrevista, uma revista técnica, mas eu não a encontrei. Aí, tinha toda a minha vida. Eu tenho alguma coisa aí, uma pasta antiga.

[Há] retratos, [alguns]... Eu, quando era acadêmica, escrevia no jornal da

faculdade, que era *O Acadêmico*. Quando eu me formei, na nossa formatura, tínhamos a entrega da chave da faculdade, fui eu quem falou na despedida dos estudantes, um outro colega entregou a chave. A carta em que o procurador me demitindo, eu tenho (...)

Muita gente me pergunta por que não continuo trabalhando e eu respondo: "A gente tem de saber quando parar. Não poderia chegar no Foro de bengala e de braço dado com outra pessoa e comparecer às audiências, como também não tenho capacidade física para ir de um cartório ao outro". Pretendo ficar boa um dia. Vamos ver.

Projeto Memória: Enquanto isso, vai dando consulta, orientando.

Sophia Galanternick: É, eu estudo e leio. De manhã, eu faço fisioterapia e, à tarde, eu fico em casa, a não ser quando tenho de sair (...) sempre eu estou ocupada.



Figura 65 - Promotora Sophia Galanternick em solenidade de homenagem recebida do Ministério Público do RS em 14 de dezembro de 2000 em companhia do Procurador de Justiça Ricardo Vaz Seelig, Coordenador do Projeto Memória do Ministério Público. Acervo do Projeto Memória do Ministério Público do RS.

Sylo Soares: Eu sou natural de Bento Gonçalves, e lá sempre atuei como assistente da promotoria, quando nomeado, na falta de promotores. Então, eu fui me relacionando e me entusiasmando pela carreira, tive bons amigos promotores, na época, e resolvi: “Eu vou me formar em direito e vou ser promotor”.



Figura 66 - Sylo Soares. *Acervo pessoal de Sylo Soares*

374

Naquele tempo, no Ministério Público havia a possibilidade do promotor ser eleito vereador, e ia para (o) quadro suplementar, ficava contando tempo na carreira e recebendo os vencimentos, com atividade legislativa, vereador, e sem impedimento do cargo. Esse é um fato histórico interessante que houve no Ministério Público até

Naquele tempo, no Ministério Público havia a possibilidade do promotor ser eleito vereador (...)

1950 e poucos, uma coisa assim. Aí terminou. Saiu uma Lei, é claro, e dizendo que haveria a possibilidade do promotor ser vereador, se quisesse, mas iria para o cargo suplementar, contando apenas tempo, sem vencimentos e sem poder exercer a atividade total de advocacia, que foi o que aconteceu comigo. Eu fui eleito, me candidatei a vereador já nessa situação: sabendo que não ia ter vantagem nenhuma. Não podia nem advogar, nem receber vencimentos. Só contava o tempo e garantia o cargo. Isso foi lá nos idos de (19)56, por ali, (19)55, (19)57, foi nessa época.

Projeto Memória: A faculdade, o senhor fez onde?

Sylo Soares: Bem, eu fiz vestibular para Direito na UFRGS. Eu sou da turma do cinquentenário da UFRGS. Agora estamos comemorando 50 anos já de formatura. Quando entrei, só tinha UFRGS. Logo em seguida é que abriu a PUC. Eu fiz vestibular, passei e tal. E sempre, desde estudante, sempre estive muito ligado ao Ministério Público. Sempre gostei muito do Ministério Público. Sou apaixonado pelo Ministério Público. Tanto é que, se eu voltar, na próxima encarnação, vou ser promotor de novo.

Projeto Memória: E o papel do Ministério Público, naquele momento, porque ele era muito diferenciado do que é

* Entrevista concedida ao Projeto Memória do Ministério Público do RS em 23 de agosto de 2000.

hoje... E qual a visão que a sociedade tinha?

Sylo Soares: O promotor, naquela época, tinha uma penetração social muito grande. Era uma pessoa muito visada socialmente. Era o juiz, (o) promotor, (o) delegado de polícia e o padre. Eram as pessoas, as personalidades, ou autoridades, que mais se sobressaíam dentro de uma sociedade, nos lugares todos por que eu passei. A carreira do Ministério Público era diferente naquela época. Começava com uma entrância especial, e depois tinha quatro entrâncias, e a última, em Porto Alegre, já como procurador. Depois suspenderam a entrância especial. Ficaram só quatro entrâncias, e criaram uma subprocuradoria aqui em Porto Alegre. Eram seis. Então, a carreira passava por seis vagas. Eu passei pelas seis. Só não tinha entrância especial quando entrei. Bem, isso era o Ministério Público. O que mais eu posso lhe dizer? Pode perguntar...

Projeto Memória: E o início, começou onde? Fez concurso...

Sylo Soares: Ah, sim. Eu fiz concurso e fui aprovado logo de saída e assumi a primeira comarca, foi a Comarca de Antônio Prado. E fiz toda carreira inicial naquela zona colonial italiana. Eu fiz toda carreira por ali. Eu fui Promotor de todas aquelas comarcas da zona colonial italiana, até que, depois, eu vim embora para Porto Alegre, removido para Canoas. Em Canoas, era segunda entrância, depois passou para terceira, eu lá fui promovido e de lá vim para Porto Alegre.

Projeto Memória: E esse início, na zona colonial italiana, porque o senhor também é de naturalidade

dessa zona, de Bento, isso facilitou ou dificultou o exercício?

Sylo Soares: Não, não. Ao contrário. O exercício era ótimo, era ótimo. A função de promotor se realizava com muita plenitude e satisfação em todas as comarcas daquela região. Era uma beleza. Era diferente. A época...

Projeto Memória: Que lembranças o senhor tem, que possa relatar, do cotidiano do que era essa atividade como promotor?

Sylo Soares: Olha, eu cuidei muito sempre de problema de menores. Sempre me interessei muito por problema de menores. Então, (nas) comarcas, principalmente em Bento Gonçalves, eu resolvi muito problema de menor, atuei muito. Inclusive naquele meu tempo os menores não mendigavam na rua. Não iam para cadeia, porque eram atendidos por mim, pelo juiz, pelo delegado de polícia e pela congregação de umas freiras, que me ajudavam. Então chamavam as mães e davam comida, davam tratamento. Eu fiz esse trabalho muito grande lá em Bento Gonçalves. Foi o que eu tenho recordação. Quer dizer, não houve mendicância de menores no meu tempo de promotor em Bento Gonçalves. Não porque iam para cadeia, nem que os pais... é porque eram assistidos. A gente chamava o pai e a mãe e... É, falta emprego, falta comida... Então, tinha a congregação, tinha o delegado, tudo isso operava junto. E eu tinha um trabalho feito assim: eu, muito dinâmico, o juiz me dava toda a autoridade, eu é que fazia todo o serviço. Tinha um juiz lá até que, às vezes, quando as pessoas iam falar

com ele sobre algum problema, dizia assim: “Fala com o Juiz de Menores”. Ele me chamava de Juiz de Menor por farra, e eu... E também criei (uma) vila operária, (pois) me interessei muito lá pela questão da situação social. E o que eu posso trazer assim como medalha na minha carreira foi que havia lá a Vila Operária, que foi criada por mim em Bento Gonçalves. Foi criada por mim quando vereador. Criamos essa Vila Operária e, quando eu assumi o Ministério Público, todo aquele pessoal da Vila Operária ia me procurar, porque eu atendia no que era necessário. E o que eu trago então como recordação e que eu tenho como medalha foi que tinha uma velhinha, que não fazia

376

nada, aposentada, ligada, que era a que fazia as relações comigo e com o pessoal da Vila. Então, todos os dias, eu abria o escritório, e ela chegava ali para apresentar um problema. Fulano, isso, aquilo, e tal, e eu atendia. Quando eu resolvi vir embora para Canoas, ela chegou, foi no gabinete e disse para mim: “Doutor... (emocionando-se ao recordar) é verdade que o senhor vai embora? É verdade que o senhor vai embora?”. Digo: “É, vou seguir a carreira”. “Que vai ser dos pobres?” **Projeto Memória:** Realmente é uma medalha...

Sylo Soares: É verdade, eu trago tão emocionado. É que me emocionou muito a singeleza da velhinha e a naturalidade dela, porque não foi

para me puxar, pegar no bico nem nada, foi só porque eu realmente atendia aquele pessoal todo. E outra coisa que eu trago também na minha carreira é um júri em Canoas – trabalhei muito em Canoas em júri, havia muito júri [lá], muito crime e tal – e um réu que foi por mim denunciado e processado e condenado, [e que] veio cumprir pena aqui em Porto Alegre, e aqui brigou dentro

Fugiu da cadeia e foi lá em Canoas falar comigo, pedir proteção minha. Vê bem: o promotor que o condenou, que o colocou na cadeia, porque ele tinha responsabilidade criminal, mas se lembrou de mim, e eu o protegi.

do presídio e foi ameaçado de morte. E o que que ele achou? Fugiu da cadeia e foi lá em Canoas falar comigo, pedir proteção minha. Vê bem: o promotor que o condenou, que o colocou na cadeia, porque ele tinha responsabilidade criminal, mas se lembrou de mim, e eu o protegi. Peguei ele, mandei sentar, chamei o delegado, que [era] lá do presídio, e [disse]: “Olha, recolhe ao presídio”. E falei com o Juiz de Execuções Criminais e fiz um requerimento, pedindo que ele continuasse a cumprir a pena em Canoas, onde estava protegido. Isso eu trago assim na minha memória de carreira, de coisas, de fatos notáveis. É isso, coisas que eu me lembro. Bem, com respeito ao Ministério Público em si, quando o Dr. Lauro Guimarães foi nomeado procurador-geral e presidente da Associação, porque ele acumulou os dois cargos naquela época, ele me colocou à disposição da procuradoria para eu resolver o problema financeiro, porque os promotores contribuíam mensalmente mediante con-

tribuição que era um chamado e mandavam recibo. Então eu fiz um trabalho para que todos os promotores concordassem que o desconto (fosse) em folha, porque daí é automático. Bem, nesta época – é um fato histórico que eu trago guardado – era o seguinte: havia uma participação nas custas dos advogados. (Existia) uma lei estadual [que estabelecia que], em toda conta de custas em que o advogado tinha os seus honorários, vinte por cento dos honorários lançados na conta [deviam ser] descontados do advogado para a caixa de assistência dos advogados. Essa contribuição, evidentemente, os advogados não pagavam diretamente. Ia na conta de custas e pagava o réu. O réu é que pagava. Mas era lançado como se fosse o advogado. Mas o escrivão se encarregava... fazia o cálculo e mandava, tirava... Tudo bem. A coisa corria normalmente. [Isso] é um fato histórico verídico.

Projeto Memória: Mais ou menos em que ano funcionava essa prática?

Sylo Soares: Essa prática, deixa eu ver uma coisa. É desde 1950 e poucos, (19)60, por ali. Por aí mais ou menos. Bem. E então, lá pelas tantas, o Instituto dos Advogados resolveu uma lei, conseguiu uma lei estadual, referente a esta inicial, a lei matriz, a matriz concordando (com) a divisão. Dez por cento ia para a caixa e dez por cento ia para o Instituto dos Advogados. Isso é histórico e de lei. Eu só não me lembro da lei. Mas está aí. Os registros estão aí para, se alguém quiser discordar... Bem. Eis que, em razão disso, lá pelas tantas, os juízes, os magistrados, a AJURIS, com o

prestígio de juiz, é claro, conseguiram que o Instituto dos Advogados abrisse mão da metade, para a AJURIS. Então ficou dez por cento para a caixa, cinco por cento pro Instituto e cinco por cento para (a) AJURIS. Eu vi isso, eu li, quando saiu a lei, eu vi, e eu sempre fui muito ativo nas questões do Ministério Público, sempre atuei muito. Então fui falar com o juiz presidente, me insurgindo. Digo: “Isso é uma lei dos advogados”. O Instituto vá lá que é dos advogados, eu sou parte, faço parte do Instituto também. Sou do Instituto. Mas digo: “Não pode”. E o juiz, o presidente, que era o Buttelli, meu colega de turma, um grande Juiz, meu grande amigo, disse assim: “Ah, não, quem pode mais chora menos”. Aquela coisa assim, na amizade. Eu digo: “Não, mas eu não vou deixar assim. Eu vou entrar com um pedido para fazer um parigato aí e distribuir para nós também”. Parigato é uma expressão que quer dizer como ‘parto de gato’, com muitas crias, como foi o caso da distribuição da verba entre as instituições. “Nós também somos filhos de Deus”. Então apresentei à Associação, que naquele tempo era da diretoria o Tovo, o desembargador que depois foi guindado a desembargador classista, o Peri Condessa, e depois um outro, [que já] faleceu, não me recordo o nome dele. Bem, então apresentei. Digo: “Olha, tem assim, assim. Vamos fazer um projeto de lei em que se faz uma redistribuição, mantendo os vinte por cento, só que fica assim: oito para o caixa, que é da caixa dos advogados. E entramos então com o Instituto, três, AJURIS três, dimi-

nui, que eles ganhavam cinco, diminui para dois, e nós entramos com três, e vamos botar também a associação de classe dos servidores da Justiça, porque eles é que fazem a cobrança”. Então diz um dos membros da diretoria assim: “Mas isso é uma barbaridade, isso é uma ladroeira, isso é não sei o quê”. E eu disse, respondi para ele: “Olha aqui, se os juízes podem, nós podemos também”. Então, rindo assim, tudo na brincadeira. Aí, na saída, me disse um dos membros da diretoria:

Foi aprovada a lei e houve essa alteração. Então, a participação das custas foi que deu dinheiro para o Ministério Público, deu dinheiro para os servidores da Justiça. E foi com esse dinheiro que nós conseguimos comprar, que é o importante, a sede campestre. A sede campestre foi comprada pelo Lauro Guimarães, na gestão dele, com essa verba que nós recebíamos mensalmente.

“Olha, oficialmente a Associação não concorda. Mas particularmente nós concordamos. Se tu conseguires trabalhar...” Eu digo: “Bom, mas como é que eu vou conseguir sozinho? Eu, Promotor, fazer um pedido para alterar a lei...” Então usei a cabeça e fui falar com o presidente, que era o Costi, presidente dos servidores da Justiça, o Costi, ele era distribuidor, era presidente dos servidores da Justiça.

Projeto Memória: O senhor lembra o primeiro nome?

Sylo Soares: Não lembro o primeiro nome... Sei que era o Costi. Bem, aí apresentei. Digo assim: “Vamos fazer o ‘parigato’”. Então, a Associação dos Funcionários da Justiça entrou com essa alteração da Lei. E eu junto ali, apenas só participando, orientando, falei com deputado, o deputado aprovou, concordou comigo. Foi

aprovada a lei e houve essa alteração. Então, a participação das custas foi que deu dinheiro para o Ministério Público, deu dinheiro para os servidores da Justiça. E foi com esse dinheiro que nós conseguimos comprar, que é o importante, a sede campestre. A sede campestre foi

comprada pelo Lauro Guimarães, na gestão dele, com essa verba que nós recebíamos mensalmente. Bem. E essa lei, é bom que se conte, porque é histórico, o Buttelli me chamou, porque era presidente, e disse

assim: “Sylo, eu vou te dar o contragolpe”. Assim, tudo na base da amizade, amigos. “Vou te dar o contragolpe. Eu vou (inserir) essa lei no regimento de custas. E lá, por um erro de ortografia, nós vamos botar cinco para (a) AJURIS e três para vocês”. Não, isso é verídico. Isso é fato. O que eu estou falando é fato. Eu digo: “Bom, tu tens direito de fazer isso, mas vem o contragolpe. Sabe como é...” E de fato. No ano seguinte, aquela lei, que existia autonomamente, foi inserida no regimento de custas, onde tinha oito por cento para a caixa, três por cento e cinco por cento para (a) AJURIS, porque houve um erro de máquina, que bateu. Então, o que que eu fiz? Eu alterei, pro ano seguinte – claro, aquele ano engoli –, passando o nosso para cinco. Só que, em vez de dar, para passar para

cinco, em vez de dar 20, que era a lei inicial, passou para 22. Aí os oficiais de justiça resolveram entrar no “parigato” também. Digo: “Aí não vai dar...” Botaram mais três.

Projeto Memória: Estavam já pagando vinte e tantos.

Sylo Soares: É. Então, resultado: houve, claro, (um) absurdo, aí entramos no absurdo. E um advogado entrou com um mandado de segurança no Supremo Tribunal e anulou a lei. Então, veja, nós deixamos de ganhar dinheiro. [Todo mundo] empobreceu, todo mundo ficou pobre.

Projeto Memória: A sede já estava comprada.

Sylo Soares: [Sim,] a sede já estava comprada. O Instituto parou de ganhar dinheiro, o Instituto passou mal, passamos fome lá. Mas, estava certo, porque realmen-

te a lei foi feita para os advogados. Ninguém tinha que entrar no “parigato”. Entraram. O Instituto vá lá, porque é dos advogados. Mas os outros não podiam entrar. E o fato é que nessa irregularidade nós compramos a sede campestre, que é uma beleza.

Projeto Memória: Há quanto tempo existe?

Sylo Soares: Nós compramos na gestão do Lauro Guimarães. Não sei se foi lá por (19)70 e poucos, não me recordo, que ele teve os dois cargos ao mesmo tempo, o que naquela [época] podia. Ele foi presidente da Associação e Procu-

rador-Geral de Justiça. E o Ministério Público, com a ida do Lauro para a chefia, se transformou radicalmente, porque até então o Ministério Público era um instituto assim um pouco parado, entende? Um pouco parado porque o Ministério Público não tinha uma atividade social mais ampla, porque a chefia achava que tinha que ter uma certa moderação. Inclusive havia uma tradição – que é bom que se diga, porque é a verdade

– até aquela época, os procuradores usavam assim: o promotor nunca tem razão, até prova em contrário. O Lauro assumiu e mudou a lei: o promotor sempre tem razão, até prova em contrário. E o Ministério Público tomou um impacto muito grande com o trabalho do Lauro. Ele foi nomeado pelo Gover-

(...) resultado: houve, claro, (um) absurdo, aí entramos no absurdo. E um advogado entrou com um mandado de segurança no Supremo Tribunal e anulou a lei. Então, veja, nós deixamos de ganhar dinheiro. [Todo mundo] empobreceu, todo mundo ficou pobre.

no Triches, e por aí nós desenvolvemos o que hoje está de vento em popa. O Ministério Público está com uma atividade amplíssima, social, jurídica e tal. Está uma beleza. E é isso, mais ou menos. Bom, por enquanto. Estou contando a... Bem, depois eu... E eu fiz toda carreira e tal, me aposentei. Quando chegou a época, me aposentei, porque eu queria um certo cargo administrativo. O procurador-geral não quis me dar. Então, o procurador, [que já não era] o Lauro, era outro, achou que não dava, porque tinha compromisso com outro colega, claro, e eu então me aposentei. Mas

fiquei sempre atuando dentro do Ministério Público. Tanto é que na nossa Associação, que por sua vez está de vento em popa – temos aqui esta sede, que é uma beleza –, [foram criados] vários cargos. Antes eram três: era o presidente, o secretário e mais não sei o quê. Hoje tem vinte, trinta cargos aí, e todo mundo atuando, trabalhando...

Projeto Memória: Desde a aposentadoria, o senhor manteve a atividade na Associação do Ministério Público?

Sylo Soares: Desde que me aposentei, continuo aqui. Fui o primeiro vice-presidente dos aposentados. Foi um cargo que foi criado por mim, alteração do estatuto que apresentei, porque achei que nós, os aposentados,

estávamos muito afastados da Administração, e achei que os aposentados tinham que estar ali, porque nós temos tempo. O aposentado tem mais tempo que o outro. Porque é o seguinte: o presidente está, por força de lei, dispensado das suas atividades.

O presidente da Associação. Só ele. Os demais não estão. Então, eu digo: “Olha, temos que aproveitar os aposentados, que têm tempo, não têm nada que fazer, que podem vir trabalhar”. Então é que foi criado, alterado o estatuto, onde eu entrei como vice-presidente dos aposentados. Eu fui o primeiro vice-presidente dos aposentados.

Projeto Memória: Em que ano foi

isso?

Sylo Soares: Foi em mil novecentos e... deixa eu ver... Depois de mim veio o outro, nós estamos em 2000, por (19)86, foi por ali mais ou menos. Mais ou menos foi em (19)86... 84, 85, por ali.

Projeto Memória: Desde ali o senhor sempre continuou...

Sylo Soares: Não. Antes disso, trabalhava na diretoria. Sempre fui diretor disso, diretor assistencial, diretor daqui, diretor dali. Eu sempre estive atuando. Agora é que eu fiquei afastado. Há dois anos que eu não tenho cargo nenhum, não exerço atividade nenhuma. Estou sempre atento aos problemas, fazer, acontecer...

Projeto Memória: E essa fase da Constituinte, que teve uma série de discussões em relação ao novo perfil do Ministério Público? E quanto ao aposentado dentro da Associação, também isso foi discutido?

Sylo Soares: Não, não. Isso não. No meu tempo não foi. Esse assunto, quan-

to à Constituição, eu não participei. Não posso dizer nada porque não participei.

Projeto Memória: Retornando um pouquinho à sua vivência lá nas comarcas. O senhor também esteve em alguns lugares que fugiam do modelo de colônia italiana, (como) Lagoa Vermelha, Piratini. Como é que foi a vivência lá do promotor em relação ao juiz?

(...) até aquela época, os procuradores usavam assim: o promotor nunca tem razão, até prova em contrário. O Lauro assumiu e mudou a lei: o promotor sempre tem razão, até prova em contrário. E o Ministério Público tomou um impacto muito grande com o trabalho do Lauro.

Sylo Soares: Não, onde eu trabalhei muito, e não era colônia italiana, foi em Canoas. E eu fui um promotor lá em Canoas atuantíssimo. Eu atuava (lá) de uma maneira bárbara. Nós éramos, naquela época, apenas três promotores. Eu era curador-geral de tudo. Então atendia as partes diariamente ali e tudo, tinha uma atividade intensa. Fui homenageado pela

Câmara, como membro do Ministério Público. A Câmara de Vereadores de Canoas fez uma sessão me homenageando pelo meu trabalho social desenvolvido lá em Canoas.

Projeto Memória: O senhor teve também atuação num período crucial da história do país e do Rio Grande do Sul, no período de 63-64...

Sylo Soares: Ah, sim. Peguei [tudo]... É....

Projeto Memória: Como é que foi como promotor? Gostaria que o senhor nos reconstituísse.

Sylo Soares: Quando saiu a Revolução, todo mundo se afastou. Não havia a liberdade de expressão. Mais ou menos se mantinha o que se podia fazer e, o que não podia, [tinha que ser com] muito cuidado, com muito risco, porque o Exército estava em cima sempre das atividades da gente, embora se mantivesse um bom relacionamento particular. Mas, nessa época, realmente houve uma crise existencial na parte jurídica, tanto de juízes como de promotores.

Quando saiu a Revolução, todo mundo se afastou. Não havia a liberdade de expressão. Mais ou menos se mantinha o que se podia fazer e, o que não podia, [tinha que ser com] muito cuidado, com muito risco, porque o Exército estava em cima sempre das atividades da gente (...)

Alguns tinham assim um pouco mais, desenvolviam mais atividades do que outros, mas havia o cerceamento geral, que prejudicava a atividade totalmente.

Projeto Memória: O senhor lembra de situações que o senhor tenha vivido ou observado, ficando sabendo, em relação a atos concretos desse tipo de cerceamento?

Sylo Soares: Não. Só aquela sensação. Algo em especial mesmo não participei, não passei. E não vi nada também. Eu não tive cerceamento ne-

nhum. Sempre mantive um certo equilíbrio funcional. Os juízes também participavam sempre comigo e tal. Não tem nada concreto para dizer assim: naquela época, a revolução fez isso, fez aquilo, aconteceu. Não. Não tem nada. Foi aquela censura, de ordem geral. Do que eu vi, do que passou por mim, eu não vi nada de especial. Nem eu, nem o juiz que estava participando, delegado, ou lá o que fosse. É verdade que eu sempre mantive uma certa atividade com o Exército muito boa. Porque eu sou Oficial da Reserva e parente de Comandante de Região e aquela coisa toda. Então, eu sou...

Projeto Memória: O senhor tinha vínculos familiares...

Sylo Soares: É, [tinha] vínculos familiares ali. Exatamente. Nunca puxei a brasa para um lado nem para outro. Sempre mantive minha dignidade funcional como devia ser. Não tenho queixa, nada, até fazíamos palestra lá em Bento

Gonçalves naquela época. A revolução começou quando eu estava em Bento Gonçalves. Fazíamos palestras lá no Batalhão e tal. Festas no Batalhão, palestras sobre tudo.

Projeto Memória: Não especificamente vinculadas à atividade?

Sylo Soares: Não, atividade. Cada um manifestava sua opinião, para contar... Ministério Público faz isso... o delegado... A gente participava lá em festas e tudo. Então, não havia problema. Isso da minha parte. Agora, de outros colegas não sei, por aí, o que aconteceu.

Projeto Memória: Nem de comentários.

Sylo Soares: Não, nem de comentários.

Projeto Memória: A gente sabe que houve uma diferença grande de postura...

382

Sylo Soares: Sim, claro.

Projeto Memória: Procuradores que se negaram a continuar.

Sylo Soares: Claro, claro. Lógico, lógico. É. A senhora sabe também, isso é muito pessoal. Tem a pessoa que é contra tudo e contra todos, e também os que eram contra a Revolução...

Projeto Memória: O fato de o senhor ter já exercido uma atividade política, mesmo que um pouco anterior, mas não era tão afastado no tempo, não lhe tornou visado, a favor nem contra?

Sylo Soares: Não, não. Nem a favor, nem contra. Não. Tive uma atividade bem tranquila, continuei exercendo a minha função lá tranquilamente, sem problema nenhum.

Projeto Memória: Não quis continuar, em paralelo, a carreira

política?

Sylo Soares: Não. Eu terminei a minha carreira política porque, quando eu deixei de ser, por razões outras que não interessam aqui, eu era candidato a deputado, e por questões que houve lá, políticas locais, eu não fui candidato, podia ter sido pré-prefeito, não quis ser, hoje me arrependo, devia ter sido prefeito, porque eu tinha mais prestígio para prefeito que para deputado, lá em Bento Gonçalves. Mas não quis. Hoje me arrependo. Mas aí então resolvi deixar. Cedi. Cessei a carreira política e digo: não, vou seguir a carreira do Ministério Público. E foi aí que eu aceitei a remoção para Canoas. Fiquei muito tempo aqui em Canoas, trabalhando, até ser promovido para Porto Alegre.

Projeto Memória: E em Porto Alegre, que tipo de atividade...

Sylo Soares: Aqui em Porto Alegre, trabalhei muito também nas curadorias. Eu era o curador, sempre, nas Curadorias Cíveis. Eu fui Promotor de Menores durante dois anos. Naquele tempo havia dois Promotores de Menores que atuavam, e eu pedi para trabalhar sozinho, para ninguém cercear a minha atividade. Pedi pro procurador-geral me designar sozinho, e ele me designou, onde, claro, eu ganhava um terço de vencimento, mas trabalhava de manhã, de tarde e de noite, sempre, e tinha uma atividade muito grande como Promotor de Menores. Depois trabalhei muito nas Varas de Família...

Projeto Memória: E nessa atividade, com menores e nas Varas de Família, quais foram as observações assim mais fortes sobre a

situação do menor?

Sylo Soares: Foi o seguinte: foi quando eu me conscientizei de que o menor não tinha solução, no seu abandono, em face de não haver, no nosso país, o controle de natalidade.

Então, foi aí que eu declarei isso...

Eu sou católico, mas lamentavelmente a Igreja Católica é contra o controle de natalidade. Nenhum membro político procura fazer com que haja o controle da natalidade, que é a única solução que eu vejo, pela minha experiência. Porque, a cada dia, havia mais problemas.

O sujeito ganhava um filho, no dia seguinte era mais um filho e mais um filho. Sem o controle da natalidade, não há a possibilidade de se resolver o problema do menor. E, quando me conscientizei disso, então larguei, pedi transferência e fui cuidar de outras atividades cíveis.

Projeto Memória: Aquele tipo de atividades que o senhor tinha desenvolvido lá em Bento Gonçalves? Implantar alguma coisa.

Sylo Soares: Pois é, eu não consegui fazer aqui. Não encontrei o apoio que lá eu tive. Lá havia mais autoridade, entendeu? Como promotor, eu tinha autoridade e fui assessorado pelo juiz, que me deu carta branca, o delegado de polícia, as irmãs de caridade lá, o padre, todo mundo lá. Então, foi uma beleza. Mas aqui não

consegui implantar. Aqui não houve jeito. Eu tentei [fazer] menor não poder mendigar. Porque a senhora vê, até hoje os menores andam mendigando por aí. Não há esquina de automóveis (em) que não haja

menores mendigando, como a gente sabe. E não há solução.

Projeto Memória: Que tipos de tentativas o senhor lembra que foram realizadas?

Sylo Soares: Eu tentei com o juiz. Tinha o Juiz de Menores, que era a autoridade que tinha que me apoiar. Não me apoiou. Disse: “Não vou me

meter nesse problema social, não interessa, vamos deixar assim mesmo, assim como está”. Falei com a assistente social. O curso lá do Juizado de Menores era uma desorganização muito grande. E vi que ninguém estava preocupado com coisa nenhuma. Então entreguei os pontos. Fiz o que pude, trabalhei o que pude, mas, quando vi que não dava, pedi transferência, demissão não, transferência para outras varas e vim trabalhar em outras varas aqui, no Cível, aqui em Porto Alegre. Trabalhei muito ali em tudo que foi causa aqui.

Projeto Memória: Inclusive o senhor esteve também no Tribunal de Justiça...

Sylo Soares: Sim, eu fui Procurador de Justiça. Assumi o Tribunal. Mas

(...) eu fui Procurador de Justiça. Assumi o Tribunal. Mas a atividade do procurador, no Tribunal, não é a mesma do promotor. O promotor tem muito mais atividade no primeiro grau do que no segundo grau, [que] está muito limitado mais aos pareceres... bater os pareceres e tal. Primeiro grau não. Ele tem mais desenvoltura. Pode fazer muito mais coisa como sempre eu fiz. Sempre fiz muita coisa dentro do Ministério Público no primeiro grau.

a atividade do procurador, no Tribunal, não é a mesma do promotor. O promotor tem muito mais atividade no primeiro grau do que no segundo grau, [que] está muito limitado mais aos pareceres... bater os pareceres e tal. Primeiro grau não. Ele tem mais desenvoltura. Pode fazer muito mais coisa como sempre eu fiz. Sempre fiz muita coisa dentro do Ministério Público no primeiro grau. A criação das Varas Cíveis foi feita por mim no

tempo do Lauro. Porque não havia promotor designado para certas funções. E eu chamei atenção... Então foi criado os promotores das Varas Cíveis, que não tinha. Hoje tem. Toda Vara Cível tem um promotor, o que naquele tempo não tinha. E começou por mim, quando eu pedi. Aí o Lauro me designou para sete varas. Havia seis ou sete varas naquela época, e eu fui designado promotor para seis, sete varas, sem ganhar nada. Mas era para atender. E eu atendi. Depois o Tribunal passou a metade lá para baixo, onde é a Secretaria da Fazenda. Foram criadas umas varas lá onde é atualmente a Secretaria da Fazenda. E eu era promotor do Cível porque atuava aqui em cima, no Tribunal de Justiça, e lá embaixo também. Então subia e descia a Ladeira... Não tinha problema nenhum. Eu sempre atuei muito. [Uma vez, eu fiz umas reivindicações para o presidente do Tribunal de Justiça, que era] o Munhoz Soares, que tem até o meu

sobrenome, mas não somos parentes, porque, quando se colocou o Foro lá embaixo, eu reivindiquei sala [para] os promotores. E, sabe como é, alguém fofocou lá para ele que eu estava pedindo demais, que eu estava... E ele mandou me chamar,

(...) o Sanfelice, [já aposentado,] foi [nomeado] Procurador-Geral de Justiça [pelo Simon] – hoje o Procurador de Justiça não pode ser aposentado, tem que estar em atividade, naquela época a legislação não amparava isso (...)

lá no Tribunal. Eu entrei, ele me olhou [com uma] cara assim.... Eu [disse]: “Excelência, tá, tá, ti, tá, tá, tá, tó, tó, tó, tu, tu, tu...” E ele se abriu para mim, [dizendo]: “Quer um cafezinho?”. Chamou [um] cara: “Serve um cafezinho para o Doutor aí”. Chamou depois o motorista e mandou me levar em casa. E quando da inauguração lá do Tribunal, daquela parte lá de baixo, ele mandou me avisar que iria lá me visitar. Então mandei preparar cafezinho para recebê-lo na nossa sala de promotor que ele tinha dado. Quer dizer, eu sempre fui muito ativo. Nunca fiquei muito parado. Sempre fui muito assim, irrequieto. É. Mas, enfim, essa é a minha vida.

Projeto Memória: Depois de aposentado, o senhor também teve um cargo, uma função de coordenador da Secretaria da Saúde. Como é que foi essa atividade?

Sylo Soares: O cargo foi o seguinte: quando o Sanfelice, [já aposentado,] foi [nomeado] Procurador-Geral de Justiça [pelo Simon] – hoje o Procurador de Justiça não pode ser aposentado, tem que estar em atividade, naquela época a legislação não amparava isso, fui nome-

ado logo assessor, (antes mesmo da sua posse). Então fui para Secretaria da Saúde, chefiar o serviço jurídico, com o Ferrari. O Ferrari é meu conterrâneo, de Bento Gonçalves. Então fiquei ali chefiando o serviço jurídico da Secretaria da Saúde, até o Sanfelice tomar posse, porque o procurador-geral tomava posse em março, maio, não era no início de janeiro, entendeu? Enquanto ele não era, fui lá. Fui assessorá-lo politicamente na procuradoria. Fiquei de assessor dele. Enquanto ele foi o procurador-geral, eu fiquei lá trabalhando. Depois [que] terminou o mandato dele, assumiu o Paulo Olímpio, [que] me manteve no cargo. Então fiquei lá, como assessor político. Meu cargo era assessor político. Então, era politicagem, ali, cuidar das coisas que tinha que cuidar. Eu digo politicagem no bom sentido. Ajudar isso, aquilo, fazer aquilo, [etc.] e tal. Até que terminou. Terminou o meu prazo, não dava mais para ficar mesmo, não tinha razão...

Projeto Memória: Quando tempo mais ou menos?

Sylo Soares: Eu fiquei quatro anos. Dois anos com o Sanfelice e dois anos com o Paulo Olímpio. Depois, quando terminou a gestão do Paulo Olímpio, pedi demissão. Era outra ideologia. Esse cargo não, não tinha mais interesse nenhum. Porque eu fui mesmo era para colaborar com o Sanfelice, que era o aposentado. Depois, então, fizeram uma lei proibindo o aposentado. Hoje o aposentado está tão por baixo da carne seca que não pode nem votar. Antigamente, o aposentado foi a procurador-geral. Hoje não pode

nem votar para procurador-geral. Eu estou reivindicando. Isso é um trabalho que eu estou fazendo, mas há uma série de contrariedades, o pessoal não quer... Já apresentei projeto de lei para o aposentado votar e ser votado. Então, se não puder ser votado, (que) pelo menos (para) votar. E estamos fazendo o trabalho. Tem muitos que não querem, acham que é bom que os aposentados não façam nada. Mas o nosso número de aposentados está aumentando muito, porque nós temos uma legislação que não protege o promotor, ao se aposentar, para ficar no cargo e se manter com uma gratificação de função, porque aí não se aposentaria. É um projeto que eu fiz também... Quer dizer, o promotor e o juiz, ao atingirem o tempo de aposentadoria, ao invés de se aposentarem, requerem a permanência no cargo. Com essa permanência, eles recebem uma gratificação, que é a gratificação de permanência. Enquanto ficarem no cargo, têm essa gratificação, só que não incorporam. Que resultado? Antes disso, foi cortada a lei, fique sabendo, por isso não... muito malandro incorporava. Quer dizer, não podia incorporar. Então foi isso. Eu não consegui fazer esta lei. Então, (eis a) razão por que promotor e juiz, ao atingirem o tempo de aposentadoria, se aposentam porque realmente não [vão] ganhar mais nada. Então [vão] advogar, lecionar, fazer qualquer outra coisa. Mas, se pudessem manter, era economia pro Estado, e inclusive a experiência do promotor e do juiz em ficar trabalhando até atingir o tempo de 70 anos, que é a compulsória. Mas não

houve possibilidade. Achavam: “Não, não convém, porque não sei o quê”. Então, o resultado é: o pessoal, hoje, mocinho, moço, está todo mundo se aposentando, com a experiência, e o Estado nomeando novos juízes e novos promotores, pagando o dobro, porque paga o aposentado e paga o que entra. E sem a experiência do cargo. Eu fiz o que pude, trabalhei, me interessei, fiz o que pude, mas não consegui. Eu fiz projeto de lei e tal, naquela época em que eu era assessor político. E, como assessor político, eu apresentei, mas não consegui a aceitação [dessa] prática, que seria uma economia para o Estado, e [bom para o] promotor e o juiz. O promotor e o juiz, com a sua capacidade e sua experiência, em vez de irem para casa, ficariam no cargo lá trabalhando, com uma pequena gratificação, lógico, [mas que] não incorporariam, para não dizer que ficariam só para se aposentar com mais dinheiro. Não. Era da lei. Não incorporavam. Isso não é novidade minha. Fiquei sabendo depois. Veja bem, eu pensei, surgiu essa minha idéia, eu fiz esse trabalho todo, depois fui saber – não sei quem foi que me alertou – que no tempo do Brizola havia isso. Só que a gratificação que ele dava para todos era dez por cento. E justamente no começo o pessoal [desejava] a incorporação à aposentadoria. Por isso que terminou a lei. Isso fiquei sabendo depois, quer dizer, é uma coincidência, né, os dois pensarem da mesma maneira. Eu fiquei sabendo depois dessa minha idéia, porque o meu projeto era (de) vinte e cinco por cento. Eu fui ver a legislação e vi que havia esse problema.

386

Projeto Memória: Quanto tempo mais ou menos o senhor ficou no Ministério Público?

Sylo Soares: Eu fiquei de (19)54 a 1980. Porque eu contei tempo, naquele tempo a gente podia, para aposentadoria, contar tempo que tinha como CPOR. A gente contava aquele tempo do serviço militar e um tempo que eu tive como advogado. Não sei de que eu fui advogado lá e tal. Também contava, que hoje não conta mais. Então, eu não cheguei a trabalhar 30 anos. Trabalhei menos, porque atingi o tempo, mas eu queria continuar. É que não me deram o cargo que eu queria, administrativo, então eu fui embora.

Projeto Memória: Dr. Sylo, durante esse período todo que esteve junto ao Ministério Público, em atividade, antes da aposentadoria, há algum elemento que o senhor gostaria de destacar ou lembrar? Já nos disse que voltaria a exercer a mesma carreira. Então, nesse ponto não há dúvida. Mas como é que daria para caracterizar a vivência no interior do Rio Grande do Sul, nessas zonas coloniais, como promotor, nesse período da década de 50 a 70, esses 20 anos antes do senhor vir para Porto Alegre?

Sylo Soares: Bom, naquele tempo a gente estava muito isolado. O promotor trabalhava isoladamente. Trabalhava porque queria trabalhar. Se ele quisesse, ele trabalharia 24 horas por dia. E se não quisesse, não trabalhava nunca. Porque não havia, digamos, uma fiscalização direta por parte da procuradoria ou corregedoria em cima do promotor. Bastava a ele processo-crime, dar o parecer ali e tal. Agora, se ele

quisesse exercer mais atividade, mais função, se impor como promotor dentro da comarca, como aconteceu comigo, aí era diferente. É o que eu fiz. Agora, não havia uma fiscalização, como hoje tem a corregedoria.

Projeto Memória: Qual ritmo de processos que vinha?

Sylo Soares: Bem, na colônia italiana não havia muito crime de homicídio.

Projeto Memória: Não havia tantos júris.

Sylo Soares: É, não havia tantos júris.

Havia mais lá eram os crimes ligados a estelionato. Os crimes contra o patrimônio. Isso havia muito lá. E muito problema cível também. Problema, por exemplo, de menores, problema de sucessão. Por exemplo, havia uma tradição italiana, em toda a colônia

italiana, que a mulher não podia ganhar a mesma coisa que o herdeiro e a herdeira. Havia uma diferença. Pois é, isso é importante. E eu me insurgi sempre, porque mulher e filho, está na lei, tinham o mesmo direito. Então, havia uma tradição da colônia italiana, isso é fato verídico, em que as filhas ganhavam enxoval como herança e o filho ganhava terreno. Então, eles obrigavam as filhas (a) irem ao cartório e faziam a tal de escritura de renúncia. O pai e a mãe davam, em vida, a doação aos filhos homens, e as mulheres renunciavam. Eram maiores, podiam renunciar. A lei

permitia. E elas recebiam enxoval, porque iam receber aquele benefício, no casamento. E eu cansei de discutir, eu briguei, mas de brigar... Digo: "Mas vem cá, e se ela não casa? E se ela não casar ela vai buscar..." E inclusive entrei com ação contra certas escrituras de doações onde comparecia a filha renunciando, e eu dizendo que essa renúncia era

irregular, ilegal. Isso eu fiz. Foi um trabalho assim muito importante, social, que eu fiz na defesa da mulher.

Projeto Memória: Isso deve ter causado uma repercussão...

Sylo Soares: Sim, claro. Causou. Nesse ponto, eu exerci essa atividade lá e me insurgia.

Projeto Memória: Mas também se tornou popular...

Sylo Soares: Claro, evidente... Sabiam que contavam comigo, na questão, apenas, de legalidade. Se a lei não determina que a filha ganhe menos que o filho, então que bobagem era essa? Mas era tradição da colônia italiana. O italiano trouxe, veio da Itália a lei em que as mulheres renunciavam em favor dos filhos, entende? No fundo da lei, isso, na base, [era porque] era assim na Itália, tinha essa finalidade social. Mas o problema era saber se a filha era bem amparada, porque havia essa segregação, essa distinção na mentalidade da colônia italiana. E muita coisa eu discutia a esse respeito. Mulher sendo prejudicada.

(...) naquele tempo a gente estava muito isolado. O promotor trabalhava isoladamente. Trabalhava porque queria trabalhar. Se ele quisesse, ele trabalharia 24 horas por dia. E se não quisesse, não trabalhava nunca. Porque não havia, digamos, uma fiscalização direta por parte da procuradoria ou corregedoria em cima do promotor.

Ganhava enxoval para quando casasse... É isso. Está dito tudo. Eu já lhe disse: eu sou promotor de alma, de corpo e alma. Quer dizer, eu amo o Ministério Público. E pretendo voltar a ser promotor, [ainda que seja] na próxima encarnação. E, então, eu estou à disposição, eu sempre estive à disposição, para ajudar naquilo que for necessário. Tivemos a idéia, eu e o colega José Pedro Machado Keunecke, de criar, no âmbito da Associação, um plano

(...)eu sou promotor de alma, de corpo e alma.

de assistência médica aos colegas, bancado com recursos das contribuições dos próprios associados. Na época, o Voltaire de Lima Moraes, então presidente da Associação, não topou, achando que iria criar muita despesa. Mas quando assumiu a presidência o colega Paulo Ricardo Tonet Camargo, ele abraçou a idéia, vindo então a criar-se o SAS, plano espetacular de assistência médica aos colegas, bancado exclusivamente com os nossos recursos.

388



Figura 67 – Sylo Soares discursando em confraternização. Acervo pessoal de Sylo Soares.

ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE - 30.000
Av. Borges de Medeiros, 692 - 11º andar - Porto Alegre - RS.
CEP: 91.000-000 - Porto Alegre - 03 de agosto de 1980

Prezado colega,

Vimos pelo presente comunicar-lhe que, em decorrência da Lei Federal nº 1.384 de 19 - de junho de 1980, publicada no Diário Oficial de 10 de junho foi alterada a Tabela de Remuneração de Cargos Fabricada do Estado, e as conseqüências são as seguintes:

1 - A tabela de Remuneração de Cargos Fabricada do Estado, passa a ser a seguinte:

2 - A tabela de Remuneração de Cargos Fabricada do Estado, passa a ser a seguinte:

3 - A tabela de Remuneração de Cargos Fabricada do Estado, passa a ser a seguinte:

4 - A tabela de Remuneração de Cargos Fabricada do Estado, passa a ser a seguinte:

5 - A tabela de Remuneração de Cargos Fabricada do Estado, passa a ser a seguinte:

6 - A tabela de Remuneração de Cargos Fabricada do Estado, passa a ser a seguinte:

7 - A tabela de Remuneração de Cargos Fabricada do Estado, passa a ser a seguinte:

8 - A tabela de Remuneração de Cargos Fabricada do Estado, passa a ser a seguinte:

9 - A tabela de Remuneração de Cargos Fabricada do Estado, passa a ser a seguinte:

Figura 68 - Ofício do Presidente da AMPRGS ao Procurador de Justiça Sylo Soares. Acervo pessoal de Sylo Soares

WALTER MARCILIGIL COELHO*



ENTREGA DA COMENDA OSWALDO VERGARA E JUBILAMENTO DE ADVOGADOS DA OAB/RS.

Figura 69 - Entrega ao Procurador de Justiça Walter Marcilgil Coelho da Comenda Oswaldo Vergara e Jubilamento de advogados da OAB/RS. Acervo pessoal de Walter Marcilgil Coelho.

Walter Coelho: Começando pela vida familiar e escolar, quero, em primeiro lugar, dizer que eu não tinha nenhuma vinculação de parentesco com agentes do Ministério Público, e jamais poderia imaginar, quando adolescente, que um dia viria a ser Promotor de Justiça. Mesmo porque sou neto de imigrantes. A minha mãe, Ênia, era filha de italianos, daí o meu sobrenome “Marcilgil”. Saiu errado. O nome certo seria “Marcigli”, mas saiu com grafia errada no registro de nascimento de minha mãe. E meu pai, José Madureira Coelho, era filho de portugueses. O meu avô italiano era agricultor e vivia da terra, vindo para o Brasil em fins do século XIX, indo morar no interior do

município de Pelotas. Meu pai, também de origem modesta, morava na cidade de Pelotas, onde era o que se chamava na época de “construtor licenciado”. Logo após o seu casamento meus pais vieram morar em Porto Alegre, onde veio a suceder, algum tempo depois, uma grande tragédia em minha família. Quando eu tinha apenas seis meses de idade meu pai sofreu um acidente terrível e morreu. Foi um acidente de trabalho. Não cheguei, pois, realmente, a conhecê-lo, e ficamos só eu e minha mãe aqui em Porto Alegre. Ela ficou desesperada. Não conhecia quase ninguém aqui em Porto Alegre. A partir de então ela fez um esforço sobre-humano para enfrentar a adversidade e começar a

* Procurador de Justiça. Entrevista concedida ao Projeto Memória do Ministério Público do RS em 19 de março de 2001.

trabalhar para sobreviver. Não tinha grande instrução e foi, talvez, naquela época, uma das primeiras mulheres a trabalhar como balconista em casas de comércio. E me levava, pequenino, para o seu trabalho, colocando-me, num cestinho, embaixo do balcão, enquanto atendia os compradores. Nos intervalos das vendas amamentava-me. Foi balconista por mais de trinta anos, aposentando-se pelo então IAPC⁴⁶. E sempre afetiva e protetora, como toda mãe de sangue italiano, decidiu, com grande tenacidade, que eu iria estudar muito até concluir um curso superior. Como não podia custear os meus estudos em colégios particulares, e querendo que eu freqüentasse as melhores escolas, conseguiu uma bolsa de estudos no então Ginásio Anchieta. E sempre me advertia: “Tu não podes nunca ser reprovado, pois se tal acontecer perderás a bolsa”. Tive, então, uma boa formação no Anchieta, no primário e no ginásio e, depois, já com 17 anos, eu resolvi que tinha que começar a trabalhar. Fui, então, estudar à noite, ingressando no clássico do Colégio Júlio de Castilhos. Era, na época, um dos melhores colégios públicos do nosso Estado, e após completar 18 anos fui trabalhar de dia, como extranumerário, na diretoria da Despesa do Tesouro do Estado. Por essa época, no clássico do “Julinho”, passei a cogitar sobre qual o curso superior que eu deveria me decidir, após concluir os três anos colegiais daquela fase, então pré-universitária. Eu gostava muito de Literatura, línguas.

Estudei, também, com muito entusiasmo, quando mais jovem, aulas de piano. Gostava muito de música, mas a música não me ia levar a parte alguma. Eu tinha que ser mais prático. Então eu raciocinei: de todos os cursos superiores, qual é o que mais me atrai? Medicina, Engenharia ou similares nem pensar. Por exclusão, o que é que sobra? Só sobrava o Direito. Não que eu tivesse especial atração pelo curso jurídico. Assim é que, em dezembro de 1948, ao concluir o curso colegial clássico no Júlio de Castilhos, inscrevi-me em dois vestibulares: na Faculdade de Direito e na Faculdade de Filosofia para Línguas Neolatinas. Obviamente, na UFRGS, pois não tinha condições financeiras de cursar faculdades particulares. Passei nos dois vestibulares. Mas foi muito trabalhoso e difícil cursar, ao mesmo tempo, as duas faculdades. Então cursei apenas o primeiro semestre de Neolatinas, desistindo de continuar na Faculdade de Filosofia. Na Faculdade de Direito, a partir do segundo ano, já fiquei entusiasmado com o Direito Penal, que, na época, era matéria que tinha conotação com o Ministério Público. Nunca pretendi ser advogado, juiz muito menos. Assim, por via indireta, o interesse pela área criminal levou-me à pretensão de um dia ser promotor público. Estudava, pois, com o maior empenho o Direito Penal, já pensando no futuro concurso para ingresso no Ministério Público. **Projeto Memória:** Quem eram os professores nessa época?

⁴⁶ Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciantes.

Walter Coelho: Lembro-me do grande mestre Armando Pereira da Câmara, que nos lecionou, no primeiro ano, Introdução à Ciência do Direito e, no último ano, Filosofia do Direito. Tenho boas lembranças também do professor de Direito Romano, que era o Elpídio Paes. Dentre outros, cumpre lembrar: José Salgado Martins – Direito Penal, Simch Júnior – Processo Penal, Ary Estrela – Direito Comercial, Darcy Azambuja – Teoria Geral do Estado, e tantos outros ilustres mestres, cujos nomes agora não me ocorrem. Mas, por falar em magistério, quero consignar que, quando eu já era promotor em Porto Alegre, fui convidado para lecionar Direito Penal na Escola Superior do Ministério Público e na Escola Superior da Magistratura. Nelas lecionei desde a época em que foram fundadas. Também lecionei Direito Penal na Faculdade de Direito da UNISINOS e na PUC. Dei também, eventualmente, aulas de Direito Penal em cursos do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul e, por duas vezes, em cursos da OAB

(...) quando ingressei na carreira, em 1954 – e por muitas décadas que se seguiram –, a nossa Instituição parecia ser reservada só aos homens, o mesmo ocorrendo na magistratura. Tenho vaga lembrança que no final da década de 30 e início da década de 40 houve uma promotora pública, cujo nome seria Sophia Galanternick, fato que, na época, causava grande espanto

Hoje já não existem sessões secretas e, aos poucos, tanto o Ministério Público como a magistratura vêm ensejando, cada vez em maior número, mulheres em suas carreiras, tendo elas destacadas atuações funcionais. Sem dúvida, foi um grande avanço, superando-se inadmissíveis e ultrapassadas concepções machistas.

do Distrito Federal, em Brasília. Cumpre, porém, ater-me à nossa Instituição do Ministério Público, que é a razão de ser dessa nossa entrevista. Importante é consignar que quando ingressei na carreira, em 1954 – e por muitas décadas que se seguiram –, a nossa Instituição parecia ser reservada só aos homens, o mesmo ocorrendo na magistratura. Tenho vaga lembrança que no final da década de 30 e início da década de 40 houve uma promotora pública, cujo nome seria Sophia Galanternick, fato que, na época, causava grande espanto. Aliás, o Conselho Superior do Ministério Público – do qual fui secretário quando o procurador-geral era o Dr. Peri Condessa –, ao homologar, em sessões secretas, a admissão de candidatos ao concurso de ingresso no Ministério Público, jamais admitiu candidato do sexo feminino, situação essa que se prolongou por muitos e muitos anos. Hoje já não existem sessões secretas e, aos poucos, tanto o Ministério Público como a magistratura vêm ensejando, cada vez em

maior número, mulheres em suas carreiras, tendo elas destacadas atuações funcionais. Sem dúvida, foi um grande avanço, superando-se inadmissíveis e ultrapassadas concepções machistas. Quando eu entrei no Ministério Público, o procurador-geral, naquela época (1954), não precisava ser escolhido entre os membros de nossa Instituição. Era cargo de confiança do governador e ele tinha liberdade para escolher qualquer cidadão para exercer a função de procurador-geral. Quando eu tomei posse como Promotor de Justiça, a chefia de nossa Instituição não era

E quando eu já era promotor em Porto Alegre, assumiu a nossa chefia o Lauro Guimarães, que muito fez pela evolução e aperfeiçoamento do Ministério Público, com memoráveis conquistas.

do Ministério Público?

Walter Coelho: Como já referi, ele era advogado. O que o antecedeu, se não me falha a memória, foi Darcy Azambuja, que foi meu professor de Teoria Geral do Estado. Também não era do Ministério Público. Mas, como disse anteriormente, depois de Ajadil de Lemos todos que o sucederam foram integrantes de nossa carreira. E quando eu já era promotor em Porto Alegre, assumiu a nossa chefia o Lauro Guimarães, que muito fez pela evolução e aperfeiçoamento do Ministério Público, com memoráveis conquistas. Aliás, nunca

tive a menor queixa, desde que entrei no Ministério Público, em 1954, contra qualquer procurador-geral, pela total isenção e equilíbrio com que desempenhavam suas atribuições e pela independência que eles asseguravam aos membros de nossa Instituição para desempenharem, a contento e sem pressões, os seus relevantes deveres e funções.

Projeto Memória: Quando o senhor entrou, quais foram os quatro, o senhor lembra os nomes, os outros três colegas de turma do concurso?

Walter Coelho: Foram nove candidatos, dos quais passaram apenas quatro. Aprovado, em primeiro lugar, o Luiz Carlos Gomes; seguindo-se o Schumacker, em segundo lugar; o Clovis Marchiori da Silveira, em terceiro lugar; e eu,

exercida por membro do Ministério Público. O procurador-geral era o Dr. Ajadil de Lemos, que era um advogado muito ilustre. Ele foi realmente um grande procurador-geral, que honrou o cargo que exerceu. Foi o único, em minha carreira, que não era do Ministério Público, e, posteriormente, todos foram escolhidos entre os membros de nossa carreira. E decorrido algum tempo essa escolha, passou a ser uma imposição legal. Todos foram ótimos procuradores-gerais, cumprindo ressaltar alguns como Floriano Maya D'Ávila, José Barros Vasconcelos, Peri Condessa e, dentre outros, em época mais recente, o grande inovador Lauro Pereira Guimarães.

Projeto Memória: O Dr. Ajadil foi indicação do governo e a formação dele era em Direito, apenas não era

em quarto e último lugar. É de notar que, naquela época, década de 50, os novos bacharéis preferiam, em expressiva maioria, dedicar-se à advocacia, então bem mais promissora em termos financeiros. Não havia maior interesse em ser promotor ou juiz. Hoje os tempos mudaram: número excessivo de novos

bacharéis e enorme concorrência na advocacia. Daí o grande e expressivo número de candidatos que se inscrevem em nossos concursos de ingresso na carreira. Convém lembrar ainda que, naqueles tempos em que me iniciei na promotoria, o estágio probatório limitava-se a mero decurso de dois anos. Salvo algum notório acontecimento em desabono do estagiário, a confirmação no cargo seguia-se automaticamente, uma vez vencido o período estipulado em lei.

Lembre-se ainda que, naquele tempo, nem na faculdade havia aulas práticas. Tudo era teoria. Havia apenas a possibilidade de, no quarto e quinto ano do ensino jurídico, o estudante inscrever-se, na OAB, como solicitador. Podia assim, se quisesse, vivenciar alguma prática forense atuando junto com um advogado. Foi o que fiz, quando solicitador, trabalhando no escritório do

(...) naqueles tempos em que me iniciei na promotoria, o estágio probatório limitava-se a mero decurso de dois anos. Salvo algum notório acontecimento em desabono do estagiário, a confirmação no cargo seguia-se automaticamente, uma vez vencido o período estipulado em lei.

(...) no quarto e quinto ano do ensino jurídico, o estudante inscrever-se, na OAB, como solicitador.

Dr. Germano Bonow Filho, pessoa a quem muito me afeiçoei pelas suas grandes qualidades, não só como advogado, mas sobretudo como pessoa extraordinariamente humana e sensível. Mas, voltando ao estágio probatório. Uma vez nomeado e, após tomar posse, seguia-se para o

interior do Estado e lá se ia aprendendo, pouco a pouco, na efetiva prática do dia-a-dia forense. Não havia, como hoje, aquele estágio preliminar, na Corregedoria, para só depois assumir suas funções na comarca para onde fora designado, completando, para sua efetivação, os restantes 21 meses do

estágio probatório. Na verdade, passaram-se muitos anos até estruturar-se um efetivo controle sobre aquele novato promotor que se inicia em nossa carreira. Superou-se, assim, aquela mera

formalidade de apenas remeter, mensalmente, um relatório de suas atividades forenses. Diga-se, outrossim, que naquela época a carreira era muito longa. Na década de 50 não existiam tantas comarcas e nem havia essa progressiva multiplicação de novos municípios. O quadro de juízes e promotores era bem menor, inclusive em Porto Alegre, com pouquíssimos procurado-

res e não muitos promotores. A carreira consistia em passar por quatro comarcas, sendo a quarta comarca em Porto Alegre. Era uma carreira muito longa. Eu, que sempre fui promovido por merecimento, levei pouco mais de dez anos para chegar a Porto Alegre. Por antigüidade levar-se-ia, por certo, uns 16 anos ou mais para atingir a então quarta entrância. Mas, como em tudo na vida, esse longo percurso do promotor

(...) naquela época a carreira era muito longa. Na década de 50 não existiam tantas comarcas e nem havia essa progressiva multiplicação de novos municípios. O quadro de juízes e promotores era bem menor, inclusive em Porto Alegre, com pouquíssimos procuradores e não muitos promotores. A carreira consistia em passar por quatro comarcas, sendo a quarta comarca em Porto Alegre.

por pequenas, médias e grandes cidades, até chegar à Capital, tinha o seu lado positivo. Aqui se chega-

va já com grande prática e amadurecimento, isto é, aquele sereno equilíbrio a temperar nossos demasiados arroubos da juventude. Hoje a nossa carreira ficou bem mais rápida. O qua-

Hoje a nossa carreira ficou bem mais rápida. O quadro de agentes do Ministério Público, bem como suas atribuições, aumentou significativamente. Diminui-se uma entrância. Temos agora apenas três: inicial, intermediária e final (Porto Alegre). Aliás, antes de eu ingressar na promotoria eram cinco entrâncias, começando-se pela chamada entrância inicial (...)

adro de agentes do Ministério Público, bem como suas atribuições, aumentou significativamente. Diminui-se uma entrância. Temos agora apenas três: inicial, intermediária e final (Porto Alegre). Aliás, antes de eu ingressar na promotoria eram cinco entrâncias, começando-se pe-

la chamada entrância inicial, concluindo-se a carreira, após aquelas

cinco entrâncias, como Procurador de Justiça junto às Câmaras do Tribunal de Justiça. Vê-se, assim, que mesmo no meu tempo a carreira era longa e afunilada: poucos promotores, poucas comarcas e poucos procuradores. Hoje se chegou ao extremo oposto: o promotor chega a Porto Alegre, em média, após três ou qua-

tro anos de carreira. Some-se a essa circunstância o fato de que, atualmente, o estudante pode bacharelar-

se bem mais jovem, ou seja, em torno de 20 ou 21 anos. Os novos promotores – sem colocar em dúvida o seu preparo e competência – chegam a Porto Alegre faltando-lhes, via de regra, aquela ma-

turidade e sereno equilíbrio que só a idade nos traz. Como se diz no velho adágio espanhol: “*El diablo sabe más por viejo que por diablo*”. Em resumo: o Promotor Público hoje inicia sua carreira recém-saído de sua juvenil adolescência. A solução seria, em parte, a lei estabelecer

uma idade mínima – talvez 25 anos – para poder ingressar no Ministério Público.

Projeto Memória: O início de sua carreira, a sua primeira comarca?

Walter Coelho: Foi na Comarca de Sarandi.

Projeto Memória: Podia nos contar um pouco dessa vivência nessas comarcas no interior, o tipo de trabalho?

Walter Coelho: Eu, como porto-alegrense que sou, e muito afeiçoado

à minha cidade, ao assumir a promotoria senti muita nostalgia e saudades da minha terra natal. Cheguei em Sarandi no mês de julho de 1954, quando ainda não existia a Estrada da Produção. Naquele tempo era um dia e meio para lá chegar. Embarcava-se, em Porto Alegre, lá chegando na manhã do dia seguinte. Em Santa Maria, tomava-se o trem da serra para, à tardinha, chegar em Carazinho. E se o trem não tivesse tido algum atraso, poder-se-ia, então, embarcar no último ônibus em Sarandi, numa viagem de mais ou menos uma hora. Assumi a promotoria de Sarandi poucos dias depois de lá ter assumido, como Juiz de Direito, o Dr. Oscar Gomes Nunes, que, quando desem-

Cheguei em Sarandi no mês de julho de 1954, quando ainda não existia a Estrada da Produção. Naquele tempo era um dia e meio para lá chegar. Embarcava-se, em Porto Alegre, no trem noturno para Santa Maria, lá chegando na manhã do dia seguinte. Em Santa Maria, tomava-se o trem da serra para, à tardinha, chegar em Carazinho. E se o trem não tivesse tido algum atraso, poder-se-ia, então, embarcar no último ônibus em Sarandi, numa viagem de mais ou menos uma hora.

(...) lá chegando, ao ver aquela distante e pacata cidadezinha, senti uma emoção muito triste.

bargador, chegou à presidência do nosso Tribunal de Justiça. Consigno que foi um grande magistrado e amigo, com quem tive a satisfação de trabalhar naquele início de minha carreira. Sarandi era, então, um município muito grande. Posteriormente, vários de seus distritos, como Barra Funda, Nonoai, Ronda Alta, Rondinha e outros, vieram a se emancipar, constituindo-se

em novos municípios. Não esqueço, porém, que, em lá chegando, ao ver aquela distante e pacata cidadezinha, senti uma emoção muito triste.

Projeto Memória: Um choque.

Walter Coelho: Sim, um choque. Só tinha uma quadra de rua calçada.

A única atenuante é que era uma cidade de imigrantes italianos, muito alegres e receptivos. Os hotéis eram todos de madeira, sem banheiros e sanitários. A chamada “casinha” era lá fora, no pátio dos fundos. No quarto apenas uma bacia e um jarro de água

para lavar o rosto e as mãos ou escovar os dentes. Para tomar um banho tinha que pedir, na cozinha, um balde de água quente para despejá-la num recipiente acoplado ao chuveiro. Importante, pois, era

396

abrir e fechar o chuveiro, alternadamente, com certa parcimônia, para não se correr o risco de, terminada a água, ficar-se ensaboado sem possibilidade de se enxaguar. Fiquei, pois, nos primeiros dias em que lá cheguei, um pouco deprimido. Foi naqueles dias que encontrei, no café da cidade, o Dr. João Olímpio de Souza, um dos bons advogados daquela região, com

(...) um choque. Só tinha uma quadra de rua calçada. A única atenuante é que era uma cidade de imigrantes italianos, muito alegres e receptivos. Os hotéis eram todos de madeira, sem banheiros e sanitários.

grande destaque nos júris em que atuava. Era pai do então adolescente Paulo Olímpio Gomes de Souza, que veio a ingressar, alguns anos depois, no Ministério Público, carreira em que teve merecido destaque, tendo sido presidente de nossa Associação e chegando a Procurador-Geral de Justiça. Ao sentar-se comigo, na mesa do café, o Dr. João Olímpio dirigiu-me estas

Foi naqueles dias que encontrei, no café da cidade, o Dr. João Olímpio de Souza, um dos bons advogados daquela região, com grande destaque nos júris em que atuava. Era pai do então adolescente Paulo Olímpio Gomes de Souza (...)

palavras: “Estou percebendo que o senhor não está gostando de Sarandi”. Respondi-lhe: “É impressão sua, eu estou gostando”. Ao que ele retrucou: “Não é o que demonstra o seu aspecto. Mas permita-me lhe dizer que há uma coisa bem pior que

No primeiro dia em que saí, com chuva, do hotel em direção ao Fórum, após uma breve caminhada, tive que voltar. Os sapatos enterraram-se na lama e, descalço, com os sapatos na mão, cheguei ao hotel. O hoteleiro, o simpático senhor Gotardo – ao que me lembre, de sobrenome Antonini –, disse-me: “Doutor, o senhor não poderia sair, com chuva, sem botas”.

Sarandi”. Então perguntei-lhe: “O que seria pior que Sarandi, na sua

opinião, Dr. João Olímpio?”. E ele respondeu-me: “Sarandi com chuva”. E ele estava certo. No primeiro dia em que saí, com chuva, do hotel em direção ao Fórum, após uma breve caminhada, tive que voltar. Os sapatos enterraram-se na lama e, descalço, com os sapatos na mão,

cheguei ao hotel. O hoteleiro, o simpático senhor Gotardo – ao que me lembre, de sobrenome Antonini –,

disse-me: “Doutor, o senhor não poderia sair, com chuva, sem botas”. Em seguida mandou um de seus empregados a uma sapataria para trazer várias botas do número que eu calçava, a fim de que eu escolhesse qual delas comprar. E foi assim que, com aquela gen-

tileza, comprei minhas primeiras botas para ir ao Fórum com chuva. Em verdade, acabei gostando muito

de Sarandi, fazendo grandes amizades e, dentre elas, quero dar especial destaque ao extrovertido e alegre advogado João Olímpio

Gomes de Souza e à notável figura sensível e humana que foi, em toda a sua carreira, o grande Juiz Oscar Gomes Nunes. E foi lá, por certo, naquela pequenina cidade de Sarandi, que aprendi, com a prática, as primeiras lições de como atuar no cotidiano de minhas diversas funções. Naquela Comarca, quando lá estive, não havia grande acúmulo de serviços. No número de processos em que oficiava o promotor predominavam os de natureza criminal. De um modo geral, porém, o volume de trabalho era médio: nem muitos nem poucos processos para atuar, sendo o atendimento de pessoas inexpressivo. Após dois anos e poucos meses, já com razoável experiência no desempenho de meus encargos, fui promovido, por merecimento, para a então segunda entrância, vindo a assumir a Promotoria de Palmeira das Missões. **Projeto Memória:** Que tipo de processo, que tipo de crimes que vinham?

Walter Coelho: Em Palmeira das Missões tinha muito serviço. Eu atuava em muitos júris: de quatro a cinco em cada reunião trimestral do Tribunal do Júri. Havia muita criminalidade, sobretudo crimes contra a vida. Era um município violento. Lá é que comeci a

(...) naquela época em que lá atuei, o procurador-geral era o jurista e professor Henrique Fonseca de Araújo, um dos mais notáveis chefes de nossa Instituição. Ele foi um agente do Ministério Público que se destacou não só pela sua indiscutível competência e erudição, mas também – como pude pessoalmente constatar – [porque], além de sua isenção e equilíbrio, era pessoa de grande calor humano, dotado de compreensão e sensibilidade.

aprimorar a minha técnica de bem desempenhar-me junto ao Tribunal Popular. Diferentemente de Sarandi, não gostei de Palmeira das

Missões. Terra daqueles gaúchos pouco comunicativos, bem diferentes da alma aberta e expansiva dos italianos e seus descendentes lá de Sarandi. Pouco depois de um ano, pedi remoção para Júlio de Castilhos, onde permaneci por seis anos e lá deixando grandes amigos. Apesar de ser também região de autênticos gaúchos, pouco comunicativos e retraídos com pessoas estra-

nhas ao seu meio, a longa permanência em que lá estive, acabei me afeiçoando àquela cidade. De fato, percebi que eles – fazendeiros ou simples peões de estância – precisam de algum tempo para aceitar, com mais receptividade, as pessoas que lá chegam. E é esse tempo de maior conhecimento ou convivência com as pessoas desconhecidas que os tornarão mais amigáveis e extrovertidos. Mas, voltando a falar de Palmeira das Missões, não posso deixar de referir que, naquela época em que lá atuei, o procurador-geral era o jurista e professor Henrique Fonseca de Araújo, um dos mais notáveis chefes de nossa Instituição. Ele foi um agente do Ministério Público

que se destacou não só pela sua indiscutível competência e erudição, mas também – como pude pessoalmente constatar – [porque], além de sua isenção e equilíbrio, era pessoa de grande calor humano, dotado de compreensão e sensibilidade. Em Palmeira das Missões também tive o prazer de conhecer melhor um

contemporâneo dos meus tempos de faculdade e que lá advogava. Refiro-me ao amigo José Augusto Amaral de Souza, que depois foi governador do Estado, e por quem até hoje tenho uma gran-

398

de admiração. Lembro-me, ainda, de outra pessoa muito simpática e cordial, que era o Sr. Paulo Ardenghi, então prefeito de Palmeira das Missões. E também não posso deixar de mencionar a também simpática e admirável pessoa do advogado Luciano Machado, que se projetou na política estadual e foi o criador do nosso Parque de Exposição Assis Brasil, em Esteio. Finalizando, quero consignar que, em Palmeira das Missões, no tempo em que lá estive, ainda existiam alguns políticos da época do “coronelismo”, que chegavam a ponto de, indireta ou veladamente, tentar influir em algumas atuações do Promotor Público. Foram algumas situações desagradáveis, de que tenho ainda algumas lembranças, mas que, por certo, em nada abalaram a total

(...) em Palmeira das Missões, no tempo em que lá estive, ainda existiam alguns políticos da época do “coronelismo”, que chegavam a ponto de, indireta ou veladamente, tentar influir em algumas atuações do Promotor Público. Foram algumas situações desagradáveis, de que tenho ainda algumas lembranças, mas que, por certo, em nada abalaram a total independência de meus procedimentos funcionais.

independência de meus procedimentos funcionais. Em Júlio de Castilhos, porém, passei os anos mais tranquilos de minha carreira. Era uma comarca pacata, com pouca movimentação forense e, na área criminal, diversamente de Palmeira, eram poucos e esporádicos os júris em que atuava. Seis anos depois fui

promovido, por merecimento, para Passo Fundo, então comarca de terceira entrância, onde veio a nascer o Marcelo, meu filho caçula. É interessante que, nessa longa jornada interiorana, cada filho nasceu em

uma comarca. Ricardo – securitário – é sarandiense; Walter Júnior – agrônomo – é castilhense; e o caçula Marcelo, apesar de bacharel em Direito, formou-se também em Educação Física, sendo professor nessa área desportiva. O Marcelo é passo-fundense.

Projeto Memória: Esse período em que o senhor esteve, mais ou menos (19)64, (19)65, (19)66, foi um período de transição importante.

Walter Coelho: Foi a época em que estive em Passo Fundo.

Projeto Memória: O que eu queria lhe perguntar é o seguinte: esse período de onze anos até a chegada em Porto Alegre foi um período em que o senhor esteve em municípios importantes no planalto, numa fase em que a história do Brasil e do Rio Grande do Sul também era

conturbada e, naquela região, a gente sabe, o senhor vivenciou o período crítico...

Walter Coelho: Das minhas vivências a que mais me marcou foi a Revolução de 1964. Eu estava em Passo Fundo e tive que enfrentar várias situações críticas. Ainda bem que, em meus antecedentes, eu jamais tivera uma efetiva filiação partidária.

Talvez isto tenha contribuído para a minha sorte. Ou então eu tinha um “anjo da guarda” muito bom. A famosa “redentora” surgiu do dia 31 de março para o dia primeiro de abril e, embora as boas intenções do Marechal Castelo Branco, os militares passaram, de imediato, à prática de desmandos e arbitrariedades. Seguiram-se inúmeras prisões ilegais, inclusive de alguns promotores públicos de nosso Estado. Em Passo Fundo, a partir de primeiro de abril, definida a vitória do golpe militar, o Comandante do Quartel do Exército saiu a prender inúmeras pessoas e, entre elas, advogados e estudantes. O pretexto, via de regra, era ter em seu poder material subversivo, como livros, revistas etc. A vara em que eu atuava, na época, era a do Juiz Milton Santos Martins, que, posteriormente, no final de sua carreira, veio a ser presidente do nosso Tribunal de Justiça. Começaram, então, a chegar para mim os inquéritos militares que tinham ensejado a prisão dos

supostos subversivos. E em todos eles, sem um mínimo de prova da alegada infração criminal, pedia-se a homologação do “flagrante” ou a manutenção da prisão provisória. Ocorre que, apesar de se tratar de crimes materiais, o referido Comandante Militar jamais juntou aos autos dos inquéritos o alegado material sub-

versivo. Era só a sua palavra, referindo, por vezes, se bem me lembro, publicações de caráter meramente informativo, erudito ou ilustrativo, confundindo, outrossim, matéria doutrinária com material de subversão da ordem. Posteriormente fiquei sabendo que, ao vasculharem bibliotecas, policiais ou militares apreendiam, como material subversivo, obras como *O Capital* de Karl Marx, ou revistas como *Nova China*, que até às vésperas da revolução eram vendidas, livremente, nas bancas de jornais. Obviamente que me manifestei sempre pela soltura imediata dos indiciados e o arquivamento dos inquéritos, por falta de qualquer embasamento para sua instauração. E o eminente Juiz Milton Santos Martins despachava, de imediato, favoravelmente, todos os meus pronunciamentos. Ocorre-me lembrar que, passados vários dias de sucessivas solturas daquelas pessoas presas ilegal e arbitrariamente, fui visitado, em meu gabinete, no Fórum, pelo referido Comandante Mili-

Das minhas vivências a que mais me marcou foi a Revolução de 1964. Eu estava em Passo Fundo e tive que enfrentar várias situações críticas. Ainda bem que, em meus antecedentes, eu jamais tivera uma efetiva filiação partidária.

tar, que me indagou, visivelmente indignado: “O que o senhor tem contra a minha atuação, que manda soltar todos os elementos subversivos que eu prendo?”. Respondi-lhe: “Não mando soltar. Não sou juiz. Apenas enfatizo a ilegalidade da prisão, opinando pela soltura desses indiciados”. E ele perguntou novamente: “Por que ilegal?”. Respondi-lhe: “Porque nos crimes que deixam vestígios – crimes materiais – é indis-

pensável a prova, ainda que indireta, do corpo de delito, não podendo nem a confissão suprir-lhe a falta. E o senhor não juntou aos inquéritos o referido material subversivo”.

Retrucou, então, o comandante: “Mas eu digo no relatório que o material é subversivo. Será que não mereço crédito?”. prontamente dei-lhe a resposta: “A exi-

gência do exame da prova do corpo de delito, nos crimes materiais, está expressa no artigo 158 do Código de Processo Penal”. “É,” respondeu

Começaram, então, a chegar para mim os inquéritos militares que tinham ensejado a prisão dos supostos subversivos. E em todos eles, sem um mínimo de prova da alegada infração criminal, pedia-se a homologação do “flagrante” ou a manutenção da prisão provisória. Ocorre que, apesar de se tratar de crimes materiais, o referido Comandante Militar jamais juntou aos autos dos inquéritos o alegado material subversivo. Era só a sua palavra (...)

Obviamente que me manifestei sempre pela soltura imediata dos indiciados e o arquivamento dos inquéritos, por falta de qualquer embasamento para sua instauração. E o eminente Juiz Milton Santos Martins despachava, de imediato, favoravelmente, todos os meus pronunciamentos(...) passados vários dias de sucessivas solturas daquelas pessoas presas ilegal e arbitrariamente, fui visitado, em meu gabinete, no Fórum, pelo referido Comandante Militar (...)

o comandante, “está na hora de revogar essas leis do Jango”. Dei-lhe, em seguida, o troco merecido, dizendo: “Mas,

senhor, não se trata de uma lei do deposto Presidente João Goulart. O artigo por mim mencionado é um consagrado princípio doutrinário de Direito Processual Penal, há muito aceito na maioria dos países ocidentais de formação jurídica romanística”. Como em 20 de setembro de 1963,

em solenidade pública, no palanque oficial, eu fizera um discurso alusivo à data farroupilha, o militar resolveu dar-me uma última estocada: “Se o senhor estiver, então, num palanque

o f i c i a l , discursando como o fez no último festejo da data farroupilha e eu ver alguém colocar ali uma bomba, não posso prendê-lo?”. Respondi:

“ N ã o entendi a pertinência de sua pergunta, mas vou desfazer a sua dúvida. Na hipótese formulada o senhor poderia prendê-lo, pois pela

nossa legislação, não apenas um militar ou policial, mas qualquer cidadão pode prender quem se encontre em flagrante delito”. Após esse diálogo o comandante dirigiu-me, de forma intimidativa, mais uma pergunta: “Posso pedir certidão de todos os seus pronunciamentos contra as prisões que efetuei?”. Minha resposta: “É óbvio que pode, basta pedir ao escrivão”. E veio então a sua última pergunta: “E das decisões do juiz também posso?”. E mais uma vez respondi-lhe: “Não tenho dúvidas que sim. Mas pergunte a ele”. Soube depois, no mesmo dia, que o juiz, ao saber do fato, determinou que o escrivão fornecesse todas as certidões que o militar solicitasse, sendo, assim, dispensável ouvi-lo sobre o assunto. Aliás, relacionado com esse comandante, que era capitão, e, se não me falha a memória, chamava-se Grey Belles, quero relatar ainda outro fato significativo daqueles conturbados dias de 1964. Certa noite, acompanhei minha esposa Vilba Edler Bastos Coelho, que era professora de Português no Colégio Nicolau Vergueiro, para assistir, naquele estabelecimento de ensino, a uma palestra a ser proferida pelo referido capitão. A palestra era para orientar os professores no sentido de como se manifestarem diante de eventuais perguntas de alunos sobre a dita “revolução redentora”. Lembro-me que o capitão iniciou sua doutrinação fazendo um caricato desenho no quadro negro. Era uma árvore com macaquinhos em seus galhos. E ele então iniciou sua dissertação apontando o quadro negro e dizendo: “Não compete a

essa menina indagar sobre questões que ainda não estão ao seu alcance. O seu dever é estudar e não questionar altas questões de natureza política. Isto é, cada macaco no seu galho”. Fatos como esse bem revelam o clima daqueles dias iniciais da Revolução e que, realmente, se agravaram em 1968, a partir do AI-5, nos chamados “anos de chumbo”. A propósito, lembro-me, agora, dos momentos mais angustiantes e dramáticos que vivenciei na minha carreira. Naquela época eu lecionava Introdução à Ciência do Direito na Faculdade de Direito de Passo Fundo. E, naqueles dias, recebi um convite para lá comparecer, em seu auditório, a fim de assistir a um pronunciamento de um tenente-coronel da Aeronáutica de nome Assis. Não deveria ter ido, mas fui. Em lá chegando, com o auditório lotado pelos acadêmicos daquela faculdade, percebi que a solenidade já tivera início. Ao me ver entrar, o Dr. Celso da Cunha Fiori, diretor da faculdade, e que presidia os trabalhos, fez-me um sinal para que eu integrasse a mesa, indo sentar-me no último lugar, à direita dos que ali estavam. Logo a seguir o Coronel Assis tomou a palavra e começou, em termos veementes, a explicar os objetivos da Revolução e o ingente propósito de acabar com a desordem e a corrupção que assolavam o país. E, a certa altura de sua explanação, enfatizava o denodado empenho das Forças Armadas para garantir os bons propósitos da Revolução, com perseguição implacável aos seus oponentes, ou seja, os que recorriam à subversão da ordem e até ao

terrorismo para desestabilizar a nova ordem jurídica a que se propunham. Em certos momentos um ou outro estudante do auditório ousava interpelá-lo, fazendo questionamentos e perguntas. A reação, porém, do palestrante, era tão exasperada, terrível e violenta que, aos poucos, toda a assistência silenciou, abstando-se de aparteá-lo. Mas a situação começou a preocupar-me quando o coronel começou a afirmar que chegara a hora de o Judiciário compreender os objetivos a que se propunham e a assimilar o espírito e os ideais que levaram ao evento de 31 de março. E isto porque, depois de grandes esforços para prender indivíduos desordeiros e subversivos, muitos juizes e tribunais do país mandavam soltar tais elementos altamente perniciosos. Culminando – em seus ardores de eloqüência –, disse o coronel, a certa altura, que um certo elemento, há muito procurado no norte do país, de alta periculosidade, quando viessem a prendê-lo, esse eles não soltariam nem com ordem de *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal. Para mim foi a gota d'água. Não dava mais para silenciar e engolir tais impropriedades. No recinto não havia nenhum juiz da comarca e eu era o único promotor público ali presente. Resolvi, pois, enfrentar a

Fatos como esse bem revelam o clima daqueles dias iniciais da Revolução e que, realmente, se agravaram em 1968, a partir do AI-5, nos chamados "anos de chumbo". A propósito, lembro-me, agora, dos momentos mais angustiantes e dramáticos que vivenciei na minha carreira. Naquela época eu lecionava Introdução à Ciência do Direito na Faculdade de Direito de Passo Fundo.

fúria verbal do coronel, pedindo-lhe um aparte. Era a primeira intervenção que vinha da própria mesa. O coronel virou-se para a sua direita e olhou-me por alguns segundos, enquanto o presidente da mesa sussurrou-lhe algo. Creio que deve ter dito: "Esse é um dos promotores públicos desta cidade". Uma pequena sutileza, por certo, para acalmar o agressivo palestrante. Então disse mais ou menos o seguinte: "Senhor Coronel, ouvi até agora, com muita atenção, a sua palestra. A esta altura, porém, de suas considerações, não posso deixar de manifestar o meu posicionamento. E isto por duas razões: primeiro porque sou um Promotor de Justiça desta cidade e, segundo, porque sou professor desta Faculdade de Direito e, neste auditório, vejo alguns de meus alunos. Quero, em síntese, apenas enfatizar que, num estado democrático, em que coexistem, harmonicamente, os três Poderes fundamentais de uma Nação, cabe ao Poder Judiciário, com independência e altivez, quando provocado, resguardar o direito que se alegou como violado e fazer a justiça que se impõe no caso concreto. Em outras palavras, é o Direito no seu estado dinâmico, que

uma vez atingido ou cerceado, tem, no Poder Judiciário, o meio legítimo para, coercitivamente, restabelecê-lo. E dessa mesma independência precisa, por certo, o Ministério Público, como órgão da lei e fiscal de sua execução. Não vejo, pois, como exigir que os juízes devam assimilar essa ou aquela eventual orientação política ou doutrinária, como se fossem marionetes subservientes, que

podem ser manipulados e complacentes com os possíveis desmandos dos outros Poderes do Estado. Perdoe-me o senhor palestrante, mas não posso calar – como promotor público e, sobretudo, diante dos meus alunos – depois de o senhor ter afirmado que, caso venham a prender determinada pessoa, essa os senhores militares não soltarão nem com a concessão de *habeas corpus* pelo nosso Supremo Tribunal Federal”. Não preciso dizer que após essa minha manifestação o silencioso auditório explodiu em intermináveis aplausos. O coronel procurou ainda dar-me uma explicação. Mas, na verdade, não havia mais condições para ele prosseguir. O Dr. Fiori, que presidia a mesa, entendeu de dar os trabalhos

Para mim foi a gota d'água. Não dava mais para silenciar e engolir tais impropriedades. No recinto não havia nenhum juiz da comarca e eu era o único promotor público ali presente. Resolvi, pois, enfrentar a fúria verbal do coronel, pedindo-lhe um aparte. Era a primeira intervenção que vinha da própria mesa.

“(…) não posso calar – como promotor público e, sobretudo, diante dos meus alunos – depois de o senhor ter afirmado que, caso venham a prender determinada pessoa, essa os senhores militares não soltarão nem com a concessão de habeas corpus pelo nosso Supremo Tribunal Federal”.

por encerrados, convidando o coronel e outras pessoas presentes a participarem de um coquetel em seu gabinete. Para lá também me dirigi e, quando lá cheguei, o Capitão Grey Belles me disse irritado: “Mas

promotor, o senhor veio desmoralizar o Coronel Assis diante desses rapazes. Que barbaridade!”. Respondi-lhe prontamente: “Apenas segui, ao pé da letra, o

seu conselho, dado aos professores do Colégio Nicolau Vergueiro: ‘Cada macaco no seu galho’. Como promotor e como professor desses jovens, não poderia tolerar que um oficial da Aeronáutica venha aqui, nessa Faculdade de Direito, emitir opiniões sobre a validade do *habeas*

corpus, colocando em cheque os efeitos coercitivos de sua concessão”. Naquela noite, ao chegar em casa, disse para a minha esposa: “Acho que hoje me excedi, enfrentando um coronel que viaja pelo país defendendo, com ardor, os ideais revolu-

cionários e seus métodos de plenamente atingi-los. Devo prevenir-te que se, qualquer dia desses, eu não voltar para casa, por certo estarei preso como subversivo”. E

para aumentar a minha angústia e preocupação deparou-me, no dia seguinte, com essa manchete de um dos jornais de Passo Fundo: “PROMOTOR CONTESTA O CORONEL ASSIS”.

Creio que era o jornal *O Nacional* do Múcio de Castro, que deu grande destaque ao acontecimento. Compreendam, agora, porque eu disse há pouco, que no ano de 1964, em Passo Fundo, eu deveria ter um bom “anjo da guarda”, pois nada me aconteceu. Paradoxalmente,

foi a partir do malfadado AI-5, em 1968, que esse clima de permanente angústia veio a amenizar-se em nossa atuação funcional. E que pelo referido Ato Institucional os supostos crimes atentatórios da ordem então vigente passaram para a competência da Justiça Militar. Cessava, assim, nossa interferência nessa área tão conturbada por arbitrariedades, acobertadas pelo autoritarismo então dominante. E aí está o paradoxo: o que significava um alívio para as nossas constantes angústias e temores era, por outro lado, o endurecimento daquele regime ditatorial, exacerbando-se os grandes desmandos e iniquidades que se seguiram por muitos anos.

Projeto Memória: Como é que ficava o fato assim “não atua mais por uma questão legal” mas, ao mesmo tempo, toma conhecimento disto, não é? Como é que ficava na época? Como é que os promotores e juízes acompanhavam isso? Como é

que se posicionavam?

Walter Coelho: Em primeiro lugar quero esclarecer que, como promotores da área estadual, nada nos competia fazer, salvo se

“Como promotor e como professor desses jovens, não poderia tolerar que um oficial da Aeronáutica venha aqui, nessa Faculdade de Direito, emitir opiniões sobre a validade do habeas corpus, colocando em cheque os efeitos coercitivos de sua concessão.”

atuássemos fora da função, como advogados, o que, em face da lei, nos era e ainda é vedado, sobretudo na área criminal. O mesmo ocorrendo com os juízes, que além de lhes faltar competência para jurisdicionar naquela matéria, não poderiam, outrossim, como magistra-

dos que são, atuar de ofício, sem prévia provocação de partes legítimas e interessadas. Além do mais, é de lembrar ainda que os grandes desmandos, inclusive torturas e homicídios daquela época dos “anos de chumbo”, raramente chegavam ao conhecimento público. E ninguém ignora hoje que, no regime militar, à medida que se exacerbou o autoritarismo, instaurou-se uma severa censura em todos os meios de comunicação. Concluindo, quero dizer ainda que, após o curto espaço de pouco mais de dois anos em Passo Fundo, eu já estava promovido, por merecimento, para [a] quarta entrância, ou seja, para a Comarca de Porto Alegre. Isto ocorreu em maio de 1966. E aqui chegando, exerci, inicialmente, atividades diversas da área criminal. Ademais, minha atuação funcional passou a ser exercida numa grande cidade, em que, ao contrário das cidades do interior, é mais difícil

tomar-se conhecimento pessoal das violências que então se praticavam nos porões de quartéis e delegacias, como no famigerado DOPS. **Projeto Memória:** O senhor teve também uma atuação grande em cargos da administração, quando veio para Porto Alegre, cargos de administração junto ao Ministério Público, no Conselho Penitenciário, na Procuradoria, no Conselho Superior, depois assessorando...

Walter Coelho: Tão logo assumi na Comarca de Porto Alegre, fui designado para presidir uma Comissão de Inquérito, instaurada para averiguar irregularidades que estariam ocorrendo na Penitenciária Central desta capital. Esse trabalho, que se estendeu por vários meses, não levou a nenhuma conclusão segura, mormente em razão da chamada "lei do silêncio", que costuma impor-se entre os presidiários. A seguir, em inícios do ano de 1967, encerrado o período em que o Procurador-Geral José Barros Vasconcelos exerceu a chefia do Ministério Público, veio a assumir a dita chefia, como procurador-geral, o Dr. Peri Rodrigues Condessa. E ele me convidou para secretário da Pro-

(...) é de lembrar ainda que os grandes desmandos, inclusive torturas e homicídios daquela época dos "anos de chumbo", raramente chegavam ao conhecimento público. E ninguém ignora hoje que, no regime militar, à medida que se exacerbou o autoritarismo, instaurou-se uma severa censura em todos os meios de comunicação.

(...) numa grande cidade, em que, ao contrário das cidades do interior, é mais difícil tomar-se conhecimento pessoal das violências que então se praticavam nos porões de quartéis e delegacias, como no famigerado DOPS.

curadoria-Geral. Aceitei a incumbência, vindo a suceder, naquela Secretaria, o seu anterior titular, Dante Gabriel Guimarães, promotor que até hoje é lembrado como um dos mais destacados membros de

nossa Instituição, tal como o foi também o notável jurista e professor Mauro Cunha. Naquela Secretaria permaneci pelos quatro anos em que a nossa chefia ficou sob o comando do Dr. Peri Condessa, por quem até hoje tenho enorme admiração pela sua notável erudição, competência e incensurável atuação no Ministério Público. Complementando, quero lembrar que tanto o Dr. Peri Condessa como o Dr. Ladislau Röhnel, outro destacado membro de nossa Instituição, terminaram a carreira como desembargadores do nosso Tribunal de Justiça, integrantes do quinto constitucional reservado a membros do Ministério Público. Mas, retomando a minha narrativa, lembro-me que ao assumir o novo procurador-geral, que era o então Promotor Lauro Pereira Guimarães, fui por ele convidado para continuar como secretário. Agradecendo o convite, argumentei que já estava saudosos de

minhas atribuições jurídicas, não desejando continuar naquela rotineira atividade administrativa. Compreendendo as minhas razões, o meu especial amigo Lauro Guimarães me manteve, ainda, alguns dias, na Secretaria, até assumir o novo secretário por ele escolhido, que foi o colega

(...) procurador-geral, o Dr. Peri Rodrigues Condessa. E ele me convidou para secretário da Procuradoria-Geral. Aceitei a incumbência, vindo a suceder, naquela Secretaria, o seu anterior titular, Dante Gabriel Guimarães, promotor que até hoje é lembrado como um dos mais destacados membros de nossa Instituição, tal como o foi também o notável jurista e professor Mauro Cunha.

Marco Aurélio Oliveira. A propósito, é de enfatizar que se seguiram quatro anos de especial relevância para a história do Ministério Público rio-grandense. De fato, a chefia de nossa Instituição, sob o comando de Lauro Guimarães, deu um enorme impulso ao aprimoramento do Ministério Público, com significativo avanço histórico de sua evolução. Nesse período tive a honrosa oportunidade de integrar o grupo de colegas que colaboravam na assistência jurídica ao procurador-geral, função essa que também exerci, por algum tempo, quando o novo procurador-geral passou a ser o Dr. Ricardo Medeiros. Mas nas funções específicas de promotor público somente voltei a atuar quando assumi a Curadoria-Geral de Família e, posteriormente, oficiando em uma Vara Criminal. Depois passei a integrar o grupo de três promotores que então exerciam

suas funções no Tribunal do Júri, situado, naquele tempo, no andar térreo do Palácio da Justiça da Praça da Matriz. Uma vez criado o já extinto Tribunal de Alçada, fui designado para lá officiar junto a uma Câmara Criminal, e ali permaneci até ser promovido, por merecimento, a Procurador

de Justiça. Passei então a desempenhar minhas novas funções junto à Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, que era presidida pelo inesquecível Desembargador Telmo Jobim, profundo conhecedor da matéria penal. Foi nessa última função, em fim de carreira, que me aposentei, a pedido, por tempo de serviço público, em agosto de 1975. Devo consignar, por fim, que nessa fase final de minha carreira tive o feliz ensejo de acompanhar os significativos avanços de nossa Instituição, hoje em condições de atuar, com mais plenitude e abrangência, na destacada e importantíssima missão que lhe é destinada.

Projeto Memória: Aquele era um período em que também se estava começando a discutir o perfil do Ministério Público, inclusive através de congressos, e o senhor esteve em

um deles em Guarapari.

Walter Coelho: Falando em congressos, quero referir que o primeiro a que compareci foi (o) Primeiro Congresso do Ministério Público do Estado de São Paulo, realizado entre 5 e 11 de dezembro de 1971. Foi um evento muito importante, no qual apresentei e defendi uma tese sobre a “Renunciabilidade a

alimentos, por parte da mulher, no desquite amigável”. Era uma tese, então, muito controversa, e que, inclusive, naquela época, ia de encontro a uma súmula do nosso Supremo Tribunal Federal, que entendia que a mulher, no desquite amigável, poderia desistir de exercer o seu direito a alimentos, mas jamais renunciar a esse direito. É claro que os tempos mudaram e, na década de 70, jamais se poderia supor que até o divórcio – apesar da tenaz oposição da Igreja Católica – um dia seria admitido em nosso ordenamento jurídico. O outro congresso de que participei foi o de Guarapari. Foi o Segundo Congresso Nacional do Ministério Público, realizado, em outubro de 1972, na cidade de Guarapari, no Estado do Espírito Santo. Nesse congresso a Comissão Técnica de Direito Penal foi reservada para membros do Ministério Público do Rio Grande do Sul. E, por indicação do nosso então Procurador-Geral Ricardo Medeiros, lá compareci como um dos membros da dita Comissão de Direito Penal. Sobre esse congresso,

(...) nessa fase final de minha carreira tive o feliz ensejo de acompanhar os significativos avanços de nossa Instituição, hoje em condições de atuar, com mais plenitude e abrangência, na destacada e importantíssima missão que lhe é destinada.

não posso deixar de referir um fato bem expressivo do extraordinário valor e erudição do nosso então

Promotor Alberto Rufino Rosa Rodrigues de Souza que, além de grande criminalista, há muito leciona a matéria penal na Faculdade de Direito de Pelotas. Nesse Congresso de Guarapari ele

apresentou uma tese de Direito Penal e, quando o relator Ney Fayet ia iniciar o seu pronunciamento, alguém pediu a palavra no auditório. Era Damásio de Jesus, do Ministério Público de São Paulo, conhecidíssimo e consagrado autor de inúmeras obras de Direito Penal. Damásio de Jesus disse, então, que, como inúmeros

407



II CONGRESSO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
GUARAPARI
Espírito Santo

Figura 70 - Manifestação de Walter Marcilgil Coelho durante o II Congresso Nacional do Ministério Público. Acervo pessoal de Walter Marcilgil Coelho.

408

outros congressistas, lera, com grande admiração, o trabalho do Dr. Alberto Rufino Rosa Rodrigues de Souza. Disse mais: “Que se tratava de uma tese tão convincente e perfeita que dispensaria qualquer discussão”. Sugeriu, pois, ao plenário daquele auditório, que a referida tese fosse sumária e unanimemente aprovada por aplauso dos congressistas presentes. E foi o que realmente ocorreu, com um longo e entusiasmado aplauso dos presentes, sem que ninguém tenha discordado da sugestão de Damásio de Jesus. Trata-se, por certo, de algo raro, se não inédito, em um congresso, e que bem expressa o indiscutível mérito desse nosso colega e eminente professor Alberto Rufino de Souza. Prosseguindo, consigno que também participei do Terceiro Congresso Nacional do Ministério Público, realizado em Porto Alegre de 31 de março a 5 de abril de 1974, no qual fui um dos membros do Gabinete da Coordenadoria Técnica do dito conclave. Fui, outrossim, paineleiro na discussão de uma das matérias debatidas no Sétimo Congresso Brasileiro de Ciências Penais, que ocorreu em Capão da Canoa, neste Estado, no ano de 1987. Lembro-me agora (de) que também participei, em 1981, nesta capital, do Curso de Direito Penal e Processual Penal, promovido pelo Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, em homenagem aos professores Salgado Martins e Ney Messias, em cujo curso dissertei sobre “A problemática da responsabilidade penal”. Tive, também, a grata satisfação de, por duas vezes, proferir palestras em minha estimada

Faculdade de Direito da UFRGS desta capital. A primeira vez foi em dezembro de 1984, num “Curso de atualização sobre o novo Código Penal”; e a segunda vez, já em 1994, dando algumas aulas sobre culpabilidade penal em um “Curso de especialização em Ciências Penais”. No curso de atualização, no ano de 84, usei fazer minhas primeiras considerações sobre “Erro de tipo e erro de proibição”, novidade que a reforma penal adotara por feliz inspiração da dogmática alemã. Essa minha palestra, como todas as demais então proferidas, [foi] gravada e, posteriormente, publicada, em 1985, com o título: *O Direito Penal e o Novo Código Penal Brasileiro*. Os demais conferencistas constantes da dita publicação, que abordaram outros temas da reforma penal, foram os mestres Francisco de Assis Toledo, Heitor Costa Júnior, José Henrique Pierangeli, Júlio Fabrini Mirabete e o nosso já referido penalista gaúcho Alberto Rufino Rosa Rodrigues de Souza. A obra teve sua publicação coordenada pelo então professor e Procurador de Justiça Vladimir Giacomuzzi, outra ilustre figura de nossa Instituição, e que hoje é desembargador do Tribunal de Justiça. O livro foi impresso pela Editora Fabris, em coedição com a nossa Associação e com a Escola Superior do Ministério Público. Ocorre-me, agora, lembrar ainda que participei, em julho de 1988, no Auditório de nossa Assembléia Legislativa, do I Curso Sul-Riograndense de Criminologia. E foi nesse evento que tive o feliz e inesquecível ensejo de atuar, como

debatedor, quando da magnífica explanação do grande mestre argentino Eugênio Raul Zaffaroni, cujo tema era: "A função da criminologia nas sociedades democráticas". É claro que, além desses eventos aqui mencionados – que foram muito significativos em minha vida funcional –, participei de inúmeros outros simpósios, debates e cursos, inclusive, por duas vezes, em Brasília, a convite da Seccional da OAB do Distrito Federal. Mas, peço que me perdoem por essa minha prolixidade. Afinal estou aqui para

falar sobre o Projeto Memória do Ministério Público e não devo, pois, vaidosamente, transformar esta conversa num *curriculum vitae* do entrevistado. Projeto Memória: O senhor, quando se aposentou, há poucos meses, tinha sido designado

para a direção da *Revista do Ministério Público*. Parece que a revista também foi um fator importante de aglutinação desse novo perfil que se estava discutindo na década de 70. O senhor podia nos falar sobre essa revista?

Walter Coelho: Lamentavelmente, o tempo vai afetando, progressivamente, a nossa memória. Em verdade, não tinha a menor lembrança de que já fui diretor da nossa *Revista do Ministério Público*. Graças a vocês agora estou me lembrando. É

que o tempo passa inexoravelmente e já estou aposentado há mais de 25 anos. Tive muito pouco (tempo) na direção da revista, sucedendo, naquela função, se não me engano, ao Procurador de Justiça Gibran Bahlis. Como vocês bem assinalaram na pergunta, dirigi a revista por apenas alguns meses, ou seja, até a data em que foi concedida a minha aposentadoria. A nossa *Revista do Ministério Público*, cuja origem remonta ao início da década de 40, foi, com o tempo – principalmente a partir de sua nova fase –, um fiel

A nossa Revista do Ministério Público, cuja origem remonta ao início da década de 40, foi, com o tempo – principalmente a partir de sua nova fase –, um fiel espelho da contínua evolução e aperfeiçoamento de nossa Instituição. Apesar de algumas interrupções na regularidade de suas edições, ela foi, gradativamente, projetando-se como publicação de alto gabarito, não apenas no seu aspecto formal e gráfico, mas, sobretudo, pela relevância de seu conteúdo.

espelho da contínua evolução e aperfeiçoamento de nossa Instituição. Apesar de algumas interrupções na regularidade de suas edições, ela foi, gradativamente, projetando-se como publicação de alto gabarito, não apenas no seu aspecto formal e gráfico, mas, sobretudo, pela relevância de seu conteúdo. Sem dúvida que o Ministério Público gaúcho, através dos anos, sempre teve, entre seus membros, um expressivo número de promotores e procuradores com notável dedicação e capacidade para o desempenho de suas nobres atribuições. Essa foi a regra no que se relaciona aos nossos quadros funcionais. É certo, todavia, que alguns desses agentes de nossa Instituição não podem deixar de ser mencionados. Dentre os mais

410

antigos – além daqueles que já referi anteriormente –, quero lembrar, em especial, mais dois nomes. Um deles seria Paulo Dutra, que, por sua brilhante erudição, não pode ser esquecido em nosso Projeto Memória. O outro seria Paulo Pinto de Carvalho, que foi destacado mestre na área criminal e que há muito se dedica ao estudo do Direito Penal Comparado. Seu depoimento sobre a nossa Instituição será de grande valia, devendo-se, inclusive, questioná-lo sobre como teria descoberto o “elixir da eterna juventude”. Já no que se refere aos colegas da minha geração, cumpre mencionar alguns nomes. Dentre eles, ocorre-me destacar o talentoso Ruy Rosado de Aguiar Júnior, que atualmente é Ministro do Superior Tribunal de Justiça, bem como lembrar os grandes mestres Tupinambá Azevedo e Vasco Della Giustina, que hoje são desembargadores do nosso Tribunal de Justiça. E também oriundo do Ministério Público é de referir o Desembargador, já aposentado, Tupinambá Nascimento. Impossível deixar de, igualmente, fazer menção a outros destacados colegas de meus tempos de promotoria. São eles: Sérgio da Costa Franco, historiador e cronista; Itálico Marcon, que além de poeta e grande amante dos livros, coordenou a elaboração da coletânea *Poetas do Ministério Público*, em homenagem a José Barros Vasconcelos – obra lançada por iniciativa da nossa Associação do Ministério Público, em 1996, pela Editora Agê Ltda; Marcelo Ribeiro,

brilhante promotor do Júri, que criou o CEJUR⁴⁷, escola das mais prestigiadas do sul do Brasil para aprimoramento de bacharéis em Direito; Edson Barbosa Cecere, que foi Corregedor-Geral do Ministério Público no início dos anos 70; e, por fim, não podemos esquecer nomes como Clóvis Goulart Ponzi, Ruy Barros, Joel Cândido, Ney Fayet e tantos outros que se notabilizaram por seus brilhantes desempenhos no nosso Ministério Público. Mas é preciso conter o meu entusiasmo, sob pena de não poder encerrar essa nominata. Como disse, certa vez, Lauro Guimarães, com sua espirituosa verve, algum tempo depois de ter assumido o cargo de Procurador-Geral: “Não é fácil comandar uma tribo que só tem caciques”. É certo que o pecado desta minha prolixidade implicará inúmeras omissões injustas. Invoco, porém, em meu favor, os lapsos de minha memória e, sobretudo, a compreensível circunstância de me referir, via de regra, àqueles colegas com quem tive a oportunidade de ter uma maior convivência funcional e, por conseguinte, melhor conhecer suas virtudes e aptidões. E agora, afastado há tantos anos de minha carreira, cabe-me, por derradeiro, uma última referência. É a de ter constatado que a chefia do Ministério Público, mesmo depois de minha aposentadoria, continua incensurável e do mais alto gabarito. Basta lembrar aqui, com destaque, nomes como o de Mondercil Moraes, Paulo Olímpio Gomes de Souza, Eduardo Pinto e, mais

⁴⁷ CEJUR - Centro de Estudos Jurídicos.

recentemente, o ótimo desempenho do mestre Sérgio Gilberto Porto, bem como do atual Procurador-Geral Cláudio Barros (Silva), reconduzido, por mais dois anos, ao mais alto escalão do Ministério Público gaúcho. O mesmo se diga daqueles que presidiram a nossa entidade associativa, colegas que, com denodo, sempre agiram para prestigiar e defender os legítimos interesses de nossa classe. Concluindo, cabe-me, a propósito, lembrar algo muito prazeroso, que, há algumas décadas passadas, deu uma nova pers-

pectiva, no âmbito do lazer, à Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Isto aconteceu em maio de 1971, quando

Lauro Guimarães, então presidente de nossa Associação, comprou um magnífico imóvel em Ipanema, nesta capital, para nele instalar a nossa sede campestre. Com o correr dos anos transformou-se essa sede em um acolhedor clube, com parques desportivos, piscinas, churrasqueiras, restaurante e salões de festa, onde podemos, além da paisagem, desfrutar entre árvores e gramas momentos de descontração com familiares, amigos e colegas.

Projeto Memória: O senhor se aposentou do Ministério Público mas continuou com uma atividade de docência, que era importante e lhe mantinha atualizado.

Walter Coelho: Sempre gostei muito de lecionar. É uma atividade

A minha satisfação é simplesmente ser um professor que sabe despertar nos alunos o interesse pela matéria lecionada, usando, ainda que intuitivamente, a boa didática de saber comunicar-se e apontar os caminhos a serem perseguidos. Isto aprendi ao longo dos anos.

que nos obriga a uma constante atualização e aprofundamento da disciplina lecionada. E, com o correr dos anos, é o professor que não só transmite, mas, sobretudo, cada vez mais aprende a matéria por ele ensinada. Minha primeira experiência no magistério, como já referi anteriormente, foi na Faculdade de Direito de Passo Fundo. Algum tempo depois de minha promoção para Porto Alegre, tive o feliz ensejo de ser convidado para assistente do professor e Promotor Público Alceu Loureiro Ortiz, na cadeira de Direito

Penal da Faculdade de Direito da PUC desta capital, onde lecionei por muitos anos. E, decorrido algum tempo, passei a lecionar Direito Penal também

na Faculdade de Direito da UNISINOS, na vizinha cidade de São Leopoldo, lá permanecendo, igualmente, por um longo período. Também vim a lecionar a matéria penal na Escola Superior do Ministério Público desde a sua fundação, bem como, desde de seus primórdios, na Escola Superior da Magistratura. Eventualmente dei algumas aulas nos cursos do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul e no já referido e prestigiado CEJUR, curso dirigido pelo Dr. Marcelo Ribeiro. É certo, pois, que ao me aposentar do Ministério Público, em 1975, continuei a dedicar-me a essa atividade docente. Trata-se de uma atividade grata, estimulante e compensadora convivência com os jovens que, para

minha satisfação, sempre demonstraram grande interesse pelas minhas aulas. Isto não significa, em absoluto, que eu me considere um grande mestre e que não tenha consciência de minhas muitas limitações. Sou apenas um bacharel, sem extensão universitária de mestrados ou doutorados. A minha satisfação é simplesmente ser um professor que sabe despertar nos alunos o interesse pela matéria lecionada, usando, ainda que intuitivamente, a boa didática de saber comunicar-se e apontar os caminhos a serem perseguidos. Isto aprendi ao longo dos anos. Atente-se que o profissional do Direito – seja advogado, promotor ou juiz – é, antes de tudo, em regra, um “casuísta”, com inegável aptidão, porém, para deslindar o caso concreto; já o professor deverá ter, primordialmente, uma visão sistemática do todo, ou seja, visualizar o ponto abordado sempre dentro do contexto geral de uma dogmática jurídica. Não quero, de forma alguma, desprestigiar grandes mestres e doutores, o que seria um absurdo e até possível suspeita de ressentida inveja. Lembro-me, a propósito, dos meus tempos de acadêmico da UFRGS. Um que outro daqueles renomados mestres não conseguiam se fazer entender pelos alunos. Pairavam nas altas nuvens de sua incontestável sabedoria. O seu assistente é que vinha depois, nas aulas subseqüentes, “trocar em miúdos” aquelas explanações doutorais. E isto que, naquela época – final da década de 40 e início da de 50 –, ao iniciar a vida universitária, tínhamos um lastro cultural bem mais sólido e

humanístico do que esse hoje propiciado aos estudantes do primeiro e segundo grau. Cumpre dizer, porém, que, quando estudante de Direito, tive grandes mestres, que somavam à sua alta erudição a notável aptidão de se fazerem entender, estimulando, assim, os nossos primeiros passos pelo mundo jurídico. Eram realmente grandes mestres, que conjugavam conhecimento e didática, sabedoria e simplicidade de comunicação. Sem dúvida, a conjugação perfeita de dois fatores que levam ao professor ideal. Mas, longe de mim a descabida e paranóica pretensão de ser esse ideal de professor. Como já referi, gosto de lecionar pela satisfação que tenho ao constatar a receptividade e o interesse dos alunos pelas minhas explanações. É algo que se deve, por certo, não à profundidade de conhecimentos, mas sim a essa minha intuitiva didática que, aliada à minha longa atuação no Ministério Público, dá-me condições de transmitir aos jovens este especial entusiasmo que sempre tive pelo Direito Criminal. Fica, assim, explicado o motivo pelo qual, mesmo depois de aposentado, continuo, ao longo de tantos anos, nessa labuta da docência. Esclareça-se, no entanto, que depois de tantas décadas de ensino, e com o avanço inexorável da idade, a gente vai cansando. Paulatinamente, pois, com o correr do tempo, fui diminuindo a minha atividade de professor. Primeiro desliguei-me da UNISINOS e, posteriormente, afastei-me da PUC, ficando somente nas Escolas do Ministério Público e da Magistratura. Há uns dois anos deixei também de atuar na Escola Superior da

Magistratura, restando-me, hoje, apenas a incumbência de lecionar na nossa Escola Superior do Ministério Público. E mesmo nessa última Escola, já há algum tempo, reduzi, por metade, o conteúdo programático da matéria que antes me competia abordar. É de acrescentar, por fim, que algum tempo depois de minha aposentadoria resolvi advogar. Essa minha advocacia situava-se na área criminal e no Direito de Família, mas inúmeras vezes atuei também, como defensor, junto ao Tribunal de Ética Médica do Conselho Regional de Medicina. Não esperava, porém, que viesse a ter muitos clientes, e o serviço foi aumentando mais do que o desejado. Decorridos uns três ou quatro anos, decidi, então, encerrar a atividade advocatícia para dedicar-me, exclusivamente, à minha tranqüila e aprazível ocupação de professor. E graças a isto tive mais tempo para escrever sobre a matéria penal. Com efeito, já em abril de 1991, era editado, por Sérgio Fabris e a Escola Superior do Ministério Público, o primeiro volume da minha *Teoria Geral do Crime* – edição essa que, uma vez esgotada, teve uma segunda edição, revista, em 1998. A

mesma Editora Fabris, em co-edição com a nossa Escola do Ministério Público, veio a publicar também, em 1996, outra obra de minha autoria, intitulada “Prova Indiciária em Matéria Criminal”. Já no que se refere ao segundo volume da minha *Teoria Geral do Crime* até agora não consegui concluí-lo. O amigo editor Sérgio Fabris, sempre que me vê, pergunta, gentilmente, quando pretendo finalizar o trabalho. Alguns alunos também, às vezes, me cobram o prometido segundo volume [de] *Teoria Geral do Crime*. Na verdade, o primeiro volume foi apenas uma introdução. Ocorre que, depois de tanto tempo sem dar continuidade ao texto que já foi iniciado, vou adiando, talvez com disfarçada ociosidade, essa trabalhosa incumbência. Creio, porém, que já falei demais. Agradeço muito esta oportunidade que me foi propiciada de dizer alguma coisa sobre a história do nosso Ministério Público. Oxalá que, de tudo que disse, reste alguma contribuição, ainda que mínima, para esse magnífico Projeto Memória. Mais uma vez o meu obrigado e me perdoem se fui muito cansativo e prolixo.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA



Alfredo do Nascimento Barbosa - Artindo de Oliveira Brito

Cláudio Barros Silva - Gibran Bakhtis

João Lyra de Faria - Ladislau Fernando Röhnelt

Luiz Carlos Gomes - Paulo Cláudio Tovo

Paulo Pinto de Carvalho - Raul José de Campos

Sophia Galanternick - Sylo Soares

Walter Marcilígil Coelho

Projeto
Memória
Ministério Público